



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Pedro Faria Cazes

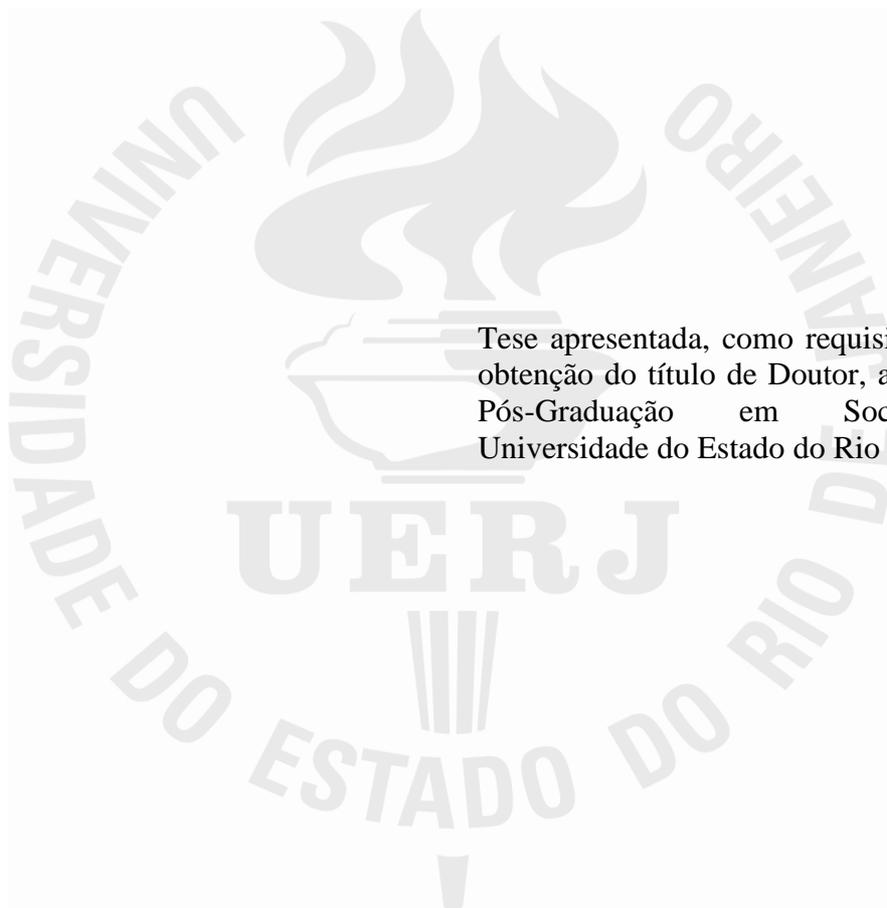
**Os libertários do Rio:
visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da
Primeira República**

Rio de Janeiro

2020

Pedro Faria Cazes

**Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa
anarquista da Primeira República**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

C386 Cazes, Pedro Faria.
Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República / Pedro Faria Cazes. – 2020.
336 f.: il.

Orientador: Adalberto Moreira Cardoso.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos

1. Anarquismo e anarquista – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Movimento Operário – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 3. Imprensa - Brasil – 1889 - 1930 – Teses. I. Cardoso, Adalberto Moreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 335.82(815.3)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Faria Cazes

**Os libertários do Rio:
visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira
República**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Breno Marques Bringel
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Antonio da Silveira Brasil Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2020

DEDICATÓRIA

Aos companheiros de luta de ontem, hoje e amanhã.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Adalberto Cardoso, pela liberdade que me conferiu durante a elaboração da tese e pelo incentivo a que eu perseguisse minhas intuições.

Aos professores Breno Bringel, Carlo Romani, José Szwako e Antônio Brasil Jr. pelo aceite em participar da banca de defesa e pelo diálogo intelectual estimulante. Aos dois primeiros agradeço também a participação na banca de qualificação pelas diversas indicações bibliográficas e por apontarem rumos e desdobramentos possíveis quando a pesquisa ainda era bastante inicial.

Aos colegas e professores do IESP/UERJ pela convivência e debate ao longo das disciplinas, durante as pausas pro café no pátio e principalmente nas sessões noturnas no escritório.

Aos colegas do NUPET pelo ambiente acolhedor, pelo companheirismo e especialmente pela troca intelectual sem vaidades da qual pude me beneficiar nas diversas ocasiões em que apresentei partes deste trabalho em construção. Agradeço especialmente à Jana, Thiago, Jefferson e Cecília.

Às funcionárias da UERJ, especialmente da biblioteca do IESP, pela presteza e gentileza em todos os momentos.

Aos muitos colegas, alunos e ex-alunos do Colégio Pedro II que sempre perguntavam pelo andamento da Tese e davam seu incentivo quando o cansaço da escrita aparecia nas olheiras matutinas. Nossas parcerias nas trincheiras pedagógicas e sindicais foram essenciais nesses anos politicamente tão duros. Agradeço especialmente ao Selmo Nascimento, Eduardo de Biase, Beatriz Arosa e Alline Torres, equipe com quem tenho o maior prazer de trabalhar junto.

Aos meus ex-alunos Francisco Azevedo e Caio Izidoro pela seriedade e compromisso com que toparam trabalhar como assistentes na pesquisa. Agradeço também à Milene Marques que me ajudou com os arquivos da Unicamp.

Ao professor Andre Botelho pelo convite para apresentar o meu trabalho por duas vezes no NEPS/UFRJ. À professora Lilia Schwarcz cujo incentivo esteve na origem do meu projeto de doutorado.

Aos amigos e amigas muito especiais do grupo de pensamento social, Luna Campos, Alice Ewbank, Karim Helayel, Lucas Carvalho e Andre Bittencourt. Ao Andre fica um agradecimento especial pela leitura de partes da tese e pelo diálogo intelectual constante.

Aos amigos queridos Pedro Borba, Jeferson Scabio, Marcella Araújo, Ana Paula Morel, Alexandre Mendes, Caroline Santos, Maíra Ribeiro, Aline Borghoff, Renata Albuquerque, Guilherme Santana, e todos que moram no meu coração. Aos amigos “da antiga”, especialmente Guilherme Marques e João Luiz Santos por me manterem mais perto da música.

Aos camaradas Rodrigo Volcan, Gustavo Ribeiro e Ariane Larentis pela longa caminhada que já trilhamos com passos miúdos, mas cheios de companheirismo e sinceridade.

Ao meu amigo e irmãozão Tomas Garcia, que está incluído em alguns dos parágrafos acima, mas que merece um só pra ele pelo enorme apoio, intelectual e emocional, que me concedeu ao longo desses anos. Sempre me passando todas as referências que encontrava, facilitando caminhos e sobretudo lendo atentamente tudo que escrevia, foi praticamente um coorientador nesse processo todo.

Aos meus sogros Judith e Zé Maria, por terem nos proporcionado as melhores condições possíveis para a escrita das nossas teses no escritório de Pedro do Rio. Pelo carinho e apoio agradeço também à Ana Terra, Germano e todos das famílias Athayde e Moraes.

Aos meus pais, Isabella e Henrique, por terem me incentivado e me cobrado para que eu levasse a frente os meus planos e sonhos, sempre com amor e dedicação enormes. Ao meu irmão Leonardo, parceiro de barriga e de toda a vida, pelos prolíficos papos e pela constante troca intelectual em que encontramos sempre novas afinidades e compartilhamos descobertas e interesses. À Marília e Priscila por abrilhantarem nossa família com sua alegria e risos em volta da mesa, e também pelo incentivo constante.

À Juliana Athayde, companheira de vida, de caminhada, ao meu lado a cada passo. O amor que constrói a nossa morada nos fez fortes para suportarmos juntos o processo da(s) tese(s). Por ter segurado todas as barras, pela ajuda na revisão e formatação da tese e, sobretudo, pelo aprendizado cotidiano de ter sempre os pés no chão, dando a devida dimensão das coisas.

RESUMO

CAZES, Pedro Faria. *Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República*. 2020. 336f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho investiga a atuação dos libertários no Rio de Janeiro da Primeira República, tomando como material de pesquisa um conjunto de periódicos anarquistas editados na cidade entre 1903 e 1919. A intensa atividade desenvolvida pelos militantes libertários daquele período pode ser organizada em duas frentes: por um lado, se envolveram na criação de dezenas de publicações que constituem a imprensa anarquista e, por outro, fundaram centros culturais e associações de classe. Considerando que a relação entre anarquismo e imigração europeia, ainda que importante, tem sido por vezes sobrevalorizada pela literatura especializada, buscamos explorar algumas conexões entre o anarquismo e contexto político-intelectual brasileiro. Assim, inserimo-lo dentro de uma sequência histórica dos radicalismos políticos no Brasil, e abordamos a relação com o positivismo para reconstituirmos as suas visões sobre a sociedade brasileira do pós-abolição. Analisando textos de avaliação do movimento operário, enquetes, balanços de greves e outras mobilizações, procuramos recuperar como os próprios anarquistas pensaram os principais problemas e dilemas que encontravam para a auto-organização e emancipação dos trabalhadores – o que traz para o primeiro plano a forma como eles enxergavam não apenas o Estado, mas a própria sociedade.

Palavras-chave: Anarquismo. Primeira República. Brasil. Auto-organização. Movimento Operário. Pensamento Social.

ABSTRACT

CAZES, P. F. *Libertarians in Rio: images of Brazil and self-organizing dilemmas in the anarchist press of the First Republic*. 2020. 336f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present work focuses on the role of libertarians in the capital of the First Republic, using as research material a set of anarchist periodicals published in Rio de Janeiro between 1903 and 1919. The intense activity developed by libertarian militants of that period can be organized in two fronts: on the one hand, they were involved in the creation of dozens of publications that constitute the anarchist press and, on the other, they founded cultural centers and class associations (guided by the concept of “resistance unions”). Considering that the relationship between anarchism and European immigration, although important, has sometimes been overvalued by academic production, we seek to explore connections between anarchism and the Brazilian political-intellectual context. Thus, we inserted it within a historical sequence of political radicalisms in Brazil, and approached the relationship with positivism to reconstruct their views on post-abolition Brazilian society. Exploring texts evaluating the workers' movement, polls, balance of strikes and other mobilizations, we seek to recover how the anarchists themselves thought about the main problems and dilemmas they encountered for workers' self-organization and emancipation - which brings to the fore the way in which they saw not only the state, but society itself.

Keywords: Anarchism. First Republic. Brazil. Self-organization. Workers Movement. Social Thought.

LISTA DE SIGLAS

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
CBT	Confederação Brasileira do Trabalho
CCO	Centro das Classes Operárias
CGT	<i>Confederation Generale du Travail</i>
CLI	Círculo Libertário Internacional
COB	Confederação Operária Brasileira
CPO	Centro do Partido Operário
FMB	Frente Marítima Brasileira
FORA	Federação Regional Obrera Argentina
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro
FOSP	Federação Operária de São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRF	Partido Republicano Federal
PRN	Partido Republicano Nacional
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
UOE	União dos Operários Estivadores
UOED	União dos Operários do Engenho de Dentro
UOFT	União dos Operários das Fábricas de Tecidos
UPEL	Universidade Popular de Ensino Livre

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Manifestação contra a carestia da vida no Largo de São Francisco (1913).....	37
Figura 2 -	Manifestação contra a carestia da vida na Avenida Central (1913).....	38
Figura 3 -	Oradores em destaque nos comícios contra a carestia da vida (1913).....	39
Figura 4 -	Recorte da primeira página do jornal A Voz do Trabalhador (1908).....	52
Gráfico 1 -	Colaboradores da imprensa libertária segundo a atuação profissional na década de 1910.....	55
Figura 5 -	Fotografia do Pavilhão da Fábrica Bangu na Exposição Nacional de 1908.....	146
Figura 6 -	Recorte de página da Revista Careta de 15 de março de 1913 sobre manifestação contra a carestia da vida.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Colaboradores da imprensa libertária segundo a atuação profissional na década de 1910.....	54
Tabela 2 -	Fatores econômicos indicados na enquete do jornal <i>A Guerra Social</i> sobre as causas da apatia no movimento operário brasileiro.....	197
Tabela 3 -	Fatores políticos indicados na enquete do jornal <i>A Guerra Social</i> sobre as causas da apatia no movimento operário brasileiro.....	197
Tabela 4 -	Fatores sociais e culturais indicados na enquete do jornal <i>A Guerra Social</i> sobre as causas da apatia no movimento operário brasileiro.....	199
Tabela 5 -	Número de delegações presentes nos congressos operários da Primeira República.....	241
Tabela 6 -	Ação organizatória da Federação Operária (1917).....	302

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I – O CONTEXTO POLÍTICO E INTELLECTUAL	
1 ENTRE OS CAFÉS E AS FÁBRICAS: QUEM ERAM OS LIBERTÁRIOS DO RIO?	37
1.1 Intelectuais e movimento operário: questões conceituais	40
1.2 Intelectuais, literatos e militantes na imprensa anarquista	45
1.3 Os centros culturais: espaços de encontro na cidade	60
2 O ANARQUISMO DENTRE OS RADICALISMOS DA ÉPOCA	67
2.1 Radicalismos políticos na Primeira República	68
2.2 O Jacobinismo	76
2.3 O socialismo e o movimento operário	88
3 DOCTRINA CONTRA DOCTRINAS	103
3.1 O debate com os positivistas	106
3.2 Todos pela educação?	116
3.3 Cientificismo e naturalismo	123
II – DOCTRINA E IMAGEM DO PAÍS	
4 VISÕES LIBERTÁRIAS DO BRASIL	140
4.1 Luzes e sombras: a voz do contraste	141
4.2 “A escravidão não acabou...”: visões do pós-abolição	151
4.2.1 A escravidão generalizada	152
4.2.2 A herança retrógrada	159
4.3 Os anarquistas e a questão racial	166
5 UNIVERSALISMO X PARTICULARISMO	182
5.1 Um impulso desprovincianizador	183
5.2 As razões da apatia	192
5.3 Um povo degenerado?	204
III – OS LIBERTÁRIOS EM AÇÃO	
6 A LUTA PELOS SINDICATOS DE RESISTÊNCIA	217
6.1 Em torno do sindicalismo revolucionário	222

6.2 A autonomia e seus contrários	234
6.2.1 <u>Mutualismo e cooperativismo</u>	234
6.2.2 <u>A luta contra os amarelos</u>	245
7 A RECUSA DA “POLÍTICA” E OS DILEMAS DA AUTO-ORGANIZAÇÃO	261
7.1 Greves parciais	262
7.2 A campanha contra a carestia e as vilas operárias	281
7.3 Sob o signo da frustração	293
7.4 A construção da greve geral	298
CONCLUSÃO	316
REFERÊNCIAS	322

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1919 o então recém-criado periódico *Spártacus* publicou em destaque, na primeira página, um manifesto intitulado “Os anarquistas brasileiros – ao povo”, assinado por 60 pessoas identificadas nominalmente e pela ocupação profissional. Listados em ordem alfabética, temos “Adalberto Vianna, barbeiro; Adolfo Busse, marceneiro; Alberto Augusto Nogueira, *chauffeur*; Alfredo Paschoal, sapateiro [...]”¹. Ao lado de múltiplos ofícios manuais, encontramos também alguns jornalistas, professores e estudantes. O número de signatários ao menos dobraria com as adesões anunciadas em edições posteriores. A única pré-condição para assinar o manifesto era a naturalidade: somente nascidos no Brasil. Assim, o manifesto buscava responder, em um contexto onde se acirravam as iniciativas estatais de repressão ao movimento operário, à recorrente acusação de que o anarquismo era uma “planta exótica” trazida ao país pelas mãos de perturbadores estrangeiros. Com intenção didática e militante, o texto apresentava os anarquistas como “a extrema esquerda da corrente libertária” e fazia um breve histórico de sua atuação no país. Em complemento, o manifesto repudiava a onda crescente de deportações de militantes estrangeiros levadas a cabo pelo governo brasileiro como forma de desarticular o movimento operário.

Numa das passagens em que rebate a acusação de estrangeirismo, o manifesto toca diretamente no ponto que nos interessa para abrir o espaço de reflexão que buscaremos desenvolver na tese. Junto com a defesa da pertinência da visão anarquista sobre a questão social no país, o texto lança a seguinte provocação:

Seria vergonhoso para a mentalidade brasileira se somente os brasileiros, no mundo inteiro, fossem incapazes de assimilar as altíssimas doutrinas que contam na sua história apóstolos da estatura de um Proudhon, de um Bakunin, de um Réclus, de um Kropotkine...

Mas, além de tudo, a pecha de estrangeiros, com que os melindrosos do nacionalismo pretendem estigmatizar os anarquistas, entre nós, é incongruente e ultra-hipócrita. Estrangeiros, em última análise, somos todos e tudo, no Brasil. Brasileiros autênticos e puros são exclusivamente os índios que os nossos avós estrangeiros e nós próprios dizíamos e vamos dizimando, no passado e no presente.²

Em seguida, enumeram-se os elementos “estrangeiros” que nos constituem: língua, costumes, religiões, letras, ciências, artes, indústrias, política. “Numa palavra: tudo que possuímos em matéria de civilização é absolutamente estrangeiro”. A sinceridade do trecho é

¹ SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 9, 27/09/1919, p. 2. As referências dos periódicos citados ao longo da tese virão sempre em notas de rodapé.

² SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 9, 27/09/1919, p. 1.

desconcertante. Por um lado, afirma-se que a nacionalidade não deve servir para apartar os brasileiros das “altíssimas doutrinas” que expressavam os mais altos ideais humanos, o que significaria um provincianismo vergonhoso. Por outro, aponta a hipocrisia do juízo nacionalista, sendo mais honesto reconhecer que o anarquismo, como tudo o mais “em matéria de civilização”, é estrangeiro. A autenticidade seria um valor rifado de início, já que tanto os signatários do manifesto quanto seus adversários são devedores do extermínio indígena. Uma imagem forte para lembrar como avança a “civilização” no país. A constatação, no entanto, não leva ao descarte do moderno e o tema da questão indígena não estará presente na imprensa anarquista da época. Mas o ângulo crítico lançado por essas palavras nos instigam a perseguir os significados que os próprios anarquistas conferiram à sua prática e, de modo mais geral, como construíram uma perspectiva sobre o país, justamente ao voltar recorrentemente ao problema da relação entre seus ideais revolucionários e a realidade local.

Apresentada desse modo, a presente pesquisa se debruça sobre o pensamento social produzido pelos anarquistas no Brasil, buscando articular a sua produção intelectual com a sua atuação no movimento operário da capital. Tomando como material de pesquisa um conjunto de periódicos da imprensa anarquista editada no Rio de Janeiro entre 1903 e 1919, iremos explorar a conexão entre as doutrinas anarquistas e o contexto político-ideológico brasileiro da virada do século XIX/XX, e reconstituir os principais debates e disputas que travaram tanto no âmbito intelectual como nos movimentos sociais. Assim, partimos do interesse mais amplo em recuperar e valorizar a articulação da palavra pelos grupos subalternos, investigando quais visões do país eles forjaram. Tal interesse está ligado a uma agenda mais ampla, sobre o papel das ideias no processo social. Ou dito de outro modo: como os processos de circulação de ideias ajudam a forjar e remodelar as formas de conflito social e participação política, especialmente entre as camadas trabalhadoras de países periféricos.

A presença dos anarquistas na Primeira República (1889-1930) vem sendo assinalada desde os trabalhos pioneiros sobre a política republicana e o movimento operário nascente, tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro e outras cidades da região Sul e Sudeste. O período compreendido entre 1903 e 1919 é considerado o auge da sua atuação na vida política brasileira (FAUSTO, 1976; GOMES, 2005). A intensa atividade desenvolvida pelos militantes libertários³ naquele contexto pode ser pensada em duas frentes: por um lado, se

³ Utilizaremos a categoria “libertários” para designar o campo mais amplo que reunia militantes de diversas correntes anarquistas, e mesmo socialistas anti-autoritários adeptos do sindicalismo revolucionário. Como a citação de abertura mostra, os próprios anarquistas se identificavam como libertários.

envolveram na criação de dezenas de publicações – no formato de revistas literárias e jornais de periodicidade variada – que constituem a imprensa anarquista (e que se confunde em parte com a própria imprensa operária da época); e, por outro lado, fundaram centros culturais e associações de classe cuja vida associativa envolvia apresentações teatrais, festivais operários, conferências, escolas proletárias, etc. Nos marcos bastante restritos da participação política na Primeira República, esses espaços, ainda que limitados, constituíram polos em que buscava se articular o movimento operário, reunindo intelectuais, jornalistas, tipógrafos e trabalhadores manuais dos mais variados ofícios, de origem estrangeira e nacional. Para reconstituirmos esse espaço de atuação, é preciso pensar a concorrência desigual entre as agências ideológicas da burguesia e os meios culturais precários organizados pelos próprios trabalhadores (HARDMAN, 1983).

No Rio de Janeiro, a presença dos anarquistas costuma ser identificada a partir da última década do século XIX – diferentemente de São Paulo, que já contava com grupos e jornais (publicados em italiano) desde a década anterior. Em 1898, já circulavam dois jornais de pequeno porte na cidade: *O Despertar*, sob a direção do chapeleiro espanhol José Sarmiento Marques, e *O Protesto*, sob direção do tipógrafo português Mota Assunção, reunindo militantes brasileiros, espanhóis e portugueses. Mas é na primeira década do século XX que se fortalece a presença de militantes anarquistas no Rio de Janeiro, como se vê na criação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), que por muito tempo seria o principal núcleo aglutinador dos anarquistas atuantes no movimento sindical; no I Congresso Operário Brasileiro⁴, realizado em abril de 1906; na iniciativa de criação de uma Universidade Popular voltada à instrução das classes trabalhadoras, em 1904, congregando um grupo de intelectuais engajados; na fundação do Grupo Dramático de Teatro Livre, em 1903, que apresentava os clássicos do teatro libertário. Além da fundação de diversos jornais, como *A Greve* (1903), *A Voz do Trabalhador* (1908) e o jornal da Confederação Operária Brasileira (COB), primeira organização de pretensões nacionais onde predominaram militantes anarquistas. É também nessa década que são lançados alguns dos primeiros romances de “cunho social” associados à propaganda libertária, como *O Ideólogo* (1903) e *Os Emancipados* (1906), ambos de Fabio Luz.

A década seguinte, de 1910, foi marcada pelas inúmeras agitações trabalhistas, culminando nas greves gerais ensaiadas ou realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro entre

⁴ Contando com a presença de 43 delegados representando 28 sindicatos, as teses aprovadas no Congresso têm sido interpretadas como sinal de força da concepção do sindicalismo revolucionário defendido pelos anarquistas, na recusa à política partidária-institucional, na ênfase na ação direta, entre outros.

1917 e 1919. Também foi o período em que se multiplicaram os jornais, organizações sindicais, centros sociais e campanhas organizadas pelos anarquistas. O declínio da sua influência dos anarquistas é marcado pelo recrudescimento da repressão política na virada para a década de 1920, pelo fortalecimento de movimentos nacionalistas que “demonizavam” os anarquistas, e pela ruptura política dentre os revolucionários promovida pela fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922).

O nosso objetivo, entretanto, não é avaliar o peso ou a importância dos anarquistas no movimento operário da época, e nem procurar as razões do seu sucesso ou fracasso. Até porque, como aponta a bibliografia sobre o tema (TOLEDO, 2007; SAMIS, 2002), é difícil mensurar tais influências com as fontes disponíveis, visto que os documentos relativos aos inquéritos policiais tendem a imputar as greves, manifestações e “desordens” de modo geral à influência dos “anarquistas”, tidos como estrangeiros e estranhos à índole moral do “povo brasileiro”. Por outro lado, os relatos memorialísticos de militantes do período carregam versões bastante “interessadas” relativas às suas filiações políticas. Estamos interessados em analisar, a partir da imprensa anarquista, os significados que atribuíram a sua ação junto às classes trabalhadoras e, sobretudo, às explicações que eles mesmos encontraram para os limites e alcances das mudanças que almejavam provocar. É nesse sentido que a pesquisa reúne tanto um interesse pela produção intelectual dos libertários, quanto por sua atuação nos movimentos sociais – articulando os propósitos de investigação do campo do pensamento social e da sociologia política.

A recepção das ideias anarquistas e socialistas na virada dos séculos XIX para o XX contribuiu para a redefinição do conflito político e das práticas associativas que se processava então, através da criação de sindicatos, associações, partidos e organizações políticas proletárias. A conexão com aquele contexto tem sido tomada, sobretudo, pela relação causal que manteria com algumas variáveis das transformações socioeconômicas do período (urbanização, industrialização, imigração em massa, etc.), já que são inseparáveis das transformações sociais relacionadas com o fim da ordem escravocrata e a emergência das classes trabalhadoras urbanas como atores políticos centrais na vida nacional. Resta, no entanto, menos explorada a relação que tais ideias mantiveram com o contexto político-intelectual propriamente dito.

O primeiro problema que nos deparamos é relativo à caracterização dessas ideias “libertárias”. Qual anarquismo e qual sindicalismo circularam no Brasil naquele momento? Acredito poder distinguir na literatura especializada duas tendências principais sobre esse ponto: a primeira apresenta uma série de fatores que teriam levado à baixa consistência

política-ideológica dos libertários do período, ou pelo menos de parte importante deles; a segunda, que ganha força dos anos 1980 pra cá e está mais balizada em pesquisa empírica-documental de fôlego, vem mostrando a densidade do ativismo anarquista e de seu debate intelectual, insistindo na importância dos imigrantes europeus no transporte das correntes políticas revolucionárias para o chão de fábrica brasileiro. Gostaria de apresentar muito brevemente cada visão e em seguida tecer algumas considerações.

A primeira visão está associada originalmente à cisão entre comunistas e anarquistas a partir de 1922, com a fundação do PCB, e a tendência predominante na historiografia marxista até os anos 1970/80 de reduzir a força e relevância dos anarquistas no movimento operário brasileiro da Primeira República. Porém, não se trata apenas de desqualificação instrumentalizada na disputa política. De fato, uma série de trabalhos aponta para as dificuldades de se delinear claramente que tipo de anarquismo esteve presente naquele período no Brasil. Essa tendência se expressa de forma cristalina na seguinte passagem do trabalho clássico de Evaristo de Moraes Filho,

No Brasil, principalmente antes de 1930, houve um verdadeiro porre ideológico: todas as ideologias foram alegadas e praticadas, quase sempre às caneladas, superficial e emocionalmente, sem maiores nem mais profundas bases teóricas ou de pesquisa doutrinária. (...) Não havia, como hoje pensam alguns autores, separação estanque nem limites precisos no caminho e na atuação dessas ideologias (MORAES FILHO, 1998, p.98-99).

De fato, a historiografia do período tem apontado para os diferentes projetos e concepções políticas que disputaram, na virada dos séculos XIX/XX, as noções de “cidadania” e “República”, centrais para a construção da nova ordem que surgia com o fim do Império e a constituinte de 1890 (CARVALHO, 1990). As famosas “ideias francesas” que inundavam a elite intelectual do período, passavam pelo republicanismo radical “jacobino” e pelo positivismo mais ou menos inclinado às reformas sociais e à famosa “integração do proletariado à sociedade nacional”. Por falar em “porre ideológico”, vale lembrar que de acordo com os trabalhos de Antonio Arnoni Prado (2004; 2010) seria difícil distinguir entre a militância revolucionária propriamente dita e o círculo de intelectuais ligados à boêmia literária que cultivavam a crítica radical ao regime republicano, participando pontualmente de atividades e contribuindo na imprensa alternativa.

Também entrariam na conta da baixa consistência e diferenciação entre as correntes revolucionárias da época: a ausência de traduções e edições brasileiras das principais obras doutrinárias e teóricas do socialismo moderno; a ainda incipiente imprensa operária e anarquista, com limitada abrangência e duração curta dos jornais; a grande repressão policial aos militantes e à imprensa; as dificuldades linguísticas entre imigrantes e nacionais; dentre

outros fatores. Assim, a visão geral é de fragilidade nas formulações, com predomínio de uma retórica grandiloquente desconectada de um movimento real na sociedade, confusão e ecletismo de ideias (KONDER, 2009). Mesmo que esse quadro possa ser mais sutilmente matizado em diferentes trabalhos, importa aqui ter em vista que a inconsistência das ideias libertárias é parte de um problema mais geral relativo à vida cultural de ex-colônia, cuja rarefação intelectual discrepava da atmosfera de “exigência máxima” da vida intelectual dos países centrais⁵ (SCHWARZ, 2017). Negar *in toto* essa visão seria dizer que a condição periférica não traz prejuízo algum para a vida política e intelectual. A essa tendência podemos vincular muitos dos argumentos mais comuns para explicar o “fracasso” dos libertários na Primeira República, já que se nem sabiam bem o que estavam fazendo seria difícil alcançarem objetivo tão alto quanto a transformação radical do país.

A segunda vertente vem se fortalecendo na medida em que os trabalhos historiográficos sobre o tema abandonaram uma visão geral do período e se focaram em estudos aprofundados e fartamente documentados do movimento operário da Primeira República. Esses trabalhos vêm mostrando, através da análise da imprensa operária e anarquista, dos registros de Congressos sindicais, dos relatos de antigos militantes, dentre outras fontes, a centralidade dos anarquistas na construção de sindicatos e no desenvolvimento de greves, protestos e campanhas de trabalhadores naquele período. No que diz respeito à configuração intelectual, porém, é comum que muitos trabalhos, como é o caso de Addor (2002), acabem empregando uma caracterização geral do anarquismo, que estabiliza os seus significados a partir do pensamento dos seus principais teóricos nos países europeus, projetando a partir daí a sua difusão sem grandes modificações para o resto do mundo. O problema nesse caso, inverso à primeira tendência, é a naturalização do significado histórico e social do anarquismo, desconsiderando os diferentes contextos em que ele esteve presente. Como chama atenção Marco Aurelio Santana Rodrigues (2010), antes de ser um *dado*, precisamos tomar a emergência do anarquismo como *problema* de pesquisa a ser investigado, perguntando pelas configurações específicas que ele pode tomar em sua circulação.

Dentre os trabalhos mais recentes, também podemos indicar o número crescente de pesquisas baseadas na investigação da biografia de militantes, geralmente imigrantes, que atuaram no movimento operário da época. Assim, a relação entre anarquismo e imigração tem sido explorada, reforçando as interpretações clássicas sobre a formação da classe operária em São Paulo, como Fausto (1976) e Maram (1979), com a vantagem de permitir visualizar o

⁵ Ainda que nesse texto em particular a frase de Schwarz se refira ao ambiente intelectual no qual se movia o pensamento de Marx, acredito que possamos estendê-lo ao pensamento revolucionário europeu em geral.

caráter verdadeiramente transnacional do movimento anarquista (ROMANI, 2002; TOLEDO, 2004; SAMIS, 2018). A maior parte desses trabalhos, entretanto, tem se dedicado a investigar o anarquismo em São Paulo, onde a associação com a colônia italiana era de fato fortíssima. Para estudar o caso do Rio de Janeiro, entretanto, me parece que a associação acaba sendo exagerada⁶ ou, pelo menos, inadequada para abordar algumas questões que vão nos interessar ao longo da tese. O ponto principal é que, demonstrando a consistência do ideário anarquista trazido com os militantes estrangeiros, a tentativa de demarcar a “cultura anarquista” particular por vezes acaba redundando em uma tentativa de recortá-la “à tesoura” – tal e qual o modelo europeu. Se, por um lado, a descrição das iniciativas e práticas associativas dos grupos anarquistas realizada pelas pesquisas mais recentes fez com que hoje tenhamos uma compreensão muito mais densa da atuação desses grupos, por outro lado acredito que ainda seja necessário sondar mais as suas ambiguidades e ambivalências nas relações que mantinha com o contexto político e intelectual brasileiro da época.

O interesse em analisar o caso dos libertários no Rio de Janeiro vem justamente da possibilidade de inseri-lo dentro da vida política da capital, na qual disputaram intensamente com outras correntes políticas o seu lugar ao sol, se contrapuseram a formas de associação que lhes pareciam atrasadas e paternalistas, e compartilharam as agruras do trabalho de organização das classes trabalhadoras naquele que era o principal polo da vida econômica e industrial do país, pelo menos durante as primeiras décadas do século XX. Não estamos querendo questionar o papel decisivo dos imigrantes na criação e difusão da ideologia anarquista, até porque não buscamos estudar as *origens* do anarquismo no Brasil e nem narrar a sua história. Apenas se trata de explorar outro ângulo, uma perspectiva que conecte com o processo de abolição da escravidão, com o peso do positivismo no ambiente intelectual da época, com as questões que marcaram o pós-abolição, entre outras. Afinal, a classe trabalhadora não chegou de navio a vapor no Brasil. A pesquisa parte, portanto, do adensado campo de pesquisa sobre a construção da cidadania no Brasil republicano, cujos significados sociológicos e historiográficos vêm sendo amplamente discutidos na bibliografia especializada.

Quanto à análise sociológica do sindicalismo, nossa pesquisa segue a trilha dos trabalhos produzidos a partir dos anos 1970 que matizaram o diagnóstico “são-paulocêntrico” de hegemonia do anarquismo no movimento operário brasileiro da Primeira República. Os trabalhos de Maria Cecília Velasco e Cruz, Angela de Castro Gomes e Claudio Batalha são as

⁶ Como lembra Samis (2002, p. 21), “o mito do *imigrante radical* foi também uma produção do próprio *establishment*, buscando em fatores ‘alienígenas’ a explicação para as suas crises cíclicas”.

referências principais do estudo sobre o movimento operário no Rio de Janeiro. Os três apontam as disputas que os libertários mantiveram com outros grupos políticos de influência igual ou até maior sobre o operariado local. De acordo com Gomes, os anarquistas “compartilharam com os socialistas problemas semelhantes de organização e propaganda” (2005, p. 85).

O estudo de Maria Cecília Velasco e Cruz (1981) sobre as correntes do movimento operário no Rio de Janeiro no início do século questionou as premissas e explicações apresentadas pela geração anterior de trabalhos sobre o sindicalismo. Chamando atenção para o caráter dicotômico da classe operária projetada por esses estudos, cindida entre nacionais e estrangeiros, a autora argumenta que

É por esta via, e com maior ou menor ênfase, que a literatura acaba se apoiando na teoria da modernização, e em última análise, explicando a diversidade de comportamento político da classe operária pelo universo de valores tradicional ou moderno presente entre os trabalhadores nos dois tempos do modelo: o movimento operário posterior a 30 é reformista porque constituído de brasileiros recém-emigrados do campo e, por conseguinte, da sombra protetora e autoritária do senhor de terras; o movimento operário anterior a 30 é revolucionário porque constituído de operários estrangeiros modernos, politizados, e já socializados na estrutura de relações individualizadas, igualitárias e horizontais que emergem com a moderna sociedade industrial (CRUZ, 1981, p. 151).

Ou seja, o problema da supervalorização da imigração na explicação do movimento operário está ligado à visão negativa que tal esquema projetava sobre a classe trabalhadora nacional. Contra essa perspectiva dicotômica que associa brasileiro/reformista e estrangeiro/anarquista, a autora argumenta que a origem nacional não poderia ser tomada como explicativa do comportamento político, na medida inclusive em que aquela correlação direta não ocorre na classe operária do Rio de Janeiro. Ponderando as distorções dos censos disponíveis e procurando corrigir seus dados, Cruz mostra como no Rio de Janeiro a composição da força de trabalho traz diferenças significativas em relação a São Paulo. Pelo censo de 1920, na capital federal os brasileiros superavam em 33,8% os estrangeiros na composição da força de trabalho total, enquanto em São Paulo essa proporção era praticamente meio a meio. Assim, na capital federal são os nacionais e não os estrangeiros que constituíram maioria na classe trabalhadora, tanto na indústria quanto no setor de serviços. Além disso, nos poucos setores em que a mão de obra imigrante supera a nacional, encontramos organizações ligadas ao sindicalismo “amarelo”⁷, como entre os trabalhadores de transportes urbanos terrestres, ajudando a desfazer o mito do “imigrante radical”.

⁷ Tomamos aqui a definição de Claudio Batalha, para quem os amarelos eram “um agrupamento heteróclito de socialistas, republicanos sociais, positivistas e reformistas de diversos tipos” (BATALHA, 1986, p. 165). Apesar

Vale dizer que, pelos dados censitários de 1890, 1906 e 1920, a porcentagem de estrangeiros ficou em torno de 25% da população total da capital. Pelo censo do Distrito Federal de 1906, dentre os estrangeiros, os portugueses eram maioria absoluta (63%), seguidos de italianos (12%) e espanhóis (10%). Esses dois últimos constituíam, somados, menos de 6% da população total. Além das diferentes nacionalidades, o diagnóstico de grande heterogeneidade das classes trabalhadoras também se apoia na grande disparidade de relações de trabalho das principais atividades econômicas. Corrigindo os dados dos censos, Cruz aponta que o ramo têxtil, de configuração eminentemente fabril, reunia apenas 12% dos operários do setor industrial. A maioria dos operários (34%) estava no setor de “Vestuário e toucador”, incluindo alfaiates, costureiras, chapeleiros, sapateiros, dentre outros ofícios organizados ainda de modo artesanal ou semi-artesanal, contando em boa medida com o trabalho a domicílio. A construção civil, a metalurgia e o trabalho em madeiras também concentravam, somados, mais de 30% do total de trabalhadores nas indústrias. Se o baixo nível de formalização do emprego era geral na época, dada a ausência de legislação trabalhista, e a precariedade do assalariamento era fonte de constantes denúncias e conflitos, mesmo nos setores industriais, vale lembrar ainda que, pelos dados do censo de 1906, 51% da população da capital era classificada na ampla e vaga categoria do “serviço doméstico, jornaleiros e outros”. Ou seja, a vida de trabalho ocasional e incerto, procurados nos serviços diversos negociados nas ruas, ainda era o destino de enorme parcela dos trabalhadores.

Para nossa pesquisa, entretanto, mais importante do que a composição social das classes trabalhadoras é discutir a configuração das relações de dominação e conflito político que marcou aquele contexto. A interpretação mais estabelecida sobre a Primeira República tem chamado atenção para o caráter oligárquico e excludente da ordem política efetiva, com enormes restrições à participação política e mesmo o não reconhecimento da cidadania e acesso aos direitos pela maioria da população. Ainda que pesquisas mais recentes tenham matizado esse diagnóstico, destacando que não se tratou de um vazio de projetos e iniciativas por parte da sociedade civil para democratizar o poder político e expandir o mundo dos direitos, tais iniciativas não conseguiram transformar substantivamente o Estado e o grau de monopólio do poder político. As fraudes eleitorais, a restrição da disputa política e, especialmente, a aversão à participação popular mais intensa permitem sustentar a visão de um “Estado antissocial” (CARDOSO, 2010).

da heterogeneidade em termos de filiação política-ideológica, seria possível reuni-los em um *tipo* pelo fato de “no plano sindical, essas correntes desenvolveram práticas bastante similares, e seus discursos tinham muitos pontos em comum” (Ibidem, p. 391).

No que interessa diretamente a nossa pesquisa, a questão que se coloca é entender de que modo tal ordem política se relacionava com o discurso e a proposta anarquista. Esse é um ponto contraditório das avaliações sobre os seus sucessos e fracassos naquele contexto. Por um lado, a forte repressão estatal ao movimento operário, o alto ônus individual da participação e a criminalização da imprensa anarquista e operária, somadas à abundância de força de trabalho disponível e às divisões étnicas têm sido tomados como fatores que explicam as dificuldades do movimento operário naquele contexto. Por outro lado, os trabalhos também apontam que, em um regime praticamente fechado à participação política das classes trabalhadoras, a ideia anarquista ganhava força e pertinência. Pensando a partir da situação dos imigrantes, mas estendendo seu raciocínio aos nacionais, Bóris Fausto afirma que

A classe dominante e o Estado tinham um comportamento tendente a reforçar tal apreensão da realidade. Restringindo-me ao caso brasileiro, não havia interesse (nem necessidade) de favorecer a incorporação das massas, inclusive as de origem nacional, ao processo político. Os imigrantes estavam sendo transplantados para o país não como cidadãos mas, tanto quanto possível, como ‘força produtiva pura’. A política oligárquica podia assim ser facilmente identificada com a política em geral, um sujo e monótono jogo destinado a perpetuar o autoritarismo dos exploradores. Em um país como o Brasil, onde imperava uma ordem política fortemente excludente, é fácil perceber como a rejeição desta instância podia ser atraente também para elementos das classes populares nacionais. O reino da política não era o campo específico de confrontação dos diferentes interesses de classe, mas a área privilegiada de ação dos “ricos”, todos eles mais ou menos iguais em suas intenções de explorar em proveito próprio e de seus afilhados a máquina estatal. Mais uma vez, o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes (1976, p. 69).

Os trabalhos clássicos de Chalhoub (2012) e Carvalho (1987) ainda adicionam, ao quadro apresentado por Fausto, a identificação de uma relação de franca hostilidade entre as camadas populares e as autoridades públicas. Estudando os conflitos entre policiais e a população mais pobre da capital, Chalhoub afirma que “os membros das classes populares possuíam um conhecimento prático de que tinham de desconfiar da autoridade constituída, boicotar sua ação e resistir com violência quando possível” (2012, p. 289). Já Carvalho lembra que “o povo do Rio, quando participava politicamente, o fazia fora dos canais oficiais, através de greves políticas, de arruaças, de quebra-quebras. Ou mesmo através de movimentos de natureza quase revolucionária, como a Revolta da Vacina” (1987, p. 90). Ainda que a revolta fosse expressão excepcional desse estado de coisas, o autor reconhece que a atitude da

maioria da população era que “do governo, queria principalmente que o deixasse em paz” (Ibidem, p. 90)⁸.

Vale lembrar ainda que, além da pancada que destinava aos seus inimigos internos, o Estado brasileiro era “raqúitico” em sua ossatura institucional, alimentada pelo liberalismo e submissão aos potentados locais, com baixa capacidade de propor políticas públicas e de instituir a política como “lugar de mediação e construção de identidades sociais” (CARDOSO, 2010). Tendo em vista esse quadro político mais geral, partimos da seguinte questão: se a relação entre o Estado republicano e as classes populares foi marcada pela exclusão e pelo não reconhecimento da cidadania, como os anarquistas pensaram e buscaram construir a transformação dessa situação de *exclusão* em uma *negação* revolucionária daquela ordem social?

O argumento mais geral que buscamos desenvolver é que, para responder a essa questão, faz-se necessário recuperar não apenas a crítica dos libertários ao caráter violento e opressor do Estado, mas principalmente suas visões sobre a própria sociedade. Através da pesquisa sobre a imprensa anarquista editada no Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX, buscaremos responder a essa questão explorando especialmente as suas análises sobre a situação das classes trabalhadoras do país e os dilemas que encontraram na sua própria atuação no movimento operário. Assim, é necessário apontar desde já que as “visões do Brasil” presentes na imprensa anarquista são construídas de um ângulo muito específico, desde um ponto de vista militante, por assim dizer. Isso significa que é desde dentro da sua atuação política, expondo seu entendimento sobre a “questão social” no Brasil e apresentando suas propostas de transformação social, bem como sobre as dificuldades encontradas na realização do seu ideal, que os libertários produziram uma visão do país que nos interessa aqui reconstituir. Em primeiro plano, nessa imagem, estarão os efeitos nefastos da “desorganização social” no mundo do trabalho, contra os quais se debatiam na sua propaganda enérgica e utópica pela emancipação dos trabalhadores a partir de sua própria auto-organização.

De acordo com John Duda (2013), o termo “auto-organização” passou a ser utilizado na literatura anarquista a partir das traduções para o inglês que Sam Dolgoff fez da obra do russo Mikhail Bakunin, nos anos 1970. Enquanto a literatura clássica falava apenas em “livre organização” dos trabalhadores, a ligeira inserção feita por Dolgoff estava relacionada com a incorporação das teorias da cibernética no debate libertário dos EUA, mas logo o termo se

⁸ Teresa Meade chega a dizer que havia “near constant war that the lower classes waged against the manufacturers, the transit companies, and the government during the Old Republic” (1997, p. 177).

popularizaria, extrapolando tal uso. Do nosso ponto de vista, apenas reforçamos as considerações de Duda:

the principle of self-organisation is, in both successes and failures, necessarily manifested in concrete assemblages, always impure, subject at least in part to other tendencies away from the elegant prefigurative solution (in which the means are not only understood to resemble the ends desired, but because of this very resemblance the former are understood to be uniquely adequate to the task of realising the latter) (2013, p. 57).

Ainda que as concepções anarquistas da auto-organização não sejam as únicas existentes, decidimos utilizar o termo pela forte ressonância que possui com a ideia de “autonomia”, tão importante para compreender as iniciativas dos libertários naquele contexto e o choque que promoviam com o cenário associativo local.

Tendo em vista os objetivos enunciados acima, é importante esclarecer que a tese não busca reconstituir o processo de formação dos grupos ou correntes militantes anarquistas atuantes no Rio da Primeira República. Ao longo da tese, mesmo o trabalho de conectar e referenciar as práticas que se desenvolveram aqui com as correntes do anarquismo na Europa (ou mesmo fora dela), tais como estabelecidas pela sua historiografia, foi praticamente deixado de lado, em benefício da investigação da relação que mantiveram com o contexto “local” da época. Por isso, ainda que a tese busque analisar o pensamento social anarquista, não realizamos nada próximo de uma “história das ideias”, para a qual a discussão das matrizes intelectuais das diversas correntes anarquistas seria imprescindível. Dentre outros motivos, nos incomoda a recorrente visão difusionista do processo de circulação de ideias, tão presente nas teses e dissertações sobre o tema, pela qual o quadro de significados do anarquismo já aparece estabilizado e definido pelas experiências europeias e depois é transposto para o caso brasileiro sem maiores problematizações.

Sendo uma tese com clara ligação com a área de pensamento social, vale justificar aqui porque utilizei “visões do Brasil” e não “interpretação do Brasil”. Não foi apenas pela ausência de algo como um *ensaio* de interpretação do país tal qual se costuma trabalhar na área. Certamente concorreu para tal ausência a alta exigência envolvida em um trabalho de fôlego maior e/ou o simples fato de que a produção intelectual estava direcionada para outros fins (como peças e romances de propaganda, por exemplo). Mas também deve ser levado em conta que essa produção se distancia dos marcos nos quais os intelectuais da época buscaram produzir um projeto de *nação*. Para verificar até que ponto os anarquistas se distanciavam das compreensões hegemônicas sobre o próprio povo e das formas de intelecção do social da época, é necessário situá-los dentro daquele contexto intelectual. Como mostraremos, os

libertários não estiveram imunes à influência das teorias científicas que marcaram a vida intelectual do período⁹, mais preocupadas com as “patologias da modernidade” do que com as “formas patológicas de acesso ao moderno”, para inverter aqui a formulação de Werneck Vianna (1999) sobre o pensamento social brasileiro.

A noção de “visões do Brasil”, no plural, também parece mais apropriada ao trabalho coletivo de produção intelectual realizado pelos libertários. Essas visões se encontram dispersas, não sistematizadas, nos textos da imprensa anarquista. Nosso objetivo foi identificar algumas linhas de força, algumas ideais centrais a partir das quais podemos ordenar esses fragmentos. Nesse trabalho se mostrou necessário respeitar o princípio democratizante de participação na palavra escrita – tal como trabalhado por Jacques Rancière (2017) – que será discutido mais adiante. Por isso decidi não me concentrar nas contribuições deste ou daquele intelectual que atuou nas fileiras libertárias, assumindo a autoria coletiva e o relativo borrar de fronteiras entre intelectuais e trabalhadores militantes como algo constitutivo daquela experiência.

O trabalho com a imprensa anarquista também nos ajuda a construir uma perspectiva mais descentrada e matizada sobre a vida intelectual do período. A posição marginal da produção intelectual libertária em relação aos espaços de consagração literária e sua franca oposição aos termos mais estabelecidos do debate político, especialmente ao nacionalismo, tornam-na especialmente atraentes para alargarmos nossa visão sobre as relações entre cultura e vida social. Nesse sentido, a escolha da imprensa como material de pesquisa é crucial para a desestabilização das visões mais assentadas sobre a vida intelectual. Construídas nas trincheiras de combate e revelando o dissenso nas leituras concorrentes sobre a realidade local, as visões libertárias sobre o país ao mesmo tempo rompiam e reproduziam um repertório intelectual que marcou aquele contexto político-ideológico.

Ao longo do processo de pesquisa escolhemos não trabalhar com os romances de cunho social, tal como concebidos por escritores libertários como Fabio Luz, Curvello de Mendonça e Domingos Ribeiro Filho. Sinto que não teria muito a acrescentar além das excelentes análises realizadas por Arnoni Prado (2004) que destacam os problemas de verossimilhança e os desencontros entre intenção doutrinária e realização estética. Cabe apenas anotar que, no campo da criação literária, a influência de Tolstói e seu misticismo de

⁹ Como afirma Brasil Jr., “a percepção de que haveria *um reino social autônomo e explicativo em si mesmo* não fazia parte dos princípios cognitivos orientadores dos principais *ensaios de interpretação* da realidade nacional desenvolvidos nas décadas de 1910 e 1920, ensaios que mobilizaram, não raro, critérios de ordem racial, climática e geográfica para dar conta das especificidades da formação histórica brasileira” (BRASIL JR., 2007, p. 29, grifos do autor).

inspiração cristã esteve muito presente (GOMIDE, 2004), especialmente na definição do ambiente rural em que se passam os principais romances libertários produzidos naquele período – no que contrastam com o raríssimo tratamento, nos periódicos anarquistas editados na capital, de questões agrárias e com a quase inexistência de textos sobre os camponeses. Por outro lado, um escritor tão sensível às desigualdades sociais no mundo urbano como Lima Barreto, ainda que tenha colaborado na imprensa libertária, rejeitou o modelo de literatura engajada com propósito doutrinário adotado pelos romances de propaganda. Assim, ainda que o trabalho de Arnoni Prado tenha apontado como a matéria brasileira aparece na estrutura formal dos romances, me parece que a pergunta que nos fizemos não poderia ser respondida pelas obras literárias quase esquecidas dos escritores anarquistas.

A principal dificuldade metodológica envolvida na reconstituição do pensamento libertário sobre o país a partir de textos dispersos na sua imprensa está relacionada à grande fragmentação e baixa sistematização dos assuntos tratados. Problema que se agrava pelo fato dos grupos anarquistas não construírem programas ou manifestos partidários como outros grupos políticos das esquerdas. A questão da autoria, por exemplo, se coloca na medida em que estamos lidando com uma produção intelectual coletiva, irrecuperável se nos concentrássemos apenas nos textos produzidos por alguns dos seus intelectuais mais prolíficos. Além disso, não é possível avaliar discretamente para cada passagem em que medida as ideias que expressam eram compartilhadas pela maioria dos militantes libertários. Por isso, o trabalho de pesquisa sempre lidará com o risco de construir uma imagem coerente e unívoca que apague as contradições ou aplaine o terreno acidentado das múltiplas vozes que compõem aquela imprensa – problema que buscamos atenuar valorizando as tensões que atravessam o pensamento libertário da época. De todo modo, acredito que o interesse contemporâneo em alargar o escopo do pensamento social, incluindo autorias periféricas e modalidades de reflexão e escrita mais distantes das convenções dominadas pela elite intelectual, torna necessário que se enfrente esse tipo de desafio metodológico.

Além disso, é impossível separar totalmente a dimensão mais “sociológica” e a dimensão retórica do discurso político. A função primordial da imprensa anarquista era a propaganda do ideal entre os trabalhadores brasileiros. Assim, as páginas dos jornais eram ocupadas por textos que divulgavam a compreensão anarquista sobre a “questão social” tal como pensadas pelos seus principais teóricos europeus e anunciavam o porvir revolucionário em marcha no mundo inteiro. Outras tantas páginas eram dedicadas ao debate em torno do modelo de organização sindical e política que deveria ser adotado pelos libertários – a famosa questão da estratégia revolucionária. Porém, nos interessa menos esse nível propagandístico

do discurso libertário do que as reflexões que elaboraram sobre as dificuldades e alcances de seu próprio esforço de construção de organizações e iniciativas que pudessem transformar a situação dos trabalhadores. Por isso também não estamos tão interessados nos textos de exposição doutrinária mais bem acabados. Analisaremos o papel da imprensa anarquista menos como o de construção da auto representação dignificante do trabalhador – coisa que ela também precisava fazer em uma sociedade marcada pela degradação do trabalho manual e pela desvalorização do trabalhador nacional – e mais enquanto via de acesso às reflexões militantes sobre os dilemas do processo de emancipação.

Articular a reconstituição das visões do Brasil presentes nessa imprensa com a discussão sobre os dilemas da auto-organização é uma proposta que encontra inteligibilidade dentro do quadro mais amplo de “levar a sério” o pensamento/reflexividade dos atores sociais. De fato, uma das marcas principais da História Social como campo de pesquisa tem sido a contraposição à uma historiografia excessivamente estruturalista ou economicista que apagara os conflitos, as iniciativas dos “vencidos”, a palavra dos subalternos. Em relação ao caso brasileiro mais especificamente, a crítica da “tese da passividade inata da classe operária brasileira” (Fortes, 2006) está no ponto de partida da agenda de pesquisa da história social do trabalho, tal como ela vem se desenvolvendo desde os anos 1970/80.

No entanto, me parece que tal ênfase na agência dos sujeitos tem muitas vezes negligenciado, contraditoriamente, a dimensão propriamente reflexiva dos atores sociais, especialmente quando esses escreviam sobre aquilo que percebiam como as próprias insuficiências das suas iniciativas de associativismo e ação coletiva. O intuito de escapar de uma história dos “vencedores”, ou de uma análise pela “falta”, não pode desconsiderar a fala dos sujeitos justamente quando esses expressavam insatisfação e frustração com relação ao movimento social ao qual dedicavam suas energias. Claro que os principais estudos de história social do trabalho repararam neste ponto, mas estavam mais preocupados em afastar as distorções que esse tipo de visão do proletariado “atípico” (BATALHA, 1992) teria projetado nas análises historiográficas e sociológicas, onde foram incorporadas acriticamente. Voltaremos a esse tema para explorar de forma mais sistemática como os atores buscaram elaborar discursivamente aquilo que se apresentava como “fraqueza” do movimento. Manter em foco tal preocupação me parece ainda mais imprescindível quando se estuda uma corrente revolucionária como o anarquismo pois, mais do que no marxismo, aqui a própria capacidade da sociedade se auto-organizar para reverter/destruir as formas de dominação/opressão existentes estará no centro de toda a discussão e ação política.

A perspectiva teórica que tomamos para analisar a atuação dos militantes libertários junto às classes trabalhadoras se distancia um pouco do enquadramento thompsoniano que tem sido predominante nos trabalhos de história social voltados para o movimento operário. Se é verdade que a influência de E. P. Thompson teve muitos efeitos positivos nas pesquisas sobre o tema, afastando o viés mais economicista das análises da formação da classe trabalhadora, por outro lado me parece que ela carrega problemas teóricos que indicaremos muito brevemente aqui. Em relação ao arcabouço conceitual, não trabalharemos nesta tese com a noção de “consciência de classe”, cuja presença no arsenal marxista é mais do que conhecida, nem entendemos a formação da classe operária como “sujeitos” que vão progressivamente se tornando “autoconscientes”. Ao invés de um esquema teleológico ou essencialista sobre a consciência ou “identidade de classe”, Étienne Balibar relembra que a classe está sempre envolvida em relações com o Estado, com as outras camadas populares, com a Igreja e outras instituições.

Eu afirmaria, para começar, que aquilo que se manifestou, ao longo do século XIX e XX, como uma 'identidade proletária', relativamente autônoma, deve ser entendida como um efeito ideológico objetivo. [...] esse efeito ideológico não tem nada de espontâneo, automático, invariável. Pelo contrário, ele procede de uma dialética permanente de práticas operárias e de formas de organização, nas quais não intervêm somente as 'condições de vida', as 'condições de trabalho', as 'conjunturas econômicas', mas também as formas que tomam a política nacional no quadro do Estado (por exemplo, a questão do sufrágio universal, da unidade nacional, as guerras, a questão da laicidade escolar e religiosa, etc.). Portanto, uma dialética constantemente sobredeterminada na qual uma classe relativamente individualizada se constitui somente por suas relações com todas as outras, no seio de uma rede de instituições (BALIBAR, 2007, p.227-8).

Buscando escapar de uma visão mecânica sobre a passagem das “condições objetivas” para as “condições subjetivas”, ou da tendência à naturalização de uma expressão historicamente situada da “identidade de classe”, Balibar ressalta a dialética sobredeterminada por múltiplas instâncias e instituições que constituiu certo modelo da classe operária dos séculos XIX e XX. Mais importante, no entanto, é a ideia de que

Não devemos, com efeito, cair em um reducionismo inverso, exatamente aquele sustenta a representação idealizada da 'classe-sujeito', identificando cada vez mais o movimento operário com as organizações operárias, e a unidade – mesmo relativa – da classe com esse movimento. Entre esses três termos sempre existiu necessariamente um deslocamento [décalage] gerador das contradições que fazem a história real, social e política, da luta de classes. Não apenas as organizações operárias (especialmente os partidos políticos operários) não representaram jamais a totalidade do movimento operário, como acabaram entrando periodicamente em conflito com ele [...]. De modo que sempre há um momento em que o movimento operário precisou se reconstituir contra as práticas e formas de organização existentes. É por isso que as divisões, os conflitos ideológicos (reformismo e ruptura revolucionária), os dilemas clássicos e sempre renascidos do 'espontaneísmo' e da 'disciplina' não representam acidentes, mas a substância mesma dessa relação (BALIBAR, 2007, p.228).

Assim, analisar a atuação dos intelectuais e militantes libertários envolve pensar como participaram de disputas simbólicas e políticas que são constitutivas da relação entre classe, organização e movimento. Não partimos do pressuposto de que os anarquistas ou qualquer outro grupo possuísse a chave da “verdadeira” compreensão da classe operária, sendo necessário reconhecer que a identificação e o compartilhamento de interesses coletivos é sempre uma construção política coletiva e, assim, envolvem necessariamente o dissenso. É na disputa entre os diferentes atores que poderemos entender qual foi a especificidade da intervenção dos libertários, e em que medida ela pesou na configuração das formas de ação coletiva e luta política do movimento operário.

É comum que trabalhos da área de história social do trabalho reconheçam, por exemplo, que as atitudes dos militantes em relação à “massa operária” variaram “do desprezo à condescendência” (BATALHA, 1997, p. 92), ou ainda que não faltam juízos “etnocêntricos” (BIONDI, 1998) nas representações que fizeram do próprio povo. No entanto, acredito que muitas vezes a abordagem teórica que prevalece nos trabalhos inspirados pela perspectiva thompsoniana, não transforma esse achado empírico em algo significativo do ponto de vista da análise. Buscamos encaminhar esse tipo de problema inspirados na abordagem realizada por Jacques Rancière em seus trabalhos sobre história operária. Importante aqui destacar que não se tratam de trabalhos historiográficos, mas de uma investigação sobre o problema político-filosófico da emancipação a partir de uma estratégia “arqueológica”, no caso a partir da produção intelectual operária de meados do século XIX na França. Interessam-me especialmente seus trabalhos publicados nos anos 1970 e 1980, como os livros *A Noite dos Proletários* e *Le philosophe et ses pauvres*, e os artigos na revista *Les Revoltes Logiques*. Na apresentação, escrita em 2011, para a compilação de seus artigos publicados originalmente na revista, Rancière reconstrói retrospectivamente o sentido daquela iniciativa. A ênfase que o coletivo da revista buscava seria, então, a reconstrução de uma história do movimento operário, ou melhor, do *pensamento* operário a partir de suas bifurcações, ambiguidades e contradições.

To the controversies between Marxist schools, as well as the anti-Marxist imprecations of the ‘new philosophers’, Les Revoltes logiques opposed the need to enter into the quick of the contradictions that had constituted working-class history and the revolutionary scene, knowledge of which was the only way to help understand the vicissitudes and disillusiones that doctrinaires exhausted themselves in deducing from principles – or from unfaithfulness to principles (RANCIÈRE, 2011, p.11).

Assim, continua Rancière, buscava-se um uso da história distinto tanto da historiografia militante, interessada em desenterrar alguma tradição política “autêntica”,

quanto da historiografia acadêmica que procurava um cotidiano operário por trás das flutuações do proselitismo político e das representações mistificadoras. O ponto central é que não existe o “cotidiano” ou o “espontâneo” dos trabalhadores fora das representações construídas socialmente. Evitando assim qualquer dualismo, o autor afirma que

What then had to be challenged in both Marxist and anti-Marxist dogmatism was not a fine tradition of the revolutionary movement or a certain knowledge of the realities of the world and of workers' movements. It was not a history of voices from below against one of discourse from above, a history of individuals against that of collectivity, or of spontaneous movements against that of organizations and institutions. It was a history that questioned the very functioning of these pairs of opposites, and also those that opposed realities to representations (Ibidem, p.13).

A nosso ver, a recusa de Rancière em relação a uma historiografia que representasse as “vozes de baixo” está menos, obviamente, no interesse político por recuperar essas vozes, mas na representação subentendida por essa formulação, na qual a relação entre os “de baixo” e os “de cima” aparece como uma relação de *exterioridade*. Para Rancière, o interessante é exatamente aquilo que embaralha essas distinções claras, onde cada coisa “aparece no seu lugar”. Essa é justamente a sua proposta de pensar a política como aquilo que desestabiliza a “partilha do sensível”, a disposição dos lugares sociais e suas hierarquias, questão que já estava presente no livro *A noite dos proletários*. Perseguindo em outro sentido o caminho que havia levado estudantes universitários para as fábricas no pós-maio de 1968, Rancière inicia os seus estudos sobre a “intelectualização” dos proletários (SUTER, 2011). O andamento tortuoso da sua prosa e o tratamento internalista dos textos que analisa evidenciam que seu objetivo não é, de modo algum, fazer a reconstituição historiográfica do movimento operário francês pré-1848, mas iluminar, a partir de suas sinuosas vias, o problema da emancipação. Trata-se, portanto, mais uma contribuição ao problema político-filosófico por um caminho arqueológico¹⁰ do que uma historiografia orientada filosoficamente.

Recusando o pressuposto substancialista de uma “consciência de classe” que pudesse ser estabilizada, definida em algum corpo doutrinário ou teoria científica, Rancière enfatiza que “não há uma única ‘voz do povo’. Só existem vozes partidas, polêmicas, sempre dividindo a identidade que elas apresentam” (RANCIÈRE, 2011, p.12). Mais importante ainda é o tratamento relacional e contextualizado da produção intelectual e da atuação política dos libertários. Ainda que esteja se referindo aqui à relação do pensamento de Marx com o espaço ideológico do seu tempo, acredito poder citar o trecho seguinte de Balibar como indicador de um princípio mais geral de análise:

¹⁰ O próprio autor assim classifica o tipo de investigação que realizou naquele contexto, obviamente influenciado por Michel Foucault, ver RANCIÈRE, 2012, p.16.

O que nossas análises, mesmo muito alusivamente, nos mostram de fato é que a teoria e a ação política de Marx não possuem nenhum espaço *próprio* na configuração ideológica do seu tempo. Essa configuração é ela mesma um espaço completo, sem lacunas onde o discurso especificamente 'marxista' pudesse se achar ao lado ou em face daqueles outros. É por isso que ele se encontra condenado à jogar esses discursos uns contra os outros [...] (BALIBAR, 1997, p.233).

Ou seja, ao invés de tomar como pressuposto que as ideias libertárias estariam por definição separadas dos imbróglis ideológicos do seu tempo, pelo fato de se voltar radicalmente contra aquela ordem social, é necessário explorar de modo mais detido os pontos de contato que mantinha com outras teorias e ideologias políticas da época. Isso posto, não acredito que possa ser tirado dos trabalhos de Rancière e Balibar, cujas diferenças teóricas não irei explorar aqui, algo como uma “metodologia” de análise da história do movimento operário¹¹. Eles funcionam como inspiração e orientação teórica mais geral para o trabalho de pesquisa sobre a produção intelectual e atuação política dos libertários.

É verdade que a distância entre as concepções político-ideológicas de militantes e as representações e visões de mundo disseminadas nas próprias classes trabalhadoras vem sendo observada e pensada no interior da tradição de história social do trabalho. O próprio Hobsbawn chamava atenção, nos anos 1970, para o problema de tomarem-se as direções dos partidos como representativas das próprias classes trabalhadoras. Dentre as pesquisas sobre a classe operária na Primeira República, Claudio Batalha trabalha com uma distinção entre “cultura militante” e “cultura popular” (1986) visando justamente destacar as críticas mantidas pelos militantes a diversos aspectos das formas de lazer e das práticas culturais das camadas populares. No entanto, acredito que o conceito de “consciência de classe” – utilizado tanto por Thompson quanto pela maior parte da historiografia marxista – é refém de uma problemática que, ao fim e ao cabo, acaba por esvaziar essa tensão, já que ou bem toma um modelo do que é (ou deve vir-a-ser) essa consciência, ou aceita que a sua conformação é empiricamente variável, perdendo o caráter crítico que o conceito mantinha na sua formulação original.

Busco pensar a produção da palavra operária conectada ao problema da emancipação, entendido como um caminho tortuoso, contraditório, problemático, quiçá aporético. Isso significa, em primeiro lugar, que a relação mantida entre os militantes e a “massa operária” é necessariamente uma relação tensa, marcada pela crítica, pela frustração, pela hostilidade e

¹¹ Particularmente no caso de Rancière, suas críticas recorrentes aos modelos de historiadores e sociólogos, reforçadas na sua obra mais recente, fariam dessa tentativa uma verdadeira heresia. Ainda assim, vale lembrar que o pensamento de Rancière, especialmente a sua definição de política como “dissenso”, vem informando trabalhos na sociologia brasileira desde os anos 1990 (SZWAKO, 2009). Para uma crítica certa da “anti-sociologia” de Rancière ver TOSCANO, 2011.

não apenas pela positivação de uma “identidade”. É uma relação que visa a transformação dos próprios sujeitos em nome dos quais toma a palavra. Em segundo lugar, porque entendemos que toda prática política carrega suas contradições, não mantendo uma relação transparente com a própria realidade na qual intervém. Essa inspiração é decisiva para os rumos que o trabalho de pesquisa tomou. Ao longo da tese, além dos textos de denúncia das violências e brutalidades sofridas pelos trabalhadores, centrais para a crítica social veiculada pela imprensa anarquista, privilegiamos os artigos e avaliações que os militantes fizeram do proletariado “realmente existente”. Assim, buscamos conectar as suas visões do Brasil com os dilemas que encontravam na sua própria prática política, valorizando justamente o seu ângulo militante de observação.

O *cópus* principal do nosso material de pesquisa é constituído de oito periódicos editados no Rio de Janeiro entre 1903 e 1919, apresentados a seguir com a indicação do período em que foram publicados: *A Greve* (maio-novembro 1903); *Kultur* (março-outubro 1904); *A Voz do Trabalhador* (julho 1908 à dezembro de 1909 e janeiro 1913 à junho 1915); *A Guerra Social* (junho 1911 à outubro 1912); *A Vida* (novembro 1914 à maio 1915); *Na Barricada* (março 1915 à maio 1916); *O Debate* (julho-outubro 1917) e *Spártacus* (agosto-dezembro 1919). Como se pode perceber, a maior parte dessas iniciativas teve vida curta, determinada seja pela precariedade de meios materiais, pelas oscilações dos arranjos políticos, ou pela repressão sistemática que sofriam dos aparelhos de Estado. Nem todos os periódicos selecionados se autodenominavam anarquistas. De longe, a revista *O Debate* foi a com perfil mais aberto para a colaboração de autores de diferentes correntes políticas, ainda que fosse dirigida pelos libertários Astrojildo Pereira e Adolpho Porto. Já o jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira (COB), ainda que não se proclamasse anarquista, foi o principal veículo de propaganda das concepções libertárias e do sindicalismo revolucionário no Rio de Janeiro, constituindo fonte das mais valiosas para o estudo do movimento operário do período. Dado o caráter efêmero de muitos desses periódicos, não é raro encontrar os mesmos colaboradores em diferentes jornais ao longo do tempo.

Para a escolha desses oito periódicos foram utilizados como critérios tanto a disponibilidade de suas coleções praticamente completas em acervos dos principais arquivos de história social e memória operária (especialmente o AMORJ/IFCS e o AEL/UNICAMP), permitindo a sua utilização em formato digitalizado, quanto o fato de cobrirem quase todo o período estudado. Outros periódicos da imprensa anarquista e operária, bem como da grande imprensa, foram utilizados pontualmente, sem entrar no levantamento exaustivo do conteúdo

dos acima mencionados. Somando todos os números disponíveis dos oito periódicos selecionados nos acervos consultados, temos como base da pesquisa um total de 185 edições cujo conteúdo foi fichado em tabelas para facilitar a visualização dos temas, autores, debates, etc. Uma discussão pormenorizada do perfil desses periódicos, dos grupos aos quais estavam ligados e etc. será realizada no primeiro capítulo, de modo que não nos estenderemos mais aqui.

A tese está organizada em três partes, que seguem o seguinte percurso. A primeira parte está voltada para a inscrição dos libertários dentro do contexto político, social e intelectual do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século. No primeiro capítulo buscamos mapear e apresentar o círculo dos anarquistas ativos na capital a partir do levantamento dos colaboradores da imprensa libertária. Assim, apontamos a composição heterogênea desse círculo, no qual tomaram parte tanto profissionais liberais e funcionários públicos, quanto trabalhadores manuais que constituíam a linha de frente da militância no movimento operário. Além do esforço conjunto que empreenderam para a construção da imprensa anarquista, buscamos indicar a importância que tomavam os “Centros de Estudos Sociais” nas iniciativas culturais e políticas dos libertários junto aos trabalhadores. Partindo de uma discussão teórica sobre intelectuais e movimento operário, indicamos como a doutrina anarquista, recusando a interferência de elementos externos à própria classe nos assuntos do sindicato, moldou o tipo de atuação que os intelectuais assumiram nesse movimento.

No segundo capítulo buscamos situar os anarquistas dentro de uma sequência histórica mais ampla referente à articulação dos radicalismos políticos no país. Tomando a trajetória de alguns dos principais intelectuais libertários brasileiros do período, mostramos como é possível pensar o anarquismo dentro de uma sequência que passa pelo movimento abolicionista, pela campanha republicana e desagua no movimento operário nascente. Ressaltando as consequências do desfecho articulado luta contra a escravidão e pelo fim do Império na configuração dos radicalismos políticos que emergem com a República, reconstituímos o surgimento da militância anarquista na capital através do jornal *A Greve* (1903) e situamo-la frente às duas principais expressões do radicalismo: o “jacobinismo” e o socialismo. No terceiro capítulo exploramos a relação dos libertários com o contexto intelectual da época a partir da sua relação com o positivismo. A partir dos debates presentes na revista *Kultur* (1904) e do projeto da Universidade Popular de Ensino Livre, destacamos o compartilhamento de uma visão de mundo cientificista e da crença na “instrução redentora” (BOTELHO, 2002).

A segunda parte da tese está voltada para a reconstituição das visões do Brasil presentes na imprensa anarquista. O capítulo quatro se dedica ao que chamei de *imagem do país* envolvida na sua crítica das instituições e relações sociais vigentes, que perseguimos através dos usos do termo “escravidão”. Sobressai aí a relação ambivalente com a noção de “progresso” e a visão negativa sobre o passado escravocrata, a partir da qual foi possível discutir como os libertários lidaram com a questão racial no país. O objetivo aqui é contribuir para a superação do “muro de Berlim historiográfico” (CHALHOUB; SILVA, 2009) que teria separado as áreas de pesquisa em história da escravidão e a história do trabalho – objetivo que vem sendo perseguido de modo muito frutífero pela historiografia do pós-abolição¹², com a qual busco dialogar. No quinto capítulo busco sistematizar a visão do Brasil dos libertários em torno da relação entre universalismo e particularismo, explorando as continuidades e descontinuidades que mantiveram com as teorias científicas que informavam as interpretações do Brasil do período. A partir das avaliações que fizeram do próprio movimento operário, ressalto a atenção aos efeitos da desorganização social no mundo do trabalho, e como isso informou o sentido que toma sua atuação e propaganda “regeneradora”.

Por fim, na terceira parte nos dedicamos à atuação dos anarquistas no movimento operário. No capítulo seis, além de indicar algumas tensões envolvidas no projeto do sindicalismo revolucionário, buscamos reconstituir as críticas que direcionaram às correntes políticas e formas associativas concorrentes, destacando os sentidos tomados pela noção de “autonomia” que orientava a proposta de auto-organização dos libertários. No sétimo e último capítulo analisamos três situações exemplares para discutir os dilemas da auto-organização, tal como eles aparecem na sua própria reflexão: as greves parciais dos têxteis e dos gasistas em 1908 e 1909, a campanha contra a carestia da vida em 1913 e as greves gerais de 1917-1919. Percorrendo os textos de avaliação desses movimentos, notamos como os anarquistas avaliaram o alcance das suas iniciativas de superar o paternalismo e o estado de desorganização dos trabalhadores, por vezes colocando em questão a adoção da estratégia sindicalista, ou pelo menos apontando os dilemas que ela carregava consigo. Assim, argumentamos que conectar as visões sobre o país com as reflexões dos anarquistas sobre a sua própria atuação é uma estratégia interessante para compreendermos o sentido daquela experiência histórica.

Por fim, um breve comentário sobre como cheguei a esse tema de pesquisa. Ainda que toda tese implique um mergulho em profundidade no tema, o universo dos anarquistas da

¹² Ver, por exemplo, NASCIMENTO, 2016.

Primeira República foi uma descoberta mais ou menos recente para mim. Tendo tido contato com alguns periódicos libertários do início do século por conta do trabalho como assistente na pesquisa da prof^a Lilia Schwarcz sobre Lima Barreto, o meu projeto de doutorado nasceu da curiosidade pelo o que até então desconhecia. Acreditava que minha experiência na área de pensamento social brasileiro, sobretudo por lidar com materiais textuais diversos e trabalho em acervos, me ajudaria na empreitada. Minha curiosidade era despertada basicamente por dois motivos. O primeiro, como já foi dito por muitos pesquisadores do tema, está relacionado ao relativo apagamento daquela experiência histórica na memória coletiva das esquerdas do país. Interesse que ganhava força com as muitas perguntas em aberto que tinha sobre o pós-abolição e com a possibilidade de realizar um exercício de “sociologia histórica”, digamos assim.

O segundo motivo estava vinculada ao impacto da conjuntura imediatamente posterior aos eventos de junho de 2013 no Brasil. Dentre muitas outras coisas, as mobilizações e conflitos de rua daquele período trouxeram de volta ao imaginário político um conjunto de elementos associado, de modo mais ou menos preciso, às correntes anarquistas. A ênfase na ação direta, o horizontalismo do ativismo em redes, a recusa das “burocracias” partidárias e sindicais e um afastamento das promessas “desenvolvimentistas” pareciam ter encontrado, pelo menos durante alguns meses, uma reverberação de massas. Foi nesse período que elaborei, no primeiro semestre de 2014, o projeto de pesquisa para o doutorado. Mas já naquele momento tinha a impressão de que, se o repertório de ação coletiva e as formas de ativismo estavam se transformando rapidamente, a propaganda política dos pequenos grupos anarquistas que eu conhecia, seguindo os moldes mais tradicionais do discurso combativo e classista, continuava atingindo muito poucos. Passada a empolgação dos dias mais quentes, voltavam à tona os descompassos entre militância e movimento de massas, travo amargo pros que se dedicam à construção de pequenos coletivos, carregado de frustração, cansaço e desânimo. Essa relação problemática, por assim dizer, esteve sempre no meu horizonte.

Esta tese não tem como objetivo reivindicar o legado daquilo que estuda, tal como se costuma fazer na bibliografia “militante”. Procurei manter uma perspectiva bastante crítica em relação à experiência dos anarquistas na Primeira República. Ainda assim, acredito que uma visão militante não deixa de estar presente, não apenas no interesse em investigar o passado das esquerdas no país, mas na compreensão de que a auto-organização não é apenas uma forma de resolver problemas, mas de criar novos problemas. E são as inquietações e interrogações de quem vive esses dilemas na pele a coisa mais valiosa que os militantes carregam consigo enquanto tentam inventar coletivamente um mundo novo.

I – O CONTEXTO POLÍTICO E INTELECTUAL

1 ENTRE OS CAFÉS E AS FÁBRICAS: QUEM ERAM OS LIBERTÁRIOS DO RIO?

Entre os cafés e as fábricas, a rua. Pensar a constituição dos agrupamentos anarquistas ativos na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX passa por pensar as circulações, os deslocamentos que permitem o encontro entre intelectuais e militantes operários nas ruas da cidade. Mais ainda, é na rua que o movimento operário ganha visibilidade pública, sendo capturado em plena luz do dia pelas câmeras fotográficas dos jornais e revistas da capital. Não há dúvida que nas imagens da multidão que invade o Centro da cidade, os limites simbólicos das categorias de ofício, tão importantes na vida sindical da época, perdem a nitidez. Seus estandartes estão cercados de um mar de gente que não se pode muito bem saber quem são ou o que faziam. Mas é só assim que a vida associativa pode deixar os espaços apertados das suas sedes e ganhar projeção junto ao povo. As fotografias que a revista ilustrada *Careta* publicou nos primeiros meses de 1913, cobrindo a série de comícios de protesto contra a carestia da vida realizada pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e pelo Comitê de Agitação contra a Carestia da Vida, são exemplares valiosos desse processo de emergência do movimento operário na vida política da cidade.

Figura 1 – Manifestação contra a carestia da vida no Largo de São Francisco (1913)



Legenda: recorte de página da revista *Careta* com fotografia do comício contra a carestia realizado no Largo de São Francisco em 16 de março de 1913.

Nota: Hemeroteca digital.

Fonte: CARETA, 22/03/1913.

Figura 2 – Manifestação contra a carestia da vida na Avenida Central (1913)

CARESTIA DA VIDA



A multidão passando na Avenida Central

Legenda: recorte de página da revista Careta com fotografia da passeata contra a carestia realizada em 16 de março de 1913.

Nota: Hemeroteca digital.

Fonte: CARETA, 22/03/1913.

Essas duas fotografias são bastante conhecidas dos estudiosos do movimento operário da Primeira República. Elas foram tiradas durante o “comício monstro” convocado pela FORJ para o Largo de São Francisco no dia 16 de março de 1913, seguido de uma passeata que atravessou a Rua do Ouvidor e chegou até a Avenida Central, marco principal das reformas urbanas da década anterior e símbolo máximo do aburguesamento da capital federal. O percurso não poderia ser mais eloquente no desejo de fazer ouvir a voz dos trabalhadores no coração da cidade. Como aponta Claudio Batalha (2009a), a própria forma em que as sociedades operárias se apresentavam nos cortejos e manifestações públicas pelas ruas da cidade revela a tensão entre a quebra da norma e o cumprimento de uma série de convenções que denotariam respeitabilidade e moralidade por parte dos manifestantes. Essas últimas expressavam, por um lado, a difícil relação com o poder público, sobretudo com a força policial, e, por outro, as diversas concepções dos agentes sociais sobre as formas legítimas de protesto e crítica à ordem social.

Porém, outro aspecto menos comentado dos registros fotográficos publicados na Careta nos chama mais atenção. Seguindo um artifício de edição muito utilizado nos periódicos da

época, era comum que os oradores dos comícios aparecessem em destaque num recorte sobreposto à imagem da multidão à qual falavam. Nos vários comícios realizados no Largo de São Francisco durante a campanha contra a carestia e em muitas outras, as escadarias do prédio da Escola Politécnica – onde estudaram Lima Barreto, Euclides da Cunha, e muitos outros intelectuais – eram utilizadas como plataforma de onde discursavam os oradores, se destacando em altura sobre a massa dos presentes. O registro visual permitido pelo recurso de edição, dando rosto e fisionomia aos oradores escolhidos para falar no comício podem nos ajudar a entender o prestígio daquela posição.

Foi assim também nos comícios realizados nos subúrbios do Rio de Janeiro durante a campanha contra a carestia. Trazendo aspectos dos comícios realizados no dia 9 de março de 1913, a *Careta* dava destaque a dois dos oradores que falaram aos trabalhadores naquela tarde.

Figura 3 – Oradores em destaque nos comícios contra a carestia da vida (1913)



Legenda: página da revista *Careta* de 15 de março de 1913 com fotografias dos comícios contra a carestia da vida realizados em vários bairros da cidade.

Nota: Hemeroteca Digital.

Fonte: *CARETA*, 15/03/1913.

Ora, tal registro dos oradores dos comícios realiza visualmente um destaque que guarda relação com a própria distinção entre os militantes mais ativos e a “massa” dos trabalhadores anônimos das fotografias. Afinal, nos comícios realizados pela FORJ eram os militantes mais destacados das associações operárias da cidade que tomavam a palavra, já que queriam distância dos políticos da capital. Tal destaque, portanto, pode servir de ponto de partida para pensarmos a constituição do núcleo anarquista atuante no Rio de Janeiro, especialmente na medida em que se trata de pensar um duplo deslocamento. Não só dos trabalhadores militantes para as sedes das associações, mas também dos intelectuais engajados no movimento em direção a essas associações. Foi desse encontro e da articulação entre escritores, jornalistas e militantes operários que surgiu a imprensa anarquista que será o nosso material de pesquisa ao longo da tese.

Neste capítulo buscamos construir um mapeamento dos libertários atuantes no Rio de Janeiro, delineando alguns espaços de sociabilidade que construíram em suas práticas de militância e debate político. Sem a pretensão de realizar uma reconstituição histórica do anarquismo na capital da República, nosso objetivo aqui é avançar na descrição de “quem eram” os libertários que se envolveram na militância política e como eles circulavam entre diferentes espaços sociais. Especial atenção será dada aos intelectuais que se aproximaram do movimento operário na esteira de sua militância anarquista. A partir do levantamento dos colaboradores dos periódicos anarquistas selecionados, buscaremos identificar a composição social desse grupo. Entretanto, antes de iniciar a parte empírica, discutiremos brevemente algumas questões conceituais sobre a relação entre intelectuais e movimento operário, indicando como pretendemos trabalhá-la ao longo da tese.

1.1 Intelectuais e movimento operário: questões conceituais

A expansão da cultura letrada e dos canais de comunicação social, especialmente na vida urbana das grandes cidades, tem sido tomada como parte fundamental da constituição dos movimentos revolucionários associados ao operariado da nascente sociedade capitalista do século XIX. A popularização da imprensa e das práticas de leitura, ainda que extremamente limitadas em uma sociedade predominantemente analfabeta como era a brasileira, estiveram na base da articulação desses movimentos, cujo empenho em produzir a sua palavra impressa não pode ser subestimado.

Em termos mais gerais, a construção da imprensa operária e anarquista não deixa de estar relacionada às formas de divisão social do trabalho que marcam a estrutura da sociedade de classes. Por um lado, a divisão do trabalho intelectual e manual, implicando na tendência à baixa e precária escolarização de grande parte da população, produz uma clivagem no interior dos partidos políticos, associações de classe e demais coletivos que buscam expressar os interesses dos grupos dominados. Por outro lado, seria impensável a afirmação política da classe sem essa articulação com outros setores, sobretudo com os intelectuais, envolvida naquilo que Gramsci chamou de luta pela hegemonia.

Portanto, partimos do seguinte problema: é difícil delinear as fronteiras entre quem pode ser considerado “intelectual” e quem não poderia. Primeiro, porque não foram somente os intelectuais “profissionais” que tomaram parte na imprensa anarquista. Trabalhadores de variados ofícios contribuía volumosamente nessa imprensa e, evidente, também na construção de sindicatos e de centros culturais mantidos pelos libertários. Estamos falando de um universo no qual escritores, médicos e professores se reuniam e escreviam ao lado de tipógrafos, sapateiros, alfaiates e marceneiros. A utilização genérica do termo intelectual para todos os que colaboram na imprensa anarquista poderia apagar essa composição social heterogênea que nos interessa ressaltar.

A discussão sociológica sobre o termo “intelectual” é bastante volumosa, estando disponíveis esforços de síntese (MAIA, 2015; PASSIANI, 2018). Poderíamos partir de Gramsci (1988) para lembrar sua distinção entre os “intelectuais tradicionais”, facilmente reconhecidos na imagem dos literatos e filósofos (que se enxergam como categoria “a parte”), e o “intelectual orgânico”, figura diretamente associada à redefinição das funções intelectuais operadas pela modernização, urbanização, acesso à escolarização e, sobretudo ao desenvolvimento dos partidos políticos. O trabalho de Gramsci se volta contra o uso exclusivo da categoria intelectual como referente a um grupo social específico. Como sabemos, Gramsci opta por trabalhar com o conceito como uma *função* intelectual para a qual todos indivíduos são dotados de capacidade, ainda que não a exerçam socialmente.

No caso dos libertários do Rio, estamos lidando menos com o tipo “tradicional” de intelectual, nos termos gramscianos, do que com aqueles que buscaram se vincular diretamente aos movimentos e iniciativas das classes trabalhadoras. Porém, a discussão sobre os intelectuais orgânicos sempre comportou a seguinte controvérsia: estaríamos falando de membros das camadas populares que, através de trajetórias excepcionais, alcançam formação política e intelectual acima da média e se tornam lideranças, dirigentes, ou seja, “militantes que escrevem” (e que, portanto, saem da zona de anonimato da coletividade), ou essa

categoria também inclui os membros das camadas médias, e mesmo das camadas dominantes, que por um desvio em relação às suas origens sociais resolvem colocar-se a serviço dos movimentos populares e da transformação social?

Certamente conseguimos encontrar nos textos de Gramsci passagens que sustentam ambos os usos. Mas, se a tendência de tomar a segunda acepção do termo foi predominante nos trabalhos de pesquisa, o aspecto “partidário” dessa visão do intelectual orgânico pode se tornar um problema. Como discute Duriguetto (2014), Gramsci atribui ao intelectual que se vincula organicamente aos interesses e organizações das classes trabalhadoras uma função primordial de evolução da visão de mundo dos dominados, dotando-a de coerência e unidade, em relação ao senso-comum e à heterogeneidade das visões de mundo espontâneas. A noção de “organicidade”, quando naturalizada, acaba por apagar possíveis tensões desse processo de intelectualização.

Talvez uma das principais críticas à visão virtuosa da relação entre intelectuais e classes dominadas seja a de Pierre Bourdieu, sobretudo em sua crítica ao que chama de “metafísica da tomada de consciência” e da “classe como representação”. Na visão de Bourdieu, a homologia estrutural entre os campos não só tornava possível como predisponha aqueles profissionais que ocupavam posições dominadas dentro do campo de produção cultural (ou campo intelectual) a “oferecer aos dominados [...] os instrumentos de uma ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais” (2006, p.152). Por sua vez, os grupos mais desprovidos de capital simbólico necessitavam daquela “aliança ambígua” (nas palavras do autor) para “constituírem objetivamente a sua visão de mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados – organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, e etc.” (Ibidem, p.153-4).

Porém, a homologia estrutural entre os campos aproxima mas também reproduz desigualdades entre os intelectuais e os dominados. Essa desigualdade seria uma condição de possibilidade da própria relação, quiçá de qualquer expressão política dos dominados¹³. Em sua crítica da função do “porta-voz”, Bourdieu ataca principalmente a tendência em tomarmos a classe “real” como a classe construída pelo discurso militante que a “faz falar” – mantendo oculta a função simbólica que confere a determinado grupo ou mesmo indivíduo carismático o poder de falar pela classe. O problema da perspectiva bourdieusiana é que ela acaba por projetar a impossibilidade de qualquer intercâmbio intelectual e articulação política que não

¹³ Ver o capítulo VII sobre o “campo político” presente livro *O Poder Simbólico* (BOURDIEU, 2006).

seja ele mesmo o reforço de uma violência simbólica e da subsunção dos dominados, redundando mesmo na impossibilidade, por parte destes, de uma “representação explícita da posição ocupada na estrutura social e dos interesses coletivos que lhe são correlativos” (Ibidem, p.141)¹⁴. Ou seja, cairíamos numa lógica da incomensurabilidade de cada posição social.

O trabalho de Pierre Bourdieu foi criticado por diferentes ângulos dentro das Ciências Sociais das últimas décadas. Porém, eu gostaria de trazer a contribuição de um autor que, a partir da filosofia e de um trabalho de investigação histórica orientado pela questão da emancipação operária, abriu uma nova forma de pensar a relação entre intelectuais e classes trabalhadoras. Trata-se de Jacques Rancière, cuja produção nas décadas de 1970 e 1980 esteve em larga medida voltada para o “problema da história do movimento operário” (para usar aqui uma expressão de Castoriadis). Estamos nos referindo aos livros *A noite dos proletários* (1981), *Le philosophe et ses pauvres* (1983), e ao conjunto de artigos publicados na revista *Les Revoltes Lógicas*, publicação do *Centre de Recherche des Ideologies de la Revolte*, que foram compilados em dois volumes recentemente¹⁵.

No contexto francês do pós-maio de 1968, quando se afasta do grupo althusseriano com o qual havia colaborado anteriormente, as pesquisas de Rancière se voltam para os arquivos do nascente movimento operário francês das décadas de 1820 a 1840. Perseguindo em outro sentido o caminho que havia levado estudantes e militantes universitários para as fábricas (cujo registro mais famoso é o livro *L'établi* de Robert Linhart), Rancière inicia os seus estudos sobre a “intelectualização” dos proletários (SUTER, 2011). Em *A noite dos proletários*, o autor busca realizar uma pesquisa que vai no sentido contrário ao da pretensa evolução de uma “consciência de classe” em progressiva delimitação, dos seus estágios mais “primitivos” e “artesaniais” à plena afirmação da classe operária fabril e de seus instrumentos de luta e representação. Pelo contrário, a partir das elucubrações de trabalhadores manuais que se envolveram na construção da palavra operária, especialmente dos saint-simonianos, Rancière busca problematizar o processo de construção da classe, encontrando suas contradições e dilemas. Central aqui é a visão de Rancière de que a luta operária é uma luta *contra* a condição operária¹⁶. Isso porque a emancipação é entendida como o gesto pelo qual o

¹⁴ Pierre Bourdieu (2006) opõe aqui o “profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão de mundo dos dominados” (entendido como um “instinto de conservação socialmente constituído”) à “consciência de classe” que, produzida do exterior, qualifica esse realismo como “conservador” (BOURDIEU, 2006, p.141).

¹⁵ Vale dizer que com a publicação de *O mestre ignorante* (1987), a visão de Rancière sobre a emancipação ganharia novos contornos, que não iremos discutir aqui.

¹⁶ Nas palavras do autor “*L'insurrection cordonnière n'est pas un combat pour mais contre la qualité cordonnière*” (RANCIÈRE, 2007, p.92).

proletário recusa o seu lugar na sociedade, ou seja, recusa a prisão de ser “proletário” e ter o seu tempo de vida roubado para que possa ganhar um salário para a precária manutenção da própria vida. Por isso, o autor valoriza a subversão da divisão do trabalho envolvida na utilização das suas noites para a reflexão sobre a auto-emancipação.

É nessa chave que Rancière discute a intelectualização dos proletários, propondo que a representação dos trabalhadores se faz necessariamente de modo “impuro”, na medida em que os “porta-vozes” da coletividade já se descolam da condição operária para “falar como outros”. Discutindo o costume dos trabalhadores franceses procurarem os jornalistas e demais intelectuais para apresentar suas demandas, o autor afirma:

Mas é precisamente por isso, porque são *outros*, que eles vão vê-los no dia em que têm qualquer coisa a *representar* perante os burgueses (patrões, políticos ou magistrados); não simplesmente porque sabem falar melhor, mas porque há que mostrar aos burgueses – para além dos salários, do tempo de trabalho ou das mil chagas do trabalho assalariado – fundamentalmente aquilo que as loucas noites desses porta-vozes já provam: que os proletários devem ser tratados como seres a quem seriam devidas muitas vidas. Para que o protesto das oficinas tenha uma voz, para que a emancipação operária ofereça um rosto visível, para que os proletários existam como sujeitos de um discurso coletivo que dê à multiplicidade das suas concentrações e dos seus combates, é preciso que estas pessoas se tenham já feito *outras*, na dupla e irremediável exclusão de viver *como* os operários e de falar *como* os burgueses (2012a, p.9, grifos do autor).

Todo discurso sobre a “identidade” da classe operária precisa operar nesse duplo registro apontado por Rancière, de onde se entende que a relação com as “ideias dominantes de uma época”, para utilizar a expressão de Marx, nunca é uma relação de exterioridade. O mesmo problema é indicado por Étienne Balibar quando comenta o debate cultural nos primeiros anos da Revolução Russa, já que estaria em jogo naquele processo uma “contradição ideológica maior: a que opõe a ideia de uma *nova cultura*, ‘proletária’, desenvolvida pelos próprios trabalhadores a partir de seu histórico e suas lutas, à ideia de uma *conquista da cultura* existente (portanto, ao menos em parte, da ‘herança’ burguesa) pelo proletariado” (1983, p. 101, grifos no original).

Não é difícil reconhecer o rastro dessa discussão dentro dos debates da esquerda revolucionária. Na realidade, podemos remontar à controvérsia sobre o “elemento consciente” no movimento operário. A conhecida formulação aqui é de Lênin na sua clássica brochura *Que Fazer?*, publicada em 1902. Em uma operação arriscada, o russo recupera a famosa passagem de folheto então recente do dirigente social-democrata austríaco Karl Kautsky, para quem a consciência socialista, tendo como base um profundo desenvolvimento científico e intelectual, só poderia surgir nas camadas de intelectuais burgueses e então ser introduzida “desde fora” na luta de classes do proletariado. Sem entrar aqui no mérito de quão justa é essa

descrição da relação entre o socialismo e a classe operária, nem das suas consequências políticas, esclareço apenas que qualifiquei como “arriscada” essa citação porque Lenin insere uma nota de rodapé logo abaixo da citação de Kautsky, na qual aponta para uma interpretação nada óbvia daquela passagem:

Isto não significa, naturalmente, que os operários não participem nesta elaboração. Mas não participam na qualidade de operários, mas na qualidade de teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling; por outras palavras, só participam no momento e na medida em que conseguem, em maior ou menor grau, dominar a ciência da sua época e fazê-la avançar. E, para que os operários o consigam com maior frequência, é necessário ocupar-se o mais possível de elevar o nível de consciência dos operários em geral; é necessário que os operários não se limitem ao quadro artificialmente restrito da literatura para operários, mas que aprendam a assimilar cada vez mais a literatura geral. Seria mesmo mais justo dizer, em vez de 'não se limitem', não sejam limitados, pois os operários lêem e também querem ler tudo quanto se escreve para os intelectuais, e apenas alguns intelectuais (de ínfima categoria) pensam que 'para os operários' basta falar da vida na fábrica e repetir o que já se sabe há muito tempo (LENIN, 1976, p. 56-57n).

Se a prática política é orientada para aquilo que Rancière entende como emancipação, é exatamente dessa capacidade de ler “todo tipo de literatura” e não somente “literatura para operários” de que se trata. Nesse sentido, seríamos tentados a dizer que, tendencialmente, todo militante deveria, na medida de suas forças e possibilidades, se tornar um intelectual do movimento em que atua – reencontrando assim o *moto* gramsciano. Assim, é nesse espaço impuro que buscamos descrever o nosso objeto de pesquisa. Afinal, a articulação entre intelectuais e operários, e o próprio processo de intelectualização dos trabalhadores militantes são centrais na constituição dos grupos anarquistas, com seu esforço constante para elevar o nível de instrução da classe. Portanto, não devemos dissolver as diferenças sociais que estão envolvidas aí e nem, por outro lado, toma-las como incomensuráveis ou incompatíveis. O relativo borrar de fronteiras entre quem é intelectual e quem não é pode ser esperado como efeito tendencial do próprio movimento.

1.2 Intelectuais, literatos e militantes na imprensa anarquista

Podemos, agora, investigar as relações entre militantes operários e intelectuais engajados no movimento anarquista do Rio de Janeiro tendo em vista esse conjunto de questões teóricas, que iluminam as contradições constitutivas dessas relações. Antes de mapear a composição social do conjunto de colaboradores da imprensa anarquista editada na

capital, passaremos brevemente pela configuração da vida intelectual da cidade, destacando a aproximação de jornalistas e literatos ao movimento operário nascente.

Na condição de capital federal e cidade mais populosa do país, o Rio de Janeiro concentrava o maior número de funcionários públicos, jornalistas e outras profissões liberais, de modo que a situação do intelectual costuma ser pensada pela relação desses grupos com a nascente República. Como aponta Nicolau Sevcenko em seu clássico *Literatura como missão*, o papel que assumiu a atividade literária naquele contexto está diretamente ligada à experiência de *crise* que se conflagrara com a abolição da escravidão e a proclamação da República, indicando a quebra parcial do antigo Brasil senhorial e a sensação de um futuro em aberto, um país a construir:

O absoluto do Império fragmentou-se, pois, em inúmeras concepções parciais da sociedade, votadas a serem assumidas como projetos coletivos. Várias são as formas culturais por meio das quais essas concepções podem se manifestar e pretender estender-se para um público mais amplo e diversificado. Naquele início de século, porém, o único veículo de ampla penetração era a imprensa. Esta, por sua vez, era monopolizada por três formas culturais competindo entre si: a literatura, a ciência e o jornalismo (SEVCENKO, 2003, p. 274).

Assim, o contexto de crise contribuiu para conferir um determinado *sentido* à atividade literária. As direções percorridas pelos intelectuais em seu ímpeto de construção da nação foram diversas. Iniciativas educacionais, associações beneficentes ou religiosas e, sobretudo, intensa participação na imprensa como forma de influenciar a opinião pública. Foi então que alguns intelectuais se aproximaram de iniciativas que visavam promover a “elevação intelectual” das classes laboriosas e trabalhavam para “dignificar” o trabalhador maltratado pela ordem republicana.

Percorrendo as décadas da Primeira República, Sevcenko vai distinguir basicamente dois momentos diferentes. O primeiro foi marcado pela frustração das expectativas associadas à nova ordem política nascente, frustração sentida pelos intelectuais como um ressentimento referente ao “não-lugar” (ou desprezo) que a república, com seu ordenamento oligárquico e sua preservação do passado, a eles tinha reservado. A expectativa mais ou menos iluminista no poder das ideias modernas, que projetava seus “portadores” ao posto de artífices de uma nova era, era aqui frustrada pelo caráter “ornamental” da cultura letrada e seu “intimismo à sombra do poder”, para utilizar aqui categorias de Carlos Nelson Coutinho (2005). A situação material dos profissionais liberais menos aquinhoados e dos homens de letras mal sucedidos compõe o retrato de penúria do intelectual, espremido entre a subserviência e a indignação.

O segundo momento, que Sevcenko chama de Regeneração, deu lugar a certa inflação da importância do intelectual, na correnteza de nacionalismo que ganhou força com a eclosão

da Primeira Guerra. Nesse contexto, Sevcenko anota que o jornalismo já consistia a principal força nova que absorveu quase toda a atividade cultural, redefinindo o lugar e o papel dos intelectuais. No mercado de empregos disponíveis aos homens de letras que pululavam nas ruas da capital sem conseguirem ser totalmente absorvidos pela burocracia estatal, o jornalismo se tornou o espaço por excelência do intelectual, mesmo que essa imagem difusa tenha se tornado tantas vezes uma fachada para a conquista de um emprego público ou por colocações na administração estatal (SEVCENKO, 2003).

É nesse momento que o autor utiliza uma classificação que reparte os intelectuais do período em três grupos/comportamentos diferentes: um primeiro grupo são os “vencedores”, entendido como o “filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime” (Ibidem, p.131). Já o lado dos “derrotados” teria se dividido em duas reações distintas. Os chamados “boêmios”, que sentiriam com resignação e horror a “vitória do materialismo e do individualismo”, envolviam os simbolistas, decadentistas e últimos remanescentes do romantismo, que experimentaram com estoicismo a derrota, fechando-se nos seu “aristocratismo hedonista”, cultivando noções puras e idealizadas de solidariedade, mas condenados à inação e a impotência (SEVCENKO, 2003, p.133). Finalmente, o terceiro grupo seria dos “inconformados”, composto por autores “empenhados em fazer de suas obras um instrumento de ação pública e de mudança histórica” (Ibidem, p.134). É desse último grupo que sairiam os intelectuais libertários. Na visão do autor,

apenas o último grupo, o dos escritores inconformados e reformistas, iria se ajustar adequadamente às potencialidades da nova realidade, dedicados que estavam a dispor do manancial científico e cultural europeu a fim de conhecer a fundo a realidade nacional e poder dirigir conscientemente o curso da sua transformação a partir do interior do seu mister. Espécie de ‘escritores cidadãos’, exerciam suas funções com os olhos postos nos centros de decisão e nos rumos da sociedade. (SEVCENKO, 2003, p.134-135).

O discernimento entre esses três grupos/posições dos intelectuais ajuda matizar e circunscrever a relação de relativa independência de que gozavam alguns. Tal quadro amplo é importante para que não se exagere e generalize, como faz Maria Alice Rezende de Carvalho, a tendência de formação do intelectual desgarrado de vinculações e/ou constrangimentos institucionais. Tomando basicamente os casos de Lima Barreto e João do Rio, a autora afirma que no Rio de Janeiro foi a *rua*, e não as *instituições*, que se tornou o “lugar social” e o “posto de observação” por excelência dos intelectuais, já que

(...) no Rio de Janeiro, do início do século XX, a exemplo do que ocorreu com os intelectuais franceses sob o Ancien Régime, a ausência de mecanismos de incorporação da intelligentsia à vida institucional parece ter contribuído para que a

narrativa sobre a cidade se desenvolvesse sem os controles tradicionalmente operados pelas elites. (CARVALHO, 1994, p.32).

A representação do intelectual aqui parece se aproximar da leitura mais rotinizada de Mannheim, que enfatiza a ideia de uma camada desgarrada ou relativamente autônoma. Mesmo compreendendo maior diferenciação social nas camadas médias por conta da concentração da burocracia na capital, é no mínimo exagerada a afirmação de não ter havido mecanismos institucionais de absorção da intelligentsia. O Rio de Janeiro não escapava substantivamente dos “padrões exclusivistas de dependência dos intelectuais em relação às elites dirigentes e ao Estado” (BASTOS; BOTELHO, 2010). Ora, além da força das relações de proteção e apadrinhamento necessárias à sobrevivência dos intelectuais em um mundo onde o mercado de bens culturais ainda era incipiente e extremamente restrito, poderíamos lembrar, mirando o caso dos mais engajados politicamente em iniciativas de contestação da ordem social, a perseguição a que foram submetidos os militantes anarquistas e o empastelamento de seus jornais e periódicos. De todo jeito, a bibliografia sobre a Primeira República é unânime em reconhecer o papel central do jornalismo para a intelectualidade da época, constituindo aí uma plataforma de observação que comportava possibilidades de disputa em relação às visões oficiais das elites políticas da capital. O grupo de intelectuais “perdedores”, na definição de Sevchenko, não ocuparia os bancos da Academia Brasileira de Letras nem os altos postos da administração pública, mas se envolveram em mil e uma iniciativas editoriais de maior ou menor monta, geralmente de vida breve.

O trabalho de Robert Darnton (1989), *Boemia literária e Revolução*, valoriza justamente esse tipo de intelectual de “segundo escalão”, que ele chama de “subliteratos”, cuja importância para a revolução francesa seria diretamente proporcional ao seu esquecimento pela historiografia oficial. Mesmo que esses literatos do submundo das letras não tenham produzido grandes obras clássicas do pensamento político, eram eles os mais lidos na sua própria época, além de atuarem politicamente junto às camadas populares, tendo sido os principais responsáveis pela dessacralização das instituições que fundamentavam o antigo regime. Ou seja, Darnton nos convida a pensar o papel das ideias no processo revolucionário a partir desses pequenos “Rousseaus da sarjeta” e não a partir de “grandes obras” que, em chave idealista, teriam o poder de fazer o mundo sua imagem e semelhança.

O trabalho de Antonio Arnoni Prado busca tirar mais consequências sociológicas das heterogêneas origens sociais dos intelectuais libertários bem como da sua inserção em um contexto social mais amplo. Em sua interpretação, centrada em figuras dúbias e contraditórias como o escritor Elísio de Carvalho, Prado aponta a necessidade de diferenciar o “intelectual

ilustrado” de ranço acadêmico e mais ou menos desgarrado da cena principal do belletrismo carioca do “militante” propriamente dito (2004, p.139). Assim, o autor explora as contradições dos literatos que experimentaram, mesmo brevemente, um engajamento muito mais retórico e diletante do que prático no anarquismo, expresso a seu ver na revista *Kultur* (1904). Esses seriam os boêmios que, como João do Rio e o próprio Elísio, cultivavam uma aura “dândi”, uma “rebeldia narcisista”, que não chegava a se traduzir em compromisso duradouro com o movimento operário nascente e cujas realizações literárias são vistas pelo crítico como conservadoras¹⁷ (PRADO, 2004; 2010).

Tomando o caso mais específico do que chama de “intelectual anarquista” (construído como um tipo), Leandro Delgado (2017) busca traçar os elementos básicos de sua conformação. O autor recupera as reflexões de Angel Rama para quem a cidade é o espaço por excelência desse tipo de intelectual, cujos espaços de formação “autodidata” não passam pelas instituições educacionais ou universitárias, fazendo-se no próprio tecido urbano. Tomando o caso do anarquismo rio-platense do mesmo período que estudamos, Delgado propõe que pensemos o ambiente em que atuou o novo tipo de intelectual anarquista como constituído por quatro espaços de encontro: os cafés, os centros operários, os círculos de estudo e a imprensa anarquista. A circulação por esses espaços permitiria captar o ambiente no qual teve vida o anarquismo dentro de uma ordem que sufocava as possibilidades de expressão institucional da disputa política.

Partindo do esquema de Delgado, proponho que pensemos a atuação dos libertários no Rio de Janeiro em 4 aspectos diferentes: 1) instrução: nas iniciativas de educação popular que levaram a cabo¹⁸; 2) organização: na construção de associações de classe, sindicatos, Federações Operárias, etc.; 3) propaganda: na imprensa operária e anarquista que construíram, nas conferências doutrinárias nos meios sindicais e nos centros culturais; nos comícios e “meetings” pela cidade; 4) mediação: na articulação política com outros movimentos nacionais e internacionais, na tradução de reportagens e artigos da imprensa estrangeiras, bem como de livros e panfletos políticos dos nomes mais reconhecidos do movimento revolucionário mundial, além de mediar a própria relação do movimento com outras instituições, inclusive estatais.

A imprensa anarquista é o principal material disponível para a tentativa de reconstituir minimamente o círculo de intelectuais e militantes libertários em atividade no Rio de Janeiro.

¹⁷ Como o foco da análise de Prado são exatamente as realizações literárias desses libertários, das quais não nos ocuparemos nesta tese, faço uma apresentação muito abreviada de seu argumento.

¹⁸ Vale lembrar que, como não havia obrigação constitucional para oferta de educação pública, multiplicavam-se as iniciativas, desde religiosas até sindicalistas, de educação popular (LAMELA, 2017).

Para mapearmos a composição desse grupo realizamos um levantamento de todos os textos assinados nominalmente que foram publicados nos oito periódicos selecionados para nossa pesquisa. Deve-se levar em conta que grande parte dos textos simplesmente não vinha assinada ou então trazia apenas as iniciais abreviadas ou pseudônimos¹⁹. Além disso, muitos textos eram reproduções de artigos publicados na imprensa anarquista ou nos jornais de grande circulação de outros países, tratando tanto de assuntos internacionais quanto de questões doutrinárias. Assim, selecionamos apenas os colaboradores que enviaram textos para publicação direta nos periódicos selecionados. Não pudemos distinguir entre aqueles que escreviam da própria capital e os que contribuíam a distância. Para os oito periódicos analisados encontramos um total de aproximadamente 400 nomes diferentes. Constituindo um universo empírico muito amplo para que mapeássemos cada um desses colaboradores, dessa amostra mais ampla aproveitamos apenas as regularidades mais gritantes.

O principal fato que podemos inferir dessa amostra é a quase total ausência de mulheres assinando artigos na imprensa anarquista editada no Rio. Encontramos apenas 6 mulheres assinando com o nome por extenso seus textos. Dessas seis, apenas três foram militantes libertárias atuantes no movimento operário brasileiro: Maria A. Soares, Elvira Fernandes e Juana Buela. Não conseguimos informações sobre as duas primeiras. Já Juana Rouco Buela (1889-1969) foi uma importante militante anarquista nascida na Espanha e emigrada para a Argentina, onde trabalhou como operária têxtil e se envolveu em iniciativas sindicais, educacionais e feministas. Após sofrer inúmeras perseguições, Buela desembarca no Rio de Janeiro em 1914, onde fixaria residência até 1917, e participa de atividades organizadas pela FORJ. Além das três, encontramos traduções de textos da escritora francesa feminista e socialista Léonie Rouzade (1839-1916) e de Teresa Claramunt (1862-1931), anarquista catalã de pronunciada importância nos círculos libertários espanhóis da virada do século. Por fim, há textos com assinaturas coletivas como “um grupo de mulheres grevistas” ou anônimas (“uma vencida”).

Mas o viés de gênero envolvido na imprensa anarquista não deve ocultar a participação das mulheres de forma mais intensa em outras iniciativas como os grupos de teatro amadores, que estiveram dentre as atividades culturais mais valorizadas pelos libertários (RODRIGUES, 1992) e nos quais é possível encontrar sua presença de forma bem

¹⁹ A prática da assinatura por pseudônimos era comum não só na imprensa operária e libertária, diretamente perseguida pela repressão estatal, mas também na “grande imprensa”, sobretudo nas páginas de sátira e crítica social. As polêmicas em torno da possibilidade de publicação de textos sem identificação do autor ou por pseudônimos também foi corrente nas primeiras décadas do século XX.

mais expressiva²⁰. No Brasil, excetuando as Ligas anticlericais e algumas escolas operárias, a atuação das mulheres no movimento operário seria bastante restrita durante todo período. Encontramos poucas iniciativas como a Associação Feminina de São Paulo e o Centro Feminino de Jovens Idealistas, ambos da capital paulista, e a Liga Comunista Feminina (1919) no Rio de Janeiro. Os grupos de mulheres ganhavam mais força na década de 1920 (MENDES, 2018). Mesmo nas organizações sindicais de categorias que contavam com presença massiva de força de trabalho feminina²¹, como é o caso do ramo têxtil, elas não compuseram as direções sindicais e nem as delegações de congressos (BATALHA, 1986). A exceção aqui foi a União das Costureiras, fundada em maio de 1919. Ainda que não ocupassem as posições de prestígio e visibilidade, pesquisas recentes tem buscado recuperar o papel decisivo desempenhado pelas mulheres em algumas das mais importantes mobilizações operárias do período.

Além do aspecto masculino dessa imprensa, é necessário explicitar alguns outros. A diferença entre a imprensa operária e a imprensa libertária/anarquista deve ser levada em conta, já que a proporção de trabalhadores manuais como colaboradores tende a ser maior na primeira. A imprensa operária pode ser entendida como jornais/periódicos editados e financiados por associações de classe que estavam focados principalmente nos assuntos relativos à organização do movimento operário, das suas lutas e na denúncia das condições vida dos trabalhadores. A imprensa libertária/anarquista deve ser entendida como publicações que se vinculavam explicitamente a uma perspectiva política libertária, normalmente contendo mais artigos de divulgação e debate doutrinário, abarcando, além do movimento operário, outros temas como família, religião, relações de gênero, literatura, etc. É claro que a distinção que fazemos não implica que houvesse separação total entre as duas. Mas ainda assim era algo que definia a própria apresentação e caracterização do periódico. Muitas vezes os periódicos anarquistas eram resultado da colaboração de um grupo de afinidade que reunia número menor e mais coeso de militantes mais ativos.

Algumas diferenças no formato de publicação dos periódicos também são relevantes para compreendermos as suas características. Em geral, os periódicos editados em formato de revista continham mais páginas, traziam artigos mais longos e um rol de colaboradores mais restrito, dentre os quais encontramos os intelectuais mais ativos junto ao movimento. Já os periódicos editados em formato de jornal (cujas páginas eram divididas em colunas mais

²⁰ Ver por exemplo o depoimento de Elvira Boni Lacerda para o projeto de memória oral do CPDOC (LACERDA, 2014).

²¹ De acordo com Batalha (1986, p. 121) as mulheres compunham 41,8% da força de trabalho empregada na indústria têxtil em 1920.

estreitas, com diversos textos dividindo a mesma página) costumavam manter um rol mais amplo de colaboradores e estavam mais voltados aos acontecimentos da semana, às campanhas e atividades lançadas pelo movimento operário. Dentre os oito periódicos selecionados, dois circularam apenas no formato de revista mensal (*Kultur* e *A Vida*). Outros dois, *Na Barricada* e *O Debate*, assumiram formas híbridas entre o jornal e a revista, ou começaram num formato e se transformaram ao longo do tempo. Já *A Greve*, *A Voz do Trabalhador*, *A Guerra Social* e *Spártacus* tiveram sempre o formato de jornal, o que os torna mais parecidos com os periódicos típicos da imprensa operária em geral – especialmente pela centralidade que ocupam os fatos ligados ao movimento operário e pela manutenção de colunas fixas sobre o movimento associativo, que davam informes, faziam anúncios e traziam notícias das atividades de sindicatos, associações e grupos de teatro ou estudos ativos pelo país.

Figura 4 – Recorte da primeira página do jornal *A Voz do Trabalhador* (1908)

A VOZ DO TRABALHADOR

Orgão da CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA

ANNO I. — N. 1 Redação e Administração: RUA DO HOSPÍCIO N. 156, sobrado — RIO DE JANEIRO (Brasil) 1 de Julho de 1908

<p>"A Voz do Trabalhador"</p> <p>se publicará quinzenalmente por enquanto' dependendo a sua publicação semanal do apoio que lhe prestar o operariado do Rio.</p> <p>ASSINATURAS :</p> <p>TRIMESTRE 1\$000</p> <p>AVULSO 100 REIS</p> <p>Subscrição voluntaria permanente</p>	<p>pelo sol ardente, vivendo uma vida de privações, de insultos e vexações, todos eles sem a coragem de um acto de rebeldia contra esta infame sociedade que eles mantem com a sua miséria e resignação.</p> <p>Ao lado deste os progressos inauditos da maquinaria, da mecanica e a sua prodijiosa applicação á industria provocaram uma atroz concorrência aos trabalhadores (1), formando no seio do proletariado um exercito de reserva, tão perigoso á emancipação dos trabalhadores como o mais terrivel inimigo, se no seu espirito não se incutir a necessidade da luta contra os exploradores da sua miséria. Até eles é pois preciso que chegue a nossa voz, repetindo-lhes sem cessar, como um obcessão que tolerar este estado de coisas não é só uma indignidade mas um verdadeiro crime, decidí-los, em fim, a lutar pelo proprio bem-estar contra os que, de posse de privilegios que só a rapina e a violencia justificam, os fazem vejetar numa situação subalterna de inferioridade</p>	<p>PELA PAZ DOS POVOS</p> <p>Guerra á Guerra!</p> <p>PROJETO DA CONFEDERAÇÃO</p> <p>Ao proletariado brasileiro</p> <p>Mais uma vez os traficantes do patriotismo, os abutres sanguinarios que vivem dos restos das carnicifitas humanas e que por isso mesmo tem todo o interesse em provoca-las, querem lançar numa luta barbara e fratricida dois povos que nunca algum se fizeram e para os quais, reciprocamente, as consequencias duma guerra não poderiam ser mais desastrosas.</p> <p>Que razoes de odio tem o povo arjentino para com o brasileiro e o brasileiro para com o arjentino ?</p> <p>Nenhuma, a não ser as fantasticas qui-</p>	<p>Como meio pratico :</p> <p>Resolvem responder á declaração de guerra com a greve geral em todos os officios e profissões manuais e intellectuais, publicos ou privados, não sómente nos paizes beligerantes como tambem nas outras nações do continente, afim de parali-zar a ação militar e impôr a vontade pacifica das povoações ás paixões e aos interesses belicos.</p> <p>Marcam para proclamar essa declaração a terça feira, 1.º de dezembro do corrente ano, que dada a importancia historico-social desse facto, será por eles conside-</p>
---	---	--	--

Nota: AMORJ.

Fonte: A VOZ DO TRABALHADOR, 01/07/1908.

Dentre os periódicos selecionados na pesquisa, um caso importante é o do jornal *A Voz do Trabalhador* que constituía a principal expressão da Confederação Operária Brasileira (COB). Planejada durante o I Congresso Operário Brasileiro de 1906, a COB só teria iniciado suas atividades propriamente em 1908, quando se inicia a publicação do seu jornal. Expressando a predominância das concepções do sindicalismo revolucionário e francamente aberto à propaganda anarquista, *A Voz do Trabalhador* trazia um número maior de colaboradores afinados politicamente com as posições libertárias – e é por essa razão que foi o único periódico diretamente vinculado a uma associação de classe que incluímos em nossa pesquisa.

Levando em consideração o recorte apresentado acima, nossa amostra está longe de representar adequadamente o conjunto dos envolvidos na imprensa operária, já que, só para a década de 1910, o trabalho de Maria Nazareth Ferreira contabiliza um total de 26 periódicos editados no Rio de Janeiro²². A seleção realizada permite identificar apenas os trabalhadores que contribuíram mais sistematicamente para a imprensa anarquista. É importante destacar que nem todos os colaboradores dos periódicos libertários estavam diretamente envolvidos em uma militância política junto ao movimento sindical organizado.

Visando reduzir nossa amostra para possibilitar um mapeamento dos seus colaboradores, selecionamos apenas os indivíduos que colaboraram com maior frequência, assinando mais de um texto. Além disso, tomamos apenas números editados na década de 1910. Assim, trabalhamos com números de *A Guerra Social* (periódico quinzenal razoavelmente regular que sai entre junho de 1911 e o segundo semestre de 1912); *A Voz do Trabalhador* (jornal da Confederação Operária Brasileira, cuja segunda fase de publicação ocorreu entre janeiro de 1913 e junho de 1915, com periodicidade irregular); *A Vida* (revista mensal publicada entre novembro de 1914 e maio de 1915, totalizando 7 números); *Na Barricada* (semanário razoavelmente regular que é publicado entre o segundo semestre de 1915 e o primeiro semestre de 1916); *O Debate* (periódico semanal publicado entre junho e outubro de 1917) e *Spártacus* (publicação iniciada em agosto de 1919 e realizada até 1920). Para esse subconjunto, encontramos um total de 97 nomes, todos do sexo masculino, já incluídos aí os pseudônimos que conseguimos identificar.

Para encontrar informações sobre esse grupo de colaboradores da imprensa anarquista utilizamos o Dicionário do movimento operário organizado por Claudio Batalha, as teses e dissertações sobre o movimento operário na Primeira República e, sobretudo, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cuja base de dados permite a busca nominal em 152 periódicos editados no Rio de Janeiro para a década de 1910. Além dessa fonte, foram utilizadas também obras de referência sobre a história do movimento operário no Brasil como Pinheiro & Hall, 1979²³.

É necessário fazer algumas ressalvas quanto aos resultados da pesquisa sobre o perfil dos colaboradores. As principais dificuldades e limitações na realização desse levantamento

²² Alguns dos periódicos que nós classificamos aqui como “imprensa libertária” (*Na Barricada*, *Spártacus* e *A Guerra Social*), entram na relação de Ferreira como sendo parte da imprensa operária, já que a autora toma essa segunda categoria numa definição mais ampla do que a nossa. É importante mencionar também que existem outras relações disponíveis (ver KOCHER; LOBO; MARTINS, 1988).

²³ Dado o grande volume de fontes consultadas, fazemos aqui apenas uma referência geral às bases de dados que utilizamos, sem especificar quais foram os jornais/documentos de onde tiramos as informações sobre cada um dos nomes de nossa lista.

são basicamente: 1) a existência de homônimos, que é tão mais frequente quanto mais comum é o nome que buscávamos; 2) a ausência de qualquer ocorrência na base de dados da Hemeroteca Digital para determinado nome, bem como nas obras de referência sobre a história do movimento operário. Por mais que, no segundo caso, possamos levantar a hipótese de que a ausência de registros na imprensa da época (consultada na Hemeroteca) seja mais provável no caso de trabalhadores proletarizados, sem grandes inscrições nos meios jornalísticos e políticos da capital, ainda assim não podemos classificar peremptoriamente todos os casos em que não conseguimos as informações como sendo relativas a trabalhadores.

Assim, construímos uma tabela de identificação desses colaboradores segundo a atuação profissional e política. A partir dessa tabela pudemos realizar uma quantificação agrupando, quanto à atuação profissional, em quatro categorias: 1) Profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas, escritores, engenheiros, etc.); 2) Funcionários Públicos; 3) Tipógrafos e gráficos; 4) Demais trabalhadores manuais.

Para cerca de 10% do total houve ambiguidade na classificação, podendo ser colocados em mais de uma categoria. Nesses casos a definição tomou como critério: 1) identificar como “funcionários públicos” aqueles profissionais liberais que durante a década de 1910 ocupavam cargos na administração pública, classificando como “profissionais liberais” apenas os que trabalhavam na iniciativa privada ou sem vínculos empregatícios conhecidos; 2) classificar como “tipógrafos/gráficos” aqueles casos em que essa profissão seja anterior à participação na imprensa como jornalistas; 3) classificar como “demais trabalhadores manuais” todas as ocupações que não fossem ligadas diretamente às atividades gráficas nem ao trabalho intelectual, a despeito de seu caráter fabril ou não. Tendo em vista as observações realizadas acima, sabemos que há uma margem de erro na classificação abaixo realizada, mas ela não nos parece distorcer gravemente os resultados.

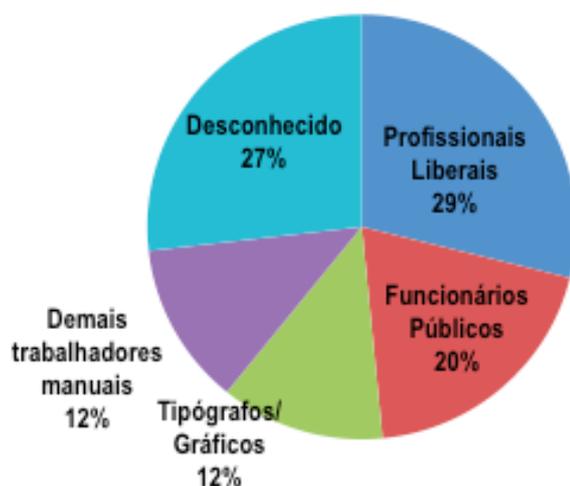
Tabela 1 – Colaboradores da imprensa libertária segundo a atuação profissional na década de 1910

Profissão	Quantidade
Profissionais Liberais	28
Funcionários Públicos	19
Tipógrafos/Gráficos	12
Demais trabalhadores manuais	12
Desconhecido	26
Total	97

Fonte: O autor, 2020.

Gráfico 1 – Colaboradores da imprensa libertária segundo a atuação profissional na década de 1910

Distribuição por profissão



Fonte: O autor, 2020.

O gráfico acima apresenta uma composição relativamente equilibrada entre trabalhadores manuais e intelectuais, se considerarmos que a maior parte dos casos em que não pudemos encontrar informação referente à profissão seja de trabalhadores proletarizados. Mas mesmo não considerando essa fatia, ainda permanece em cerca de $\frac{1}{4}$ dos colaboradores oriundos da classe operária, o que não deixa de ser um dado relevante tendo em vista que trabalhamos com apenas um periódico diretamente ligado à associação de classe (o jornal da COB).

É claro que essa composição geral não se apresenta da mesma forma dentro de cada um dos periódicos que construíram nossa amostragem. Alguns periódicos, como *Na Barricada*, *A Vida* e *O Debate*, possuem um perfil mais elitizado nas contribuições, tendo poucos trabalhadores manuais dentre seus colaboradores com profissão identificada. E de fato são periódicos que, mesmo dedicando colunas às notícias relativas às movimentações dos sindicatos, têm suas páginas preenchidas predominantemente por artigos de opinião, pequenos ensaios, críticas literárias, etc. Dentre os jornais que apresentam maior participação de operários temos *A Guerra Social* e *A Voz do Trabalhador*.

Outra quantificação que pode ser realizada a partir da sistematização dos dados levantados diz respeito à recorrência com que cada nome colaborou para essa imprensa, identificando os indivíduos que colaboraram com mais periódicos. Dentre os nomes que contribuíram com três ou mais (dos seis escolhidos), temos Domingos Ribeiro Filho, Neno

Vasco, Fabio Luz, José Oiticica e Astrojildo Pereira – todos os cinco pertencentes à camada de intelectuais “de profissão”, ainda que nem todos de origem social abastada, como será demonstrado a seguir.

A separação dos trabalhadores gráficos (tipógrafos, linotipistas, etc.) em categoria própria está ligada a sua particularidade dentre os outros trabalhadores manuais. Como mostra Ferreira (1978), os gráficos, escapando à situação predominante de analfabetismo dentre as camadas populares, precisavam dominar a escrita por necessidade do seu ofício. Além disso, estavam diretamente em contato tanto com os meios materiais da impressão mecanizada, dominando suas técnicas, quanto com os jornalistas e intelectuais que frequentavam as redações dos jornais. Como lembra a autora, em todo o mundo os operários gráficos se destacaram tanto na organização sindical quanto na construção da imprensa operária, assumindo protagonismo dentro do movimento operário de forma geral.

Vale lembrar que dentro da classe trabalhadora brasileira da Primeira República, cuja força de trabalho era composta tanto por brasileiros quanto por imigrantes pobres, o analfabetismo chegava a mais de 80% em 1920, para uma proporção na população geral de 82,63% em 1890 e 71,20% em 1920. Cumpre destacar que o estado do Rio de Janeiro se diferenciava dessa situação nacional pois, possuindo a maior cidade do país e capital federal (com seu número maior de funcionários públicos, profissionais liberais, etc.), contabilizava 53,4% de analfabetos segundo o censo de 1920 (FERRARO; KREIDLOW, 2004).

Em resumo, acredito que os dados alcançados permitem identificar a heterogeneidade das ocupações profissionais dos colaboradores dos jornais, que a seu modo são indicativas das diferenças de classe entre os militantes e intelectuais libertários do período. Além disso, os esforços envolvidos na produção e circulação dessa imprensa envolveram trabalhadores de diferentes qualificações e posições sociais, de modo que podemos afirmar que a construção desses periódicos configurou umas das principais frentes de articulação do movimento anarquista da época.

Em relação à composição social do grupo mais atuante na imprensa anarquista, vale observar que a relação mantida pelos colaboradores com o movimento operário nascente envolvia um gradiente que ia desde a contribuição mais pontual em iniciativas educativas e culturais até a atuação sistemática e permanente em organizações sindicais, centros de estudos, na organização de congressos e festivais operários, etc. Por outro lado, entre os colaboradores frequentes temos os principais militantes libertários que atuavam no movimento operário, como o marmorista Minervino de Oliveira, o operário têxtil Albino Moreira, o tipógrafo Rosendo dos Santos e dezenas de outros.

Para visualizarmos detalhadamente quem eram os intelectuais libertários mais ativos na sua imprensa, recorreremos a uma breve apresentação da trajetória de alguns dos seus principais nomes. Para tal adotamos o formato um tanto convencional de “mini-biografias”. São apenas alguns parágrafos que nos permitem maior aproximação daquele grupo.

Astrojildo Pereira (1890-1965), nascido no município de Rio Bonito (RJ), era filho de descendentes de portugueses. Seu pai, formado em medicina, foi fazendeiro, comerciante e pequeno industrial no estado do Rio de Janeiro. Na adolescência, Astrojildo passou pelo prestigiado Colégio Anchieta de Nova Friburgo (RJ) e terminou sua escolarização no Colégio Abílio na capital. Tendo conseguido uma nomeação no Ministério da Agricultura, trabalhou como tipógrafo e linotipista até consagrar-se jornalista, atividade que exerceu até o fim da vida. Em 1910 se desilude com as promessas republicanas após a derrota da campanha civilista de Rui Barbosa e o massacre da Revolta da Chibata, e começa a se interessar pela movimentação anarquista que já acontecia no Rio e em Niterói, tendo participado do Grupo de Resistência Operária desta cidade.

Pereira começa a colaborar com o jornal *A Guerra Social* em 1911, quando inicia sua militância política que o levaria a participar do II Congresso Operário Brasileiro em 1913. Ao longo da década contribui com diversos jornais, sendo editor de *O Debate* em 1917 e da *Crônica Subversiva* em 1918. Nesse mesmo ano participa da mal sucedida insurreição anarquista no Rio de Janeiro, ocasião na qual é preso e libertado em 1919. Como se sabe, com a crescente força do “bolchevismo” após a Revolução Russa, Astrojildo Pereira abandona as fileiras libertárias e se torna um dos fundadores e dirigentes principais do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922²⁴.

José Oiticica (1882-1957) nasceu na cidade mineira de Oliveira, na época em que seu pai exercia ali a função de promotor público. Com a República, a família vem para o Rio de Janeiro e Francisco Oiticica viria se tornar deputado federal (1891-1893) e senador (1894-1900) pelo seu estado de origem, Alagoas. Tendo estudado em Petrópolis no Colégio São Luiz Gonzaga e no Seminário São José (de onde teria sido expulso ao protestar contra os castigos de um padre), se formou bacharel em direito, após abandonar o curso de medicina. Preparado ao modo típico das elites intelectuais e políticas para assumir posições de prestígio, a trajetória de Oiticica começa a se modificar no ano de 1912, quando começa a participar da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, na qual toma contato pela primeira vez com ideias anarquistas, e da Escola Operária Primeira de Maio, em Vila Isabel. Em seguida se torna um

²⁴ Informações retiradas do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC), disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Astrojildo.pdf>>

militante participando da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e da criação do Centro de Estudos Sociais, em 1914, no mesmo edifício que sediava a Confederação Operária Brasileira (COB). Rapidamente toma parte na construção de diversos sindicatos e participa como delegado de congressos sindicais, além de ser palestrante regular nas associações de classe então emergentes.

Em 1916, presta concurso para professor de português do Colégio Pedro II, uma das mais prestigiadas instituições de ensino da República, num episódio lendário no qual teria apresentado uma tese que desmontava a visão dos seus avaliadores. Tendo articulado a presença do então ministro da Justiça Carlos Maximiliano Pereira dos Santos na banca avaliadora, Oiticica é aprovado e se torna professor catedrático do colégio, ao lado de nomes como Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Coelho Neto, dentre outros figurões da política republicana. Mas essa inscrição institucional não diminui o ativismo de Oiticica. Toma parte nas agitações grevistas do ano de 1917 e em novembro de 1918 é considerado o grande articulador da insurreição frustrada. Preso e deportado para Alagoas, consegue liberdade e volta ao Rio de Janeiro em 1919, onde edita o jornal *Spártacus* e continua desenvolvendo intensa atividade militante. Vegetariano desde cedo, espiritualista e grão-mestre da Fraternidade Rosa Cruz, as múltiplas facetas de Oiticica não cabem nessa nota²⁵.

Outro intelectual libertário importante foi Domingos Ribeiro Filho (1875-1942), nascido em Macaé (RJ) e tornado florianista radical na juventude. Aos poucos se desiludiu com a República e se tornou seguidor das ideias de Kropotkin. Funcionário da Secretaria da Guerra e escritor, publicou em 1907 *O Cravo Vermelho*, um dos primeiros romances sociais do Brasil. Foi colega de repartição de Lima Barreto, tendo participado de sua revista *Floreal* (1907), mas manteve com ele uma relação tensa de críticas e sátiras mútuas. Fez parte do grupo *Esplendor dos Amanuenses* e frequentava o Café Papagaio, local de encontro de boêmios mais ou menos críticos da ordem social. Domingos colaborou por muito tempo na revista *Careta* com o pseudônimo Dierre Effe. Também escreveu para outras publicações da grande imprensa, além de colaborar com os periódicos anarquistas *Na Barricada*, *O Debate*, *A Vida*, *Spártacus*, dentre outros²⁶. Dentre os colaboradores mais frequentes da imprensa anarquista, Ribeiro Filho é o único sobre quem não encontramos registros de participação direta em atividades realizadas nos sindicatos e centros culturais mantidos pelos libertários. O seu distanciamento da militância política mais intensa também fica sugerido por muitos de

²⁵ Informações retiradas de Rodrigues, 1988; Lauris Junior, 2009; das Neves, 1970; e Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA,%20Jos%C3%A9.pdf>>

²⁶ Informações colhidas em Prado; Hardmann, 1985; Schwarcz, 2017; Barbosa, 1956.

seus textos polêmicos, em que se contrapunha às visões mais estabelecidas dentro do movimento, como no caso do debate sobre a adesão dos libertários à Primeira Guerra na revista *A Vida*.

Por fim, podemos falar de Fabio Luz (1864-1938), nascido em Valença, sul da Bahia, de uma família de funcionários públicos, cujo pai era administrador e escriturário. Coursou medicina em Salvador entre 1883 e 1888, tendo participado da propaganda abolicionista e republicana. Em seguida transfere-se para o Rio de Janeiro, em 1898. Além de atuar como médico, com clínica no bairro do Méier onde morava e onde virou nome de rua, assume a função de inspetor escolar que exerce até sua aposentadoria em 1918. Freqüentador da Livraria Garnier, se aproxima do grupo que funda a Universidade Popular de Ensino Livre (1904), de vida curta, na qual profere o discurso inaugural e se encarrega do curso de Higiene. Publica alguns dos primeiros romances de cunho social no Brasil, como “Ideólogo” (1903) e “Os Emancipados” (1906). Contribui regularmente para periódicos como *A Voz do Trabalhador*, *Na Barricada*, *A Plebe*, *A Vida*, dentre outros. Segundo Edgar Rodrigues, sua atuação era incansável nos sindicatos e Centros Sociais, chegando a “ensinar português e francês em sua casa, à noite, aos operários que queriam melhorar seus conhecimentos e saber ler jornais ácratas chegados da Itália, da França e da Espanha. Não sabia dizer não e nem cobrar qualquer tipo de pagamento” (RODRIGUES, 1988, p. 146).

Poderíamos citar aqui outros intelectuais que também tiveram passagens pelo movimento anarquista, como Pausílipo da Fonseca (outro ex-florianista radical, tipógrafo e jornalista, amigo de Lima Barreto, redator do jornal *A Greve*, e escritor de romances de propaganda), ou Orlando Correia Lopes (engenheiro, jornalista e diretor de escola primária, que editou o periódico *Na Barricada*). O fato de encontrarmos esses libertários em vários periódicos diferentes indica que colaboravam entre si de modo mais estável e que sua iniciativa era decisiva para viabilizar a edição e publicação da imprensa anarquista. Dado o caráter efêmero que marcou a vida desses periódicos, cujas dificuldades materiais eram constantemente mencionadas nos editoriais, as iniciativas renovadas desse círculo foram cruciais para a manutenção da propaganda libertária no Rio de Janeiro.

No que diz respeito à atuação dos intelectuais libertários junto ao movimento operário, no entanto, a concepção anarquista mantinha uma delimitação clara. A recusa intransigente da participação de elementos externos aos trabalhadores nos assuntos dos sindicatos, que visava combater a presença dos chamados “chefes socialistas” no movimento operário, teve consequências para o papel que esses intelectuais podiam assumir. Aparentemente, seu principal efeito na configuração interna do círculo libertário foi um certo distanciamento dos

intelectuais em relação aos problemas organizativos (especialmente das organizações sindicais) mais diretos. Concentrando sua atuação nas conferências de propaganda proferidas nos centros culturais e, especialmente, na construção da imprensa anarquista, os intelectuais estiveram mais voltados para a função de divulgadores da doutrina. Ou seja, seu papel era articular e apresentar de forma sistemática os “fins últimos” do movimento, esclarecendo seu elemento utópico. Nessa função, preservaram muitas vezes seu status diferenciado de homens de letras, professores que prestavam seu auxílio à elevação moral do proletariado, sem que com isso se transformassem num modelo ao qual o trabalhador militante deveria almejar alcançar. Assim, ainda que possuíssem maior domínio da leitura e do repertório intelectual, lhes faltava a experiência, tantas vezes amarga, da organização sindical. E, como veremos ao longo da tese, essa experiência da lenta construção, marcada de frustrações, teve papel preponderante na formulação das visões do Brasil que podemos recuperar na imprensa anarquista da época.

Sobre o perfil e as funções assumidas pelos intelectuais mais engajados, podemos recuperar um breve fragmento do depoimento pessoal de Fabio Luz expondo alguns dos significados que emprestava à sua militância através das letras. Falando sobre as noites passadas na companhia dos trabalhadores no Centro de Estudos Sociais e outros espaços do tipo, ele afirma: “Venho transmitir como posso e o que posso, aos que na conquista do pão não dispõem de tempo suficiente para estudar. *Leio para eles e por eles*. Com eles converso sobre coisas de ciência e em boa camaradagem passo algum tempo”²⁷. Podemos perguntar agora pelos espaços de sociabilidade em que a atividade libertaria se desenvolveu, dado que foram nesses espaços em que se teceu a articulação entre intelectuais e operários que aqui nos interessa investigar.

1.3 Os centros culturais: espaços de encontro na cidade

Delinear as estruturas formais mantidas pelos agrupamentos anarquistas nem sempre é tarefa fácil, tanto pela sua aversão a organizações verticais, formalizadas e legalizadas, seja pela necessidade de manter clandestinas partes de suas atividades. Em geral, sabemos que os militantes muitas vezes se organizavam em pequenos grupos de afinidades, reunidos

²⁷ SPARTACUS, Rio de Janeiro, n. 10, 04/10/1919, grifos meus.

normalmente ao redor de um propósito específico comum, como a criação e manutenção de um jornal ou de uma escola proletária. Os grupos de afinidade também organizavam atividades de propaganda e culturais, além de participarem de manifestações e protestos. Segundo Toledo, “a base da vida política do anarquismo no Brasil nesse período era a cooperação voluntária entre esses pequenos grupos distintos, espontaneamente constituídos. O grupo era mesmo a célula organizativa do movimento anarquista tradicional” (1993, p. 53). Ainda sobre o funcionamento dos grupos, a autora aponta que eles eram primordialmente “centros de discussão”, sem estruturas fixas. Muitas vezes a maior ambição dos grupos de afinidade foi manter ou ajudar a manter um centro cultural, ou “centro de estudos sociais” como se chamava.

No Rio de Janeiro, encontramos pelo menos meia dúzia desses centros onde os anarquistas tinham presença constante. Podemos indicar o Círculo Libertário Internacional, fundado em 1903 e associado ao jornal *A Greve*; o Centro dos Sindicatos Operários, que funcionou entre 1908 e 1909 onde a FORJ promovia muitas atividades; o Centro de Estudos Sociais e o Centro Libertário do Rio de Janeiro (1917). Sobre o Centro de Estudos Sociais, fundado no início do ano 1913 e que manteve suas atividades até meados de 1916, sabemos que foi um dos mais longevos. A criação desses Centros Culturais era parte importante da prática militante de anarquistas em todo mundo, visando sobretudo a propagação da doutrina e a organização política. No Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Sociais foi palco de inúmeras reuniões, assembleias, conferências, apresentações teatrais e festivais operários.

Aqui é importante abrir um parêntese para comentar como a geografia do Rio de Janeiro influenciou na conformação dos espaços de sociabilidades ligados ao movimento operário. Diferentemente de São Paulo, onde os principais bairros operários circundavam imediatamente o Centro da cidade, formando uma aglomeração urbana mais compacta, no Rio de Janeiro os principais núcleos de moradia dos operários ficaram muitas vezes isolados uns dos outros. Na verdade, tirando as freguesias do Centro da cidade, onde mesmo após as reformas de Pereira Passos continuaram morando milhares de trabalhadores pobres, a maioria das outras freguesias mais distantes contava com péssimos serviços de transporte, dificultando o trânsito dos seus moradores pela cidade. A principal exceção parece ter sido o caso dos trabalhadores portuários, que trabalhavam na mesma região em que moravam (os bairros vizinhos ao porto) e não precisavam se afastar do Centro da cidade em grandes distâncias.

Ao contrário dos portuários, os têxteis estiveram espalhados pelo território da capital, seguindo a alocação das principais fábricas de tecido da cidade. Os principais núcleos formados ao redor das fábricas têxteis eram: 1) Gávea/Jardim Botânico, onde se localizavam

as fábricas Carioca e Corcovado; 2) Laranjeiras, onde ficava a fábrica Aliança; 3) Andaraí/Vila Isabel, onde se encontravam a Confiança e a Cruzeiro; 4) Bangu, onde ficava a Companhia Progresso Industrial. Ora, todos esses núcleos são muito distantes entre si e, por conta do relevo acidentado da cidade, não permitiam um deslocamento rápido e fácil. No caso de Laranjeiras, Andaraí e Gávea, o transporte era feito pelas linhas de bondes, conhecidas pelo seu péssimo serviço. Outros bairros operários importantes eram o Engenho de Dentro, onde se localizavam as oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), São Cristóvão, onde se localizavam muitas pequenas oficinas, e Catumbi.

As consequências dessa distribuição pouco concentrada da classe operária pela cidade parece ter sido dupla. Por um lado, os sindicatos buscavam presença mais próxima dos núcleos fabris tentando manter sucursais espalhadas pelos bairros – como os sindicatos dos têxteis, ou dos trabalhadores em pedreiras (em Botafogo). Por outro lado, o Centro da cidade se manteve não apenas como o principal palco das manifestações públicas do movimento operário, como também era onde se localizava a grande maioria das sedes dos sindicatos – por vezes a grandes distâncias dos locais de trabalho da categoria. Assim, quando observamos os endereços das sedes dos sindicatos vemos que elas em geral se localizavam na região do Centro que se localizava entre a estação Central do Brasil e a Avenida Passos. Mais especificamente, no quadrilátero definido pela Praça Tiradentes e Campo de Santa, de um lado, e pela Central e a esquina da Avenida Passos com a Avenida Marechal Floriano. Essa região de sobrados constitui em parte o que hoje é a região comercial do SAARA (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega). Nessa região ficavam também os Centros Culturais a que estávamos fazendo referência.

Os espaços das sedes dos sindicatos e dos Centros Culturais foram os principais locais utilizados pelo movimento operário no Rio de Janeiro para realizar suas atividades. O I Congresso Operário Brasileiro foi realizado em abril de 1906 no Centro Galego, localizado na Rua da Constituição 30, próximo à Praça Tiradentes. Apenas alguns metros adiante do Centro Galego, sede de diversos sindicatos, naquela mesma Rua da Constituição, funcionou por alguns meses em 1904 a Universidade Popular de Ensino Livre. Já o Centro de Estudos Sociais ocupava, em maio de 1913, o número 215 da Rua do Senado, endereço onde funcionava também o Centro Cosmopolita, sede de diversas associações sindicais.

Aliás, quando observamos os endereços que o Centro de Estudos Sociais ocupou, percebemos que não somente eles coincidem com a região onde se concentravam as sedes dos sindicatos e associações de classe, mas que por vezes ele ocupou o mesmo espaço. No início de 1915, ocupava o número 87 da Rua dos Andradas, onde era sediada a COB e onde foi

realizado em setembro de 1913 o Segundo Congresso Operário. No segundo semestre de 1915 o Centro mudava-se, junto com a COB para o número 71 da Praça Tiradentes. Portanto, na prática o Centro de Estudos Sociais era um espaço *dentro* das organizações sindicais do Rio de Janeiro do período, que funcionou como espaço de discussão, articulação política e propaganda.

As atividades do Centro de Estudos Sociais eram divulgadas não apenas na imprensa operária e libertária, mas nas páginas das colunas operárias dos jornais de maior circulação, como o *Correio da Manhã* e *A Época*. Dentre os mais assíduos palestrantes estão José Oiticica e Fábio Luz, cujos discursos ficaram na memória da militante anarquista Elvira Boni Lacerda, entrevistada na década de 1980 por Angela de Castro Gomes (LACERDA, 2014).

Ora, esses espaços frequentados pelos intelectuais libertários engajados para suas conferências e palestras não estavam distantes da prestigiosa Avenida Central. E era nos arredores da Avenida que a intelectualidade da capital se reunia nos cafés e livrarias da Rua do Ouvidor. Alguns jovens mais inconformistas que frequentavam essas rodas literárias foram aos poucos foram sendo levados à imprensa e às atividades “subversivas” promovidas pelos anarquistas. De acordo com o “Testamento Libertário” deixado por Fábio Luz, ele teria se aproximado dos escritores Elísio de Carvalho, Curvelo de Mendonça, Rocha Pombo e Pedro do Couto em plena Livraria Garnier, localizada naquela rua que era o epicentro dos cafés e das modas afrancesadas na capital.

Segundo o depoimento de Fábio Luz, “fomos formando assim na Livraria Garnier um Grupo de rebeldes, cada qual com sua tendência. Todos éramos contra o que se praticava em nome do povo para a infelicidade do povo. (...) Esses encontros literários transformaram-se em verdadeiros Centros de Estudos Sociais” (PRADO; HARDMAN, 1985, p. 209). Ressaltando a diversidade de tendências do grupo, Fábio Luz descreve Curvelo de Mendonça como um “tolstoiano entusiasta”, Rocha Pombo como defensor do “comunismo cristão”, Pedro do Couto como “republicano exaltado e positivista”, além de caracterizar Elísio de Carvalho como “anarquista individualista”, seguidor de Stiner e Nietzsche (Ibidem, p. 209). Nas páginas seguintes o autor narra como cada um desses amigos “rebeldes” da primeira década do século XX, que estiveram engajados na Universidade Popular de Ensino Livre, foram se afastando dos ideais revolucionários e ainda mais de qualquer prática militante.

O depoimento clássico de Luiz Edmundo em seu *O Rio de Janeiro do meu tempo*, nos fornece uma descrição preciosa da figura do intelectual boêmio que contribuiu pontualmente para a imprensa libertária e que aliava a simpatia ao movimento operário. Nesse caso trata-se de Santos Maia, um poeta e romancista que contribuiu nas páginas do periódico *O Debate*

(1917) fazendo crítica literária e teatral. A descrição de Luiz Edmundo é preciosa não por ser verdadeira, mas por evidenciar as *representações sociais* que envolviam a figura do intelectual boêmio:

São dez horas da noite. Entra o Santos Maia, nervoso, feio, pequenino, adernando de um ombro, a equilibrar, sobre um nariz acuminado, o *pince-nez* sem aro e sem cordão. Gesticula, ruidoso, e vem acompanhada de mais alguns boêmios.

Santos Maia acaba de dar a sua aula de grego a três “velhotes” que se preparam para certo concurso em um ginásio qualquer.

Chega um pouco mais tarde do que costuma. Daí recriminações, indagações, perguntas. Há uma bulha infernal com a chegada do homem. Todas as mesas o disputam. Todas as mesas o reclamam.

E ele a se diluir em explicações, em frases, chistoso, risonho, *blagueur*, amável. Não é literato, Maia, nem músico, muito menos pintor ou jornalista. É apenas um homem de sólida e vastíssima cultura, uma inteligência brilhante, que faúlha. Explica um sistema filosófico, aqui, ali discute, cientificamente, a cura da tuberculose, acolá critica Goethe, Rembrandt, Mozart; é egiptólogo, conhece todas as línguas vivas, algumas mortas e não tem ainda trinta anos! Lê muito, lê sempre: na repartição dos Correios, de onde – dizem – é funcionário, nos bondes onde viaja, no café, em casa, de dia, de noite. No seu quarto de boêmio andam os livros sobrando nas estantes, sobre as mesas, aumentando a altura dos travesseiros, equilibrando falhas do colchão, ser vindo de calço às portas, entulhando malas, sacas, armários e baús. O quarto do Santos Maia!

Mora ele à Rua Santo Antônio, no sobrado da mulata Francina, sórdida casa de cômodos, com quartos divididos por tabiques de madeira e lona, num aposento que olha para uma área suja, e que, medido, pode dar, no máximo, uns seis metros quadra dos: três metros para ele, Maia, e três para o Plínio Caldeira, que morre antes de ele se mudar para a casa da francesa Bordon, à Rua S. José (EDMUNDO, 2003, p.356, 357).

A rica descrição dessa figura que participou pontualmente da imprensa libertária, mas que era assíduo frequentador dos cafés, permite captar alguns dos elementos das diferenças sociais envolvidas em nosso universo de colaboradores da imprensa libertária. Não raro, a relação entre esses intelectuais boêmios e os mais militantes (que bradavam inclusive contra os males do alcoolismo e da vida desregrada) descambava para o ressentimento e a crítica ácida. Domingos Ribeiro Filho, por exemplo, que foi companheiro de repartição pública de Lima Barreto, falou assim do escritor na revista *Visão Brasileira*, n. 3, de setembro de 1938, estranhando daqueles que “queriam fazer dele um gênio”. Nas suas palavras:

Lima Barreto não foi um revolucionário, não foi um acomodado, não foi um cabotino, tinha os pés, as mãos e a cabeça amarrados ao liame de um terrível complexo. Tinha – coisa interessante – caráter e coração: um e outro, podendo impeli-lo para um melhor destino, serviram para ponderar e equilibrar suas ambições. É que ele via, arrepiado, a ascensão de uns tantos escritores, por uma escada de frases feitas, versos frouxos, e conceitos de tonelada e meia, até a consagração acadêmica. Entretanto – terrível complexo – a revolta de Lima Barreto nunca passou da ironia. E a felicidade notável dos impostores letrados e de seus patrões e patronos consistiu precisamente em não ter contra eles um revolucionário dispondo de talento, da cultura e do caráter do autor de Isaiás Caminha (BARRETO, 1938 *apud* BARBOSA, 1956).

As polêmicas entre essas diferentes tendências políticas apareciam, obviamente, nas páginas dos periódicos libertários, que não queriam e nem poderiam ser espaços exclusivos de determinado agrupamento político dada a própria diferenciação incipiente dessas posições. Por exemplo, em agosto de 1915, nas páginas do jornal *Na Barricada*, aqueles antigos amigos continuavam a debater “questões de doutrina”, com Pedro do Couto zombando dos “doutores do anarquismo” que falavam com a mesma pretensão de superioridade dos positivistas. As edições seguintes dão margem a uma polêmica em que questões teóricas e políticas se seguem a ataques pessoais. Fabio Luz chama-o de polemista vazio, mas ainda assim Pedro do Couto é convidado a dar uma palestra no Centro de Estudos Sociais, na qual defende que o governo e a pátria são conceitos universais, despertando viva controvérsia²⁸.

Entre a imprensa operária e a imprensa comercial não existia um abismo intransponível. Muito pelo contrário, os jornalistas e intelectuais que contribuía na imprensa operária também trabalhavam e contribuía com jornais de grande circulação. Muitas vezes essa contribuição se dava, além das reportagens diversas, na forma de uma “coluna operária” mantida pelos grandes jornais para a cobertura das principais agitações trabalhistas do momento. Esses jornalistas próximos do movimento operário eram frequentemente “informantes” do grande público através dos jornais, também ajudando a dar legitimidade às demandas dos trabalhadores em luta e às ações coletivas por eles empreendidas. Basta ver que as sedes dos grandes jornais diários eram pontos de referência obrigatórios para os préstitos das associações de classe. Das sacadas dos sobrados os jornalistas simpáticos ao movimento faziam seus discursos em saudação e pela melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. Mais do que isso, a presença de jornalistas e tipógrafos dos grandes jornais nas fileiras da imprensa operária indica que até certo ponto a experiência, conhecimento e quem sabe mesmo os recursos materiais de uma redação de grande jornal poderiam ser aproveitados na produção precária da imprensa “independente”.

Pelo já dito até aqui podemos pensar essa circulação dos intelectuais militantes entre os diferentes círculos sociais em que estavam inseridos a partir de uma perspectiva espacial, desenhando uma geografia política e social da cidade. Se o ambiente dos cafés literários das

²⁸ O acervo do fundo Fabio Luz do Arquivo Nacional – consistindo basicamente da correspondência passiva do titular entre o início dos anos 1900 e sua morte em 1938 – constitui uma fonte de pesquisa que ainda merece ser mais explorada. Afinal, ocupando um lugar de maior prestígio dentro do incipiente “campo” de produção cultural, Fabio Luz manteve relações com um leque de políticos, professores, literatos, artistas e profissionais liberais muito mais abrangente do que as figuras menos proeminentes dos círculos anarquistas. Em sua correspondência também localizamos uma gama muito diferenciada de posicionamentos políticos, de Oliveira Vianna a Oswald de Andrade, passando por José Veríssimo (importante crítico literário e professor do Colégio Pedro II, onde foi diretor) e militantes de outras nacionalidades, correspondendo-se desde Madrid ou Nova York.

elites intelectuais e da burguesia constituía um dos extremos da circulação desses intelectuais, então o outro extremo seriam as sedes dos sindicatos e dos Centros Sociais nos quais se realizam palestras, bailes, encenações dramáticas dos festivais operários, sediadas em sua maioria entre a Praça Tiradentes e o Campo de Santana (Praça da República). De fato, se tomarmos o cruzamento da Rua do Ouvidor com a Avenida Central como ponto extremo de um eixo, e o endereço da Rua da Constituição 32 (onde funcionava o Centro Galego, que sediou o I Congresso Operário Brasileiro, em 1906) como o outro ponto extremo, vemos que se estabelece uma linha quase reta, formando um percurso de menos de 1km que a pé pode ser percorrido em cerca de 10 minutos. Exatamente no meio desse percurso atravessamos o Largo de São Francisco, que durante as primeiras décadas do século XX constitui o principal palco dos comícios e manifestações populares e operárias. Se a região da Praça Tiradentes e do Campo de Santana está mais próxima da estação de trem da Central do Brasil, que era a principal conexão para os subúrbios, o Largo de São Francisco, juntamente com o Largo da Carioca, era o ponto final de diversas linhas de bonde que cortavam a cidade. Vale lembrar que as primeiras décadas do século XX constituíram o momento de maior crescimento dos habitantes da zona suburbana da cidade, seja por conta das remoções das reformas do prefeito Pereira Passos, seja porque aos poucos ia se constituindo uma infraestrutura urbana de transportes e serviços que tornava a vida nos subúrbios menos penosa. Dentre os intelectuais citados acima, Fabio Luz, Domingos Ribeiro Filho e Lima Barreto eram moradores do subúrbio do Méier e adjacências, por exemplo. A rotina de deslocamento entre o Centro e os subúrbios fazia, assim, parte do cotidiano dessas figuras²⁹.

A partir desse encontro e da articulação entre jornalistas, tipógrafos, professores e trabalhadores manuais se constitui a imprensa e boa parte das atividades do movimento anarquista da Primeira República. A partir dessa primeira aproximação com os anarquistas tendo a cidade como cenário, podemos explorar as suas ligações com a cena política da capital no início do século XX.

²⁹ Sobre o tema do deslocamento subúrbio x centro, ver Schwarcz, 2017, cap. 6.

2 O ANARQUISMO DENTRE OS RADICALISMOS DA ÉPOCA

Foi instintiva em mim a ideia anarquista. Assistindo desde menino a cenas da escravatura, rebelei-me contra a autoridade e o Estado. Não conseguia convencer-me da razão da desigualdade entre os homens, uns ricos e dominadores; outros pobres, humildes e injustiçados. [...] Constrangido quando observava a miséria, os sofrimentos e humilhações impostas pelos policiais negros nos seus semelhantes.³⁰

Na abertura de seu “Testamento Libertário”, escrito em 1933, o médico e romancista Fabio Luz apresenta assim sua adesão aos ideais ácratas. As cenas a que se refere teriam se passado em Valença/BA, onde seu pai foi fiscal da Receita da Fazenda, repartição responsável pela cobrança de impostos sobre a propriedade envolvidos na compra e venda de escravizados. Teria, portanto, se tornado “abolicionista por sensibilidade”, a qual veio se somar a “aspiração de uma forma de Governo que fosse mais humano e igualitário”. A decepção seguinte viria depois de 1889:

Supus que uma república democrática realizaria esse ideal e me tornei republicano apesar do decreto que pôs fim à escravidão ter sido aprovado pela monarquia, forçada pela propaganda que o povo fazia. Enganei-me, e só mais tarde percebi o equívoco em que vivi, colaborando na organização republicana que, com sua revolução, mudou os homens e exploradores, deixando na essência de seus discursos e enfáticas promessas a mesma exploração da monarquia, autocrática, oligárquicas e ditatoriais.³¹

Não poderia haver expressão mais cristalina daquilo que Bourdieu (1996) chama de “ilusão biográfica”, fazendo dos percalços acidentados da vida uma via coerente e unívoca. Mas a despeito da sua óbvia projeção retrospectiva, os primeiros parágrafos do testamento de Fabio Luz sugerem uma trajetória histórica tem sido pouco explorada nos estudos sobre o anarquismo no Brasil³². Podemos seguir essa sugestão para situá-lo dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, ligada às vicissitudes dos movimentos sociais que vislumbraram nas mudanças decorrentes do fim da escravidão e do Império uma chance de transformar as estruturas profundamente desiguais da sociedade brasileira. Apoiados na vasta bibliografia sobre o tema, buscaremos reconstituir brevemente a sequência histórica relativa à articulação dos radicalismos políticos no Brasil, que leva da campanha abolicionista à construção do movimento operário, indicando alguns pontos de bifurcação decisivos. Para visualizarmos o anarquismo dentro dessa sequência, situando-o dentre os radicalismos com os quais disputou

³⁰ “Testamento Libertário de Fábio Luz”, publicado em PRADO; HARDMAN, 1985, p. 208-214.

³¹ Ibidem, p. 208.

³² A pesquisa de Regina Duarte sobre a trajetória de Avelino Fóscolo percorre o tipo de sequência que estamos valorizando aqui. Ver DUARTE, 1988.

espaço, recolhemos dados sobre a trajetória de alguns militantes libertários e investigamos a atuação do grupo libertário que esteve envolvido na criação do jornal *A Greve* (1903).

2.1 Radicalismos políticos na Primeira República

O clássico ensaio “Radicalismos” de Antonio Candido, escrito em 1988, constitui referência incontornável no debate sobre o tema, especialmente no campo do pensamento social brasileiro. Neste texto, Candido comentava o fato do “pensamento radical” não formar “sistema” no Brasil, no sentido de que os autores a ele associados, pelo menos até a virada dos anos 1930/40, permanecerem isolados e com pouco impacto na produção intelectual mais ampla. De fato, como nota o autor, é impossível estudar as correntes que buscaram imprimir às transformações sociais um caráter progressista de reversão e questionamento das desigualdades sociais sem ter em vista que elas se afirmavam, no máximo, como um contraponto às tendências conservadoras, cuja longa hegemonia teria construído uma “barreira quase intransponível” (CANDIDO, 1990).

Assim, seria necessário recolher as experiências mais ou menos dispersas de articulação de um pensamento radical, até para pensá-las como condicionantes do desenvolvimento de um pensamento “propriamente revolucionário”. Essa última distinção aparece um tanto carregada na maior parte do texto, já que o interesse é circunscrever a especificidade do pensamento radical “de classe média”, ou seja, daqueles radicais que se opõem aos interesses da sua própria classe só “até certo ponto”, preconizando as soluções que beneficiariam a “nação como um todo” e desviando das saídas revolucionárias. Porém, a despeito do marxismo mais tradicional que subjaz a essa distinção, o autor apresenta uma proposta original para se analisar a circulação de ideias. O radicalismo possuiria

[...] de fato um toque de ambiguidade, mas por isso mesmo pode ser conduzido para o seu lado melhor e contribuir para políticas realmente transformadoras, em termos adequados à realidade social e histórica de seu país, e não segundo tentativas mais ou menos frágeis de transpor fórmulas elaboradas para outros contextos. [...] Resumindo: os radicalismos de cada país podem ser a condição de êxito do pensamento revolucionário, inclusive o que se inspira no marxismo. Daí ser conveniente investigar quais são os tipos e mesmo os simples fermentos ocasionais de radicalismo no passado brasileiro, a fim de que se possa não apenas por meio deles combater o pensamento e a prática conservadora, maciço central da nossa tradição política, mas também usá-los como ingredientes para a transposição e eventual criação de posições revolucionárias (CANDIDO, 1990, p.5-6).

Comentando a circulação do marxismo, tido como “a doutrina em estado de pureza pelos regimes que o adotam”, Candido vai apontar que na realidade a sua combinação com “tradições radicais de cada lugar”, citando os casos de Rússia, China e Cuba, teria sido a pré-condição para seu sucesso. Assim, o radicalismo funcionaria como uma espécie de “mediador” entre a abstração das doutrinas e a realidade local, que se refere a condições por vezes diferentes das do contexto original de sua produção. Mesmo que politicamente vacilantes, os radicalismos locais poderiam

ter papel transformador de relevo, porque é capaz de avançar realmente, embora até certo ponto. Deste modo pode atenuar o imenso arbítrio das classes dominantes e, mais ainda, abrir caminho para soluções que, além de abalar a rija cidadela conservadora, contribuem para uma eventual ação revolucionária (CANDIDO, 1990, p.5).

A análise de Candido está voltada para *obras* importantes do pensamento social³³, que teriam produzido interpretações do país capazes de iluminar criticamente a reprodução das desigualdades sociais. Porém, o autor não deixa de notar que elas também estão ligadas à prática política, especialmente aos *movimentos sociais* que atuam nas lutas políticas propriamente ditas. Joaquim Nabuco, por exemplo, é incluído entre os radicais pela sua produção diretamente associada à participação no movimento abolicionista, que destoa da produção posterior, quando seus vínculos de classe falam mais alto do que sua efêmera identificação com a sorte dos oprimidos³⁴. Porém, o objetivo de Candido não é avaliar o movimento em si ou o peso das formulações de Nabuco no desenrolar do processo político³⁵. Aliás, não podemos cair no equívoco de analisar movimentos políticos e sociais *a partir de* grandes obras filosóficas, científicas ou literárias, muitas vezes consagradas tempos depois dos eventos que supostamente teriam causado.

Para pensar o que seria o radicalismo político na Primeira República temos que enfrentar alguns problemas. Em primeiro lugar, o registro em que opera Candido, da produção intelectual, não é o mesmo que o da historiografia sobre o radicalismo político da Primeira República. Esse vem sendo tratado muito mais como uma corrente política de atuação parlamentar e extra-parlamentar do que como uma tradição intelectual (ou uma “linhagem” do

³³ O autor destaca, para o período de 1880 à 1937, *O Abolicionismo* (1883) de Joaquim Nabuco, *América Latina: males de origem* (1903) de Manoel Bomfim e *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda. Sobre a adesão passageira de intelectuais ao radicalismo ver “Radicais de ocasião” (CANDIDO, 1980).

³⁴ Para uma crítica das tentativas de “canonização” de Joaquim Nabuco que silenciariam sobre os aspectos racistas de sua visão, ver AZEVEDO, 2001.

³⁵ Vale dizer que exatamente por incluir um *juízo de valor* (a distinção entre uma reação “progressista” e uma “conservadora” frente às transformações sociais em curso) é que Candido dá atenção a *obras* cujo caráter “progressista” poderia ser identificado com baixo nível de dúvida ou ambiguidade.

pensamento brasileiro³⁶). Tal fato, ao que nos parece, decorre do fato da historiografia tomar a categoria “radical” como nativa – ou seja, a partir dos *usos* que são feitos pelos próprios atores sociais da época – enquanto para Candido “radicalismo” carrega uma definição substantiva, “modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes” (CANDIDO, 1990, p.4), que ocupa lugar específico na sua interpretação da vida política e intelectual do país.

Por isso, a aproximação que propomos pode gerar alguns curtos-circuitos. Se utilizarmos a fórmula de Candido que equaciona o radicalismo a certo “progressismo”, como seriam vistos os movimentos messiânicos que desafiaram a ordem republicana com formações comunitárias avessas à autoridade instituída? Ou por outra, seria possível discernir elementos progressistas dentro dos movimentos separatistas/regionalistas que por vezes se opunham ao centralismo da capital? Sem enfrentar esses problemas, entenderemos aqui como radicalismos políticos aquilo que a historiografia vem tratando como tal, ou seja, os movimentos que foram tachados ou se auto-proclamaram radicais.

A categoria “radical” talvez seja das mais difíceis de definir com alguma consistência. Ela intensifica o caráter altamente relacional e situacional das identidades políticas³⁷. No contexto da Primeira República, sobretudo após os conturbados anos iniciais dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, consolida-se um regime de nítido caráter demofóbico³⁸, que buscava justificar a restrição da participação política à elite a partir da representação do povo fosse como amorfo, disperso e ignorante, fosse como desordeiro, incivilizado e degenerado. Nesse contexto, era classificado pejorativamente como “radical” todo discurso que conclamasse a mobilização e participação popular, que buscasse alargar a concepção de cidadania em um horizonte mais democrático. Especialmente na capital da República, maior cidade do país e talvez a única onde havia a tal “multidão”, a participação das massas na vida política era vista como uma das principais ameaças ao regime nascente, e isso desde os debates sobre a instauração da Constituinte de 1890 (LYNCH, 2013). No

³⁶ Ver discussão de Gildo Marçal Brandão (2007) sobre “radicalismo de classe média”.

³⁷ Como indica Angela Alonso a partir das teorias da “contentious politics”: “As identidades políticas são essas identificações sociais construídas em meio a uma interação conflitiva e só inteligíveis se reportadas à conjuntura. São, pois, contextuais, nascendo aos pares, numa relação binária de oposição. Não são substantivas — a exprimir alguma essência dos agentes —, mas relacionais, categorias simplificadoras, que ajuntam por exclusão.” (2009: 133)

³⁸ Ainda que a ideia de “demofobia” faça sentido a partir do invento/horizonte republicano, é necessário reconhecer no mínimo um equivalente no medo disseminado de uma revolta negra que percorre as sociedades escravocratas da América especialmente após a Revolução Haitiana (AZEVEDO, 1987). Assim, é mister reconhecer que a nossa “demofobia” vinha de longe e carregava sentidos raciais que abordaremos mais a frente.

espelho do pensamento conservador que dava o tom à época, fenômenos políticos muito diversos podiam ser desqualificados como “radicais”.

Em geral, os trabalhos historiográficos e sociológicos costumam associar ao radicalismo sobretudo a corrente política atuante na capital da república identificada como “jacobinos” – por alusão ao seu “republicanismo radical” visto como desordeiro pelos seus adversários – ou como “florianismo”, fazendo referência aos agrupamentos de republicanos que se constituíram em torno da defesa do mandato de Floriano Peixoto na presidência da República entre 1891 e 1894. Como nossa investigação está voltada para a atuação dos libertários na capital da República, é imprescindível averiguar quais relações eles mantiveram com o radicalismo “jacobino”.

Mas também vale destacar que, apesar de pouco associados ao rótulo do radicalismo, os chamados socialistas da virada do século – que tiveram atuação importante no nascente movimento operário da capital – também devem ser considerados parte dessa constelação radical da época, até porque, como indicaremos, não estavam tão distantes assim dos jacobinos em diversos aspectos. Assim, buscaremos reconstituir em linhas gerais a trajetória do radicalismo político da Primeira República a partir da sequencia histórica que levou da campanha abolicionista à formação do movimento operário, destacando os principais pontos de bifurcação que ajudam a entender os seus limites e alcances.

Em um primeiro nível, o anarquismo poderia ser interpretado como uma variação mais extrema do *desencanto* que se abateu sobre aqueles que nutriam expectativas mais ambiciosas de transformação social associadas ao novo regime político. O exercício autoritário e arbitrário do poder ao longo dos primeiros governos republicanos – que insuflaram o militarismo para combater nas guerras civis que a floraram pelo país e reforçaram medidas de repressão sobre a população civil – sufocou as lutas por maiores transformações na configuração do poder. Além disso, a composição da Constituinte de 1890, buscando conciliar interesses diversos, resultou na conformação de normas eleitorais que, como sabemos, excluía a maior parte da população dos direitos políticos, já que trocava o critério censitário pelo requisito da alfabetização para a habilitação dos eleitores, esvaziando as expectativas quanto ao sufrágio universal (CARVALHO, 1987). A partir do momento em que o regime foi “estabilizado”, com os governos civis de Prudente de Moraes e Campos Salles, ficava ainda mais clara a sua política de acomodação dos interesses conflitantes das camadas dirigentes e oligarquias locais, bem como sua política de favores para atender às demandas da camada média urbana através de colocações no serviço público. Assim, é vasto o rol dos “desiludidos” com a República a partir da virada do século. Até políticos que ocuparam

posições centrais na elite republicana mal diziam-na, como Ruy Barbosa que, em discurso no Senado em 1914, identificava a “obra da República” como sendo a própria desvirtuação dos princípios do honra, da honestidade e da justiça que deveriam norteá-la (BARBOSA, 1974, p.86-87).

Porém, reconhecer a abrangência desse desencanto e decepção com as instituições republicanas só evidencia que tal frustração por si mesma não levava automaticamente à adesão a uma perspectiva libertária. Para tal, estava em jogo não apenas uma avaliação das instituições políticas mas da própria sociedade, do “povo” ou da “classe operária”, que deveria assumir o protagonismo político na proposta dos revolucionários. Por isso, é necessário investigar as formas de radicalismo político na sua relação com as bases sociais que poderiam transformá-lo numa força política democratizante, oposta às oligarquias dominantes. Problema que compreende diversos fatores, mas que trataremos aqui privilegiando o elemento da organização social do trabalho, posto que foi em torno de uma compreensão classista da política que os libertários buscaram se construir enquanto força política. Portanto, é necessário voltar um pouco mais no tempo e associar as formas de ativismo republicano com o enquadramento da “questão servil” no final da década de 1880. Assim poderemos compreender porque as correntes políticas “radicais” da Primeira República vão se constituir – na referência canônica de historiadores e sociólogos – a partir do governo de Floriano Peixoto, e não apresentam ligações explícitas com a enorme mobilização social envolvida na campanha abolicionista, e nas formas de ativismo político por ela encetadas.

As análises mais recentes daquela conjuntura tem chamado atenção para o desfecho articulado dos processos de abolição da escravidão e do fim do Império. Tomando a questão no nível dos movimentos políticos, chama-se atenção para o descolamento entre abolicionismo e republicanismo “radical” a partir de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. As relações existentes entre abolicionismo e republicanismo na segunda metade do século XIX no Brasil foram complexas e diversificadas. Havia republicanos “radicais” (tanto militares quanto civis fortemente influenciados pelo positivismo) que não dissociavam a mudança de regime político da Abolição da escravidão. Porém, o Partido Republicano e a maior parte das elites políticas associadas ao republicanismo buscavam uma solução menos conflituosa para a “questão servil”, protelando a abolição, exigindo indenização aos proprietários de escravos e jogando o problema no colo da Monarquia (FERNANDES, 2006). Do outro lado, havia monarquistas que lutaram com todas as armas para a manutenção do regime político e da escravidão (como os conservadores Paulino de Souza e José de Alencar)

e outros que eram favoráveis ao fim da escravidão como forma de “salvar” a própria monarquia, como Joaquim Nabuco (ALONSO, 2012).

O período de um ano e meio compreendido entre a abolição e a proclamação da República foi especialmente quente, com a crise que desabava sobre as instituições imperiais e as perspectivas em aberto deixadas pelo fim oficial da escravidão. Pelo modo como foi encaminhada a abolição tão longamente adiada, a solução articulada junto à Princesa Isabel desagradava os setores conservadores associados à grande lavoura, que viram a abolição imediata ser assinada sem indenização aos proprietários. O descontentamento com a Coroa fez muitos poderosos e influentes oligarcas locais tomarem, a partir de então, a defesa da República – além de desarticularem o apoio parlamentar às políticas “reformistas” que ainda aguardavam deliberação no Congresso, como o projeto de André Rebouças visando o estabelecimento da pequena propriedade, o reconhecimento dos direitos políticos dos afrodescendentes e o incentivo à ética do trabalho associado à concepção de uma “democracia rural” (ALONSO, 2015). Por outro lado, parte dos abolicionistas, dentre eles o próprio Rebouças, reconheciam na relação direta com a Coroa uma forma mais eficiente de levar a frente suas reivindicações e “garantir a liberdade”, passando então a defender as instituições imperiais e o Terceiro Reinado, já que a República significaria o controle direto do poder político pelas oligarquias escravagistas³⁹ (DOMINGUES, 2014).

Como mostra Maria Fernanda Lombardi Fernandes, restaram duas opções aos republicanos radicais nesse contexto. Com o influxo dos fazendeiros escravocratas para as fileiras republicanas, parte daqueles abolicionistas que até então tinham conciliado a ideia da libertação dos escravos com o ideal republicano romperam com o republicanismo e passaram a defender a Monarquia e a perspectiva do Terceiro Reinado – como foi o caso de José do Patrocínio. Já os que se mantiveram na propaganda republicana, precisaram contemporizar com a presença dos “adesistas”, chamados de “republicanos de 14 de maio” por Patrocínio. Segundo Fernandes,

O republicanismo de membros mais radicais, como Silva Jardim, após o 13 de Maio, empobreceu. A dimensão da crítica social e a busca pela superação da ordem econômica e social ficaram escondidas em meio a um discurso retórico e de ataques à Monarquia feitos sob medida para uma plateia desejosa de ouvir exatamente o que ele falava. Ao privilegiar esses interlocutores, o próprio Jardim apartou-se daquele público que deveria ser o seu alvo: as classes pobres urbanas. Após o 13 de Maio, boa parte dessas classes pobres urbanas era-lhe hostil: em especial o proletariado do Rio de Janeiro, engrossado pelos ex-escravos. O discurso revolucionário – quando

³⁹ Carvalho mostra como, ao longo das últimas décadas do Império, o Poder Moderador foi visto muitas vezes como mais “sensível” à opinião pública do que o próprio Parlamento, sobretudo após a limitação dos votantes pela Lei Saraiva que instituiu a eleição direta (ver CARVALHO, 1987, p. 29-31). Sobre o problema do “monarquismo” de libertos e ex-escravos, ver SCHWARZ, 1998, p.14-15. E mais recentemente KRAAY, 2019.

aparecia – caía no vazio de uma revolução sem povo, nos ouvidos de um grupo social que não queria nem a revolução nem a participação popular. De certa maneira, a condução da abolição pela Coroa inviabilizou não só a Monarquia, mas também uma República de caráter mais popular. (FERNANDES, 2006, p.192)

Assim, a partir dessa cisão fundamental o republicanismo radical – encabeçado por Silva Jardim – que buscava apoio ao seu projeto de república clamando pelo protagonismo da mobilização popular, passava a ser combatido pela Guarda Negra da Redentora – espécie de agrupamento político organizado pelos monarquistas a partir do forte apoio de parcelas da população afrodescendente à Princesa Isabel e à Monarquia. Os episódios em que a Guarda Negra impediu a realização de comícios de Silva Jardim, chegando mesmo a haver confronto violento entre as partes, ilustram bem essa cisão. Na sequência do 13 de maio, a propaganda republicana sem dúvida cresceu, com a abertura de inúmeros “Clubes Republicanos” e o engrossamento das fileiras dos Partidos Republicanos estaduais. Porém, também os grupos monarquistas contaram com relativo apoio de parcelas da população, e passaram a cultuar imediatamente a figura da princesa “redentora”, fundando associações beneficentes e fundos de auxílio à população negra dos libertos (DOMINGUES, 2014).

O modo como se efetivou a própria proclamação da República, por uma articulação de cúpula militar, se antecipando a maiores quebras de hierarquia por parte do jovem oficialato positivista da Escola Militar da Praia Vermelha, desfez os planos de um republicanismo mais recheado de participação popular, mas frustrou também os planos dos fazendeiros que ainda esperavam conseguir no regime republicano indenizações para suas perdas advindas da Lei Áurea. Assim, nessa conhecida “solução de conciliação” dos interesses das camadas dominantes, a abolição terminou sendo uma “espoliação extrema e cruel” (FERNANDES, F. 2008, p. 29) aos antigos agentes do trabalho escravo. Segundo uma operação de desfaçatez típica das elites políticas brasileiras, o novo regime não assumia responsabilidade pelo legado estrutural dos séculos de escravidão, cujo peso deveria recair sob o regime deposto, e pôde fazer “tábula rasa” do passado (FERNANDES, M. F. L. 2006), deixando assim de encaminhar as propostas de reforma agrária dentre outras políticas de inclusão da população afrodescendente pela via da cidadania⁴⁰.

As pesquisas historiográficas apontam para uma vida frágil e breve das associações negras de inclinação monarquista no período republicano, normalmente não resistindo além dos primeiros anos da década de 1890 (DOMINGUES, 2014). Por outro lado, o monarquismo

⁴⁰ Como lembra Lilia Schwarcz (2017), um indício dessa desfaçatez pode ser encontrado no Hino da Proclamação da República, composto em janeiro de 1890, que afirma em um de seus versos “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em nosso país/ Hoje o rubro lampejo da aurora/ Acha irmãos, não tiranos hostis”.

dos “restauradores” esteve sempre presente no discurso dos radicais republicanos como a grande ameaça ao novo regime. Vale lembrar que nas principais revoltas e guerras civis do período, o tema do monarquismo com apelo popular estaria sempre presente (como em Canudos e no Contestado), ou pelo menos a acusação de conspiração monarquista faria parte do discurso do Poder Executivo para legitimar sua aniquilação (como na Revolta da Armada e na Revolução Federalista).

Argumentamos, portanto, que é necessário analisar o radicalismo republicano a partir dessa fratura em relação ao encaminhamento da questão servil e às expectativas díspares que se seguiram ao 13 de maio. É claro que a passagem da sociedade escravocrata para a sociedade de classes no Brasil foi marcada por muitos outros fatores talvez até bem mais decisivos do que o destacado acima para explicar as limitações do radicalismo republicano, como a centralidade do projeto imigrantista na composição da força de trabalho, o caráter urbano e a circunscrição local do radicalismo carioca, dentre outros. Mas ainda assim, pensando a sequência histórica dos movimentos associados ao radicalismo, aquela cisão permanece cheia de consequências para o período posterior.

A conformação da questão social na Primeira República é tema já há bastante tempo estudado pela bibliografia especializada. As pesquisas mais recentes mostram que ainda que fosse considerada “coisa de polícia”⁴¹ – na famosa expressão atribuída a Washington Luiz – a questão social motivou a existência de diferentes e concorrentes formas de associativismo que visavam expressar projetos políticos e interesses contraditórios no interior daquela ordem. Durante a década de 1890, a divisão entre monarquistas “restauradores” e republicanos fervorosos se mantém central nos debates políticos (ALONSO, 2009), e engendrando em moldes militaristas o radicalismo jacobino. Já na primeira década do século XX, com a atenuação daquela divisão, é o nascente movimento operário que vai concentrar a atuação dos radicais, dentre os quais muitos eram veteranos das campanhas abolicionista e republicana. Nas próximas seções buscaremos delinear o surgimento do anarquismo no Rio de Janeiro dentro dessa sequência mais ampla dos radicalismos da época.

⁴¹ Como veremos ao longo da tese, a expressão ganha sentido não apenas como sinal da repressão e violência contra o movimento operário mas também porque o chefe de polícia era a autoridade que assumia muitas vezes a função de mediadora entre as reivindicações operárias e os interesses patronais, sendo procurada por praticamente todos os movimentos grevistas do período.

2.2 O jacobinismo

Há basicamente duas interpretações concorrentes sobre o jacobinismo carioca da Primeira República. A primeira delas caracteriza-o como uma *corrente política*, herdeira do “republicanismo radical” anterior à Proclamação (associado às figuras de Silva Jardim e Lopes Trovão), que emergiu com a resistência florianista à Revolta da Armada de 1893⁴² e se prolongou de forma difusa ao longo dos primeiros anos da República pelo menos até a Revolta da Vacina de 1904 (CARVALHO, 1987; SEVCENKO, 2003; GOMES, 2005; ALONSO, 2009). A outra forma de interpretar o jacobinismo busca maior circunscrição empírica, restringindo o escopo da classificação para designar apenas o *movimento* de apoio a Floriano Peixoto que teria emergido na resistência à Revolta da Armada e durado até o atentado ao presidente Prudente de Moraes, em novembro de 1897, quando foi desarticulado pela repressão policial subsequente (HAHNER, 1976; QUEIROZ, 1986; GOMES, 2006).

A primeira interpretação valoriza os elementos mais duradouros daquela configuração envolvendo 1) crítica ao bacharelismo do Império, 2) valorização positivista da formação técnico-científica⁴³, 3) ideologia militarista e identificação do Exército com o povo⁴⁴, 4) nacionalismo e xenofobia antilusitana; 5) retórica de mobilização popular para salvar a república da conspiração monarquista. Mas o decisivo seria, nas palavras de Nicolau Sevcenko, a “habilidade em jogar com uma energia potencial, latente e prodigiosamente

⁴² A Revolta da Armada foi um confronto bélico iniciado em 6 de setembro de 1893 a partir de uma sublevação de parte da Armada (Marinha) brasileira na capital, dirigida pelo Almirante Custódio José de Melo, que contestava o mandato presidencial de Floriano Peixoto como inconstitucional. Controlando parte da esquadra da Marinha na Capital, os revoltosos exigiram a saída do governo, bombardeando o Centro da capital e algumas fortificações do Exército. As negociações entre as partes envolveram a declaração da cidade do Rio de Janeiro como “cidade aberta” no início de outubro. A trégua duraria até dezembro, quando o Almirante Saldanha da Gama adere ao movimento revoltoso com um manifesto favorável ao retorno da Monarquia. Novos confrontos se desenrolam até a vitória final do governo Floriano Peixoto em março de 1894. Desde novembro o Almirante Custódio de Melo já havia fugido para o Sul com alguns navios de guerra, se juntando aos revoltosos da Revolução Federalista na cidade de Desterro, em Santa Catarina. As duas revoltas se “fundem” na oposição a Floriano, e só seriam derrotadas de vez no governo de Prudente de Moraes, em junho de 1895.

⁴³ Na interpretação de Angela Alonso (2009), o florianismo é compreendido como fruto de um momento de crise e transformação social, incorporando um “*éthos* antiaristocrático” que expressava a intransigência em relação à sociedade imperial e aos seus restauradores saudosistas.

⁴⁴ De acordo com José Murilo de Carvalho, a aproximação entre militares e camadas populares promovida pelo jacobinismo na capital foi logo identificada como principal responsável pela agitação e instabilidade política pelos setores ligados a grande lavoura, que passariam a buscar neutralizá-la. O jacobinismo desenvolveu uma “ideologia segundo a qual o exército se identificava com o povo” (1987, p.50), já que era a “única classe organizada da sociedade” e, dada sua composição interna, podia representar o “povo com armas” a defender seus interesses supremos. O autor ainda lembra que “o grosso do Exército e da Marinha estava localizado no Rio de Janeiro, e muitos militares de ambas as corporações envolviam-se frequentemente nas agitações políticas, até mesmo nas greves operárias. Nas greves, tumultos, revoltas, tentativas de golpes, havia sempre militares ao lado de elementos civis” (Ibidem, p.32).

explosiva enraizada no seio da cidade, o instinto de revolta do grosso da população oprimida e marginalizada” (SEVCENKO, 2003, p.91).

Associada ao discurso que fazia apelo à agitação popular na capital e a certo estilo retórico inflamado que era usado tanto no parlamento quanto nos “meetings”, o jacobinismo se manteria como a principal (ou pelo menos a mais agressiva) corrente de oposição aos governos “paulistas” de Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Na descrição de Sevcenko, esse movimento era oriundo dos “jovens oficiais” formados nas escolas militares, “onde pontificavam as novas teorias científicas que propunham uma reorganização geral da sociedade” (2010, p.13). A partir desse núcleo e na prática funcionando “quase que [em] fusão” (SEVCENKO, 2003, p.90) com a ação positivista nos momentos de crise política, os jacobinos teriam angariado apoio e expressado as insatisfações de uma

enorme gama de setores sociais urbanos, representada por trabalhadores do serviço público, funcionários do Estado, profissionais autônomos, pequenos empresários, bacharéis desempregados e pela vasta multidão de locatários de imóveis, arruinados e desesperados, que viam o discurso estatizante, nacionalista, trabalhista e xenófobo dos cadetes como sua tábua de salvação. (SEVCENKO, 2010, p.13).

Tanto seus oponentes diretos à época quanto muito de seus críticos ao longo da história destacaram o seu caráter autoritário, violento, xenófobo, personalista e fanático. Nicolau Sevcenko apresenta sua “plataforma de arregimentação e combate” como baseada no “xenofobismo e muito particularmente a lusofobia”. Além disso, associando-o ao estado de sítio decretado por Floriano Peixoto entre setembro de 1893 e março de 1894, período em que o executivo federal aplicou forte censura e “perseguições indiscriminadas e obscurantistas”, o movimento teria reunido “todo gênero de insatisfeitos, aventureiros e oportunistas, particularmente os funcionários públicos de escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrom e grupos populares difusos que caíam sob sua clientela, sensíveis à sua pregação” (SEVCENKO, 2003, p.63-64). Além do atentado a Prudente de Moraes, os jacobinos ainda seriam apontados como articuladores de tentativas golpistas aos governos de Campos Salles e Rodrigues Alves.

Já a segunda forma de interpretar o jacobinismo, entendido como movimento político circunscrito, destaca o seu caráter corporativista, associado sobretudo às reivindicações dos membros e ex-membros dos batalhões patrióticos mobilizados durante os conflitos do governo Floriano Peixoto e que foram sendo desmontados ao longo do mandato de Prudente de Moraes (GOMES, 2006). Isso porque, mesmo após derrotarem os revoltosos da Armada, os batalhões patrióticos foram mantidos pelo governo, com a justificativa de que a batalha no Sul

contra os federalistas ainda punha a República em risco. Assim, os voluntários dos batalhões patrióticos continuavam recebendo um soldo, o que obviamente contava para o recrudescimento e manutenção de seu florianismo e sua disposição belicosa. Além disso, muitos dos ex-combatentes receberam patentes no Exército ou a colocação em cargos públicos diretamente pela pena do presidente, como reconhecimento de seus valorosos serviços prestados à pátria, o que favoreceu a construção da “idolatria” em torno do “Marechal de Ferro” – fortalecida após sua morte em junho de 1895.

A atuação dos jacobinos, assim, seria num primeiro momento *pró-status quo* e, e um segundo momento, quase totalmente reativa, buscando proteger ou manter as benesses concedidas por Floriano Peixoto. Além do corporativismo, sua atuação política esteve voltada para o combate à crescente presença dos monarquistas na cena política, já que o governo Prudente de Moraes passara a admitir a organização e propaganda pública de Centros, Clubes e até mesmo um Partido monarquista a partir do segundo semestre de 1895. Foi no contexto de crise do governo Prudente de Moraes, agravada pelas seguidas derrotas das expedições do Exército contra o povoado de Canudos e pelas conspirações golpistas articuladas pelo seu próprio vice, que os jacobinos armaram o atentado de 5 de novembro de 1897. Segundo a versão mais conhecida dos fatos, o líder jacobino Deocleciano Martyr teria arregimentado o anspeçada Marcellino Bispo, que atentou contra o presidente com uma garrucha de dois canos mas sem munição, o que fez com que Prudente de Moraes escapasse ileso e, na confusão, apenas o seu Ministro da Guerra, o Marechal Carlos Machado Bittencourt, fosse ferido fatalmente a facadas. Com a forte repressão desencadeada – envolvendo o fechamento de seus jornais, prisão de diversos líderes e sua desmoralização pública – o atentado frustrado marcaria o fim da atuação dos jacobinos enquanto movimento organizado na capital federal (QUEIROZ, 1976; GOMES, 2006).

De certa forma, em ambas interpretações é difícil identificar uma relação forte entre os grupos identificados como “jacobinos” e alguma ideologia política claramente delineada. Porém, isso está longe de ser mera idiosincrasia nacional. Como aponta Michel Vovelle, o chamado “jacobinismo” ocupa um lugar diferenciado frente a outros “ismos” que emergiram na virada dos séculos XVIII e XIX, já que ele não remete a algum “sistema social ideal”, sendo associado antes ao “sistema de valores nascidos da Revolução Francesa”, o que lhe confere uma “ancoragem histórica” específica (VOVELLE, 2000, p. 26). Na realidade, o uso disseminado do adjetivo “jacobino” para outras experiências históricas além da francesa – caracterizando aquilo que o autor chama de “jacobinismo transhistórico” – foi resultado da propaganda contra-revolucionária da Restauração europeia do final do século XIX, enquanto

uma categoria acusatória. Assim, abarcando enorme gama de experiências históricas dentro e fora da Europa, o “jacobinismo transhistórico” poderia ser caracterizado no máximo como “uma atitude, um comportamento apto a se adaptar a diversos momentos sem cair, no entanto, no grau de generalidade que encontraríamos em outras posturas como, por exemplo, o pragmatismo, o niilismo ou o militantismo” (Ibidem, p. 27).

Torna-se, portanto, ingrata, senão inútil, a tarefa de traçar vinculações sólidas entre a ideologia política dos jacobinos brasileiros e a dos “originais” franceses. Somos, assim, levados a reconhecer que, tendo surgido primeiro como categoria acusatória e posteriormente adotada como identidade própria pelos diferentes grupos “florianistas” da capital, a noção de “jacobinismo” está mais associada a uma “atitude”, como postula Vovelle, do que a um “pensamento”. E por aqui retomamos o problema levantado por Antonio Candido. Afinal, mesmo as pesquisas que fazem a reconstituição detalhada do jacobinismo carioca a partir dos seus jornais, como é o trabalho de Gomes (2006), acabam por caracterizá-lo como movimento ligado basicamente aos interesses corporativos dos membros dos Batalhões Patrióticos e demais militares alçados a postos de relativo prestígio pela canetada de Floriano Peixoto. Desse modo, também o seu republicanismo se vê bastante esvaziado, para dizer o mínimo. Juntando as pontas do nosso argumento, podemos dizer que o acúmulo de pesquisas mais recentes não desfaz a impressão de Antonio Candido quanto à debilidade do radicalismo enquanto “pensamento”⁴⁵ – a despeito de reconhecermos a presença decisiva, na capital da república, daquilo que poderíamos chamar de um radicalismo como *atitude*. Essa atitude foi conformada nos moldes militarizados da resistência “florianista” na conjuntura do pós-proclamação, já fruto de uma ruptura em relação ao tipo de mobilização que havia sido realizado na década anterior durante a campanha abolicionista.

Quanto à relação com a questão social é importante indicar que a análise de Amanda Gomes contém um ponto cego. Segundo a autora, a relação do jacobinismo com as demandas populares ou democratizantes encampadas pelo movimento teria sido supervalorizada pelos historiadores (GOMES, 2006, p.154-160) já que a defesa de causas do “operariado nacional” e de demandas pelo controle de preços dos alugueis não lhes eram exclusivas e não estavam no centro de suas reivindicações. Seriam feitas sobretudo de modo retórico, em ocasiões eleitorais, visando alargar suas bases de apoio para além dos militares (Ibidem, p.155-156). A

⁴⁵ O mesmo não ocorre em outros países latino-americanos no mesmo contexto. Para uma visão comparada do pensamento radical na Argentina, México e Cuba ver SANTOS, 2015. Para uma discussão sobre comparação e América Latina na obra de Antonio Candido ver EWBANK, 2014. No contexto da própria Revolução Francesa, a expressão mais importante do jacobinismo foi, como sabemos, a Revolução de Saint-Domingue (JAMES, 2010).

autora perde de vista, no entanto, que os trabalhos que tratam o jacobinismo como uma corrente política de maior duração associam-no às revoltas populares ocorridas na capital, especialmente a Revolta da Vacina, e ao nascente movimento operário. Isso porque “jacobino” também era um termo (um “rótulo”) associado a políticos como Lauro Sodré, Barbosa Lima, Alcindo Guanabara e Irineu Machado que, tendo sido deputados e senadores em seguidos mandatos após terem participado da mobilização florianista, mantiveram uma retórica de insuflar a mobilização popular, sendo opositores ferrenhos dos presidentes civis da “política do café com leite”. Seu posicionamento certamente foi ambíguo⁴⁶, mas mesmo assim é possível identificá-los a frente de algumas campanhas, como a que culminou na Revolta da Vacina, e sobretudo como vozes parlamentares que ecoavam as demandas de legislação social vinda do movimento operário. Além disso, o próprio fato de que a Liga contra a vacinação obrigatória realizava suas reuniões no Centro das Classes Operárias – espaço de articulação política e referência central para o movimento operário da época – indica certa confluência entre o jacobinismo e os chamados “socialistas” reformistas da capital, cuja atuação se dava sobretudo em torno da construção de partidos operários – a maioria com vida efêmera – e de associações de classe.

Mas, afinal, porque precisamos recuar até o “jacobinismo” para compreender o que foi o anarquismo da Primeira República? Salvo engano, o primeiro a reparar a origem “florianista” de alguns dos militantes anarquistas ativos no início do século XX no Rio de Janeiro foi Francisco de Assis Barbosa. Em sua célebre biografia de Lima Barreto, publicada em 1952, e em textos posteriores o autor apontou para a participação nas hostes jacobinas de alguns dos amigos próximos do escritor de Todos os Santos, também eles “homens de letras” de feição antiaristocrata, engajados em produzir uma literatura de forte cunho social e ativos na imprensa operária e anarquista da época – destacando as figuras de Pausilippo da Fonseca e Domingos Ribeiro Filho. Segundo Barbosa, Domingos Ribeiro Filho, nascido em Macaé, estado do Rio de Janeiro, em 16 de março de 1875, teria sido “florianista exaltado na adolescência, pegou em armas para defender o governo na revolta de 1893” (BARRETO, 1956, p. 39). Já Pausilippo da Fonseca, nasceu em Goiana, Estado de Pernambuco, em 28 de fevereiro de 1879, e ainda adolescente teria emigrado para o Rio de Janeiro e assentado praça em um Batalhão do Exército e posteriormente ingressado na Escola Militar. Segundo Barbosa, Fonseca era “nacionalista exaltado, florianista rubro, foi, entretanto, desligado da

⁴⁶ Sobre a trajetória de Irineu Machado ver FREIRE, 2009.

Escola em 1897, em meio ao quadriênio de Prudente de Moraes, sendo deportado para Mato Grosso, juntamente com 70 colegas” (Ibidem, p. 78).

Ainda que a pesquisa realizada por Barbosa seja amplamente reconhecida pela qualidade historiográfica, não conseguimos comprovar empiricamente todas as suas afirmações. Especialmente no caso de Domingos Ribeiro Filho, não encontramos nenhuma informação relativa à sua adesão aos batalhões patrióticos ou mesmo participação no jacobinismo posterior. Já no caso de Pausilippo da Fonseca, que teve papel mais ativo na construção de organizações e jornais operários, encontramos indícios sugestivos de uma relação mais próxima do florianismo.

A participação de Pausilippo da Fonseca na imprensa carioca vinha da virada do século. Ele foi funcionário do *Correio da Manhã* e teria começado a carreira como tipógrafo, passando posteriormente a assinar matérias e escrever pequenos livros de ficção. A presença de Pausilippo da Fonseca no movimento anarquista – até onde pudemos verificar – se concentra entre os anos 1903 e 1906. Esteve a frente do periódico *A Greve*, publicado a partir de 1º de maio de 1903 e do qual podemos encontrar dez números nos arquivos do AEL, o último datando de 1º de novembro daquele ano. O jornal *A Greve* já possui basicamente a mesma organização interna de outros periódicos anarquistas que vão surgir ao longo da década de 1900 e 1910. Trazia artigos de opinião tanto sobre a política nacional quanto sobre questões de doutrina, notícias dos principais acontecimentos da luta social em outros países (sobretudo da Europa e das Américas), trechos traduzidos de obras conhecidas de importantes intelectuais anarquistas e colunas sobre o movimento operário local e nacional. A coluna dedicada à denúncia das péssimas condições de trabalho e as aviltantes humilhações e desmandos sofridos pelos trabalhadores e trabalhadoras dentro dos ambientes insalubres das fábricas e oficinas da capital era intitulada de “Pelourinho”. Pausilippo da Fonseca assina matérias com seu nome próprio desde a primeira edição e aos poucos, com o afastamento de Elísio de Carvalho da direção do jornal, vai se tornando seu principal editor, sendo o colaborador com maior quantidade de textos publicados. O jornal *A Greve* contou ainda com a participação de alguns dos principais militantes anarquistas atuantes na primeira década do século XX no Brasil, como os portugueses Neno Vasco e Mota Assunção⁴⁷.

⁴⁷ Nascido em 1879, Mota Assunção teria chegado ao Brasil na segunda metade da década de 1890. Em 1899 esteve a frente de um dos primeiros periódicos anarquistas da cidade, *O Protesto*. De acordo com Samis (2018), foi condutor de bondes e depois linotipista, profissão a partir da qual atuou nas associações operárias.

Nesse jornal podemos encontrar duas defesas explícitas do então preso e condenado Deocleciano Martyr. A primeira delas aparece em um artigo de Eduardo Palacios⁴⁸ intitulado “Inutilidade das leis”, publicado em julho de 1903, em que argumentava que as leis existem para impedir toda e qualquer iniciativa que se oponha à “carreta do progresso burguês e governamental”, que marcharia “a passo de caranguejo”, e que são inúteis para evitar delitos na medida em que cuidam apenas dos efeitos, descuidando das suas causas principais (“a ignorância e a miséria”). O autor abre um parêntese na exposição para dar seu relato de quantas ilegalidades já viu serem cometidas, na capital da República, pelos próprios agentes da lei. Fazendo referência implícita ao atentado de 1897, afirma:

Pouco depois da minha chegada [à capital], se deu um processo ruidoso no qual haviam envolto vários personagens políticos e outros menos afortunados. E, no entanto, somente um, talvez o mais inocente, foi condenado a 24 anos de prisão. Refiro-me a Deocleciano Martyr, cidadão brasileiro. Ele não matou ninguém: foi condenado por cruéis rivalidades políticas. Pobre homem! Sepultado em vida!... Se isto se dera num país onde o jornalismo não fosse todo mercenário a vítima já teria recobrado a sua liberdade. Façamos, pois, constar que ele não foi condenado por lei alguma, visto como não se lhe provou delito.⁴⁹

O artigo emenda elencando arbitrariedades policiais de bem maior monta: afirma que no mesmo ano de 1897 os grevistas do matadouro Santa Cruz foram fuzilados, faz menção à repressão policial aos protestos contra os aumentos das passagens de bondes em 1900, que também teria deixado mortos, bem como aos desatinos cometidos pela polícia na repressão à então recente greve na fábrica têxtil “Cruzeiro”. Termina dizendo que, enquanto anarquistas, para eles as leis são uma “aberração extravagante”, e que, ao invés de protestar, reconheciam na arbitrariedade “a melhor semente que fará germinar o belo ideal da Emancipação”.

A menção a Martyr não passou despercebida, pelo menos não ao editor do jornal. No número seguinte, publicado no dia 15 de julho, Pausilippo da Fonseca inicia um artigo que se estenderia até o número seguinte, intitulado “Infâmia dos tribunais”. Nele, o autor se dedicaria especificamente ao caso de Deocleciano Martyr, para demonstrar o cumprimento do seu dever de combater a injustiça “onde quer que ela se apresente”⁵⁰. Afirma que Deocleciano Martyr é “vítima expiatória da maior monstruosidade jurídica que já se consumou neste país” e que por isso teria conquistado, então, direito a defesa de todos que “batalham em prol da liberdade”. O autor reivindica que “expor à luz meridiana da crítica, as violências que ele sofreu, a infâmia

⁴⁸ De origem espanhola, Eduardo Palacios fez parte da reunião na casa Elísio de Carvalho em que ficou decidida a criação do jornal A Greve, em maio de 1903, e teria participado das agitações dos tecelões naquele ano. Foi correspondente dos jornais Tierra y Libertad (Madri) e El Productor (Barcelona). Ver BATALHA, 2009.

⁴⁹ A GREVE, Rio de Janeiro, n. 5, 01/07/1903, p.2.

⁵⁰ No número seguinte, voltando a esse ponto, o autor faria referência às injustiças do caso Dreyfuss e do julgamento dos anarquistas de Montjuich (Barcelona).

dos seus juízes, a perversidade dos seus adversários, e a covardia dos seus amigos, é um dever que se impõe a quem olha a vida através de um prisma de justiça, a quem não se conforma com as misérias sociais”⁵¹. Argumenta, então, que o processo contra Martyr teria corrido durante o estado de sítio decretado por Prudente de Moraes, quando violentas perseguições e repressões foram levadas a cabo pelas forças policiais. Assim, o processo teria corrido com “desprezo de formalidades indispensáveis à comédia dos julgamentos legais”, sendo, portanto, nulo de “pleno direito”.

Na continuação do artigo, Pausilippo da Fonseca acrescenta que o juri teria sido comprado pelo governo e composto por adversários políticos⁵². Além disso, retoma o argumento de Eduardo Palacios sobre o tratamento discrepante dado aos políticos indiciados pela conspiração, que haviam conseguido se safar da prisão, e o destino de Marcellino Bispo – o autor do atentado foi encontrado morto em 24 de fevereiro de 1898 dentro de sua cela, em circunstâncias que levantariam suspeitas sobre a alegação oficial de suicídio – e Deocleciano Martyr, os dois que não possuíam origens abastadas nem boa colocação na política oficial. De acordo com os artigos, todos os outros indiciados durante o estado de sítio já haviam conseguido anular suas condenações e realizar novos julgamentos, nos quais foram absolvidos por falta de provas. Apenas Martyr continuava preso, revelando o tratamento diferenciado que recebera. Aliás, a solidariedade de Pausilippo de Fonseca com Martyr ainda pode guardar, especulamos, um sentido de solidariedade de classe, já que ambos tinham semelhantes trajetórias, partindo de origem humilde e galgando, a partir do trabalho de tipógrafo, posições na imprensa oposicionista da capital.

Essa defesa explícita de Deocleciano Martyr nas páginas de um periódico anarquista é um fato bastante incomum⁵³. No geral, o caráter “apolítico” (ou seja, a recusa da “interferência” de parlamentares e partidos políticos no âmbito do movimento operário) da concepção sindicalista-revolucionária, bem como sua crítica ferrenha à “politicagem” da capital, fazia com que as personagens políticas da República só fossem citadas para serem

⁵¹ A GREVE, Rio de Janeiro, n. 6, 15 /07/1903, p.2.

⁵² A familiaridade de Pausilippo da Fonseca com os tribunais do júri aparentemente veio de sua atuação como rábula, defendendo populares sem condições de pagar advogados em seus julgamentos. Na imprensa da época encontram-se diversas referências a essa atuação de Fonseca (p.ex. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1900).

⁵³ Vale dizer que o ativismo desenvolvido por Deocleciano Martyr desde a campanha abolicionista foi intenso. Ele foi um dos fundadores do Club Republicano dos Homens de Cor (DOMINGUES, 2014). A sua própria figura tinha uma fama que carregava algo de anedótico. Segundo Luiz Edmundo, “ainda moço, perdera uma das pernas e andava de muletas. Contudo, mesmo assim, estropiado, capenga, entrava, muita vez, em ação, nos ataques de rua feitos contra os nascidos em além-mar. E era de vê-lo em meio aos mais perigosos conflitos, saltando num pé só: como Saci, o seu bastão de apoio, arma terrível de combate, em rodopios pelo ar”. L. Edmundo, *De um livro de memórias*, p. 426.

criticadas. Reconhecendo essa excepcionalidade, o texto de Fonseca busca se antecipar e responder às críticas que desabariam sobre ele, assumindo que o caso despertava rivalidades políticas locais e por isso costumava ser tratado partidariamente. Mas rebate dizendo que as mesmas ilegalidades cometidas durante o estado de sítio *contra* o grupo opositor (ao governo Prudente) seriam cometidas *por* eles, caso fossem governo. Assim, a crítica se faria a instituições, não a pessoas. O partidarismo é apresentado como mal que transforma o homem no “mais feroz dos animais ferozes”, capaz de quaisquer atrocidades para conquistar ou se manter no governo. A disputa violenta travada então teria explicação lógica, já que

Ambas as facções eram políticas, e como os seus chefes tinham sobejas razões para não se iludirem reciprocamente, compreenderam que a vitória duma dependia do extermínio da outra. Entre elas não podia haver misericórdia, a política não tem coração. Travou-se, portanto, a luta e como era de esperar venceu o mais forte.⁵⁴

Esse conjunto de textos demarca, assim, tanto um reconhecimento das injustiças cometidas contra a principal liderança popular dos jacobinos, quanto um distanciamento em relação à forma de pensar a política que havia embasado as oposições jacobinas ao governo de Prudente de Moraes. Assim, os anarquistas apresentavam sua condenação à disputa partidária no geral e demonstravam a largueza do seu senso de justiça, buscando se afastar do faccionalismo esposado tanto pelos jacobinos quanto pelos prudentistas. Além disso, Palacios e Fonseca já vinham se posicionando, nas páginas de *A Greve*, contrários à lei de expulsão de estrangeiros que tramitava então no Congresso Nacional. Pausilippo chegou mesmo a dedicar uma série de cinco artigos intitulada “Lei Iniqua” ao tema, denunciando especialmente o artigo que justificava a expulsão de elementos que comprometessem a “ordem pública” e os “interesses da alta política”. Estavam, portanto, longe também do xenofobismo violento, especialmente antilusitano, pelo qual Martyr ficara conhecido. Aliás, como aponta Hahner (1976, p. 146), o próprio Deocleciano Martyr saiu da prisão no ano seguinte, 1904, após conseguir novo julgamento para o seu caso, e passou a se envolver com a imprensa operária, contribuindo com os jornais *O Operário* e *Aurora* na segunda metade da década de 1900 – sem demonstrar novamente aquela posição antilusitana que apresentava anos antes.

Além dos artigos de jornal acima tratados, encontramos outros indícios, a partir da pesquisa na Hemeroteca Digital, da participação efetiva de Pausilippo da Fonseca no jacobinismo da capital⁵⁵. Ainda que após o atentado de 1897 o jacobinismo enquanto

⁵⁴ FONSECA, Pausilippo da. Infâmia dos tribunais. *A Greve*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1903, p.2

⁵⁵ Vale dizer também que Pausilippo da Fonseca publicou, em meados de 1899, um pequeno romance intitulado *Martyr pela fé*. O título é sugestivo, ainda mais por ser lançado menos de 2 anos após o atentado a Prudente e a prisão de Deocleciano Martyr. Segundo Francisco de Assis Barbosa, o livro invoca a memória de Floriano Peixoto em “delirante dedicatória” (BARRETO, 1956, p. 79). Pela crítica publicada por J. dos Santos no jornal *A Notícia*, ficamos sabendo que o enredo do pequeno “ensaio literário” trata do martírio de uma jovem cristã no

movimento político organizado vá desaparecendo do cenário local, com o fechamento dos “Clubes Jacobinos” e de seus jornais, manteve-se uma tradição de culto à figura do Marechal Floriano Peixoto como salvador da República. Esse culto envolvia, dentre outras atividades, os préstitos cívicos dedicados à sua pessoa que cruzavam a cidade todos os anos, no fim de junho, marcando a efeméride de sua morte. Esses préstitos eram organizados pela “Comissão Glorificadora”, fundada logo em 1895, que tanto organizava as visitas ao mausoléu do cemitério São João Batista, quanto pressionava para a colocação da pedra fundamental do monumento à memória do militar, que viria a ser erguido posteriormente na atual Cinelândia (oficialmente Praça Floriano). A tradição dos préstitos atravessou os anos e persistiu pelo menos durante a década de 1900, sendo amplamente comentada pela imprensa local.

Em uma dessas manifestações, no dia 29 de junho de 1901, encontramos Pausilippo da Fonseca dentre os presentes, identificado pela *Gazeta de Notícias* como representante do jornal *O Nacional*⁵⁶. Tratava-se do órgão fundado pelo grupo conhecido como “Tiradentes” em janeiro de 1895, sucessor do *A Bomba*, e que, após ser desmantelado em 1897, foi reorganizado no início do século, sendo publicado novamente pelo menos entre os meses de janeiro e junho de 1901⁵⁷. “Tiradentes” era a alcunha pela qual eram reconhecidos os membros do grupo político mais ativo do maior e mais proeminente dos batalhões patrióticos, que levava o mesmo nome. Em 1901, o jornal já se apresentava como órgão do Partido Republicano Nacional (PRN), organização partidária fundada pelos Tiradentes originalmente em outubro de 1895, e que também era, naquele momento, reorganizado. E foi justamente representando o PRN que esteve ao seu lado, naquele préstito de 1901, outro nome importante do movimento anarquista da Primeira República, o médico, escritor e inspetor escolar Fabio Luz. Este apareceu segurando o andor em homenagem a José Bonifácio junto com outros membros mais ou menos ilustres da sociedade carioca, listados na edição de 28 de junho de 1901 do *Correio da Manhã*.

A participação de Fabio Luz em organizações políticas de matriz jacobina parece ter sido mais densa, a contar pela quantidade um pouco maior de informações que conseguimos encontrar. Nascido em 1864 em Valença, estado da Bahia, filho de pai escrivão e funcionário da Receita no município, Fabio Luz cursou a Faculdade de Medicina em Salvador, entre os anos de 1883 e 1888 – tendo participado ativamente da propaganda abolicionista e republicana. Em seguida transfere-se para a capital da República e se fixa no subúrbio do

Império Romano, que não renega sua fé e morre por ela (A NOTÍCIA, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1899).

⁵⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1901.

⁵⁷ Informações retiradas de GOMES, 2006, p. 51, 130.

Méier, onde atua como médico pelo menos desde 1890⁵⁸. Não sabemos se Fabio Luz chegou a se alistar em algum dos batalhões patrióticos durante a Revolta da Armada, ou se teve outro tipo de participação direta naquele confronto.

Durante o ano de 1894, encontramos referência à participação de Fabio Luz em evento do Partido Republicano Federal (PRF) – primeiro partido político com expressão nacional, organizado por todo território e que seria protagonista nas articulações políticas da Primeira República. Fabio Luz participa da reunião de fundação e toma parte como membro do diretório regional do PRF para o 2º distrito do Engenho Novo, junto com outros políticos da cena local como o deputado Lins e Vasconcelos e o Dr. Arquias Cordeiro⁵⁹. O PRF ainda contava com alas conhecidas como “radicais”, tanto é que alguns políticos e chefes do partido foram acusados de estarem envolvidos na conspiração do atentado de 1897.

Já a partir de meados de 1900, durante o governo de Campos Salles, Fabio Luz participou da rearticulação do Partido Republicano Nacional (PRN). O partido buscava, então, se afastar do rótulo de “jacobino” e assumir o de “nacionalistas”, baseando sua estratégia partidária na tentativa de aproximar nomes importantes da política nacional, assim como de escritores e intelectuais de prestígio. Ainda assim, mantinham o programa lançado quando da fundação do Partido em 1896⁶⁰. Como mostra Amanda Gomes (2006), o partido foi criado pelo grupo dos “Tiradentes” e era composto, basicamente, de militares e ex-combatentes da Revolta da Armada, aos quais se juntavam políticos, jornalistas, médicos e engenheiros que partilhavam da devoção florianista. No seu programa de 1896 algumas das principais propostas eram: o fim da imigração subvencionada pelo Estado; a nacionalização de diversos setores e atividades econômicas como a navegação de cabotagem e o comércio; a revogação da lei da grande naturalização de 1890; promover a generalização do serviço militar e fortalecer o orçamento das forças armadas; garantir a independência da “classe nacional dos funcionários [públicos]”; proteger e fomentar a indústria nacional bem como as oficinas do

⁵⁸ O PAIZ, 01 de setembro de 1890. Segundo Souza Passos, Fabio Luz teria se transferido para a capital federal ainda em 1888. Ver “A morte de Fabio Luz” In: PRADO, A.A. e HARDMANN, F.F. (org.) *Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 214-217.

⁵⁹ O PAIZ, 20 de outubro de 1894, p.2.

⁶⁰ Na reunião no salão do Club União Comercial em que foi relançado o programa do partido, o presidente da sessão, Dr. Manoel Moreira da Silva, faz questão de diferenciar o programa de 12 de fevereiro, “belo trabalho de Raul Pompeia e Lindolpho Azevedo”, daquele do “Partido Jacobino” de Deocleciano Martyr. O “programa de 12 de fevereiro” é o programa original do PRN, divulgado quando da fundação do partido em fevereiro de 1896. As articulações para criação do partido já vinham desde meados de 1895, e teria trabalhado nesse manifesto de fundação o escritor Raul Pompéia. Esse, no entanto, se suicida no Natal daquele ano, fazendo postergar a finalização do programa, que passou para a responsabilidade do jornalista Lindolpho Azevedo, secretário e redator de *O Nacional*. Todas as informações deste parágrafo foram retiradas de JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1900, p.2.

Estado; regular a especulação financeira e defender os interesses do Tesouro (GOMES, 2006, p.151 n.251).

Como se vê, tratava-se de uma pauta nacionalista de forte inspiração militarista e intervencionista. Distante do liberalismo dos “bacharéis”, reconhecemos aí tanto as medidas anti-imigração e anti-naturalização (que estavam associadas a famosa xenofobia dos jacobinos) quanto as reivindicações de fortalecimento das forças armadas (associadas aos interesses corporativos), sempre em nome da República e da Pátria. Gomes chama atenção para a ausência de pautas associadas às demandas operárias no programa de 1896. Assim, segundo a autora, “o cunho popular ou democrático do discurso dos jacobinos era mais superficial ou aparente do que profundo para os seus atores”, ainda que eles estivessem “atentos à necessidade de captação de uma ampla base de apoio para as suas propostas além do respaldo entre os militares do Exército e da Marinha” (GOMES, 2006, p. 158). A atuação dos deputados “jacobinos” estava voltada, sobretudo, aos funcionários públicos e aos operários das oficinas do Estado, tanto que Barbosa Lima apresenta proposta ao Congresso propondo a equiparação destes àqueles. Além disso, o PRN apresentava também propostas de reformas eleitorais, buscando sanar o recorrente problema das fraudes e falsificações nos pleitos⁶¹.

Logo no início do ano de 1901, Fabio Luz é eleito para compor o diretório central do PRN, ao lado de figuras como Barbosa Lima e do senador cearense João Cordeiro, eleitos respectivamente presidente e vice-presidente do partido⁶². Mais tarde, em novembro daquele ano, os nomes de Lauro Sodré e Rangel Pestana chegam a ser comentados na imprensa como possíveis candidatos presidenciais pelo PRN⁶³. No ano seguinte, o partido lançaria um manifesto político no qual busca assumir “outros moldes”, dando nova “feição” a agremiação visando se distanciar da pecha de intolerantes e radicais⁶⁴. Fabio Luz não consta da lista de signatários do manifesto e, ao que tudo indica, já não ocupava nenhuma cadeira no diretório central do PRN ao longo de 1902. De todo modo, até meados de 1903 é possível encontrar Fabio Luz como membro da “Comissão Glorificadora” responsável pela organização do préstito em homenagem a Floriano Peixoto.

Não sabemos se os acontecimentos de agosto de 1903, quando os operários da capital deflagraram aquela que ficou conhecida como a primeira “greve geral” da República, teve

⁶¹ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1900, p. 3.

⁶² Todas as informações retiradas de JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1901, p. 4.

⁶³ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1901, p. 1.

⁶⁴ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1902, p. 3. O manifesto foi publicado na íntegra nessa edição jornal, de onde retiramos todas as informações do parágrafo.

algum impacto na mudança de rumo político de Fabio Luz. Em seu “testamento libertário”, redigido décadas depois, em 1933, ele não faria menção ao momento exato da sua conversão ao anarquismo, associando-a apenas a leitura de *Palavras de um revoltado* de Kropotkin, e é bastante econômico ao mencionar somente *en passant* sua participação na “organização republicana”⁶⁵. Pausilippo da Fonseca, que também havia partilhado das hostes florianistas, como vimos, àquela altura já estava à frente de um periódico anarquista, e teria participação ativa na greve, como veremos mais a frente. De qualquer modo, em março de 1904, quando o escritor Elísio de Carvalho faz seu balanço sobre o “movimento anarquista no brasil” na revista *Kultur*, incluirá Fabio Luz dentre os anarquistas comunistas, que pregam a revolução social e apoiam o sindicalismo.

Passada a década de 1890, auge do protagonismo militar na jovem República, o radicalismo procuraria outras bases. Ao que tudo indica, ao longo do governo Campos Salles o jacobinismo carioca encontra uma bifurcação. Algumas das agremiações partidárias ligadas a ele alteram seu perfil, se distanciando da concepção militarista do florianismo. Tendem a se adequar à configuração institucional e ao jogo político mais ordinário. Por outro lado, fora do cenário parlamentar, o movimento operário nascente passa a assumir importância cada vez maior como espaço de participação política das camadas populares, e dele se aproximam políticos como Barbosa Lima, Irineu Machado e Lauro Sodré que viriam a compor aquilo que Bóris Fausto (1976) chama de “trabalhismo carioca”. Será dentro do movimento operário, a partir de 1903, que poderemos reconhecer o surgimento do anarquismo como força política organizada na capital. Portanto, se já indicamos acima o distanciamento dos libertários em relação ao nacionalismo e ao militarismo característicos do radicalismo jacobino, falta ainda situar os anarquistas frente às iniciativas socialistas que surgiram no início da Primeira República.

2.3 O socialismo e o movimento operário

A bibliografia sobre o socialismo (BATALHA, 1986; GOMES, 2005; SCHMIDT, 2007) é consensual em afirmar que as iniciativas políticas dos socialistas, desde a Proclamação da República, estiveram voltadas para a criação de um Partido Operário (ou

⁶⁵ Ver LUZ, Fabio. “Testamento Libertário” In: PRADO, A.A. e HARDMANN, F.F. (org.) *Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

Partido Socialista). Orientados sobretudo pela concepção “possibilista” do socialismo francês e pela então recente experiência do Partido Social-democrata alemão, os socialistas concentraram seus esforços, sobretudo entre 1890 e 1893, na construção de um partido que representasse no Congresso Nacional as demandas do operariado, sendo essa a forma mais “prudente” de avançar suas reivindicações.

São conhecidas as muitas dificuldades e os obstáculos que impediram a plena realização desse objetivo. As duas primeiras tentativas datam ainda de 1890, quando o primeiro racha na redação de *A Voz do Povo* – jornal que congregou diversos militantes e propagandistas das campanhas abolicionistas e republicana, alguns já com experiência em organizações de tipo mutualista (MATTOS, 2009)⁶⁶ – divide as duas facções “socialistas” da capital, a mais forte delas chefiada pelo tenente José Augusto Vinhaes e a menos expressiva pelo tipógrafo negro Luís da França e Silva⁶⁷. Ambas almejavam criar um Partido Operário forte, mas tinham concepções organizativas distintas. Enquanto Vinhaes era favorável a uma organização não-exclusiva em termos de filiação partidária (sendo ele mesmo filiado ao Partido Republicano), França e Silva defendia a exclusividade partidária (o que em termos pragmáticos dificultava o crescimento do seu partido). Ambos, porém, não restringiam a filiação à membros da classe trabalhadora, aceitando todos aqueles que quisessem trabalhar em prol da “questão social”, incluindo “operários, artistas e industriais” (GOMES, 2005). Defendiam, portanto, a compatibilidade de interesses entre patrões e empregados nos setores industriais, convergentes aos “interesses gerais” do país, cuja pauta deveria prezar a defesa de política econômica protecionista para fortalecer a indústria nacional.

O grupo de Vinhaes fundou, em março de 1890, o Centro do Partido Operário (CPO) que teria importante atuação nos conflitos trabalhistas na capital até 1893, quando é fechado após seu líder ter tomado posição favorável aos revoltosos da Armada. Segundo Angela de Castro Gomes, o CPO assumia tanto as funções de um partido político, lançando como candidato o próprio Vinhaes (eleito para a Constituinte de 1890⁶⁸), quanto de uma “central sindical”, intermediando as negociações entre trabalhadores e patrões/governo, tendo sido uma referência importante para as lutas de diversas categorias da época. Sua base teria se

⁶⁶ Segundo Gomes (2005), esse ativismo teria em comum os seguintes pontos 1) valorização da República como uma “nova era” em oposição à Monarquia, 2) identificação da República como momento de reconhecimento do valor do trabalhador; 3) proposição do partido operário em prol da classe e de sua elevação moral e política; 4) valorização do trabalho como essência universal do homem.

⁶⁷ As informações quanto a ocupação profissional e cor de França e Silva foram retiradas de MATTOS, 2009.

⁶⁸ De acordo com Gomes, “Vinhaes se autodefiniu na Câmara como um deputado socialista e como chefe do Partido Operário. Apesar de ter sido lançado por outras chapas, inclusive a do Partido Republicano Federal, optou por se identificar como líder operário. [...] Neste sentido, é significativo que Vinhaes tenha sido conduzido à Câmara por uma passeata de trabalhadores, acompanhados de foguetes e banda de música” (2005, p. 55).

constituído basicamente a partir de três grupos: 1) as oficinas do Estado (Arsenal da Marinha, Arsenal da Guerra, Estrada de Ferro Central do Brasil, dentre outros); 2) os serviços públicos (Alfândega, telégrafos, companhia de bondes Vila Isabel, Estrada de Ferro Baturité e Rio d'ouro) e 3) as fábricas privadas, entre as quais se destacam as de tecidos (Carioca, Progresso, Confiança, Vila Isabel, dentre outras) (Ibidem, p.52-3). Cada oficina associada ao CPO podia eleger dois representantes que fariam parte do conselho administrativo, sendo que seus mandatos poderiam ser revogados e/ou substituídos a qualquer momento por decisão da maioria dos trabalhadores⁶⁹.

Já o Partido Operário de França e Silva fundou, em 1890, o jornal *Echo Popular*, no qual afirmavam “seu objetivo legítimo de dar à ‘família operária uma feição política’, dentro dos princípios republicanos” (GOMES, 2005, p. 48). Sem o reconhecimento da legitimidade da participação operária na política, a República se tornaria mera continuação do Império, destituindo o sufrágio de qualquer valor (Ibidem, p. 48). O Partido de França e Silva entendia que “o grande objetivo dos trabalhadores é a resolução da questão social, entendida como a questão das necessidades do povo”. As reformas sociais desejadas só poderiam vir através das leis e estas só se fariam com a existência de mais representantes das classes trabalhadoras.

Angela de Castro Gomes aponta a concepção liberal/parlamentar que os socialistas tinham do partido operário, orientando-se no geral para a manutenção da ordem pública e para a utilização das greves somente em último caso, e ainda sim de forma pacífica. A atuação de Vinhaes se daria mais no sentido de dirimir conflitos e intermediar greves, sempre visando uma boa relação com as autoridades para que fosse admitido como interlocutor privilegiado junto a elas⁷⁰. Segundo a autora, a pauta desses agrupamentos estava voltada para questões da jornada de trabalho, aumento salarial, para a proteção do trabalho feminino e do menor, além de constituírem iniciativas de proteção à velhice através de caixas ou montepios. O programa de França e Silva também mencionava a defesa de melhores condições de habitação, educação e alimentação (GOMES, 2005, p. 50).

Essas iniciativas do início da década de 1890 não tiveram vida longa. Seguindo a cronologia estabelecida por Pansardi (1993), Benito Schmidt afirma que a “lua de mel com a República teria durado de 1889 a 1893 e as incompatibilidades se expressariam sobretudo no

⁶⁹ Obviamente é difícil avaliar o quanto esses mecanismos democráticos de participação das bases teriam funcionado na prática. A crítica recorrente dos anarquistas aos socialistas denuncia sempre que os partidos estavam nas mãos dos “chefes”, que os usavam para se promover politicamente.

⁷⁰ A mais famosa atuação política de Vinhaes se deu na negociação do artigo do Código Penal de 1890 que previa, na primeira redação, a ilegalidade de qualquer paralisação do trabalho e que, após a intervenção deste, sustentado pelo protesto das organizações operárias, acabou sendo restringida às paralisações que se utilizassem da força/violência – o que, como sabemos, não serviu de proteção legal para os movimentos grevistas da Primeira República.

período entre 1894 e 1902, conduzindo à desmobilização do movimento operário” (2007, p. 149). Após o fechamento do CPO em 1893, o grupo de França e Silva ainda busca se firmar como principal voz dos trabalhadores da capital, mas também não terá sucesso na sua empreitada de um partido “independente” e a sua principal liderança faleceria em abril de 1894. Em boa medida, a vida política do movimento operário nascente foi sufocada na conjuntura de acirramento dos conflitos despertada pela Revolta da Armada e, posteriormente, pelo atentado de 1897⁷¹. As iniciativas que surgem a partir de 1898 passam a privilegiar a organização sindical da classe operária, base a partir da qual se poderia fundar um Partido Operário ou Socialista.

Schmidt chama atenção para o fato de que desde o governo Floriano Peixoto tanto Vinhaes como França e Silva vinham fazendo críticas ao “esquecimento” do proletariado pelo governo e passariam a “desvincular o socialismo da República” (2007, p.149). Angela de Castro Gomes também nota tal mudança, afirmando que

Não é estranho, portanto, que o desencanto com a República começasse a ser um tema fecundo na política e também na literatura desde meados da década de 1890. O que nos interessa acentuar é que este desencanto e até vigorosa oposição acabaram por espalhar-se, atingindo o precário e recente movimento de organização da classe trabalhadora. As implicações que o contexto político mais amplo tiveram sobre este movimento foram múltiplas, indo desde consequências mais difusas, como uma crescente diminuição da tolerância do regime para com quaisquer iniciativas mais mobilizadoras, até um envolvimento aberto em acontecimentos que pontuaram a época, como a Revolta da Armada em 1893 e a da Vacina em 1904 (2005, p. 57).

Dentre as iniciativas desse período, a que se mostraria mais importante foi a criação, em 1901, do Centro das Classes Operárias (CCO), congregando diversos políticos e propagandistas conhecidos por atuarem pela “causa operária” na capital. Dentre eles estava Gustavo de Lacerda, jornalista que desenvolvia intensa atuação política desde a campanha republicana da década de 1880. Na primeira nota em que o CCO é citado pela imprensa da capital, apresentam-se seus objetivos em prol do “regime protecionista para a organização do trabalho”, em nome do qual enviariam mensagens ao Congresso pedindo leis de proteção a indústria e à Municipalidade pedindo trabalho aos operários⁷². Também realizariam conferências e enviariam circulares à Associação Auxiliadora da Indústria Nacional e aos “principais industriais” afim de “se associarem a essa propaganda”. Reconhece-se ainda, nesse momento, a identificação entre os interesses dos trabalhadores e dos industriais.

⁷¹ Na interpretação de Schmidt (2007), não foi a repressão estatal a única responsável pela desarticulação desses núcleos socialistas, Deve-se ter em conta também suas divisões internas (inclusive do CPO), bem como sua incapacidade de dar vazão às demandas operárias, como razões do seu desmanche.

⁷² JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1901, p. 2.

O ano de 1902 é tido como um marco de reorganização do movimento operário e socialista nacional. Visando a rearticulação dos socialistas brasileiros foi organizado o II Congresso Socialista, realizado entre 28 e 31 de maio de 1902 em São Paulo. Segundo Schmidt (2007) naquele Congresso nenhuma agremiação do Rio de Janeiro foi reconhecida como socialista. O Congresso se articulou devido ao avanço organizativo no estado de São Paulo (sobretudo na capital e em Santos), onde diversos Clubes Socialistas já existiam desde a década anterior, porém onde fortes clivagens étnicas e nacionais dificultavam o fortalecimento de um Partido Operário (PANSARDI, 1993). Em 1900, o Centro Socialista Internacional passava a tentar agrupar os trabalhadores de todas as nacionalidades, porém seu jornal – o excepcionalmente longevo *Avanti!* – ainda era publicado em língua italiana. Nesse Congresso de maio de 1902 ainda foi fundado o Partido Socialista Brasileiro, considerada a primeira tentativa de construir um partido socialista de abrangência nacional no país, ainda que não tenha tido sucesso.

O CCO, no Rio de Janeiro, era dirigido por Vicente de Souza⁷³, um importante veterano da campanha abolicionista, tendo sido uma das principais lideranças negras do movimento desde o final da década de 1870, junto com José do Patrocínio, Luís Gama e Andre Rebouças. A sua proeminência política se refletiu nas seguidas reeleições por unanimidade para a direção do CCO, entre 1902 e 1904. São inúmeras as referências na imprensa, de homenagens e saudações que o “Dr. Vicente de Souza”, lente do Colégio Pedro II, recebia das mais diversas classes profissionais da capital. O Centro funcionava como uma referência importante para a articulação das lutas operárias do período, procurada pelas associações de classe, sobretudo em momentos de greves e conflitos, bem como para outras iniciativas⁷⁴ de cunho mutualista ou filantrópicas. Segundo Gomes (2015), pela relação com políticos e com o Estado, o Centro funcionava como mediador entre organizações de trabalhadores e o poder público. O CCO esteve vinculado a dois jornais: a *Gazeta Operária* (out 1902 a fev 1903) dirigida por Mariano Garcia com colaboração de Evaristo de Moraes e François Seul, fundado por iniciativa do II Congresso Socialista de 1902 e associado ao nascente Partido Socialista Brasileiro; e *A Nação* (dez 1903 a fevereiro de 1904) dirigida pelo “jacobino” Alcindo Guanabara. Através desses jornais, faziam a propaganda das atividades e lutas do Centro e das associações a ele vinculadas. As suas relações com políticos e com o

⁷³ Para uma apresentação mais detalhada da trajetória de Vicente de Souza ver PINTO, 2017.

⁷⁴ O CCO fez, por exemplo, ampla campanha de recolhimento de fundos para auxílio às vítimas da seca no Nordeste brasileiro, ao longo dos anos 1903 e 1904.

Estado não eram escondidas, e faziam parte da diretoria nomes como Barbosa Lima, Lauro Sodré e Alberto de Carvalho.

O jornal anarquista *A Greve* não poupava críticas ao CCO e ao seu diretor Vicente de Souza. Reconhecia, assim, sua importância no âmbito local, elegendo-os como principal alvo de seu combate à influência dos socialistas. Inaugurado no 1º de maio de 1903, o jornal já trazia em suas primeiras edições a crítica à concepção “festiva” que se tinha da data. Elísio de Carvalho, que nos primeiros números aparecia identificado como diretor do jornal, publica texto intitulado “A Festa Internacional”, em que critica duramente a perversão das origens revolucionárias do 1º de maio pelos “chefes socialistas” e pela “ignorância revoltante” do proletariado nacional. Carregando nas tintas em sua linguagem empolada, Elísio afirma que

O operário brasileiro transformou o primeiro de maio, data tão edificante e tão evocativa, ainda porque a lorde burguesia concede sueto aos condenados da vida e aos galés da miséria, numa festa religiosamente burguesa, numa romaria fúnebre, numa procissão macabra, numa mascarada grotesca que se reduz numa passeata pelas principais ruas da imunda cidade, formada pelas sociedades operárias, que conduzem os seus estandartes alegóricos, muito semelhantes aos pavilhões da irmandade de S. Benedito ou às bandeiras dos clubs carnavalescos da Cidade Nova, com bandas de música policiais, cujos sons rouquinhos se confundem com os *vivas as classes trabalhadoras, vivas ao Dr. F., vivas ao dr. Chefe de polícia*, etc [...]⁷⁵

A descrição pouco lisonjeira era seguida de uma explanação sobre as origens históricas da data comemorativa, buscando resgatar seu sentido de protesto e revolta através da reprodução de longo trecho de um texto de Neno Vasco sobre os mártires de Chicago. É no número seguinte, no entanto, que as menções diretas ao CCO e a Vicente de Souza vão aparecer. Em texto publicado no número 2, de 15 de maio de 1903, as celebrações recentes da data na capital são descritas em um tom que está mais para o comentário ácido do que para a divergência doutrinária aberta⁷⁶. Assinado por “A.V.”, o texto apresenta os “festejos promovidos pelo Centro das Classes Operárias” que teriam arrastado “considerável multidão” pelas ruas da cidade. Após mencionar as bandas marciais e os andores com retratos de “vultos célebres pelas suas convicções mais ou menos socialistas”, dentre os quais o texto destaca Marx, Proudhon, Zola e Tolstói, comenta o seguinte sobre o préstito:

Em frente a redação dos jornais, parava a procissão, fazendo-se ouvir, nestas ocasiões, muitos oradores, alguns dos quais enalteceram as virtudes dos humildes com palavras arrancadas à história sagrada.

Numa tribuna popular discursou um orador que terminou dando viva à revolução social *sem sangue!* O candidato socialista, Dr. Vicente de Souza,

⁷⁵ A GREVE, Rio de Janeiro, n. 1, 01/05/1903, p. 1.

⁷⁶ A crítica mais exacerbada viria na mesma edição, em texto assinado por Pausilippo da Fonseca intitulado “Festa do Trabalho” no qual lamenta o aspecto “carnavalesco” das comemorações, e também descreve os trabalhadores, rejeitando um “falso sentimentalismo”, como “instrumentos inconscientes (...) percorrendo as ruas sob o batuque de bandas marciais e a estacionarem de redação em redação para ouvir discursos”. Ver A GREVE, Rio de Janeiro, 15/05/1903, p. 1.

aconselhou respeito às autoridades e subordinação à ordem. E por entre os vivas que de quando em quando atroavam, ouviam-se saudações ao dr. Chefe de polícia, ao sr. Presidente da República, e a alguns jornalistas conhecidos pelos seus processos manhosos de exploração mercantil.

A noite houve festival no teatro S. José, sendo por esse momento grande o número de discursos, muitos dos quais com um caráter francamente nacionalista e republicano.

Entretanto o dr. Vicente de Souza convidou o dr. Chefe de Polícia e outros amigos para tomarem uma taça de *champanhe*, oferecimento que foi aceito numa franca expansão da mais última camaradagem.⁷⁷

Como vemos pela citação acima, as redações dos principais jornais impressos da cidade, ocupando geralmente imóveis nos arredores da Avenida Central e da rua do Ouvidor, eram pontos de referência importantes para os préstimos das associações operárias. Das sacadas dos sobrados, as figuras de renome na política e na imprensa proferiam seus discursos à massa que aguardava na rua. Mas o texto chama atenção especificamente para as pregações dos socialistas que defendiam a “revolução sem sangue”, a “subordinação a ordem” e o “respeito às autoridades”. Apresentando o Dr. Vicente de Souza como “candidato socialista”, o texto evidencia a tônica que percorrerá todas as publicações anarquistas do período: a acusação de que os políticos socialistas se aproveitavam das demandas operárias para promoverem suas carreiras políticas.

O contraponto desse primeiro de maio “festivo” aparece mais a frente na menção às comemorações realizadas em São Paulo pelos “nossos camaradas”. Em manifestação clara da “força de solidariedade” do operariado, o texto reproduz trecho de um manifesto lançado pela ocasião na capital paulista que indica a intenção de realizar um 1º de maio para demonstrar “ao patrão que vos insulta todo o ano” a potente solidariedade dos trabalhadores. Já aparece, portanto, a referência positiva da atuação dos libertários em São Paulo, com elogios ao jornal *O Amigo do Povo* e à recente criação de um “Centro de Estudos Sociais” naquela cidade. As tensões entre libertários e socialistas ficariam mais nítidas nos meses seguintes. Novas críticas à atuação do CCO aparecem ao longo de junho e julho, relatando as greves da fábrica “Bonfim” e do Lloyd Brasileiro, nas quais a intervenção do Centro e de Vicente de Souza teria levado à derrota das reivindicações operárias. A agitação operária na capital crescia, e o jornal *A Greve* buscava dar conta dessa conjuntura em suas colunas dedicadas ao movimento operário e à denúncia das condições de trabalho aviltantes do proletariado local.

Os anarquistas buscavam combater a influência dos socialistas no movimento operário a partir de uma atuação articulada no Círculo Libertário Internacional (CLI) – citado como já em funcionamento no primeiro número de *A Greve*. O CLI seria um centro de educação e

⁷⁷ A GREVE, Rio de Janeiro, 15/05/1903, p. 3.

propaganda revolucionária que teria como objetivos: 1) fundar o periódico *A Greve*, dedicado à “questão social”; 2) criar escolas libertárias baseadas no “método racional instituído pela ciência positiva”; 3) organizar uma biblioteca sociológica para uso dos seus membros; 4) realizar conferências sobre “os mais importantes assuntos científicos, literários e artísticos”; 5) representar obras teatrais de “valor moral incontestável”, assim como realizar saraus musicais e “excursões expansivas”; 6) fundar uma Liga de Resistência; 7) editar obras de propaganda libertária e promover a venda de publicações libertárias, bem como relacionar-se com todos os grupos de propaganda para troca de ideias, informações, etc⁷⁸. Tal plano de ação nos dá uma ideia da atuação que os militantes anarquistas pretendiam desenvolver na cidade. Colocá-lo em prática seria, obviamente, outra história.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo CLI naqueles primeiros meses de existência, *A Greve* destaca e noticia as conferências de propaganda realizadas por Pausilippo da Fonseca nas sedes de algumas associações operárias da cidade. A primeira delas teria sido realizada em abril no centro operário do Jardim Botânico, com o tema “o papel do operário na evolução humana”. Segundo o resumo publicado, a palestra teria percorrido um vasto arco que buscava mostrar como o homem tinha atravessado diferentes fases de sua evolução, indo da “luta constante contra os horrores duma vida selvagem” até a produção das desigualdades sociais como decorrência da monopolização dos bens por uma minoria abastada. Referindo-se à situação do operário na sociedade brasileira, afirma que aqui é onde “menos há respeito pelos direitos dos que trabalham” e onde está mais sacrificado o trabalhador. Por conseguinte, apela a necessidade de que os operários ajam em “sua própria defesa e da causa humana”⁷⁹.

As conferências se multiplicariam ao longo dos meses seguintes, na maior parte das vezes com Pausilippo da Fonseca como orador responsável. Foram pelo menos três em maio e três em junho, sempre aos domingos. Além do Jardim Botânico, teriam ocorrido também no centro da cidade (em sedes de associações de classe), nas Laranjeiras e em Vila Isabel – bairros com forte presença operária por conta das fábricas de tecidos ali instaladas. Além da exploração do homem pelo homem, trataram de críticas ao parlamentarismo, do “papel da mulher na sociedade atual”, dos prejuízos das religiões e da “escravidão física e moral”⁸⁰. Na edição de 1º de agosto, anunciam que devido ao grande sucesso das conferências, bem como pela crescente demanda e agitação operária, o grupo do CLI passaria a realizar duas conferências por semana, uma no sábado e outra no domingo. Os militantes também

⁷⁸ A GREVE, Rio de Janeiro, 01/05/1903, p. 4.

⁷⁹ A GREVE, Rio de Janeiro, 01/05/1903, p. 4.

⁸⁰ A GREVE, Rio de Janeiro, 15/05/1903, p. 4.

buscavam dar conta de área cada vez maior da cidade, cobrindo desde a fábrica Bangu até o Barreto (em Niterói). Assim, a propaganda através das conferências se somava à edição do próprio jornal *A Greve* como os principais esforços para avançar na disseminação do ideal ácrata na cidade⁸¹.

As mobilizações grevistas do ano de 1903 têm sido tomadas na bibliografia especializada como um marco da emergência e visibilidade do movimento operário da capital. A pesquisa realizada por Marcela Goldmacher (2009) encontrou 39 greves realizadas no Rio de Janeiro ao longo do ano, contabilizando individualmente cada paralisação (mesmo quando diferentes fábricas ou ramos se juntaram). Desse total 7 teriam sido de mais de uma categoria ou mais de uma fábrica da mesma categoria. É difícil mensurar o peso que a atuação do núcleo de militantes anarquistas ativo na cidade tinha efetivamente no curso desse processo. No entanto, é certo que *A Greve* vinha acompanhando e noticiando a agitação operária na cidade, especialmente entre os têxteis. Em meados de junho, uma paralisação dos operários menores de idade da fábrica de tecidos Carioca, no Jardim Botânico, exigindo o fim dos maus tratos que recebiam dos contra-mestres, levou a uma paralisação parcial da fábrica por meio turno⁸². As reclamações quanto aos baixos salários, aos abusos do contra-mestre e a ausência de regulamento dispendo sobre a distribuição dos teares pelos substitutos fez com que o movimento na fábrica Carioca voltasse a eclodir em julho, dessa vez iniciando uma greve que duraria algumas semanas⁸³. O Centro Operário do Jardim Botânico era o principal local de articulação dos grevistas, onde Pausilippo da Fonseca havia feito ao menos duas de suas conferências nas semanas anteriores.

Em termos de organização sindical, os operários e operárias do setor contavam, na cidade do Rio de Janeiro, com a Federação dos Operários em Fábricas de Tecido, que esteve diretamente envolvida na nova eclosão do movimento grevista ocorrida em agosto. Dessa vez partindo da fábrica de tecidos Aliança, nas Laranjeiras, os operários têxteis das principais fábricas da cidade declararam-se em greve e o movimento paredista se espalha a ponto de englobar também os alfaiates, chapeleiros, pintores, vidreiros, sapateiros, canteiros e outros operários das pedreiras, depois estivadores e catraieiros⁸⁴. A enorme heterogeneidade das condições de trabalho, das formas de organização da produção e das relações de trabalho entre essas categorias, além da inexistência de organização sindical prévia em várias delas,

⁸¹ A GREVE, Rio de Janeiro, 01/08/1903, p. 4.

⁸² A GREVE, Rio de Janeiro, 01/07/1903, p. 3.

⁸³ A GREVE, Rio de Janeiro, 15/07/1903, p. 3

⁸⁴ Para uma descrição pormenorizada do movimento grevista de agosto de 1903 ver AZEVEDO, 2005; GOLDMACHER, 2009.

certamente dificultou a unificação das pautas, que terminou por não ocorrer. Em geral cobravam por melhores condições de trabalho, aumentos salariais e redução da jornada de trabalho. A reivindicação das 8 horas de trabalho foi o elemento comum a muitas categorias, .

O movimento grevista vai de 12 de agosto a 5 de setembro daquele ano, enfrentando a mobilização das forças policiais da cidade. Na primeira fase, entre 12 e 24 de agosto, são as paredes e *lock-out* nas fábricas de tecidos que puxam a mobilização grevista, sendo a sede do sindicato da categoria o principal ponto de articulação política das categorias envolvidas. Em seguida, a partir de 25 de agosto, é a greve dos estivadores que, se alastrando por outros trabalhadores portuários, vai ganhar maior centralidade, afetando diretamente os negócios da exportação de café.

A greve de 1903 pode ser lida como o primeiro momento de enfrentamento, na capital da República, entre socialistas e anarquistas. Ao longo do mês de agosto, além dos dois números já previstos pela periodicidade do jornal, os companheiros de *A Greve* também publicam um número especial, em formato de panfleto (uma página frente e verso) no dia 24, buscando intervir na conjuntura quente daquelas semanas⁸⁵. Nesse número especial, buscam apresentar as motivações da greve, que já estaria prenunciada pelas paralisações parciais que vinham tomando algumas fábricas da cidade nos últimos meses. Na sua visão, o movimento de agosto foi detonado por conta da morte acidental de um operário da Aliança, dando início a mobilização dos operários daquela fábrica e suscitando protestos de solidariedade de outras. Em seguida, a resposta da direção da fábrica Cruzeiro às reivindicações dos trabalhadores menores, ameaçando de dar um “banho de correias”, teria levado à declaração de greve daquela fábrica, a que se juntaram os operários da Aliança cuja fábrica havia sido fechada pela sua direção e guardada pelas forças policiais após os operários apresentarem suas reivindicações. A partir daí o movimento se intensifica e chega a outras fábricas têxteis, na semana entre 12 e 17 de agosto. No dia 18 teriam apresentado adesão a Associação de Classe dos Artistas Alfaiates e os chapeleiros (Associação de Classe União dos Chapeleiros). No dia 21 seriam os operários em pedreiras e então o movimento seguia ascendente.

O número especial também trazia breves descrições das violentas repressões que os operários e operárias grevistas vinham sofrendo, bem como de outras estratégias das direções das fábricas para “quebrar” o movimento⁸⁶. Se dirigem, então, em pequeno “Manifesto

⁸⁵ No acervo do AEL/Unicamp esse número especial de 24 de agosto está disponível, porém não consta a edição de n.9 (que deve ter sido publicada em 1º de setembro daquele ano), nem a de n.3 (início de junho).

⁸⁶ De acordo com Goldmacher, “As proibições começaram referentes a reuniões públicas; no início os trabalhadores não podiam se reunir na rua, em praça pública. Em um segundo momento, com a greve já ganhando novas adesões, o Largo do Capim, em torno do qual se situavam as sedes de várias associações,

operário à Marinha e ao Exército”, aos “filhos do povo” – aqueles que são “arrancados violentamente do seio de vossas famílias” e que “por não ter [sic] trabalho os pega a polícia e fazem-nos vestir violentamente o uniforme de soldado da Pátria” – não assumam o papel vergonhoso de se tornarem “assassinos dos vossos próprios irmãos”. Isso porque as autoridades locais teriam acionado as tropas do exército e da marinha para atuar na repressão aos grevistas, dado que o trabalho seria grande demais para a polícia. Aliás, é clara a diferenciação, no manifesto, entre o tratamento dado aos membros das Forças Armadas, sempre tratados como partes de uma mesma família, e o dispensado à polícia, cujo “papel vil e torpe” seria mesmo aquele odioso serviço aos patrões, e por isso a ela somente pertenceria a “lama social”⁸⁷.

O confronto com os socialistas do CCO se intensificava naquele momento. O jornal acusa os “supostos chefes socialistas” de serem os maiores obstáculos ao crescimento do movimento, já que tentariam impedir outras categorias de paralisarem os trabalhos. Além disso, afirmam “o presidente de uma associação” teria sido “comprado pela polícia”, referindo-se a Vicente de Souza. De acordo com a pesquisa de Marcela Goldmacher, Souza se opôs a greve e buscou convencer trabalhadores de várias categorias a voltar ao trabalho. Também o líder “amarelo” Pinto Machado, presidente da União Operária do Engenho de Dentro que reunia trabalhadores das oficinas da EFCB, se opôs a greve, afirmando que os operários deveriam aguardar o andamento no Congresso da proposta de jornada de oito horas. Em 13 de novembro de 1903, há mensagem do CCO no *Jornal do Brasil* em que o diretor Vicente de Souza aplaude e agradece, em nome das classes operárias, a atuação do deputado Barbosa Lima na Câmara dos Deputados “em defesa da justa causa dos operários”.

Ainda que as autoridades policiais e patronais tenham atribuído, como é típico de uma concepção policial da história, o movimento a agitadores anarquistas, não podemos verificar ao certo o seu papel na preparação daquele movimento. Conhecemos registros da atuação de militantes anarquistas sobretudo entre alfaiates, chapeleiros e têxteis. Era o caso do espanhol Caralampio Trillas, que já contava com uma bagagem de militância maior, organizador dos têxteis da Gávea e liderança da Sociedade Operária do Jardim Botânico, preso durante os confrontos ocorridos nos arredores das vilas operárias do bairro. Além disso, o nome de Pausilippo da Fonseca aparece citado no *Correio da Manhã* como um dos “mediadores” do conflito entre os grevistas e as autoridades. De todo modo, a greve de 1903 foi expressão da

passou a ser policiado. E por fim, numa fase de generalização do movimento, as associações foram proibidas de manter reuniões em suas sedes” (2009, p. 136-137).

⁸⁷ Todas as informações do parágrafo retiradas de A GREVE, Rio de Janeiro, 24/08/1903.

estratégia de ação direta cujos principais incentivadores eram os libertários orientados pela concepção do sindicalismo revolucionário.

O saldo da greve, no entanto, foi sentido como negativo por muitas categorias⁸⁸. Especialmente entre os têxteis que voltaram ao trabalho sem alcançar suas principais reivindicações e com demissões em massa dos grevistas. A consequência positiva para o movimento operário teria sido o saldo organizativo, com a criação de diversos sindicatos ao longo do processo e especialmente da Federação das Associações de Classe. Em aberta competição com o CCO pela orientação do movimento operário, a Federação se transformaria nos anos seguintes em Federação Operária Regional Brasileira e, após a realização do Congresso Operário de 1906, Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).

No ano seguinte, 1904, a Revolta da Vacina foi sem dúvida o principal evento de confronto na capital, constituindo um dos conflitos mais estudados da Primeira República. Não buscamos apresentar síntese do debate na literatura especializada nem apontar as principais linhas de interpretação. Cabe apenas dizer que, se durante a greve de 1903 os anarquistas já tinham meios para disputar a direção do movimento, a conformação do movimento que levou a Revolta de 1904 passou por vias nas quais os anarquistas pouco puderam influenciar. Centrado no andamento dos projetos de lei no Congresso e nos decretos presidenciais e municipais que davam respaldo à política de saúde de Oswaldo Cruz na capital, o processo de oposição ao governo Rodrigues Alves esteve sempre capitaneado por parlamentares e jornalistas da grande imprensa. A despeito dessas diferenças, o Centro das Classes Operárias também esteve diretamente envolvido nos acontecimentos de 1904. Afinal, era na sede do CCO que se reunia a Liga contra a Vacinação Obrigatória, fundada pelo senador Lauro Sodré, pelo deputado Barbosa Lima e outros políticos associados ao radicalismo jacobino da capital. Mesmo que a Federação das Associações de Classe e até a revista *Kultur*, de perfil mais literário, tenham declarado apoio à campanha contra a vacinação obrigatória, não encontramos evidências de que tenham influenciado o andamento do processo.

O desfecho da Revolta assinalou a última aparição do nacionalismo radical identificado com os jacobinos, com uma sublevação militar mal sucedida articulada pelo

⁸⁸ O tipógrafo português Mota Assunção escreveria anos depois uma peça de teatro inspirada nos acontecimentos de 1903, intitulada “O Exemplo”, cuja estreia foi realizada em festa do Centro dos Sindicatos Operários em julho de 1908. Na crítica de Manuel Moscoso publicada em *A Voz do Trabalhador*, são descritos os três atos, que envolviam críticas a religião, aos industriais e a grande imprensa da capital. Num dos anúncios da peça encontramos a apresentação segundo o tema seria a “malograda greve geral de 1903” apresentando o cotidiano do operário militante “sem comentários de doutrinação”. A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 3, 01/08/1908.

jovem oficialato da Escola Militar da Praia Vermelha. A violenta repressão que se abateu sobre o movimento – com deportações em massa, prisão e tortura, além do saldo de mortos nos confrontos – seria lembrada nos anos seguintes pelas correntes socialistas como uma razão a mais para a adoção da moderação (BATALHA, 1986). Já os anarquistas, nas poucas referências que encontramos a Revolta da Vacina, destacariam sobretudo a condução “política” dos líderes da Liga, política essa que seria a principal responsável pelo malogro da revolta.

Talvez não seja descabido sugerir que o desfecho da Revolta da Vacina e o período de estado de sítio que se seguiu constituíram um *trauma* que calou fundo na vida política da capital e contribuiu para extirpar a estratégia insurrecional do horizonte do nascente movimento operário da cidade por um bom tempo. Os anarquistas se lançaram muito mais no desafio de organizar a classe operária e generalizar as lutas sindicais – seguindo a tendência de fortalecimento da estratégia sindicalista que, especialmente depois dos malfadados atentados a bomba das décadas de 1880 e 1890 na Europa, era assumida pelo anarquismo de massas da virada do século. Assim, a sua atenção estaria mais voltada para a construção de solidariedades classistas no mundo do trabalho e não para o tal “instinto de revolta” da população pobre em relação ao Estado. Na realidade, como veremos nos próximos capítulos, a imagem que a imprensa anarquista construiu do proletariado nacional passaria longe da visão de “corpos rebeldes”, para utilizar uma expressão de Sevchenko (2010). De modo mais geral, Claudio Batalha chama atenção que

Sob o republicanismo, mesmo nas suas expressões mais radicais, é a noção de “povo” que domina, criando um amálgama de diferentes projetos e de interesses de diversas classes sociais. A organização sindical tem como novidade a introdução da noção de “classe” em detrimento daquela de “povo” [...] (BATALHA, 1986, p. 197).

Isso não quer dizer que o movimento operário não seria afetado e atravessado por diversas modalidades de nacionalismo, especialmente entre os “trabalhistas” (FAUSTO, 1976) ou “amarelos” (BATALHA, 1986), e nem que a categoria “povo” sumisse totalmente da cena política, claro. Mas havia uma diferença de *forma* que ajuda a explicar a descontinuidade entre a agitação radical marcada pelo florianismo e aquela que tomaria a cena nas primeiras duas décadas do século XX.

Em suma, perseguindo a sequência histórica dos radicalismos políticos na capital, notamos a confluência dos nomes ligados ao “jacobinismo” e daqueles ligados às iniciativas

socialistas junto as classes trabalhadoras. Alcindo Guanabara, Irineu Machado, Lauro Sodré e Barbosa Lima eram parlamentares muito próximos do ativismo do CCO. A relação de Vicente de Souza com esse grupo indica a necessidade de pensarmos uma certa “fusão”, na década de 1900, entre o radicalismo “jacobino” carioca e o movimento socialista. Acredito que a partir desse ponto é que podemos esclarecer a divergência, referida na seção anterior, entre as interpretações do jacobinismo quanto ao seu caráter popular. É a essa atuação de algumas lideranças jacobinas a partir da virada do século que Sevcenko se refere, salvo engano, passando a dar maior centralidade às demandas das classes trabalhadoras organizadas e vocalizando as insatisfações populares com as instituições republicanas, que quando lhes atribui uma capacidade de jogar com o “instinto de revolta” da população mais pobre da capital.

A aproximação entre socialistas e jacobinos ainda seria marcada pela influência mais ou menos difusa do positivismo entre eles. Claudio Batalha afirma em seu estudo sobre a difusão do marxismo pelas correntes socialistas da virada dos séculos XIX/XX que

[...] apesar das constantes referências a Marx [...] tanto na produção escrita como nas comemorações rituais do movimento socialista brasileiro, o conhecimento do socialismo chega quase sempre por intermédio de autores mais acessíveis e através de textos de vulgarização. Boa parte desses autores difundia uma visão do marxismo que resultava de uma leitura positivista e/ou cientificista de Marx (BATALHA, 2007, p. 11-12).

Assim, também no Brasil configura-se uma “ideologia socialista eclética”, capaz de integrar referências muito diversas do “cânone” socialista e mesmo do pensamento científico mais geral do século XIX. De especial influência naquele contexto teriam sido as ideias de Benoit Malon (1841-1893), socialista francês que participou da Comuna de Paris e posteriormente se tornou um dos teóricos de uma versão “reformista” do socialismo. Segundo Batalha

O socialismo integral de Malon sintetiza as suas concepções de um socialismo fortemente influenciado pelo positivismo e pela tradição humanitária francesa, que pretende englobar não apenas a luta política e econômica (limitação que atribui ao socialismo marxista), mas todos os campos da atividade humana, como a ciência, a filosofia e a moral. Nessa obra, o autor vê duas vias para ação dos socialistas: a via revolucionária e a via das reformas possíveis. A primeira só seria possível em certos momentos de crise, raros na história dos povos, e as tentativas intempestivas poderiam piorar dolorosamente o presente e comprometer gravemente o futuro (a experiência da Comuna de Paris está na raiz dessa análise). Já a segunda via poderia ser trilhada em qualquer momento, o que o leva a concluir: ‘sejamos revolucionários quando as circunstâncias o exigem e reformistas sempre’ (BATALHA, 2007, p. 21).

Tendia-se, portanto, a uma leitura bastante evolucionista do socialismo, associando-o com as ideias de Darwin e Spencer (Idem, *Ibidem*, p. 11). Esses autores também aparecem

com centralidade no debate intelectual dos libertários, além de serem também compartilhadas, por vezes, entre intelectuais liberais do período (CARVALHO, 1990, p. 24).

A influência mais geral do positivismo também foi percebida pelos principais intérpretes do “radicalismo” da Primeira República. Segundo José Murilo de Carvalho (1987; 1990) o positivismo informou tanto a ideia de “ditadura republicana” – entendida como governo antioligárquico baseado em um Executivo forte e centralizado, que respondesse diretamente às demandas da população urbana – quanto o posicionamento em relação à “questão social”, defendendo a chamada “incorporação do proletariado na sociedade moderna”. Portanto, para compreendermos de que modo os ideais libertários se inseriam naquele contexto intelectual será necessário discutir o papel do positivismo na formação do repertório intelectual e do “ambiente de ideias” compartilhado por atores com orientações políticas bastante diversas. Essa aproximação também permitirá colocarmos algumas questões centrais que se impõem para a definição do tratamento que pretendemos dar à produção intelectual dos anarquistas.

3 DOCTRINA CONTRA DOCTRINAS

É bem conhecida a fama do escritor Lima Barreto por fazer retratos ácidos de personalidades da vida política e cultural do Rio de Janeiro de início do século em seus textos. Em sua estreia no livro *Recordações do escrívão Isaias Caminha*, publicado em 1909, Lima Barreto se dedica especialmente aos jornalistas e demais homens de opinião da cidade, todos mais ou menos corrompidos pelas negociatas e conveniências do mercado instituído pela grande imprensa nascente. Entre os personagens do romance, por muitos considerado um *roman à clé*, está um tal de Abelardo Leiva, que o narrador-protagonista conhece quando já está se desiludindo com as promessas da capital e passa seus dias andando a esmo pelos bairros e ruas do Centro. Leiva era seu vizinho na humilde casa de cômodos em que moravam e vem pedir para acender sua vela na dele, pois estava sem fósforos. Apesar dessa proximidade social, o narrador não o poupa da desconfiança e antipatia que contamina toda sua relação com a vida pretensamente moderna da cidade⁸⁹.

Acontece que Leiva era “poeta e revolucionário”, trabalhava como secretário do “Centro de Resistência dos Varredores de rua” e professava o “socialismo mais adiantado”. Viviam pobremente em seu quarto com uma cama sem lençóis ou travesseiros, uma mesa e um punhado de brochuras subversivas com as quais preparava suas “arengas revolucionárias”. Lima Barreto, porém, constrói o personagem como a mais irônica combinação de opostos. Se o quarto era pobre e as condições duras, ainda sim Leiva tinha uma “grande mala cheia de camisas, colarinhos, punhos, gravatas e perfumes”. Se precisava caçar uma boa refeição a convite de algum conhecido, era porque gastava seu parco ordenado mais com elementos de *toilette* do que com alimentação. Inimigo da execrável burguesia, mas se mirava nos elegantes do mundo *chic* parisiense. Gostava de frequentar lugares elegantes e, como poeta, não perdia oportunidade de observar a beleza das senhoras de Botafogo nas regatas e quermesses. De modo que, no olhar do narrador, “se a nova era dependesse do seu braço, ele não deitaria a bomba para não assustar as meninas bonitas e delicadas”⁹⁰.

A referência a bomba vem logo depois do diálogo em que Leiva debatia com outra personagem, o Agostinho Marques, sobre as propostas de reforma social então em voga. Agostinho combatia as “doutrinas subversivas” de Leiva, mas não sabia como responder aos

⁸⁹ Como aponta Lilia Schwarcz, o narrador expressa as contradições de uma vivência angustiada e marcada pela frustração das expectativas de integração social, para quem “*tudo* lhe parecia, agora, falso e artificial: os deputados, a polícia, os políticos, a civilização e, sobretudo, os jornalistas” (2017, p.223, grifos meus).

⁹⁰ BARRETO, 1995, p.48. Todas as referências anteriores são do mesmo capítulo (VII).

argumentos do amigo, que afirmava ser a anarquia nada menos que a ordem natural das coisas, já que não existe na natureza outra espécie em que a maioria se submete a leis que não fizeram e que só beneficiam uma minoria insignificante. O equilíbrio e a ordem só poderiam ser obtidos pela “ação livre de cada uma das forças particulares”. Termina exclamando “Eu quero a confusão geral, para que a ordem natural surja triunfante e vitoriosa!”⁹¹.

Em seguida, numa cena de humor rara nas páginas do romance, Isaias Caminha acompanha o amigo Leiva em uma das prédicas dominicais do “Senhor Teixeira Mendes”, de quem não cessava de gabar as qualidades intelectuais e morais, no Apostolado Positivista. O narrador apresenta a cena toda como risível, com o vice-diretor de batina pregando o altruísmo e a superioridade da ciência positiva para dar “soluções” aos males sociais. Incrédulo, desconfia se os demais presentes creem de fato nas palavras do mestre ou apenas “fingem convicção”. A disposição a acreditar naquela récita de medidas simples, “cuja verdade não procuravam examinar”, seria fruto da necessidade de encontrar “alimento para a fome de felicidade e um consolo para os seus maus dias presentes”.

Caminhando pelo cais da Glória após sair do Templo da Humanidade, Isaias ouvia a fala incansável de Leiva que repetia as palavras do Mestre (ele mesmo um repetidor⁹²), adepto que também era da “crença pitagórica das virtudes da Matemática” ainda que soubesse “pouco mais do que as quatro operações na ciência divina”. Eis então que o protagonista lança a primeira objeção, “quase sem refletir”, à palestra do colega: “Como você é ao mesmo tempo anarquista e positivista – uma doutrina de ordem, de submissão, que espera a vitória pelo resultado fatal das leis sociológicas?”⁹³ A resposta ziguezagueante do interlocutor é abreviada com eloquentes reticências, e logo o narrador se mostraria discretamente arrependido de ter dado mais corda à parolagem do amigo.

De onde viria a inspiração para a construção do personagem de Leiva? Essa combinação de anarquismo e positivismo seria apenas uma invenção da cabeça do escritor? Sabemos do caráter “autobiográfico” da escrita ficcional de Lima Barreto, um cronista dos maiores que a cidade já teve. Vale dizer que o personagem não é apresentado simplesmente como um farsante ou charlatão. Em diversos momentos o narrador explicita que sentia a “sinceridade momentânea de suas palavras”, que não o julgava “perfeitamente hipócrita”. Inclui no seu retrato inclusive que Leiva não andava sozinho nas suas pregações revolucionárias, mas era a “inteligência” de um grupo de amigos, todos magros e com

⁹¹ BARRETO, 1995, p.48.

⁹² “Abria o livro, lia um trecho e procurava o caminho para alusões a questões atuais, repetindo fórmulas para se obter um bom governo” (Ibidem, p.49).

⁹³ BARRETO, 1995, p.50.

empregos humildes, “pretendendo virar a face do mundo para ter almoço e jantar diariamente”. Também eles fundem contrários, e o narrador anota a “adoração pela violência que as suas almas pacíficas tinham, e a facilidade com que explicavam tudo e apresentavam remédios”. Ainda assim, o narrador busca compreender o que o separava deles, refletindo em “voz alta”:

Creio que lhes não faltava inteligência, sinceridade também; o que não encontravam era uma soma de necessidades a que viessem responder e sobre as quais apoiassem as suas furiosas declamações. Insurgiam-se contra o seu estado particular, oriundo talvez mais de suas qualidades de caráter do que de falhas de temperamento. Eram todos honestos, orgulhosos, independentes e isso não leva ninguém à riqueza e à abastança. Leiva era quem mais exagerava nos traços do caráter comum e se encarregava de pintar os sofrimentos da massa humana. Era um grupo de *protestantes*, detestando a política, dando-se ares de trabalhar para obra maior, à quem as periódicas “revoluções” não serviam. Um ou outro acontecimento vinha-lhes dar a ilusão de que eram guias da opinião. Leiva gabava-se de ter feito duas greves e de ter modificado as opiniões do operariado do Bangu com as suas conferências aplaudidas. Os outros, sem a sua enfiatura, os seus rompantes de atrevimento e a sua ambição oculta, mais sinceros talvez por isso, limitavam-se a falar e a manifestar as suas terríveis opiniões em publicações pouco lidas.⁹⁴

Não é de todo improvável que o livro, publicado em 1909 mas escrito nos anos anteriores, fizesse aí referência indireta às greves de 1903. As conferências que teriam modificado as opiniões do operariado de Bangu seriam aquelas realizadas pelo Círculo Libertário Internacional e reportadas nas páginas de *A Greve?* Leiva se torna, ao longo do romance, colega de Isaías Caminha na redação do jornal *O Globo*, tomado pelos críticos como forma camuflada de se referir ao *Correio da Manhã*, um dos principais diários da época e justamente onde Pausilippo da Fonseca trabalhava. Assim, não seria difícil propor que Leiva seria inspirado no amigo de Lima Barreto cuja atuação acompanhamos no capítulo anterior. De todo modo, não faltariam conhecidos que o autor pode ter usado para compor o personagem, mesclando numa mesma figura o que aparecia diluído em vários dos seus conhecidos de boemia literária.

Fato é que, mesmo se esforçando para não ser cruel com os jovens honestos e dedicados, o romance de Lima Barreto apresenta o quadro de um desencontro, de um fervor revolucionário ao qual faltavam as bases sociais – o que contribuía para que também as suas ideias, por bem intencionadas que fossem, girassem em falso. Se a modernidade trazia consigo uma crença exagerada no progresso, num porvir que necessariamente redimiria as misérias humanas e sociais, tal como as utopias pregavam, Lima Barreto retrucava com um olhar que despia os seus portadores da sua própria auto-imagem virtuosa, demonstrando certa descrença do seu potencial de agitação política.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 45-46, grifos no original.

Não seria difícil objetar que há pessimismo exagerado ou má vontade no quadro montado pelo escritor. Mas acredito que, se tratando de alguém com olhar tão apurado para as contradições da vida social, cumpre não jogar fora de antemão sua percepção e investigar um pouco melhor a conexão apontada. A partir da relação com os positivistas pretendemos investigar a inserção do anarquismo dentro do ambiente intelectual da época, traçando algumas afinidades que permitem captar o modo em que se expressavam, dentro das suas fileiras, alguns problemas mais gerais da relação entre intelectuais e povo em uma sociedade de baixíssimos níveis de escolarização.

3.1 O debate com os positivistas

A centralidade do positivismo no processo de remodelação do ambiente intelectual brasileiro no final do século XIX e início do XX é bastante conhecido. Ele constituiu uma das principais referências intelectuais da chamada “geração 1870” mas teve impacto muito para além dela. Sua recepção local se inicia cedo, ainda na década de 1850 (LEONIDIO, 2007), mas será sobretudo ao longo da campanha abolicionista que o positivismo cumprirá um papel relevante enquanto agente de difusão ideológica da condenação moral e política da escravidão. Foi elemento intelectual e simbólico mobilizado por grupos identificados com a “política científica”, protagonistas também da campanha republicana, bem como das propostas de reformulação educacional dentro e fora das Academias Militares das Forças Armadas. Era professado por acadêmicos, professores, médicos, advogados e demais profissões liberais, como uma marca de modernização intelectual, em contraste com a tradição retórica clássica (LIMA, 1997), o “bacharelismo” das Faculdades de Direito e o catolicismo do Império (ALONSO, 2002; CASTRO, 1995). No Rio de Janeiro, algumas instituições se constituíram importantes *locus* de sua disseminação, como a própria Escola Politécnica do Largo do São Francisco, cuja participação nos acontecimentos políticos da época não derivava apenas de sua posição estratégica de frente para o principal palco das manifestações políticas da Primeira República. Mais importante ainda na conformação de um positivismo “radical” foi a Escola Militar da Praia Vermelha, por onde passaram inclusive, vários dos nomes associados ao jacobinismo da capital, como Lauro Sodré e Barbosa Lima.

A sua influência foi tão forte que ele não conformava uma corrente política particular, mas uma “maneira” disseminada em variados agrupamentos políticos, informando também

formas diversas de associativismo do período. Dentre aqueles que se identificavam explicitamente como “positivistas” é amplamente reconhecida a importância da divisão que se estabeleceu após Miguel Lemos retornar, em 1881, de Paris, onde acompanhara as pregações dominicais de Laffitte para os proletários (ALONSO, 2002). Movimento cismático desde sua gênese, o positivismo ficou marcado pela divisão gerada pela obra tardia de Comte entre seus seguidores. Aqueles que se mantiveram fieis aos seus primeiros escritos, pregando a superioridade do conhecimento científico e a possibilidade de uma organização racional da sociedade a partir de postulados científico-filosóficos mas recusaram a virada religiosa de seu mestre, ficaram conhecidos como “científicos” ou “heterodoxos”. Os que seguiram Comte até sua proposta do positivismo como a “religião da humanidade” e, assim, iniciaram o culto propriamente dito realizado pelo Apostolado Positivista, ficaram conhecidos como “ortodoxos”. De acordo com Angela Alonso (1996), ainda que tal cisão não correspondesse exatamente ao caso brasileiro, posto que Miguel Lemos expurgou não apenas “científicos” mas também adeptos da obra tardia de Comte que não compactuavam com sua liderança, ela constituiu a visão canônica sobre o positivismo.

A cisma produzida por Lemos a frente do Centro Positivista Brasileiro ou Igreja Positivista, a partir de 1883, fez como que se divisasse um conjunto menor e mais coeso de positivistas “ortodoxos” reunidos sob sua liderança e ativos sobretudo na capital, enquanto a maior parte dos positivistas esteve mais dispersa em Partidos políticos e instituições espalhadas pelo país, muitas vezes mantendo uma relação menos rígida com o culto e recusando a versão religiosa da doutrina. Foram também os ortodoxos mais comumente criticados e ridicularizados como “fanáticos” ou “lunáticos” por seus adversários (CARVALHO, 1990). Essa divisão é relevante para a nossa pesquisa pois, como mostraremos, a relação dos anarquistas foi de maior proximidade e diálogo com o positivismo ortodoxo do Apostolado – como bem observara Lima Barreto – e não com o positivismo das instituições de ensino e pesquisa de maior prestígio da época, que desde o século XIX acolheram as teorias raciais produzida a partir de moldes evolucionistas (SCHWARCZ, 1993).

A relação do positivismo com o movimento operário e com a “questão social” de forma mais ampla não foi exclusiva do contexto brasileiro. Na própria gênese histórica das formulações de Comte estão heranças então bastante vivas do socialismo saint-simoniano, que iniciara seu Apostolado na década de 1830/40⁹⁵. Segundo Michelle Perrot (1978), a partir do *Cercle des Proletaires Positivistes* (fundado em 1863 por Fabien Magnin) formulou-se uma

⁹⁵ Ver, por exemplo, DURKHEIM, 2016. Para uma investigação filosófica e política do problema da emancipação operária a partir da experiência histórica do saint-simonismo ver RANCIÈRE, 2012.

política operária dos discípulos de Comte, influente especialmente durante do Segundo Império francês (1852-1870). Essa tendência positivista esteve presente nos principais debates do movimento operário da época, tendo participado dos Congressos Operários da década de 1870, onde Isidore Finance apresenta as principais propostas da concepção positivista para o sindicalismo. Dentre essas estava o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado, o uso das greves reivindicativas de aumentos salariais sempre que necessário, o desenvolvimento de enquetes e pesquisas estatísticas para melhor conhecimento das condições de trabalho dos proletários e, por fim, o investimento na educação das classes trabalhadoras, sobretudo enquanto meio de reforma moral de acordo com o avanço científico (PERROT, 1978, p. 202).

Como já indicamos, após as campanhas abolicionista e republicana, nas quais o positivismo contribuiu diretamente, o radicalismo político se espraiava em diferentes direções, vinculado tanto à configuração militar da República, quanto ao incipiente movimento operário. Porém, essa influência disseminada do positivismo nos movimentos políticos da época não permite derivar daí nenhuma unidade. No que diz respeito às correntes do movimento operário do Rio de Janeiro, a vertente positivista se situava em total oposição ao sindicalismo revolucionário encetado pelos libertários. Ainda que seja possível identificar o positivismo como vetor de difusão do cientificismo e do evolucionismo no movimento operário de modo mais geral (SCHMIDT, 2001), o grupo que ficou conhecido pela associação aos ideais de Comte foi o liderado por Saddock de Sá, fundador do Círculo dos Operários da União (1909) e do Círculo Operário Nacional (1916). A sua atuação, fundada na ideia de um Apostolado do Culto ao Trabalho, esteve voltada para a conquista de melhores condições de trabalho para os operários dos arsenais da Armada e outras oficinas estatais, defendendo a conciliação e recusando as formas de ação direta do sindicalismo mais combativo. De acordo com Batalha (1986), tais organizações barganhavam melhorias a partir de sua posição diferenciada como uma “clientela eleitoral”, se diferenciando do movimento operário pela proximidade com o poder público.

A posição dos positivistas sobre a questão social estava associada à sua ênfase na afirmação de uma modernidade urbana e industrial, que aproveitasse ao máximo o avanço científico para o ordenamento da sociedade. Segundo José Murilo de Carvalho, “a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a ideia republicana entre o operariado, especialmente o estatal” (CARVALHO, 1990, p. 27). Reconhecendo a legitimidade das demandas operárias, porém recusando as saídas revolucionárias e coletivistas – no que não se diferem dos franceses – o positivismo

aparecia como a solução menos disruptiva de reforma social, apostando suas fichas sobretudo na extensão da instrução pública e na valorização do trabalho.

Não era incomum, entretanto, que Raimundo Teixeira Mendes, braço direito de Miguel Lemos na Igreja Positivista e seu sucessor na direção a partir de 1905, viesse a público, em discurso ou em texto publicado na grande imprensa, sair em defesa das reivindicações operárias e mesmos de grevistas e militantes presos pelo governo republicano. Em 1890, Mendes entregara ao ícone do positivismo militar e “herói republicano” Benjamin Constant, então ministro da Guerra de Deodoro da Fonseca, um documento no qual era reivindicada uma pauta de direitos sociais bastante avançada para época (GOMES, 2005, p. 42). Quatro anos depois os positivistas protestaram contra a prisão de dez militantes do Centro Socialista Internacional de São Paulo, mantidos em cárcere por oito meses e ameaçados de deportação, exercendo decisiva influência para sua libertação (LEAL, 2006, p. 72). Em 1907 saíria em defesa dos carroceiros em greve na capital federal, mesmo que reconhecesse na paralização um recurso extremo (OLIVEIRA, 2009, p. 46).

No que diz respeito à relação com os anarquistas, contudo, mais importante do que as manifestações ocasionais do Apostolado a favor de determinado movimento reivindicativo, foi a relação mantida no âmbito do debate intelectual⁹⁶. Perseguir a controvérsia entre anarquistas e positivistas ortodoxos é uma forma de analisar como as doutrinas libertárias circularam na vida intelectual da capital. Se o aspecto mais associado ao positivismo dos jacobinos foi a defesa de uma “ditadura republicana” (CARVALHO, 1987), no debate entre positivistas ortodoxos e anarquistas a ênfase das divergências recairia sobre a suas propostas de solução da “questão social”, mas o debate demonstraria também os valores compartilhados entre uns e outros.

A principal fonte sobre as afinidades entre anarquismo e positivismo no âmbito intelectual é a revista *Kultur*, editada no Rio de Janeiro entre março e outubro de 1904, dirigida por Elísio de Carvalho. Sob seus esforços teriam se reunido para colaborar na revista um conjunto de intelectuais de prestígio e alguns jovens militantes anarquistas. A composição do grupo era apresentada no editorial como sendo “uma associação ideal de escritores, pensadores, sociólogos e cientistas de opiniões diversas, onde, sob uma forma cortês, cada um

⁹⁶ A reputação de Teixeira Mendes nas hostes libertárias e a relevância dos positivistas como interlocutores e mesmo como aliados dos anarquistas pode ser medida, por exemplo, na apresentação que lhe é feita no jornal *A Voz do Trabalhador* em julho de 1908. Em matéria sobre os esforços de articulação antimilitarista no Brasil, antes da reprodução de carta de Mendes saudando a iniciativa dos libertários diz-se que as suas “qualidades morais e intelectuais” são conhecidas de todos, e que ainda que estejam “em desacordo com alguns pontos da doutrina positivista” reconhecem que trabalham ambos pela causa da felicidade humana. *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, n. 2, 15/07/1908, p. 2.

exporá livremente suas ideias e cada um respeitará as alheias”⁹⁷. Em correspondência a Augustin Hamon na qual apresenta a iniciativa da revista, Elísio de Carvalho afirma que estariam juntos no projeto “todos os escritores radicais do Brasil”⁹⁸. Nas palavras do editorial, a revista deveria ser “inteiramente livre, independente e tolerante, não sendo órgão de nenhuma escola e de nenhum grupo, onde cada colaborador possa exprimir plenamente seu pensamento. A revista [...] não aceitará nenhuma fórmula e não rejeitará nenhuma opinião”⁹⁹.

Essa definição de publicação libérrima em termos de opinião disfarçava a orientação anarquista da maior parte de seus colaboradores. A *Kultur* foi, de fato, o primeiro periódico de orientação libertária em formato de revista mensal, com cerca de 10 páginas em cada número, a ser editado na cidade do Rio de Janeiro – se diferenciava, assim, do modelo típico de jornal operário, abrindo mais espaço para artigos de opinião e debate intelectual. Ainda que possuísse seções dedicadas às notícias do “movimento social”, ela se destacou pelo empenho em atualizar o debate doutrinário e colocar os intelectuais participantes em contato com outras revistas de mesmo tipo produzidas em outros países da América do Sul e da Europa.

Os primeiros números da *Kultur* trazem um alentado diálogo com os positivistas. Já na primeira página do número de estreia foi publicado o texto “A filosofia positiva”, de Kropotkin, no qual o já então famoso intelectual anarquista apresentava sua visão sobre o positivismo comteano. Após louvar o trabalho de Comte no que diz respeito às ciências matemáticas e reconhecer a necessidade histórica de uma filosofia que sistematizasse e unificasse os avanços científicos da época, Kropotkin rejeita o tratamento dado por ele às instituições humanas, em especial às “instituições modernas”. Além disso, recusa a proposta de uma “Religião da Humanidade” como algo que denunciava a presença de uma concepção moral ainda arraigada ao cristianismo, o que também estaria presente nos principais pensadores utópicos (Saint-Simon e Fourier)¹⁰⁰.

Em seguida, uma nota intitulada “Kropotkin e os positivistas”, que leva somente a assinatura do grupo editor da revista, comenta a popularidade dos escritos do anarquista russo entre todos aqueles que se dedicavam a “questão social”, notando especialmente que os positivistas, mesmo não sendo socialistas, não só o liam como o divulgavam. Referindo-se com respeito ao “ilustre sr. Teixeira Mendes”, conhecido pelos seus “hábitos de estudo e vasta competência”, relata que recentemente o vice-diretor do Apostolado dedicou-se, em uma de

⁹⁷ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.1.

⁹⁸ Ver carta de 10/03/1904, do acervo de Hamon no IISG, disponível em <<https://search.iisg.amsterdam/Record/ARCH00546>>.

⁹⁹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.1.

¹⁰⁰ “A filosofia positiva”, KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. 1.

suas prédicas dominicais na “pequenina capela da Humanidade” onde realiza seu catecismo, a elogiar o vigor das ideias de Kropotkin e o alcance de sua propaganda. Por tal motivo é que o grupo editor da revista escolhe abrir sua primeira edição com o texto do anarquista russo tecendo elogios e críticas ao pai do positivismo. Seria hora, então, dos positivistas aproveitarem a deixa e alargarem o seu catálogo de referências doutrinárias, inclusive para ver o quão limitada era a projeção utópica dos seguidores de Comte, que almejavam um “governo de banqueiros e sacerdotes da humanidade”¹⁰¹.

A pontuação crítica não passou despercebida ao círculo positivista ortodoxo da cidade e o número seguinte da revista trouxe uma carta do próprio Teixeira Mendes rebatendo a visão deficiente de Kropotkin sobre a doutrina, cujo conteúdo só conheceria superficialmente. O vice-diretor do Apostolado Positivista afirma que conhece a obra de Kropotkin desde 1892, introduzida então pelo próprio Miguel Lemos que recebia da Europa as suas principais publicações, como *A Conquista do Pão* e *Ajuda Mútua: um fator de evolução*. Não era recente, portanto, a sua citação nas prédicas dominicais. Mendes argumenta que os positivistas do Rio conheciam bem a doutrina socialista e comunista, mas que o próprio Comte já teria demonstrado como elas são ainda frutos de um desenvolvimento anterior à síntese positivista¹⁰².

Em seguida vem a tréplica dos editores de *Kultur*, respondendo exaustivamente a carta de Teixeira Mendes. O ponto central aqui é a acusação de que os positivistas mantinham uma relação *dogmática* com a obra de Comte, já que o princípio do “*magister dixit*” que Mendes buscava derivar da própria estrutura do cérebro humano, na realidade era o velho princípio de autoridade que pedia submissão cega dos seus crentes, tal como em outras religiões. Confundindo a “fé em tudo quanto é líquido e certo” com o “eterno e incondicional apoio a um filósofo”, os positivistas acabavam traindo o princípio do “livre exame” e do constante aperfeiçoar e desenvolver que seria próprio das doutrinas científicas. Enumerando os títulos honoríficos e o reconhecimento de Kropotkin na sociedade científica inglesa, os editores rebatem a desqualificação feita por Mendes às críticas do intelectual russo. Segundo eles, o próprio Kropotkin teria indicado que as limitações de Comte e Spencer eram derivadas do estágio de desenvolvimento científico de sua época, já que escreveram suas obras quando “a sociologia estava em embrião, o estudo antropológico das instituições humanas estava na infância, [...] não tendo podido recolher os resultados admiráveis acumulados pela ciência

¹⁰¹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. 1-2.

¹⁰² KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XIV.

atual”¹⁰³. Daí que a separação da obra de Comte em duas partes se justificasse, inclusive no olhar de prestigiados cientistas do final do século XIX como Gumplowicz, Wouboff dentre outros. Por fim, os editores citam longo trecho de artigo então recente de Kropotkin, publicado na edição de janeiro/fevereiro de 1904 da revista francesa *Les Temps Nouveaux*, em que o autor apontava a *convergência* entre sua concepção da evolução social rumo a anarquia e a visão de Herbert Spencer sobre a moral social. Para sanar as controvérsias abertas, o grupo editor chega a enviar uma carta ao próprio príncipe russo pedindo que ele intervenha de próprio punho no debate. Em outubro daquele mesmo ano seria publicada tradução do artigo completo sobre Spencer no efêmero periódico *O Libertário*, também editado na capital¹⁰⁴.

Os editores da *Kultur* não foram, entretanto, os primeiros a propor a *superação* do positivismo. Numa época regida pelo princípio do progresso, não seria de estranhar que a cristalização da doutrina positivista fosse vista como “algo superado” pelo próprio avanço do conhecimento científico disponível e pelas circunstâncias históricas objetivas. Historicizando os limites do positivismo, poderiam propor sua superação dentro dos marcos cientificistas do pensamento do fim do século. Tentativas semelhantes pululavam aqui e ali. No Brasil, o caso mais famoso foi o de Silvio Romero que publicou, em 1893, no auge do governo Floriano Peixoto, sua brochura intitulada *Doutrina contra doutrina* – uma crítica ao desenvolvimento do positivismo no Brasil e uma defesa das ideias de Spencer para pensar a formação nacional.

O segundo número da *Kultur* trazia ainda em destaque mais um artigo do próprio Kropotkin sobre o tema, intitulado “A Ciência Moderna e a Anarquia”. O autor buscava, então, apresentar o anarquismo *simultaneamente* como um resultado prático das experiências revolucionárias europeias (citando a Rev. Francesa, as jornadas de junho de 1848 e a Comuna de Paris) e do desenvolvimento científico dos últimos séculos. Logo no primeiro parágrafo enuncia que

os anarquistas, prosseguindo na obra dos filósofos do século passado (ingleses e Enciclopedistas) se esforçam por elaborar uma compreensão geral, mecânica, da Natureza, em seu todo, - abrangendo o desenvolvimento das sociedades humanas e seus problemas econômicos, políticos e sociais. Continuam assim, o trabalho das ciências naturais aplicando-os aos problemas sociológicos.¹⁰⁵

É assim, buscando se livrar do resto de “metafísica” e idealismo que ainda assombrava a análise dos fenômenos sociais, que Kropotkin apresentava os anarquistas como “os

¹⁰³ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XIV-XVIII.

¹⁰⁴ O LIBERTÁRIO, Rio de Janeiro, n. 1, 09/10/1904, p. 3. Novamente Spencer é apresentado pelos editores como “grande pensador cujas teorias, em muitos pontos, confirmam as previsões contidas nos princípios do ideal libertário”. Para uma discussão aprofundada sobre a relação entre Kropotkin e o pensamento evolucionista do século XIX ver os trabalhos de Alvaro Giron (2002; 2003; 2010).

¹⁰⁵ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XIII.

continuadores do grande movimento naturalista-materialista destes últimos quarenta anos”. Contra os absolutos que ainda pairavam nas doutrinas de Comte, Spencer e outros (a Lei, a Justiça, a Idéia Suprema, etc.) – para ele apenas palavras de efeito – o anarquista procedería como o naturalista que segue seus estudos sobre os fatos naturais indiferente aos arroubos retóricos, buscando desvendar as suas causas químicas e mecânicas¹⁰⁶.

Tal compreensão aparece disseminada em diferentes textos publicados na *Kultur* que buscavam basear as concepções políticas dos anarquistas em uma visão sobre a natureza que a ciência mais avançada da época estaria construindo. A anarquia vinha a ser, assim, a ordem natural das coisas, que a própria evolução da humanidade forçaria a reconhecer. Contra as leis artificiais e mesmo contrárias a natureza, que estariam levando a Humanidade à um estágio de decadência, inclusive moral, far-se-ia mister encontrar uma organização social que correspondesse às leis naturais. Tal organização teria se tornado possível pelo estágio avançado de cooperação e abundância que a era industrial e científica prometia. A associação entre anarquismo e evolucionismo não constituía singularidade do contexto brasileiro. Ela estava no centro do debate intelectual entre os libertários espalhados pelo mundo, sendo elaborada pela pena dos seus mais reconhecidos intelectuais, como Élisée Reclus (1830 – 1905) que publicara em 1897 sua brochura *L'évolution, la révolution et l'idéal anarchique*.

O debate com os positivistas prossegue em destaque no terceiro número da revista. Sob o título “Do positivismo à filosofia libertária”, publica-se uma contribuição recebida por carta e assinada por “C. B. d'Agoumer”. O texto se inicia com a seguinte passagem: “quando se estuda a filosofia positiva, sente-se e compreende-se que seu prolongamento direto conduz infalivelmente à filosofia libertária, isto é, à destruição sistemática do conceito de autoridade”¹⁰⁷. Em seguida, reconhece que Comte foi quem primeiro defendeu o caráter científico da sociologia e da moral, indicando que toda doutrina filosófica deve ser derivada do conhecimento das leis naturais. Passa então, a discorrer sobre as razões pelas quais o conceito de autoridade e de capital são “ilógicos”, posto que implicam em uma organização social que contraria as leis naturais para o funcionamento da sociedade. Os editores da revista explicam em nota que selecionaram essa carta pela afinidade com seu ponto de vista, mas que também Teixeira Mendes havia respondido com duas missivas, assim como outro positivista do Rio Grande do Sul. Prometiam, então, publicá-las em números posteriores, afirmando que “se vai tornando necessário reservar em nossa revista algum espaço ao pensamento dos

¹⁰⁶ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XIII-XIV.

¹⁰⁷ KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXI

nossos eminentes camaradas sobre a doutrina positivista, que tem com as nossas ideias vários pontos de contato”.

Ora, pelo que já foi exposto até aqui é possível afirmar que os editores de *Kultur* apresentavam o anarquismo como fruto do desenvolvimento científico do último século, como doutrina rigorosamente fundada no método científico tal como desenvolvido pelas ciências naturais. Mais importante, postulavam a relação entre positivismo e anarquismo como uma relação de *continuidade*, de aperfeiçoamento. Assim, aproximavam a tão falada “planta exótica” daquela doutrina que gozava de maior prestígio no meio intelectual brasileiro. A atenção dada nas páginas do periódico ao debate com os positivistas revela, então, tanto a compreensão do estatuto filosófico-científico da doutrina quanto uma aposta para o crescimento das fileiras libertárias, na medida em que fossem conhecidos os avanços dos teóricos anarquistas pelos sinceros positivistas “dedicados à questão social”, já que partilhavam de valores e propósitos comuns. Em seu estudo sobre a obra de José Oiticica, Teresa Ventura aponta que

Para Oiticica, a ciência emancipa o homem de todos os preconceitos e regras de ordem moral, social e cultural. É curioso notar que o mesmo tipo de mérito é atribuído à ciência pelo positivismo [...]. Para os positivistas, a educação e a ciência são os meios fundamentais de orientação da vida moral. Para Oiticica, a sociedade anarquista também se apoia num acordo moral e numa educação racional. Tanto a filosofia libertária quanto a positivista estão informadas por uma teoria da evolução social baseada no método de exatidão científica de apreensão do social. (VENTURA, 2006, p. 22-23)

Por ter circulado junto com as teorias científicas do momento, o anarquismo contou com a simpatia ou abertura de intelectuais de posicionamentos muito diversos. O crítico literário, jornalista e pedagogo José Veríssimo, um dos intelectuais de maior prestígio da Primeira República e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, chegou a contribuir no segundo número da *Kultur* com um texto intitulado “A questão social”, no qual reconhecia a marcha inevitável da destruição da sociedade atual. Apontando a efervescência inédita de doutrinas de “reforma social” no século XIX, reúne nomes tão díspares como Saint-Simon, Comte, Spencer, Fourier, Kropotkin, Marx, Le Play, Bakunin, Tolstói, Nietzsche e Lassale para dizer que, a despeito das suas “divergências, até de oposições, consideráveis de doutrina e de métodos”, haveria entre eles um ponto em comum: “a condenação da sociedade atual, a convicção da necessidade de reforma-la”¹⁰⁸.

Além disso, o tratamento dado às lideranças do apostolado positivista e seus discípulos pelos editores da revista, discrepando do tratamento que costumava ser dado aos “chefes

¹⁰⁸ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XVII.

socialistas” nas publicações anarquistas, pode indicar até que ponto havia um reconhecimento e respeito mútuo enquanto os “homens de ciência”/ “homens de letras”, cujo *status* social se distanciava em todo da promiscuidade da política, bem como permitia que as ideias mais revolucionárias fossem debatidas dentro de certo “decoro” intelectual condizente com o trabalho científico e o debate de ideias. No parágrafo que encerra a resposta dos editores de *Kultur* à carta de Teixeira Mendes, publicado no segundo número, lemos que

Concluindo nossas observações, devemos dizer que temos em muita conta os serviços prestados pelo Apostolado Positivista no Brasil. Em meio a desorientação dos nossos políticos administradores, e mais que isto, em meio o relaxamento dos costumes, a decadência moral e intelectual da vida brasileira, os positivistas formam um núcleo de estudiosos que olhamos com simpatia. Para cimentá-la, e não para destruí-la, esperamos que concorram estas nossas palavras¹⁰⁹.

O debate doutrinário com os positivistas não ficou restrito à *Kultur*. Dez anos depois, quando alguns intelectuais libertários editam a revista *A Vida, periódico anarquista* – também mensal e com artigos mais longos – a controvérsia voltaria à tona a partir de um artigo publicado por Primitivo Soares, em que o anarquista ataca as teorias “positivistas ou pseudo materialistas” que, em nome do “altruísmo”, pregavam o velho ideal de submissão à autoridade disfarçado de sacrifício à coletividade¹¹⁰. Os números seguintes da revista abrem espaço para réplicas de Teixeira Mendes e tréplicas dos editores, quando se esmiúçam novamente os pontos de convergência e divergência doutrinários. Chama atenção a enorme consideração com que é tratado o vice-diretor do Apostolado, novamente elogiado pela “capacidade intelectual”, pelos “dotes de coração” e “sinceridade de convicções”¹¹¹. Em um dos textos narra-se inclusive uma visita do positivista à redação da revista, na qual fica acertada a publicação de uma brochura de Mendes debatendo com os anarquistas como anexo da edição seguinte, o que realmente ocorreu, como indica o comentário crítico ao conteúdo da brochura publicado em março de 1915.

Isso posto, os anarquistas não deixaram de criticar as demagogias e hipocrisias dos que se diziam positivistas, especialmente no mundo do trabalho. A própria revista *A Vida* trouxe, no fim de 1914, anúncio de conferência de propaganda realizada por Orlando Correia Lopes no Centro Estudos Sociais, que trataria do tema “A moral positivista e a moral anarquista; o problema social do ponto de vista positivista e do ponto de vista anarquista”¹¹². A palestra, além de reconhecer o valor da obra de Comte e tratar das diferenças doutrinárias,

¹⁰⁹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XVI.

¹¹⁰ “O objetivo dos deuses e o ideal dos demagogos”, A VIDA, Rio de Janeiro, n. 1, 30/11/1914, p. 10.

¹¹¹ A VIDA, Rio de Janeiro, n. 2, 31/12/1914, p. 5.

¹¹² A VIDA, Rio de Janeiro, n. 2, 31/12/1914, p. 12.

aproveitava para criticar o engenheiro Trajano de Medeiros, que se apresentava como adepto do positivismo mas em cuja oficina eclodira uma greve por falta de pagamentos¹¹³.

Podemos sugerir, portanto, que no meio intelectual as afinidades entre anarquistas e positivistas falaram mais alto que suas diferenças – o que não é irrelevante, vista a centralidade da doutrina comteana na vida intelectual do período. Até mesmo em termos da construção simbólica, a figura do anarquista era pintada a partir do retrato do naturalista, dedicado sem peias às leis da evolução humana. Mesmo que essa auto-imagem não tenha conseguido desbancar a visão do anarquista como perigoso “estrangeiro dinamiteiro”, ela ajuda a revelar as formas de circulação das ideias anarquistas e o quanto elas estiveram embebidas do cientificismo disseminado a época.

3.2 Todos pela educação?

A relação com o positivismo também pode servir de porta de entrada para pensarmos as iniciativas libertárias no âmbito educacional. A configuração delineada acima nos ajuda a compreender a articulação envolvida na principal proposta educacional lançada pela revista: a Universidade Popular de Ensino Livre (UPEL). Dela tomariam parte um grupo de notáveis que, extrapolando o círculo de colaboradores da própria *Kultur*, agregou alguns dos principais intelectuais brasileiros do período. O principal objetivo da iniciativa, tal como apresentado já no primeiro número da revista, seria a “instrução superior e positiva”, especialmente “daqueles que a burguesia condenou ao ostracismo”¹¹⁴. Assim, a UPEL se particularizava dentre as diversas iniciativas educacionais que eram desenvolvidas tanto pelos anarquistas quanto por outros grupos políticos naquele contexto por se voltar ao ensino superior e não apenas a instrução básica. Em um contexto onde não havia previsão ou obrigação de oferta de ensino público, a educação foi uma das principais frentes de atuação do associativismo que vinha se desenvolvendo desde o século XIX, tanto por sociedades mutualistas e beneficentes quanto pelos sindicatos, envolvendo a criação de pequenas escolas e bibliotecas.

Como aponta Eduardo Lamela (2017), o modelo que inspirava os organizadores era o francês, onde na virada dos séculos XIX/XX, na esteira da repercussão do caso Dreyfuss,

¹¹³ O conteúdo da conferência foi apresentado em A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 67, 01/02/1915, p. 3.

¹¹⁴ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. IV.

centenas de intelectuais se envolveram em projetos de criação de Universidades Populares. Entre os anos de 1899 e 1914, as Universidades Populares teriam vivido seu ápice e se espalhado pela França, ainda que muitas tivessem vida efêmera, totalizando 230 iniciativas. Ela congregavam militantes e intelectuais de variadas extrações políticas, que comungavam de uma mesma crença na necessidade da extensão da instrução básica, do fortalecimento da educação popular com propósitos reformadores, mas que também tinham rixas e diferenças políticas que teriam levado ao declínio dessas experiências¹¹⁵.

O ensino na UPEL, seguindo os moldes franceses¹¹⁶, seria composto basicamente de conferências e palestras avulsas, além de cursos ministrados por palestrantes regulares. Não se tratava, portanto, de formar “bacharéis” diplomados em alguma carreira, ou de prover uma qualificação técnica-profissional. Nas palavras dos colaboradores da *Kultur*, o sentido era mais de “difusão do saber e da beleza sob todas as suas formas” para benefício da “cultura moral” e do “engrandecimento intelectual” dos trabalhadores¹¹⁷. As aulas ocorriam a noite, a partir das 19 horas. Na grade dos cursos oferecidos teríamos, “sociologia”, “moral”, “antropologia”, “geografia”, “história das civilizações”, “física”, “química”, “matemática”, “higiene”, “Direito”, dentre outras. Portanto, a “instrução superior” aqui muito pouco tinha a ver com a configuração que tomava o ensino superior nas Faculdades de Direito e Medicina, por exemplo.

As atividades da UPEL, porém, não se restringiriam ao ensino. Na realidade, ela se aproximava mais dos “Centros Sociais” organizados pelos libertários, como já vimos anteriormente no caso do Círculo Libertário Internacional (CLI) que funcionou no Rio de Janeiro no ano anterior. Além de um “curso d’ensino superior de acordo com a ciência moderna”, também estariam dentre os objetivos da Universidade a criação de uma biblioteca e “museu social”, a realização de conferências sobre os mais diversos assuntos, de “excursões científicas, artísticas e expansivas”, de concertos, representações teatrais e “festas campestres”¹¹⁸. Nesse sentido, ela deveria prover um espaço de sociabilidade que

¹¹⁵ Iniciativas similares também se espalharam por países europeus como Espanha, Portugal, Itália, Suíça e Bélgica, dentre outros. A imprensa carioca costuma noticiar a criação dessas Universidades Populares em pequenas notas. Por exemplo, O PAIZ, Rio de Janeiro, 25/02/1901, p.1.

¹¹⁶ No terceiro número da *Kultur* há nota que reproduz a notícia do lançamento da revista no periódico francês *Les Temps Nouveaux*, apresentado como “o decano da imprensa anarquista”. Nele a *Kultur* teria sido apresentada como “revista anarquista” que, junto com o projeto da Universidade Popular, expressaria o avanço do movimento após a tentativa de greve geral de 1903, cuja principal revelação teria sido que “a ignorância era a maior inimiga dos trabalhadores”. KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXVIII.

¹¹⁷ KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXVI.

¹¹⁸ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. IV.

ultrapassasse a função de instrução, sendo também espaço de construção política – porém, sem vinculação direta a partidos ou associações de classe.

Sem amarras ideológicas muito específicas, a UPEL buscou congregiar um leque bastante variado de intelectuais crentes na centralidade da educação para o progresso do país. O texto de apresentação da UPEL no primeiro número de *Kultur* falava em uma iniciativa constituída por “velhos e novos, proletários das escolas e das oficinas, trabalhadores intelectuais e manuais, irmanados pelo mesmo pensamento e tornados solidários para a ação social”. Mais a frente, pregava-se a “união necessária entre os que pensam e os que trabalham”¹¹⁹. De fato, o conselho de administração constituído no início de 1904 espelhava essa articulação, tendo a frente Elísio de Carvalho (diretor) e Manuel Curvello (secretário), dois “homens de letras”, mas contando também com alguns dos militantes anarquistas mais envolvidos com a organização sindical nas associações de classe, como Manuel Moscoso e Caralampio Trillas¹²⁰.

Para arrecadar fundos para o projeto, são realizadas “conferências preparatórias” desde o início do ano de 1904. A primeira delas ocorreu justamente no Centro das Classes Operárias, no dia 19 de março, presidida por Vicente de Souza e teria contado com palestras de Elísio de Carvalho, Rocha Pombo e Pereira da Silva. Durante dois meses o comitê de organização da UPEL promove conferências periódicas nos centros operários da cidade, distribuindo brochuras e panfletos de caráter doutrinário para a propagandear a iniciativa¹²¹. A sede do Centro Internacional dos Pintores e a Sociedade Operário do Jardim Botânico estiveram entre os locais em que se realizaram as conferências (LAMELA, 2017, p. 143). Os anúncios e notícias sobre a Universidade Popular apareciam na coluna operária dos jornais de grande circulação.

O início das atividades oficiais foi postergado algumas vezes. Quando finalmente se inaugurou a UPEL, no dia 24 de julho de 1904, o discurso de abertura ficou a cargo de Fabio Luz. Apesar de formado em medicina e atendendo regularmente no subúrbio do Méier, Luz ocupava pelo menos desde 1900 o cargo de inspetor escolar daquele distrito, sendo funcionário da Administração Municipal do Distrito Federal. Nesse mesmo contexto eram colegas no mesmo cargo intelectuais como Olavo Bilac e Manoel Bonfim¹²². Em seu discurso, Fabio Luz protestava contra o abandono da educação e faz referência ao *slogan*

¹¹⁹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. IV.

¹²⁰ KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXVI.

¹²¹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXVI.

¹²² Aos inspetores escolares cabiam algumas funções de direção administrativa das escolas de determinado distrito, bem como a participação em bancas avaliadoras de concursos e exames, organização de eventos festivos e pedagógicos, entre outros.

positivista no que tange à questão social, afirmando que “a república, em verdade, não foi aqui a incorporação do proletariado à sociedade moderna; tem sido bem ao contrário a sua exclusão. Aqueles que declaram lealmente que é cedo para educar a plebe são coerentes; defendem-se” (CARONE, 1979, p. 43).

O “ecumenismo” da UPEL é um indicador de como a proposta educacional dos libertários era recebida pelo meio intelectual mais amplo da época na capital da República. A nota assinada por Carlos de Miranda no terceiro número da revista afirma que “no mundo dos sábios e dos escritores ela [a UPEL] foi recebida com um carinho inexcedível”, recebendo “apoio incondicional” de alguns dos principais nomes da intelectualidade brasileira¹²³. Na listagem original de apoiadores da Universidade constavam nomes consagrados da intelectualidade republicana, como Silvio Romero e José Veríssimo (dois dos fundadores da Academia Brasileira de Letras¹²⁴), e políticos do “alto escalão” como Felisbello Freire e Érico Coelho (ambos médicos e escritores com extensa carreira política nas instituições republicanas, exercendo, à época, mandatos de deputado federal). Outros entusiastas eram então nomes em ascensão como Rocha Pombo (jornalista, professor e historiador que já havia publicado sua *História da América* e era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB), Eliseu Visconti (jovem pintor que seria consagrado poucos anos depois), além de Fabio Luz e o próprio Elísio de Carvalho. Até mesmo lideranças políticas adversárias dos anarquistas no movimento operário, como Vicente de Souza e Evaristo de Moraes, são listados dentre os apoiadores. De fato, o texto de apresentação publicado na *Kultur* justificava assim essa composição eclética do “corpo docente”:

A U. P. d’E. L. se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença nem de partido, a todos aqueles que aspiram a redenção total da espécie. Ela não é uma capela, uma igreja, uma nova sociedade política, senão um centro livre de ensino e de cultura, criado exclusivamente para empreender a educação social do proletariado. [...] O plano da U. P. é muito vasto e abrange todos os meios capazes de contribuir à educação dos sentimentos e a cultura das inteligências do humano ser.¹²⁵

O tom humanista da declaração e a visão redentora da educação estavam longe de serem exclusivas do grupo da *Kultur*. Porém, junto com essa versão redentora da educação, os textos também traziam a noção de *propaganda*, tão central na prática dos anarquistas, pela qual o trabalho da Universidade contribuiria para a constituição de uma consciência revolucionária entre os trabalhadores. Já no texto de apresentação afirma-se que “nenhuma

¹²³ KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXVI.

¹²⁴ Angela Alonso (2009) toma a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897) como um marco da “pacificação” do ambiente literário, marcando o fim do acirramento político que teria marcado a década de 1890.

¹²⁵ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. IV.

propaganda é mais fecunda do que essa nova forma d’ação que tão largamente se pratica do estrangeiro” e ainda que “no dia em que o povo tornar-se consciente, a questão social terá sua solução definitiva, e o papel dessa associação não é senão o de constituir uma consciência popular”¹²⁶. Esses dois sentidos aparecem justapostos no seguinte trecho da nota assinada por Carlos de Miranda:

A Universidade Popular interessa a todos os indivíduos desejosos duma ação superior e coletiva, interessa a todos aqueles que querem aumentar o seu saber e esclarecer sua inteligência, interessa a todos os amantes do progresso e a todos os que preconizam um ideal de felicidade universal, interessa principalmente ao proletariado, o *ornamento* das democracias futuras, afim de que ele seja digno da liberdade e do labor que lhe estão reservados numa sociedade melhor e mais bem constituída.

A Universidade popular é uma instituição utilíssima, criada especialmente para os trabalhadores que, se compreenderem a alta importância desse maravilhoso projeto, colherão os mais felizes resultados em benefício da sua cultura moral e do seu engrandecimento intelectual, ganhando assim *forças* para mais facilmente *libertar-se* da tirania que o explora¹²⁷. (grifos nossos)

A tensão entre a representação do proletariado como “ornamento das democracias futuras”, dado o caráter universal da “redenção” prometida, e como sujeitos da sua própria libertação em relação a “tirania que os explora” é um indício claro das ambivalências que atravessavam o projeto educacional da UPEL.

É importante notar que a centralidade dos projetos educacionais autônomos desenvolvidos pela militância libertária do período não estão desligados de um diagnóstico compartilhado por atores sociais muito diversos, e que incidia especialmente entre os intelectuais do período. Inclusive, outras iniciativas de Universidades Populares chegaram a ser idealizadas e ensaiadas por outras instituições, como o IHGB em 1901¹²⁸. De fato, a questão da educação primária ocupava o centro dos debates educacionais da Primeira República, em um período em que o analfabetismo atingia entre 84% (em 1900) e 75% (em 1920) da população (CANDIDO, 2006). Como já vimos, a reivindicação de instrução primária para todos estava presente nas pautas das diferentes colorações de jacobinos desde a década de 1890. Mas o problema parecia de tal modo evidente e gritante que era reconhecido por políticos de todas matizes. Comentando esse diagnóstico disseminado de que o analfabetismo e a ausência de instrução eram os principais males do país, André Botelho aponta que a defesa da educação era “objeto de convicção dos mais difundidos na Primeira República, para o qual concorreram tanto os critérios liberais e conservadores como, sobretudo, os positivistas” e que ela assumiu progressivamente o “estatuto de meio social e

¹²⁶ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. IV

¹²⁷ KULTUR, Rio de Janeiro, n.3, Floreal (Maio) 1904, p.XXVI

¹²⁸ O PAIZ, Rio de Janeiro, 16/12/1901, p. 1.

político da redenção do *atraso brasileiro*” (BOTELHO, 2002, p.23, grifos do autor). Constituía-se, assim, a “ideologia da educação como redenção do atraso” (Ibidem, p. 26) que atravessava os projetos políticos do período, conferindo sentido inclusive aos próprios intelectuais envolvidos nessa *missão*.

A despeito das promessas e expectativas de que as reformas educacionais realizadas no final do Império e início da República promovessem transformações relevantes nesse âmbito, alguns dos protagonistas do debate educacional apresentam suas frustrações já no início da década de 1900. José Veríssimo, por exemplo, publicou em 1890 o ensaio *A educação nacional*, em que clamava pela generalização da instrução como principal obra para o progresso do país. Porém, no prefácio à segunda edição de 1906, já classificava como ingenuidade a sua aposta de que o regime republicano traria grandes transformações da situação educacional. Em geral, a crítica mais recorrente no período recaía sobre o excesso de descentralização estabelecido desde o Império, pelo qual as províncias (e depois estados federados) ficavam responsáveis pelo ensino primário e técnico-profissional e a União pelo ensino secundário e superior (SCHUELER & MAGALDI, 2008).

Segundo André Botelho, “a desilusão com a República, contudo, não arrefeceu, mas, ao contrário, pareceu ter aumentado a convicção dos intelectuais em geral quanto a educação como a condição de redenção do atraso brasileiro (2002, p. 57). A crença na educação como principal meio para o progresso do país teria sido de tal forma disseminado que o autor trata-a como uma ideologia fundamental para o estabelecimento de uma visão mais otimista do país, especialmente em contraste com os dogmas racialistas. Isso porque a aposta na educação não respondia apenas à demandas de qualificação técnica da força de trabalho, a rigor pouco requisitada pela difusão de indústrias de baixa tecnologia, mas assumia o sentido de meio por excelência da reforma moral que era condição para a construção efetiva de um sentimento de nação.

A visão da educação como instrumento de *reforma moral* e redenção do atraso, portanto, atravessava diferentes concepções e agrupamentos políticos. A disputa se desdobrava sobre o sentido que tal reforma moral deveria assumir: ela devia disseminar o patriotismo e o sentimento de dever cívico, ou deveria estar a serviço de uma concepção libertária? Nessa disputa havia pontos em comum entre positivistas e anarquistas, por exemplo no que tange à influência religiosa sobre a educação. O anticlericalismo militante dos anarquistas combatia especialmente o controle da Igreja Católica sobre a instrução secundária, no que reforçavam o conhecido anticatolicismo do Apostolado Positivista. O avanço de uma concepção laica da educação durante a Primeira República costuma ser

creditado, dentre outros fatores, a pressão dos positivistas. O anticlericalismo, aliás, em grande medida compôs o campo libertário e aproximou intelectuais progressistas do anarquismo, como foi o caso de José Oiticica¹²⁹.

O projeto da Universidade Popular de Ensino Livre teve, porém vida curtíssima, durando apenas pouco mais de um mês, encerrando suas atividades na segunda quinzena de setembro. Durante esse curto espaço de tempo, teve duas sedes: a primeira na Praça da República nº 45 (próximo da estação Central) e a segunda na rua São José nº 15. O fechamento foi anunciado na própria revista *Kultur* do mês seguinte, naquele que também foi seu quinto e último número. As pesquisas mais recentes (LAMELA, 2017) não conseguiram desvendar por completo as razões de tamanha precocidade no desmanche da UPEL, mesmo para o padrão de efemeridade das iniciativas educacionais dos libertários e socialistas. Os documentos da época indicam que intrigas e disputas pessoais pelo controle do projeto estariam em jogo, colocando especialmente a “reitoria” de Elísio de Carvalho sob suspeita.

De qualquer forma, o que nos interessa é indicar a possibilidade de aproximação entre os libertários a frente do projeto da UPEL e figuras de prestígio do *establishment* republicano, que compartilhavam a crença na necessidade de projetos educacionais voltados para as classes trabalhadoras como forma de “elevação moral”. A possibilidade dessa soma de forças, ainda que extremamente efêmera, repousa naquele “ar de família” que o anarquismo, como vimos, mantinha com outras doutrinas filosóficas que adotavam o cientificismo como bandeira.

A própria definição do lugar e papel dos intelectuais na sociedade brasileira estava envolvida nesses projetos educacionais, na medida em que conferiam o status de missão à dedicação voluntária de construir iniciativas de generalização da instrução e disseminação dos saberes científicos por fora do Estado, a partir das iniciativas advindas do associativismo social. Como Paulo Arantes chama atenção em sua interpretação sobre o sucesso do positivismo no Brasil, formulava-se algo como o “mito compensatório da instrução redentora” que seria capaz de reverter a sensação de frustração e impotência que a permanência dos padrões de iletramento na era republicana ensejava entre os intelectuais. Segundo ele,

A lei *passé-partout* dos Três Estados lisonjeava em mais de um ponto nevrálgico o sentimento nacional vexado em permanência pelo cotejo obrigatório com os padrões europeus de civilização e cultura, assegurando pela voz da mais recente filosofia que

¹²⁹ Por sinal, Oiticica abriu em 1905 o pequeno Colégio Latino-Americano, em Copacabana, onde pretendia por em prática uma concepção pedagógica inspirada na École des Roches, de Edmond Demolins. Chega mesmo a trocar correspondências com o intelectual francês e contar como colaborador da revista *Science Sociale*, na qual é reproduzida a carta em que apresentava o colégio como uma “obra de patriotismo” e propõe interações entre os alunos brasileiros e franceses. Além disso, Oiticica também escreveu a Silvío Romero estimulando a utilização da sociologia de Le Play para a análise de Sergipe, visando publicação na *Enquête Sociale* aberta pelo periódico de Demolins. Romero responde com o texto *A Escola de Le Play no Brasil*, publicado em 1906. Ver ROMERO, 2001. Para a relação de Oiticica com Romero e Demolins ver FIGUEIRA, 2008.

não estávamos enclachados à margem do concerto das nações centrais por razões de inferioridade congênita, mas por mera diferença de fuso histórico; que apenas uma questão de tempo e paciência separava nossa juventude americana ainda "teológica" ou "metafísica" do estágio "positivo" para o qual caminhava a humanidade; de qualquer modo seguíamos o mesmo trilho evolutivo que fatalmente nos elevaria ao nível do século, está visto — aí o passo crucial — que não sem a indispensável colaboração da nova inteligência do país, cuja vocação educadora e dirigente as ideias de Comte vinham consagrar. (ARANTES, 1988, p. 190)

É possível sugerir, portanto, que havia uma *afinidade eletiva* entre o voluntarismo das filosofias libertárias que apostavam na transformação da consciência como elemento definidor do processo de revolução social e aquele mito da instrução redentora que estava disseminado na intelectualidade do país. Tal afinidade permitiu que intelectuais de variadas colorações políticas se envolvessem em projetos educacionais comuns, como é o caso da UPEL. Mas também colocava problemas que trataremos a seguir.

Focando no projeto da UPEL, não pretendemos dar contas dos diversos projetos educacionais nem das iniciativas levadas a cabo no período. A defesa do ensino racionalista e a crítica aos modelos religiosos e militares eram pilares da concepção libertária sobre educação, que conheceu expressivo desenvolvimento especialmente a partir do trabalho de Ferrer y Guardia nas “Escolas Modernas”, que chega ao Brasil no início do século XX (BILHÃO, 2016). No entanto, em regra as iniciativas educacionais associadas a agrupamentos anarquistas ou associações operárias foram poucas e frágeis. O caso mais conhecido foram as duas escolas modernas que funcionaram na cidade de São Paulo entre 1912 e 1919, ainda que seja discutível até que ponto elas conseguiram imprimir uma orientação didática realmente diferenciada (ROMANI, 2017). No Rio de Janeiro, a experiência mais duradoura foi provavelmente a Escola Operária 1º de Maio, que, de acordo com Silva (2015), funcionou em Vila Isabel entre 1903 e 1921.

3.3 Cientificismo e naturalismo

Determinismo e voluntarismo, indivíduo e coletividade, são pares que estão presentes no debate em torno de uma compreensão sociologicamente informada da política emancipatória/revolucionária, tal como os atores sociais a imaginavam naquele contexto. É daí que os significados da educação, enquanto produção de subjetividades, vai se tornar um terreno de disputas, ao mesmo tempo em que se compartilhavam certas referências e marcos

que constituíam o ambiente intelectual da época. Por falar em “ambiente”, aliás, podemos agora investigar algumas consequências dos marcos cientificistas em que o anarquismo foi pensado pelo grupo de *Kultur*.

Essas tensões constitutivas do pensamento libertário transparecem no debate doutrinário mais volumoso que se trava na revista, despertado pela polêmica entre Elísio de Carvalho e Neno Vasco acerca das concepções “individualistas” e “comunistas” do anarquismo. Em seu ensaio “O movimento anarquista no Brasil”¹³⁰, publicado o longo dos três primeiros números de *Kultur*, Elísio traça um quadro geral dos libertários, dividindo-os em duas categorias os “anarquistas comunistas” e os “anarquistas individualistas”. Entre os primeiros inclui nomes como Benjamin Motta, Neno Vasco, Fabio Luz, Manuel Moscoso e até Evaristo de Moraes. Teriam como horizonte a construção de uma sociedade futura sem classes nem autoridades, e se baseariam na ação direta, na greve geral, no sindicalismo como alavancas de uma revolução social. Em suas estimativas otimistas aponta que esta tendência, sendo a mais preponderante, contaria com cerca de dez mil militantes. Entre os individualistas, indica si próprio, Mota Assunção e Juan Mas y Pi. Seriam eles os “defensor[es] intransigente[s] da autonomia individual absoluta”, partidários da iniciativa individual e da livre cooperação. Enquanto Piotr Kropotkin é destacado como teórico dos primeiros, Max Stiner é alçado ao posto de mentor do anarquismo individualista. Em seguida, Elísio de Carvalho lista as principais publicações anarquistas publicadas no país até aquela data, destacando que naquele momento se mantinha em atividade apenas *O Amigo do Povo*, fundado por Neno Vasco, do qual era ele próprio um dos colaboradores.

A réplica do próprio Neno Vasco, intitulada “Individualismo + Comunismo (carta dum classificado)” surpreende. Inicia dizendo que não fundou o jornal supracitado, fato que atribui a dois militantes italianos que já não se encontram mais em São Paulo, e que jamais teria escolhido nome tão “democrático”. Em seguida, faz troça da ideia que haja dez mil comunistas no Brasil de então: “e eu no meio de tanta gente... Uff! Deixem-me sair, deem-me [sic] licença, meus senhores. Tenho sempre evitado os ajuntamentos: sofro de falta de ar, e o calor e a poeira incomodam-me”¹³¹. Apontando o exagero de Elísio, afirma que seria melhor tê-lo classificado entre os individualistas, ou melhor, deixa-lo “desclassificado”. Em seguida passa a expor como entende o anarquismo, para o qual a iniciativa individual e a livre cooperação constituem um método. Busca, então, uma forma de combinar aquilo que Elísio

¹³⁰ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. II e III.

¹³¹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XVIII e XIX. Para um retrato detalhado da personalidade de Neno Vasco, destrinchando sua timidez e seus problemas respiratórios, é indispensável a biografia escrita por Alexandre Samis (2018).

via como tendências discrepantes, associando individualismo e comunismo como partes de um mesmo processo: “A transformação será primeiramente individual. A transformação social será a soma das individuais e só valerá o que estas valerem. Uma e outra transformação não se separam no fim das contas: provocam-se, arrastam-se, continuamente a cada instante”¹³².

Na perspectiva de Murray Bookchin (1995), um dos principais teóricos libertários norte-americanos da segunda metade do século XX, o debate anarquista sempre envolveu uma tensão insuperável entre o caráter individual ou coletivo da emancipação. Esse debate é importante para nossa discussão na medida em que indica o papel central da emancipação *intelectual* no processo de transformação social tal como entendido por Neno Vasco nesse momento. Afinal, o que está em jogo na “transformação individual” é uma mudança de “consciência” – e, pode-se supor, de modos, hábitos, costumes – que distanciaria os indivíduos emancipados daquela condição disseminada de passividade e domesticação que recairiam sobre a “massa”. Por isso, na conclusão de sua réplica, é a oposição dicotômica entre o positivo (indivíduo) e negativo (massa) que ganha centralidade, sendo a anarquia o vetor que leva de um polo ao outro.

A mim parece-me que a anarquia veio pôr o indivíduo em frente ao rebanho – o indivíduo com as suas forças, as suas necessidades, as suas paixões. Onde só havia a massa – cujo bem era feito pelos políticos, que respondiam ao indivíduo que não tinham vagar para se ocupar dele, já haviam feito muito (murros no peito e berros) pelo povo, pela pátria, pela humanidade – a anarquia veio pôr o indivíduo, com o seu egoísmo, a sua iniciativa. Este estava submergido no mar confuso das cabeças de gado: a anarquia veio pesca-lo, separá-lo.¹³³

As referências ao “rebanho” e ao “gado” reforçam, no discurso militante, a condição de animalidade que predomina sobre a “massa”. Não é difícil reconhecer nessas passagens a coloração “naturalista” das representações invocadas. Ela apareceria ainda muitas vezes nas páginas de periódicos libertários, nas descrições que se fariam da combinação entre miséria, falta de organização e consciência política dos trabalhadores e a serie de “vícios” que tal condição engendraria – e isso tanto em textos ficcionais quanto em artigos de opinião.

Por exemplo, no pequeno conto “Na Morgue”, publicado por Mota Assunção na *Kultur*, o narrador descreve uma visita ao necrotério para visitar dois conhecidos seus falecidos em péssimo estado. A casa que abrigava os mortos que não tiveram a devida assistência médica se situaria na região mais antiga da cidade, próxima do Morro do Castelo,

¹³² KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XVIII e XIX.

¹³³ KULTUR, Rio de Janeiro, n.2, Germinal (Abril) 1904, p.XIX.

que se encontrava em estado de abandono e degradação. A população mais pobre que lá vivia é assim apresentada no texto:

pois é ao redor e nas imediações da ‘morgue’ que os últimos miseráveis, os últimos desgraçados fixaram residência. De maneira que, cerca de cinquenta monstros humanos de ambos os sexos, seminus, semi-mortos, leprosos e pestilentos, em promiscuidade íntima com o lixo e outros excrementos em decomposição, ali vão acabar de apodrecer.¹³⁴

Para além dessas descrições das figuras de fundo da cena, a brevíssima apresentação da história de vida daqueles dois defuntos estirado sobre o mármore – insuficientes para conferir qualquer individualidade aos personagens mas o bastante para indicar o destino fatal que a sociedade lhes impunha – não deixa dúvidas quanto ao uso do registro naturalista. A primeira, Clélia, era meretriz e morreu esfaqueada por um cliente que intentava roubá-la. Sua trajetória é descrita em poucas linhas “filha de um bandido de quem sua mãe era criada, fora, aos quatorze anos, prostituída por um dos filhos legítimos do seu próprio pai covarde e mascarado, a quem servia como escrava...”. O seu destino é apresentado literalmente como uma “fatalidade” que esmaga as esperanças ilusórias de uma vida feliz: “Pobre e ingênua criatura! Pois pretendias burlar-te das leis fatais e irredutíveis que o Homem descobriu na Natureza?”. O outro era Luiz, encontrado morto no quarto que habitava sozinho. Esse é descrito como um solitário, que fora criado longe do convívio familiar, “sem teto e sem berço”, ganhando apenas o necessário à sua sobrevivência, e que encontrara companhia apenas nos livros. Novamente o indivíduo desamparado é vítima do destino ao qual já estava condenado: “O seu nascimento fora anormal portanto, só a dor crua lhe reservara o mundo”¹³⁵.

O narrador ainda intervém, antes do final do conto, para raciocinar sobre as causas daquela degradação observada:

Sob o peso então duma dor inexprimível, esmagadora, subitamente compreendi o motivo, a razão de ser de todas as prescrições que os Mitos e os Costumes de todos os povos e de todos os tempos hão anteposto à união sexual. Com efeito: tudo isso não era mais que patuar surdo, misterioso e irredutível da férrea lei de população que, só modernamente, graças a Malthus e seus divulgadores, nos foi dado conhecer e perceber com clareza!¹³⁶

A adesão à explicação malthusiana da degeneração será explorada na segunda parte desta tese. Ela explicita de modo eloquente a tensão entre voluntarismo e determinismo. Mas por enquanto nos interessa apenas o perfil do intelectual e/ou militante libertário que se delinea no seu descolamento da “massa”. O uso das expressões mais ou menos animalizantes

¹³⁴ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. X.

¹³⁵ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. X.

¹³⁶ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. X.

não era mero adorno adjetivo. Naquele contexto, o naturalismo era entendido como parte fundamental de uma compreensão científica, sociológica dos problemas sociais. Seu mais reconhecido ícone, o escritor francês Émile Zola, figurava nas listas de leituras obrigatórias para os interessados na “questão social” em geral. Por isso, esse problema aparece também nas avaliações que são feitas, nas páginas de *Kultur*, do próprio movimento operário da cidade.

Na seção “Crônica Subversiva” encontramos uma avaliação do movimento grevista de 1903 em que os termos do debate entre Neno Vasco e Elísio de Carvalho parecem encontrar uma aplicação prática. Assinado pelo pseudônimo “Doutor Stockerman”¹³⁷, o texto entende a tentativa de greve geral deflagrada pelo movimento dos tecelões na cidade do Rio de Janeiro em 1903 como um marco da saída da situação de apatia, desorganização e falta de iniciativa que definiriam o “espetáculo desolador” do operariado local. Refirmando a greve geral como tática revolucionária por definição, o artigo pondera, contudo, que de nada valeria sua adoção sem que os trabalhadores estejam “educados”, “preparados”, dotados de “consciência” (como o operariado europeu e norte americano estaria) para “tornar efetivo este recurso supremo” com todas as “consequências e todas as fatalidades que ela deveria ter”. Dado o desencontro entre as expectativas depositadas na greve geral como estratégia para a “destruição do reino da exploração” e os resultados daquela experiência histórica concreta, preservava-se a crença na primeira e culpava-se aqueles que dele haviam feito uso. Assim, resume o autor,

É penível ver os operários no Brasil lançarem mão desta alavanca formidável, [...] sem no entanto conseguir benefícios positivos, resultando suas tentativas meros movimentos pacíficos, sempre um fracasso, uma panaceia quase, dado os moldes autoritários das suas organizações, a insuficiência de solidariedade, a falta de consciência, a ausência completa de iniciativas e orientação [...] A experiência, o nosso melhor mestre, nos tem demonstrado que os trabalhadores do Brasil, no miserável estado de ignorância em que se encontram e donde não serão arrancados tão facilmente, não podem por ora recorrer ao emprego da greve geral [...].¹³⁸

É no trabalho de conversão da “massa inconsciente” em “coletividade onde cada indivíduo seja uma personalidade consciente e livre, uma força consciente do seu próprio poder” que estariam depositados os esforços dos libertários¹³⁹. Mas aqui já se revela o problema organizativo que atravessou a prática dos anarquistas no movimento operário: como combinar o tempo da preparação, da organização da categoria, e o tempo da explosão

¹³⁷ Não resta dúvida da inspiração no personagem Dr. Stockmann da peça “Um inimigo do povo” (1882) de Ibsen. O compromisso do médico em revelar a verdade sobre as águas poluídas do balneário acaba fazendo dele persona non grata entre a população local. O personagem tem sido tomado como uma das imagens do livre-pensador que contraria o pensamento dominante. Agradeço a Andre Bittencourt pela referência.

¹³⁸ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. XI.

¹³⁹ KULTUR, Rio de Janeiro, n.1, 15/03/1904, p. XII.

revoltosa. Esse é um dos dilemas da auto-organização no âmbito sindical, que discutiremos no último capítulo.

A imagem do operariado local como “passivo” e ignorante, além de ser disseminada por muitos adversários do movimento operário e das ideias libertárias, reapareceria muitas vezes nas páginas da imprensa libertária. O próprio Elísio de Carvalho publicou, no número 2 do jornal *A Greve*, de 15 de maio de 1903, um texto que demonstra superlativamente essa contradição que estamos apontando. Intitulado “O operariado no Brasil”, o texto não economiza na verbosidade de matriz naturalista para pintar a imagem da classe que “em qualquer parte do mundo civilizado constitui uma força poderosa, um organismo vivo e ativo”. Já no Brasil, a situação seria completamente contrária.

O operariado no Brasil, por múltiplas circunstâncias, jaz numa completa *ignorância* e numa incoerência completa consigo mesmo: o que aos nossos olhos oferece um espetáculo demasiadamente *desolador* e *irritante*. Ele não sente a enormidade da sua desgraça na presente organização social onde não tem direito integral à Vida [...].

O operariado no Brasil *vegeta* em miseráveis condições de vida moral e de vida material. A sua situação econômica, como de todo o proletariado mundial, é acabrunhante: a sociedade não lhe proporciona os meios bastantes para nutrir o seu organismo. A situação moral é mais precária ainda: ele, diante da exploração das suas forças e das suas aptidões, não tem consciência desta injustiça clamorosa que a sociedade venal sanciona e defende. [...] é um ser *passivo*, uma multidão *domesticada*, sem ideal e sem rumo, sem ação, sem movimentos, sem vontade, parecendo mais uma *massa* indefinida, heterogênea, incoerente, amorfa, caótica, do que um organismo vivo, definido, formado, consciente e superior.

O operariado no Brasil, *por culpa da própria classe*, não goza nem da consideração que é devida a um ser humano, porque a ignominiosa moral burguesa proclama que o trabalhador é a mais ínfima das entidades sociais. [...]

É preciso, torna-se urgente, empreender a educação do operário, *cultivando-lhe o espírito e educando-lhe os sentimentos* por todos os meios proclamados pela Razão absoluta que não se vende e não se abaixa, porque o que estão fazendo aqueles que se dizem seus chefes e seus educadores é uma obra maquiavélica de perversão e corrupção¹⁴⁰.

Não espanta que este seja o último texto assinado por Elísio de Carvalho no jornal *A Greve* que, como já vimos, estava mais próximo do formato típico da imprensa operária¹⁴¹. As metáforas biologizantes do “organismo” aparecem associadas aí ao uso propriamente biológico do debate neomalthusiano (indicado na falta de nutrientes proporcionada pela aviltante condição econômica). Mas eis que no último parágrafo aparece a tal instrução redentora, mesmo que essa seja entendida fora dos marcos tradicionais, clamando por uma educação que não seja reprodução de preconceitos religiosos e manipulação política.

¹⁴⁰ A GREVE, Rio de Janeiro, 15/05/1903, p.1. Grifos nossos.

¹⁴¹ Como já indicamos anteriormente, a partir do terceiro número do jornal Elísio de Carvalho deixa de vir indicado como seu diretor. A partir daí é Pausilippo da Fonseca que passa a ter papel mais visível na direção da folha.

A influência do naturalismo na vida intelectual brasileira foi trabalhada por Antonio Candido a partir dos romances que tomavam como matéria literária a vida social de países subdesenvolvidos. O autor aponta, nas vicissitudes da inteligência informada pelos avanços científicos na época, alguns impasses do intelectual periférico.

Ainda aqui encontramos todos os chavões do tempo, marcando a ambiguidade do intelectual brasileiro que aceitava e rejeitava a sua terra, dela se orgulhava e se envergonhava, nela confiava e dela desesperava, oscilando entre o otimismo idiota das visões oficiais e o sombrio pessimismo devido a consciência do atraso. Sob este aspecto o Naturalismo foi um momento exemplar, porque viveu a contradição entre a grandiloquência das aspirações liberais e o fatalismo de teorias então recentes e triunfantes, com base aparentemente científica, que pareciam dar um cunho de inexorável inferioridade às nossas diferenças com relação às culturas matrizes (CANDIDO, 2010, p. 120).

De fato, Elísio de Carvalho foi o intelectual libertário que encarnou de modo mais gritante as ambiguidades daquele tempo, aderindo a filiações estéticas e políticas diversas e incompatíveis em sequencia. Sua trajetória não atraiu atenção por ser exemplar de determinado tipo, mas por ter expressado as contradições dos intelectuais radicais engajados no nascente movimento operário em seu grau mais alto.

Nascido em Penedo, estado de Alagoas, em 1880, estudou em Seminário religioso na cidade de Olinda (PE) antes de se mudar para o Rio de Janeiro em 1898, quando passa a colaborar com a imprensa local. Fundou revistas literárias, como a *Meridional* (1899), e assinou manifestos estéticos, como o *Manifesto Naturista* (1900), e colaborou em diversas publicações da imprensa carioca (dentre elas, *Brasil Moderno*, *Semana Ilustrada*, *Cidade do Rio*, *A Tarde*, etc). Além disso, como já vimos, foi diretor de periódicos libertários como a *Kultur* (1904), *A Greve* (1903), *Asgarda*, *O Trabalhador*, e colaborador de outros ainda como *O Amigo do Povo*.

Articular a atuação militante junto aos anarquistas e sua produção ensaística mais ampla tem sido um desafio para os estudiosos de sua obra. No âmbito da crítica literária, suas obsessões no debate estético-filosófico foram Oscar Wilde, Mallarmé e Nietzsche. Elísio de Carvalho publica em 1907 seu primeiro livro, uma reunião de escritos seus sobre a vida literária local, intitulado *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*, editado pela Garnier, mais prestigiosa editora da capital. Em seu depoimento a João do Rio na série de reportagens que ficou conhecida como “Momento Literário”, em 1905, Elísio divulgava ele próprio a imagem de um “devorador de brochuras francesas”, que “lia mais para satisfazer minha vaidade de homem lido do que para encontrar alimento necessário para o meu cérebro” (RIO, 1994, p.233). Quando perguntado qual obra sua preferia, o autor – que ainda não havia publicado nenhum livro – responde: “Não sei dizer-vos qual das minhas obras literárias a que

prefiro. O que sei é que a obra que representa melhor meus ideais é sempre a última que escrevo, porque procuro fazer da minha vida um evoluir permanente para a beleza e para a perfeição” (Ibidem, p. 240). Mas ainda aí o autor declarava adesão ao anarquismo, a favor da qual teriam contribuído suas leituras de Zola, dos socialistas (Proudhon, Bakunin, Kropotkin, etc.), e dos alemães (Max Stiner e Nietzsche). A visão utópica de um “mundo novo, onde as relações sociais serão fundadas, não mais sobre a rotina e a arbitrariedade, mas de acordo com as leis do viver integral e a dignidade humana” expressaria o ideal da anarquia, entendido como “um fenômeno que a ciência constata como inato na natureza e uma ideia orgânica no homem” (RIO, 1994, p. 235).

Porém, após atuar em algumas iniciativas libertárias e engajadas no início do século, Elísio de Carvalho ingressa em março de 1907 no Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Rio de Janeiro, encarregado na Seção de Informação – fato que tem sido tomado como marco de seu afastamento em relação a militância anarquista¹⁴². Em 1911 chegava ao posto de diretor daquela repartição, herdeira do Gabinete Antropométrico fundado no Império. No ano seguinte, 1912, esteve diretamente envolvido com a criação da Escola de Polícia, da qual foi um dos idealizadores. Durante esse período contribui com publicações no *Boletim Policial* e outras revistas especializadas, tornando-se “o mais ativo de todos esses escritores envolvidos com as reformas na polícia carioca” (GALEANO & OLIVEIRA, 2017, p. 9), advogando a necessidade de modernização da instituição, de uma “polícia científica” para enfrentar a criminalidade moderna. No seu livro *Five o'clock*, publicado em 1909, o autor já explicitava seu rompimento com o anarquismo, tratando-o como um “acervo de falsas ideias filosóficas e morais” e afirmando que qualquer transformação social radical deveria ser “obra de uma aristocracia esclarecida, prudente e criadora” (CARVALHO, 1909 *apud* GALEANO & OLIVEIRA, 2017, p. 20).

Carlo Romani (2002) retoma o debate sobre a autenticidade da adesão de Elísio de Carvalho ao anarquismo. A partir de um artigo publicado em São Paulo no jornal *La Battaglia*, em 1908, que denunciava Elísio como um agente policial infiltrado, Romani levanta a hipótese de que a atuação de Elísio no movimento anarquista teria sido um disfarce capaz de enganar até mesmo importantes militantes da época e historiadores do anarquismo. Segundo *La Battaglia*, Elísio estaria pedindo a expulsão de militantes anarquistas imigrantes e incitando perseguição ao periódico *A Terra Livre*¹⁴³. Ainda que não seja possível descartar

¹⁴² Ver RODRIGUES, 1995; GALEANO & OLIVEIRA, 2007.

¹⁴³ Não foi possível localizar o artigo de Elísio de Carvalho referido pois a coleção do jornal *O Diário* não está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

essa possibilidade, gostaria de sugerir outra leitura. O vasto leque de contatos estabelecidos por Elísio, que passava por alguns dos principais nomes do anarquismo no mundo como Augustin Hamon e por revistas libertárias europeias e sul-americanas, além do depoimento dado por Fabio Luz já na década de 1930 (após a morte de Elísio em 1925) no qual continua se referindo com carinho ao antigo amigo parecem diminuir a probabilidade de ter sido sempre um infiltrado¹⁴⁴. A meu ver seria mais interessante procurar as razões do abandono das ideias anarquistas no aprofundamento da ideia de decadência e degeneração, que estava ligada ao debate libertário através do neomalthusianismo, como já vimos. Além disso, se tratando de Elísio de Carvalho faz mais sentido levar a sério o seu quase hilário caráter camaleônico e ambíguo, reconhecendo aí a versão mais vacilante da dupla inscrição social dos intelectuais que frequentavam os salões da “alta sociedade” e as sedes dos sindicatos e associações de classe¹⁴⁵.

O mais importante estudo sobre Elísio de Carvalho, que percorre suas publicações desde a virada do século até a década de 1920, é o realizado por Antonio Arnoni Prado em *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. Nele Elísio assume lugar de destaque como representante da elite intelectual que buscava assimilar estilisticamente os projetos de renovação estética e as ideias novas trazidas pelas vanguardas europeias ao mesmo tempo que reforçava o pacto oligárquico-conservador da Primeira República – visto aqui na defesa da unidade nacional e no “‘mito do cidadão armado, liberal e idealista’, responsável pelo surgimento do inconformismo ordeiro e disciplinado decorrente da mentalidade reformista dos militares enquanto grupo urbano organizado” (PRADO, 2010, p. 20). Dito de outro modo, Elísio seria expressão plena dessa “minoría ilustrada” que, desvinculada dos movimentos sociais que poderiam quebrar o pacto conservador, busca fazer do seu radicalismo um meio de afirmação social, na medida em que se apresenta como simulacro do modelo europeu e como responsável pela educação do povo ignorante. Desse modo, seu radicalismo não passaria de retórica e se configuraria algo como um

¹⁴⁴ No seu “testamento libertário”, Fabio Luz narra seu encontro com Elísio na livraria Garnier, da qual surgiu uma “segura amizade” entre os dois. Faz referência ao “anarquismo individualista” do amigo, inspirado por Stiner e Nietzsche, e à sua atuação na UPEL e na *Kultur*, que classifica como “francamente anarquista”. Não o acusa de ter sido responsável pelo fechamento da UPEL e não emite nenhum juízo de valor ao comentar sua entrada no Gabinete de Identificação Policial. Ver PRADO; HARDMAN, 1985, p. 208-214.

¹⁴⁵ A colocação em cargo público na municipalidade provavelmente estava associada ao círculo de influência em que Elísio tinha entrada. Um indício é a sua presença no almoço oferecido pelo então prefeito Pereira Passos (dois meses antes de deixar o cargo) ao diplomata venezuelano general Uribe y Uribe, em setembro de 1906. A fotografia tirada por Augusto Malta dos notáveis presentes, entre os quais Joaquim Nabuco e Machado de Assis, pode ser encontrada em PRADO, 2010, p. 16.

“revolucionário das elites” (Ibidem, p. 26), cujo anarquismo recebe de Prado a qualificação de “elitista”.

Não reconstruiremos aqui todas as mediações envolvidas no argumento de Prado, que está voltado para a análise mais ampla da trajetória que ligaria esse tipo de intelectual e de formulação estética-ideológica expressa no trabalho de Elísio de Carvalho à vertente “verde-amarelista” do modernismo de 1922 e, mais tarde, às concepções integralistas da década de 1930¹⁴⁶. Para o nosso interesse aqui cabe apenas anotar que o trabalho de Arnoni Prado problematiza consistentemente o significado da adesão de intelectuais das “elites ilustradas” às ideias revolucionárias da época. Porém, a meu ver cabem duas ressalvas importantes. Em primeiro lugar, Prado não trabalha diretamente com os periódicos libertários em que Elísio de Carvalho contribuiu, preferindo concentrar-se nos livros publicados pelo autor em vida, onde estavam formuladas suas propostas estético-literárias. Assim, praticamente toda a dimensão da atuação de Elísio de Carvalho em iniciativas como a revista *Kultur*, a Universidade Popular de Ensino Livre e o jornal *A Greve* não recebem atenção do autor e não são discutidos para qualificar o significado da sua adesão ao anarquismo. Em segundo lugar, dado o caráter transversal da análise de Prado, que abarca mais de três décadas e diferentes gerações intelectuais, sua análise se restringe aos textos de Elísio de Carvalho, e não trata de outros intelectuais que partilharam dos mesmos engajamentos, como Fabio Luz ou José Oiticica, por exemplo. Assim, a análise de Arnoni Prado não dá conta das diferenças que podem ser observadas entre os diferentes intelectuais e de certo modo fecha os significados de sua atuação em uma trama muito cerrada à dominação social (vista de um ângulo estrutural). De todo modo, seu trabalho nos chama atenção para o fato de que o prestígio das ideias modernas e o elitismo da vida intelectual, em situações de dependência cultural, são fatores decisivos para a resolução das propostas de ruptura estética e política.

Elísio de Carvalho constituiu, certamente, o caso extremo do perfil de intelectual que carregava na sua adesão passageira aos ideais anarquistas uma dose de elitismo. Mas essa ambiguidade não lhe foi exclusiva. Podemos pensar também nessa chave algumas declarações de José Oiticica, intelectual que esteve vinculado ao longo de toda a vida com o projeto anarquista, e que jamais renegou essa filiação. Os “Princípios e fins”, redigidos em 1919 por Oiticica para a recém-criada organização anarquista-comunista, abordavam temas tão diversos

¹⁴⁶ O aspecto contraditório da produção intelectual se aguçaria com a publicação de *Esplendor e decadência da sociedade brasileira* (1911) e *Brasil, potência mundial* (1919), essa última já voltada ao elogio das promessas civilizatórias da incipiente siderurgia nacional, que o autor agora verificava já na posição de empresário do *Monitor Mercantil*. Publicaria ainda em vida outras obras de acentuado teor nacionalista e explícita vinculação conservadora.

como a organização econômica da sociedade, a configuração familiar e matrimonial, o modelo educacional, a distinção entre os prazeres prejudiciais e os proveitosos, dentre outros. Cumpre destacar aqui o item XXXV do programa: “O fim mais alto do comunismo é a elevação da plebe aos sentimentos e gostos aristocráticos, substituindo, assim, a democracia atual grosseira por uma aristocracia humana geral”¹⁴⁷. José Oiticica repetiu essa máxima muitas vezes ao longo de sua vida. A sua ambiguidade fundamental está justamente no fato da negação da atual ordem de privações e interdições que compõem a condição “plebeia” ser apresentada como aproximação ou “elevação” aos sentimentos e gostos aristocráticos, apresentados como um ideal a ser generalizado – o que acaba fazendo elogio involuntário da aristocracia. Teresa Ventura (2006), analisando os escritos estéticos e didáticos de Oiticica, destaca sua defesa radical do classicismo e do parnasianismo, tendo sido combatente feroz do modernismo literário e da ideia de uma politização da arte. Como catedrático do Colégio Pedro II a partir de 1916, cultivava a erudição clássica, o domínio do latim e do grego.

Sem entrar no mérito das posições defendidas por Oiticica, é nosso interesse perguntar pelos problemas que tal inserção do anarquismo dentro do ambiente intelectual carrega consigo. A referência constante à sociologia como ciência atrelada aos propósitos revolucionários pode indicar bem a tensão em jogo, dado o peso, naquele contexto, de teorias deterministas de variadas cepas postulando desigualdades senão inatas (biológicas) pelo menos incontornáveis e, portanto, esvaziando qualquer primado da agência humana na transformação social. Devemos estar atentos ao potencial mistificador embutido naquela “ideologia ilustrada” (CANDIDO, 2011, p. 176), ainda mais pelo forte contraste, carregado de hierarquias, entre os intelectuais amantes da ciência e das artes e a “massa” iletrada dos trabalhadores. Além disso, ainda que o cientificismo fosse tido como valor essencial ao pensamento libertário, não havia meios disponíveis aos intelectuais engajados para o desenvolvimento de pesquisas científicas propriamente ditas, pelo menos na sua configuração mais institucional. De modo que a retórica de valorização da ciência está muito mais ligada à propaganda de uma nova “visão de mundo” e à replicação de doutrinas sociológicas ou antropológicas produzidas alhures. Como mostra Luiz Costa Lima (1997), mesmo a obra que, à época, era considerada a melhor tentativa de analisar o nosso povo com o rigor exigido dos métodos científicos – *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha¹⁴⁸ – reproduzia uma atitude “copista” em relação às teorias produzidas pela ciência europeia, a despeito das

¹⁴⁷ SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 3, 16/08/1919, p. 1.

¹⁴⁸ O prestígio de Euclides da Cunha nos círculos libertários pode ser atestado por diversas referências elogiosas a sua obra, especialmente *Os Sertões*, bem como pela reprodução de trechos deste livro e outros artigos avulsos no periódico *A Guerra Social*, por exemplo. Ver edições n.24 (21/08/1912) e n.32 (26/10/1912).

incongruências e contradições que a sua própria observação encontrava. Assim, a valorização da ciência estava muito mais associada a uma disputa no âmbito ideológico e educacional, mais especificamente ao modelo do que se chamava então de uma educação racionalista, desprovida dos preconceitos religiosos e afastada do modelo hierárquico da educação cívica das escolas militares.

Sobre esse problema, vale recuperar a observação de Roberto Schwarz em seu ensaio “Outra Capitu”, no qual investiga a prosa de Helena Morley como uma figura particular de “atitude esclarecida sem alinhamentos automáticos de classe” – o que obviamente guarda alguma relação com aquilo que se espera encontrar na produção intelectual dos anarquistas. Refletindo sobre o papel do cientificismo no contexto pós-abolição, o crítico afirma que

Não há dúvida quanto ao ímpeto de luta das convicções evolucionistas, que arremetiam contra o providencialismo católico e a idealização da ordem tradicional. Mas a sua virtualidade legitimadora num país que, levado a cabo a Abolição, não pensava trazer os seus pobres à cidadania, também é evidente. [...] Digamos então que a fisionomia desastrada da prosa cientificista entre nós se prendia a esse núcleo regressivo, em que a disposição ultracrítica inclui uma parte de deslumbramento complexado e autoritário, além do fatalismo. Embora nem todos vejam assim, não há como desconhecer o funcionamento obscurantista da terminologia técnico-arrevesada. O uso do vocabulário esotérico, impregnado de pseudociência, preconceito corrente e dogma à antiga, a que não falta a nota parnasiana, credenciava o escritor como sócio da elite mundial dos sabedores, e o incluía também na camada dos homens que deveriam mandar no Brasil, não fossem as injustiças de sempre. Ao passo que os pobres objetos da conceituação naturalista ficavam colocados a uma distância que não dá margem a réplica” (SCHWARZ, 1997, p. 114-115).

Esticando um pouco mais o argumento do autor para o tema que nos interessa, não parece totalmente descabido propor que também as doutrinas revolucionárias de algum modo tiveram, para a parcela mais inconformista da intelectualidade da época, algo do *brilho* que a configuração provinciana da vida intelectual periférica emprestava às ideias modernas como um todo, enquanto ideologia mistificadora. Porém, longe de ser sem consequências, a adesão e participação nas fileiras da imprensa e da militância anarquista tinham efeitos bem reais, inclusive pela repressão policial. De modo que também podemos ler a reivindicação de cientificidade do discurso libertário como forma de legitimação tanto no campo intelectual quanto no político, no que diz respeito às formas de mobilização e conflito estimuladas pelos anarquistas. Afinal, tratava-se de corrigir uma sociedade que estava assentada em leis artificiais e contrárias à natureza, o que provocava degradação e decadência.

No caso dos libertários, além da mera declaração de princípios, essa tendência à mistificação e ao elitismo que a inscrição cientificista comportava era contrarrestada pela própria configuração do movimento e de sua imprensa, tendo o jornal como veículo por excelência da produção intelectual anarquista. Colocando lado a lado alguns intelectuais mais

ou menos ilustres e nomes absolutamente desconhecidos dos meios literários, para não falar da enorme parte dos textos que vinha sem assinatura alguma ou apenas com o substantivo genérico da categoria (“um sapateiro”), os periódicos anarquistas estavam organizados a partir de um princípio democratizante da escrita¹⁴⁹, aquele que subverte a divisão social entre quem pode e quem não pode falar. Jacques Rancière chama essa súbita democratização pela participação na palavra escrita, que podemos associar a centralidade do “capitalismo editorial” na modernidade política (ANDERSON, 2008), de “doença da escrita”. Segundo ele

Os filósofos da monarquia, de Hobbes a Burke, denunciam essas palavras vazias e essas frases desviadas do uso que os incitadores de sedição vão buscar no texto dos oradores antigos ou nas páginas do texto sagrado, para transformá-las em armas nas mãos de homens sem importância, que nada têm a ver com a política. Os homens do Século das Luzes e os fundadores da escola republicana alarmam-se com a inquietação da ‘desclassificação’ que a circulação do livro e os sonhos que ela alimenta trazem ao curso das existências dedicadas ao trabalho. (RANCIÈRE, 2017, p. 10-11).

Portanto, há uma tensão, no âmbito do pensamento libertário, entre dois princípios aparentemente contraditórios de coordenação social relativo ao *uso* da palavra: o “científico”, que tende a ser hierarquizante e excludente (sobretudo em uma sociedade de letramento tão restrito), e o “democrático”, que apostava na abertura da palavra como arma subversiva de emancipação social. Ainda que tais princípios não se apresentem nos materiais de forma disjuntiva, eles podem ser apreendidos na conformação do discurso na medida em que o proletariado é ao mesmo tempo “objeto” de análise/avaliação (como vimos nas caracterizações quase naturalistas do grupo de *Kultur*) e como “sujeito” que toma a voz e cuja dignidade o uso da palavra (e a participação na vida intelectual) restitui. A articulação desses dois princípios era possível através de um código social que tornava solidários (“companheiros”) indivíduos em posições sociais distintas que compartilhavam o devotamento sincero às causas populares. Quando essa sinceridade é posta em dúvida, o rótulo de “chefe” ou “oportunista” pode recair mesmo sobre um intelectual que antes era visto como companheiro dos explorados. De certo modo, é isso que ocorre quando, na percepção dos militantes, a arrogância dos intelectuais fala mais alto que o companheirismo desinteressado. E o individualista Elísio de Carvalho não foi o único a receber tais críticas.

Buscando indícios da tensão entre esses dois princípios nos periódicos selecionados neste trabalho, encontramos três situações boas para pensar. O número de 5 de março de 1915 do jornal *A Voz do Trabalhador* trouxe um artigo do militante anarquista Lebindo Vieira no

¹⁴⁹ “Ora, a escrita é aquilo que, ao separar o enunciado da voz que o enuncia legitimamente e o leva a destino legítimo, vem embaralhar qualquer relação ordenada do fazer, do ver e do dizer. A perturbação teórica da escrita tem um nome político: chama-se democracia” (RANCIÈRE, 2017, P. 9).

qual criticava o responsável pela coluna operária do diário *A Época*, que assinava sob o pseudônimo Cezario Paepinho¹⁵⁰ e também se declarava anarquista. Vieira se insurgia contra a ideia de que

o mísero operário, extorquido, vilipendiado e esmagado pelas mil engrenagens do mecanismo social que o flagela, não pode protestar nem externar seu pensamento sem que seja senhor absoluto dos domínios da gramática, e sem que haja manuseado grandes obras de autores famosos no vasto campo da sociologia!...¹⁵¹

O texto de Paepinho a que Vieira faz referência foi publicado em 22 de fevereiro sob o título “É necessário conhecermos a nós mesmos”. Nele partia da triste constatação de baixíssima instrução dos operários em sua grande maioria para clamar por maior dedicação aos estudos: “Sustento, pois, que quem quiser discutir, escrever, doutrinar, avançar ideias, destrinchar problemas, firmar teorias e, em suma, saber alguma coisa, deve estudar incansavelmente durante todas as horas que tenha disponíveis [...]” Em seguida, critica como

um dos grandes defeitos de muitos dos nossos companheiros, desses que, às vezes, mal blasonam de anarquistas, é que, pelo simples fato de lerem um folheto de Kropotkine, de Fauré, de Grave, ou de outro escritor libertário, já se julgam com o direito de discutir todas as coisas deste mundo e a metade do outro. Mas isso, absolutamente, não é assim. Para doutrinar a multidão é absolutamente necessário saber escrever e o que se vai escrever. Daí a necessidade de estudar e ler muito, mas muito mesmo [...].¹⁵²

O texto de Paepinho passava longe do léxico naturalista empregado por Elísio de Carvalho para ressaltar a ignorância do proletariado. Ainda assim, após ressaltar a importância do estudo da gramática e da prática da leitura para o desenvolvimento da escrita, defende que “as nossas revistas e jornais devem ser feitos e colaborados pelos nossos companheiros mais competentes, isto é, pelos mais capacitados, estudiosos e instruídos”. Talvez essa orientação final tenha irritado ainda mais Lebindo Vieira, posto que é contra esse regime de superioridade dos que detém, como Paepinho, “noções rudimentares de gramática, sociologia ou qualquer outra mixórdia”, que ele se insurge:

Seria, em tais circunstâncias, o predomínio dos pretensos *sabicholas* impedindo a expansão dos que, açoitados pela prepotência, o desejassem lançar sua interjeição de ódio contra a minoria parasitária, procurando, na medida de seus conhecimentos, contribuir com suas energias para essa causa comum em torno da qual devemos-nos congregamos irmanados e resolutos, sem nos preocuparmos com seleções de intelectualidades. [...] Por conseguinte, devemos admitir a manifestação ampla de todo indivíduo, sem lhe indagarmos de onde vem, se é *sabichão* ou ignorante, competindo tão somente aos mais lúcidos, com carinho e amor, aventar ou assimilar aquilo que a experiência lhe haja sugerido, que assim surgirá em todos os cérebros a noção de razão e consciência.¹⁵³

¹⁵⁰ Referência ao médico e militante socialista César de Paepe, membro da AIT.

¹⁵¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 68, 05/03/1915, p. 1.

¹⁵² A ÉPOCA, Rio de Janeiro, 22/02/1915, p. 6.

¹⁵³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 68, 05/03/1915, p. 1-2.

A passagem ilustra com nitidez o princípio democratizante e igualitário – congregando os desiguais irmanados no amor – que deveria orientar a participação operária na imprensa e nos espaços de discussão do movimento anarquista. A categoria “expansão” utilizada por Vieira para a qualificar tal participação é particularmente feliz na quebra do confinamento mudo a que estaria confinado o trabalhador de acordo com a divisão do trabalho, ou, para utilizar outra expressão de Rancière, de acordo com o regime de partilha do sensível. A contraposição em relação ao texto de Paepinho é tão aguda que Vieira chega a inverter a relação mais frequente entre o saber e a ignorância, afirmando que não é necessário ao trabalhador revoltado conhecer teorias que “na maioria das vezes, não passam de meras fantasias criadas por cérebros despreocupados que jamais sentiram ou auscultaram as misérias sociais”, completando que “quem conhecer as coisas praticamente, pouco ou nada necessitam de teorias”.

Ora, tal oscilação, indo da apologia da instrução redentora à crítica ao intelectualismo elitista, é reveladora das tensões que buscamos indicar. Atritos entre as pretensões intelectuais e as pressões imediatas do cotidiano também podem ser encontradas em outros fragmentos da imprensa libertária. Já em maio de 1903, o jornal *A Greve* trazia pequeno artigo assinado por Claudio Mourão que abordava o problema numa prosa francamente ácida. Em seu comentário da situação atual, ele atacava aqueles políticos que usavam os trabalhadores como “instrumentos eleitorais”, mesmos quando esses “candidatos” viessem das próprias fileiras operárias, já que também aí se insinuariam os que querem “subir a custa dos seus companheiros de fadiga”. Mas a sua crítica se voltava também ao próprio grupo dos anarquistas do qual se declarava parte. Indignado com a falta de empenho na construção de sociedades de resistência (sindicatos) que travassem a luta econômica em um país onde “oitenta por cento dos operários [...] trabalham diariamente de 12 a 13 horas”, o autor afirma:

Eu não concebo como há anarquistas que aspirando a um maior bem-estar, a uma transformação completa da sociedade, não se irritam com o que contemplamos hoje, sem que nada se faça para o evitar. Há um pouco de misticismo nisso de desprezar a parte pelo todo; o anarquista que tudo espera do grande dia tem certa semelhança com aqueles infelizes místicos que esperavam boquiabertos a queda do bíblico maná. [...] Constantemente se anda apregoando que é necessário fazer propaganda, mas a desejada propaganda reduz-se ao pequeno círculo da família anarquista. Nada do que se passa fora do nosso ambiente logra preocupar-nos.¹⁵⁴

Desconfiando de um messianismo excessivamente especulativo, o autor conclama os anarquistas a se envolverem na “ação fecunda” de organização da luta econômica, já que a deve-se levar em conta que “as ideias progridem mais quando tiradas do campo puramente

¹⁵⁴ “Sobre a organização operária”. In: *A GREVE*, Rio de Janeiro, 1903, p. 1.

filosófico e quando ao lado do terreno especulativo a luta diária se traduz em greves ou outra classe de protestos”¹⁵⁵. O texto indica, portanto, que também entre as fileiras da militância anarquista por vezes se fazia notar o excesso de “especulação” e necessidade maior empenho na construção de organizações de luta propriamente dita. A desvinculação entre teoria e prática – para colocar nos termos mais clássicos do jargão político – esvaziava o ideal numa abstração vazia.

Na mensagem “Aos nossos colaboradores” publicada no primeiro número do jornal *A Guerra Social*, aparecido em 29 de junho de 1911, os editores faziam um apelo cheio de significado para a nossa discussão. Na intenção de fazer um “jornal de atualidade, vigorosamente combativo” afirmam:

[...] é necessário que os nossos amigos, que nos auxiliam com a sua colaboração, escrevam sobre assuntos do momento, evitando mandar-nos artigos sobre divagações doutrinárias que, acumulados, tirariam ao jornal todo o caráter de virilidade que nós lhe queremos dar.

Não nos faltam fatos da vida pública para comentar. Pois bem: façamo-los passar pelo prisma das nossas ideias, concretizemos com eles os nossos argumentos, por que assim seremos mais facilmente compreendidos pelos que nos leem, tornando-se mais fecunda a nossa obra.

Não queremos dizer com isto que o nosso jornal desdenhe a parte doutrinária, não; todavia, disto só publicaremos o que for muito bom para o que temos fontes inesgotáveis nos escritos já publicados. Quase sempre é preferível uma boa transcrição a um original que não preenche cabalmente os seus fins.¹⁵⁶

A pequena nota, citada aí na sua quase totalidade, não poderia ser mais clara na sua sinceridade desconcertante. Tentando manter uma boa relação com os colaboradores, não deixava de apontar a tendência a “divagações doutrinárias” que se acumulam na fila para publicação e cuja qualidade seria inferior às obras já publicadas em língua estrangeira. A palavra “divagações” não é fortuita aqui. Ela indica uma tendência ao palavreado excessivo e infrutífero, compartilhando daquela esterilidade que já foi notada a respeito da “ideologia ilustrada”. Além disso, usando a imagem do “prisma das nossas ideias”, dava a entender que era necessário um trabalho de análise dos “fatos da vida pública” local para dar maior “virilidade” ao jornal. Ou seja, dar vida às ideias é “concretizar” os argumentos na realidade local, tornando o trabalho de propaganda mais fecundo. A propaganda doutrinária não deveria, portanto, estar demasiado descolada dos fatos da vida.

Esses três fragmentos recolhidos aqui indicam a necessidade de, no próprio trabalho de pesquisa, respeitar o princípio democratizante de constituição da imprensa libertária. Não estaremos, portanto, focados nas contribuições deste ou daquele intelectual sobre quem reunimos maiores informações e que tenha deixado uma obra passível de análise. Estaremos

¹⁵⁵ A GREVE, Rio de Janeiro, 1903, p. 1.

¹⁵⁶ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, 29/06/1911, p. 4.

sempre montando um mosaico a partir de fragmentos, apontando recorrências e destacando as principais tensões e impasses que atravessam a reflexão dos anarquistas. Nesse esforço, a participação escrita de um sem número de militantes, sobre quem muitas vezes não sabemos quase nada, é tão mais decisiva e interessante, especialmente quando – para além das “divagações doutrinárias”¹⁵⁷ – ela nos permite visualizar as dificuldades que encontraram na sua atuação.

Além disso, acredito que se ficamos apenas no nível mais doutrinário do discurso libertário perdemos de vista as representações sociais mobilizadas nas descrições de cenas do cotidiano operário, de causos da cidade comentados em pequenas notas e crônicas, denúncias de arbitrariedades patronais, etc. A pesquisa pela forma como percebiam e representavam esses elementos da realidade, especialmente os do mundo popular que entravam em conflito com a positividade revolucionária do proletariado, requer uma leitura a contrapelo, lançando mão de método indiciário capaz de ir colhendo as evidências dispersas entre a produção libertária. Se a produção libertária interessa por abrir uma janela ao lado mais obscuro da modernidade carioca, indo até o chão de fábrica que poucos literatos conheciam, por outro lado, a forma como representaram essa realidade estava embebida no amálgama de cientificismo e naturalismo que marcava o contexto intelectual da época e moldava os discursos.

¹⁵⁷ O texto de Antonio Candido (1990) com o qual abrimos o capítulo anterior já refletia sobre o problema da petrificação das fórmulas doutrinárias nas teorias revolucionárias, muitas vezes transpostas para outros contextos sem as devidas mediações. Chama atenção, nesse sentido, que o principal trabalho escrito pelo autor sobre os anarquistas no Brasil, tenha se dedicado a trajetória da militante libertária Teresa Maria Carini, a Teresina, fazendo uma espécie de “retrato de grupo” da militância socialista italiana atuante em São Paulo no início do século. Ainda que apareçam no ensaio alguns problemas relativos a gravitação das ideias revolucionárias, o foco em Teresina, uma mulher que teve poucos meios de desenvolver uma militância prolífica, ainda mais depois de viver “isolada” no interior, acaba enfatizando mais a dimensão *ética* das convicções, em que ela demonstrava impressionante integridade, do que a intelectual. Aparece, assim, o tratamento da ideologia libertária como uma visão de mundo e forma de orientação da conduta admirável, por certo, mas por isso mesmo um tanto deslocada em relação ao funcionamento cotidiano das relações pessoais no Brasil da primeira metade do século XX. A abrangência internacionalista da solidariedade, as referências literárias e intelectuais europeias, o uso da língua italiana pela colônia imigrante e a atenção à conjuntura internacional se destacam no retrato de Candido (1980).

II DOUTRINA E IMAGEM DO PAÍS

4 VISÕES LIBERTÁRIAS DO BRASIL

Ao longo dos dois capítulos que compõe a segunda parte da tese, trabalharemos simultaneamente com os oito periódicos principais de nossa pesquisa, selecionando pequenos textos, passagens, fragmentos que permitam compor um mosaico cuja coerência interna foi construída a partir dos interesses de nossa pesquisa. Eles não serão aqui tomados apenas como fontes, mas como veículos que construíam representações sobre o país que nos interessa investigar. Considerando a vasta bibliografia que ressalta o caráter oligárquico e excludente da Primeira República – percepção compartilhada com um tom de decepção ou frustração por muitos atores políticos da época –, a nosso ver não é a crítica dos anarquistas ao Estado que se destaca como objeto de maior interesse para a pesquisa sociológica, mas sim o quanto sua produção intelectual revela uma apreensão crítica da sociedade do pós-abolição.

Assim, nossa atenção se volta para as representações sociais mobilizadas nas críticas e denúncias contra aquela ordem social veiculadas nos periódicos anarquistas, mas também nas avaliações que fizeram sobre o próprio movimento operário da época. Elas podem ser entendidas como partes de uma “imagem do país” que buscava revelar/figurar as formas violentas de dominação e opressão social que eram criadas, reproduzidas e escondidas em meio ao clima de “modernização” da dita *Belle-époque* carioca. É a partir da tensão entre o aspecto “figurativo” dessa produção e suas discussões “doutrinárias”¹⁵⁸ que poderemos apreender as suas visões sobre o país.

Neste capítulo seguiremos o seguinte roteiro. Primeiro, buscaremos indicar como eles posicionaram sua “voz” como uma crítica da modernização capitalista em curso, buscando desmistificar as representações ideológicas em torno do “progresso” e revelar a verdadeira realidade do trabalho no país. Em seguida, reconstruímos as visões dos libertários sobre o passado escravocrata e suas heranças na configuração da sociedade de classes no Brasil. Por fim, em diálogo com as questões colocadas pela historiografia do pós-abolição, especialmente quanto ao desafio de superar o “muro de Berlim” entre história da escravidão e história do trabalho, discutimos como os libertários trataram a questão racial.

¹⁵⁸ Minha formulação aqui é inspirada na discussão de Paulo Arantes (1996) sobre a relação entre doutrina filosófica e imagem do país realizada em *O fio da meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional*.

4.1 Luzes e sombras: a voz do contraste

O início da publicação de *A Voz do Trabalhador*, em 1º de julho de 1908, representa o avanço dos esforços para concretização da Confederação Operária Brasileira (COB), criada no primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro entre 15 e 20 de abril de 1906. As enormes dificuldades para se articular um movimento operário em nível nacional começavam a ser enfrentadas com uma publicação semanal que buscava reunir as notícias das principais agitações, lutas e conflitos despertados pelas recentes associações de classe do país. Mas a construção de um jornal operário também servia para erguer uma voz autônoma dos trabalhadores frente à ordem social vigente. Uma situação ótima para visualizarmos de que modo os anarquistas construíram a sua “voz” de combate ao discurso oficial, revelando a realidade do trabalho por detrás das representações ideológicas do “progresso” burguês, pode ser encontrada no tratamento que deram para a Exposição Nacional de 1908.

Celebrando o centenário da Abertura dos Portos às nações amigas, decretado por D. João VI em 1808, a Exposição Nacional foi realizada entre agosto e novembro no largo terreno compreendido entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha, na região da Urca, zona sul da capital. A localização foi escolhida pela amplitude do terreno disponível, numa área situada entre o mar e a montanha que totalizava 182.000m², e pela existência de prédios públicos nos arredores que poderiam ser aproveitados. Um deles era o famoso prédio da Escola Militar da Praia Vermelha, desativado após a Revolta da Vacina em 1904, que recebeu obras na fachada e parte interna para se tornar o Palácio da Indústria, um dos mais vultuosos pavilhões, com direito a fonte luminosa e castelos de águas¹⁵⁹.

A Exposição pretendia exibir um tipo de espetáculo até então inédito no Brasil. Suas dimensões não guardam paralelos com as exposições nacionais realizadas durante o Império, que cabiam nas dependências de um único prédio público da cidade¹⁶⁰. Agora seria necessário construir uma pequena cidadela cortada pela Avenida dos Estados (cujo traçado reto em direção à Praia Vermelha constitui hoje a Avenida Pasteur), em torno da qual se distribuíam os 15 pavilhões, a maior parte em estilo eclético, e a réplica do Teatro João Caetano. A comparação entre o número de visitantes também atesta a natureza distinta da Exposição de

¹⁵⁹ Tal reconfiguração do edifício da Escola Militar pode ser lida como uma exibição do triunfo do governo federal sobre as sublevações militares que fervilharam na primeira fase da República. Um desfecho que não deixava dúvidas sobre a superioridade das forças que agora se travestiam com as aparências do “moderno”.

¹⁶⁰ O prédio da Escola Central (depois Politécnica), no Largo de São Francisco, abrigou as Exposições Nacionais de 1861 e 1873. O edifício da Casa da Moeda a de 1866 e o prédio da Secretaria de Agricultura a de 1875. Todos esses edifícios se encontravam no Centro da capital (HARDMAN, 1988, p.68).

1908 em relação às antecessoras. Enquanto nas do século XIX a audiência total havia girado em torno de 50 mil pessoas, naquela ultrapassaria a cifra de um milhão de visitantes, atraídos não apenas pelos pavilhões, mas também pela área de lazer que incluía cinematógrafo, teatro, rинque de patinação, apresentações musicais, restaurantes e outros divertimentos (PEREIRA, 2010). Para facilitar o acesso à região, a época ainda pouco populosa, a Inspeção de Obras Públicas construiu uma estação marítima no cais da Urca para receber as barcas da Cantareira e uma Estação da Companhia Ferro-Carril Jardim Botânico para os bondes elétricos da Light (COSTA, 2018).

Enfim, a Exposição era apresentada antes de tudo como um enorme feito das obras públicas, espécie de *grand finale* do conjunto de reformas urbanas que remodelaram a capital nos anos imediatamente anteriores. O amplo terreno foi saneado e teve as infraestruturas construídas às pressas, a partir de meados de 1907, quando se define a localização do evento. O espanto da população se dava tanto pela velocidade com que havia surgido aquela cidadela exuberante em tão pouco tempo, quanto pelo inédito espetáculo de luzes que ela proporcionava. O brasão de armas da República brilhava no alto da Porta Monumental, projetada pelo arquiteto René Barba a partir da Porta da Exposição Universal de Paris em 1889.

Já em seus primeiros números, *A Voz do Trabalhador* deixava algum espaço para tratar do tema. As primeiras notícias trazidas são relativas aos frequentes acidentes nas obras da Exposição, devido às condições extremamente inseguras de trabalho¹⁶¹. No segundo número, por exemplo, um caso recente ganhava espaço na seção dedicada à denúncia das condições de trabalho enfrentadas nas indústrias da cidade. O texto narra as dificuldades encontradas pelos colegas que socorreram um operário gravemente ferido por uma queda enquanto trabalhava nas obras do Pavilhão do Distrito Federal. Sem assistência médica no local, os colegas foram buscar ajuda na Escola Superior de Guerra, que também se localizava nas proximidades. Lá, porém, presenciaram o desdém do militar em relação ao sofrimento do operário. Mesmo pedindo “delicadamente a um senhor que se achava no escritório” que telefonasse para a ambulância, o militar primeiro terminou “tranquilamente” de chupar uma laranja com a qual se entretinha, depois foi lavar as mãos, voltando apenas 10 minutos depois. Quando pegou o telefone, ainda ficou de conversa com um companheiro antes de pedir o

¹⁶¹ Já no primeiro número, uma nota na seção “Movimento operário” noticiava que foi realizado um comício, na cidade de São Paulo, em protesto a morte de um operário nas obras de construção da Exposição. Organizado pela Federação Operária estadual, o comício foi proibido pela polícia, mas os organizadores mantiveram seus propósitos e realizaram-no no largo do Riachuelo, sendo violentamente reprimidos.

socorro. O caso é narrado com a intenção de que os operários “tomem nota da consideração em que são tidos pelos que vivem do seu trabalho”¹⁶².

Pequenas notas também apareciam nos jornais de grande circulação sobre os acidentes nas obras da Exposição, multiplicados pela pressão crescente para alcançar a tempo a previsão de abertura em 11 de agosto. Além disso, o pagamento dos trabalhadores também era motivo de apreensão. *A Voz do Trabalhador* denunciava que 90 trabalhadores do pavilhão do Corpo de Bombeiros teriam sido demitidos sem receber os vencimentos referentes ao mês anterior¹⁶³. Em junho, a própria *Gazeta de Notícias*, um dos principais veículos da capital, informava que duas patrulhas da polícia foram chamadas por precaução pelos diretores das obras para garantir a ordem no momento de pagamento dos numerosos funcionários¹⁶⁴.

Quando os editores de *A Voz do Trabalhador* voltam ao tema, já inaugurada a Exposição, a denúncia das condições de trabalho seria amplificada e ganharia os contornos de uma contra-visão crítica do espetáculo que ali se observava. O artigo “A Exposição Nacional”, assinado por Ulisses Martins, tipógrafo e um dos principais militantes envolvidos na construção da COB, busca substituir a visão celebratória do evento por outra imagem, a contrapelo do discurso oficial. Em seu texto, o autor reivindica um “ensejo para dizer verdades” que não se encontra nos jornais diários. Contra a compreensão da Exposição como o espetáculo do “trabalho revendo-se no próprio trabalho numa glorificação recíproca de todos os esforços, sagrados vitoriosamente pelas multidões”, tal como veiculado na grande imprensa, o autor afirma:

Para nós, porém, que lemos por uma outra cartilha, a Exposição não representa senão mais um sacrifício do povo. (...) Foram os seus filhos que a custa de privações, trabalhando por um ordenado miserável, improvisaram em tão pouco tempo aquela rica e imponente cidadela. Tudo quanto ali se ostenta, desde a pedra mais insignificante das paredes ao mais luxuoso trabalho de arte, representa o esforço operário. E são ainda os operários os únicos que hão de pagar para entrar na cidade por eles edificada, pagar para entrar e pagar ainda para tomar parte nas diversões que lá existem. (...)

O trabalhador, o verdadeiro povo, não lucra coisa alguma com ela, pois não é para ele nenhuma novidade o que ali se vai expor. Tudo quanto ali existe o operário conhece, por que tudo saiu das suas mãos, do seu cérebro, do seu sangue, das suas lágrimas, da sua vida. Só quem ignora a capacidade operária é a burguesia ociosa e devassa, que nunca soube senão explorar, matar e gozar estupidamente.¹⁶⁵

É para esse “gozo estúpido” que a burguesia pretendia atrair os proletários nos divertimentos oferecidos. O fetichismo envolvido nas exibições, o fascínio despertado pelas novidades tecnológicas, pelas máquinas, se completava com o ocultamento dos sujeitos que

¹⁶² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/07/1908, p.2.

¹⁶³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908, p.2.

¹⁶⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1908, p.2.

¹⁶⁵ “A Exposição Nacional” in A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908, p.3.

produzem a riqueza, mas que só aparecem por ali na figura de consumidores dos divertimentos, gastando seu parco ordenado. Nesse sentido, a referência às roletas que se situavam na Porta Monumental e realizavam a triagem entre os pagantes e os convidados¹⁶⁶ não era gratuita. A oposição entre a figura do operário que tudo construiu e tudo conhece – como se isso o tornasse “imune” aos feitiços visuais da Exposição – e o consumidor eventual de prazeres efêmeros e ilusórios, estabelece o contraste fundamental para a visão dos anarquistas sobre o evento. “Lendo por outra cartilha”, ou seja, vendo a Exibição do ponto de vista do trabalho, ela parecia uma grotesca “festança” na qual a “escravidão patronal” e os bolsos dos burgueses seriam os únicos reais beneficiários. Daí que o autor fale de uma “reprodução mais requintada do que já se fazia nos ominosos tempos dos privilégios do feudalismo, que a burguesia soube apanhar para si passando sobre os cadáveres, degolando a cabeça dos nobres”¹⁶⁷.

A associação histórica parece inusitada. Talvez tivesse em vista as feiras medievais com seus divertimentos brutos. Mas deixa escapar um aspecto fundamental que não foi desenvolvido, naquele número de *A Voz do Trabalhador*, pelo texto de Martins, mas por uma das “Notas ligeiras” que apareceu discreta no canto da primeira página. Assinada apenas pelo codinome “Florino”, ela comentava o espetáculo particularmente degradante que era apresentado no pavilhão da Companhia Progresso Industrial do Brasil, vulgo “Fábrica Bangu”, o único da Exposição dedicado apenas a uma empresa particular.

Naquele chalé, pretensiosamente artístico, amontoam-se, de em volta com os produtos de tecelagem, teares, cilindros de estampania – quatro espécimes, talvez escolhidos, dos operários do Bangu. A desfaçatez burguesa fez vestir blusas a dois jovens raquíticos e a duas cloróticas moças e, diariamente, exhibe-os aos olhares ávidos de curiosidade dos visitantes da Exposição. Até certo ponto é boa essa exibição: apresenta-se, assim, num pavilhão de indústria, um produto que se vai nacionalizando entre nós – o fruto nascido da árvore proletária brasileira. Aquelas quatro fisionomias tristes que estão expostas no pavilhão Bangu são suficientes para aquilatar do nosso progresso... Não haverá quem exponha – como verdadeiros e genuínos produtos indígenas alguns famintos do Ceará?... Talvez a canalha dirigente tivesse um lampejo de brio diante desses sinistros espécimes com que a desorganização social povoa os Estados do Norte. Exponham, exponham os produtos da nossa flora moral: viciosos, doentes, mendigos e prostitutas. Exponham também operários fartos e bem nutridos e educados nas escolas do Estado. Exponham, ainda há tempo e terreno. Para decorá-lo usem os crânios e ossadas dos famintos do Norte. Será a nota original da Exposição!¹⁶⁸

¹⁶⁶ “A burguesia, esta, teve o cuidado, como sempre, de reservar para si todos os privilégios possíveis. (...) podem entrar e sair, tomar parte e gozar livremente de todos os prazeres, pois para isso seus representantes no poder souberam arranjar convites privativos e especiais”. A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908, p.3.

¹⁶⁷ “A Exposição Nacional” in A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908, p.3.

¹⁶⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1908, p.1.

Podemos encontrar nesse pequeno texto os pontos centrais da crítica libertária da Exposição como auto-representação da sociedade burguesa. A exibição dos trabalhadores no pavilhão dava uma volta a mais no parafuso da alienação, exibindo-os agora aos “olhares ávidos de curiosidades”, que prontamente passariam à próxima atração. Sua disposição discreta, junto aos teares e equipamentos, reforçava o caráter objetificado de “fator de produção”. A crítica da exibição de pessoas como num zoológico seria reforçada pela provocação de que fossem exibidos também os famintos do Norte, e outros elementos ainda mais decaídos da nossa “flora moral” – os “viciosos, doentes e mendigos” – compondo uma escala descendente. Tal imagem, revertendo a retórica autocongratatória do evento, prepara também a crítica da ideologia do progresso que imanava por todos os poros da Exposição. Na figura dos jovens raquíticos de fisionomia triste poderia se revelar a verdadeira face do nosso “progresso” – palavra estampada, aliás, no letreiro da fachada do pavilhão.

Figura 5 – Fotografia do Pavilhão da Fábrica Bangu na Exposição Nacional de 1908



Legenda: Pavilhão Bangu (primeiro plano) e pavilhão do Corpo de Bombeiros (segundo plano).

Nota: Acervo do Museu da República.

Fonte: MALTA, 1908.

A fotografia acima faz parte da série que Augusto Malta – fotógrafo comissionado pelo governo para registrar a edificação da Exposição – realizou durante a fase final das obras, antes de sua abertura ao público. Em relação ao edifício, sabemos que foi projetado pelo próprio diretor técnico da empresa, o sr. José Villas Boas, como uma “pequena mesquita mourisca com quatro cúpulas” (COSTA, 2018). Seu interior era adornado com tecidos que cobriam as paredes e os tetos, reforçando a valorização dos produtos da fábrica expostos nas vitrines. No conjunto arquitetônico, reforçava o ecletismo que dava o aspecto um tanto desbaratado da combinação de construções com estilos tão diversos. Tratando o pavilhão da fábrica Bangu como “chalé pretensiosamente artístico”, o colunista da *Voz do Trabalhador* ressaltava a artificialidade da Exposição, onde as pretensões de *(a)parecer* moderno e luxuoso não conseguiam esconder a precariedade do trabalho e dos materiais utilizados. Tratava-se, literalmente, de um progresso de fachada.

Porém, a passagem também traz elogio indireto do processo de industrialização, já que ele é valorizado apenas na medida em que produziria e fortaleceria o operariado como fruto da “árvore proletária brasileira”. A variação de perspectivas, como sabemos, está ligada a um fator político: se o operariado é o filho mais recente da “escravidão patronal”, compondo um retrato degradante, ele também carrega a promessa da redenção social na medida em que seria o agente revolucionário por definição. Entre ser e dever-ser, a figura do proletariado sempre se constituiu entre apostas e diagnósticos, na tensão entre suas experiências efetivas e o papel histórico a ele atribuído. Reencontramos por essa via a carga ambivalente da noção de progresso que calibrava as expectativas emancipatórias da modernidade.

O tratamento conferido pelo jornal à Exposição também pode ser lido como um treinamento do olhar, cuja função pedagógica estaria na capacidade de enxergar criticamente o que se consagrava ali. A desconfiança em relação às representações dos “grandes feitos nacionais” torna visível a distância entre a realidade dos trabalhadores e o show de imagens da Exposição. Convida, portanto, ao questionamento sobre o que se escondia por detrás das “luzes feéricas” da representação burguesa do progresso. A imprensa libertária assumia a função de denúncia e descortinamento das condições de vida e trabalho do proletariado urbano que vivia na capital. Nesse sentido, o fato da fábrica ali exposta ser a moderna indústria têxtil, que empregava parcela considerável dos operários da capital¹⁶⁹, não é fortuito. Para cumprir tal propósito, o jornal da COB não poderia se limitar à crítica da representação

¹⁶⁹ Pelo Recenseamento de 1920, 40% dos operários do Distrito Federal estavam no ramo têxtil (FAUSTO, 1976). No entanto, Cruz (1981), corrigindo os dados do censo a partir de outras estatísticas, indica que o percentual correto de têxteis dentre o operariado do setor industrial seria de 12%.

fetichista que trazia para a beira do mar em estilo mourisco a fábrica que se situava a aproximadamente 50 quilômetros de distância, em um dos mais distantes subúrbios da capital. Se é certo que o pavilhão mourisco parecia pitoresco e de mau gosto, o que poderíamos dizer da própria Fábrica Bangu, cuja fama se espalhava com aquele tipo de evento?

Curiosamente, só teremos resposta um ano depois, na edição de número 20, publicada em 15 de novembro de 1909 – portanto, no dia em que a jovem República completava vinte anos de existência. Uma possível explicação sobre a ausência da fábrica Bangu nas colunas do jornal *A Voz do Trabalhador* é que, como órgão da Confederação Operária Brasileira, de tendência sindicalista revolucionária e professando em suas páginas a defesa do anarquismo e da revolução social, seus militantes tivessem pouco acesso e contato com os operários da fábrica. É essa pelo menos a impressão que fica quando lemos o primeiro texto publicado no periódico dedicado à empresa e à situação de seus empregados. Intitulado “A escravidão em Bangu”, o texto conta uma excursão de militantes da COB que vão de trem até a fábrica num domingo chuvoso pela ocasião de uma reunião do Grêmio Literário de Bangu, na qual o sr. Orlando Vasco faria uma conferência. O palestrante é descrito como sendo “bacharelado do Colégio de São José e, portanto, advogado do jesuitismo”. Tendo sido convidado por um sócio do grêmio, Ulisses Martins (o mesmo que escrevera o texto sobre a Exposição no ano anterior) se encarrega de responder ao “jesuíta de casaca”. O alvo da conferência seria, segundo o texto, o cadáver ainda fresco de Francisco Ferrer Guardia, o pai da “Escola Moderna”, fuzilado apenas um mês antes na prisão de Montjuic pelo governo espanhol. Sua execução deu lugar à uma onda de protestos por todo mundo, demonstrando o caráter transnacional do movimento anarquista e seu espalhamento mundial. A imprensa, por sua vez, vinha disseminando mentiras e calúnias sobre sua pessoa, condenado à morte por um tribunal de guerra que o culpou de ter participado na revolta conhecida como a Semana Trágica de Barcelona, entre 26 de julho e 2 de agosto daquele ano. Constituía, portanto, questão de honra para os libertários brasileiros estarem presentes para contraporem-se aos discursos que demonizavam o grande pensador e pedagogo revolucionário.

A conferência, entretanto, não chegou a se realizar, e o texto, antes de relatar o confronto de ideias entre os dois contendores, se torna uma espécie de reportagem que colhe as primeiras impressões e apresenta a realidade “distante” da fábrica aos demais leitores. Os editores do jornal buscavam, assim, se contrapor à incensada “benemerência dos senhores de Bangu” e à suposta modernidade das suas instalações, propagandeadas como possuindo “casas higiênicas por módico aluguel”. No lugar dessa imagem positiva, a Companhia do Progresso revelava outra face.

Foi, porém, completa a nossa desilusão quando saltamos em Bangu. A bondade e o cavalheirismo dos operários, que foram nos receber alegres e risonhos ao desembarque, *contrastavam* com o ar sombrio e sepulcral da fábrica. Ao fim de uma rua de casas iguais e uniformes, numa triste monotonia arquitetônica, via-se o prostíbulo da igreja. Tínhamos a impressão, ao palmilhar aquela rua, de quem atravessa uma alameda de cemitério, entre catacumbas e mausoléus. As janelas, amarelos e esqueléticos, alguns operários pareciam defuntos espiando pelas frestas de sepulturas. Um espetáculo de pavor.¹⁷⁰

Mais uma vez, está operando aqui uma lógica de contrastes, um jogo de ilusões e revelações. Ao contrário da presença luminosa do pavilhão, a imagem da fábrica real é construída num registro sombrio e mórbido. A alegria genuína dos operários que vão até a estação receber os companheiros militantes contrasta e reforça a aparência de defuntos dos operários que espiam pelas frestas das janelas. A analogia entre a fábrica e o cemitério também confere outro sentido à racionalidade ali presente. A uniformidade da organização do espaço é entendida como “triste monotonia arquitetônica” e a caracterização das moradias como catacumbas/sepulturas esvazia toda a promessa de que por ali os operários não estariam sujeitos às condições extremamente precárias de habitação que marcavam o centro da cidade. A morte exala dessa organização espacial supostamente moderna, figurando o sentido mais geral do estabelecimento. A inversão da *imagem* da Exposição se completa: o espetáculo, agora, é de pavor.

A aproximação entre a igreja e uma casa de prostituição dá o tom do que vem a seguir. Na sequência imediatamente posterior, o narrador apresenta a função da religião na ordenação das relações sociais ali existentes.

Ao fim da rua principal paramos em frente de dois coretos. Um companheiro, adivinhando a nossa curiosidade, informou-nos que eles serviam para as quermesses que ali se fazem de vez em quando em benefício da igreja. Era a iniciativa do padre auxiliando os patrões na sua campanha de exploração. Entramos em outra rua e ouvimos um canto cujos sons chegavam de longe, numa toada mística. Era a igreja protestante, que encontramos mais adiante, numa casa de habitação. De pé, livros em punho, indivíduos de ambos os sexos erguiam hinos ao ente imaginário das suas crenças.

Compreendemos tudo. A liberdade em Bangu consistia em permitir a adoração dos deuses das fábulas e o exercício dos cultos religiosos. Era preciso não deixar livre e vivo o instinto de análise e investigação e para isso não há nada melhor do que as religiões. (...) Havia um teatro e um grêmio literário, mas, como é fácil prever, aí não se trataria senão de representar peças patrióticas e de estudar a literatura burguesa. Uma biblioteca filosófica ou um palco social constituiriam um perigo para a burra dos proprietários. Daí a ausência de tudo quanto se relaciona com a ciência. (...) Não havia liberdade mas havia uma forte depressão mental para fazer esquecer e até louvar o cativo.¹⁷¹

¹⁷⁰ “A escravidão em Bangu”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1909, p.1. Grifo nosso.

¹⁷¹ “A escravidão em Bangu”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1909, p.1.

A oposição passa a ser entre religião e ciência, cifra do antagonismo maior entre servidão e liberdade. Como é recorrente na literatura libertária em geral, a Igreja comparece junto aos patrões e ao Estado como a trindade a ser derrubada, como os inimigos da emancipação. A livre vivência da religiosidade surge como um engodo, já que tal liberdade termina justamente onde deveria começar o “instinto de análise e investigação”. A “toada mística”, mais até do que o “ar sepulcral”, define uma espécie de entorpecimento do espírito e embotamento da razão. A centralidade da religião naquela organização fabril supostamente moderna indica, portanto, a permanência de formas tradicionais de produção da submissão.

Por isso, o título “a escravidão em Bangu” sintetiza os elementos retrógrados que presidem a vida social local. Ao contrário do pequeno grupo que sai do espaço da fábrica e vai até a estação, a maioria dos operários parece justamente cega pela ignorância: “parece que não há ali um só operário que conheça bem a obra dos senhores”. Reproduzindo o discurso sobre a benemerência dos exploradores, tais operários revelam-se como “louvadores do cativo”. Para justificar suas críticas, relatam que, perguntando aos operários sobre salários, jornada de trabalho e custo do aluguel das casas, puderam constatar que a situação em Bangu era “igual ou pior do que a das outras fábricas”. Em regime de trabalho por peça, o operário mais ágil não conseguiria mais de 5\$ por dia, trabalhando das 6h da manhã às 5h da tarde. O aluguel sairia por 45\$ por mês com direito à luz elétrica, mas o valor parecia absurdo tendo em vista que as casas não possuem assoalho, teriam péssimo acabamento e situam-se “em zona rural, onde o proprietário não paga o imposto de pena d’água, a taxa sanitária, o de lixo e o de esgoto e onde o imposto predial é mais leve”.

Arrematando essa descrição em que a religião e os patrões restringem qualquer possibilidade de livre discussão no ambiente de trabalho e de moradia, o texto apresenta o desfecho daquela excursão. A descrição da cena é relevante para os nossos propósitos de analisar as representações mobilizadas/construídas pelos libertários na sua produção intelectual.

Era a hora da conferência e tínhamos chegado à sede do grêmio. Às 7 menos um quarto o presidente faz soar o tímpano e começa a falar. Trêmulo e comovido, num misto de patriotismo e religiosidade, citando a cada passo o cadáver da estremecida pátria, declara que a conferência não se podia realizar. O conferencista, por meio de um ofício, que bem sequer foi lido à assembleia, não podia comparecer devido ao mau tempo, apesar de morar em Bangu e de estar com toda a chuva na estação quando desembarcamos.

Um descontentamento profundo apoderou-se logo de todos. Ulisses Martins pede licença para se despedir dos companheiros e o presidente não a concede. Levantam-se protestos calorosos mas o presidente coloca-se acima deles. Ninguém podia falar nos domínios dos senhores de Bangu. A sessão fora encerrada de acordo com a lei social e a lei (sempre a lei!) não podia ser revogada. Diante disso retirámo-nos do grêmio, agradecendo aos senhores da fábrica a graça suprema de não nos terem mandado quebrar as costelas. Naquelas alturas não havia nada mais fácil para eles.

Cá fora, porém, ao receber na face o osculo da ventania livre, a nossa independência não se conteve. A voz de um companheiro sacudiu todos os nervos e imediatamente um coro de quatorze vozes quebrou a monotonia de Bangu com os versos da Internacional. Eram os protestos dos homens livres enviando um brado de incitamento aos companheiros jungidos ao carro da exploração burguesa. *Eram os raios do sol libertador da revolução brilhando no fundo escuro de um cárcere.* Era o estrondo da talhadeira rebelde ameaçando partir os grilhões do cativo. E era, em suma, o clarão do archote revolucionário dominando sobre as ruínas da sociedade burguesa.¹⁷²

A ridicularização do personagem do presidente do grêmio, “trêmulo e comovido” com baboseiras patrióticas e religiosas para dar uma desculpa para o cancelamento, já adianta a ideia de que na realidade a conferência não se realizou pelo receio do confronto de ideias, como será didaticamente enunciado ao fim do texto. A opressão econômica e ideológica do poder, tão sólida e mortal, não suporta a liberdade de espírito e o combate intelectual. O texto passa então a captar os ruídos de protesto e o conflito pelo uso da palavra que se instala na medida em que o companheiro Ulisses ia apenas se despedir dos colegas. O autoritarismo do presidente desperta o grito que vai se transformar em canto quando atravessam o portão da fábrica e recebem o “osculo da ventania livre”. A associação com as forças da natureza vem bem a calhar. Entrando na sintonia da propaganda libertária, o texto capricha nas metáforas que anunciam a redenção. Novamente, estará em jogo o contraste entre luz e sombra. Se foi necessário sair do brilho ofuscante das luzes artificiais da Exposição e conhecer a realidade sombria da fábrica distante, agora uma outra luz se expande, uma luz *natural*. Na imagem do “sol libertador” brilhando no “fundo escuro do cárcere”, o texto aciona um tropo recorrente na imaginação anarquista, presente na literatura e nas ilustrações dos jornais¹⁷³. A voz do trabalhador é a voz que vai contra todas as mistificações da época, que estabelece o contraste, e que anuncia o conflito que é tão inevitável como são as forças da natureza. Apenas através desse conflito é que poderá se realizar a ensolarada liberdade.

O percurso que buscamos realizar nos textos anteriores permite identificar um movimento que define a maneira pela qual os libertários vão posicionar e projetar a sua voz, como o grito de revolta que descortina a verdade por trás das aparências. A crítica das condições de vida na fábrica Bangu pode ser tomada como caso exemplar na medida em que tratava do setor econômico mais “moderno”, sendo o único ramo industrial já configurado em torno da grande indústria mecanizada, e também porque o seu complexo “fábrica com vila

¹⁷² “A escravidão em Bangu”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1909, p.1. Grifos nossos.

¹⁷³ O próprio jornal *A Voz do Trabalhador*, em sua segunda fase (1913-1915), estamparia na capa da edição de 1º de maio de 1913 uma ilustração em que um homem descamisado, de pé sobre uma pilha de caveiras, rompe os grilhões encarando um sol que surge no horizonte com a palavra “liberdade”.

operária”¹⁷⁴ era mais fechado do que costumavam apresentar as outras fábricas têxteis da cidade, nas quais apenas uma parcela dos trabalhadores residia nas vilas e essas estavam mais integradas aos bairros. A situação de relativo “isolamento” da Bangu reforçava assim os liames da dominação, e se apresentava como caso ótimo para a crítica dos anarquistas.

Porém, se atentarmos bem, o texto publicado na *Voz do Trabalhador* sobre a fábrica Bangu deixava ainda algumas interrogações. Afinal, o próprio espaço da produção não foi visitado pelos militantes da COB naquele domingo chuvoso. Para apreendermos como o cotidiano das relações de trabalho foi denunciado nas páginas da imprensa anarquista, precisamos recuperar uma série de flagrantes que aparecem muitas vezes dispersos nas colunas dos periódicos. Só então poderemos compreender todos os sentidos envolvidos no uso do termo “escravidão” empregado no título daquele relato sobre a ida a Bangu, bem como visualizar a relação ambivalente com a noção de “progresso”.

4.2 “A escravidão não acabou...”: visões do pós-abolição

Para continuar o trabalho de reconstituição das visões libertárias do país, escolhemos perseguir e problematizar os diversos usos do termo “escravidão” na imprensa libertária. Podemos distinguir analiticamente três sentidos diferentes para os usos do termo: 1º como uma hipérbole utilizada para ressaltar o caráter agudo e cerrado das relações de exploração e dominação de classe presentes em diferentes regimes de trabalho; 2º como uma forma de evidenciar as diversas formas de trabalho compulsório existentes e a precariedade do assalariamento, conectando a realidade experimentada pelo operário fabril a outras relações de trabalho encontradas pelo interior do país; 3º como identificação de certas “heranças” do período escravocrata propriamente dito, que ainda se faziam sentir na realidade brasileira da Primeira República. Discutiremos a seguir tais usos, reunindo os dois primeiros na ideia de “escravidão generalizada” que acentuava o caráter violento e despótico das relações de trabalho no país.

¹⁷⁴ A referência central aqui é o trabalho seminal de José Sergio Leite Lopes. Ver LOPES, 1988.

4.2.1 A escravidão generalizada

Em primeiro lugar, cumpre destacar que, como chama atenção Maria Cecília Velasco Cruz, “no Brasil das primeiras décadas republicanas, menções à ‘escravidão moderna’ são comuns no discurso dos militantes sindicais, numa crítica dura à sociedade industrial” (2010, p. 117). Tal emprego do termo era parte do discurso de crítica ao capitalismo compartilhado por diversas correntes do movimento operário. Ele busca ressaltar o caráter violento, severo, agudo das relações de exploração encontradas mesmo sob o regime do trabalho livre assalariado. A hipérbole tem como função sublinhar a permanência de relações de dominação no seio da ordem liberal, desconfiando da ordem jurídica que institui a igualdade formal entre os sujeitos de direito que firmam o contrato de trabalho. Tal uso do termo também está diretamente ligado à denúncia do “despotismo fabril” que assolava os trabalhadores tanto das indústrias modernas quanto das pequenas oficinas.

Na imprensa anarquista é frequente o emprego do adjetivo “escravocrata” para qualificar as condições de trabalho e/ou os sujeitos responsáveis pela gerência e controle dos trabalhadores durante o processo de trabalho. As inúmeras denúncias que aparecem nas páginas da imprensa libertária e operária sobre o tema fazem com frequência tal associação. Isso se dá, em primeiro lugar, no próprio título das seções dedicadas aos flagrantes do mundo do trabalho. Como já mostramos, no periódico *A Greve*, de 1903, a coluna dedicada ao tema era intitulada “Pelourinho” – nome que seria utilizado também em coluna do periódico *A Guerra Social*. Já *A Voz do Trabalhador* escolheu intitulá-la “Dos ergástulos industriais”, o que mantinha o mesmo sentido, já que o termo “ergástulo” advém do latim *ergastulum*, que designava na Roma antiga tanto o cativo onde se confinavam os escravos quanto o local de trabalho, a oficina.

As denúncias apresentadas nestas seções permitem compreender que a crítica das relações de trabalho ia muito além do aspecto salarial. Para além dos termos estabelecidos no contrato – que, aliás, na jurisprudência liberal da Primeira República prezava acima de tudo a liberdade do contratador – a escravidão assalariada se revelava em uma série de “assédios” e abusos que caracterizam o despotismo fabril, além das condições extremamente precárias de trabalho e pela exploração intensiva da força de trabalho. O esforço para dar visibilidade às ocorrências no interior da fábrica buscava, assim, quebrar o ocultamento das relações de produção embutido naquele modo de dominação¹⁷⁵.

¹⁷⁵ Desde suas primeiras colunas, *A Voz do Trabalhador* reclamava da dificuldade de se obter informações verdadeiras sobre o cotidiano do trabalho nas fábricas, dado que os industriais não tem interesse em divulgá-las e

Percorreremos agora alguns usos do termo no seu sentido hiperbólico. O segundo número de *A Voz do Trabalhador* dedicou espaço à situação gravíssima dos padeiros da cidade, que viviam jornadas de trabalho de 16 a 18 horas consecutivas, sem as mínimas condições de higiene, com seu tempo de descanso comprometido, sendo alvo de inúmeras doenças causadas pelo esgotamento físico. O texto afirma:

A lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padarias, que se locupletam com o suor do braço trabalhador, exigindo um trabalho além das forças humanas, um verdadeiro abuso.¹⁷⁶

Encontramos aqui o uso mais disseminado da “escravidão” como hipérbole da exploração do trabalho encontrada mesmo entre trabalhadores assalariados. Ela opera uma dupla conversão, em termos de temporalidade histórica. Primeiro, ao ampliar o significado do termo, aponta como a relação de assalariamento ainda mantém os trabalhadores em níveis de vida, condições de trabalho e formas de remuneração que não seriam tão discrepantes com a escravidão negra propriamente dita. Em segundo lugar, de certo modo dissolve a experiência da escravidão como um legado universal da história dos trabalhadores, já que não se trataria de uma condição exclusiva da escravidão negra. Aponta, assim, para uma espécie de “escravidão generalizada”, que é o efeito específico produzido pela hipérbole. Com o emprego do termo “escravidão”, os libertários também justificavam a sua luta por uma libertação revolucionária, e qualificavam como ingênua a crença na viabilidade de reformas que garantissem melhores condições aos trabalhadores.

Encontramos muitos textos que trazem como título expressões como “A escravidão moderna”, “Horrorosa escravatura operária”, “Rebeldia de escravos” dentre outros. Uma carta assinada apenas pelo pseudônimo “Latego”, publicada na edição de 5 de agosto de 1914 da *Voz do Trabalhador*, sintetiza esse uso, qualificando o regime assalariado como forma disfarçada de escravidão: “A abolição da escravidão no Brasil, em 1888, foi só uma mudança de nome e de forma, pois o proletariado continua escravo: se não quer ser de um patrão, sê-lo-á de outro”¹⁷⁷.

Mas o uso da hipérbole tem outras aplicações. Particularmente, a de funcionar como um realçador das diversas facetas do despotismo fabril, revelando violências, “abusos” e

muitos operários calam-se com medo de serem demitidos. Faz campanha para que sejam enviadas notícias sobre ordenados, alimentação, vestuário, aluguel, tratamento pelos superiores, regularidade do pagamento, jornada de trabalho e etc. Deixando claro que prezam pela autenticidade das informações afirmam que se não vierem de pessoa de confiança não serão publicadas.

¹⁷⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/07/1908, p. 2.

¹⁷⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 05/08/1914.

assédios ocorridos no local de trabalho. São inúmeros os relatos publicados nas colunas da imprensa libertária sobre o tema. Vejamos alguns.

Na fábrica têxtil Carioca, uma das principais da cidade e palco do estopim da greve de 1903, *A Voz do Trabalhador* descreve o sadismo do mestre geral João Taylor, apresentado como um “réptil”, que tinha por costume “nas horas de entrada, com o maior cinismo, colocava-se perto do portão, e diverte-se a fazer com que o porteiro aperte os que chegam por último, sem respeitar nem crianças nem mulheres, entre as duas portas, tendo se dado já mais de uma vez saírem alguns machucados”. Completa ainda dizendo “tudo isto veem os pobres escravos do trabalho e calam. A dignidade esgotou-se. A impunidade impera”¹⁷⁸.

A situação nas fábricas de tecidos seria, segundo a imprensa anarquista, especialmente crítica no que diz respeito às arbitrariedades cometidas pelos mestres e contramestres. Segundo *A Voz do Trabalhador*, “como já é sabido, é proverbial a brutalidade da maioria dos mestres das fábricas de tecido desta cidade. Além da bárbara exploração exercida com as crianças e as mulheres, estas têm que suportar os mais soezes insultos e aquelas são tratadas a bofetadas e pontapés”¹⁷⁹. Segundo *A Guerra Social*, nos “ergástulos dessa progressiva indústria”, “quase não há diferença entre uma e outra fábrica. Desde o Jardim Botânico até Paracambi, e desde Bangu até Petrópolis, em toda parte sente-se a mesma escravidão, idênticos são os sofrimentos do trabalho rude e da vida miserável”¹⁸⁰.

Nas palavras de Marx, no despotismo fabril instituído com o regime da maquinaria “o látego do feitor de escravos se transforma no regulamento penal do supervisor” (1975, p. 485). Na imprensa anarquista, as críticas aos regulamentos costumam vir encarnadas no pessoal responsável por zelar pela obediência e disciplina. Por exemplo, no periódico *Na Barricada*, denuncia-se a situação na Manufatura Fluminense, também uma fábrica de tecidos. Segundo o texto,

Os mestres e contra-mestres, piores do que antigos feitores de escravos, julgam que o 13 de Maio não passou ainda. Assim é que proporcionam aos operários um tratamento tão incrivelmente estúpido, que até parece impossível que os operários do Barreto, que ainda há pouco tempo demonstraram a sua força com gestos nobres, como foram essas greves para reclamar o pagamento dos seus salários em atraso, agora se submetam impassivelmente às exigências descabidas desses ‘don quixotes’ elevados às culminâncias do poder, por obra e graça de uma repelente e baixa bajulação. A Manufatura Fluminense é uma verdadeira Bastilha. Os operários, ou operárias da sala dos teares (tratemos delas por hoje) estão submetidos a um tratamento que nem os escravos antigos toleravam¹⁸¹.

¹⁷⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/08/1908, p. 2.

¹⁷⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 17/04/1909, p.

¹⁸⁰ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, 29/06/1911, p. 3.

¹⁸¹ NA BARRICADA, Rio de Janeiro, 16/09/1915, p.3.

Narra-se, em seguida, o regulamento em que apenas um funcionário estava incumbido de consertar os rombos nos tecidos e de substituir algum tecelão que precisasse se ausentar do seu tear por necessidade fisiológica ou de outra natureza. Assim, muitas vezes os operários precisavam aguardar por horas para poderem sair dos seus postos, “ainda que para isso seja preciso morrer de sede, ou... urinar nas calças”. A aproximação com a escravidão aqui se dá já especificamente com a figura dos feitores, cuja crueldade seria superada pelos mestres e contramestres produzidas na “moderna” indústria têxtil.

Os abusos de mestres e contramestres, especialmente contra as mulheres, são recorrentes nas denúncias da imprensa libertária. O jornal *A Greve* denunciava, em 1903, que um mestre da fábrica do Barreto, em Niterói, chamado João Fernandes, só queria mulheres em sua seção, a quem tratava brutalmente, pela força física superior e pela “falta de energia peculiar do sexo [feminino]”. Por puro capricho e interesse egoísta, “quando está nos seus azeites, as despede sem motivo algum para depois readmiti-las, mediante um presente qualquer. Assim consegue o especulador passar a galinha, pato, peru, etc. Isto não falando de outros ‘mimos’ de maior importância!”¹⁸².

O forte aparato repressivo mobilizado contra os trabalhadores, sobretudo nos momentos de greves e confrontos abertos, também faz parte do diagnóstico da “escravidão generalizada”. A violência empregada pelos agentes de controle do processo de trabalho é mais um elemento a revelar o despotismo envolvido nas modernas relações de trabalho. Em suma, o quadro apresentado ressaltava a o grau de arbitrariedade, humilhação e silenciamento inerentes a uma ordem social marcada pela hipertrofia do poder privado e pela ausência quase completa de recursos jurídicos e direitos a serem acionados pelos trabalhadores.

Mas a abrangência do emprego da ideia de uma “escravidão generalizada” também permite, na imprensa libertária, a revelação e denúncia de formas de trabalho compulsório e/ou da precariedade constitutiva das relações de trabalho remunerado vigentes no interior do país. O termo “escravidão” servia, então, para aproximar as condições de vida e trabalho de trabalhadores distantes espacialmente uns dos outros, e de certa forma agravada na situação de isolamento de certas frentes de trabalho, que davam ainda maior margem de arbítrio aos patrões.

O segundo número de *A Voz do Trabalhador* trazia, por exemplo, um texto intitulado “O Matadouro do Amazonas” em que se denunciava a situação dos trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e nos seringais da borracha. No primeiro

¹⁸² A GREVE, Rio de Janeiro, 10/10/1903, p. 4.

caso, faz referência à conhecida fama “mortífera” da região, por conta das inúmeras doenças e epidemias que proliferaram naquele ambiente. As turmas de trabalhadores enviados para a construção da ferrovia seriam “dizimadas inevitavelmente pelo terrível flagelo”, ocasionando dificuldades na alocação da força de trabalho e paralisações parciais ou completas do serviço. Para resolver tal dificuldade, os empreiteiros estariam atraindo trabalhadores imigrantes, trazidos do Canal do Panamá¹⁸³, com falsas promessas de boas condições e contratos de trabalho que se revelaram enganosos. Sobre os trabalhadores dos seringais da borracha, o texto afirma que

Os empreiteiros fazem as contas que lhes convém e pagam o que querem por um trabalho bestial e insuportável. E se algum se revoltar pedindo a conta certa e o resto do seu dinheiro, não há dúvida, pagam-lhe, porém, mal sai da vista dos companheiros e já o estão esperando os capangas do patrão, armados de rifles, e fazendo lhe voar os miolos, apoderam-se do que leva e tornam a restituí-lo ao sr. feudal, dono de vidas e interesses¹⁸⁴.

O “paraíso diabólico dos seringais” seria abordado, ainda, em texto de Euclides da Cunha publicado em *A Guerra Social*. Trata-se, na realidade, de reprodução de um trecho do livro *À margem da história* que o autor havia lançado em 1909. O autor descreve o sistema de arregimentação de mão de obra para os seringais como a “mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo”, na qual ocorre a absurda situação em que o seringueiro “trabalha para escravizar-se”. Passa, então, detalhar o funcionamento da escravidão por dívidas que prendia o trabalhador aos donos dos barracões, e os regulamentos cruéis que instituíam um “feudalismo bronco”. Termina o trecho enumerando algumas medidas legais que deveriam ser tomadas pelo governo para minorar o absurdo da situação. E é apenas sobre esse último ponto que a curta nota dos editores do jornal faz uma pequena ressalva, reafirmando a qualidade da “página magistral” do último livro do autor¹⁸⁵.

A situação dos trabalhadores empregados na construção de estradas de ferro constituiu, como sabemos, uma das mais graves naquele contexto. O jornal *A Voz do Trabalhador* juntou-se, inclusive, à campanha iniciada pela Federação Operária de São Paulo, em 1909, de denúncia e boicote à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, da empreiteira Machado de Mello & Cia¹⁸⁶. Entre os números 9 e 13, o jornal da COB publicou notas denunciando as condições de trabalho e o esquema de arregimentação de mão de obra

¹⁸³ A construção do Canal do Panamá por empresas estadunidenses, entre 1904 e 1914, foi um polo de atração de mão de obra de diversos países, e que também encontraram por lá péssimas condições de trabalho e grandes epidemias de doenças tropicais.

¹⁸⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/07/1908, p. 2.

¹⁸⁵ “Nos seringais da Amazônia”, A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 24, 21/08/1912, p. 1.

¹⁸⁶ Sobre o sistema de trabalho por empreitada e os conflitos entre operários e patrões na construção da Noroeste ver MORATELLI, 2013.

pelos empreiteiros, juntamente com a Agência de Locação e Colonização do estado de São Paulo, que levava trabalhadores imigrantes recém chegados em Santos diretamente para as frentes de trabalho. Segundo o jornal, “na Noroeste enganam-se os operários com falsas promessas, pagam-lhes mal, ou não lhes pagam, obrigam-nos a trabalhar muito dando-lhes de comer mal e pouco; são vitimados pelas febres, pelo cansaço e pela fome e assassinados pelos capangas às ordens de Machado de Mello & Cia.”¹⁸⁷.

Para combater tal situação, a Federação Operária de São Paulo, junto a outras organizações do interior do estado, convoca reuniões para tratar do tema e faz campanha de propaganda pela imprensa, comícios e outros expedientes, para denunciar a situação da Noroeste e dificultar o aliciamento de mão de obra, propondo um boicote dos trabalhadores à empresa responsável pela construção da estrada de ferro. Na circular que a comissão encarregada faz publicar na *Voz do Trabalhador*, apresentam-se as reivindicações pela abolição dos “fatores armados (capangas)”, por melhores condições de alimentação e agasalhos, pela redução da jornada de trabalho, pelo pagamento pontual dos ordenados e por uma “razoável” tabela de preços dos gêneros e artigos de que os trabalhadores precisam¹⁸⁸.

No número 12 de *A Voz*, os editores decidem publicar uma cópia do regulamento da empresa, para rebater as posições tomadas pelo *Diário do Comércio* que acusava de mentirosas as denúncias contra a empresa veiculadas na circular da comissão. No texto transcrito no jornal da COB, as regras impostas aos operários envolviam jornadas diárias mínimas de dez horas de trabalho, inclusive aos domingos, dias santos e feriados, “e também de noite, quando o Empreiteiro o exigir”¹⁸⁹. A campanha de boicote incitada pela Federação Operária de São Paulo trazia em seu anúncio o entendimento de que “a empresa da Noroeste pode proceder desumanamente e escravisticamente [sic] devido à grande desocupação que se verifica no país e ao auxílio e cumplicidade do governo”¹⁹⁰.

Porém, as situações de trabalho compulsório e extremamente precárias não seriam encontradas apenas nas distantes frentes de trabalho embrenhadas no meio da mata, como nos casos acima. Tais condições reapareciam tanto em pequenas cidades do interior como nas zonas suburbanas das grandes cidades. Já na sua segunda fase, em 1913, *A Voz do Trabalhador* denunciou, no texto “As ilhas da morte – escravidão nas ilhas do Viana, Ferreiro, Mocanguê, Conceição e outras”, que nas ilhas da Baía de Guanabara próximas à cidade de Niterói a situação dos trabalhadores de carvão era deplorável. Segundo o texto

¹⁸⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 17/04/1909, p. 1.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 2.

¹⁸⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/06/1909, p.1.

¹⁹⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 17/05/1909, p. 2.

Nessas ilhas os trabalhadores não tem horário para começarem o trabalho nem tão pouco para o largarem, pois o descanso ali não existe para os desgraçados que os srs. empresários mandam buscar em terras estranhas, que não sabem que no Brasil estão sujeitos ao vergalho, ponta-pés, pescoções, etc.; quando não são jogados do convés do navio ao porão e outros martírios semelhantes ou de pior espécie. (...) Sei que nesta capital ninguém sabe que nessas ilhas um trabalhador de carvão trabalha uma semana, noite e dia, sem ter uma hora de descanso, senão aqueles poucos minutos para refeição azeda e às vezes quase em estado de putrefação. Se reclamam tem como resposta bofetada, como tem sucedido. Eis como são tratados esses operários, que estão em piores condições que os antigos escravos¹⁹¹.

A conjunção entre formas coercitivas e violentas de administração do processo de trabalho, péssimas condições de salubridade, higiene, alimentação e segurança dos operários, bem como a grande precariedade do assalariamento, conformam os significados envolvidos nessa denúncia da “escravidão” enfrentada pelos trabalhadores nacionais e estrangeiros. A imagem do país que se constrói através da denúncia da “escravidão generalizada” visava desautorizar a ideia de “progresso” com o a qual o discurso oficial propagandeava os novos tempos. Vale destacar, porém, que em nenhum dos 185 números dos periódicos libertários e operários encontramos referências diretas ou discussões detalhadas sobre a exploração dos trabalhadores rurais. Ausentes também estão questões relativas às disputas de terras e a situação dos pequenos camponeses.

Ao veicular essas denúncias, a imprensa libertária se colocava como meio de revelação de uma realidade desconhecida do público da capital, e muitas vezes também dos próprios trabalhadores atraídos para aquelas frentes de trabalho. Portanto, sua intervenção buscava escancarar as formas de dominação que eram reeditadas por novos empreendimentos – como nas construções de ferrovias ou no trabalho industrial – patrocinados pelos governos e por firmas privadas.

Em suma, a “escravidão generalizada” é um recurso expressivo que visava qualificar criticamente a perpetuação de uma condição antípoda da emancipação, e por isso desautorizava a ideologia do “progresso” com que a moderna indústria buscava se autoglorificar. Ao mesmo tempo, ela conectava diferentes relações de trabalho, unidas pela ausência de direitos, pela coerção violenta e pelas arbitrariedades. Porém, não pode nos passar despercebido o fato de que o termo escravidão não era um substantivo abstrato, ou mera metáfora em um país fundado por séculos de escravidão negra, cuja abolição jurídica só contava de poucas décadas. Ainda que a crítica da escravidão moderna fosse disseminada pelo movimento operário de muitos países, devemos nos perguntar pelo sentido que ela tomava quando enunciada entre nós.

¹⁹¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/07/1913, p. 3.

4.2.2 A herança retrógrada

A terceira forma pela qual o termo “escravidão” é utilizado na imprensa libertária diz respeito àquilo que se identificava então como as heranças retrógradas dos tempos da escravidão negra que persistiam no país algumas décadas após a Abolição. Sem dúvida o uso hiperbólico da palavra era mais frequente, mas ainda assim podemos encontrar textos que indicavam as particularidades da conformação das relações de classe no país devido ao peso da escravidão na “deformação” de mentalidades e práticas encontradas no mundo do trabalho.

A conexão mais óbvia com o passado escravista apenas ligava-o ao despotismo do presente, de certa forma historicizando o uso “hiperbólico” discutido acima. É o que vemos no artigo “A luta proletária no Brasil”, publicado em janeiro de 1913 na *Voz do Trabalhador*, assinado pelo pseudônimo “Graco”. O texto expõe a necessidade do país se sincronizar com o avanço das lutas sociais que estavam abrindo a perspectiva revolucionária em todo mundo. Notando o “atraso” brasileiro em relação às formas de luta encetadas pelo moderno movimento operário, o autor afirma que

É certo que este sistema social e econômico que nos domina se adapta perfeitamente a um povo semi-selvagem e que devido à cultura rudimentária da maior parte do povo brasileiro não encontrou senão em alguns estados, mais civilizados, a hostilidade justiceira, que arranca os povos do jugo da escravidão moderna e que os nossos burgueses ainda sentem com horror o grito do 13 de Maio e recordam com saudade os belos tempos em que se deleitavam, ouvindo os gritos lancinantes das vítimas açoitadas na senzala.

Quem lhes dera tornassem aqueles tempos!

Não porque tirassem então mais lucros com o esforço dos trabalhadores, posto que hoje a vil morte dos escravos assalariados não afeta os seus interesses, e a abundância de braços reduz infinitamente o valor do trabalho produtivo, mas porque veem descer vertiginosamente o seu prestígio perante os produtores sendo por eles considerados como usurpadores ou ladrões que se apossam do alheio, isto é, do que por natureza pertence ao povo trabalhador¹⁹².

Os aspectos etnocêntricos envolvidos em passagens como esta serão discutidos no próximo capítulo. Interessa-nos notar por enquanto o sentido figurativo da associação entre a “escravidão moderna” e os “tempos da senzala”. O nosso passado não só era compatível com o regime “moderno” de exploração, como os burgueses sentem saudade não apenas do deleite que tiravam das punições físicas impetradas aos escravizados, mas também porque percebem que diminui o seu “prestígio” com os trabalhadores, que cada vez mais estariam enxergando-os como “usurpadores” e “ladrões”. Retorna aqui a expectativa de que o avanço das relações capitalistas desmanchasse essas heranças do passado.

¹⁹² “A luta proletária no Brasil”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 22, 01/01/1913, p. 2.

O tema foi desenvolvido pelo texto do tipógrafo Mota Assunção, publicado nos números 12 e 13 de *A Voz do Trabalhador*, em junho de 1909, certamente o registro mais interessante quanto à percepção dos libertários acerca das “heranças retrógradas” da escravidão. Seu artigo se inseria numa polêmica iniciada no ano anterior, sobre as reações operárias à introdução de maquinário moderno nas oficinas tipográficas dos jornais da cidade. As “linotipos” alteravam o processo de trabalho, mecanizando parte das funções antes realizadas pelos operários e possibilitando redução do pessoal empregado. Os artigos de Salvador Alacid e Mota Assunção publicados no jornal da COB vão no mesmo sentido, criticando e corrigindo a tendência “espontânea” observada entre os trabalhadores, de se revoltarem contra a introdução das máquinas, buscando até mesmo destruí-las, além de fomentarem um conflito entre os demitidos das oficinas, lançados ao desemprego e a incerteza, e os operários que conseguiram manter seus postos e gozariam agora de discretas melhorias no ordenado e nas condições de trabalho¹⁹³.

Reconhecendo que a introdução das máquinas gera danos imediatos a parte dos antigos empregados, ambos autores buscam explicar que as causas desses efeitos nefastos não estão na própria tecnologia empregada em si mesma, mas no sistema econômico e social atual. A revolta contra as próprias máquinas revelaria a ignorância e “infantilidade” de parte dos operários tipógrafos. Para Alacid, os anarquistas não deveriam passar por “inimigos do progresso”, já que, reduzindo o esforço manual envolvido no trabalho, “numa sociedade melhor organizada a máquina será nossa mais eficaz auxiliar na produção”¹⁹⁴.

Reforçando a ideia por outro ângulo, Mota Assunção defende que, para os revolucionários, as máquinas seriam um “mal fatal, inelutável, mas, no fundo, benéfico”. Isso porque, de um lado, ao agravar a situação dos trabalhadores, elas apressariam o ritmo da revolução social vindoura; e, de outro lado, porque “a máquina, antes de tudo, não é obra de um homem, nem de um grupo de homens: é obra coletiva da humanidade civilizada; é obra de todos nós que constituímos essa humanidade, porque somente graças às mil noções acumuladas [...] é que um indivíduo a pode engendrar”. Assim, admite que “ao progresso é impossível pôr barreiras; ele vence tudo”¹⁹⁵.

Em seguida, o autor trata da “maneira errônea e infantil” com que o problema da introdução das máquinas teria sido geralmente apreciado, apresentando uma leitura sobre as

¹⁹³ Ver o texto “As linotipos nos jornais”, de Salvador Alacid, publicado em *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, 01/07/1908, p. 2.

¹⁹⁴ *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, 01/07/1908, p. 2.

¹⁹⁵ Todas as citações do parágrafo retiradas de “As linotipos”, *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, 01/06/1909, p. 1-2.

heranças do sistema escravocrata na mentalidade dos operários. A passagem a seguir condensa, assim, vários elementos que merecem ser analisados à luz da discussão que estamos fazendo neste capítulo. Eis como Assunção apresenta alguns dos efeitos da escravidão na constituição das relações de trabalho no Brasil.

Para quem não estuda a questão social e, portanto, não compreende os seus complexos detalhes, a sorte boa ou má do operário depende inteiramente da vontade do patrão, que para essa gente continua sendo, sem tirar nem pôr, o antigo senhor do tempo da escravidão. Não compreendendo a profunda mudança que se operou neste terreno com o regime do salário, o qual estriba num contrato mais ou menos livremente aceito entre patrão e operário, persistem, como os antigos escravos, a ver na pessoa do patrão ou chefe, que fundamentalmente são uma e a mesma coisa, a fonte única de todas as suas desgraças ou felicidades e, por consequência, em vez de se portarem ante eles como homens livres, dignos, - que trabalham em virtude dum contrato assente em direitos e deveres de parte a parte – essa pobre gente degrada-se, qual escravo, em baixas adulações ou em oposições insólitas e estúpidas. Se o patrão atende a todas as suas necessidades pessoais – se lhe dá dinheiro, ou empresta, quando querem casar, batizar um filho, enterrar um avô, engrinaldar um sobrinho – se o patrão atende a essas coisas, que pertencem à antiga situação de escravo, mas escapam ao moderno contrato de trabalho, é, para essa pobre gente, um bom patrão, embora não cumpra pontualmente o contrato, isto é: não pague o salário como fora combinado e não trate o operário como pessoa igual¹⁹⁶.

Podemos reconhecer então, o principal sentido no qual a escravidão aparecia como uma “herança retrógrada” nas formas de agir e pensar dos trabalhadores brasileiros: a pessoalização das relações sociais e a política de *favores* que ela envolvia¹⁹⁷. No trecho destacado, tal processo aparece tanto na tendência a tomar a pessoa do patrão ou gerente como causa dos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores, ou seja, na incapacidade de abstração, quanto nas relações de reciprocidades assimétricas entre patrões e empregados para além do espaço do trabalho, envolvendo uma série de obrigações (casamentos, batizados, noivados, enterros) que, por extrapolarem aqueles deveres objetivos envolvidos no moderno contrato de trabalho, são classificadas como sendo coisas que “pertencem à antiga situação de escravo”. Os rituais religiosos não aparecem por acaso nessa caracterização. A presença da Igreja católica no amortecimento dos conflitos sociais era mais uma marca do passado. Não é a toa que o artigo “A escravidão em Bangu” que analisamos mais acima dava destaque ao papel da religião no ordenamento do cotidiano da vila operária, reeditando uma forma de dominação que parecia anacrônica.

¹⁹⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/06/1909, p. 1.

¹⁹⁷ Como sabemos, a pessoalização das relações sociais é questão que atravessa as principais interpretações do Brasil. Ela seria constitutiva tanto das relações mantidas entre os homens livres pobres e os fazendeiros, na leitura de Maria Sylvia de Carvalho Franco e outros autores, quanto da relação entre senhores e escravos (especialmente os domésticos), como interpreta Gilberto Freyre. O alcance e peso do paternalismo na configuração da escravidão é ponto controverso. Para uma interpretação que reforçou esse aspecto ver Mattoso (2017).

A oposição do autor à tal mentalidade se faz claramente no sentido de defender politicamente e normativamente a prevalência da objetividade e impessoalidade do contrato de trabalho, que faria da ligação entre patrões e empregados uma relação de interesses, ainda que em situação desigual. Esse seria o pressuposto para que se constituísse uma nova forma de pensar e agir, que desse esteio à organização coletiva dos trabalhadores. A consequência negativa da situação observada seria de que somente uma parcela reduzida dos trabalhadores são “conscientes de sua posição”, e ainda se veem prejudicados pois o patrão, “transformado pelo grande número em senhor de escravos, passa a tratar todos como tais, fazendo o que bem entende do contrato em que estriba o regime do salário, de cujo cumprimento se julga desobrigado”¹⁹⁸. Portanto, no entendimento do autor, a atitude da maioria dos operários também contribuía para que os patrões tivessem a possibilidade de desrespeitar sistematicamente os contratos de trabalho. O número reduzido dos que protestam, nesse regime, permite que sejam logo identificados, isolados e anulados como “perigosos perturbadores”. Portanto, a pessoalização das relações entre patrões e empregados era uma herança retrógrada que só servia ao enfraquecimento da organização coletiva (e autônoma) dos trabalhadores¹⁹⁹.

Esta passagem revela a forma pela qual os libertários interpretaram as iniciativas beneficentes e filantrópicas mantidas pelas classes dominantes, bem como sobre os equipamentos de lazer incluídos nas modernas vilas operárias, como a da fábrica Bangu. De certa forma, elas atualizavam as práticas paternalistas que teriam marcado as relações entre senhores e escravos, recriando formas de controle social. É assim que *A Voz do Trabalhador* denunciou, no seu quarto número, a criação de uma associação por parte do “estado maior da fábrica de tecidos Vila Isabel”, com o fim de “arregimentar e escravizar ainda fora das fábricas seus operários”. Pois a sociedade mantinha uma banda de música, composta quase totalmente por “homens de cor”, servindo de atrativo aos trabalhadores que “caíram no laço como carneiros”²⁰⁰.

O texto de Mota Assunção é valioso porque especifica o conteúdo da “herança retrógrada”, o que nem sempre ocorria nas outras menções a ela que encontramos na imprensa anarquista. O francês Paul Berthelot, assinando como Marcel Vereme, afirma em seu pequeno

¹⁹⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/06/1909, p. 1.

¹⁹⁹ Vale dizer que o artigo de Assunção provocou reações e levantou polêmica que se estendeu por alguns números por elogiar o proprietário do *Correio da Manhã*, de quem tinha sido empregado, para defender sua tese de que o problema não está na *pessoa* do patrão. Mas nenhuma das respostas questionou o argumento que acabamos de destacar, o que indica que provavelmente sua interpretação sobre a pessoalização das relações entre patrões e empregados era compartilhada.

²⁰⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 07/08/1908, p. 2. Voltaremos a esse caso adiante.

texto sobre a situação do movimento anarquista no Brasil publicado no *Bulletin de L'Internationale Anarchiste* em 1908, que “a população ainda está impregnada de ideias de escravos – a escravidão foi abolida há cerca de vinte anos” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 109). Já Neno Vasco, respondendo à enquete lançada pelo jornal *A Guerra Social* em 1912, na qual se perguntava pelas causas da apatia do movimento operário brasileiro, faz menção *en passant* aos “elementos incultos, provenientes do trabalho agrícola, de caráter colonial, com ressaibos da escravatura recente”²⁰¹.

A resposta enviada por Pilades Grassini para a mesma enquete monta um breve panorama histórico para situar as dificuldades do movimento operário local. Sua narrativa se inicia justamente com o fim da escravidão, em um momento histórico no qual “o operariado de outros países [já] lutava corajosamente contra a burguesia”²⁰². Esse operariado recente estaria enredado em heranças do passado escravocrata que limitavam seu crescimento. Em relação ao imediato pós-abolição, o autor afirma:

Os escravos libertos não podiam estar no alcance de compreender uma forma de sociedade superior àquela porque acabavam de passar. Os senhores embora conhecessem as ideias modernas tinham todo o interesse de, além do reflexo natural do antigo regime, continuarem a tratar os seus trabalhadores, fossem ex-escravos ou não, na mesma maneira que dantes.

Houve muitos propagandistas e alguns mártires da causa republicana, e a república foi feita, moldada nas mais modernas constituições.

Um raio de luz de nova civilização resplandece sobre o Brasil. Mas os ex-escravos e os poucos trabalhadores que aqui havia estavam numa tal depressão moral que esse raio de luz, embora republicana, não os atingia, e os burgueses que fizeram a república, achando-se ainda senhores da situação, esqueceram-se dos beneficiados pela *lei áurea* e arvoraram-se em outros tantos modernos escravocratas, procurando tirar proveito desse novo regime, que os punha ao nível das nações mais adiantadas.²⁰³

Em resumo, a massa de trabalhadores descendentes de escravizados ou ex-escravos são retratados pela “incompreensão” em relação à sociedade moderna e pela “depressão moral” que os distanciavam das promessas de transformação trazidas pela República. Essa, por sua vez, é esvaziada no seu ímpeto civilizatório pelos interesses da camada “senhorial” em preservar modos de tratamento do antigo regime, para seu proveito egoísta. O retrato é de continuidade entre os dois regimes, e de frustração em relação à novidade republicana. O texto prossegue apresentando a imigração e o industrialismo como marcas do “progresso” e da “civilização” que eram “naturalmente esperados do velho continente e tudo o que lá se passava era objeto de imitação neste país”.

²⁰¹ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 24, 21/08/1912, p. 1-2. As respostas à enquete de *A Guerra Social* serão esmiuçadas no próximo capítulo.

²⁰² A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 23, 14/08/1912, p. 1.

²⁰³ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 23, 14/08/1912, p. 1. Grifos no original.

O próprio Mota Assunção voltaria ao tema alguns anos depois, quando já tinha se afastado da estratégia sindicalista e dos círculos anarquistas. No jornal que edita junto com Ulisses Martins em 1911, *A Vanguarda*, publica longo artigo intitulado “A questão social no Brasil” no qual retoma o argumento das heranças retrógradas. Em escrita ainda mais hostil ao que via como atraso do proletariado nacional, afirma:

Como dissemos, a República encontrou aqui um proletariado atrasadíssimo, a um ou dois séculos de distância do proletariado europeu. Na parte indígena – pretos, mulatos e brancos – predominava a subserviência da escravidão, abolida havia um ano; porque os hábitos e tradições daquele nefasto regime não se imitam as suas presas diretas: refletiam-se *como ainda hoje se refletem*, depressivamente, sobre todos os que trabalhavam para outrem.

O escravo via no seu senhor um ser intrinsecamente superior, quase divino. Quando o preto encontrava no seu caminho um branco, que ele não conhecesse como trabalhador, parava, tirava o chapéu e saudava-o reverentemente:

- Sanscrito, sinhô moço!

Era assim que, tendo eu apenas oito anos, me saudavam pobres trabalhadores de cabelos brancos, numa fazenda do Estado de São Paulo. E a essa submissa saudação o branco devia responder apenas:

- Deus te abençoe!

As consequências depressivas desse funesto ambiente ainda se notam hoje em muitos trabalhadores, que experimentam como que um supersticioso medo diante do patrão, raramente ousando discutir com ele seus interesses.²⁰⁴

É necessário destacar que as passagens citadas acima foram todas escritas por militantes que não tinham nascido no Brasil – Mota Assunção e Neno Vasco portugueses, Berthelot francês e Grassini provavelmente italiano. Ainda que não tenhamos encontrado objeções a esse tipo de diagnóstico da herança retrógrada por parte de militantes brasileiros, é plausível supor que um senso de superioridade ou menor embaraço tenha contribuído para que esse ponto fosse explorado na pena de imigrantes. O artigo de Luigi Biondi sobre a imagem do Brasil presente no periódico *La Battaglia*, publicado em São Paulo e editado em língua italiana, reforça essa impressão. O autor destaca a centralidade da escravidão como “tara originária da sociedade brasileira” (BIONDI, 1998, p. 125) nos textos veiculados pelo jornal. Entretanto, uma diferença fundamental se revela aqui. Além da condenação das elites locais (aferradas ao passado escravocrata), Biondi chama atenção para a presença de uma caracterização genérica da população brasileira como inepta ao trabalho produtivo, indolente, “adormecida num deletério parasitismo” – compondo uma visão francamente “etnocêntrica” da “superioridade do estrangeiro frente ao brasileiro” (Ibidem, p. 137). Ora, extrapolando a identificação de heranças da escravidão na configuração das relações de trabalho para a projeção de atavismos que pesam nos brasileiros como um todo – e aqui não há como desviar

²⁰⁴ A VANGUARDA, Rio de Janeiro, n. 3, 20/05/1911, p. 1. Grifos nossos.

da ideia de raça²⁰⁵ – a conclusão dos anarquistas italianos estudados por Biondi era que a questão social se limitava aos trabalhadores estrangeiros. Parece problemático que, chegando a essa conclusão, o autor não indique que essa visão sobre o elemento nacional era justamente a pedra de toque do discurso imigrantista das elites paulistas! Portanto, reproduziam contraditoriamente o discurso que buscavam combater em suas campanhas contra a imigração para o Brasil. Mas, se tal diagnóstico circulou na imprensa anarquista de língua italiana em São Paulo, onde os imigrantes constituíram a maior parte do operariado, o mesmo não ocorria no Rio de Janeiro. Não encontramos nos periódicos editados na capital federal esse tipo de postulação genérica de uma inferioridade nacional. Essa diferença, ainda que pareça sutil, traz consequências decisivas, obviamente, na medida em que implica na própria iniciativa libertária dentro das classes trabalhadoras.

De todo modo, a associação entre escravidão e “passividade” do trabalhador, era algo mais disseminado nas visões do movimento operário da época. Segundo Angela de Castro Gomes, os socialistas entendiam que “a situação da classe trabalhadora não era muito diferente da de todo o povo brasileiro, que há quatro séculos vivia num ‘estado comatoso’ de ‘obediência passiva’. Os dois fatores apontados como causas primeiras deste fato eram a escravidão e o clero” (2005, p. 67). Na imprensa anarquista, essa associação se liga tanto à atualização de relações despóticas e violentas que não deixam brecha para nenhuma autonomia (algo que estaria presente tanto na “escravidão generalizada” das relações assalariadas quanto na escravidão negra), quanto à ideia de que a escravidão negra teria comportado formas de ajustamento interpessoal que anulavam as expressões coletivas de insubordinação através de canais pessoalizados de favores e benesses entre patrões e empregados²⁰⁶. A imagem do “escravo”, portanto, ligava passado e presente, carregando tanto o sentido mais geral de trabalhador “domesticado”, quanto de herança “retrógrada” que era necessário superar – nesse sentido era tanto metáfora quanto metonímia.

Recapitulando o que vimos até aqui. Os anarquistas projetaram a sua “voz” como uma crítica às mistificações ideológicas do discurso oficial, revelando a realidade do mundo do

²⁰⁵ Podemos lembrar a sugestão de Antonio Sérgio Guimarães, para quem “a negação da existência das raças pode subsistir, *pari passu*, com o tratamento discriminatório e com a reprodução da desigualdade social entre as raças, desde que se encontre um tropo para as raças. Foi o que aconteceu no Brasil.” (1999, p. 66). Me parece bastante possível que a alcunha “brasileiro”, na imprensa de língua italiana estudada por Biondi, funcionasse como um “tropo” que carrega conotações raciais.

²⁰⁶ A título de comparação, podemos lembrar que Roger Bastide (1983) mostra em seu estudo pioneiro que a imprensa negra dos anos 1910-1940 no estado de São Paulo também não representava o passado escravocrata na chave da revolta e da insubordinação. O panteão de grandes figuras negras é construído, nesses jornais, como exemplos de moralidade, mas não há posituação das revoltas escravas. Palmares entraria mais como símbolo da Independência contra Portugal.

trabalho que era escondida pelo verniz do “progresso”. Nesse intuito, construíram uma visão sobre a “escravidão generalizada” que reinava tanto nas modernas fábricas têxteis quanto nos rincões do país – ressaltando a porção de arbitrariedade, violência e exploração que era atualizada nos empreendimentos econômicos da época. Por outro lado, no que diz respeito ao trabalhador nacional, mantiveram a expectativa de que o avanço da industrialização pudesse apagar as heranças retrógradas da escravidão, fortalecendo no operariado a combatividade dele esperada. Aqui o “progresso” era indiretamente elogiado, seja porque apenas do mundo moderno da impessoalidade do contrato de trabalho, das relações econômicas despidas de laços morais poderia surgir uma consciência coletiva, seja porque o passado se apresenta como terra arrasada: apenas um conjunto de brutalidades e obscurantismo para deixar pra trás. Portanto, encontramos essa relação ambivalente com a noção de progresso como um traço fundamental das visões libertárias do país. Como veremos no próximo capítulo, ela seria ainda acentuada quando os anarquistas discutiram o que entendiam como os efeitos nefastos da situação de desorganização social do proletariado.

Mas, antes de terminar, precisamos ainda abordar um último aspecto que se insinuou na discussão anterior. Afinal, a discussão sobre as heranças da escravidão não deveria também tocar no problema da preservação de hierarquias raciais e de formas violentas de discriminação sofridas pela população afrodescendente? Como procuraremos mostrar, se por um lado os libertários rejeitam os termos racialistas do debate intelectual sobre as desigualdades sociais, tal como prevalecia entre elites políticas e científicas da época, por outro lado recusaram e combateram quaisquer reivindicações da “raça” por parte dos trabalhadores ou lideranças negras, chegando mesmo a silenciar ou negar a existência de discriminação racial entre nós.

4.3 Os anarquistas e a questão racial

Começemos com um fragmento da imprensa carioca da época. Durante as manifestações contra a carestia da vida do início do ano de 1913, articuladas pelo “Comitê de Agitação contra a Carestia da vida” e pela FORJ, foram realizados comícios tanto no Centro quanto nos subúrbios da cidade. Buscando presença maior nos locais de trabalho, muitos militantes sindicalistas foram destacados para a agitação na porta das fábricas que se espalhavam pelos bairros mais distantes do centro. Durante algumas semanas o tema da

carestia esteve muito presente mesmo na grande imprensa da época. A *Careta*, por exemplo, famosa revista ilustrada semanal, realiza uma cobertura dos “meetings” apresentando valiosos registros fotográficos das manifestações. Do comício realizado no Catumbi, às 13h do domingo 09 de março, a *Careta* flagra o instante em que um distúrbio interrompe as atividades. Trata-se do momento em que o orador teria sido impedido de falar pela polícia devido ao fato de ser negro.

Figura 6 – Recorte de página da revista *Careta* de 15 de março de 1913 sobre manifestação contra a carestia da vida



Nota: Hemeroteca Digital.

Fonte: *CARETA*, 15/03/1913.

O texto que acompanha a fotografia explicita o teor racista da intervenção policial e a forma como a ela teriam reagido os envolvidos. Por um lado, a revista apresenta seu repórter indignado com o “absurdo” da situação, argumentando que ainda que o orador fosse negro “isso não quer dizer que não fosse uma pessoa decente e um cidadão no pleno gozo dos direitos que a Constituição assegura a todos os brasileiros, sem distinção de cores”. Aqui temos a tensão entre a afirmação universalista do *status* de “cidadão” e a moralidade estigmatizante que já classificava o sujeito negro como alguém que precisa estar o tempo todo provando ser “decente” para “merecer” receber o tratamento igualitário pela lei pressuposto.

Por outro lado, a própria resposta do policial ao questionamento que sofre (“Sei lá! É ordem do chefe...”) dá a medida do arbítrio vindo de cima e indica que os valores embutidos na ordem não são automaticamente partilhados pelo policial que a cumpre. Além disso, a pequena nota termina com o comentário dos editores sugerindo que, se a justificativa dada pelo policial foi verdadeira, “o Sr. Belisário Távora cometeu um ato revoltante de estupidez que pode gerar consequências deploráveis”. Quais consequências? De quais expectativas essa situação de conflito estava carregada?

O orador impedido de falar foi o operário Candido Costa, militante anarquista que teve longa participação na FORJ e no movimento operário da capital²⁰⁷. Curiosamente, a pequena nota publicada no jornal da COB, a *Voz do Trabalhador*, sobre o caso não fala de discriminação racial, nem cita o nome ou a cor do companheiro. Afirma apenas que “o companheiro em questão, para evitar derramamento de sangue, deu por terminada a reunião com estas palavras: 'Povo! Damos por encerrado o comício porque no Brasil não há liberdade de pensamento’”. A versão apresentada é quase idêntica à apresentada em jornais diários como *A Época*, de onde retiramos a informação sobre o nome do orador. A diferença entre as duas coberturas é evidente. Não só o teor racista da situação foi apagado como a fala do orador revela precaução e apaziguamento da tensão para evitar o conflito violento. Por que o jornal da COB e os grandes diários não revelaram a injúria racial? Estariam os editores da *Careta* inventando uma declaração racista que nunca existiu? Essas perguntas podem servir de ponto de partida para a discussão que realizaremos nesta seção, e serão retomadas nos últimos parágrafos do capítulo.

O problema da relação entre a formação das classes trabalhadoras no Brasil e os processos de racialização constitui uma das principais frentes de pesquisa da História Social, tendo avançado bastante nas últimas décadas. No âmbito das Ciências Sociais, a articulação entre raça e classe tem sido debatida com grande intensidade nas últimas décadas. Sem a pretensão de realizar um balanço da discussão especializada, indicamos apenas alguns traços gerais imprescindíveis para nosso trabalho. Como sabemos, o processo de desintegração do regime escravista foi marcado por disputas relacionadas a vários elementos, dentre eles o da força e do regime de trabalho adequados à continuação da produção no âmbito da *plantation*,

²⁰⁷ Costa foi delegado da Liga dos Artistas Alfaiates no Congresso Operário de 1906 e da Liga Operária Machadense, de Machado (MG), no 2º Congresso Operário de 1913 (PINHEIRO; HALL, 1979). Tomou parte em comícios contra a carestia em 1913, contra a Guerra em 1915, e fez conferências em sindicatos e fábricas de tecidos. Ainda não existe um levantamento sistemático das lideranças negras ligadas ao anarquismo.

cujas repercussões regionais foram diversas. Nos centros políticos e econômicos do Sul e Sudeste, prevaleceu o projeto que defendia a imigração subvencionada pelo Estado de grandes contingentes da população europeia. Tal projeto estava envolvido em um processo mais amplo de embranquecimento da população brasileira, entendido como pré-condição para a formação da nação, cujo marcante traço miscigenado constituiria um problema irresolvido.

Nesse contexto, houve preterição sistemática dos homens e mulheres negras em relação aos trabalhadores brancos no mercado de trabalho, como vem mostrando uma extensa bibliografia, pelo menos desde o clássico estudo de Florestan Fernandes (2008). Se as pesquisas mais recentes vem mostrando o enorme equívoco de reduzir as classes trabalhadoras da Primeira República à imagem do imigrante (branco) europeu, ainda é preciso explorar de forma mais aprofundada como as diversas dimensões do racismo impactaram as relações de trabalho e o associativismo operário naquele contexto (NASCIMENTO, 2016).

O peso das teorias raciais do século XIX e início do XX na conformação do ambiente intelectual brasileiro do período é amplamente reconhecido pela literatura especializada. Nas palavras de Lília Schwarcz, enquanto consumidoras da “literatura especializada que vinha da Europa e da América do Norte”, as elites intelectuais tomaram “a questão da raça quase como uma obsessão, como suporte para uma produção nacional e específica” (1993, p. 313). Aqui o “problema racial” teria se constituído como “a linguagem pela qual se torna possível apreender as desigualdades observadas, ou mesmo uma certa singularidade nacional” (Ibidem, p. 314). É claro que as teorias racialistas não inventaram o racismo no Brasil. Elas se particularizam como formulação política e intelectual em um contexto muito específico: o da passagem para uma sociedade de classes, na qual a distinção jurídica entre o cativo e o cidadão deixava de existir. Estavam embrenhadas na reprodução das desigualdades que marcou aquele processo e serviram de base a um projeto de branqueamento da população brasileira que teve como um dos vetores justamente a imigração em massa de trabalhadores europeus subvencionada pelo Estado.

Tendo em vista esse panorama, é bom destacar que a relação mantida entre os libertários e a questão racial era devedora de uma tradição mais longa. Uma longa literatura tem chamado atenção para o processo de desracialização da questão servil ao longo da campanha abolicionista. Em termos gerais, enquanto nos textos das elites políticas conservadoras a situação de conflito racial iminente era destacada e valorizada – servindo como justificativa para as políticas imigrantistas que visavam suprir a grande lavoura de braços com “segurança” – nos textos dos abolicionistas frequentemente a tensão racial foi minimizada e o país foi apresentado como um “paraíso racial” (AZEVEDO, 1987). Desse

modo, buscavam demonstrar a viabilidade da abolição imediata e incondicional sem que fosse produzida uma situação de caos social e conflitos sangrentos. A abolição foi tratada, assim, pela ótica dos “interesses nacionais”, como algo que prejudicava o país como um todo e não como interesse específico da “raça” negra – lógica que favoreceu o “esquecimento” da população afrodescendente após o 13 de maio.

Também nos estudos sobre o movimento anarquista, um conjunto de trabalhos mais recentes vem enfrentando essa questão, tratando-a não apenas como uma demora para perceberem a centralidade da questão racial no mundo pós-colonial, mas como forma direta de desracialização da classe trabalhadora. Como mostra Kirwin Shaffer (2005) em seu trabalho sobre Cuba na virada do século XIX-XX, organizações anarquistas conviveram e buscaram se distanciar de organizações políticas que reivindicavam a negritude como identidade política, como o Partido Independiente de Color (PIC). Em Cuba, o emprego do que estamos chamando aqui de “escravidão generalizada” começou cedo, ainda em 1892, no Congresso Operário que foi realizado apenas seis anos após a abolição da escravidão naquele país. Segundo Shaffer, a campanha para apresentar as condições pós-abolição como uma nova forma de escravidão estavam ligadas à tentativa de “desracializar a escravidão” (2005, p. 91)²⁰⁸.

As razões para tal processo parecem bastante claras. Na percepção dos anarquistas, era necessário construir um movimento de resistência à exploração do trabalho que atravessasse todas as fronteiras étnicas-raciais e nacionais que “dividiam” as classes trabalhadoras. Os próprios anarquistas eram recorrentemente classificados como estrangeiros pelas autoridades ou grupos rivais, alimentando desconfiança ou xenofobia para afastar as organizações operárias da sua influência. A existência de divisões étnico-raciais dentro das classes trabalhadoras no Brasil era apontada com frequência na imprensa libertária como uma das causas debilitantes do movimento operário local. Assim, os libertários buscaram construir suas organizações sindicais e políticas baseadas no universalismo da classe social, sem se referir diretamente à questão racial²⁰⁹. O que não quer dizer, obviamente, que estivessem imunes ao teor racista de práticas e preconceitos correntes a época, para não falar no problema do racismo estrutural.

²⁰⁸ O trabalho de Shaffer (2005) analisa a posição dos anarquistas frente à “guerra racial” instaurada pelo massacre do governo cubano aos militantes negros do Partido Independiente de Color (PIC) em 1912 como situação crucial para pensar a sua relação com a mobilização da raça pelos afrodescendentes em Cuba.

²⁰⁹ Seria possível matizar essa afirmação tendo em vista, no caso da América Latina, a atuação dos anarquistas no Peru. Segundo HIRSCH (2015), ainda que buscando a construção de um movimento multirracial, a imprensa anarquista no país veiculou severas críticas às ideologias de supremacia racial que inferiorizavam as populações indígenas, e buscou englobar formas linguísticas e culturais de alguns povos nativos na sua visão sobre as revoltas camponesas.

O trabalho de George Andrews sobre as relações raciais em São Paulo ressalta que, diferente dos Estados Unidos e da África do Sul, aqui o movimento operário de maciça composição de europeus imigrantes não reivindicou “barreiras institucionalizadas contra a competição dos negros” (1998, p. 103). Na realidade,

Em busca de estratégias para melhorar sua posição e enfrentar seus patrões e o Estado, os trabalhadores de São Paulo parecem nunca ter considerado a possibilidade da exclusão e segregação racial que estava sendo buscada em outros lugares. Se podia ser definida de alguma maneira, sua abordagem era exatamente o oposto. Bastante conscientes das oportunidades táticas que uma classe trabalhadora étnica e racialmente dividida oferecia aos patrões e ao Estado, e inspirados pelas doutrinas igualitárias do socialismo, do anarquismo e do anarco-sindicalismo, os organizadores operários repetidamente invocavam o objetivo de eliminar essas divisões (Ibidem, p. 103).

Nesse sentido, o autor destaca que periódicos como o importante jornal socialista *Avanti!*, editado em língua italiana em São Paulo, faziam apelos aos trabalhadores imigrantes para que abandonassem o “orgulho da raça” (senso de superioridade) que muitas vezes carregavam. O ideal de um movimento operário sem divisões raciais era também explicitamente manifestado na imprensa negra do estado que, ainda segundo Andrews, incentivava seus leitores a se unirem em solidariedade de classe a seus companheiros brancos. O que, obviamente, não quer dizer que esse ideal compartilhado tenha se tornado realidade e nem que os efeitos da reprodução de tais rivalidades e competições tenham sido simétricas para os dois grupos. Afinal, desde *A Integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, sabemos o quanto o mercado de trabalho erigiu barreiras e impediu a plena participação dos negros na “ordem competitiva”.

Para iniciar tal discussão sobre o caso do Rio de Janeiro – já que a configuração tanto das relações étnico-raciais quanto do sindicalismo variou significativamente entre diferentes regiões e estados do país, inclusive por conta do influxo diferenciado de imigrantes europeus²¹⁰ –, vale lembrar que o Distrito Federal contabilizava, segundo o censo de 1890, um total de 37,3% de não-brancos (HASENBALG, 1979). Como os censos posteriores não mensuraram dados relativos a composição racial da população, não podemos indicar as suas transformações nas décadas seguintes. As pesquisas sobre os trabalhadores estrangeiros na capital, onde sobressaiam os portugueses, tem mostrado que não houve segregação socioespacial significativa, não ocorrendo algo próximo dos “bairros italianos” de São Paulo. Segundo Lená Medeiros,

²¹⁰ Entre 1890 e 1920 a região Sudeste concentrou mais de 80% dos estrangeiros vivendo no país (HASENBALG, 1979, p. 157).

Com grande expressão nas áreas que circundavam o espaço central, na zona portuária e nos subúrbios, estrangeiros despossuídos partilharam, com nacionais negros e mulatos, formas materiais de existência muito próximas, marcadas pela pobreza e por dificuldades de toda ordem, onde a miséria e o crime estabeleciam uma dialética perversa (MENEZES, 1996, p. 85).

O trabalho de Maria Cecília Velasco Cruz (2005) critica as interpretações que teriam sobrevalorizado o peso das disputas e tensões étnicas/nacionais nas organizações de trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República. Baseada em extensa pesquisa sobre o sindicalismo do setor portuário do Rio de Janeiro, que a própria autora trata como um “campo negro”, aponta que outros fatores se sobrepunham e qualificavam as contendas que por vezes assumiam a feição de rivalidade nacionais x estrangeiros.

A ânsia de evitar o fortalecimento de divisões étnico-raciais pode explicar, em parte, a pouquíssima atenção dedicada à denúncia de situações de discriminação racial na imprensa anarquista. Nos 185 números de periódicos libertários analisados por nós, encontramos apenas 5 textos que descrevem ou apontam situações de discriminação racial no Brasil. Como a crítica das desigualdades raciais não tinha lugar no discurso político dos libertários, é apenas na ocorrência dessas situações de discriminação racial, apresentadas quase sempre de forma pontual, que a imprensa anarquista reconhece a existência do preconceito racial e da discriminação como problemas sociais específicos²¹¹. Porém, nem todas as situações são apresentadas na forma de *denúncias*, como algo a ser condenado, repudiado e combatido publicamente. Dentre as cinco ocorrências encontradas, três constituem pequenos relatos de situações específicas de discriminação racial ocorridas na cidade. Mas nem sempre tais relatos são escritos em tom de denúncia e condenação da discriminação racial em si.

Duas delas dizem respeito a discriminação de pessoas negras em associações recreativas e beneficentes. O jornal da COB, *A Voz do Trabalhador*, relata que o contramestre da fábrica de tecidos de Vila Isabel estaria expulsando os “operários de cor” da sociedade beneficente “Progresso”, criada pela direção da fábrica – aquela mesma associação que apareceu criticada algumas páginas acima como tendo por objetivo “escravizar ainda fora da fábrica seus operários”. A nota curta pondera que “são quase todos homens de cor os operários que compõe a banda de música”, o que tornaria mais difícil o cumprimento do “proceder escravocrata do sr. presidente [da associação]”. Sem levantar protestos explícitos contra a situação denunciada, o texto do jornal pretende que a situação sirva de lição aos operários da fábrica, afirmando: “Ora, se os operários sócios da ‘Progresso’ fossem solidários

²¹¹ Queremos deixar claro que tal forma de lidar com o racismo já apresenta um “recorte” muito restritivo, dado que em nossa compreensão contemporânea entendemos o fenômeno de modo muito mais estrutural, não se limitando apenas a situações de injúria ou discriminação racial.

entre si, não formariam sociedades para engrossamento dos patrões que os exploram e para aproveitamento de adulões...”²¹².

O segundo “flagrante” de discriminação racial foi encontrado em uma pequena nota também nas páginas do jornal da COB. Com o título “Vergonhoso”, a notinha condenava uma situação ocorrida no clube Tarrachas, em Vila Isabel. O curto relato segue na íntegra:

Uma das operárias que soube distinguir pela sua atividade durante a greve passada dirigiu-se a sede do clube, onde um grupo constituído por moças dava um baile e foi surpreendido [sic] pela notícia de que não era bastante clara para poder misturar-se com as demais que ali estavam. Se a razão é esta é o que nos resta saber, mas cremos ser, porque esses clubes na sua totalidade assentam sobre bases retrógradas²¹³.

Novamente, ressalta o modo parcimonioso com que o jornal acolhe e publica a notícia. Chega mesmo a levantar dúvida sobre a motivação racista da discriminação sofrida. Quando se refere às bases retrógradas em que assentariam tais clubes²¹⁴, dissolve o caráter racial das fronteiras de pertencimento ali envolvidas e destaca as “imoralidades” que seriam cometidas em tais espaços. Sem condenar explicitamente todo e qualquer divertimento bailante, afirma que “é necessário criar centro de diversão e estudo, mas de estudo especialmente e não se entregar os operários e operárias a essas diversões dos clubes que por aí pululam, cheios de imoralidades e pretensões retrógradas”²¹⁵. Defende então que os operários abandonem esses “antros de podridões” e criem escolas, contribuindo assim para a juventude e evitando a “corrupção” moral.

A terceira ocorrência de flagrante discriminação racial aparece apenas dez anos depois, em uma coluna do periódico *Spártacus*, em setembro de 1919. O texto, intitulado “Um caso revoltante”, é assinado por Plínio Saraiva, que se apresenta como um cronista do cotidiano da cidade que faz da rua o seu “campo de observação”, de onde visualiza o “quadro vivo das misérias sociais” e o “contraste flagrante das coisas”. Assim, comenta que

Ainda há poucos dias deu-se um fato, que me encheu de indignação e revolta. Estava eu sentado num café da rua da Quitanda. Eram 10 horas da manhã. O movimento de pessoas que transitavam pela rua era intenso: eram empregados de bancos, homens do comércio, operários, senhoras, gente de todas as classes. De súbito, a minha atenção foi despertada por grande número de indivíduos, que corriam para os lados da rua do Hospício.

Eu também quis ver. Cheguei à porta: dois homens esmurravam-se. Um, de mais ou menos 60 anos, tinha aparência de operário. Era preto, alto, e trajava um terno de

²¹² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/08/1908, p. 2.

²¹³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 19, 30/10/1909, p. 3.

²¹⁴ Tratava-se de uma sociedade carnavalesca que foi criada em Vila Isabel em 1908 pelos organizadores de um conjunto musical homônimo, que costumava se apresentar nos bailes do Clube dos Democráticos, na Lapa. Esse tipo de organização sofria críticas recorrentes nos periódicos libertários.

²¹⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 19, 30/10/1909, p. 3.

casemira, velhíssimo e seboso; as botas, rotas e sujas. Os anos e o trabalho haviam-lhe curvado o dorso para o chão. O outro era um rapaz bem vestido e perfumado. Quando cheguei à porta, eles já tinham sido apartados por populares, mas ainda se entreolhavam raivosos a um metro de distância, fazendo gestos de se atirar um ao outro. O rapaz parecia ter medo. Nesse momento, apareceu um guarda civil que, sem saber do que se tratava, deu a voz de prisão ao trabalhador. É essa a justiça burguesa!²¹⁶

Dos três textos apresentados até agora esse é o único escrito em tom de revolta contra a injustiça cometida, mas o próprio autor não explicita a discriminação racial envolvida. Na continuação o autor explicita que “não sabe e nem quer saber” qual dos dois tinha razão, mas que “se a justiça burguesa não fosse essa senhora venal que todos nós conhecemos”, deveria levar ambos ao delegado para que os fatos fossem esclarecidos. Porém, sabe que se o guarda assim procedesse, “seria repreendido pelos seus superiores!”. Termina seu texto afirmando que situações assim mostram que “a próxima revolução há de ser sangrentíssima”, queiram os revolucionários ou não, já que se acumulam a sede de justiça e liberdade e o “ódio de classes” nas “massas escravizadas”²¹⁷. Ainda que a dimensão racial não seja enunciada explicitamente, a descrição valoriza esse componente na definição das feições dos antagonismos e conflitos sociais.

A quarta ocorrência ocorre em texto do socialista José Saturnino Britto, defensor do cooperativismo, no periódico *O Debate*. Em um artigo sobre a grave deficiência da instrução primária no Brasil, o autor faz breve menção à discriminação racial ocorrida no acesso às escolas públicas.

Nesses antros [...] chega-se à inconsciência de abominar as crianças mais pobres e descendentes da raça irmã, africana, que, atrasada ou não, como dizem os pedantes, foi a que nos amamentou e nos substituiu na lavoura, dando magníficos operários, soldados, honrados professores, artistas, talentosos poetas e prosadores, tribunos, publicistas e políticos de grande valor, ilustres advogados, engenheiros, médicos, oficiais com que a pátria contou na hora em que correu o sangue e se viu que todo ele é vermelho... Quando havemos de pôr termo a essa inconcebível incongruência? Não sejamos vilões!²¹⁸

O texto não chega a dar exemplos concretos de como essa discriminação se dava, por certo que pela razão de ser fato bem conhecido do público – como era também a discriminação racial em escolas religiosas. Além de demonstrar protestar contra tal prática, inserindo-a dentro de um conjunto mais amplo de problemas da política educacional, o autor também busca afirmar um projeto de “formação do nosso caráter nacional, refundindo a nossa trílice raça fundamental, por meio da instrução racional das massas”. Assim, insere a

²¹⁶ SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 8, 20/09/1919, p. 4.

²¹⁷ SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 8, 20/09/1919, p. 4.

²¹⁸ O DEBATE, Rio de Janeiro, n. 7, 23/08/1917, p. 9.

educação dentro de um projeto nacional que estava orientado por uma noção que mais tarde seria chamada de “democracia racial”²¹⁹. Não à toa, o último parágrafo do texto deixa de lado o problema da instrução primária em si para tratar da questão racial, afirmando:

O Brasil, tão belo e imenso, não se fez para expremper [sic] ódio de raça. Saibam cumprir a nossa estupenda missão fraternal, elevando os corações infantis, jamais os envenenando tão revoltantemente com preconceitos vergonhosos para o nosso século, o século que será da Liberdade de todas as raças.²²⁰

Não é fortuito que essa crítica ao preconceito racial no âmbito educacional, generalizado como algo encontrado em todo país, se dê justamente em um texto que discute o problema da construção da nação. Afinal, era justamente aí que o debate intelectual da época se concentrava, e para o qual a “mestiçagem” era um tema central. Já para os anarquistas, a nação era ela mesma apenas um preconceito que servia para mobilizar as massas para a guerra e para perpetuar as hierarquias sociais. Apenas nessas duas últimas ocorrências encontramos o tom de crítica e denúncia às situações apresentadas, mas nenhuma delas foi escrita por militantes anarquistas mais destacados. Curiosamente, se a escravidão negra era lembrada como uma herança retrógrada na vida das classes trabalhadoras do país, o problema da discriminação racial está quase de todo ausente dos periódicos.

A última situação é bem mais eloquente sobre o processo de desracialização em jogo. Em maio de 1909, o jornal *A Voz do Trabalhador* publica o texto “Exploração política”, assinado apenas pelas iniciais “P. R.”²²¹. O artigo critica duramente o sr. Monteiro Lopes, advogado negro que havia sido eleito para deputado pelo 1º distrito da capital federal em janeiro daquele ano. Republicano histórico, ele foi o primeiro parlamentar negro da história republicana a reivindicar tal identidade. Seu caminho até a posse, porém, foi bastante tumultuado. Entre os meses de janeiro e maio, circularam boatos pela cidade que Monteiro Lopes não seriam empossado no cargo por conta do preconceito racial. A suspeita não era infundada. Como mostra Carolina Dantas (2010) em sua pesquisa sobre o caso, Lopes já havia sido eleito outras três vezes (duas para intendente municipal e uma para deputado federal), com candidaturas independentes, sendo que apenas na primeira foi empossado no Conselho Municipal do Distrito Federal, cumprindo mandato de dois anos (1903-1904)²²².

²¹⁹ Carolina Dantas (2009) reconstitui o debate sobre a mestiçagem na grande imprensa da Primeira República, destacando a presença de uma corrente que positivava-a em uma chave próxima daquilo que será chamado de “democracia racial”.

²²⁰ O DEBATE, Rio de Janeiro, n. 7, 23/08/1917, p. 9.

²²¹ É possível que se trate do operário gráfico brasileiro Pedro Rangel, que a época era secretário do Sindicato de Ofícios Vários, organização que reunia o punhado de militantes anarquistas mais ativos na cidade.

²²² Segundo Dantas, Monteiro Lopes teria apoiado durante quase todo mandato no Conselho Municipal as medidas reformadoras do prefeito Pereira Passos, apresentando divergência apenas ao Código de Posturas

Portanto, quando se candidata a deputado em 1909, decide mudar de estratégia e entra na lista do Partido Republicano Democrata, mobilizando uma rede de associações, imprensa e políticos para garantir a sua posse, que afinal se realiza no início de maio.

Na visão do autor do texto, porém, tratava-se apenas de mais um caso de oportunismo político. Identificando-se logo na primeira frase do artigo como “operário militante e como negro”, o autor protesta contra a “exploração política” que o deputado eleito estaria fazendo com os “homens da sua raça e com o operariado do Brasil”. Isso porque, ainda que admita que Monteiro Lopes tem tanto direito à cadeira parlamentar como qualquer outro indivíduo (“sejam eles vermelhos, amarelos, brancos, incolores até”) – assim como o povo teria o “incontestável direito de despejá-los pelas janelas do velho edifício” no dia que julgar conveniente – o deputado estaria mobilizando um discurso racializado para pressionar pelo seu empossamento, levantando fronteiras raciais apenas por interesse próprio.

Mas o injustificável é que o referido senhor, receando que o queijo se lhe escapasse das mãos, procurou levantar um preconceito quase extinto, chamando em seu auxílio os homens pretos deste país e afirmando que ia ser esbulhado do cargo para que tinha sido eleito, porque os seus colegas brancos não o queriam admitir junto às suas invioláveis pessoas.

A esse apelo acudiram algumas pessoas que se julgaram melindradas com o fato. Porém, os negros conscientes não ligaram a menor importância ao brado de socorro do político burguês, porque entenderam, e entenderam muito bem, que lhes é indiferente que este ou aquele deputado, branco ou preto, entre a gozar o delicioso pudim legislativo, pois o que lhes interessa é o extermínio total das arapucas governamentais, inclusive o parlamento com todos os parasitas ali aninhados.²²³

Vários aspectos do argumento merecem comentário. Em primeiro lugar, o fato de que o autor classifica o preconceito racial como algo “quase extinto”, em um claro esforço de atenuar as barreiras raciais que se colocavam em diferentes dimensões da vida social. Reforçava assim o discurso utilizado justamente pelos “opositores brancos” (DANTAS, 2010, p. 195) de Monteiro Lopes, que condenavam a sua convocação dos “homens de cor” como uma forma de recriar/reforçar preconceitos raciais que seriam “coisa do passado”. O elogio à indiferença dos “negros conscientes” projeta a ideia de que não teriam saído em apoio ao político por uma decisão deliberada de recusa do jogo político – o que é uma assunção um tanto interessada.

Em termos mais gerais, é preciso destacar dois aspectos envolvidos na situação. Em primeiro lugar, recai sobre Monteiro Lopes a crítica que os anarquistas mantinham à política parlamentar em geral e ao que viam como o oportunismo dos políticos. É por isso que o título do artigo (“exploração política”) de certa forma espelhava as críticas que Monteiro Lopes

municipal ao fim do período (2010, p. 179).

²²³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 17/05/1909, p. 1.

recebia na grande imprensa²²⁴, quase sempre eivadas de injúrias raciais mais ou menos explícitas. Em segundo lugar, o texto publicado no jornal da COB também demonstra a recusa do que chamamos hoje de política de “representatividade”. Para reforçar a indiferença em relação a quem ocupava os cargos públicos quando devia-se combater as instituições, o autor pergunta qual o lucro que o operariado poderá tirar de que no futuro haja no Brasil um “general negro”.

O nome de Monteiro Lopes ainda voltaria às páginas da *Voz do Trabalhador* algumas semanas depois, em uma curta nota na seção “Crítica e Polêmica”. Dessa vez sem assinatura, o texto reforçava a crítica ao “charlatão” que andaria fazendo reuniões pelos subúrbios com os trabalhadores da capital, prometendo bater-se pelos seus interesses na Câmara. O texto critica a crença nas leis e reforça a posição típica dos anarquistas, que afirmava a inutilidade das leis trabalhistas visto que os patrões não iriam respeitá-las a não ser que os operários se mantivessem organizados e mobilizados, com poder para cobrar e pressionar pelas leis que quisessem. E que para alcançar tal objetivo, a prática dos políticos socialistas, fossem eles brancos ou pretos, seria um empecilho, já que faria dos operários um “rebanho [...] que ainda espera a lei salvadora”²²⁵.

Além das recorrentes ridicularizações, ironias e pilhérias de explícito conteúdo racista que Monteiro Lopes sofreu especialmente por parte das revistas ilustradas²²⁶, o artigo de Carolina Dantas também reconstitui os debates que a sua luta contra a discriminação racial e a mobilização dos “homens de cor” produziu naquele contexto. Quando o deputado eleito iniciou uma campanha pela efetivação da sua posse, realizando reuniões públicas e conferências em sindicatos e associações beneficentes, a imprensa não tratou o caso apenas através de sátiras, mas passou a acusá-lo de coagir a Câmara para que o reconhecesse deputado, acusando também os próprios negros de estarem fomentando a discriminação e segregação racial no país. Outros ainda buscaram reforçar que não se tratava de discriminação racial, mas apenas de lisura no processo eleitoral. Nota-se aí o “medo de que ações políticas

²²⁴ Segundo a autora, “as matérias publicadas sobre Monteiro Lopes nessas revistas ilustradas e de cunho humorístico insistiam em afirmar que ele não diferia de todos os demais políticos: só estaria interessado em obter votos em troca de favores, não teria opinião formada sobre os principais problemas do país e aderiria a quem estivesse no poder” (DANTAS, 2010, p. 182).

²²⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 15/06/1909, p. 3. Como destaca Dantas, Monteiro Lopes – que se dizia socialista não revolucionário – sempre defendeu uma pauta ligada aos interesses dos funcionários públicos e dos operários das oficinas estatais, além de ser partidário do florianismo, o que nos permitiria aproximá-lo do perfil de outros políticos “jacobinos” do período, tal como discutimos anterioremente.

²²⁶ As revistas *Careta*, *Fon-fon* e *O Malho* foram alguns dos órgãos de imprensa mais diretamente envolvidos na campanha contra Monteiro Lopes entre janeiro e maio. Dois anos antes, a *Fon-fon* já havia publicado duas fotografias de Monteiro Lopes fazendo campanha nas ruas do Centro do Rio de Janeiro, colocando como legendas: “Uma cavação preta” e “O Dr. Monteiro Lopes distribuindo cédulas... em branco”. Reforçavam, assim, as acusações de fraude eleitoral que sempre perseguiam sua candidatura.

racializadas se tornassem comuns e conflitos raciais explodissem” (DANTAS, 2010, p. 200), tal como sinalizava o modelo das relações raciais nos EUA que já assustava intelectuais e políticos naquele contexto, incluindo provavelmente o próprio Monteiro Lopes, que sempre esteve “preocupado em se manter dentro dos limites da legalidade e de um projeto assimilacionista” (Ibidem, p. 186). Inclusive nas manifestações de apoio que recebeu em sua campanha, podemos observar a atitude de reconhecer a discriminação racial como um problema social grave que era necessário por termo, não apenas pela injustiça e infâmia que representavam tais preconceitos “retrógrados” na República, mas também pelo receio que eles pudessem fazer surgir antagonismos raciais tais quais os observados nos EUA.

Em suma, o receio da eclosão de tensões raciais estava presente tanto no discurso de Monteiro Lopes como de seus críticos. A diferença fundamental, óbvio, era que a campanha do advogado negro – articulando variadas associações e iniciativas de protesto pelo país – abriu “espaço para o questionamento de valores e atitudes dominantes a respeito das relações raciais, rompendo com o silêncio sobre o racismo, sem minimizar o peso que esse tipo de discriminação impunha à ascensão de indivíduos negros naquela sociedade” (Ibidem, p. 196). Isso ainda que o próprio deputado eleito não tenha mobilizado diretamente a identidade étnico-racial em seus discursos na Câmara dos Deputados, mas somente em declarações à imprensa. De todo modo, podemos observar aqui algumas das tensões envolvidas no debate político sobre a questão racial na Primeira República, no qual a situação norte-americana funcionava como um “espelho” privilegiado sobre os temores envolvidos no pós-abolição.

Sistematizando o que discutimos até aqui, podemos afirmar que, além da discriminação racial estar praticamente ausente dos periódicos libertários como ponto sobre o qual fosse necessário levantar algum protesto enérgico, os libertários se opuseram à reivindicação política da cor por parte da população negra em sua luta antirracista. Sua posição fica mais explícita quando tomamos os comentários que emitiram sobre as tensões raciais presentes dos Estados Unidos da América. Nos oito periódicos pesquisados encontramos quatro comentários sobre o tema, sendo três deles breves discussões de aspectos das relações raciais no país: o “ódio de raça” contra indígenas e negros²²⁷ e a política de segregação racial estabelecida no país²²⁸. O tom dos textos é de condenação e crítica, explicitando o caráter retrógrado das divisões raciais estabelecidas naquele país. Publicando

²²⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 05/08/1914, p. 3.

²²⁸ “Coisas Americanas”, O DEBATE, Rio de Janeiro, 06/10/1917; “Coisas Americanas”, O DEBATE, Rio de Janeiro, 27/10/1917. Ambos artigos são assinados pela sigla “L.B.”. É possível que se tratasse de Lima Barreto, que a essa altura já havia contribuído com a revista semanal *O Debate* em mais de uma ocasião.

tais denúncias, os anarquistas faziam um contraponto aos que invejam os EUA como potência moderna supostamente avançada.

Para os fins da nossa discussão, o texto mais relevante sobre o tema aparece apenas em 1919, no periódico *Spártacus*. A pequena nota sobre o conflito racial nos EUA demonstra de modo cabal as ambiguidades da posição libertária sobre o tema, que envolvia simultaneamente o seu reconhecimento como uma manifestação *disfarçada* da luta de classes e a crítica da mobilização de identidades racializadas no conflito político e fora dele. Como o texto é curto, decidimos reproduzi-lo por inteiro abaixo.

Dos telegramas que têm sido publicados pelos nossos colegas burgueses, sabe-se que está travada uma luta selvagem dos brancos americanos contra os desgraçados negros que, depois da escravidão, foram reduzidos à miséria pela democracia plutocrática dos Estados Unidos.

Na verdade há esse grave conflito na terra do dólar, mas todas as notícias telegráficas são uma descarada *camouflage* da questão social e um estúpido pretexto para desviar a atenção dos trabalhadores da verdadeira luta que o proletariado americano travou contra o desalmado capitalismo reinante.

Pensam os exploradores telegráficos da América que conseguem desfigurar a reivindicação proletária pintando-a de preto e branco, como aqui se faz no estandarte dos Democráticos.

Creemos que esse processo carnavalesco é em pura perda, porque, apesar dos pesares, os americanos levam mais a vida social a sério do que se imagina assistindo as infames fitas dos nossos cinemas.

A luta da raça branca contra a raça preta é um simples episódio de que se valeu a burguesia americana para conjurar a sua irreparável perda.

Em breve, nós saberemos que da matança dos negros surgirão as conquistas vermelhas e com elas o comunismo da sociedade futura.

E quanto a nós, cuidado!

Amanhã, por conta da *camouflage* americana, os nossos burgueses são capazes de provocar a luta dos democráticos com os fenianos.²²⁹

Em primeiro lugar, chama atenção o deslocamento da crítica para os “exploradores telegráficos” que estariam interessados em “desfigurar a reivindicação proletária pintando-a de branco e preto”, “camuflando” a questão social e desviando a atenção dos trabalhadores da “verdadeira luta”. A ideia é que a exacerbação de conflitos raciais só interessaria a própria burguesia, pois, ao mesmo tempo em que são entendidos como um epifenômeno da luta de classes, eles desfigurariam seu verdadeiro conteúdo. O texto não explica porque isso ocorreria ou de que modo tal “processo carnavalesco” desvirtuaria a luta proletária. De todo modo, o tom do texto não deixa muita dúvida quanto a intenção de ridicularizar e deslegitimar a mobilização de identidades políticas racializadas.

Por outro lado, na medida em que reconhece a existências dos conflitos raciais como epifenômenos da luta de classes, mesmo que acabem funcionando como “disfarces”, o texto

²²⁹ “A democracia nos Estados Unidos – uma descarada ‘camouflage’”, SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, 02/08/1919, p. 2.

projeta uma continuidade entre a opressão racial e a luta revolucionária (“da matança dos negros surgirão as conquistas vermelhas”). Entendendo a “luta da raça branca contra a raça preta” como mais um episódio da luta de classes, quase como um expediente vingativo para “conjurar sua irreparável perda” (abolição da escravidão), seria possível reduzir (no sentido químico da palavra) a questão racial à questão social tal como entendida pelas doutrinas socialistas europeias. A ambiguidade da posição apresentada no texto, que ao mesmo tempo reconhece a importância e nega a especificidade do conflito racial pode ser vista até mesmo na estrutura adversativa de uma das frases do texto: “na verdade há esse grave conflito na terra do dólar, mas [...]”.

Tendo em vista a forma desracializada com a qual os anarquistas buscavam articular a questão social é que podemos retomar, agora, um ponto deixado em aberto na abertura do nosso primeiro capítulo. Trata-se de saber por que a situação fotografada e descrita na revista *Careta*, em março de 1913, foi noticiada pela *Voz do Trabalhador* sem qualquer menção à discriminação racial envolvida. Por mais que a “cor” não fosse o único pretexto utilizado pelas forças policiais da época para calar e dissolver protestos, chama atenção que a revista *Careta* não só tenha feito publicar a fotografia, como tenha explicitado o teor racial da proibição policial, levantando protesto contra a situação, enquanto no jornal da COB, que não possuía meios para a impressão de ilustrações gráficas ou fotografias, a questão pode ser apresentada apenas como desrespeito à liberdade de pensamento. Parece plausível supor que, mesmo sem podermos afirmar com certeza que as coisas se passaram tal como narra a *Careta*, na forma de lidar com a situação pelo jornal da COB estivesse envolvido o processo de desracialização que vimos disseminado no tratamento conferido à questão racial no país.

Por fim, é preciso ter em vista que, no que diz respeito à desracialização, os anarquistas apenas seguiam uma tendência mais generalizada entre os progressistas. Tendo o EUA como modelo, a compreensão disseminada era de que o Brasil não apresentava barreiras significativas pela ausência de normas legais que estabelecessem a discriminação ou segregação racial, bem como pelo caráter mestiço do seu povo. Nesse esquema, toda enunciação antirracista se fazia no sentido de evitar a escalada de conflitos raciais, enfrentando a oposição daqueles que argumentavam que era a própria denúncia antirracista que “criava” aquilo que entre nós não existia. Joseli Mendonça mostra que esse era o raciocínio, por exemplo, do advogado socialista Evaristo de Moraes, que atuou na defesa de diversos sindicatos de resistência e escreveu o pioneiro estudo *A Campanha Abolicionista*, para quem “a ‘questão da raça’ deveria ser tratada no âmbito da ‘questão social’” (MENDONÇA, 2004, p. 238)

Ademais, as pesquisas historiográficas tem mostrado a grande dificuldade para a afirmação e mobilização no campo político de uma identidade racial negra nas primeiras décadas do pós-abolição. No Rio de Janeiro, a campanha a favor de Monteiro Lopes parece ter sido uma situação excepcional e o associativismo negro praticamente desaparece até a década de 1930²³⁰. Não pretendemos dar conta desse tema aqui, já que extrapola em muito os limites de nosso trabalho. Mas vale apontar apenas que também do ponto de vista da população afrodescendente muitas vezes o “silêncio sobre a cor – que simbolizava na *performance* social a perda da marca da escravidão – era um ideal amplamente compartilhado” (MATTOS, 2013, p. 367, grifos no original). Ainda que tenham surgido iniciativas que buscavam criticar e ressignificar os estigmas raciais que pesavam sobre a população negra, parece ter prevalecido aquilo que Cunha aponta como “resultado da complexa circunstância política que desaguou no 13 de maio de 1888”: “[que] a questão racial tenha permanecido longamente entre as coisas sobre as quais era melhor não falar” (2009, p. 15). Resta completar: que não cabia aos próprios negros falarem. O que, obviamente, só vem reforçar a profundidade do racismo como sistema de dominação na sociedade brasileira – algo que os anarquistas não reconheceram como um alvo a ser discutido, denunciado e combatido abertamente.

²³⁰ O trabalho de Petrônio Domingues (2014) encontra referências apenas ao funcionamento da Confederação Brasileira dos Homens de Cor, sobre a qual quase nada sabemos, nas duas primeiras décadas do século na capital. Sobre o conjunto de associações recreativas, assistencialistas e/ou culturais que surgiram no período em outros estados, o autor afirma que “o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e um projeto ideológico mais amplo” (2007, p. 105).

5 UNIVERSALISMO X PARTICULARISMO

A partir da discussão realizada no capítulo anterior sobre os usos e referências à escravidão na construção da imagem do país na imprensa anarquista, podemos nos aproximar agora, por outro ângulo, dos efeitos da adesão às doutrinas universalistas e igualitárias do anarquismo em sua apreensão sobre a sociedade brasileira. Apesar da transcendência envolvida nos seus postulados em relação a qualquer contexto particular, não devemos abstrair destes para compreender os usos e efeito das enunciações do universalismo em cada contexto. Afinal, a adoção de ideias universalistas não define automaticamente, pelo poder da sua enunciação, o sentido e o alcance que tal reivindicação poderá assumir. Mais ainda, ela carrega consigo, como qualquer prática política, sua própria série de contradições. Ter em mente tais preocupações é essencial para avaliarmos os resultados da produção intelectual dos libertários dentro daquele contexto. Percorrendo os periódicos libertários agora atrás das análises que ensejaram sobre a realidade brasileira, interessa-nos investigar o potencial de descompartimentação da matéria local que eles guardaram. Afinal, inserindo os problemas do país na chave mais geral do desdobramento mundial da ordem capitalista, os libertários certamente contribuíam para a “desprovincianização” da experiência brasileira, para utilizar um termo de Roberto Schwarz (1978; 1999).

Neste capítulo vamos perseguir os resultados desse impulso universalista mas também apontar os seus desdobramentos menos óbvios, mais desconcertantes, algo imprescindível quando o próprio Schwarz também nos alerta que muitas vezes “as ressonâncias não programadas dos registros universalista e localista são o que estes têm de mais verdadeiro” (2012, p. 40). Pois, como já colocou Jacy Seixas, ao invés de tomá-la como um dado, nós devemos “questionar em que medida os socialistas, na virada do século, conseguiram romper com o pensamento dominante, do qual eles pretenderam se distanciar”²³¹ (1992, p. 23). Para tal, nos debruçaremos sobre as visões dos libertários sobre as próprias classes trabalhadores locais – visões que se destacam, aliás, pela grande discrepância em relação ao imaginário produzido pelas esquerdas posteriormente, a partir dos anos 1940, associado ao projeto “nacional-popular”.

²³¹ No original: “On doit pourtant se demander dans quelle mesure les socialistes, au tournant du siècle, se sont écartés de la pensée dominante, dont ils prétendaient se démarquer”. A autora usa a categoria “socialistas” nessa passagem mas sua pesquisa se debruça especialmente sobre a produção dos anarquistas.

5.1 Um impulso desprovincianizador

Para legitimar e justificar a sua posição revolucionária, os libertários precisavam, em primeiro lugar, se contrapor à ideia que o Brasil seria um país livre dos antagonismos modernos que cindem as sociedades avançadas em conflitos de classe. Trata-se do debate sobre a configuração da questão social entre nós. Nos primeiros números de *A Voz do Trabalhador* encontramos o artigo do gráfico Carlos Dias, intitulado “O direito humano de reivindicar – propaganda da questão social no Brasil”. O autor critica a forma com que a imprensa costumava tratar as greves e mobilizações operárias no país, classificando os trabalhadores mais combativos como “desordeiros” e apelando sempre à conciliação com os patrões. Expressavam, assim, a falta de estudo sério sobre o tema e a disposição comercial de emprestar a pena a tudo aquilo que interessa os proprietários. Mas não seria apenas nas agitadas redações de jornais que o tema seria mal compreendido. Também entre doutores e literatos, inclusive os imortais da Academia de Letras, o tratamento da questão social seria muito deficiente, não passando de um “bosquejo ligeiro de sociologia barata ou de diletantismo mórbido de meia dúzia de aspirantes à gloriolas efêmeras”²³².

O autor ataca especialmente o escritor e sociólogo Silvio Romero, apresentado como um estudioso dos mais talentosos e eruditos do país, cuja obra seria de “incontestável valor”, mas que justamente por isso poderia dar uma boa medida do enorme equívoco dos intelectuais brasileiros no tratamento da questão. Citando um trecho do discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras em dezembro de 1906, Carlos Dias busca refutar a ideia que o Brasil possuiria a “extravagância” de andar “quase diariamente a ter greves, antes de termos indústrias”, o que seria “obra dos anarquistas” (ROMERO, 1987, p. 111). Reconhecemos aqui a recorrente acusação de que os anarquistas estariam “implantando” formas de conflito exóticas e estranhas ao povo brasileiro, e por isso seriam os responsáveis pelas greves cuja ocorrência Romero obviamente exagera para provar seu ponto. Frente a tamanho disparate, associado à noção vulgar de que o país teria abundância de terras férteis e oportunidades de trabalho, o militante anarquista responde realizando justamente o movimento de recusa do particularismo, associando o país à dinâmica mais geral das sociedades modernas.

As mesmas causas de desorganização social, a mesma luta econômica, a mesma corrupção moral que danifica a humanidade em toda a parte, tem aqui, também, as

²³² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n.4, 15/08/1908, p. 3.

suas raízes. Organizado como os demais países, do velho e novo mundo, impondo a lei, a autoridade, sob a pressão aviltante dos códigos, há, nesta terra toda a matéria prima para as rebeldias, desde os abusos e os ódios mal contidos do Estado, até os extremos das injustiças econômicas que geram a miséria e fatalmente a subversão, que vai do movimento lento da massa até os grandes movimentos a mão armada em que o povo afirma o seu direito, embora morrendo no campo da peleja. Temos tido exemplos, e, se quisermos demonstrar, podemos encontrar até atos de ação direta revolucionária, se bem que inconscientes.²³³

O ensejo de conectar o país ao andamento mais geral da “desorganização social” produzida em todo mundo pelas formas de autoridade estatal, pelas injustas estruturas econômicas que causam a miséria, encontra aqui expressão cristalina. Com isso mudava-se o ângulo pelo qual, ao invés de ser parte do problema, a revolta popular seria a sua solução, na medida em que permitiria demolir completamente a “carcaça” da “sociedade artificial, que representa etapas retrógradas nas civilizações e, por isso, torna impossível a vida normal”²³⁴. Ainda que aponte a existência de exemplos de “ação direta revolucionária” no país, o autor prefere não citar nenhum caso concreto, acrescentando que se tratam ainda de movimentos “inconscientes”. Na realidade, o restante do texto acaba reforçando a ideia de que a situação dos trabalhadores do país se caracterizava mais pela miséria e pela degradação moral do que pela revolta.

O proletário não conhece satisfação nem bem-estar. O seu viver é o perpassar de uma prolongada série de padecimentos que o atrofiam, o arrastam dolorosamente sempre por caminhos abrolhos. É o sofrimento constante e minaz, que exaure as forças, que amesquinha, dura verdade, até a própria dignidade, o estado permanente das classes trabalhadoras, das multidões pobres. É tamanha a degradação moral a que vão descendo aqueles a quem a miséria embruteceu, tornando-os cada vez mais inconscientes que o servilismo, a resignação, parecem até moléstias endêmicas que requerem prontas e enérgicas medidas afim de por-lhes um paradeiro. Só a profilaxia moral da propaganda consciente o conseguirá.²³⁵

Frente a quadro tão negativo para as perspectivas emancipatórias, não é fortuito que o trabalho de propaganda seja apresentado como uma “profilaxia moral”. De fato, o autor dedica os últimos parágrafos do seu texto a defender os efeitos benéficos que o neomalthusianismo poderia trazer para as classes trabalhadoras. Como um paliativo para a situação de “desorganização social” em que se encontravam, a adoção de medidas voluntárias para a limitação da prole poderia diminuir os efeitos nefastos da miséria nas famílias operárias, reduzir o exército de mão de obra disponível para exploração e limitar as patologias

²³³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n.4, 15/08/1908, p. 3.

²³⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n.4, 15/08/1908, p. 3.

²³⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n.4, 15/08/1908, p. 3.

sociais advindas de tal estado²³⁶. A associação entre pobreza, degradação moral e neomalthusianismo será abordada mais a frente.

Pelo papel fundamental que cumpria na justificação da adesão de ideias anarquista, esse movimento de recusa do particularismo e associação do país com a dinâmica e organização social que vigorava no “velho mundo”, pode ser encontrado em muitos outros textos. Astrojildo Pereira, assinando como “Tristão”, escrevia num diálogo ficcional de propaganda sobre as causas da questão social: “Ah! Meu amigo, não se trata de um mal local: o mal é universal; e universalmente tem que ser combatido. Por isso, os trabalhadores de hoje se dão as mãos por cima das fronteiras”²³⁷. Não seria outro o ponto central do texto de Lima Barreto, assinando como “Isaiás Caminha”, na *Voz do Trabalhador*²³⁸. Em 1919, o jornal *Spártacus* publica um artigo de Antonio Fernandes intitulado “Aspectos da luta de classes” onde encontramos a mesma recusa do particularismo nacional. O texto critica o emprego do *lock-out* pelos patrões para desarticular as lutas operárias, e alerta que, assim como na Europa, aqui também esse expediente perverso se voltará contra os seus perpetradores na medida em que os trabalhadores experimentarem os seus efeitos nefastos e avolumarem ainda mais sua revolta. Associando o processo que passaria o proletariado no Brasil e na Europa, afirma que

No Brasil, o patronato está usando com frequência essa arma para combater o proletariado: sendo no Brasil a organização capitalista a mesma que na Europa, empregando os mesmos métodos aqui como lá, o resultado será o mesmo; as mesmas causas produzem os mesmos efeitos; apenas no Brasil os trabalhadores terão de vencer esse obstáculo, depois de os trabalhadores o terem vencido na Europa.²³⁹

Curiosamente, o texto não deixa de notar que a presença da organização capitalista tanto aqui como lá carrega consigo algo de hierárquico. Não só a diferença entre lá e cá é temporalizada como “primeiro na Europa, depois no resto do mundo”²⁴⁰, como é também apresentada como diferença entre o “original” e a “cópia”. Comentando a atuação da Igreja católica no meio da organização sindical do período, o texto afirma:

Aqui, no Brasil, país de cópia e imitação, onde os acontecimentos de outros países se refletem como num espelho, a burguesia também está lançando mão desse recurso, mandando os *corujas* de batina intrometer-se nos meios operários para desviá-los das suas organizações e formar os sindicatos *amarelos*. [...] ²⁴¹

²³⁶ O último parágrafo do texto sentencia: “limitar a prole é limitar o número de desgraçados que justificam a existência dos parasitas: trabalhadores para os burgueses; criminosos e loucos para os juizes e médicos exercerem as suas sinecuras; alcóolicos, mendigos, prostitutas e para sustentar todos os que vivem dessa miséria – soldados – carne para canhão!”.

²³⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 22, 01/01/1913, p. 2.

²³⁸ “Palavras de um ‘snob’ anarquista”, A VOZ DO TRABALHADOR, n. 31, 15/05/1913, p. 3.

²³⁹ “Aspectos da luta de classes”. SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, 02/08/1919, p. 2.

²⁴⁰ A expressão é livre tradução minha para a máxima “historicista” na definição de Chakrabarty: “first in Europe, then elsewhere” (2000, p.7).

²⁴¹ “Aspectos da luta de classes”. SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, 02/08/1919, p. 2. Grifos no original.

As ideias de “cópia” e de “reflexo” mereceriam tratamento mais alongado, pois acionam questões recorrentes no pensamento social brasileiro. Porém, não chegam a ganhar maiores desdobramentos no próprio texto citado. Aparentemente a ideia de “cópia” não carregava aí conotação pejorativa. Pelo contrário, entra no cômputo do esforço de compreender o país em chave não particularista, associando os fenômenos que aqui ocorrem à dinâmica mais geral do capitalismo. Assim, a defasagem das experiências copiadas não implicaria na inviabilidade da transposição de formas de organização política e social desenvolvidas na Europa. Afinal, os libertários *não* estavam voltados para a construção de uma identidade nacional, e também não buscavam a afirmação de uma particularidade *cultural*. Como vimos no capítulo anterior, o passado aparece apenas com um embaraçado conjunto de brutalidades e obscurantismos retrógrados que custava a desaparecer.

Portanto, um dos aspectos em que se mostra de modo mais inequívoco o universalismo dos libertários, e que contrastava fortemente com o clima político-intelectual da época, está na sua obstinada recusa de qualquer nacionalismo. As críticas ao patriotismo reinante constituem presença frequente nos textos da imprensa libertária. Os valores patrióticos, difundidos pela “educação cívica” que moldava os projetos escolares ou pelos discursos de políticos e jornalistas, serviria apenas para justificar injustiças diversas: a guerra, as hierarquias sociais, a deportação de imigrantes militantes, a repressão contra greves e protestos em nome da manutenção da “ordem pública” e da produção econômica, etc. Como destaca Angela de Castro Gomes,

O importante a ser observado é como, a partir de uma doutrina universalista, abriu-se todo um espaço para a reflexão de questões nacionais. O internacionalismo anarquista (assim como o comunista, décadas depois) não devia ser vislumbrado como um obstáculo para a discussão do que era ser brasileiro e de quais eram os problemas do país. O que ocorria é que a perspectiva universalista fornecia um outro ângulo de visão (2005, p. 104).

Em algumas raras ocasiões, aparecem nos periódicos libertários cenas que indicam o não compartilhamento, por parte da “plebe”, dos valores nacionalistas²⁴². A recusa do orgulho nacional como *valor* cultural a ser defendido se revelava também em sátiras das hipocrisias patrióticas. Respondendo repetidas vezes à acusação de estrangeirismo, os anarquistas chegam a fazer pilhéria com o coeficiente de “brasilidade” que parecia estar na base dessas

²⁴² O periódico *A Guerra Social*, por exemplo, publica texto elogiando a falta de decoro da população carioca em relação ao luto oficial decretado pela morte do Barão do Rio Branco em fevereiro de 1912. Em tom irreverente comenta que o povo ignorou o adiamento das festas momescas e aproveitou o carnaval como se nada tivesse ocorrido. Termina dizendo que “o povo, na essência, nada tem em comum com a Pátria, nada há que o identifique aos patriotas. O povo não é pátria. E não é patriota, porque o patriotismo é uma mentira, um embuste que ele percebe e sente intimamente.” *A GUERRA SOCIAL*, Rio de Janeiro, n. 14, 28/02/1912, p. 1.

classificações: brasileiro seria apenas o “boêmio”, o que “tem ainda foros de escravidão e servilismo”, os que “nos dias de Carnaval, vão para as praças públicas requebrar o maxixe, fazendo rir os burgueses reclinados nos automóveis de luxo”²⁴³.

O tema se ligava também ao renitente antimilitarismo dos libertários, constituindo talvez a sua característica distintiva mais própria, mesmo dentre as correntes socialistas ligadas ao movimento operário. Ao longo dos anos organizam diversas campanhas contra a guerra e as disposições bélicas constantes da geopolítica mundial, pregando o internacionalismo e denunciando que a vítima dos empreendimentos sangrentos era o povo que morria nos campos de batalha. Em 1908, os militantes lançam pela COB campanha nacional contra o projeto de lei que instituía o sorteio militar obrigatório, a partir do alistamento dos homens entre 20 e 30 anos de idade, distribuindo boletins e realizando comícios na capital²⁴⁴. Durante a campanha eleitoral de 1910, questionam a suposta ausência de militarismo entre os civilistas, fazendo piada com a diferença que teriam dos hermistas²⁴⁵, e em 1915, atacam a campanha da Liga de Defesa Nacional, encabeçada pelo escritor Olavo Bilac, que vinha realizando grande propaganda na população da capital. Com a eclosão da Guerra em 1914, intensificam a campanha pela paz e criticam a adesão de partidos e organizações socialistas europeus ao conflito²⁴⁶.

A preocupação em afastar nacionalismos patrióticos também estava ligada aos misteres de organização do movimento operário em um contexto onde as classes trabalhadoras eram compostas por diferentes nacionalidades. Assim, evitar o conflito e as rivalidades nacionais dentro de organizações de classe também constituía uma das principais preocupações dos libertários, para o que mobilizavam seu discurso internacionalista e antipatriotista. Um comentário sobre a situação do sindicato dos pintores em *A Voz do Trabalhador* mostra como a exacerbação de fronteiras nacionais era lida como algo

²⁴³ “A essa boa gente brasileira...” SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 5, 30/08/1919, p. 4.

²⁴⁴ O boletim da COB, afirmando ser inconstitucional a lei do sorteio militar, conclamava a não inscrição nas listas por conta da precariedade do controle estatal sobre o registro civil: “É preciso energia e calma. Ninguém responda a essas chamadas nem consinta que os patrões entreguem as listas. O governo não tem meio de saber quem tem 20 a 30 anos. O registro civil só existe de 1889 pra cá e as igrejas não fornecerão os seus livros”. A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 7, 06/12/1908, p. 3.

²⁴⁵ Ver por exemplo, “Gaita de foles”, A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 3, 02/08/1911, p.2

²⁴⁶ O debate dentro do campo libertário, fomentado pela polêmica adesão de Kropotkin e Malato ao conflito armado, aparece nos artigos de Domingos Ribeiro Filho e Francisco Viotti na revista *A Vida*. Enquanto Domingos classifica como “inócuo” e “sectário” o pacifismo “purista” dos que se mantinham inflexíveis na posição doutrinária, Viotti rebate a posição do companheiro, apontando que o debate aberto entre anarquistas mostrava somente ali existe real liberdade de opinião, pois mesmo sendo intelectuais muito notáveis, suas posições não prevaleceram. Ali não havia o “Magister dixit” do argumento de autoridade. A VIDA, Rio de Janeiro, n. 6, 30/04/1915, p. 87-91.

“vergonhoso”, já que seria explorada também pelos líderes políticos “demagogos” dos socialistas.

É de lamentar que os operários pintores, que em todas as partes estão associados e lutam contra o capital, aqui no Rio, onde a sua situação não é nada lisonjeira, tenham no abandono a defesa dos seus interesses. E o que é mais lamentável, e até vergonhoso é que tenham chegado ao ponto de suscitar rivalidades nacionalistas, coisa indigna de trabalhadores que devem lutar pelo desaparecimento das fronteiras e dos preconceitos patrióticos, que são um obstáculo para a fraternidade e a emancipação humana.²⁴⁷

O esforço para escapar de todas as formas de nacionalismo, recusando as explicações baseadas num particularismo – fosse ele de ordem racial, cultural, ou histórico – sociológico, também pode ser visto no modo pelo qual os libertários interpretaram algumas notícias vindas do Brasil “profundo”. A Guerra do Contestado, sobre a qual conseguimos encontrar alguns artigos entre os anos de 1914 e 1915, que se desenvolveu na região Sul do país é uma oportunidade excepcional para captarmos os efeitos desse ângulo de visão. No primeiro deles, em artigo intitulado “O patriotismo deles”, busca utilizar o caso para expor justamente a hipocrisia do patriotismo oficial.

O texto inicia desconfiando da categoria “fanáticos” com que a grande imprensa classificava os revoltosos, como se formassem uma reedição ainda maior do povoado de Canudos²⁴⁸. Em seguida, expõe quais seriam as verdadeiras razões da eclosão do conflito na região, que seria habitada por “pequenos cultivadores, que receberam do Estado, em outros tempos, o rincão de terra que lavraram e onde cada um vive legitimamente convencido da propriedade do seu sítio”. A guerra seria, nessa interpretação, resultado da ação de empresas e especuladores que, vislumbrando grande potencial econômico naquelas terras, passou a cobiçá-las e negociá-las diretamente com o governo e seus prepostos, para desagrado dos pequenos agricultores²⁴⁹. O foco nesse artigo recai na situação em que, com o agravamento do conflito, o governo federal estaria utilizando aviadores estrangeiros para combater por vias áreas os revoltosos.

De maneira que se dá este fato: um aviador estrangeiro, contratado pelo governo brasileiro, vai matar o maior número que lhe for possível de brasileiros, que se revoltaram contra a espoliação que lhes quer aplicar uma empresa industrial estrangeira. Os patriotas do governo, por intermédio do exército defensor da honra da pátria coadjuvado por um aviador estrangeiro, defendem, assim, os interesses de alguns industriais e financeiros estrangeiros contra os interesses de alguns milhares de brasileiros.

Frisamos essa qualidade de brasileiros e de estrangeiros não porque isso, para nós, influa no modo, nos métodos porque as forças federais vão matar os revoltados. Matar é matar. Reprimir é reprimir. Oprimir é oprimir. Explorar é explorar. O que

²⁴⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 10, 01/05/1909, p. 4.

²⁴⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 63, 01/10/1914, p. 1.

²⁴⁹ Para uma interpretação recente do Contestado que desenvolve essa chave de leitura ver MACHADO, 2004.

nós queremos é mostrar e provar ao povo que o patriotismo é uma refinadíssima mentira governamental e que o pessoal da governança está sempre pronto a defender os interesses dos ricos, dos capitalistas, contra os pobres, contra os proletários²⁵⁰.

O texto não deixa margem de dúvida quanto posição favorável aos revoltosos. O mesmo ocorre com a série de artigos sobre o Contestado publicada nos primeiros números do periódico *Na Barricada*, no ano seguinte. Em primeiro lugar, criticam as barbaridades cometidas pelas tropas do general Setembrino de Carvalho, cujo título de “Pacificador do Ceará” é entendido a contrapelo. As degolas, os assassinatos de povoados já rendidos, o incêndio de choupanas e outras atrocidades são lidas através das teses de Augustin Hamon sobre o militarismo, estabelecidas em seu livro *Psicologia do militar profissional* (1894). Tanto as façanhas do exército brasileiro em Canudos e na Guerra do Paraguai quanto a matança generalizada da Grande Guerra que ocorria então na Europa confirmariam as teses de Hamon, para quem as atrocidades de guerra não são acidentes, mas o resultado necessário da moral produzida no meio militar. O livro de Hamon, aliás, já constava da lista de leituras indicadas pela imprensa libertária há alguns anos, e circulava mesmo em edição em português.

O texto, sem assinatura, esboça uma leitura alternativa sobre o significado do conflito do Contestado, invertendo a valoração ideológica promovida pelo discurso governamental e pela grande imprensa.

Se perguntarem às forças federais que operam no Contestado que significa aquela luta, não saberão responder. Foram ali para exterminar os chamados fanáticos e estão fazendo como podem. Entretanto, hoje já se sabe os motivos da revolta dos tais fanáticos.

Eram eles rudes trabalhadores dos campos, vivendo segregados da civilização do litoral, como acontece a toda a população sertaneja do Brasil. Descuidados construíram as suas casas e iam vivendo dos recursos da terra que cultivavam. Eis que, de repente, são surpreendidos por levas de trabalhadores a construírem estradas de ferro, por excursionistas estrangeiros que, dominados pela cobiça, ali vão estudar a fecundidade e a produtividade das terras e os meios de delas se apoderarem.

Passado mais algum tempo, nova surpresa: souberam que aquelas terras tinham outros donos e que tais donos eram personagens poderosos pelo dinheiro ou pelas posições políticas. E não tardou que fossem despejados de suas casas e expulsos.

Era natural, portanto, que se revoltassem, e se revoltaram²⁵¹.

O enquadramento “euclidiano” da divisão entre litoral e sertão se faz notar – de fato, *Os Sertões* era lembrado, na imprensa libertária, sobretudo pela crítica ao exército brasileiro e pela denúncia de suas atrocidades. A situação dos pequenos agricultores antes da expansão capitalista na região é tomada como equilíbrio e harmonia. As dimensões religiosas do

²⁵⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 01/10/1914, p. 2.

²⁵¹ NA BARRICADA, Rio de Janeiro, 01/04/1915, p. 24-25.

movimento do Contestado são relativizadas, ou mesmo minimizadas, para que sua motivação social seja destacada. Com isso, sendo entendida como mais um episódio da luta de classes, pode-se compreender como “natural” a sua revolta. Os últimos parágrafos não deixam dúvidas sobre a visão dos libertários sobre o conflito.

Para nós, portanto, criminosos não são os *bandidos* do Contestado, mas os governos de Santa Catarina e Paraná, as forças federais; o general comandante, e, por consequência, o governo federal. Os fanáticos não são fanáticos, mas, na sua grande maioria, indivíduos espoliados das terras que cultivavam, e hoje transformados em instrumentos da política sórdida e dois Estados da Federação²⁵².

A crítica ao militarismo orientava as avaliações dos libertários sobre outros movimentos insurgentes da época. É o caso, por exemplo, da Revolta dos Marinheiros de 1910, que ganha uma nota de canto de página no seu terceiro aniversário, na qual o anarquista José Borobio²⁵³ reconhece com simpatia o sofrimento dos marinheiros revoltados, mas pontua com total sobriedade os limites daquele movimento, já que para levar a sério a luta contra as brutalidades seria necessário romper com o militarismo como um todo. A nota não comenta o aspecto racial da Revolta da Chibata, nem as reivindicações e tensões internas aos marinheiros. Saudando o movimento como a todo “ato que afirme a dignidade humana”, afirma: “Aos que hoje vão servir no exército, marinha ou polícia, por necessidade, por falta de trabalho, nosso conselho é: antes de vestir um uniforme, ide roubar; antes de ser soldado, sede salteador de caminhos... O crime maior é o crime organizado”.²⁵⁴

Através dos fragmentos recolhidos e trabalhados até aqui acredito ser possível reconhecer na produção intelectual dos libertários um forte impulso desprovincianizador que tinha efeito decisivo sobretudo na forma como analisavam, pelas lentes universalistas da luta de classes, os conflitos e lutas sociais do período. Desenvolviam, assim, uma percepção muito distinta da cultivada pelas elites nacionais, pelas quais a índole pacífica do brasileiro o indispunha aos modernos conflitos de classes. Por mais que o impacto de sua imprensa e propaganda não tenha alterado o cenário intelectual, reconhecer o potencial desestabilizador da sua produção intelectual, baseada no esforço conjunto de militantes para manter os periódicos funcionando e contando com a colaboração de intelectuais desgarrados e trabalhadores manuais, é o primeiro passo para que seja reconhecida como parte de nosso pensamento social. Além disso, procurando estabelecer referências valorativas francamente opostas as ideologias dominantes, se contrapunham ao padrão militarizado, hierárquico e

²⁵² NA BARRICADA, Rio de Janeiro, 01/04/1915, p. 25. Grifos no original.

²⁵³ Borobio foi delegado da Federacion Obrera Regional Argentina (FORA) no 2º Congresso Operário de 1913, tendo residido por alguns anos no Brasil.

²⁵⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 44, 01/12/1913, p. 1.

patriótico de entendimento da cidadania que era reivindicado pelos radicais da Primeira República.

Mas o interesse na investigação da produção intelectual dos libertários não acaba aqui. Como todo bom enredo há também reviravoltas desconcertantes. A ânsia de negar ou suprimir a disparidade absoluta entre o “lá” (Europa, “países avançados”) e “cá”, necessária para justificar a adoção das ideias anarquistas, trazia consigo certa interdição quanto à reflexão sobre as diferenças entre os países e contextos. Pelo menos em relação ao quanto essas diferenças deveriam ensejar estratégias diferentes. Acredito ser possível propor como hipótese interpretativa que, como o reconhecimento de qualquer particularidade corria o risco de soar como um “particularismo” a desabonar a viabilidade local da doutrina, a adesão ao anarquismo se dava como uma *aposta* de tipo “ou tudo ou nada”. Assim, não ocorre com o anarquismo um processo de aclimatação e muito menos nacionalização a partir da formação social de cada país²⁵⁵, e é um tanto óbvio constatar que não há um “anarquismo brasileiro”. Certamente fortalecida pelo caráter doutrinário mais inflexível na sua conformação universalista, essa tendência se expressa mesmo que os anarquistas tenham sido entusiastas de primeira hora da Revolução Mexicana, por exemplo. É como se aquela experiência histórica apenas confirmasse o que já se sabe, as previsões de um levantamento universal dos povos²⁵⁶. O que indica que não havia espaço para a discussão da produtividade dessas diferenças. Como mostraremos abaixo, elas aparecem sempre na negativa.

²⁵⁵ A referência à circulação mundial do marxismo é inevitável aqui. Para uma discussão sobre o processo de nacionalização do marxismo no Brasil ver RICUPERO, 2000 e GONÇALVES; BRITO, 2017. Sobre processos de aclimatação intelectual ver BRASIL JR., 2013.

²⁵⁶ Encontramos apenas um texto que coloca abertamente essas questões. O artigo do anarquista Aristide Pratelle, publicado originalmente no *Les Temps Nouveaux*, foi traduzido por Paulo Jurema e publicado em *A Guerra Social*. Nele o jornalista faz elogio aberto das virtudes civilizatórias, rebeldes e antirreligiosas dos povos indígenas do México e valoriza o “espírito comunista anarquista” dos costumes camponeses. Questiona se a convicção intelectual bem fundada dos que conhecem as doutrinas anarquistas de Kropotkin, Bakunin e Reclus seriam mais valiosa do que o “instinto comunista-anarquista que impele o Índio a retomar a terra e a cultivá-la para todos”. E afirma ainda: “Tornado escravo do Capital e do Estado, o camponês, o trabalhador mexicano guardam consigo um espírito hereditário de mútuo auxílio mais forte do que o de qualquer intelectual europeu nos dá o espetáculo. [...] Ele não tem absoluta necessidade de Escola Socialista, de C.G.T., nem mesmo de acordo revolucionário para conhecer estas verdades elementares, e para as pôr em prática”. “Causas e origens da Revolução Mexicana”, A GUERRA SOCIAL, n. 28, 21/09/1912, p. 2.

5.2 As razões da apatia

Para reconstituirmos as visões dos anarquistas sobre as classes trabalhadoras do país utilizaremos alguns dos muitos artigos de avaliação do movimento operário publicados na sua imprensa. Entretanto, é necessário discutir o tipo de viés que esse tipo de material implica. Para tal devemos partir das reflexões pioneiras de Jacy Seixas (1992), que dedicou seu trabalho à problematização dessas representações²⁵⁷. De acordo com a autora, a primeira imagem produzida nos textos da imprensa anarquista para caracterizar a classe operária do país é a da apatia. Seixas chama atenção para a referência constante à uma representação idealizada do “proletariado militante” de outros países (“lá fora”) na análise dos anarquistas sobre a situação atual dos trabalhadores brasileiros. É sempre no espelho desse proletariado idealizado, ocupado em seu parco tempo livre com as leituras, os estudos e a preparação da emancipação política e social, que se projetará a imagem do proletariado “indígena”.

Assim, é preciso analisar os argumentos/visões apresentados na imprensa libertária levando em conta a *função* que eles cumprem. Para compreender esse processo a autora lança mão da noção de “duplo”, indicando que o diagnóstico negativo sobre a constituição da classe operária “entre nós” tem por função repor a positividade da representação idealizada do proletariado militante “lá fora”.

Saber por que as representações que os grupos sociais e particularmente o proletariado militante faz dos grupos subalternos e das ‘massas’ carregam quase sempre um caráter negativo, é uma questão espinhosa, em que estão em jogo registros variados: ideológicos, sociológicos e psicológicos. Do ponto de vista histórico, um aspecto deve reter nossa atenção: grosso modo, as representações do proletariado são negativas porque elas traduzem a expectativa sobre uma conduta política que se quer ver generalizada mas que só se manifesta em momentos e circunstâncias particulares. Podemos encontrar a revelação, por vezes breve como um relâmpago, de outras representações carregadas de positividade. Entretanto, elas formam unidade com as primeiras. A recorrência das representações negativas reporta, episodicamente, mas de modo constitutivo, à sua positividade: só podemos capturar a dimensão propriamente criativa do imaginário social ao apreendê-lo nesse jogo duplo. A negatividade supõe uma positividade, e a imagem real não se forma, ou não se alcança, que levando em conta esses dois aspectos. (SEIXAS, 1992, p. 152)²⁵⁸.

²⁵⁷ Claudio Batalha (1992) também identificou o problema tratado por Seixas mas, tratando-o sem o conceito de “duplo”, acaba refém de um raciocínio tautológico que apenas reconhece no exemplo europeu um “paradigma idealizado” pelo movimento operário brasileiro.

²⁵⁸ No original : “Savoir pourquoi un caractère négatif s’impose presque toujours dans les représentations que les groupes sociaux et particulièrement le prolétariat militant se fait des groupes subalternes, de la ‘masse’, est une question épineuse, où sont mis en jeu des registres variés, idéologiques, sociologiques et psychologiques. Du point de vue historique, un aspect doit retenir notre attention : grosso modo, les représentations du prolétariat sont négatives parce qu’elles traduisent une attente, d’une conduite politique qu’on veut universaliser et qui ne se manifeste qu’en des moments et des circonstances particulières. On voit alors se dévoiler, parfois brièvement, dans un éclair, d’autres représentations chargées de positivité. Représentations qui ne font pourtant qu’une avec

Tais considerações são fundamentais para estabelecer os marcos do tratamento do nosso material empírico. De fato, um objetivo primordial da imprensa anarquista era noticiar e divulgar as agitações, greves, protestos que ocorriam pelo país. O diagnóstico da “apatia” da classe operária não pode ser tomado diretamente como descrição da “realidade”, já que as flutuações entre conjunturas mais ou menos mobilizadas nunca se dão entre o “tudo” ou “nada”, os momentos de ascensão e refluxo das agitações protagonizadas pelo movimento operário nunca são ocorrem em termos absolutos. De outro lado, também é possível encontrar na imprensa libertária esses breves relâmpagos de resistências populares que se davam fora dos marcos do sindicalismo ou de outras organizações de luta. É o caso, por exemplo, de alguns episódios de revolta contra o alistamento e serviço militar e outras iniciativas governamentais ²⁵⁹. Portanto, é necessário ter em vista a função política que tais representações negativas cumprem – enquanto um “duplo”, como coloca Seixas – para que possamos aproveitá-las sem ingenuidade em relação aos seus conteúdos, recorrência ou veemência.

No que se refere à relação entre “universalismo” e “particularismo” que estamos discutindo, a autora destaca o seguinte processo pelo qual a “imagem” (representação) do proletariado nacional se constrói:

Paradoxo: somente a partir da representação, explícita ou implicitamente formulada, de um outro lugar [*ailleurs*] que as particularidades se esboçam, se fixam pouco a pouco, que os contornos cada vez mais claros de um ‘entre nós’ [*chez nous*] se fazem sentir, lá mesmo onde eles se mostravam excessivamente indefinidos, ilusórios, opacos. Esta representação insistente, reiterada, de um ‘entre nós’ traduz a busca trágica e, mais ainda, a busca de algo que é, na origem e por princípio, desenraizado [*déraciné*]: desde as filosofias e ideais que desejam o universalismo até o universalismo das classes sociais em um mercado capitalista voltado para a internacionalização e mundialização (SEIXAS, 1992, p. 9)²⁶⁰.

la première. La régularité des représentations négatives renvoie, épisodiquement, mais de façon constituante, à leur positivité : on ne saurait saisir la dimension proprement créative de l’imaginaire social sans l’appréhender dans ce double jeu. La négativité suppose une positivité, et l’image réelle ne se forme, ou ne s’achève, qu’en tenant compte de ces deux aspects”.

²⁵⁹ Encontramos algumas notícias de ações diretas protagonizadas por mulheres que adentraram os recintos onde se fazia o registro e resgaram os papéis concernentes. *A Voz do Trabalhador* noticia, em novembro de 1908, iniciativas populares contra o sorteio militar obrigatório em diversos estados, utilizando diversas formas de ação direta para boicotar o sorteio. Saúda as iniciativas das mulheres e relaciona com a propaganda antimilitarista. A revista *O Debate* traz, em setembro de 1917, notícia semelhante, que teria ocorrido no Rio de Janeiro.

²⁶⁰ O texto original diz: “Paradoxe : ce n’est qu’à partir de la représentation, explicitement ou implicitement formulée, d’un ailleurs que les particularités s’ébauchent, se fixent peu à peu, que les contours chaque fois plus nets d’un ‘chez nous’ se font saisir, là même où il se montrait excessivement flou, insaisissable, opaque. Cette représentation insiste, réitérée, d’un ‘chez nous’ traduit la quête tragique et, plus encore, la quête de ce qui est, à l’origine et par définition, déraciné : depuis des philosophies et pensées qui, toutes, convoitent l’universalisme jusqu’à l’universalisme des classes sociales dans un marché capitaliste voué à l’internationalisation, à la mondialisation”.

A passagem condensa a forma como a autora entende o problema. A meu ver o “paradoxo” apontado deve ser compreendido tendo em vista aquela relação ambígua do intelectual periférico em relação às matrizes “europeias” das ideias modernas. Longe de ser mero sintoma do “viralatismo” nacional, a questão é constitutiva de uma desigualdade objetiva e do lugar do país na divisão internacional do trabalho (incluindo aí o trabalho intelectual). No caso da análise de Seixas, ressaltando que apenas na relação com o seu “duplo” é que se constitui o movimento operário brasileiro, a autora repara na tensão entre universal e particular, mas acredito que se apresse demais a ver o universalismo como algo intrinsecamente desenraizado.

Enquanto o trabalho de Seixas está interessado em entender, a partir da noção de “duplo”, como tal visão negativa das classes trabalhadoras podia se combinar, no âmbito do movimento operário, com a estratégia da ação direta assumida pelos anarquistas naquele contexto, o nosso vai em outra direção. Ainda que consideremos a função que tais representações da classe operária cumpriam na construção de um ideal, me parece importante atentarmos aos conteúdos, às características que são associadas ao déficit de combatividade dos trabalhadores do país. Assim, é necessário recuperar o repertório intelectual através do qual os libertários orientaram suas visões e ações junto aos trabalhadores, sobretudo para podermos captar como eles tomavam ao seu modo e para seus fins elementos do “imaginário dos grupos dominantes”, qual seja, das teorias científicas que carregavam junto com as suas profissões de fé libertárias. Poderemos então compreender a relação tensa que mantiveram com as manifestações culturais e formas de orientação da conduta disseminadas entre as camadas populares. O que nos interessa, portanto, é menos discutir a validade do diagnóstico do que explorarmos as explicações, mais ou menos vulgares, veiculadas na imprensa libertária para o estado insatisfatório em que o movimento operário se encontrava. Ao mapearmos os diferentes motivos e fatores que foram apontados para a relativa “apatia” da classe trabalhadora no país poderemos apreender também o sentido corretivo e “saneador” que os libertários projetavam na sua propaganda e intervenção, dirigida tanto para a construção de formas de auto-organização do proletariado quanto de moralidades e hábitos que deveriam acompanhá-las.

Uma ocasião excepcional para captarmos o mosaico de vozes e opiniões sobre o tema pode ser encontrada na enquete feita pelo jornal *A Guerra Social*, em abril de 1912, aberta à contribuição de todos seus leitores. O texto de apresentação afirmava que frente à grande agitação do “proletariado universal” – citando a greve dos mineiros na Inglaterra, a revolução mexicana, e um fervilhar de movimentos em diversos outros países – era necessário

“contribuir para que o proletariado desta terra se coloque, definitiva e seriamente, ao lado do proletariado das outras partes do mundo, no preparo e na organização de forças para a revolução”. No entanto, o que se observa por aqui seria uma “apatia geral”, contrastada apenas por movimentos que se manifestam “aqui e acolá”, sobretudo na capital, que seria o centro “de vida industrial maior e mais intenso do país”, onde seria possível notar um “certo movimento de reorganização operária”²⁶¹.

A timidez, portanto, do proletariado local, frente às tarefas históricas que o aguardavam, era motriz das interrogações da enquete. Essa se colocou na forma de quatro perguntas, que os colaboradores puderam responder da forma como quisessem. As perguntas eram:

1ª – Qual a sua opinião a respeito do movimento operado até aqui pelo proletariado do Brasil?; 2ª - Quais as causas da apatia que se nota, no momento atual, no seio das classes trabalhadoras do Brasil?; 3ª – Que orientação devem seguir essas classes no sentido duma ação prática e eficaz na luta contra o Capital?; 4ª – Que espécie de relações deve manter o proletariado deste país para o proletariado de outros países?²⁶²

Ao longo dos seis meses seguintes, até o último número do jornal em outubro, foram publicadas 15 respostas diferentes. Dentre os colaboradores temos alguns nomes conhecidos da militância libertária e sindical da época como Neno Vasco, Edgard Leuenroth, Carlos Dias, Santos Barbosa e outros sobre quem sabemos quase nada. As respostas são bastante variadas em termos de formato²⁶³. Para os nossos fins, sistematizamos apenas as respostas dadas às duas primeiras questões, que perfazem avaliação e balanço do movimento operário construído até então no Brasil e mapeiam as principais causas das dificuldades colocadas para seu fortalecimento. Como cada colaborador podia indicar diversas causas para a “apatia geral”, a contabilização das menções a cada fator ultrapassa bastante o número de respostas publicadas, não possuindo teto pré-fixado. Classificamos os fatores indicados nas respostas em três categorias distintas: fatores econômicos, fatores políticos e fatores sociais e culturais. É importante indicar que os textos publicados pelo jornal são muito heterogêneos também em termos de prosa, sendo alguns mais provocativos e humorados, enquanto outros são mais sóbrios e argumentativos.

Em primeiro lugar, vale observar que os fatores econômicos praticamente não são mencionados nas respostas à enquete. Ainda que encontremos artigos de análise e opinião,

²⁶¹ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n.19, 03/04/1912, p. 1.

²⁶² A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n.19, 03/04/1912, p. 1.

²⁶³ Enquanto algumas respondem em poucas linhas as quatro questões de uma vez, outras se debruçam de forma mais detalhada em cada uma. A maior parte foi enviada por escrito para a redação do jornal, inclusive desde São Paulo, mas também houve casos de transcrições de depoimentos orais concedidos a Amaro Porto.

dispersos nos periódicos libertários, que destacavam a grande concorrência entre os trabalhadores devido à abundância de mão de obra disponível, agravada pelas crises de trabalho nos períodos de recessão/retração econômica²⁶⁴, os argumentos baseados na estrutura econômica da sociedade brasileira são citados apenas duas vezes nas quinze respostas publicadas por *A Guerra Social*. Em nenhuma delas o tema passa de menção breve e pontual.

Tabela 2 – Fatores econômicos indicados na enquete do jornal *A Guerra Social* sobre as causas da apatia no movimento operário brasileiro

Fatores econômicos	Menções
a) baixo desenvolvimento industrial	1
b) crise de emprego, crise econômica	1

Fonte: *A Guerra Social*, 1912.

Se levarmos em conta a centralidade do problema da abundância da força de trabalho disponível e das tensões produzidas pela concorrência entre os trabalhadores – como aponta a historiografia sobre o período (FAUSTO, 1976; CHALHOUB, 2001) – chama atenção o fato da maior parte das respostas enviadas para *A Guerra Social* se concentram em fatores políticos e sociais/culturais como responsáveis pelo estado do movimento operário local. Os fatores políticos lembrados comparecem muitas vezes enquanto críticas e acusações às consequências negativas da atuação e influência de outros grupos políticos concorrentes no movimento operário local. Mas encontramos também menções ao alto custo da estratégia de ação direta defendida pelos próprios anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário. A multiplicidade de fatores lembrados aponta para várias direções simultaneamente. Antes de reduzir tal multiplicidade, nos interessa aqui apenas explorar um pouco as polaridades que podem ser notadas.

Tabela 3 – Fatores políticos indicados na enquete do jornal *A Guerra Social* sobre as causas da apatia no movimento operário brasileiro (continua)

Fatores políticos	Menções
c) falta de orientação doutrinária “sólida”	3
d) falta de articulação/união entre as associações organizadas por categoria profissional	3

²⁶⁴ Ver, por exemplo, o editorial do primeiro número de *A Voz do Trabalhador*, o artigo “Sindicalismo Revolucionário”, de Neno Vasco, publicado no mesmo jornal, e a série de artigos de José Oiticica em *A Vida*, intitulados “O desperdício da energia feminina” e “Catecismo anarquista”.

e) alto custo da estratégia de ação direta e imaturidade do mov operário local; greves perdidas	3
f) “retraimento do elemento militante”	2
g) efeito dissolvente das rivalidades pessoais promovidas pelos “chefes socialistas”	2
h) predomínio de mentalidade/práticas assistencialistas e eleitorais	2
i) servilismo (aos patrões) e ausência de solidariedade de classe	1
j) falta de tradições revolucionárias endógenas e tendência a copiar as formas de organização europeias	1

Fonte: *A Guerra Social*, 1912.

Dentre os fatores políticos lembrados, podemos notar alguns que compõe uma visão mais voluntarista sobre o problema do movimento operário local. Na tabela acima os fatores c) e f) podem ser colocados nessa rubrica, já que valorizam a necessidade de uma atuação mais vigorosa, empenhada, persistente e com orientação doutrinária mais sólida para que o movimento operário colha bons frutos. A resposta de Edgard Leuenroth, importante militante anarquista de São Paulo, expressa de forma clara essa tendência. Dentre todos os entrevistados, ele é o único que desconfia da própria inclinação produzida pelas perguntas da enquete. Na sua visão, “não há propriamente apatia”, lembrando os trabalhos de organização do operariado que avançavam nas diferentes regiões do país, citando Rio Grande do Sul, São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Belém e Alagoas. A “aparente apatia” pela qual passaria o proletariado da capital federal seria devida apenas ao afastamento de alguns companheiros militantes da luta. As dificuldades enfrentadas, na visão de Leuenroth, seriam devidas a “causas inerentes à própria luta, dadas as condições do meio e do tempo”²⁶⁵. Bastaria a atuação seria de um “núcleo orientador” e logo veríamos os frutos do trabalho de organização florescer aqui também. Falando como um organizador do movimento, ele claramente está interessado em “jogar para frente” e incentivar o trabalho militante dos seus companheiros.

O tom otimista da resposta de Leuenroth destoa da maior parte das outras respostas. Inclusive quanto à ênfase no “retraimento do elemento militante”. Neno Vasco, por exemplo, chega a lembrar as enormes dificuldades e fragilidades dos grupos anarquistas, esgotados pelo trabalho duro na fabrica e/ou pela energia gasta com o imenso trabalho de propaganda que lhes cai nos ombros. Fala de um trabalho descontínuo, disperso, muitas vezes tardio, das dificuldades para manter os jornais, publicar materiais, etc. Outros citam ainda o efeito

²⁶⁵ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 29, 28/09/1912, p. 2.

negativo de greves perdidas e o alto custo da estratégia de ação direta, que exigiria uma mobilização consistente possível somente em meio a trabalhadores “conscientes”. Podemos contrapor, portanto, à visão voluntarista do problema essa percepção mais pessimista, caracterizada pela relativa frustração dos esforços militantes dos libertários na organização do movimento operário.

Em seguida, outro conjunto de fatores diz respeito ao modelo de organização/associação de classe prevalecente. Esse é caracterizado por dois elementos principais: primeiro, pela divisão produzida por associações exclusivas por categoria de ofício, levando a desunião e desarticulação do operariado como um todo; segundo, pela permanência de formas associativas voltadas para fins eleitoreiros ou assistencialistas. Ambos se reforçariam mutuamente, na medida em que a divisão por categoria acaba criando identidades políticas vinculadas aos “chefes” (lideranças) socialistas, que submetem a categoria aos seus interesses pessoais de autopromoção. O mesmo se encontraria nas associações beneficentes e mutualistas, que são apresentadas como formas “atrasadas” de articulação política. Esse quadro organizativo é associado à permanência do “servilismo” no comportamento político dos trabalhadores, e será trabalhado com maior atenção no próximo capítulo.

Mas a sistematização das respostas permite reconhecer a forte presença de outro conjunto de fatores, associado também à “falta de consciência” dos trabalhadores. Classificamos como fatores “sociais” e “culturais” todos aqueles que extrapolam o âmbito da ação política/sindical mais direto, englobando uma série de outros aspectos bastante valorizados nas respostas. Dentre os muitos fatores citados, facilmente observa-se que misturam-se elementos mais “objetivos” – como a falta de instrução e o analfabetismo da grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras –, com elementos valorativos que nós percebemos hoje como gravemente preconceituosos. O que interessa aqui é interpretar o papel que eles cumpriam nessa avaliação.

Tabela 4 - Fatores sociais e culturais indicados na enquete do jornal *A Guerra Social* sobre as causas da apatia no movimento operário brasileiro (continua)

Fatores sociais e culturais	Menções
k) patriotismo, divisões e rivalidades nacionais e raciais	5
l) religião, superstições, carnaval, festas populares	4
m) ignorância, falta de instrução, falta de preocupação política	3
n) perfil dos imigrantes europeus	3

o) heranças do mundo rural e escravista	2
p) heranças africanas (cultos, feitiçaria, etc.)	1

Fonte: *A Guerra Social*, 1912.

Começemos pela resposta de Pilades Grassini, que já abordamos no último capítulo. Ela não versava apenas sobre a herança retrógrada da escravidão. A heterogeneidade das classes operárias é exemplarmente destrinchada e enumerada pelo autor, para indicar que não são apenas os fatores oriundos do passado escravocrata que geram dificuldades para o movimento operário local:

Mas são vários os fatores porque o Brasil não pode ainda contar com uma força positiva: operários de todas nacionalidades que nunca tomaram parte na luta, de diversas religiões, raças e costumes; embriagados de patriotismo, presunçosos de levar a própria civilização para um país novo, adversos aos [sic] de outros países, e com o único intuito de ganhar dinheiro e voltarem para sua terra natal; os operários indígenas são bem poucos e sem tradições revolucionárias esperam guiar-se pelo que vem de fora.²⁶⁶

Ou seja, não apenas pelas limitações políticas do operariado “indígena”, mas também pelo perfil do trabalhador imigrante – caracterizado aqui quase como o oposto do estereótipo do “imigrante anarquista” – em que o interesse em regressar a terra natal se junta à “presunção” quanto à superioridade civilizatória. Além disso, a inexperiência em relação a participação no movimento operário não é exclusividade dos nacionais, ainda que pese a ausência de “tradições revolucionárias” locais e a tendência copista em relação aos modelos estrangeiros. Insinua-se aí uma crítica à imitação de formas de organização oriundas de outras experiências históricas, mas a continuação do texto de Pilades Grassini deixa claro que, a seu ver, o problema seria apenas a cópia dos modelos que já iam perdendo o espírito combativo, àquela altura, na própria Europa. Ou seja, refere-se apenas aos partidos socialistas inspirados na social-democracia. Por isso louva a crescente adoção da tática da ação direta e afirma que “os politiqueros foram postos fora de combate, as velhas doutrinas abandonadas”²⁶⁷.

Importante aqui é que as particularidades da história nacional são mobilizadas para explicar o *déficit* de combatividade dos nossos operários. Mais uma vez, reencontramos a visão de que as heranças do mundo rural e escravocrata eram um empecilho persistente à conformação de uma moderna classe operária no país, ainda que não residissem aí as únicas causas do problema. Neno Vasco, além da referência aos “ressaibos da escravidão recente”, também critica os imigrantes, a quem qualifica como trabalhadores “rústicos”, em grande parte vindos das “regiões atrasadas e miseráveis”, que só querem acumular pecúlio e voltar

²⁶⁶ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 23, 14/08/1912, p. 1.

²⁶⁷ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 23, 14/08/1912, p. 1.

para a Europa. A dificuldade de adaptação ao novo ambiente (tanto em relação à “língua” quanto ao “clima”) e a instabilidade econômica e de residência também contribuiriam para o arrefecimento da agitação operária dentre os imigrantes²⁶⁸.

O militante Ernesto Ferrari, de São Paulo, escreve respondendo à segunda pergunta da enquete, afirmando que a causa da apatia seria o “nacionalismo de cada um”. Segundo ele, seria preciso que “cada trabalhador ponha de lado a sua bandeira de raça e pense que a única que tem a depender é exclusivamente a bandeira da Internacional; que veja, enfim, no seu companheiro de trabalho um irmão, um amigo sincero, seja ele de que nacionalidade for”²⁶⁹. Vale reparar como não havia distinção muito clara entre o significado dos termos “raça” e “nacionalidade”. Normalmente as respostas apresentam as divisões étnicas e linguísticas em termos de diferenças de nacionalidade e não por um elemento “racial” (fosse a cor da pele ou algumas das designações raciais famosas à época como “caucasianos” ou “arianos”) propriamente dito. As críticas feitas aos imigrantes também evidencia que não operavam com um alinhamento automático e genérico que faria dos europeus “naturalmente” superiores aos nacionais.

No entanto, os fatores reunidos no item *l* da tabela, embora muito diversos, aparecem muitas vezes associados em uma visão negativa do conjunto de práticas culturais e religiosas das camadas populares. Esses costumes são apresentados como o contrário daquilo que seria desejável por parte dos revolucionários, entrando na rubrica da “falta de consciência” política. Explicitando a sua marca racionalista e cientificista, as análises frequentemente associam a falta de instrução à multiplicação de hábitos “imorais” e “degenerados”. A resposta de Honoré Cemeli, por exemplo, argumenta da seguinte forma para a pergunta sobre a apatia:

A fonte de tudo é, a meu ver, a pouca ou nenhuma instrução da grande maioria do operariado nacional, ignorância que permite a difusão do veneno religioso sob as suas formas mais tóxicas, como: o respeito e o acatamento aos preceitos religiosos; crença arraigadíssima nas superstições e lendas populares (passeio de almas, lobisomens, aparições de defuntos que pedem missas para descansar, etc.); temor de um ente supremo, último juiz sem apelação de todos os nossos atos, e, enfim, para os que se gabam de lidos e sabidos, o tal espiritismo, a fórmula mais moderna para tornar-se definitivamente fanático e adversário absoluto de toda tentativa de emancipação.

[...] pois a ignorância leva à indiferença, à inconsciência e sua corte de vícios: o jogo, o alcoolismo e outros que a organização capitalista tem cuidado de tolerar e ajudar para não ser aniquilada a sua existência²⁷⁰.

A formulação da última frase explicita o raciocínio, que estende como consequência da ignorância uma série de comportamentos sobre os quais pesa a categoria “vícios”. É no

²⁶⁸ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 24, 21/08/1912, p. 1-2.

²⁶⁹ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 22, 01/05/1912, p. 2.

²⁷⁰ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 26, 04/09/1912, p. 1-2.

espelho dessa “falta de consciência” que são reunidos fenômenos tão diversos como as “crendices” e “superstições” religiosas, criticadas aqui não apenas na forma do catolicismo, mas também das lendas populares e do espiritismo kardecista, os jogos de azar e o alcoolismo. Na resposta de Santos Barbosa, entretanto, seriam outros. Após enumerar diversos fatores como causas da apatia, complementa:

Demais, o cuidado exclusivo, o prazer de muitos operários, especialmente aqui no Rio, é mandar confeccionar de 3 em 3 meses boas fatiotas, frequentar diariamente teatros onde sejam representadas peças *viciosas*, sustentar sociedades dançantes e carnavalescas, juntar dinheiro para a festa da Penha e para custosas e caríssimas fantasias para o Carnaval. O futebol, por exemplo, é atualmente uma das principais preocupações dos trabalhadores amantes do esporte, na sua maior parte, os que trabalham em fábricas de tecidos. [...] estes se divertem aos domingos em tão estúpido jogo, para gaudío dos déspotas que tão astuciosamente lhes chegaram o mel aos lábios.²⁷¹

A categoria “vício” carregava, portanto, tanto a condenação moral quanto uma qualificação política de variadas práticas populares como politicamente atrasadas ou alienadas. Como temos visto, política e moral não se distinguem tão facilmente aqui. Nos trechos acima é possível perceber que a fusão as duas dimensões, já que práticas tão distintas entre si como futebol, procissões/festas religiosas, peças de teatro, jogos de azar, sociedades carnavalescas, o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, dentre outras são colocadas em uma mesma chave (“vícios”) na medida em que implicariam em distanciamento do ideal de “proletariado militante” nutrido pelos anarquistas e sindicalistas.

Decifrar o moralismo dessa visão de mundo dos libertários não é tarefa simples. Por um lado, eles não replicam as visões conservadoras e católicas da moralidade que condenavam as mulheres à esfera privada patriarcal e a sexualidade ao seu papel matrimonial na constituição da família. Pelo contrário, questionaram as hierarquias de gênero dentro da família nuclear burguesa e pregaram o amor livre²⁷². Não obstante, mantinham para a expressão pública da sexualidade padrões recatados e “puritanos”, condenando os divertimentos mundanos que abundavam na vida de uma grande cidade, como o Rio de Janeiro, e sobretudo o aspecto sensual das danças e músicas associadas aos batuques e maxixes.

Esse último aspecto ganha contornos mais graves no último item (*p*) da tabela acima. Dentre todas as respostas, a única que se refere às “heranças africanas” de forma explícita e direta, com evidente teor racista, é de Luiz de França. Respondendo à segunda pergunta, diz que as causas da apatia são muitas, mas que poderia

²⁷¹ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 31, 12/10/1912, p. 2. Grifo nosso.

²⁷² Ver RAGO, 2014; RIBAS, 2015.

[...] sintetizá-las em poucas palavras: o espírito de atavismo que predomina no nosso operariado (principalmente o brasileiro nato), cheio ainda de tradições lendárias provenientes do Congo, como certas danças indecentes, feitiçarias, etc. Como se tudo isso não fosse bastante, temos ainda a nefasta influência da negregada [sic] mentira religiosa, transmitida pelos transmontanos por meio de contos da carochinha; e por ultimo o bando de cretinos que se têm imiscuído no movimento operário, como boas coisas, e que só fazem pôr em desarmonia operários com operários.²⁷³

A resposta de França não foi enviada por escrito para a redação do jornal. Foi reproduzida pelo relato de Amaro Porto, que assina a seção, mas que não inseriu nenhuma nota de observação e/ou repulsa ao comentário do companheiro. Tal fato indica que, ainda que não fosse compartilhada por todos os militantes, a sua opinião não gerava repúdio suficiente para que fosse publicamente contestada. O levantamento feito na pesquisa de Thiago Oliveira (2009) de menções à África na imprensa brasileira mostra que, ainda que não contivessem sempre aspectos racializados, carregavam visões negativas sobre o continente como o oposto da civilização, como “selvagens”, etc.

Além das críticas à Igreja católica, cujo peso na política local era bastante relevante – como indica por exemplo a criação de sindicatos católicos, sobretudo a partir dos anos 1920 –, também as religiosidades populares foram condenadas pelos anarquistas. O Rio de Janeiro, em particular, é descrito como uma cidade onde pululam “feiticeiros”, “médiums”, “videntes” e onde um “espiritualismo retrógrado” estaria enraizado nas credences populares²⁷⁴. As práticas que hoje identificamos como formas de cultura popular – o carnaval, os bailes, as festas e procissões religiosas, etc. – eram em geral vistas como imorais, sinais de degradação e promiscuidade por parte da população pobre, que deveria largar esses divertimentos indecentes e se socializar nas associações de classes e centros culturais mantidos pelos libertários, onde o divertimento estaria subordinado à “elevação moral” do proletariado e ao desenvolvimento de sua consciência política.

De todas as manifestações culturais, sem dúvida o carnaval é aquela que recebeu maior atenção nas páginas da imprensa libertária. Encontramos no conjunto dos periódicos pesquisados ao menos dezessete textos abordando a festa, sempre com um viés de condenação moral e de crítica à alienação política envolvida²⁷⁵. Astrojildo Pereira foi um dos intelectuais

²⁷³ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 27, 14/09/1912, p. 2.

²⁷⁴ Ver, por exemplo, “Espiritismo e ocultismo” *A GREVE*, Rio de Janeiro, 15/05/1903, p. 2; “O perigo religioso”, *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, 01/08/1908, p. 1; “Rio de Janeiro, paraíso dos charlatães” *O DEBATE*, Rio de Janeiro, 27/10/1917, p. 10; “Feitiço!” *SPÁRTACUS*, 06/09/1919, p. 3.

²⁷⁵ Ver, por exemplo, “Bilhete a um devoto de Momo”, *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, 01/02/1913, p. 1.; “Abaixo o carnaval”, *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, 15/02/1914, p. 1; “A degradação”, *A GUERRA SOCIAL*, Rio de Janeiro, 10/04/1912, p. 2.

que mais escreveu sobre o tema, em diferentes épocas e periódicos. Em uma pequena nota intitulada “Evoé”, publicada em *A Guerra Social*, ele afirma que

Sem dúvida nenhuma, o carioca é o homem mais brutalmente apaixonado do mundo pelo carnaval. [...]

Eu encontro a explicação deste fenômeno no fato de ser o habitante desta terra, que em si é uma explosão magnífica de alegria, um animal casmurro, triste, a posar o ano inteiro uma atitude solene de basbaque insuperável. E essa tristeza, e esse casmurrismo vão se armazenando durante doze meses, até rebentar, impetuoso, nos três dias consagrados ao pandego do Momo. Uma avalanche de fel, de lágrimas, de ódios, que estoura pelo ar transformada num rubro gargalhar de vingança...²⁷⁶

Astrojildo Pereira chega ainda a notar com interesse que a moral burguesa “se esfrangalha” nos dias de carnaval, já que ninguém resistiria aos festejos. A festa aparece como o momento em que se encontram na Avenida tanto o “desgraçado que se esfalfa, dia a dia, num labutar de mouros” até a “menina chic de Botafogo”, num espetáculo classificado como “transbordamento ululante da multidão”. Mas logo vem a reprovação moral em registro mais ácido: “é uma sacudidela monstruosa de luxúria acumulada irrompendo numa saturnal desenfreada de decadentes... e então essas meninas chics de Botafogo como ficam com o rabinho a arder!...”²⁷⁷.

A condenação moral da sensualidade exibida nos festejos de carnaval é recorrente nos textos sobre o tema. Ainda que muitas vezes se apresente como uma crítica geral às promiscuidades envolvidas nos divertimentos urbanos ou nas festas populares, em geral o repúdio recai com maior ênfase sobre os comportamentos femininos, como já notou Margareth Rago (2014)²⁷⁸. Ainda que defendessem o “amor livre” – entendido como a livre união monogâmica sem interesses econômicos e sem submissão do sexo feminino – seu julgamento sobre a demonstração pública de sensualidade e sexualidade é bastante conservador, associando tais práticas à degradação moral que acometia as classes populares.

Enfim, podemos dizer que os libertários compartilharam do diagnóstico de degradação moral das camadas populares produzida pelo estado de desorganização social generalizado – envolvendo tanto causas econômicas (a miséria e as condições “escravocratas” de trabalho), quanto práticas de lazer e divertimento que contribuía para a perpetuação da apatia e falta de iniciativa inconformista. Associada ao discurso moralista e higienista da época, tal avaliação tendia a jogar numa vala comum uma série de manifestações culturais e práticas

²⁷⁶ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 20, 10/04/1912, p. 1.

²⁷⁷ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 20, 10/04/1912, p. 1.

²⁷⁸ A autora aponta que também na imprensa anarquista a imagem predominante sobre as mulheres é a do sexo frágil e da mãe. Assim, as denúncias que aparecem na imprensa operária/anarquista da situação das mulheres seriam feitas em registro moralista, ressaltando sempre o atentado ao pudor e aos perigos de degeneração (na medida em que acabariam aceitando os abusos de que são vítimas). Ver RAGO, 2014, cap. 2.

populares, sob o mesmo signo da degeneração. As atividades e práticas encetadas pelos Centros sociais, pelas associações de classe e outras iniciativas libertárias devem ser vistas também sob essa luz. Era para fazer contrapeso à presença dessas imoralidades e dessas práticas “atrasadas” no seio da classe trabalhadora que os libertários organizam suas ações no âmbito cultural e educacional. Propagando uma cultura racionalista e avaliando em termos talvez utilitários – um utilitarismo militante, poderíamos dizer – a função dessas atividades, os libertários estavam imbuídos de um projeto de “regeneração” que prepararia e se produziria conjuntamente ao processo de auto-organização dos trabalhadores.

Antes de discutir com mais detalhe como esse diagnóstico de degradação moral e degeneração do proletariado moldou o projeto “saneador” da propaganda libertária, podemos sintetizar o que discutimos até aqui no capítulo. Quanto às análises produzidas na imprensa anarquista sobre a sociedade brasileira observamos tendencialmente que 1) quando vão expor/denunciar as causas dos problemas e conflitos sociais (pobreza, miséria, péssimas condições de trabalho, descaso governamental, corrupção, analfabetismo, violência/repressão, guerra, etc.) eles buscam explicações gerais dos fenômenos, que não os circunscrevem a uma característica nacional, mas são entendidos como produtos da organização social capitalista; 2) quando tratam dos problemas do próprio operariado (sobretudo quando se trata de apontar a sua discrepância em relação à agitação operária pelo mundo) reaparecem as causas particulares, muitas vezes inscritas nas formas culturais compartilhadas pela população. Portanto, se o particularismo era expulso da leitura do país pela “porta da frente”, recusando os diagnósticos que tomavam a matéria local como qualitativamente distinta daquela dos países “avançados”, ele retornava pela “porta de trás”, na explicação sobre a particularidade (negativa) das classes trabalhadoras, na medida em que elas não se apresentavam a altura dos anseios e propósitos de emancipação universal dos quais seriam as principais protagonistas.

5.3 Um povo degenerado?

A vida associativa promovida pelos Centros Sociais e pelas Federações Operárias mantidas pelos libertários deve ser interpretada, a nosso ver, a partir das representações sobre a degradação moral das camadas populares, tal como acabamos de indicar. Uma ocasião exemplar para captarmos a relação entre *propaganda* e *regeneração* pode ser encontrada nas páginas do jornal *A Greve*, de 1903. Associado ao Círculo Libertário Internacional,

recentemente fundado na capital, o jornal traz muitas notícias e denúncias sobre a fábrica de tecidos Carioca, onde a agitação operária era construída pelos militantes reunidos na Sociedade Operária do Jardim Botânico. Era na sede dessa associação que o CLI realizou suas conferências de propaganda, a cargo de Pausilippo da Fonseca. Desde meados de 1903, os militantes teriam conseguido colocar em funcionamento uma escola para os filhos das famílias operárias, bem como manter turmas de alfabetização para os adultos. Tal iniciativa, porém, vinha sendo combatida pela direção da fábrica que, associada ao “padre Petra”, teria construído outra escola, de orientação religiosa, sob comando e gerência direta dos proprietários da fábrica. Nos meses seguintes as disputas entre a associação e a empresa se acentuam. O jornal *A Greve* relatava que operários e operárias eram ameaçados de demissão caso frequentassem a escola proletária da Sociedade. É nesse contexto que o jornal publica, na coluna “Pelourinho”, mais um informe/denúncia sobre o caso, que concentra vários elementos que estamos buscando destacar.

A diretoria da fábrica de tecidos “Carioca” está pondo em prática um plano infame de jesuitismo. Servindo-se do desmoralizado padre Petra, fundou a escola da Gávea, da qual é tesoureiro o celeberrimo Antonio Ferreira, para o fim exclusivo de entorpecer as crianças, filhos dos operários, e os operários que desejam aprender. Para esse fim faz constar que despedirá todo operário que frequentar as aulas da Sociedade Operária ou conservarem seus filhos como alunos daquela escola. E assim, por meio do terror tem conseguido que os trabalhadores submetam-se a tão miserável quanto vexatória imposição, qual a de frequentar aulas onde nada, absolutamente nada, se aprende.

Ao mesmo tempo abriu um café cantante no lugar, para o fim exclusivo de corromper aos trabalhadores, prostituindo-os pela fascinação exercida por meretrizes esganiçadas que entoam canções obscenas, por entre baforadas de álcool, ao espocar de gargalhadas alvazes.

E assim o bairro do Jardim Botânico, que era um exemplo de moralidade e cordura, quando sob a influência dos chamados desordeiros, se transforma pouco a pouco num foco de degradação como já o foi há tempos atrás, antes da fundação da Sociedade Operária.²⁷⁹

O texto faz uma associação inesperada ao colocar no mesmo pé de degradação tanto a iniciativa educacional dos proprietários da fábrica, corrompida pela transmissão de preconceitos religiosos para “entorpecer” as crianças, quanto a instalação de divertimentos noturnos como o “café cantante” com suas meretrizes sensuais, canções “obscenas” e consumo de bebidas alcoólicas. Ou seja, a Igreja não está afastada das imoralidades referentes ao que era visto como “promiscuidade” sexual já que ambas concorreriam para “corromper” os trabalhadores²⁸⁰. A imagem da Sociedade Operária é construída em contraponto a essa

²⁷⁹ A GREVE, Rio de Janeiro, n. 11, 01/11/1903, p. 3.

²⁸⁰ A investigação pioneira de Bóris Fausto já indicava que a crítica anticlerical à Igreja Católica passava não só pelo seu “obscurantismo medieval” mas pela “denúncia da violação de normas sexuais de continência por parte de padres e, em menor grau, de freiras” (1976, p. 84).

degradação, como um fator de saneamento do “foco de degradação” que o bairro teria sido antes da sua intervenção. Assim completa-se a reviravolta em relação ao senso comum (projetado pela contraposição que lhe faz o próprio discurso libertário): os supostos “desordeiros” são, na realidade, os verdadeiros responsáveis pelo exemplo de “moralidade e cordura”, enquanto os atores sociais que ocupam o topo das hierarquias sociais (os proprietários, o clero e os políticos) são os principais responsáveis pela degradação moral. O pressuposto é que as práticas alimentadas pela Sociedade Operária – a realização de conferências, a escola de orientação racionalista e científica, a organização coletiva dos trabalhadores para a reivindicação social – produziriam tal “elevação moral” da classe, afastando-a da trama de vícios que corrompem e aprisionam os operários à escravidão assalariada e seu cortejo de iniquidades.

O valor essencial à moralidade libertária é, assim, menos a dedicação “puritana” ao trabalho disciplinado e ordeiro e mais a capacidade de iniciativa, de ação, de participação na vida associativa construída pelos próprios libertários. Se, como vimos, eles apresentavam o mundo do trabalho naquela sociedade como uma verdadeira “escravidão”, lugar de aviltante exploração e degradação, não seria possível que o trabalho (disciplinado e ordeiro) fosse fonte de dignidade e moralidade. Não há aqui um discurso de glorificação/valorização do trabalho por si mesmo. Basta ver que a “vadiagem”, tão presente no discurso das classes dominantes sobre a “questão social” (CHALHOUB, 2001), não é mencionada na enquete de *A Guerra Social* e nem no restante do nosso material de pesquisa como causa da situação do movimento operário nacional. Apatia não é “preguiça” (categoria que ganharia destaque naquele contexto com a famosa figura do “Jeca Tatu”). Ainda que empreguem um léxico emprestado do discurso científico da época, com suas matizes naturalistas, torciam-no para que pudessem servir a sua causa: o problema não é a vagabundagem como avesso do trabalho digno, mas a apatia como avesso da ação, da iniciativa, da luta, da revolta.

O trabalho árduo nas condições então existentes seria, antes de fonte de dignificação, parte do próprio quadro de degradação que se observa. Ou seja, não se trata de um problema localizado nos grupos que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, que são deixados de lado, nos indigentes. As recorrentes denúncias da situação dos trabalhadores das fábricas têxteis, setor mais moderno da indústria, são eloquentes nesse aspecto. Ao longo do primeiro semestre de 1913, o operário têxtil Albino Moreira publica um punhado de artigos em *A Voz do Trabalhador* sobre as terríveis condições enfrentadas nas fábricas com apelos angustiados para que os trabalhadores retomem sua organização sindical.

É vergonhoso para homens que vivem neste século, fazer levantar às 5 horas da manhã seus filhos com 6 e 7 anos de idade, para os meter na fábrica ganhando 500 réis nas 10 longas horas do dia, em um trabalho penosíssimo para a sua tenra idade, aniquilando-lhes o organismo, preparando assim seres raquíticos e tuberculosos de que compor-se-á a humanidade futura. É vergonhoso consentir que a mulher trabalhe muitas vezes até o último mês de gravidez e depois durante os meses que amamenta, ou que devia amamentar, dando assim à criança leite artificial, intoxicando o estômago com drogas que além de artificiais, os comerciantes falsificam para obterem mais lucro e enriquecerem mais rapidamente.

Direis vós que não pode ser de outra forma porque o ordenado que vos pagam não chega para sustentar a família; mas refletindo um pouco vereis que as poucas horas de descanso que tendes, se em lugar de as passar na taverna ou em outros antros do vício, se as passásseis nas associações discutindo e trocando ideias uns com os outros sobre os assuntos que nos interessam mais de perto, ou nas bibliotecas, lendo os livros dos grandes escritores, chegareis à conclusão de que é melhor, mais digno, mais humano exigir do patrão um ordenado suficiente para sustentar a família [...].²⁸¹

Conseguindo rearticular o sindicato da categoria em meados do ano, o relatório enviado ao 2º Congresso Operário realizado em setembro, aponta justamente para a proximidade entre o estado de pauperização dos operários e dos “vagabundos”. Após exposição detalhada das péssimas condições de remuneração, higiene e segurança nos locais de trabalho, que levavam à disseminação da tuberculose e da condição de anemia, o relatório termina afirmando: “E aí tendes, caros camaradas, as condições de vida desses que trabalham a existência inteira a fabricar fazenda para vestir os outros, enquanto eles próprios andam cobertos de andrajos, como vagabundos que nunca trabalhassem”²⁸².

Segundo essa lógica, ainda que coisas tão distintas como a educação religiosa, os cabarés, as superstições populares, os jogos de azar e os esportes coletivos (como o futebol) pudessem ser vistos todos como formas de degradação moral, o crime nem sempre seria condenado na mesma chave. Isso fica evidente em uma passagem da coluna “Crônica Subversiva” mantida por Astrojildo Pereira na revista *A Vida*. Comentando a crescente incidência do suicídio nas sociedades modernas, como feito da mais lamentáveis “degeneração” e de pauperização causadas pelo estado de desorganização social, afirma que seria

preferível que aumentasse o número de roubos. Isto mostraria que havia ainda muitos homens dispostos a lutar para manter o direito máximo: de viver. E a humanidade precisa de muitas energias para levar adiante a grande luta de regeneração social que nos levará à Anarquia, o único estado social em que a vida será um prazer e não um martírio tão grande que leva os homens de hoje a abandona-la por não pode-la sofrer.²⁸³

²⁸¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 27, 15/03/1913, p. 2.

²⁸² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 60, 05/08/1914, p. 3.

²⁸³ A VIDA, Rio de Janeiro, n. 2, 31/12/1914, p. 2.

Não é o caso de perseguir aqui os vínculos entre a ideia de “degeneração” e a discussão sobre “anomia” realizada por Émile Durkheim poucas décadas antes. Cabe apenas notar que, enquanto sinal de disposição para a luta pela sobrevivência e para a revolta, o roubo não é entendido na chave da degradação/degeneração, sendo pelo contrário lido como um último sinal de integridade e mesmo rebeldia, ainda que individual e inconsciente²⁸⁴. A degeneração nesse caso aparece como o sinal de que o indivíduo perdeu todas as forças, como esgotamento de capacidades de revolta.

Entretanto, ainda que o trabalho disciplinado não seja elevado à condição de fator moralizante das condutas individuais – ponto que explicita a ideia de que nem a “questão social” nem os hábitos “degenerados” da população poderiam ser solucionados no regime capitalista – podemos reconhecer no ideal do “proletariado militante” um ascetismo que o afastaria dos “vícios” produzidos pela degradação moral. Tal ascetismo não assume a feição de “disciplina revolucionária”, como ocorreria posteriormente nas experiências de organização comunista. Ele está mais ligado à necessidade de reordenar a vida a partir de uma ética que corrige, pela determinação da vontade e pela construção de um ambiente propício produzido pelas associações e centros sociais libertários, todos os vícios e males trazidos pela sociedade moderna. Como mostrou Lily Litvak em seu clássico estudo sobre a cultura anarquista na Espanha, o “ascetismo fundamental intrínseco ao anarquismo” está relacionado à ideia que as necessidades humanas em geral “poderiam ser satisfeitas uma vez que as leis naturais da sociedade se despojem das restrições e impedimentos da sociedade contemporânea” (LITVAK, 2001, p. 184). Por isso teriam se aproximado do vegetarianismo e de “preocupações higiênicas”, reconstruindo um estilo de vida “naturista”.

A esse respeito podemos lembrar a adesão de José Oiticica ao vegetarianismo ainda nos anos 1910, seguindo uma tendência já conhecida de círculos libertários de outros países, ou ainda das aulas e conferências sobre higiene que o médico Fabio Luz proferia nas associações operárias e na Universidade Popular de Ensino Livre, em 1904. As condições de higiene nos locais de trabalho e moradia eram frequentemente denunciadas pela imprensa libertária, sobretudo por constituírem ambiente propício à propagação de doenças como a tuberculose²⁸⁵. O alcoolismo também foi alvo de campanhas recorrentes pelos anarquistas e socialistas de todo o mundo. No 2º Congresso Operário de 1913, um dos temas debatidos em sua quarta sessão foi justamente o dos “meios de extensificar [sic] e intensificar a propaganda

²⁸⁴ Uma exposição mais sistemática da posição dos anarquistas sobre o roubo e a propriedade privada é feita através da reprodução de um trecho de texto de Malatesta, publicado em A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 2, 16/07/1911, p. 1.

²⁸⁵ Ver por exemplo “A tuberculose”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 35, 15/07/1913, p. 1.

contra o alcoolismo”, tendo sido aprovada moção apresentada por Astrojildo Pereira que coloca o problema como “um dos maiores flagelos da humanidade e especialmente das classes trabalhadoras, que nele vão buscar muitas vezes o esquecimento das misérias e dos sofrimentos decorrentes do atual regime do trabalho”. Conclama-se, então, uma “intensa, extensa e ininterrupta campanha contra o alcoolismo”, que deveria ser feita através de conferências, folhetos, quadros estatísticos, gravuras, cartazes com dizeres e sentenças adequadas nas sedes dos sindicatos e nos “lugares frequentados por trabalhadores”²⁸⁶.

Em suma, a permanente dedicação dos libertários à “propaganda de regeneração social” pode ser interpretada como uma particular *torção* da ordem simbólica vigente: assumindo a necessidade de eliminar do comportamento dos trabalhadores os elementos socialmente estigmatizados e, ao mesmo tempo, dirigindo tal ascetismo para a ruptura com as constrações que esse sistema classificatório impunha para a ação inconformista dos debaixo. Explicando melhor: se, por um lado, o “puritanismo”²⁸⁷ dos libertários prega o autocontrole e o afastamento em relação às práticas da vida “desregrada”, de modo a que se apresentem socialmente como moralmente “decentes”, respeitáveis, buscando escapar da desclassificação social; por outro lado buscam subverter, nesse mesmo ato, a ordem moral na medida em que tal ascetismo não buscava constituir um comportamento “ordeiro” e “respeitoso” às leis e às hierarquias sociais, mas justamente o seu contrário, a revolta, a rebeldia, a iniciativa de ação direta. Assim, se equilibrando dificilmente entre esses dois polos, a propaganda libertária fez dos sindicatos e Centros Sociais o *locus* institucional – ainda que extremamente precário – de uma ação “disciplinadora” que afirmava simultaneamente a importância do estudo, da ciência, dos “valores mais elevados” da cultura libertária e a importância da revolta, da insubordinação, do questionamento à ordem social vigente. A tensão desse arranjo é evidente, e será explorada nos próximos capítulos.

A disciplina que o ascetismo militante dos libertários envolvia, portanto, estava ligada ao esforço de construção e manutenção das associações em um meio considerado altamente desfavorável. Como observa Fausto, “as normas puritanas que adotaram estavam implícitas no ideal anarquista de solidariedade, mas foram reforçadas pela condição de pequeno grupo de ‘eleitos’, apóstolos da transformação radical de um país tão distante dela” (1976, p. 91). Está em jogo aqui o que Foot Hardman chama de “estratégia do desterro”, entendida como a “defesa de uma ‘cultura operária’ intransigente” assumida pelo anarquistas, que repunha em

²⁸⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 39-40, 01/10/1913, p. 4.

²⁸⁷ A interpretação aqui sugerida é inspirada na interpretação de Florestan Fernandes sobre o “puritanismo” dos movimentos sociais do “meio negro”, ver FERNANDES, 2008, p. 140.

outros termos o isolamento a que a própria ordem burguesa condenava a vida operária. Como chama atenção o autor, as iniciativas culturais libertárias buscaram se equilibrar entre o “separatismo” de suas concepções utópicas/ascéticas e a assimilação de elementos dos divertimentos lúdicos como forma de atrair a própria classe. Ou seja, equilibrar a tensão entre “o puritanismo ideológico e a necessidade de cativar o interesse popular” (HARDMAN, 1983, p. 83)²⁸⁸.

Sem entrar na análise das iniciativas culturais levadas a cabo pelos anarquistas no Rio, é importante notar que essa intransigência em relação às formas de “evasão do cotidiano” tem sido tomada como fator de isolamento dos libertários em relação aos trabalhadores (GÓES, 1988). É possível que sim, mas me parece mais importante notar que reside aí um elemento de fundo mais decisivo. Tal diagnóstico sobre a situação degradada da classe operária brasileira era em larga medida compartilhado com os socialistas (BATALHA, 1986; FAUSTO, 1976). Em estudo sobre a obra de Evaristo de Moraes, Mendonça mostra que “mais que promover uma alteração nas bases da sociedade em que vivia, Evaristo preconizava a necessidade de regenerá-la, sanando as ‘patologias’ que a atacavam, promovendo sua regeneração por meio da ação do Estado” (2004, p. 265). Ou seja, enquanto socialistas e reformistas apostavam na construção da legislação social, na conquista de direitos como forma de reorganizar o mundo do trabalho através de ganhos institucionais, retirando os trabalhadores da situação em que se encontravam, os anarquistas defendiam que apenas a própria auto-organização do proletariado poderia realizar tal obra saneadora, entendida não como a regulação do mercado de trabalho, mas a sua destruição revolucionária. Esse o aspecto mais importante para entender porque a sua atuação e propaganda estavam associadas ao “puritanismo” militante: a classe operária não podia se apoiar em nada a não ser no seu próprio esforço de organização, para o qual o afastamento em relação a tudo que roubasse tempo era imprescindível, tendo em vista o tamanho da tarefa que se impunha.

Por fim, a associação entre revolução e regeneração social também permite desvendar a relação que a projeto anarquista manteve com as teorias científicas da época. Recorremos aqui à sistematização feita por José Oiticica nos artigos publicados na revista *A Vida*. O maior deles se chamava “O desperdício da energia feminina”, publicado em cinco partes, sendo suas principais ideias adaptadas para o formato de diálogo ficcional na série “Catecismo Anarquista”, visando maior didatismo. Nestes textos, o autor se dedica ao aproveitamento das

²⁸⁸ Se é verdade que Hardman encontrou em São Paulo certa tendência à maior abertura para os divertimentos da “indústria cultural” nos festivais operários promovidos pelos libertários, acredito que para o caso do Rio de Janeiro mais decisivo seria indicar o distanciamento em relação às manifestações da cultura popular protagonizadas pelos moradores dos subúrbios e favelas, como os ranchos e escolas de samba, por exemplo.

teorias da “energética”²⁸⁹, então em voga, para conceber em chave racionalista uma doutrina geral do funcionamento do Universo, a partir do qual se evidenciaria a irracionalidade da organização social capitalista e a necessidade de uma revolução social. Nas palavras de Oiticica, “a energética vem assim iluminar e simplificar a sociologia. Aplicando-a a todos os problemas da sociologia e da moral penso ter realizado o voto de Otswald quando propõe aos sociólogos a introdução dela no estudo dos fenômenos de sua especialidade”²⁹⁰. Em linhas gerais, o autor busca mostrar como a organização atual da sociedade implica em grave desperdício de energia humana, privilegiando o parasitismo social dos exploradores, sendo portanto disfuncional. A ideia de degeneração utilizada por Oiticica está ligada à concepção naturalista dos efeitos da organização social no organismo físico. Em suas palavras,

O excesso de trabalho físico é um fator de depressão orgânica, uma causa de desperdício de energia. A exploração capitalista, na sua ganância, não impõe o excesso aos homens tão somente; impõe-no às crianças forçando-as ao trabalho de doze horas e pagando-lhes oitocentos réis; impõe-no às mulheres sujeitando-as às rudezas da fábrica e da lavoura.

Quais as consequências disso? O desenvolvimento completo das energias físicas requer duas coisas: ginástica do corpo e cultivo da saúde. O organismo precisa desse preparo, desse treinamento, para resistir às fadigas do trabalho produtivo. Portanto, numa sociedade bem organizada o trabalho imposto a cada indivíduo deveria estar subordinado ao seu desenvolvimento físico e, em benefício da mesma sociedade, todo excesso deprimente cumpriria ser evitado. Logo toda produção adquirida a custo de uma depressão orgânica, de uma diminuição de vitalidade longe de ser ganho é perda.²⁹¹

A percepção de uma queda na “qualidade” orgânica da espécie era compartilhado, então, por boa parte dos socialistas e libertários não apenas no Brasil. Segundo Álvaro Girón, “a impressão de que se estava produzindo um declive massivo da qualidade biológica das populações europeias se converteu em um dos lugares comuns da cultura de Fim de Século” (1999, p. 247), sendo compartilhada por diversas correntes do movimento operário. Os revolucionários se diferenciavam, nesse contexto, pela crença de que “apenas uma ação sobre as causas últimas da enfermidade da raça (as bases sobre as quais descansa a organização social atual) será verdadeiramente eficaz” (Ibidem, p. 250). Sobre o caso espanhol, os trabalhos de Girón (2018) e Litvak (2001) mostram a influência das teorias neomalthusianas na abordagem da degeneração e na propaganda pelo controle de natalidade. Os anarquistas espanhóis mantiveram intensa propaganda abordando os problemas da “qualidade biológica”

²⁸⁹ Por essa categoria Oiticica compreende uma série de teorias da física e química do século XIX, que decifram as leis da termodinâmica, da conservação e degradação da energia. São citados os trabalhos de Mayer, Carnot, William Thomson (Lord Kelvin) e Wilhelm Otswald. Para Badiou (2007, p. 30) o cientificismo do século XIX difundiu modelos mecânicos e termodinâmicos de explicação, enquanto o século XX daria maior ênfase à representação orgânica unificada.

²⁹⁰ A VIDA, Rio de Janeiro, n. 1, 30/11/1914, p. 6.

²⁹¹ A VIDA, Rio de Janeiro, n. 1, 30/11/1914, p. 7.

da população, inclusive com periódicos como “*Salud y Fuerza*”, associada à “*Liga de Regeneracion Humana*” (LITVAK, 2001, p. 188).

É difícil estabelecer que proporção a propaganda neomalthusiana tomou no Rio de Janeiro mas, ao que tudo indica, ela não chegou a tomar vulto. Nas páginas de *Kultur* encontramos uma breve apresentação, inserida na seção “Os livros que fazem pensar...”, de uma brochura de Gabriel Giroud intitulada “*Population et Substances, essai d’arithmetique economique*”. A revista elogia a propaganda neomalthusiana, que teria em Paul Robin seu defensor mais conhecido, já que ela estaria chamando atenção para o problema fundamental, do qual derivariam todos os outros: “todos os males que sofremos atualmente são oriundos do excesso de população, da falta de equilíbrio entre a população e as substâncias”. Tal desequilíbrio seria fruto da “verdade” demonstrada por Malthus de que “a terra não tem podido nutrir uma população que se entrega à energia de sua fecundidade natural”. A partir dessa “causa principal” é que decorreriam as guerras, o pauperismo, a fomes, as epidemias, etc., para as quais “a organização social deplorável que nós aturamos não é senão uma causa secundária”. A propaganda neomalthusiana propunha então como remédios a diminuição da população através da “restrição voluntária dos nascimentos”²⁹².

Encontramos poucas evidências de atividades de propaganda neomalthusiana no Rio. Em outubro de 1904 o periódico *O Libertário* anuncia conferência de Erasmo Vieira no Centro das Classes Operárias, tratando do tema “Problema da população, Malthus, a escola neomalthusiana”. Na mesma época, Elísio de Carvalho publicou no jornal *O Amigo do Povo*, de São Paulo, um artigo sobre o assunto. Como vimos no início deste capítulo, o gráfico Carlos Dias também lançava mão dos argumentos neomalthusianos quando escrevia, em *A Voz do Trabalhador*, sobre a propaganda da questão social no Brasil, apostando suas fichas no controle voluntário da natalidade como forma de reduzir os danos causados pela situação de desorganização social.

Voltando ao texto de Oiticica, podemos notar a influência de outra teoria científica da época, que explica sua defesa da eugenia. Observamos a presença da concepção neolamarckista da hereditariedade de caracteres adquiridos quando Oiticica comenta o “estado de depauperamento precoce das mulheres do povo”, expostas ao trabalho pesado nas lavouras e nas fabricas, questionando:

Pergunto agora, que filhos sairão desses organismos?

O desperdício das energias físicas femininas estende-se nos seus estragos irreparáveis, às gerações futuras, porque a hereditariedade não perdoa. Um

²⁹² KULTUR, Rio de Janeiro, n.4, Setembro de 1904, p. 34.

organismo descelulado produzirá outro organismo descelulado, mormente se as condições da vida do progenitor permanecerem inalteradas para o progênie.²⁹³

Como mostra Stephan (2005), o compartilhamento da concepção neolamarckista da hereditariedade por cientistas, médicos e sanitaristas do início do século XX fez com o que o movimento eugênico no Brasil e em outros contextos surgisse associado à tradição do higienismo e do sanitarismo. A ideia básica, como resume Robert Wegner, é que “se os caracteres adquiridos ao longo da vida fossem transmitidos às gerações futuras, poderíamos vir a ter, em algumas décadas e a depender de políticas públicas, uma população eugenicamente saudável” (2017, p. 82). Assim, a ideia de uma intervenção eugênica na qualidade biológica da população não estava necessariamente vinculada à políticas de “esterilização negativa” tal como pregava a vertente alemã da eugenia, representada no Brasil por Renato Kehl²⁹⁴. O termo “eugenia” não compunha o léxico apenas dos intelectuais e cientistas defensores de políticas de branqueamento da população brasileira. Era também empregado para a defesa de políticas de melhoramento das condições (sanitárias, higiênicas) de vida da população pobre.

Assim, podemos compreender e qualificar a menção à eugenia presente no “programa” do Partido Comunista-Anarquista ou Partido Comunista do Brasil, criado em março de 1919, no auge da aproximação dos libertários com as concepções bolcheviques. No conjunto dos “Princípios e fins” do comunismo, redigido por Oiticica para o “Congresso Comunista” realizado em junho de 1919 e publicado dois meses depois no jornal *Spártacus*, figura no item XXXIX: “reconhecemos necessária e moral a prática da eugenia, para melhorar a espécie humana e evitar maior degenerescência”²⁹⁵. A eugenia aparece aí como “melhoramento” geral das condições de vida da humanidade, que levaria à recuperação da qualidade “orgânica” dos indivíduos. Por isso aparece próxima ao item que condenava a atual aglomeração populacional nas cidades, “prejudicialíssima à saúde e à moralidade”.

Por que foi justamente nessa linguagem de moralização da classe operária que os militantes construíram seu discurso? Afinal de contas, por que reencontramos todo esse linguajar naturalista da “degenerescência” e “degradação moral” dos trabalhadores? Além dos elementos já apresentados até agora, relativos ao peso do cientificismo e das teorias eugênicas no ambiente intelectual, podemos arriscar uma leitura mais interna à articulação histórica da “questão social” na sociedade moderna. A partir da obra de Robert Castel, entendemos que a

²⁹³ A VIDA, Rio de Janeiro, n. 1, 30/11/1914, p. 7.

²⁹⁴ Sobre as disputas dentro do movimento eugênico brasileiro, ver WEGNER (2017) e WEGNER e SOUZA (2013).

²⁹⁵ SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, n. 3, 16/08/1919, p. 1.

ênfase no critério moral de avaliação da classe operária está inextrincavelmente ligada a um contexto em que o Estado ainda não se tornou o “intermediário” das relações de trabalho, pelo menos não enquanto garantidor de direitos sociais. Ou seja, trata-se de um contexto em que as medidas que visavam aliviar a penúria e vulnerabilidade do proletariado ainda dependiam exclusivamente das associações *voluntárias* – fossem elas de feitio filantrópico/patronal, fossem elas de corte sindical/revolucionário. Como mostra Castel, ao longo de todo o século XIX, as classes dominantes resistiram ao projeto (que já surge na Revolução Francesa e que será recuperado nas insurreições operárias de 1848 e 1870) de uma intervenção do Estado nas políticas sociais, seja para garantir o direito ao trabalho (entendido como direito a conseguir sobreviver do próprio trabalho) seja para assistência aos trabalhadores acidentados ou aposentados. A longa e rica tradição de associativismo mutualista desenvolvido na França tinha essa dupla face: por um lado, era uma construção coletiva de trabalhadores que buscavam garantir auxílio-mútuo para se protegerem minimamente das dificuldades que os assaltavam em sua enorme vulnerabilidade (e que não podiam esperar a aprovação de leis pelo Estado); por outro lado, a defesa da previdência voluntária era a pedra de toque do discurso liberal. Este visava ao mesmo tempo impedir que o Estado interviesse na regulação das relações de trabalho e reconstruir uma tutela entre patrões e empregados que reassestasse a ordem social hierárquica profundamente abalada pela Revolução social do início do século e pelas insurreições operárias frequentes. Era justamente reeditando a visão aristocrática pela qual os trabalhadores miseráveis precisam ser tutelados (dado que são caracterizados como politicamente “menores”, “crianças”, etc) que os “notáveis” envolvidos nas múltiplas associações de beneficência projetavam um *critério moral* para a sua intervenção “social”. Segundo Castel, a resposta das classes dominantes à questão social no século XIX – entendida como o problema da “reabilitação das classes trabalhadoras ‘gangrenadas’ pela chaga do pauperismo” (1998, p. 317), ou seja, da amenização da miséria – foi o programa de “reabilitação moral” das classes inferiores através da filantropia (Ibidem, p.323). Comentando a criação das caixas econômicas e das sociedades de socorros mútuos, o autor reconhece o impacto limitado que tais iniciativas tinham dada a reduzida capacidade de poupança dos trabalhadores, cujos salários mal davam pra sua sobrevivência, mas destaca que tais iniciativas eram consideradas virtuosas pelo seu “valor moralizador, como pedagogia da previdência” (Ibidem, p. 324).

Assim, a questão social moderna surge envolvida no “paradigma” da ação voluntária: seja a dos patrões e “notáveis” em benefício da classe trabalhadora, seja a da própria classe trabalhadora. A ênfase no caráter voluntário da associação, na perspectiva patronal, vinha do

seu interesse em tirar do Estado a função de garantir direitos e proteção trabalhista, justificada como forma de evitar que os miseráveis se constituíssem num corpo de reivindicantes com armas na mão, exigindo que o Estado lhes desse o que o mercado, exigindo a entrega da sua força de trabalho, não queria lhes dar. Assim, numa manobra típica da ideologia burguesa, o liberalismo da época responsabilizava, em grande medida, os próprios trabalhadores pela sua condição, já que eram desregrados, imprevidentes, gastando de uma vez o que recebiam, sem juntar poupança, etc. Como dirá Castel, assim “se esboça uma distinção essencial que separa a população operária em função de um critério moral. Caem na assistência aqueles cuja ‘negligência’, ‘leviandade’, ‘falta de sobriedade’ etc., desanimam as tentativas de recuperação. Conquistam a autonomia aqueles que são capazes de previdência voluntária” (1998, p. 379).

Parece claro que o anarquismo, com sua ênfase na auto-organização e na recusa das reformas sociais, herda e modula a seu modo essa avaliação moral das classes trabalhadoras em função do caráter voluntário das associações. Nesse caso, se tratava de contrapor ao poder econômico e ao despotismo dos patrões a força organizada da coletividade da classe operária, seja para o enfrentamento nas “sociedades de resistência”, seja nas iniciativas de auxílio-mútuo que almejam proporcionar um mínimo de assistência e proteção social. Assim, o tema da associação voluntária não cumpre um papel simétrico em ambos os lados dessa relação, já que a ideia de reabilitação moral dos trabalhadores era “torcida” na proposta anarquista justamente porque a autonomia não significava “não precisar de ninguém” para conseguir seu sustento (sendo um trabalhador ordeiro e previdente), e sim a auto-organização *coletiva* da classe, com seu espírito de iniciativa e de luta – autonomia expressa em última instância na recusa das tutelas, no primado da revolta e da rebelião. Esse parece ser o fundo histórico que torna possível a passagem de categorias produzidas no discurso das classes dominantes para o discurso das classes dominadas, passagem essa que, como vemos, revela com toda força as ambivalências dos conceitos políticos (como o de autonomia).

Como buscamos mostrar ao longo desse capítulo, o pensamento anarquista estava atravessado pela tensão entre universalismo e particularismo, determinismo e voluntarismo, nos quais se reconhece claramente os motivos ideológicos do momento. Portanto, as visões do Brasil presentes na sua imprensa rompem apenas em parte com as visões das elites dominantes. Se o universalismo da luta de classes e de sua crítica ao capitalismo serviu como um impulso desprovincianizador, que inseria os nossos conflitos sociais na ordem mundial e lhes dava razão de ser, o mesmo enquadrava as diferenças apenas na chave negativa, da falta. Assim, não se pode negar que os anarquistas tenham sido especialmente sensíveis aos efeitos

destrutivos das condições de vida dos trabalhadores naquela ordem extremamente desigual. Porém, também é necessário reconhecer que eles pensaram tais efeitos na chave do discurso médico-higienista e das teorias científicas que serviam para reforçar a sua repulsa a uma série de comportamentos das camadas populares que lhes apareciam, em bloco, como degenerados. Não deixam de expressar, portanto, também um desencontro e quiçá um ponto cego, indicando que é justamente nesse deslizamento ambivalente (ou como fala Schwarz, nas “ressonâncias não programadas”) que podemos reconhecer o verdadeiro valor histórico-social dos universalismos em todos seus desdobramentos contraditórios.

III OS LIBERTÁRIOS EM AÇÃO

6 A LUTA PELOS SINDICATOS DE RESISTÊNCIA

A partir dos significados atribuídos pelos libertários à sua própria prática, podemos agora nos concentrar propriamente na sua atuação no movimento operário. Afinal, foi na construção de associações de classe no modelo dos “sindicatos de resistência” e na sua articulação em federações que os anarquistas consumiram a maior parte de suas energias. Importante aqui será indicar as principais tensões que estavam em jogo na adesão dos anarquistas à estratégia do sindicalismo revolucionário e, em seguida, mostrar como entenderam a disputa que mantiveram com outras formas de associação de classe e outras correntes políticas atuantes na capital. O objetivo do capítulo é mostrar como a noção de “autonomia” orientava as concepções organizativas e as formas de ação coletiva que os libertários buscaram disseminar no movimento operário nascente e como a defesa intransigente dessa autonomia era o ponto central da sua crítica ao sindicalismo amarelo e às associações mutualistas e beneficentes.

A bibliografia sobre o anarquismo da Primeira República tem sido consensual quanto a centralidade da defesa do sindicato de resistência na prática dos libertários no movimento operário. Nas palavras de Angela de Castro Gomes, “a opção pelo ‘sindicato de resistência’, com orientação doutrinária explícita ou implícita e com o objetivo precípua de lutar contra o patronato e o Estado, caracteriza a proposta anarquista em sua força e fraqueza” (2005, p. 29). Essa proposta centrada na atuação pelos sindicatos também visava se sobrepor às disputas políticas entre correntes socialistas e/ou “amarelas”, assim como às diferenças sociais e culturais envolvidas na grande heterogeneidade das classes operárias naquele contexto. Assim, a autora lembra que

uma das intenções muito claras dos anarquistas ao defender o afastamento dos sindicatos da política oficial era justamente superar suas dissensões internas. Estas dissensões eram grandes, quer em termos de orientações concorrentes, quer em termos de problemas que conturbavam a união dos trabalhadores (2005, p. 83).

O trabalho de Jacy Seixas também segue esse caminho, valorizando ainda justamente o sindicato de resistência orientado pela prática da ação direta como uma forma de administrar as diferenças étnicas e nacionais, bem como driblar a divisão que a limitação da cidadania política aos imigrantes projetava no seio das classes trabalhadoras. Nas palavras da autora,

as diversas categorias que compõem a classe operária (operários qualificados e de indústria, homens, mulheres, crianças, brasileiros natos e imigrantes vindos de diferentes horizontes, etc.) se encontram no campo de participação aberto pela estratégia da ação direta, ou seja, encontram aí um espaço de convívio, de intercâmbios que os permitia nuançar e preservar suas diferenças. [...] Podemos notar, nas ligas de resistência onde a estratégia da ação direta ganha corpo, a função assimiladora, de integração e unificação (sem homogeneização) dessas classes multirraciais. A sua constituição como corpo de cidadãos, ao contrário, exigiria tarefas culturais que estavam fora de cogitação para muitos trabalhadores (a questão dos imigrantes e da sua naturalização, por exemplo) (SEIXAS, 1992, p. 159).²⁹⁶

Mas os sindicatos orientados para a luta reivindicativa não constituíam a única forma de associação de classe presente naquele contexto. Os estudos sobre o surgimento do movimento operário no Brasil têm destacado a grande heterogeneidade das suas formas associativas. Desde meados do século XIX, dezenas de associações de trabalhadores de caráter mutualista tinham se formado na Corte, chegando a constituir uma “cultura associativa” que tinha seus ritos, códigos e auxílios (SILVA JR, 2004; BATALHA, 1999)²⁹⁷.

Ainda que algumas categorias já começassem a se organizar como “sociedades de resistência”²⁹⁸ na década de 1890, foi na primeira metade dos anos 1900 que o sindicalismo ganhou força no Brasil. Ainda que elas não tenham substituído inteiramente as associações mutualistas, beneficentes e as irmandades religiosas, tendo antes coexistido com elas por décadas, não há dúvida de que a atuação política das classes trabalhadoras da cidade vai sendo cada vez mais protagonizada pelas associações de classe ou federações que reuniam vários sindicatos. Segundo Angela de Castro Gomes,

A permanência de um modelo de associações mutualistas e a desconfiança em relação ao sindicato de resistência marcam o período que vai até 1920, o que obviamente não pode apenas ser atribuído nem à força dos socialistas nem à ineficiência doutrinária dos anarquistas. A variedade de formas associativas vincula-se certamente à grande diversidade de segmentos que formavam a classe trabalhadora e à extrema dificuldade encontrada para sua mobilização política (2005, p. 111).

²⁹⁶ No original: “*les diverses catégories composant la classe ouvrière (ouvriers de métier et d’industrie, hommes, femmes, enfants, brésiliens de naissance, immigrés venus d’horizons différents, etc.) se retrouvent dans le champ de participation ouvert par la stratégie d’action directe, c’est-à-dire y trouvent un lieu de convivialité, d’échanges qui leur permet de nuancer et de préserver leurs propres différences. [...] On note, dans les ligues de résistance où prend corps la stratégie d’action directe, la fonction assimilatrice, d’intégration et d’unification (sans homogénéisation) de ces classes ouvrières bariolées. Leur constitution comme corps de citoyens, au contraire, en réclameraient taches culturelles dont il n’évait pas question pour beaucoup de travailleurs (la question des immigrés et de leur naturalisation, par exemple) ”.*

²⁹⁷ O vasto mutualismo produzido ao longo dos séculos XIX e XX não pode ser reduzido, no entanto, a uma “preparação” ou “pré-história” do movimento operário, já que grande parte das mutualistas não estava voltada para a associação de trabalhadores, sendo constituídas antes por critérios de nacionalidade, étnico-raciais, religiosos, de localidade, dentre outros (VISCARDI; JESUS, 2007; BATALHA, 1999).

²⁹⁸ A expressão vem do francês *sociétés de résistance*, que designava as associações surgidas nas décadas de 1830 e 1840 para “financiar auxílio não aos impossibilitados de trabalhar [como as mutualistas], e sim aos que se recusassem a trabalhar por salários reduzidos” (MATTOS, 2008, p. 87)

As funções que os sindicatos deveriam assumir não estavam dadas desde o primeiro momento, tendo sido ponto de debates e disputas recorrentes. Os sindicatos de resistência se diferenciavam das mutuais primeiramente por assumirem um caráter abertamente reivindicativo, como defensores e representantes dos interesses da “classe” (normalmente entendida como categoria profissional), sustentando o conflito nas relações de trabalho a partir da cobrança por melhorias salariais e nas condições de trabalho. Nesse sentido, eles deixavam o estatuto de associação privada e assumiam a função de constituir/representar um sujeito coletivo. No entanto, muitos sindicatos mantiveram ao longo de todo período algumas funções de socorros-mútuos (BATALHA, 1986; 1999), a despeito da propaganda contrária mantida pelos libertários, que ressaltava a necessidade de uma organização combativa, autônoma e dirigida horizontalmente pelos próprios trabalhadores.

Ainda que tenham existido diversos formatos de associação de classe, o mais recorrente durante o período foi o dos sindicatos por ofício, reunindo trabalhadores que exerciam a mesma atividade profissional. Batalha afirma que tanto para os sindicalistas revolucionários quanto para os socialistas, os sindicatos de ofício teriam constituído o “tipo ideal” de associação de classe (1986, p. 144). Em números menores também houve sindicatos pluriprofissionais, normalmente associações de trabalhadores de determinado bairro ou região, e sindicatos por ramo de atividade (por exemplo, a União Geral dos Metalúrgicos). A associação por ofício trazia consigo algumas dinâmicas específicas, que podiam facilitar ou dificultar a mobilização coletiva. De um lado, a organização por ofício repetia uma tendência que já estava mais ou menos enraizada no país, já que as associações mutualistas de trabalhadores muitas vezes tinham esse formato, além de remeterem também às irmandades religiosas que vinculavam os “artistas” artesãos de determinado ofício a um santo de devoção. De outro lado, poderiam dificultar a organização por empresa ou ramo de atividade, fragmentando os trabalhadores em diferentes filiações sindicais.

Além dos anarquistas, outros grupos e correntes (nem sempre identificáveis por um projeto político mais amplo) também buscaram organizar os trabalhadores nesses moldes, como no caso dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, setor em que a militância libertária não conseguiu exercer grande e durável influência. Portanto, podemos explorar os dois sentidos da expressão “luta pelos sindicatos de resistência”: a luta pela sua criação, fortalecimento e manutenção, bem como a luta pelo seu “controle” ou “direção”. Afinal, como ressalta Toledo (2004), a decisão de parcelas cada vez maiores dos anarquistas ingressarem nas fileiras da luta sindical, em todo mundo, esteve ligada à percepção da

necessidade de disputar esses espaços com socialistas e reformistas, visto que os sindicatos se tornavam cada vez mais enraizados nas classes trabalhadoras.

A maior parte dos sindicatos de resistência foi criada em conjunturas de agitação e mobilização da categoria, e muitas vezes tiveram dificuldades de se manter atuantes após o ciclo de mobilização. Algumas categorias importantes, como os têxteis, tiveram uma organização sindical intermitente ao longo do período, constituindo organizações que assumiam nomes diferentes, mesmo que o desaparecimento de uma e o surgimento de outra se desse em um intervalo pequeno. Outros sindicatos lograram maior estabilidade ao longo do tempo, seja pelo fato de se institucionalizarem de forma mais sólida com o estabelecimento do *closed shop*²⁹⁹ (caso que trataremos mais a frente), ou por outros fatores.

Para interpretarmos a constituição do sindicalismo revolucionário naquele contexto também não pode passar despercebido o fato de que não havia previsão e reconhecimento legal para as associações de classe até janeiro de 1907. O decreto 1637, que dispunha sobre a criação de “sindicatos profissionais” e “sociedades cooperativas” não só não vinha criar pela lei algo que não existisse antes, como teve pouco impacto na vida prática das organizações sindicais, na avaliação de Claudio Batalha (1986, p. 106). De fato, não houve aumento expressivo na criação de sindicatos imediatamente após a sua promulgação, e muitas associações preferiram continuar a funcionar sob a legislação anterior, que dispunha sobre associações voluntárias (decreto n. 173, de setembro de 1893).

Na letra da lei, o decreto previa que os sindicatos profissionais pudessem se constituir “sem autorização do Governo”, reunindo profissionais de ocupações similares ou conexas, e sendo reconhecidos como “representantes legais da classe integral dos homens do trabalho” – contanto que se orientassem pelo princípio da “harmonia entre patrões e operários” (BRASIL, 1907, p. 251). Reconhecia ainda personalidade civil aos sindicatos e mesmo a federações e “sindicatos centrais”. No entanto, o trabalho de Velasco e Cruz (2005) sobre os sindicatos dos trabalhadores do Porto mostra como o parágrafo que determinava que a direção dos sindicatos só poderia ser ocupada por brasileiros natos ou naturalizados, residentes no país há mais de cinco anos e gozando de todos os direitos civis, teve consequências explosivas para as associações que buscaram se enquadrar no dispositivo legal. Aliás, é possível levantar a hipótese de que tal cláusula contribuiu fortemente para restringir o número de entidades dispostas a se registrarem oficialmente nos termos do decreto.

²⁹⁹ Prática na qual o sindicato controla a alocação da força de trabalho na medida em que impõe aos empregadores que apenas trabalhadores sindicalizados poderão ser contratados.

A decretação da lei também vinha responder à movimentação crescente das associações de classes nos anos imediatamente anteriores. A realização do 1º Congresso Operário Brasileiro entre 15 e 20 de abril de 1906 é entendida como sinal do fortalecimento do sindicalismo no país, tendo sido a principal tentativa de articulação de associações de todo país até então. Expressão do crescente organizacional do período é o fato do Congresso ter sido organizado por duas federações criadas no ano anterior: a Federação Operária Regional Brasileira, herdeira da Federação das Associações de Classe, surgida um mês após a greve dos têxteis de 1903 (BATALHA, 2000, p. 40) e a Federação Operária de São Paulo (FOSP). Essa última, inclusive, levou ao Congresso dez delegados, representando seis sindicatos federados, dentre os quais estavam alguns dos principais militantes anarquistas atuantes no Brasil: Giulio Sorelli, Edgard Leuenroth, Manoel Moscoso, Ulysses Martins, Caralampio Trillas, Carlos Dias e José Sarmento. A vitória do sindicalismo de ação direta nas deliberações do Congresso se deve, na interpretação de Claudio Batalha (1986, p. 199), sobretudo à “ação comum bem orquestrada” dos anarquistas (dentre os quais ainda se encontravam, enquanto delegados, Mota Assunção, João Arzua dos Santos e Luiz Magrassi)³⁰⁰.

Além de deliberar pela criação da Confederação Operária Brasileira, que só entraria em operação propriamente em 1908 e ainda assim como uma extensão da FORJ (Federação Operária do Rio de Janeiro, nome que assume a Federação Regional após o Congresso), os delegados também aprovaram um conjunto de resoluções que tem sido interpretado como uma das principais evidências da hegemonia do sindicalismo de ação direta ao longo da Primeira República no país. O cerne das resoluções de 1906 foram reafirmadas, inclusive, nos Congressos de 1913 e 1920, reforçando a percepção sobre a “hegemonia anarquista” (ADDOR, 2002). Desde os anos 1980, entretanto, diversos trabalhos têm buscado matizar ou criticar esse diagnóstico, ressaltando que nem todo sindicalismo de ação direta era ligado ao anarquismo (TOLEDO, 2004), que a penetração dos anarquistas ficou circunscrita a certos setores, oscilou conforme as conjunturas, e esteve longe de ser representativa de todo o movimento operário da época (CRUZ, 1981; BATALHA, 1986; 2000).

As principais resoluções do Congresso aconselhavam: 1) a adoção do sindicato de resistência como forma de organização preferencial dos trabalhadores; 2) o afastamento em relação a partidos políticos e programas eleitorais; 3) a defesa da ação direta (“a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o *label*, as manifestações públicas, etc.”) como principal linha de ação; 4) a substituição das direções sindicais por simples “comissões

³⁰⁰ Todas as informações sobre o 1º Congresso foram retiradas de Pinheiro; Hall, 1979, p. 41-58.

administrativas”; 5) a admissão apenas de trabalhadores assalariados nos sindicatos, excluindo patrões, mestres e contramestres; 6) a adoção de caixas de resistências, voltadas para sustentar a ação direta, abandonando as formas tradicionais de mutualismo das sociedades de socorros-mútuos; 7) a luta pela redução da jornada de trabalho (campanha pelas 8 horas); 8) a propaganda antimilitarista e criação de escolas e bibliotecas para o progresso da instrução dos trabalhadores. Trataremos desses pontos separadamente ao longo do capítulo.

O impacto das decisões do Congresso não foi imediato, mas as greves deflagradas em São Paulo no ano seguinte pelas 8 horas de trabalho reforçava a principal pauta reivindicativa presente nas deliberações. Em relação às formas de associação nascentes ou já existentes na capital da República, os anarquistas se diferenciaram sobretudo pela recusa das práticas assistencialistas e do partido político como “centro sindical” para o qual deveriam confluír as organizações sindicais de base, como na proposta socialista (GOMES, 2005). Como buscaremos desenvolver a seguir, no centro dessa divergência estava a afirmação do que os libertários entendiam por *autonomia*, princípio que deveria orientar as organizações proletárias, visando sua emancipação final.

6.1 Em torno do sindicalismo revolucionário

O primeiro número de *A Voz do Trabalhador* trazia em sua apresentação uma síntese do tipo de orientação que os anarquistas buscavam imprimir ao movimento sindical, retomando as teses aprovadas no 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906. Podemos reconhecer aqui alguns dos traços típicos do discurso que viemos analisando ao longo da tese:

A *Voz do Trabalhador* vem agitar este proletariado que indiferente parece se conformar com a situação miserável e deprimente que atravessa, vem interessa-lo para que conosco venha partilhar dos trances da hodierna luta de interesses que prende a atenção do proletariado universal e que ora aqui se inicia com o desenvolvimento progressivo da indústria.

A *Voz do Trabalhador* vem lutar, vem combater com toda a coragem e energia de que for capaz pelas reivindicações proletárias, não descansando enquanto as não conquistar.

Desde já uma conquista se impõe: a das 8 horas de trabalho, vitoriosamente arrancada pelos nossos companheiros de São Paulo o ano passado. Mas o nosso fim não é só conquistar menos horas de trabalho e a elevação dos salários.

O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar – é a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista, transformando o atual regime econômico do salariato e do patronato num regime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores-consumidores, cuja célula inicial está no atual sindicato de resistência ao patronato.

Como meio prático, como método de luta para alcançar tal *desideratum*, adotará e usará o sindicalismo revolucionário.³⁰¹

Esses pontos seriam recorrentemente afirmados nas páginas de *A Voz do Trabalhador*, e condensavam o cerne da propaganda libertária realizada junto ao movimento operário. Encontramos nesse trecho os seguintes elementos: a visão de que o avanço da industrialização permite uma aproximação entre o proletariado local e o “universal”; a defesa das reivindicações “econômicas”, como redução da jornada de trabalho e aumento salarial; a defesa da revolução social como objetivo maior do movimento; a ideia de que o sindicato de resistência seria a “célula inicial” da sociedade emancipada (autogestionada) do futuro; a definição do “sindicalismo revolucionário” como método de luta adotado para alcançar tal fim. O primeiro elemento já exploramos nos capítulos anteriores. Cumpre agora explorar como a proposta do sindicalismo revolucionário se desdobrou na prática e quais efeitos produziu naquele contexto, buscando equilibrar as lutas econômicas por melhores condições com a perspectiva revolucionária. Antes, porém, precisamos tratar algumas questões preliminares.

O problema da relação entre anarquismo e trabalho sindical constitui um dos grandes temas de controvérsia e disputa na literatura especializada. Podemos apresentar sinteticamente as principais posições como constituindo uma polarização: a que define o sindicalismo revolucionário como uma estratégia (tomada pelos anarquistas) e aquela que o define como uma corrente política autônoma. De um lado, os trabalhos que tentam subsumir o “sindicalismo revolucionário” como fenômeno interno ao campo do anarquismo, enfatizando o surgimento do Anarquismo como corrente política moderna dentro da experiência da Associação Internacional dos Trabalhador (AIT), especialmente da Aliança (ADS) que reuniu coletivistas inspirados por Bakunin e mutualistas proudhonianos. É o caso, por exemplo, do trabalho de Felipe Corrêa, que afirma que “o sindicalismo de intenção revolucionária – especialmente em suas duas mais relevantes modalidades, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo – constituem *estratégias históricas do anarquismo*” (2018, p. 61, grifos nossos).

No polo oposto estariam os trabalhos que buscam frisar a constituição do “sindicalismo revolucionário” como corrente autônoma em relação ao anarquismo, tendo inclusive mantido relações tensas com ele. É o caso do trabalho de Edilene Toledo (2004), que ressalta a originalidade da formulação francesa do “sindicalismo revolucionário” com a criação da *Confederation Generale du Travail* (CGT), em 1895, reunindo militantes de

³⁰¹ A VOZ DO TRABALHADOR, n. 1, 01/07/1908, p. 1.

orientação tanto socialista quanto anarquista. A aproximação de socialistas com anarquistas estava ligada sobretudo à crítica que ambos nutriam em relação ao crescente reformismo das organizações socialistas e social-democratas, especialmente a partir do sucesso eleitoral do SPD (Partido Social-democrata Alemão) nas eleições de 1890. A autora destaca também, como parte da constituição do “sindicalismo revolucionário” como corrente autônoma, a publicação da Carta de Amiens, de 1906, e a polêmica entre Enrico Malatesta e Pierre Monatte no Congresso Internacional Anarquista de 1907, realizado em Amsterdã.

Os principais elementos que caracterizam o sindicalismo revolucionário como corrente específica surgida no início do século XX são: a neutralidade e independência dos sindicatos em relação a partidos políticos; a defesa da ação direta como principal forma de luta sindical; a defesa da greve geral revolucionária e da autogestão dos trabalhadores; a “autossuficiência” dos sindicatos como instrumentos de organização revolucionária do proletariado e a legitimidade das lutas por melhores condições de trabalho dentro do capitalismo. Era sobre esses dois últimos itens, claro, que a divergência com o anarquismo de massas incidia. Ademais, a independência em relação a partidos políticos e a “neutralidade” política do sindicato – que não deveria se vincular explicitamente a correntes “políticas” – não significava na prática uma recusa completa da participação em eleições e do parlamentarismo (tal como defendiam os grupos anarquistas), apenas demarcavam que os militantes deveriam deixar tais atividades do lado de fora. A experiência de constituição do sindicalismo revolucionário tem sido interpretada como uma estratégia capaz de estabelecer o sindicato como um “espaço capaz superar as diferenças entre os operários” (TOLEDO, 2004, p. 41). De acordo com a autora,

O novo do projeto sindicalista revolucionário era essa tentativa de conciliar a luta para obter vantagens a curto prazo no quadro do sistema existente, com uma perspectiva a longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores através dos sindicatos (2004, p. 30).

A delimitação da especificidade histórica do “sindicalismo revolucionário” surgido na virada do século me parece uma interpretação mais correta do fenômeno. Isso não quer dizer, obviamente, que as diversas correntes identificadas historicamente como componentes do campo anarquista (bakuninistas, coletivistas, etc.) não tenham realizado um intenso trabalho de organização e agitação sindical desde a AIT e ao longo das décadas que precedem o surgimento da CGT francesa. Quer dizer apenas que algumas características específicas distinguem esse tipo de sindicalismo daquele defendido pelos anarquistas na AIT: especialmente a legitimidade da luta pela redução da jornadas de trabalho e por melhorias

salariais. Guardamos, portanto, o “sindicalismo revolucionário” como categoria historicamente específica pelo simples fato de que os próprios atores sociais assim se referiam ao sindicalismo gestado especialmente na experiência francesa³⁰², que lhes servia de referência. Que tenham existido outros sindicalismos de “intenção” ou de caráter revolucionário na história me parece fora de dúvida.

No entanto, o trabalho de Toledo por vezes acaba exagerando a distância que os grupos anarquistas teriam mantido da proposta sindicalista, ou tratando-os como algo homogêneo, com a intenção de traçar suas diferenças em relação ao projeto sindicalista. Outros trabalhos, mesmo reconhecendo a originalidade do “sindicalismo revolucionário” que se constituiu na virada dos séculos XIX para o XX, não apenas na França mas também na Itália, Espanha e alhures, destacam que a clivagem mais relevante para entender a relação dos anarquistas com o sindicalismo seria aquela entre organizacionistas e anti-organizacionistas.

É justamente a existência dessas duas correntes distintas em São Paulo, ainda que não tivessem jornais e meios de atuação totalmente separadas, que faz com que a distinção trabalhada por Toledo ganhe mais nitidez. Afinal, foram os antiorganizacionistas, presentes em periódicos editados em italiano como *La Battaglia* e *La Barricata*, que mais combateram direta e explicitamente o sindicalismo. Segundo Romani, em seu trabalho sobre a vida do anarquista italiano Oreste Ristori, os antiorganizadores não se opunham a qualquer organização, mas à “organização institucionalizada”, como sindicatos e federações operárias nas quais “se elegiam os representantes dos trabalhadores e formalizava-se uma instituição” (2002, p.171).

No caso brasileiro, esse debate é relevante sobretudo pela tendência à sobrevalorização da presença e da centralidade dos anarquistas na fase de constituição do movimento operário no Brasil, até a revolução de 1930. Como chamaram atenção Velasco e Cruz (1981), Batalha (1986; 2000), Toledo (2004), entre outros autores, não apenas a centralidade dos libertários é bastante relativa, tendo sido mais forte em conjunturas bem delimitadas e especialmente em São Paulo, como ela deve ser matizada tendo em vista a diferença entre “sindicalistas” (alinhados ao sindicalismo revolucionário) e “anarquistas” (que poderiam adotar uma estratégia sindicalista ou não).

Não busco nesta tese realizar uma reconstituição da história do anarquismo e de suas correntes e cisões, tarefa a qual vem se dedicando boa parte da historiografia militante. O

³⁰² Também parece óbvio que, na gestação desse novo modelo surgido com a CGT, militantes anarquistas – como Émile Pouget e Fernand Pelloutier – tiveram papel destacado. No entanto, compreender as raízes e genealogia do sindicalismo da CGT escapa em muito dos objetivos deste trabalho.

trabalho de identificação e periodização de vertentes e correntes precisa sempre se equilibrar entre a adoção das categorias utilizadas em cada contexto pelos próprios atores sociais e a construção de classificações que possam reunir fenômenos diferentes e mais ou menos distantes no tempo e no espaço, atentando menos para as especificidades do que para aquilo que os aproxima. No entanto, para os propósitos desta pesquisa, me parece mais importante atender para as configurações locais de tais debates e correntes, tanto para evitarmos uma visão basicamente difusionista da história política dos movimentos revolucionários, quanto porque nosso objetivo é menos a reconstituição histórica e mais a análise sociológica desse ativismo em suas relações com outras instâncias, movimentos, instituições, etc.

Além disso, é necessário lembrar a tão conhecida tensão entre “teoria” (ou discurso) e “prática”, ou seja, muitas vezes diferenças e conflitos doutrinários não implicaram em uma distância real na prática dos militantes. Não podemos “derivar” a prática de determinado grupo político ou movimento social da sua “declaração de princípios” ou apenas dos debates programáticos, por mais relevantes que sejam. No caso brasileiro, a avaliação dos próprios anarquistas relativizava o peso das diferenças doutrinárias na constituição do movimento anarquista³⁰³.

Nesse sentido, é importante destacar – como já indicaram alguns dos trabalhos clássicos sobre o tema – que a distinção entre anarquistas e sindicalistas revolucionários, tal como frisada por Edilene Toledo, faz mais sentido para o caso de São Paulo, onde de fato houve confronto e diferenciação entre as duas correntes. Ainda que o sindicalismo revolucionário da virada do século guarde um arranjo específico de articulação entre socialistas e anarquistas, no caso do Rio de Janeiro a adesão dos anarquistas à estratégia sindicalista foi praticamente total³⁰⁴, não se constituindo nem um grupo de “anti-organizadores” e nem de sindicalistas “puros” contrários ao anarquismo. Ou seja, no caso do Rio de Janeiro o sindicalismo revolucionário não chegou a se constituir como corrente autônoma, tendo sido antes uma estratégia para a qual confluíram sobretudo os anarquistas. É por isso que viemos trabalhando até aqui sem precisar as diferenças entre as correntes e categorias. Como nota Marcelo Mattos,

³⁰³ O texto de Marcel Vereme sobre o movimento anarquista no Brasil, publicado em 1908 no *Bulletin de L'Internationale Anarchiste*, destacava que “um aspecto excelente de nosso movimento é que nós somos muito unidos. [...] o costume é subordinar a visão teórica às considerações práticas. Se países mais cultos se dão o luxo de discussões sobre individualismo e o comunismo, nós consideramos isso como resultado, não de uma lógica científica, mas de uma diversidade de temperamentos da qual nós não participamos” (*apud* PINHEIRO; HALL, 1979).

³⁰⁴ A principal nota crítica vindo do campo anarquista à estratégia sindicalista foi o texto “O Anarquismo perante a organização sindical” que será discutido no próximo capítulo.

as diretrizes do sindicalismo revolucionário podiam ser tomadas por sindicalistas de diferentes correntes políticas e mesmo independentes, formando-se em certo sentido preciso uma corrente estritamente sindical, pois que se tratava de uma concepção de atuação sindical que prezava o princípio da autonomia. Porém, predominou nitidamente a combinação desta concepção sindical com o ideário político anarquista, como se observa pelos artigos doutrinários de fundo anarquista publicados no jornal *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da COB, entidade máxima de orientação sindicalista revolucionária no país (MATTOS, 2008, p. 128).

Como chama atenção Tiago Bernardon de Oliveira, os escritos de Malatesta foram “reivindicados no Brasil tanto por anarquistas adeptos do sindicalismo quanto por seus críticos, de modo que era, senão a principal, uma das mais constantes referências nas publicações anarquistas brasileiras” (2009, p. 67), o que reforça a dificuldade de traçar distâncias muito nítidas entre as diferentes correntes anarquistas no Brasil. Ainda assim, veremos na polêmica entre João Crispim e Neno Vasco, atravessando fronteiras nacionais, duas compreensões diferentes das críticas de Malatesta ao sindicalismo, cujas consequências práticas dividiram alguns anarquistas adeptos à participação nos sindicatos.

A aproximação entre os anarquistas e o sindicalismo não deixou de produzir tensões e conflitos. Os debates que se explicitaram ao longo do período nas páginas da imprensa libertária costumavam girar em torno do problema de até que ponto a ênfase em melhorias nas condições de trabalho e salariais, na conquista de direitos como a limitação da jornada de trabalho, dentre outros, arrefeceria o ímpeto revolucionário das massas trabalhadoras. Dentro do projeto do “sindicalismo revolucionário” essa tensão aparecia, por exemplo, na maior ênfase dada à propaganda dos ideais últimos e da greve geral revolucionária ou à legitimidade da luta por direitos trabalhistas e conquistas dentro do sistema capitalista. Portanto, ao invés de cristalizarmos o “sindicalismo revolucionário” em algum *corpus* doutrinário mais ou menos estável, parece mais interessante observarmos os *problemas* que ele lançou aos militantes, sobre os quais, aliás, eles refletiram e escreveram abundantemente na imprensa libertária.

A polêmica doutrinária mais importante, nas páginas de *A Voz do Trabalhador*, foi a que opôs o entendimento de Neno Vasco e João Crispim sobre a relação entre anarquismo e sindicatos. Neno Vasco já era reconhecido, nas primeiras décadas do século XX, como um dos mais qualificados militantes anarquistas no país. Escrevendo e colaborando na organização de diversos periódicos ácratas, Vasco já expunha, em 1906, sua compreensão sobre a relação que os anarquistas deveriam manter com os sindicatos quando comentava os resultados do 1º Congresso Operário:

O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria

feito obra de partido, não de classe. O nosso fim, se não foi a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas ideias.³⁰⁵

Assim, já se explicitava o entendimento de que a participação dos anarquistas nas lutas sindicais e a defesa da adoção do sindicalismo revolucionário como forma de organização e estratégia mais adequada aos sindicatos de resistência não implicava em caracterizar os sindicatos como “anarquistas”. Isso porque, baseando-se no entendimento de Malatesta – de quem Neno Vasco traduziu textos como “No Café” –, os organizadores propunham a manutenção de uma organização propriamente anarquista fora dos sindicatos. A “neutralidade política” dos sindicatos – na definição que lhes davam os anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário – significava não apenas a distância em relação aos partidos políticos, mas colocá-los “acima” de definições político-partidárias que pudessem restringir a sua penetração nas bases trabalhadoras. E é justamente nesse ponto que vai se travar boa parte da discussão nos meios libertários. Em 1913, Neno Vasco voltou ao tema sistematizando sua visão sobre o sindicalismo revolucionário em longo artigo dividido em cinco partes, publicado entre os números 25 e 29 de *A Voz do Trabalhador*. Escrevendo desde Lisboa, onde atua intensamente na articulação do movimento anarquista português e participa ativamente das iniciativas libertárias junto aos sindicatos, o autor expõe sua compreensão da posição de Malatesta quanto às possibilidades e aos limites do sindicalismo.

A polêmica com João Crispim se inicia com o artigo publicado por Neno Vasco em 1º de setembro de 1913, às vésperas da realização do 2º Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em que o autor criticava a decisão da Federação Operária de Santos de, seguindo o exemplo da Federação Regional Obrera Argentina (FORA), inserir o “comunismo anarquista como finalidade dos sindicatos e suas federações”³⁰⁶. A tal “declaração de princípios”, assinada pela Comissão da Federação Operária de Santos, tinha sido publicada em junho daquele mesmo ano no semanário anarquista *Germinal*, de São Paulo. Em seu texto apareciam como “aspirações” da Federação a “emancipação dos trabalhadores” através da tomada “da terra e dos instrumentos de trabalho” pelos próprios trabalhadores, de modo a “organizar livremente a produção e o consumo, inaugurando a sociedade dos produtores livres pela supressão do Estado e da autoridade, [...] inspirados no Comunismo Anarquista”³⁰⁷. Portanto, o *timing* do artigo de Neno Vasco, publicado no jornal da COB menos de duas semanas antes do início dos trabalhos do 2º Congresso, indica que uma disputa entre anarquistas adeptos do sindicalismo estava se armando. De fato, a Federação Operária de

³⁰⁵ A TERRA LIVRE, 13/08/1906.

³⁰⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 38, 01/09/1913, p. 1.

³⁰⁷ *Apud* OLIVEIRA, 2009, p. 73.

Santos leva ao 2º Congresso a questão relativa às “finalidades” do sindicalismo, ou melhor, sobre os “princípios da nova sociedade” que desejavam construir: “os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?”. No entanto, a proposta de inscrever nas resoluções do congresso a “propaganda do anarquismo nas sociedades operárias” é rejeitada, prevalecendo apenas a indicação de que as sociedades permitam “uma ampla exposição e discussão de todas as ideias”³⁰⁸. Vale destacar que ambos eram “organizacionistas”, ou seja defendiam a necessidade de uma organização de orientação política por fora dos sindicatos.

A polêmica se estendeu por mais de um ano, e não apenas nas páginas de *A Voz do Trabalhador*, já que Neno Vasco, considerando que o tema deveria ser discutido na imprensa anarquista e não na sindical, fez publicar seus textos também em periódicos ácratas de Lisboa, que acolheram também as réplicas de João Crispim³⁰⁹ – uma evidência sólida do caráter transnacional do movimento anarquista. Ainda sobre esse ponto, vale dizer que a Federação Operária de Santos, representada no 2º Congresso justamente por João Crispim, vinha mantendo relações próximas com a FORA, que desde 1905 havia deliberado por imprimir um caráter ideológico mais declarado ao sindicalismo que praticava. A divisão do movimento operário argentino em dois campos, representados pela FORA e pela União Geral dos Trabalhadores (de orientação socialista) era trazida pelo artigo original de Neno Vasco como um exemplo a ser evitado. Em seu texto, a declaração de princípios anárquicos nos estatutos da FORA é indicada como “causa de divisão do operariado em um terreno em que este pode e deve estar unido”³¹⁰. Portanto, ao publicar em *A Voz* seu primeiro artigo, visava combater essa tendência que se fortalecia também no Brasil, como demonstra o fato da FORA ter enviado representação ao 2º Congresso uma representação propondo o estreitamento de laços entre a COB, a FORA e a Federação Obreira Regional Uruguaia (FORU), com a criação da Comissão Internacional de Relações entre os operários da América do Sul – proposta aprovada nas resoluções do congresso (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 201).

O primeiro artigo de Neno Vasco reafirmava a separação entre o âmbito sindical, das associações de classe formadas pelo pertencimento à categoria profissional, e o âmbito político, dos grupos e partidos com suas filiações doutrinárias explícitas. Conhecida no movimento anarquista como “dualismo organizacional”, essa concepção pregava a “neutralidade política” dos sindicatos como forma de mantê-lo o máximo possível como um órgão de massas, no qual a propaganda libertária pode penetrar em um conjunto de

³⁰⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 39-40, 01/10/1913, p. 2-3.

³⁰⁹ Ver SAMIS, 2018, p. 385-386.

³¹⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 38, 01/09/1913, p. 1.

trabalhadores que ainda não estão familiarizados com as doutrinas políticas em disputa. Seguindo Malatesta, Vasco afirmava que a participação nos sindicatos não eximiria os anarquistas de manter uma organização própria, de corte político doutrinário, que organizasse periódicos, centros culturais e iniciativas educativas e de propaganda. A “linha de massas” para o anarquismo era fruto de uma elaboração crítica quanto ao perigo do isolacionismo, do distanciamento em relação às massas trabalhadoras na medida em que se recusasse a participação em quaisquer instituições de representação (como os sindicatos). Nas palavras de Neno Vasco, o risco envolvido na adoção de finalidades anárquicas aos estatutos dos sindicatos era confundir os dois âmbitos, fazendo do sindicato uma organização que só congregasse trabalhadores anarquistas, o que inevitavelmente os afastaria da massa visto que “os anarquistas são uma pequena minoria”. Assim, seria perdido o principal do trabalho nos sindicatos de resistência: “ser um fértil campo para a sementeira de ideias”, permitindo aos anarquistas “estarem em contato com o povo, darem-lhes provas de energia e dedicação pela causa comum, inspirarem-lhe em suma confiança”³¹¹. O autor critica como “superficial e artificial” mesmo a deliberação da carta de Amiens (1906), pela qual a CGT inscrevia em suas finalidades a “abolição do patronato e do salariado”.

É justamente contra essa defesa radical da “neutralidade política” dos sindicatos que João Crispim se insurge. Em seus textos, reafirma por diversas vezes seu diagnóstico, pelo qual o “zelo da neutralidade” levava à confusão e ao fortalecimento do corporativismo nos sindicatos, já que os libertários estariam deixando de aproveitar a oportunidade para intensificar a propaganda nos meios operários. Em suas palavras:

quando se ocultam as tendências, obedecendo a uma tática, a do silêncio, e ainda mais, a da negação, no momento em que se interrogam os fins e bases das organizações, cai-se num confucionismo lamentável, confucionismo e negação que favorecem as correntes contrárias à emancipação dos trabalhadores.³¹²

Além disso, afirma que “a neutralidade nas sociedades operárias, quando existe, é muito relativa”³¹³. Isso porque seria inevitável, no amadurecer do movimento operário, o “choque de ideias”, de orientações políticas divergentes, cada qual buscando imprimir suas concepções e tendências ao sindicalismo efetivamente praticado. Em tom polêmico, questiona o que diferenciaria a concepção de Vasco de uma concepção corporativista, já que os sindicatos não deveriam se pronunciar sobre seu entendimento da questão social, limitando-se à luta salarial. Afirma que não se trata de uma discussão sobre o critério de agrupamento dos trabalhadores sobre o sindicato, mas sobre a orientação (formas de ação, estrutura

³¹¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 38, 01/09/1913, p. 1.

³¹² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 48, 01/02/1914, p. 7.

³¹³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 50, 01/03/1914, p. 3.

organizativa) destes. Assim, a visão de João Crispim coloca em suspeita a ideia de que o sindicalismo revolucionário conseguiria “driblar” ou superar as divisões políticas que rachavam o movimento. De certo modo, ela não poderia nem deveria – em nome da neutralidade política – deixar de combater as tendências partidárias, corporativistas e etc., que disputavam o movimento operário. É nesse sentido que a neutralidade seria “muito relativa”.

Ao longo de todo debate nenhum dos dois contendores muda suas posições. Neno Vasco reafirma o esforço de manter os sindicatos livres o máximo possível das inconciliáveis divergências político-doutrinárias, renunciando todos à “pretensão de fazer aceitar o seu ideal como doutrina oficial do sindicato”. Provocativamente, questiona João Crispim se acaso ele “entraria numa associação cujo programa oficial fosse social-democrático, por exemplo, ou conservar-se-ia lá se esse programa viesse a ser adotado?”³¹⁴. Já Crispim reafirma a inevitabilidade das cisões no movimento operário, que não necessariamente produziriam efeitos negativos, e termina dobrando a provocação, dizendo que os “discípulos do Neno – os que tive a felicidade de ouvir – exageraram as doutrinas do mestre, chegando a combater a todo transe a exposição ou propaganda de ideias nos sindicatos operários, quanto mais o objetivo de dar aos sindicatos uma tendência anarquista”³¹⁵.

A questão pode parecer, de longe, um tanto “esotérica”. Afinal, ambos concordam que os libertários deveriam fazer propaganda dos seus ideais revolucionários nos sindicatos, diferindo somente quanto à inscrição das finalidades anárquicas nos estatutos e declarações de princípios e, portanto, quanto à existência de um sindicalismo declaradamente anarquista – ainda que tal declaração de princípios fosse feita também pela CGT, referência central de todo o debate. Porém, tais divergências teriam peso considerável no desenvolvimento posterior daquilo que ficou conhecido como “anarcossindicalismo”, termo ainda não utilizado na época pelos anarquistas adeptos do “finalismo” (como o caso da FORA). Do nosso ponto de vista, entretanto, o que chama atenção na polêmica, além das diferentes visões sobre a “neutralidade” e a propaganda libertária nos sindicatos, é que os textos ajudam a *matizar* a penetração do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no movimento operário brasileiro. Ambos os autores admitem, no seio de uma polêmica altamente doutrinária, que essa influência podia estar *mais no papel do que na prática*.

Neno Vasco, desde seu primeiro artigo, insiste que o importante é que “anarquistas sejam, não os estatutos, mas os operários, se não nas ideias, ao menos nos atos”³¹⁶. E que tal

³¹⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 61, 20/08/1914, p. 2.

³¹⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 64, 01/11/1914, p. 2.

³¹⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 38, 01/09/1913, p. 1.

processo de penetração do anarquismo no seio da classe operária seria bem mais difícil do que a inscrição dessa ou daquela resolução sobre as finalidades nos estatutos dos Congressos. Atento sempre à distância entre uma adesão “real” e uma adesão meramente “verbal” aos princípios revolucionários e entendendo a atuação dos anarquistas como a de uma “minoría atuante e propulsora”, considera as declarações de princípios anarquistas um

artifício autoritário de delegados e representante, não a expressão exata duma convicção sincera e refletida dos sindicalizados. [...] Até se pode dizer que o sindicato, limitado a sua função de luta atual contra o patronato, é mais *anarquista* quando recruta os salarizados conscientes desse fim e decididos a essa ação, do que quando alista sob a bandeira do comunismo anarquista os trabalhadores que desse ideal não têm um conhecimento regular.³¹⁷

Já João Crispim argumenta que a declaração de princípios da Federação Operária de Santos “não era uma causa, mas sim uma consequência de uma longa ação revolucionária e de uma intensa propaganda libertária, as quais se complementam na luta contra o regime”. Aliás, a importância da propaganda libertária dentro dos sindicatos seria justamente para “demonstrar que o anarquismo não é somente o ideal de uma pequena minoria de perseguidos, é o ideal das classes operárias”³¹⁸. Mais ainda, Crispim apresentava um diagnóstico negativo sobre a prática dos libertários seguidores de Neno Vasco. Segundo ele,

No Brasil, grande parte da organização operária orientada pelos anarquistas, tomou uma tendência corporativa porque os anarquistas não faziam nos sindicatos a propaganda revolucionária, a propaganda das suas ideias, e ainda se opunham a que os mais audazes expusessem os ideais da emancipação dos trabalhadores, os quais não são outros que os ideais anarquistas.

Esta mesma tendência se manifestou e se manifesta nos sindicatos argentinos – hoje novamente aliados indiretos do partido socialista – nos sindicalistas uruguaios, em grande parte dos sindicatos da C.G.T., e dos sindicatos norte-americanos, onde, como todos sabemos, as organizações operárias estabeleceram no seu próprio seio, o privilégio de classes, o privilégio do trabalho e negaram a entrada a todos os anarquistas que levavam aos trabalhadores a sua palavra luminosa e subversiva.³¹⁹

Tratava-se, portanto, de reconhecer uma tendência em curso mesmo entre sindicatos alinhados aos anarquistas. É importante dizer que João Crispim realizou, em meados de 1914, uma longa excursão de propaganda percorrendo quase todo o interior do estado de São Paulo, fazendo conferências e reuniões em associações de classes locais. Foi enviado como delegado do periódico anarquista *A Rebelião*, de São Paulo, e da COB. Esta intensificou, ao longo daquele ano, suas excursões de propaganda, seguindo a deliberação do 2º Congresso de intensificar as excursões pelo interior para fortalecer o movimento operário ainda incipiente em grande parte do país. Assim, enquanto João Crispim percorria o interior de São Paulo, José Elias da Silva, então secretário geral da FORJ, excursionou pelos estados da Bahia,

³¹⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 38, 01/09/1913, p. 1, grifos no original.

³¹⁸ Ambas as citações retiradas de A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 57, 20/06/1914, p. 1.

³¹⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 50, 01/03/1914, p. 3.

Sergipe, Alagoas e Pernambuco, entre os meses de maio e setembro de 1914. As notícias das excursões eram publicadas regularmente em *A Voz do Trabalhador*, e por muitas vezes os propagandistas comentavam e lamentavam a fragilidade da orientação doutrinária das associações do interior, bem como sua grande precariedade material. Além disso, segundo as orientações da COB, as excursões deveriam trabalhar pela “sistematização da organização operária, remodelando as que se encontrem calcadas nos velhos moldes e organizando as classes que estejam desunidas”, além de propagar a ação direta e a orientação sindicalista revolucionária, “as quais em algumas localidades são vagamente conhecidas”³²⁰.

Para entender quais eram os “velhos moldes” das associações de classes e quais foram os adversários que os libertários enfrentaram pela definição da orientação sindicalista no movimento operário, passaremos na próxima seção a analisar suas disputas com os “amarelos” e com o modelo de associações mutualistas que estava mais ou menos enraizado na sociedade brasileira. Como vimos, estas não diziam respeito apenas aos problemas teóricos envolvidos na definição da relação dos anarquistas com o sindicalismo, mas de como proceder para evitar o funcionamento mais ou menos corporativista desses órgãos, para orientá-los pelos interesses mais amplos das classes trabalhadoras e do ideal de emancipação. A tensão entre a negação e a assimilação à ordem capitalista não deixou, portanto, de atravessar a prática do sindicalismo revolucionário, como vemos pela reflexão de alguns dos principais anarquistas que o conceberam. Tensão essa que vem sendo observada pela literatura sobre o tema, como é o caso de Angela de Castro Gomes, que observa que

O mais difícil, no caso dos anarquistas, é que *o processo de construção da solidariedade que desejavam se sobrepunha ao processo de definição dos interesses*. Ou seja, a nova identidade não se estruturava pela conquista de uma posição relativa melhor dentro da sociedade existente. Esta posição devia ser buscada, mas constituía um objetivo instrumental. A nova identidade da classe trabalhadora forjava-se fundamentalmente pelo aprendizado de um outro conjunto de práticas organizacionais e de valores de participação social. [...] Por isso, os anarquistas postulavam que todo conflito era um fim em si mesmo – era o campo do aprendizado político – e não um meio para se atingir objetivos desejados (2005, p. 107, grifos nossos).

A relação entre meios e fins envolvida nas lutas pela transformação social, tão debatida nos meios anarquistas, será o fio condutor da nossa reconstituição da noção de autonomia que orientou a sua intervenção no movimento operário. A sobreposição entre a construção de solidariedades classistas e os processos de definição dos interesses econômicos, sublinhado por Gomes, estará no centro do aprendizado social que os anarquistas almejavam disseminar com sua pedagogia da autonomia no meio operário.

³²⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 50, 01/03/1914, p. 1.

6.2 A autonomia e seus contrários

Como já foi mencionado, o crescente protagonismo das sociedades de resistência ao longo das primeiras décadas do século XX, culminando no ciclo grevista de 1917-1919, não significou o desaparecimento por completo e nem de forma imediata de outras formas de associação voluntária, que coexistiram temporalmente com os sindicatos, e com as quais os libertários mantiveram intensa disputa. Trataremos, primeiramente, da relação dos anarquistas com as sociedades de socorros-mútuos, as sociedades beneficentes e irmandades, assim como com o cooperativismo. Em seguida, já focando na disputa dentre dos próprios sindicatos de resistência, daremos atenção à luta contra os “amarelos”.

6.2.1 Mutualismo e Cooperativismo

A relação dos libertários com o tema das mutuais é devedora do debate mais amplo acumulado nos meios anarquistas em relação ao mutualismo. Como sabemos, o debate entre mutualistas e coletivistas marcou o nascimento do anarquismo dentro da AIT, ainda que a influência de correntes mutualistas proudhonianas tenha se mantido viva pelas décadas seguintes, especialmente na França. Em geral, o anarquismo se consolida como perspectiva revolucionária negando algumas premissas do mutualismo como a defesa da propriedade privada e das sociedades de socorros-mútuos e cooperativas de crédito como suficientes para a supressão do regime do assalariamento. Não obstante, mesmo com críticas, diferentes formas de mutualismo ainda foram praticadas em associações orientadas pelo sindicalismo revolucionário.

No caso brasileiro, cabe destacar que as sociedades de socorros-mútuos foram, ao longo do Império, a única forma de associação voluntária permitida pela lei, sobretudo após a proibição das corporações. Durante o Império, as associações poderiam enviar ao Conselho de Estado seus estatutos e atas de fundação para serem aprovadas e reconhecidas oficialmente. Além disso, poderiam solicitar subvenção do Estado para a composição dos fundos pecuniários das sociedades, caso em que ganhavam o título de “Imperial Sociedade...”. Porém, a autorização legal para seu funcionamento não era a única razão para o seu crescimento. Até porque, ainda que as pesquisas sobre o tema diverjam quanto ao número de

associações mutualistas existentes nas primeiras décadas do século XX, há o reconhecimento consensual de que, em termos absolutos, é na Primeira República que o número máximo de mutuais é atingido³²¹.

Como já indicamos, o universo das associações mutualistas extrapolava em muito as associações de trabalhadores, constituindo as mutuais organizadas por ofício ou pela reunião dos trabalhadores de uma mesma localidade apenas uma fração do conjunto mais amplo. Além disso, as sociedades mutualistas, como entidades privadas, poderiam manter diferentes critérios para a adesão de seus sócios. Além de uma renda compatível com o pagamento da contribuição mensal e da “jóia” de entrada na associação – o que obviamente excluía a maioria cidadãos mais pobres –, uma idade mínima e máxima, as mutuais normalmente estavam constituídas por algum critério de pertencimento que lhe dava identidade específica, como por nacionalidade (caso das sociedades de portugueses, italianos, alemães, etc.), por critério racial (como as sociedades de “homens de cor”) ou religioso (como as católicas, judaicas, espíritas, etc.). Além disso, muitas vezes não admitiam a associação de mulheres (a não ser como dependentes de algum sócio homem). Os estudos apontam a dificuldade em distinguir completamente as associações mutualistas de outras (filantrópicas, recreativas, religiosas), o que indica que as associações de socorros mútuos formadas por trabalhadores existiam dentro de um universo associativo mais amplo, do qual formaram um subconjunto com características próprias.

Além disso, na segunda metade do século XIX as mutualistas fizeram parte de um universo associativo que esteve diretamente ligado à campanha abolicionista, tanto na compra de alforrias, na defesa de escravizados ou ex-escravizados nos tribunais, bem como em outras ações. Para além do caso brasileiro, as mutuais constituíram a forma mais disseminada mundialmente de associação de trabalhadores ao longo da história, compondo um capítulo do movimento operário que pesquisadores, como Van der Linden (2013), têm buscado destacar e valorizar.

Assim, é possível afirmar que o associativismo mutualista engendrou um conjunto de práticas, ritos e discursos que, a despeito de sua variedade e heterogeneidade interna,

³²¹ As dificuldades para estabelecer o número de mutuais em funcionamento são diversos, tanto pelas discrepâncias encontradas nas fontes disponíveis, quanto por não sabermos ao certo até quando as sociedades mantiveram seu funcionamento, ou se a sua existência estava só no papel. Para o século XIX, Batalha (1999) encontrou 46 sociedades de trabalhadores criadas no Rio de Janeiro, das quais 64% eram mutuais. Para as duas primeiras décadas do século, Viscardi (2009) aponta, cotejando diversas pesquisas sobre o tema, que o número de associações mutualistas ficou entre 170 e 346, porém aí não estão apenas as de trabalhadores, ainda que estas tenham constituído a maioria, na visão da autora. O levantamento de 1912 indicava a existência de 220 mutuais na cidade do Rio de Janeiro.

constituiu um “molde” que assimilou funções diversas. No caso das sociedades mutualistas de trabalhadores, Claudio Batalha sustenta

a hipótese, pelo menos para o caso da cidade do Rio de Janeiro, de que as sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres após 1824, mas que muitas dessas sociedades tinham por objetivo, algo mais do que o socorro aos seus associados que servia de justificativa para sua existência; seu verdadeiro objetivo era a defesa profissional (1999, p. 53).

Tal defesa profissional podia ir desde a defesa da qualificação profissional através da formação dos “artistas” – reivindicando uma função próxima às das corporações de ofício proibidas em 1824³²² – até a luta por melhores condições de trabalho e ganhos salariais. O caso da Associação Tipográfica Fluminense, que teve papel central na greve dos tipógrafos de 1858, costuma ser lembrado para indicar que, em certas circunstâncias, algumas mutuais chegavam a desenvolver formas de ação coletiva típicas dos sindicatos de resistência. Ainda que essa situação tenha sido um tanto atípica em relação ao funcionamento mais comum das mutuais, ela indica que seus “moldes” incorporaram funções diversas. Isso também ajuda a explicar porque muitos sindicatos de resistência mantiveram funções de socorros-mútuos³²³, assim como associações mutualistas foram assumindo funções de resistência e luta propriamente sindical.

As resoluções do Primeiro Congresso Operário, de 1906, já indicavam o primado da função de resistência sobre qualquer função de auxílio mútuo, dado que o único tipo de auxílio aconselhado são as “caixas de resistência”, constituindo algo como um fundo de greve. Além disso, o texto afirma que, sem o foco na resistência contra os patrões, todas as formas de “beneficência, mutualismo ou cooperativismo” seriam prejudiciais, facilitando a imposição patronal de péssimas condições de trabalho. Mais ainda, o Congresso pondera que, ainda que essas “obras secundárias” tragam aos sindicatos “grande número de aderentes”, esses seriam “quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 48).

Nas páginas da imprensa libertária são frequentes as denúncias e críticas às sociedades operárias que serviriam mais para “escravizar” os operários fora da fábrica, como vimos A

³²² “[...] na maioria das sociedades de trabalhadores, atividades como a formação profissional, a educação tradicional, a busca de colocação dos associados no mercado de trabalho, são indícios de que a adoção do auxílio mútuo constituem [sic], em grande medida, a fórmula encontrada pelas oficinas para constituírem organizações legais” (BATALHA, 1999, p. 57).

³²³ Batalha indica, a partir de um levantamento da Prefeitura do Rio de Janeiro em 1913, que das 37 associações operárias de caráter sindical em funcionamento na capital, 28 (76%) eram listadas como “associações beneficentes”. Ainda que essa listagem não seja totalmente precisa, pode dar uma noção da realidade. O mesmo autor indica que o Centro dos Operários Marmoristas (ligado ao sindicalismo de ação direta) praticava auxílios de doença, incapacidade de trabalho e falecimento (BATALHA, 1986, p. 95-96).

Voz do Trabalhador denunciar sobre a Sociedade “Progresso”, montada segundo o jornal pelos proprietários da fábrica de tecidos Vila Izabel. O mesmo jornal expunha, em março de 1913, os estatutos da *União Operária de Petrópolis*, uma associação de “operários católicos” na definição do periódico. O ponto destacado, porém, não são os auxílios prestados aos seus sócios, mas o fato do estatuto prever os títulos de “sócio honorário” e “sócio benemérito”, sem poder de voto, a todos aqueles que prestarem serviços relevantes à associação, mesmo que não pertençam a classe operária. Ainda criticam a previsão de que a diretoria da União fosse composta por seis membros e mais um “assistente eclesiástico”, escolhido pela autoridade diocesana, com direito a voto de desempate e veto a qualquer medida que lhe pareça inconveniente ou prejudicial aos interesses da associação. Revelar-se-ia, portanto, que a União não passaria de uma “escola perfeita de carneirismo. Está tudo nas mãos do clero. Este, onipotentemente, é quem decide as questões afetas aos trabalhadores”³²⁴.

As críticas que os anarquistas sustentarão ao longo de todo o período podem ser sinteticamente resumidas nos seguintes pontos: 1) as mutuais desviam o proletariado da função de resistência e combate que deve ser prioritária nas suas organizações; 2) os auxílios praticados pelas associações de socorros-mútuos tendem a aproximar trabalhadores apenas por conta do benefício que podem vir a receber; 3) as sociedades beneficentes e mutuais permitem a filiação de elementos estranhos à classe trabalhadora, mantendo não raro relações próximas com os próprios patrões; 4) as sociedades são dirigidas de forma autoritária ou personalista por alguns “chefes”³²⁵.

Em suma, além do afastamento em relação à resistência, as sociedades mutualistas reproduziram, pelas suas práticas e formas de organização, relações de dependência dos indivíduos associados a membros poderosos que compareciam como sócios beneméritos e honorários das associações. Assim, é sobretudo por ferir o sentido de autonomia dos libertários, associado à combatividade e à iniciativa, que as sociedades de socorros mútuos e beneficentes eram criticadas. Era necessário desenvolver nos sindicatos de resistência outro tipo de sociabilidade, que fortalecesse a independência dos trabalhadores em relação aos patrões, políticos e poderosos. Importante também para diferenciar o discurso dos anarquistas daquele mais típico das mutuais é que essas se centravam na exaltação/dignificação da figura

³²⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 27, 15/03/1913, p. 1.

³²⁵ A vasta pesquisa de Adhemar Silva Jr (2004; 2010) sobre as mutuais do Rio de Grande do Sul mostra, também como no geral seu funcionamento era pouco democrático, no sentido de que era comum uma baixa taxa de renovação das diretorias, um número pequeno de comparecimentos às assembleias gerais, que aliás muitas vezes tinham aspecto mais burocrático de prestação de contas. Assim, pela sua própria dinâmica de funcionamento, as mutuais eram propensas ao desenvolvimento de “oligarquias”, que controlavam seu funcionamento.

do trabalhador e na crítica mais geral ao seu abandono, e menos na inflamação do confronto com os patrões, na crítica da exploração do trabalho e na luta de classes.

Na prática, porém, nem sempre as organizações influenciadas pelos anarquistas mantiveram um distanciamento completo das práticas mutualistas. Como mostra Adhemar Silva Jr. (2004), as relações mantidas tiveram mais nuances. O discurso de crítica e recusa das práticas mutualistas era uma demarcação de princípios em um universo associativo onde muitas vezes associações originalmente mutualistas iam tomando feições de resistência, sem abandonar os socorros, como demonstra a presença de diversas delas nos Congressos Operários onde o sindicalismo revolucionário prevaleceu, algumas inclusive falando em nome da “revolução social”. Além disso, muitos sindicatos adeptos da ação direta mantiveram práticas de socorros mútuos, e é possível mesmo encontrar posições na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), em que conviviam anarquistas sindicalistas e socialistas, propondo a manutenção de caixas de beneficência separadas dos caixas gerais dos sindicatos – proposta derrotada no Segundo Congresso onde prevaleceu a confirmação da posição do Congresso de 1906, que previa apenas “caixas de resistência” (como fundos de greve). Assim, o autor sugere que nesse período ocorria uma “despolitização das práticas de socorro mútuo, que permitiria que anarquistas e sindicalistas as tolerassem, ou as considerassem normais nas entidades” (SILVA JR., 2004, p. 447). Isso porque, tendo em vista que as práticas mutualistas tinham impacto direto na situação pecuniária das associações, os militantes estariam buscando “a possibilidade de combinar a implementação de estratégias privadas sem prejuízo da estratégia pública prescrita para a organização chamada ‘sindicato’” (Ibidem, p. 449). Sugere, portanto, que “as afirmativas textuais combatendo cooperativas e socorros não podem ser tomadas como retratos de como realmente estavam organizados os militantes anarquistas e sindicalistas” (Ibidem, p. 436).

Se a manutenção de práticas mutualistas no interior dos sindicatos de resistência foi tolerada ou mesmo aceita tacitamente por militantes sindicalistas e anarquistas, a extensão do mesmo raciocínio às cooperativas parece equivocada. Afinal, como o próprio Silva Jr. observa, as variações no tratamento dessas questões eram ditadas pela conjuntura. E o período entre 1912 e 1914 foi especialmente marcado pela disputa entre anarquistas sindicalistas e cooperativistas.

A realização do 4º Congresso Operário³²⁶ em novembro de 1912 no Palácio Monroe (sede do Senado Federal), reunindo sobretudo o sindicalismo amarelo, foi fruto de uma

³²⁶ A denominação “quarto” congresso se devia ao fato de reconhecerem, além do Congresso de 1906, os congressos socialistas de 1902 (realizado em São Paulo) e 1892 (Rio de Janeiro).

articulação entre a Liga Operária do Distrito Federal (LODF), organização liderada pelo reformista Pinto Machado, e uma fração política de apoio ao governo de Hermes da Fonseca, identificada por Claudio Batalha (1986) como os “militares”. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em agosto daquele ano, o filho do presidente, o tenente do exército e deputado federal pela Bahia Mario Hermes da Fonseca, propôs a realização de um congresso operário para o levantamento de reivindicações a serem encaminhadas ao Congresso Nacional. Essa iniciativa seguia uma série de reuniões realizadas nos últimos meses entre membros do republicanismo radical, egressos das fileiras jacobinas, e associações operárias da cidade, visando a elaboração de projetos de lei sobre condições de trabalho e pela jornada de 8 horas, encaminhados pelo deputado Nicanor Nascimento. Demandas pela construção de habitações operárias também haviam sido feitas ao intendente municipal Artur Correia de Menezes. Logo, insinua-se uma ligeira abertura entre o alto escalão republicano e o movimento operário, abertura que Claudio Batalha interpreta como fruto de uma conjuntura específica de disputa de poder dentro do governo entre a ala militar e a mais alinhada aos interesses oligárquicos, representada por Pinheiro Machado. Segundo autor,

[...] essas ‘aberturas’, que não apresentam continuidade no tempo, parecem mais o resultado de uma sobrevivência do republicanismo radical por parte dos defensores de Hermes da Fonseca, em busca de alguma ‘legitimação’ pelas massas populares, do que de uma política governamental coerente (BATALLA, 1986, p. 233).

Muitas associações operárias, inclusive de setores “amarelos” como os sindicatos do porto do Rio de Janeiro, não tomaram parte no Congresso, alegando o claro viés político de seus organizadores. Ainda assim, 74 entidades estiveram representadas. A representatividade do Congresso é um ponto controverso na bibliografia. Por um lado, ressalte-se seu caráter oficial, com transporte e alojamento dos delegados subvencionados pelo governo (FAUSTO, 1976, p. 54), colocando-se em suspenso o caráter propriamente operário de muitas delas. Por outro lado, Batalha argumenta que, ainda que tenha sofrido com a ausência não apenas dos adeptos do sindicalismo de ação direta (organizados na capital pela FORJ) mas de boa parte dos sindicatos amarelos, comparativamente teria sido o mais representativo em termos de abrangência pelo território nacional, contando com delegações do Norte e do Nordeste. A tabela produzida por Batalha faz um comparativo dos congressos operários realizados na Primeira República. De todo jeito, creio ser possível afirmar que o 4º Congresso não representou as posições dos setores mais combativos do sindicalismo da Primeira República, como indica, por exemplo, o fato de que o estado de São Paulo só enviou três delegações, o que estava longe de exprimir a crescente agitação trabalhista no estado – da qual a greve do porto de Santos em agosto de 1912 era apenas uma expressão.

Tabela 5 – Número de delegações presentes nos congressos operários da Primeira República.

	1º Congresso (1906)	4ª Congresso (1912)	2º Congresso (1913)	3º Congresso (1920)
Número total de delegações presentes	28	74	62	72
Número de delegações do Distrito Federal presentes	16	16	19	32
Número de estados da federação representados (inclui DF)	5	13	8	9

Fonte: BATALHA, 1986, p. 245.

Além de uma pauta de reivindicações que continha itens comuns ao sindicalismo revolucionário (como a jornada de 8 horas, a limitação do trabalho de menores e mulheres, a indenização por acidente, melhores condições de higiene, etc.), o 4º Congresso confirmou a necessidade de um partido político operário, criando a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), e defendeu o incentivo fiscal e de crédito governamental para a criação de cooperativas de produção e consumo. Representava, portanto, sobretudo pelo reconhecimento governamental das suas demandas, entregues diretamente ao presidente da República pelas mãos de Pinto Machado após préstito das associações reunidas até o Palácio do Catete, um avanço do sindicalismo amarelo e do cooperativismo. Este último vinha sendo estimulado pela atividade de Custódio Alfredo de Sarandy Raposo a frente do Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativas do Ministério da Agricultura, tomando como modelo de cooperativas de consumo aquele estabelecido pelas previsões legais do decreto 1637 de janeiro de 1907³²⁷.

Foi nessa conjuntura que a FORJ se reorganizou, após um período de inatividade, e concentrou esforços na convocação do Segundo Congresso Operário, realizado por fim em setembro do ano seguinte. O retorno da publicação de *A Voz do Trabalhador* (em janeiro de 1913) e a criação ou rearticulação de uma série de associações sindicais no período

³²⁷ Segundo Batalha (1986) e Gomes (2005), ainda que Sarandy Raposo tenha empreendido longa campanha pelas cooperativas de consumo, teria sido apenas na década de 1920, com a repressão aos anarquistas após o ciclo grevista de 1917-1919, que suas ideias ganharam corpo de forma mais incisiva junto ao movimento operário.

evidenciam também essa disputa mais acirrada³²⁸. Ao longo do ano, o jornal da COB reforçaria suas críticas ao cooperativismo em vários artigos. Segundo o periódico, o governo tinha iniciado uma campanha de incentivo às cooperativas como forma de solucionar o problema da carestia da vida, que se intensificava naquele momento, gerando uma série de protestos nos primeiros meses do ano. João Crispim comenta, no número de 1º de maio, que a resposta do governo às agitações contra a carestia e às greves seguia um padrão: primeiro a repressão violenta, em seguida as promessas, os “remédios” para sanar os males sociais. Seguindo a argumentação recorrente dos anarquistas, Crispim aponta que o cooperativismo não pode resolver a questão social seja porque apenas um número reduzido de trabalhadores tem condições de contribuir financeiramente, criando uma divisão entre as classes trabalhadoras, seja porque as cooperativas não teriam condições de competir com as empresas capitalistas, acabando por baratear o valor da reprodução da força de trabalho, beneficiando os patrões. Termina dizendo que o cooperativismo é “conservador e reacionário, contrário aos interesses dos trabalhadores”, funcionando como “calmante” para dissolver as agitações operárias³²⁹.

O longo artigo de Neno Vasco sobre o sindicalismo revolucionário também é publicado nos primeiros meses do ano, e indicado pelos editores como esclarecimento da posição libertária sobre o tema. Mas o tema suscitou polêmica nas sessões do Segundo Congresso, merecendo deliberação a parte, na qual se reforça a recusa já indicada no congresso de 1906. Segundo o texto da deliberação, o Congresso “aconselha seriamente a todas as sociedades de resistência que não se deixem levar pelas belas e sedutoras promessas partidas de cima, e dêem combate rijo e decidido à instalação e direção, pelos sindicatos, de cooperativas de quaisquer espécies” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 198).

Nas semanas imediatamente posteriores ao 2º Congresso (realizado entre 8 e 15 de setembro), as polêmicas subjacentes às deliberações ganham as páginas da grande imprensa. Na Coluna Operária de *A Época*, jornal diário surgido em 1912 que mantinha cobertura regular do movimento operário, o editor Mariano Garcia escreveu e abriu espaço para que outros escrevessem contra o 2º Congresso. Um dos participantes do debate foi Mota Assunção, que havia se desiludido com o anarquismo por volta de 1910 e deserdado das fileiras libertárias, admitindo mesmo que estava há anos afastado do movimento operário. O tipógrafo, reconhecendo como um “erro” as deliberações do 1º Congresso sobre o tema,

³²⁸ Segundo Batalha (1986, p. 260) entre outubro de 1912 e julho de 1913 ao menos 13 sindicatos foram criados ou reorganizados a partir da FORJ, sendo que apenas 5 destes chegaram a participar do 2º Congresso, em setembro de 1913.

³²⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 30, 01/05/1913, p. 3.

argumenta que os sindicatos não devem se tornar “meros instrumentos de greves”, abandonando o mutualismo e a beneficência sob quaisquer formas. Em sua argumentação incisiva e provocativa, argumenta que a transposição do modelo francês de sindicalismo da CGT para o Brasil teria sido mal sucedido pelo fato de que, por aqui, os operários ainda não são organizados sindicalmente, e não estão divididos por organizações, partidos e bandeiras concorrentes como lá. Por isso, seria necessária a utilização da beneficência e do mutualismo para aproximar os operários dos sindicatos, aderindo ao modelo de sindicalismo inglês (*trade-unionismo*) ao invés do modelo francês. Nas palavras de Mota Assunção:

[...] enquanto o mutualismo e a assistência não forem introduzidos; enquanto o operário não ver vantagens em ser sócio e pagar a sua mensalidade; enquanto o sindicato for instrumento só de greve, que, de resto, ele não pode fazer com vantagem, por não ter sócios nem prestígio, nem dinheiro, - o nosso sindicalismo não deixará de ser o que tem sido até aqui: um espantinho para o público e o cimo de Mambrino, do famoso D. Quixote, para alguns idealistas exaltados³³⁰.

Outro ex-militante libertário, que também havia se afastado do anarquismo nos anos anteriores, o tipógrafo Ulisses Martins, que já vimos comentando a Exposição Nacional de 1908 e as instalações da fábrica Bangu, também escreve para a coluna operária de *O País*, um dos principais diários da capital, criticando as decisões do 2º Congresso. No caso de Martins, sua defesa vai para a necessidade da participação eleitoral e da adesão ao cooperativismo propugnado naquele momento pelo Ministério da Agricultura. A argumentação de Martins perpassa alguns dos pontos chave da crítica de socialistas e reformistas “amarelos” aos libertários: seu idealismo exacerbado, seu amor às doutrinas, os afastariam do senso prático, da avaliação mais ponderada das condições objetivas, etc.

Não é de se espantar, portanto, que nas semanas posteriores ao 2º Congresso o jornal *A Voz do Trabalhador* tenha dedicado diversos textos à defesa das suas deliberações quanto ao mutualismo e ao cooperativismo, e também que alguns militantes libertários tenham respondido nas próprias folhas de grande circulação aos textos dos ex-militantes anarquistas. Foi o caso de Rozendo dos Santos, que respondeu à Mota Assunção tanto nas páginas de *A Época* (que, por sinal, mantinha sua coluna operária aberta à contribuição de militantes das diversas correntes políticas), quanto no próprio jornal da COB. Santos reafirmava a posição do Congresso, argumentando que a situação de “empobrecimento das organizações operárias” do país não se devia ao abandono das práticas mutualistas e beneficentes, como o demonstraria o fato de que as associações mutualistas também não incorporarem a maioria dos trabalhadores. Usando como exemplo o caso dos tipógrafos, Rozendo dos Santos aponta que surgiram no seio da categoria tanto iniciativas mutuais quanto sindicatos que praticavam

³³⁰ A ÉPOCA, Rio de Janeiro, 22/09/1913, p. 5.

socorros mútuos, que nem por isso tiveram vida mais longa que os sindicatos de resistência. Virando-se contra o seu interlocutor, destaca que as rivalidades e vaidades pessoais teriam um papel bem mais relevante na dissolução das associações:

Se, como insinua Mota Assunção, nada de prático há conseguido o ‘grupinho que se encontra em campo para estorvar qualquer coisa de sério que se tente em benefício das operárias’, é porque alguns que se têm envolvido na propaganda, com pretensões a *papa*, entendem sempre fazer prevalecer o seu critério individual contribuindo, despeitados, quando contrariados, para que as mais ricas iniciativas, abortem desordenadas, e ainda porque jamais houve constância severa nos métodos de levar a propaganda associativa com convicção e inteligência.³³¹

No texto publicado em *A Época*, Rozendo dos Santos faz referência aos 27 relatórios de associações de classes enviados ao 2º Congresso, que deveriam servir de resposta à acusação de que o sindicalismo de ação direta nada tem conseguido alcançar. De fato, parte dos relatórios foi publicada ao longo dos números seguintes de *A Voz do Trabalhador*. Mas, em outras passagens, os próprios libertários admitem que a recusa das práticas beneficentes e mutualistas podiam contribuir para o relativo esvaziamento dos sindicatos de resistência. Porém, pouca diferença faria já que, repetindo os argumentos expostos por Neno Vasco meses antes, a principal característica dos trabalhadores que procuram os sindicatos apenas pelos benefícios diretos que podem encontrar seria a sua “passividade” e “inconsciência” política, demonstrada pela falta de iniciativa de luta.

Além dos textos, os militantes da FORJ reforçavam as iniciativas de propaganda com uma série de “conferências dominicais” contra o cooperativismo e o mutualismo. Em 12 outubro de 1913, José Borobio fala na sede da Federação sobre beneficência e ação direta. Na semana seguinte, José Elias da Silva, então secretário geral, faz conferência atacando o projeto de cooperativas do sr. Sarandy Raposo. É importante notar que, nos textos sobre cooperativismo, além das críticas doutrinárias, que expunham a incompatibilidade das cooperativas de consumo (e mesmo as de crédito e produção) com a perspectiva revolucionária de expropriação pela ação direta, também compareciam argumentos e exemplos sobre a ineficácia da iniciativa das cooperativas. Ou seja, tentava-se indicar que, mesmo desconsiderando as diferenças políticas de princípios, o cooperativismo estava fadado ao fracasso e por isso era apenas um embuste a desviar as classes operárias da luta de classes e do enfrentamento aos patrões³³². Como exemplo, traziam o caso da Cooperativa do Arsenal da Guerra do Rio de Janeiro³³³, um dos primeiros experimentos feitos sob influência de

³³¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 42, 01/11/1913, p. 2. Grifos no original.

³³² Ver por exemplo, “Uma resolução do segundo congresso – A atitude dos sindicatos em face do cooperativismo”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 41, 15/10/1913, p. 1.

³³³ Durante todo o período estudado, os sindicatos dos trabalhadores de oficinas estatais, como o Arsenal de

Sarandy Raposo. Reproduzindo uma carta de sócios da cooperativa que reclamavam ao jornal *A Época* da falta de transparência nas contas e dos preços dos gêneros alimentícios vendidos por ela, os editores de *A Voz do Trabalhador* reforçavam a sua visão sobre o tema:

Eis aí porque nos batemos contra toda e qualquer tentativa patrocinada pela gentalha graúda [...]. As cooperativas são criações de indivíduos que se querem aparentar dos trabalhadores, para deles auferir os melhores proventos e, quando trabalhadores e vivendo a mesma vida de privações, com aspirações burguesas, encontram nas cooperativas operárias campo vastíssimo para exercitarem seus planos maquiavélicos, tornando-se perigosos senhores de seus antigos companheiros de desdita³³⁴.

É importante lembrar que o tema das cooperativas de consumo já aparecia com alguma regularidade nas páginas da imprensa libertária, através da denúncia de situações ocorridas nas cooperativas mantidas pelas próprias empresas empregadoras. Era o caso tanto de fábricas que mantinham um regulamento obrigando os trabalhadores a descontarem os “vales” que recebiam como pagamento na cooperativa da fábrica, quanto de frentes de trabalho no interior, distantes dos centros urbanos. No Rio de Janeiro, além da fábrica de tecidos Carioca, denunciada nas páginas de *A Greve*, em 1903, pela utilização desse esquema de exploração através das cooperativas, também encontramos n’*A Voz do Trabalhador* o caso da fábrica de tecidos Sapopemba, onde os operários

São vítimas da maior das explorações. São explorados no seu trabalho e por uma cooperativa que a própria fábrica possui, onde são obrigados a comprar por meio de vales que a fábrica passa e que depois desconta no fim do mês.

Nesta cooperativa os gêneros são piores e mais caros do que noutra partes.

Há ainda o outro abuso mais infame que todos. Se os operários, nos princípios do mês, pedem vales e quando chega o dia do pagamento do mês anterior não tiverem ganha o quantia que pediram, a fábrica fica com o envelope da feria e não entrega nada aos operários. O mesmo procedimento é empregado para os operários que moram em casa da fábrica.³³⁵

Portanto, ainda que se trate de fenômenos diferentes, vemos como a recusa, entre os libertários, das associações mutualistas e cooperativistas apresenta alguns pontos em comum. Ambas de certo modo “falsificam” o princípio de solidariedade que deve existir entre as classes operárias, dado que se utilizavam de associações de trabalhadores para favorecer os seus patrões. No caso das cooperativas, eram criadas condições para uma exploração além do próprio processo de trabalho, com os preços abusivos em gêneros alimentícios e habitação. No caso das práticas mutualistas, elas tendiam a enfraquecer o caráter de resistência e reproduziam uma relação entre o sindicato e os sindicalizados baseada na prestação de

Guerra e o Arsenal da Marinha, estiveram sob influência de grupos positivistas e legalistas, como o de Saddock de Sá no Círculo dos Operários da União, e pouca penetração lá tiveram os libertários – como é fácil imaginar. O grupo de Saddock de Sá se aproxima das propostas de Sarandy Raposo no final dos anos 1910, compondo a Central Brasileira Sindicalista-Cooperativista.

³³⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 48, 01/02/1914, p. 1.

³³⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 7, 06/12/1908, p. 2.

“serviços”, benefícios, por parte de uma entidade muitas vezes mantida e controlada pelos políticos ou patrões. A ênfase na ideia de autonomia, o princípio pelo qual as associações de trabalhadores só poderiam depender do esforço e da dedicação dos próprios trabalhadores, se reforçava ainda com a diferença entre as práticas do sindicalismo de ação direta e o sindicalismo amarelo, que analisaremos agora.

6.2.2 A luta contra os amarelos

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX os libertários mantiveram disputa constante com grupos políticos reformistas e socialistas pela direção do movimento operário. De acordo com os principais estudos sobre o tema, as áreas de influência de cada corrente política dentro do movimento operário do Rio de Janeiro teriam sofrido poucas alterações ao longo do período³³⁶. Portanto, podemos iniciar com um mapeamento aproximado, indicando quais eram as categorias que estiveram mais próximas do sindicalismo amarelo e quais estiveram mais próximas ao sindicalismo revolucionário.

Antes de traçar as principais linhas de divisão do movimento operário da época, cabe lembrar que as formas de ação coletiva defendidas pelos libertários nunca constituíram exclusividades suas. Como já demonstrou Maria Cecília Velasco e Cruz (1981), ainda que se afastassem programaticamente do sindicalismo de ação direta, seria um equívoco considerar que práticas de ação direta como greves e rebeliões estiveram ausentes no sindicalismo amarelo. Ainda que a disposição de luta dos trabalhadores não deva ser atribuída a uma direção que estaria sempre lhe dando as coordenadas, podemos encontrar diversas situações nas quais sindicatos amarelos partiram para a ação direta e suas diretorias sustentaram conflitos mais intensos com o patronato. A principal diferença, nesse aspecto, é que os libertários faziam da *propaganda* da ação direta um elemento central da sua prática política, já que ela era um pilar fundamental da sua concepção da transformação social, e sobretudo pela propaganda da greve geral, ou seja, da necessidade de extrapolar as greves parciais e construir uma mobilização do conjunto da classe operária.

³³⁶ De acordo com Gomes, “os anos que decorrem de 1917 a 1919, assinalando o auge da atuação dos anarquistas, parecem não interferir nestas áreas de influências, constituídas a partir dos movimentos ocorridos ainda em 1902-3” (2005, p. 118).

Tendo em vista a presença das lideranças reformistas e socialistas em associações de classe do Rio de Janeiro no período estudado, destaca-se a presença de Mariano Garcia junto aos cigarreiros e aos trabalhadores de transportes urbanos – especialmente a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, uma das organizações mais longevas do período. Pinto Machado teve influência direta entre os têxteis, durante a greve de 1903, e depois na União dos Operários do Engenho de Dentro (UOED), que reunia sobretudo trabalhadores das oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil. Os ferroviários, em suas diversas associações, estiveram historicamente mais próximos do sindicalismo amarelo. De modo geral, como já afirmamos, os operários das oficinas estatais estiveram sobre influência dos positivistas e reformistas mais nacionalistas, como Saddock de Sá.

Já o sindicalismo de ação direta, informado pelas concepções anarquistas, esteve presente sobretudo entre os setores privados. Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz (1981), os anarquistas teriam tido maior influência apenas entre os trabalhadores industriais do setor privado e em parte dos trabalhadores privados do setor terciário (serviços). Dentre os sindicatos que estiveram mais regularmente associados à FORJ, podemos citar o Centro dos Operários Marmoristas, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Operários em Pedreiras, Liga Federal dos Empregados em Padarias. Vale dizer que alguns desses sindicatos de ofício eram compostos de operários qualificados, que por vezes ainda mantinham o *status* de “artistas”, como o caso dos alfaiates, e mesmo dos sapateiros. Em outros casos, destaca-se que se tratavam de categorias nas quais prevalecia o sistema de trabalho avulso ou trabalho ocasional, sem que houvesse contrato de trabalho fixo entre o trabalhador e o empregador – como era o caso dos canteiros e marmoristas. Na interpretação de Van der Linden (1998), o sindicalismo revolucionário teria sido especialmente influente entre esse tipo de trabalhador, já que suas condições de trabalho os predisporiam “naturalmente” à ação direta. O problema aqui é que não podemos considerar a adoção de formas de ação direta como greves, sabotagens e boicotes como exclusivas do sindicalismo revolucionário. Tanto é que o setor portuário do Rio de Janeiro, onde se desenvolveria um sindicalismo duradouro e protagonista de muitas greves ao longo de toda a Primeira República, esteve por quase todo o período sob influência muito restrita de militantes sindicalistas ou anarquistas, sendo mais associado aos amarelos, como discutiremos abaixo.

Os libertários também buscaram construir sindicatos pluriprofissionais de “ofícios vários”, congregando trabalhadores de categorias que estavam temporariamente sem sindicatos próprios organizados, e que também permitia a reunião de militantes experientes em uma associação de caráter mais “vanguardista”, segundo Batalha (1986). Também

atuaram em organizações de bairro, como a Sociedade Operária Fraternidade e Progresso³³⁷, que reunia trabalhadores da Gávea e teve Caralampio Trillas como delegado ao 2º Congresso Operário de 1913. Também em Vila Isabel, onde os sindicatos têxteis mantinham sucursais, buscaram dirigir a efêmera Associação Operária Independente, em 1912.

A forte presença dos libertários nas associações dos têxteis é notada na bibliografia sobre o tema. Situação que ganhou mais destaque em São Paulo, sobretudo pela greve geral de 1917 e o papel dos libertários nela. No Distrito Federal, entretanto, a categoria teve organização sindical irregular e intermitente ao longo do período³³⁸, contando em geral com uma taxa de sindicalização mais baixa que os setores de transportes terrestres e marítimos. Ainda assim, as greves e mobilizações dos têxteis tiveram peso importante naquela conjuntura, como já vimos no caso do movimento de agosto de 1903. A imprensa libertária noticiava de perto as movimentações do setor e esteve envolvida nos sucessivos esforços de fortalecimento das associações de classe do setor.

É importante ressaltar também que a indústria têxtil era dos poucos ramos da atividade industrial constituída em moldes propriamente fabris, com emprego de maior número de trabalhadores e trabalhadoras por fábrica. Por isso, desde 1903, os têxteis se reuniam em sindicatos por ramo industrial e não por ofício. Segundo Bóris Fausto,

Em contraste com a oficina metalúrgica, gráfica, a pequena empresa de mobiliário, a indústria têxtil é o único ramo realmente fabril, apresentando o maior grau de mecanização, de concentração de operários por unidade, de utilização de energia elétrica em lugar da precária máquina a vapor. Com algumas exceções, referir-se ao proletariado de fábrica significa referir-se aos trabalhadores têxteis (1976, p. 107).³³⁹

Esse caráter diferenciado da indústria têxtil pode ajudar na compreensão do relatório enviado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido ao 2º Congresso. Fazendo um histórico das associações de classe da categoria, a relatoria afirma que a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, criada em 1903, constituía então “a de orientação mais moderna” dentre todas as associações operárias da cidade, chegando a dizer que “foi ela que

³³⁷ Provavelmente essa associação foi herdeira do Centro Operário do Jardim Botânico, atuante na década de 1900, como já vimos. A propósito, Albino Moreira, que participa do 1º Congresso como delegado do Centro, reaparece no 2º Congresso como delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos – o que reforça a ideia de que, como a instabilidade das associações de classe no período, os militantes atuavam em mais de uma delas. E também indica a importância dos militantes ligados a FORJ na reorganização dos sindicatos dos têxteis, já que Albino Moreira contribuía regularmente nas páginas de *A Voz do Trabalhador* ao longo do ano de 1913.

³³⁸ Em 1903, em meio a agitação que os têxteis protagonizaram na capital, se constitui a Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos, cujas atividades não teriam se mantido por muito tempo. Em 1908 é organizado o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, que manteve suas atividades pelo menos até 1914. Em 1917, é a vez da União dos Operários em Fábricas de tecidos.

³³⁹ Segundo dados recolhidos pelo mesmo autor, em 1919 a indústria têxtil concentrava 46% da força de trabalho industrial no país, e o número médio de operários nas empresas de fiação e tecelagem chega a 559 (FAUSTO, 1976, p. 110).

trouxe para o Rio o método da resistência, ou o do sindicalismo francês, como se queira chamar”³⁴⁰.

A situação entre os gráficos, categoria muito especial no desenvolvimento do movimento operário, como já foi apontado, envolveu disputas recorrentes. Até a criação da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, em 1915, quando os trabalhadores do setor passaram a se organizar por ramo industrial, era comum a existência de associações paralelas concorrentes entre tipógrafos e linotipistas. A presença de Hermes de Olinda, liderança socialista, à frente da União Tipográfica de Resistência é demonstrativa da presença dos amarelos. Entretanto, os libertários mantiveram, em geral, uma presença constante nas suas associações de classes, protagonizando algumas disputas e “rachas”, como aquele que deu origem ao efêmero Sindicato dos Linotipistas (de orientação mais próxima do anarquismo) em 1909.

Sobre os sindicatos dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro é necessário fazer uma discussão mais detalhada, pois assim poderemos compreender como os anarquistas se relacionaram com os sindicatos que estavam fora do seu raio mais direto de influência. O porto era um setor decisivo para o fluxo das exportações brasileiras, especialmente do café, que escoava do Vale do Paraíba e de São Paulo e constituía o principal produto a movimentar a economia nacional. Foi nos portos de Rio de Janeiro e de Santos que surgiram os primeiros sindicatos de resistência com capacidade de mobilização e pressão sobre os patrões, contando o porto santista com greves e organização sindical desde a década de 1890 (GITAHY, 1992). A bibliografia é unânime em reconhecer entre eles as organizações sindicais mais robustas e longevas do período, chegando a contar entre seus filiados, segundo as estimativas de Batalha (1986), com cerca de 70% dos trabalhadores do setor. Tal excepcionalidade está diretamente ligada ao sucesso na imposição e manutenção do *closed-shop* através de numerosas greves e conflitos, conquista que institucionalizou os sindicatos de resistência dos portuários de forma diferenciada.

A atuação de Evaristo de Moraes como advogado das associações dos estivadores, dos carregadores de café, dentre outras, ao longo da década de 1900, assim como a relação que mantiveram com políticos como Maurício de Lacerda, Vicente de Souza e Nicanor Nascimento, torna a aproximação com o sindicalismo amarelo algo natural. De fato, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café³⁴¹ mantinha em sua sede conferências de propaganda socialista, para as quais eram convidados políticos e advogados

³⁴⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 59, 20/07/1914, p. 3.

³⁴¹ A partir de agora referida apenas como “Resistência”, com maiúscula.

identificados com a causa operária. Porém, alguns elementos permitem matizar a visão de que os libertários não teriam tido presença nesses setores.

A particularidade do sindicalismo no porto tem sido observada pela bibliografia sobre o tema. Segundo Gomes (2005) a proximidade com políticos reformistas diversos não era o suficiente para torná-los “sindicatos socialistas”. Bóris Fausto classificou como “gangsterismo sindical” (1976, p. 56) devido ao domínio que teriam exercido nas direções sindicais os “coronéis marítimos”. Tendo em vista o evidente teor pejorativo da classificação de “gangsterismo” para o sindicalismo dos portuários como um todo, preferimos seguir a interpretação de Maria Cecília Velasco e Cruz, que toma as violentas disputas como fruto do modo de organização do poder que marcaram as relações sociais naquele espaço. Além disso, a autora chama atenção para a longa história de lutas e associação das categorias portuárias, cujo controle da alocação da mão de obra, através do *closed shop*, “cristaliza em uma instituição formal as estruturas informais dos grupos de trabalho surgidos nos arredores do porto desde o tempo do cativo” (CRUZ, 2010, p. 119), ressignificando-as, porém, de modo decisivo. Isso porque a função dos antigos “capitães de tropa” (empreiteiros de mão de obra que organizavam as “turmas” de trabalho para o serviço do dia), que antes mediavam a relação entre os patrões e os trabalhadores (individualmente), passa a ser realizada pelos fiscais do sindicato, que representam agora a coletividade organizada frente aos patrões, impondo o respeito aos acordos feitos entre as duas partes. Ainda que o *closed-shop* implicasse em maior institucionalização e burocratização dos sindicatos, o trabalho de Cruz mostra como, pelo menos nas duas primeiras décadas do século XX, os intensos conflitos despertados pela organização da categoria e a resistência dos patrões a tal processo, visto por eles como desrespeito à “liberdade do trabalho”, gerou instabilidades e dificuldades para a vida sindical do porto (CRUZ, 2008; 2010). Se posteriormente o sindicalismo do porto ficaria marcado por uma estrutura verticalizada e pouco democrática, esse retrato não é fiel ao processo de construção das suas organizações.

Diferente da maior parte das categorias profissionais do período, os portuários constituem um caso raro de organização sindical bem sucedida, a ponto de José Arias de Castro, que foi delegado da Resistência no 2º Congresso³⁴², escrever em seus textos no periódico libertário *Na Barricada* que a “delimitação de horas de trabalho, os preços dos salários e o respeito de que nos tornamos credores são frutos, somente, das nossas greves”³⁴³.

³⁴² A S.R. dos Trabalhadores em Trapiches e Café esteve presente tanto no Congresso Operário de 1906 quanto no de 1913, este último consolidando as posições do sindicalismo de ação direta.

³⁴³ NA BARRICADA, Rio de Janeiro, n. 22, 04/11/1915, p. 2.

Os textos de José Arias de Castro em *Na Barricada*, escritos dez anos depois da histórica greve da categoria que conseguiu impor o *closed-shop* em 1906, narram o nascimento da organização e os conflitos desencadeados pela deflagração da greve como um participante diretamente envolvido. Mas nessa narrativa há uma clara *disputa* pela memória e pela orientação política do sindicato. Classificado por Cruz (2005, p. 194) como “militante libertário”, o carregador José A. Castro apresenta assim, nas páginas de um periódico anarquista, a greve de 1906:

Parecia que os nossos companheiros acordavam de um sono embrutecedor e encetavam uma luta que só cessaria com transformação ou abolição do sistema econômico atual, tal foi o caráter revolucionário que o movimento tomou. Estamos bem certos de alguns tópicos dos discursos pronunciados na assembleia geral que discutia horários, preços de trabalho e diária. Havia passagens tão entusiasmadas e cheia de boa vontade como estas diziam muitos oradores: ‘nós estamos bem certos que as melhorias imediatas que alcançamos, não nos impediriam de sermos explorados de sempre e que os nossos opressores, apesar das consequen- [trecho ilegível] os mesmos senhores e nós os eternos explorados, embora mais democraticamente’. Reconheciam por tanto esses trabalhadores, embora não as depreciassem, que toda melhoria imediata, diminuição de horas, não lhes tiraria a condição de assalariados; suas miras portanto dirigiam-se à abolição do salariado e da propriedade privada donde derivam todas as calamidades sociais.³⁴⁴

É óbvio que não podemos corroborar simplesmente a narrativa do militante libertário e, também, é claro que ele provavelmente exagera quanto à penetração das ambições revolucionárias no conjunto dos trabalhadores da categoria. No entanto, ele é indicativo de como os libertários, no mínimo, projetavam na história de lutas da associação as concepções libertárias da revolução social – trazendo discursivamente a Resistência para o seu campo de atuação, por assim dizer. O próprio fato de Arias ter sido delegado da Resistência no 2º Congresso já demonstra que militantes libertários chegaram a alcançar alguma expressão dentro da associação. A pesquisa de Cruz encontra ainda outros carregadores profundamente envolvidos no sindicato que flertavam com as posições revolucionárias, como seria o caso de Raphael Serrato Munhoz, apresentado como carregador branco, brasileiro filho de imigrantes e “simpatizante dos ideais libertários” (CRUZ, 2005, p. 207), tendo ocupado o prestigioso cargo de fiscal-geral da Resistência mais de uma vez ao longo das duas primeiras décadas do século.

Justamente por enxergar o potencial de mobilização da categoria, os anarquistas sempre noticiaram as atividades dos sindicatos do porto e criticaram o seu direcionamento por políticos. Assim, entre 1908 e 1909, quando foi articulado o Partido Operário Socialista pelas principais lideranças socialistas reformistas da cidade, o jornal da COB se dedica em diversos

³⁴⁴ NA BARRICADA, Rio de Janeiro, n. 22, 04/11/1915, p. 2.

artigos a criticar a influência que exercem sobre as associações dos portuários. Após alertar os trabalhadores em geral para que não se filiem ao Partido, pede que os companheiros das associações do porto e dos carroceiros não se prestem a tal mistificação. Esclarece ainda que

Nós não combatemos as associações citadas mas a um pequeno número de indivíduos que delas pretendem servir-se como instrumentos. Fazemos esta declaração para que não tergiversem o nosso pensamento, como pretenderam fazer mais duma vez, no intuito de estabelecer a intriga entre os operários que só devem procurar a harmonia e o acordo. Nas reuniões do tal partido alguns tem-se preocupado quase exclusivamente de combater-nos.³⁴⁵

A avaliação positiva dos libertários sobre as práticas dos trabalhadores em trapiches pode ser ainda evidenciada pelas declarações dos editores de *A Voz do Trabalhador* quando noticia os conflitos entre a Resistência e o Centro do Comércio de Café (organização patronal que reunia as firmas exportadoras, casas comissárias e trapiches), em fevereiro de 1915. O jornal da COB reproduz a nota que a Resistência fizera publicar em *A Época* explicando as razões pelas quais os trabalhadores entraram em greve: mesmo após desistirem do reajuste na tabela de preços, os grevistas se recusavam a aceitar a demanda do Centro pela impugnação dos fiscais de trabalho. Esse era um expediente recorrente das empresas que atuavam no porto, visando desmontar o controle dos sindicatos pela alocação da força de trabalho, e produziu conflitos em 1909, 1913, 1915 e 1917-18. Logo após o texto da nota da Resistência³⁴⁶, os editores afirmam que

Escusado seria deixarmos assinalado nesta notícia as nossas simpatias pela atitude enérgica, solidária e consciente dos companheiros da S. R., porém o fazemos pela razão de reconhecermos que a classe dos trabalhadores em trapiches e cafés é uma das que tem melhor conduzido na luta em prol das reivindicações proletárias, se bem que, levada ultimamente por elementos hipócritas, quase se deixou arrastar na voragem reles da politicagem que nos últimos tempos empolgou uma parte sã e capaz de muito fazer pelo bem geral.

Conservem-se, pois, nesse caminho, lançando mão dos seus próprios recursos, firmados na solidariedade da numerosa classe, que fatalmente hão de colher os louros nessa jornada ingente [...]. E *A Voz do Trabalhador*, única e genuína intérprete das aspirações do operariado brasileiro, declarando-se solidária com a S. de R. dos T. em T. e Café, encontra-se incondicionalmente ao seu lado, batendo-se pela nobre causa, enquanto a sua conduta estiver traçada nos verdadeiros moldes da ação direta.³⁴⁷

Ou seja, os libertários não só defendem o sistema do *closed-shop*³⁴⁸, apontando o caráter mistificador da defesa patronal da “liberdade do trabalho”³⁴⁹, como sobretudo os

³⁴⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 5, 22/11/1908, p. 1.

³⁴⁶ Buscando legitimar as ações dos grevistas, a nota denuncia na intenção dos patrões a quebra do contrato assinado em 1906 entre a Resistência e o Centro. Além disso, afirma que “enganou-se o Centro de Café, que ninguém, na Resistência, acredita e confia na bondade dos patrões: - tratam e defendem os trabalhadores os seus direitos, como o Centro defende os seus. Não há liberdade doada: a liberdade é sempre o resultado de uma luta e representa uma conquista” (A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 68, 05/03/1915, p. 1).

³⁴⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 68, 05/03/1915, p. 1

³⁴⁸ Vale dizer que sindicatos na zona de influência dos anarquistas também buscaram impor o *closed-shop*, como

meios empregados para conquistá-lo: a ação direta. A vitória dos trapicheiros grevistas na disputa contra o Centro do Café, noticiada no mesmo número do jornal, confirmava a previsão esposada pelos editores no ano anterior quando os editores comentaram as disputas que se armavam entre a Sociedade Protetora do Trabalho Livre (outra organização patronal que tentou combater o monopólio dos sindicatos portuários na alocação da força de trabalho) e os sindicatos portuários. O texto “O trabalho livre”, publicado em fevereiro de 1914, afirmava que a única chance de vitória para os trabalhadores seria abandonar os expedientes até então mais utilizados pelas associações do porto – “o dinheiro e a política” – e a adoção da resistência baseada na ação direta. A exposição então atacava novamente o envolvimento dos sindicatos com a política. Mesmo reconhecendo que a Resistência tinha participado do então recente 2º Congresso Operário e que vinha fazendo “declarações antipolíticas”, o texto critica a sua participação em eventos oficiais como a inauguração da Vila Proletária de Marechal Hermes³⁵⁰.

Referências às declarações antipolíticas da Resistência podem ser encontradas nas páginas da imprensa libertária do período. Quando *A Voz do Trabalhador* noticia a inauguração de sucursal da Resistência em Niterói, em agosto de 1913, destaca o discurso proferido por José Arias de Castro na ocasião e a ausência de políticos “farsantes”. Além disso, reproduz o convite da Resistência às outras associações operárias, em que esclarece seu “modo de agir” e “programa”. Na declaração de princípios consta sua independência e alheamento a todos os “movimentos políticos”, a ausência de distinções de “cor, religião ou nacionalidade” entre os seus membros, a defesa da ação direta e da organização sindicalista nos moldes do 1º Congresso Operário de 1906, e da auto emancipação da classe trabalhadora. Ao fim, os editores do jornal reforçam seu “fraternal abraço” à Resistência e reforçam a crítica à ação parlamentar e a participação de políticos não-operários nos sindicatos³⁵¹.

Ainda assim, o periódico *Na Barricada*, em agosto de 1915, quando faz um rápido balanço do movimento operário do Rio de Janeiro, inclui a Resistência, assim como a União dos Operários Estivadores, dentre os sindicatos corporativistas – principal grupo a rivalizar com o sindicalismo revolucionário, “nascido da influência anarquista”³⁵². Tal identificação sugere que os vínculos históricos com o sindicalismo amarelo, no caso de associações

o Centro dos Operários Marmoristas, no Rio de Janeiro, e nos sindicatos de canteiros (ver Silva Jr. 2002).

³⁴⁹ Ver por exemplo “A União dos Estivadores e a Associação Comercial” in: *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, n. 42, 01/11/1913, p. 2.

³⁵⁰ *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, n. 48, 01/02/1914, p. 1.

³⁵¹ *A VOZ DO TRABALHADOR*, Rio de Janeiro, n. 37, 15/08/1913, p. 2-3.

³⁵² *NA BARRICADA*, Rio de Janeiro, n. 11, 19/08/1915, p. 3.

relativamente longevas como era o caso das portuárias, eram mais fortes do que a incipiente influência do sindicalismo revolucionário.

De todo jeito, entre 1912 e o segundo semestre de 1916, é possível encontrar a presença das concepções mais próximas do sindicalismo revolucionário nas disputas dentro dos sindicatos portuários. No caso da União dos Operários Estivadores (UOE), a partir dos conflitos de dezembro de 1914 que destituíram a antiga diretoria³⁵³, e da nova eleição realizada em janeiro de 1915, podemos notar uma afinidade maior com o sindicalismo defendido pela COB. A UOE tinha vínculos ainda mais fortes com o sindicalismo amarelo, tanto é que sua sede era compartilhada com a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, no local onde fora fundado, em reunião de outubro de 1908, o Partido Operário Socialista supracitado³⁵⁴. Assim, *A Voz do Trabalhador* saúda os eventos da virada do ano 1914-1915 com artigos em que se pergunta “Libertar-se-ão desta vez os estivadores?”³⁵⁵. Alguns meses depois, elogia que naquele ano a UOE tinha recusado o “nocivo sistema de comemorar o Primeiro de Maio com impróprias festanças e descabidas manifestações políticas”, realizando em sua sede uma sessão de propaganda dos ideais de emancipação humana e de incitamento da luta operária, desprezando “o caminho e as artimanhas da torpe politicagem”³⁵⁶. Os números 69 (abril) e 71 (junho) do jornal da COB trazem, “a pedido dos associados” da UOE, os estatutos recém-reformados da associação, onde consta a penalidade de perda dos direitos sociais aos que “fizerem propaganda no seio da classe, para organização de grupos ou partidos, e com estes entorpecer a marcha e o desenvolvimento da sociedade”³⁵⁷. Além disso, em abril a UOE toma parte na Comissão Popular de Agitação contra a Guerra, iniciativa da militância libertária da capital em resposta ao “toque de reunir” lançado pelo manifesto de Sebastien Fauré. A adesão do sindicato foi anunciada em nota publicada em *A Voz*, assinada por Romulo de Moura Castro, que reforçava os princípios antimilitaristas caros aos anarquistas. O militante também contribuía naquele ano regularmente com o periódico *Na Barricada*, assinando textos sobre a UOE e fazendo a propaganda das concepções libertárias.

³⁵³ Os libertários saúdam e “acompanham com o maior interesse”, porém a distância, a revolta dos “verdadeiros estivadores” contra o “grupo de carbonários” que havia tomado controle da diretoria, a partir da influência e proteção de políticos locais. A versão apresentada em *A Voz do Trabalhador* é congruente com a cobertura que o jornal *A Época* fez no calor dos acontecimentos, publicando cartas de diversos trabalhadores da estiva onde relatam as perseguições e extorsões praticadas pelo grupo criminoso (contrabandistas, ladrões do mar, etc) que tinha tomado o controle da UOE.

³⁵⁴ Segundo Batalha (1986) esses dois sindicatos já haviam sido as principais bases do Partido Operário Brasileiro de 1906.

³⁵⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 66, 01/01/1915, p. 1.

³⁵⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 71, 08/06/1915, p. 1.

³⁵⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 69, 07/04/1915, p. 4.

Em 1916 foi a vez da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café. O periódico *Na Barricada* noticia em 15 de abril que na festa anual de celebração da criação da Resistência tomaria posse a nova diretoria, na qual estavam presentes José Aires de Castro (como conselheiro), Raphael Serrato Munhoz (fiscal-geral), e Romulo Moura Castro (presidente)³⁵⁸. De fato, o número seguinte do mesmo periódico trazia em página inteira um manifesto da Resistência convocando para a “grande manifestação popular” de 1º de maio que trazia o posicionamento típico dos anarquistas sobre a data: lembrava os mártires de Chicago, esclarecia que não se tratava de um dia de festa mas de luta, e que as “vítimas da escravidão moderna” não podiam “comemorar o trabalho”³⁵⁹. O texto também convocava para passeata que partiria da sede da associação e percorreria algumas das principais ruas do Centro, terminando em comício no Teatro Maison Moderne no qual falariam José Elias da Silva, Evaristo de Moraes, Manoel Campos, dentre outros. Portanto, quando José Arias de Castro publica sua série de artigos sobre a história da Resistência, entre outubro de 1915 e janeiro de 1916, ele poderia estar mesmo utilizando a publicação na imprensa libertária para fortalecer a concepção do sindicalismo revolucionário dentro da associação.

De todo modo, as pretensões libertárias junto aos portuários parecem ter sido definitivamente enterradas no segundo semestre de 1916, quando é criada a Frente Marítima Brasileira (FMB). Congregando as diversas associações de trabalhadores e oficiais do setor, a FMB era presidida por um oficial da Marinha mercante e teve atuação marcadamente corporativista (BATALHA, 1986). Logo as direções mais combativas e relativamente próximas do sindicalismo revolucionário seriam substituídas por outras com o antigo alinhamento. Tanto é que, durante o turbulento período grevista do ano seguinte, a Frente passaria a apoiar explicitamente o governo Wenceslau Bras, se posicionaria publicamente contra os trabalhadores em greve e chegaria a clamar pela intervenção policial contra eles.

Em suma, reconstituímos a relação dos libertários com os sindicatos do porto para indicar a relação típica que mantiveram com os sindicatos e associações que estavam sob a direção de correntes reformistas e socialistas. Em geral os libertários exaltavam as iniciativas de ação direta e criticavam/culpavam as direções, especialmente a intromissão da “nefasta política” nos assuntos do sindicato. Este sem dúvida foi o ponto mais recorrente do discurso anarquista na luta contra os amarelos. A influência de políticos, advogados e “chefes” sobre associações operárias produziria efeitos nefastos, por vários motivos. Em primeiro lugar pelo

³⁵⁸ NA BARRICADA, Rio de Janeiro, ano 2 n. 3, 15/04/1916, p. 4. Ao que tudo indica, Romulo Castro teria passado a militar na Resistência em 1916 após passar o ano anterior na UOE, em um tipo de circulação que não era incomum entre os trabalhadores do porto naquela época.

³⁵⁹ NA BARRICADA, Rio de Janeiro, ano 2 n. 4, 01/05/1916, p. 4.

seu carreirismo, utilizando as organizações operárias como trampolim para seus interesses particulares. Isso implicaria na preponderância de rivalidades pessoais entre os “chefes” socialistas, como diziam os libertários, arrastando as associações de classes para disputas e conflitos desnecessários – como já foi indicado no capítulo anterior, na enquete realizada por *A Guerra Social*.

O acirramento da disputa eleitoral de 1910 entre “hermistas” e “civilistas” e os cismas que ela produzia dentro do movimento operário demonstrariam os efeitos perversos da intromissão da “nefasta política” nos assuntos do sindicato. É sobretudo em relação às divisões político-partidárias entendidas como externas às questões sindicais que o postulado de “neutralidade política” do sindicalismo revolucionário era acionado pelos anarquistas – já que não se tratava exatamente de uma visão economicista da atuação dos sindicatos, como demonstram as suas campanhas antimilitaristas contra a guerra e o alistamento militar, por exemplo. Como vimos no caso da polêmica entre João Crispim e Neno Vasco, a declaração política de adesão dos sindicatos a uma bandeira ideológica explícita era ponto controverso. Mas aí se tratava de diferenças políticas internas aos projetos de emancipação e revolução social, ou seja, dentro de uma mesma política de classe³⁶⁰, tal como a pensavam. Algo totalmente diferente das disputas pessoais ou partidárias da “política burguesa”, cujas facções não deveriam dividir o movimento operário, separando os trabalhadores com interesses comuns por causa do vínculo e atrelamento a interesses outros, externos à categoria.

Além disso, colocando-se como mediadores da relação com o Estado e o patronato, pregando a conciliação de interesses e a obediência às autoridades, os “chefes” desviavam a classe trabalhadora da ação direta, único caminho que poderia produzir um acúmulo de experiências que fortalecessem sua combatividade³⁶¹. Claudio Batalha chama atenção para o costume dos sindicatos amarelos participarem em manifestações públicas em homenagem a políticos e eventos oficiais de governo, situações em que apresentavam suas reivindicações em petições e cartas, bem como convidarem para as assembleias sindicais chefes de polícia e políticos mais simpáticos ao movimento operário. Assim,

Tais práticas demonstram, de um lado, que os sindicatos procuravam vias de expressão institucional e, de outro lado, que se preocupavam em se dissociar do amálgama entre movimento operário e atentado à ordem pública feito pelo discurso dominante. Os amarelos em geral levavam ao extremo essa preocupação de dissociar a atividade sindical das ameaças à ordem estabelecida (BATALHA, 1986, p. 218).³⁶²

³⁶⁰ Uso o termo aqui tendo como referência Balibar (1997).

³⁶¹ Para dar alguns exemplos, tais críticas são direcionadas à Vicente de Souza, em sua atuação nas greves dos têxteis e dos operários do Lloyd Brasileiro, em 1903 (ver *A Greve*, n. 4 e 5); Pinto Machado e sua atuação à frente da UOED.

³⁶² No original: “*Ces pratiques démontrent, d’une part, que les syndicats recherchaient des voies d’expression*”

Ora, ainda que os anarquistas buscassem, através da imprensa operária e em notas e declarações públicas, legitimar as ações dos trabalhadores em situações de conflito, apontando a gritante injustiça social subjacente às relações de classes, eles nunca poderiam entrar nesse tipo de negociação com os poderes públicos dessa forma sem abandonar a estratégia de ação direta que, como vimos, constituía a pedra de toque de sua estratégia e atuação sindical. Afinal, a ação direta seria a única forma de arrancar vitórias e conquistas concretas para as classes trabalhadoras. Ou seja, dissociavam legitimidade e legalidade – já que essa última não seria mais do que uma armadilha, dado que o próprio poder público era o campeão do arbítrio e costumava tratar as mobilizações dos trabalhadores na ponta da espada. Se não havia um reconhecimento estatal da legitimidade das ações das associações de trabalhadores e de seus representantes, porque conformar-se de antemão aos moldes legalistas? Daí a importância de disseminarem outro conjunto de valores distintos e distantes das hierarquias simbólicas que sustentavam o poder de Estado.

Nesse sentido, o não reconhecimento pelo Estado das organizações sindicais alinhadas ao sindicalismo revolucionário era um sinal da sua integridade e coerência. Assim, quando estoura o conflito entre os operários da Light (chamados de “gasistas”) e a empresa em junho de 1909, um dos artigos publicados em *A Voz do Trabalhador* louva, ao menos retoricamente, o significado subjacente ao não reconhecimento por parte do *establishment*:

Mais duma vez temos constatado a prevenção que há no Rio contra a Federação Operária. Prevenção de que nos orgulhamos porque prova que os seus componentes algo tem feito para fazer-se respeitar e manter a respeitável distância aos pescadores de águas turvas, aos deputados ‘defensores do povo’ e aos advogados que abordam as organizações operárias com a vista fixa na caixa dos fundos.³⁶³

Em seguida, o mesmo texto comenta que embora fosse “muito natural que o chefe da polícia e a Light não quisessem saber nada da Federação”, se recusando a receber para negociação seus representantes, o que seria de se estranhar é que “o mesmo procedimento tivessem os ‘socialistas’ que estão instalados na sede dos carroceiros e estivadores. Dizemos ‘socialistas’ por que aos seus manejos deve-se o ato inqualifical [sic] praticado por essas associações”³⁶⁴. Descreve, em seguida, que na reunião convocada na referida sede, militantes da FORJ como Manuel Moscoso, José Romero e Manuel Domingues foram impedidos de

institutionelle, d'autre part, qu'ils se souciaient de se dissocier de l'amalgame fait par le discours dominant entre mouvement ouvrier et atteinte à l'ordre public. Les amarelos en général, portaient à l'extrême ce souci de dissocier l'activité syndicale des menaces à l'ordre établi”.

³⁶³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1919, p. 3. A referência cifrada ao advogado Evaristo de Moraes estava relacionada com o fato do mesmo ter sido acusado pelo próprio jornal de Mariano Garcia, *Tribuna do Povo*, em março daquele ano, de ter enriquecido às custas da Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, e a ter abandonado quando não podiam mais pagar seus custosos ordenados. O jornal da COB inclusive reproduz no número 9 (abril/1909) essa nota da *Tribuna do Povo*.

³⁶⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1919, p. 3.

entrar e tomar parte das discussões por ordem de Hermes de Olinda, que teria assumido a negociação com a empresa e o poder público. Voltaremos à greve dos gasistas no próximo capítulo.

Cumpramos observar que, no contexto da Primeira República, especialmente durante as duas primeiras décadas do século XX, se é verdade que existiam iniciativas de controle, para além da pura repressão policial, do movimento operário por parte das autoridades governamentais – como mostra o caso do Congresso de 1912 – isso praticamente não se desdobrava propriamente em um projeto articulado de absorção de reivindicações operárias e muito menos dos próprios sindicatos no corpo do Estado (como ocorreria depois). Assim, é muito mais pelo “carreirismo” dos chefes, que corromperia o processo de auto-organização do proletariado, do que pela “cooptação” estatal que os políticos socialistas são criticados na imprensa libertária.

Esse ponto permite visualizar também a crítica dos anarquistas à conformação da luta operária aos parâmetros legalistas e parlamentares. Dada a ausência de resultados efetivos que produziam em termos de constituição de uma legislação social – tendo sido aprovada apenas em 1919 a primeira lei de proteção trabalhista (GOMES, 1979) – os libertários insistiam na inutilidade da ação política-parlamentar e, portanto, de todo esforço de criação de um Partido Operário ou Partido Socialista que, segundo Batalha (1986), esteve no centro das preocupações de todo o sindicalismo amarelo até pelo menos 1916. Em um sistema político que funcionava com pequena participação eleitoral das camadas populares³⁶⁵ – para as eleições presidenciais de 1910, Carvalho (1987) indica que apenas 34% dos eleitores do Distrito Federal compareceram às urnas, o que representava 0,9% da população total – as pretensões eleitorais dos socialistas eram frequentemente ridicularizadas. Tendo em vista que a efemeridade das organizações políticas e sindicais também acometeu as iniciativas de socialistas e reformistas, cada novo fracasso era saudado como a confirmação da inutilidade de seus esforços.

Mais do que isso, reconheciam na prática dos socialistas, que tentavam construir organizações reconhecidas como interlocutores legítimos pelo poder público e minimamente

³⁶⁵ As eleições, em geral, não foram tema dos mais recorrentes nas páginas da imprensa libertária, e o boicote eleitoral não esteve no centro de suas campanhas e propagandas. Nos poucos textos sobre o tema há dois enfoques diferentes e complementares. O primeiro, conclamando os trabalhadores a se abster nos pleitos eleitorais como um “gesto de dignidade”, entende a participação nas eleições como humilhante contribuição para a manutenção da casta de “aproveitadores”. O segundo atesta a baixa participação eleitoral (“abstenção quase unânime aos sorteios eleitorais”) e as fraudes que garantiriam o sistema político funcionasse com “eleições sem eleitores” como sinal da desmoralização do próprio. Ver “Não votes, trabalhador”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 33, 15/06/1913, p. 3; e “A mentira chamada sufrágio”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 50, 01/03/1914, p. 1.

estruturadas institucionalmente, uma estratégia verdadeiramente humilhante: bajular os políticos, fazer concessões sucessivas, alianças com qualquer candidato que sinalizasse o mínimo de preocupação (ainda que retórica) com a questão social. Por isso, ridicularizam os supostos deputados “socialistas” que *A Tribuna do Povo*, jornal editado por Mariano Garcia, projetava eleger nas eleições de 1909: Irineu Machado, Luiz Murat e Manuel Correia de Freitas³⁶⁶. Nomes que, pelo menos no caso de Irineu Machado, poderiam no máximo ser associados ao radicalismo republicano “jacobino” (FREIRE, 2009).

Em texto que apresentava as típicas críticas dos anarquistas contra os amarelos, Amaro de Matos ataca as lideranças socialistas mais ativas no movimento operário da cidade expondo as suas relações com políticos importantes da República, o que os inscrevia entre os burgueses “por bajulação”. Segundo ele, Mariano Garcia teria feito nas colunas de *Tribuna do Povo*, os “maiores elogios” ao senador Pinheiro Machado, uma das figuras-chave da República. Sobre Pinto Machado, afirma que enviava ao Barão do Rio Branco as circulares da FORJ publicadas na *Voz do Trabalhador* e que uma evidência da “falta de critério do socialista *sui generis*” era que ele tinha “mania de convidar, em vésperas de eleições, burgueses para fazer conferências políticas no salão da sociedade que é presidente”. Manuel Correia da Silva, como tantos outros, era acusado de fazer discursos inflamados apenas para ganhar destaque e arranjar uma cadeira entre os “parasitas” do congresso³⁶⁷. Ora, ao destacar tais relações com os políticos, os libertários parecem jogar com aquela visão pejorativa da política institucional que era mais ou menos disseminada em grande parte da população – como demonstra o fato de existirem inúmeras publicações satíricas e humorísticas no período que se dedicavam a zombar de deputados, ministros, governadores, etc. A acusação de “carreirismo” dos “chefes” socialistas, além de apontar o oportunismo como base de sua relação com os sindicatos, aproximava-os do lamaçal geral da política institucional – que ainda por cima pagava bem, enquanto os resultados em termos de legislação (tão prometidos) nunca vinham. A “recusa da política” tal como defendida doutrinariamente pelos libertários se comunicava com a rejeição da política ou, para usar um termo mais contemporâneo, com a “antipolítica”.

Porém, ao contrário do que ocorria na imprensa satírica em geral, a crítica aos políticos em geral era seguida pela defesa do compromisso com a auto-organização dos trabalhadores. Nos argumentos recorrentes dos libertários contra a orientação legislativa/legalista dos socialistas, também comparecia a noção de que, mesmo que fossem

³⁶⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 9, 17/04/1909, p. 3.

³⁶⁷ “Políticos e socialistas”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 15, 22/07/1909, p.1.

criadas leis trabalhistas, a única coisa que poderia garantir seu cumprimento seria a mobilização dos trabalhadores para pressionar os patrões pelo seu cumprimento. E tal mobilização só seria efetiva e duradoura quando envolvia a sua auto-organização, trabalho comprometido pelo “efeito dissolvente” da política partidária. Por isso, em texto de propaganda contra a participação eleitoral, um colaborador de *A Voz do Trabalhador* opunha, em sua argumentação, a organização sindical dos trabalhadores à política e aos partidos:

Socialistas parlamentares, republicanos, monarquistas, heremitas ou civilistas, vivem a fazer-nos promessas, que nunca cumprem, e a obsequiar-nos com balas e patas de cavalo quando pedimos mais um pouco de pão e de descanso. Organiza-te, sem política. A organização é que deve ser o teu partido³⁶⁸.

Por fim, o protagonismo das lideranças socialistas nas organizações de classe cumpriria um papel contrário ao aspecto educativo mais importante envolvido na prática sindical vista na perspectiva dos libertários. Como foi muito sensivelmente colocado pelo linotipista Artur Torres quando argumentava que suas sugestões sobre a necessária reorganização da jornada de trabalho da categoria não deveriam ser entendidas como a palavra final do sindicato então em formação.

Demais, repito, os colegas andam mal em encarar o Sindicato pelos moldes bichados das associações beneficentes ou instituições políticas, em que a opinião do Presidente ou de um membro da administração, ao ser proferida, traz em si o cunho da irrevogabilidade. Nas organizações operárias, baseadas nos são princípios da igualdade, o que se almeja é libertar o trabalhador da rotina, do hábito à obediência passiva, inculcando nele a compreensão de que ele, melhor do que ninguém, é o competente para tratar dos seus interesses, só necessitando da solidariedade para pôr em o que seria impossível fazê-lo sozinho³⁶⁹.

Os moldes das beneficentes e das “instituições políticas”, com sua estrutura hierárquica verticalizada, seriam incompatíveis com o processo de auto-organização autônoma e emancipação operária, já que impediria a subversão da divisão do trabalho, indispensável para que o trabalhador se liberte da rotina, do comportamento automático, da obediência muda, e assuma o protagonismo da sua própria auto-organização. Há uma pedagogia da auto-emancipação envolvida na prática sindical, onde a horizontalidade das discussões e deliberações deveria ser capaz de “incutir” no trabalhador a crença (e confiança) na sua própria capacidade, além da solidariedade para reconhecer o valor da coletividade assim constituída, fazendo em grupo o que não se pode fazer sozinho.

A discussão sobre os efeitos negativos da atuação sindical dos socialistas e reformistas, tal como reconstituída acima, me parece mais eloquente e relevante, do ponto de vista da análise, do que a recusa peremptória de quaisquer soluções “paliativas” da questão

³⁶⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 33, 15/06/1913, p. 3.

³⁶⁹ Artur Torres, “Explicando”. In: A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1908, p.1-2.

social. É claro que esse ponto também era frequente no discurso dos libertários³⁷⁰, traçando uma diferença doutrinária fundamental entre os revolucionários e todos os outros. Porém, o interessante é que, do ponto de vista do sindicalismo revolucionário do início do século, a luta por melhorias e conquistas dentro do capitalismo, ainda que fossem entendidas como um meio para alcançar a revolução, não estava descartada. Como veremos, eram essas as lutas que brotavam do cotidiano árduo do trabalho nas diversas ocupações da capital federal.

Ou seja, o princípio da autonomia, envolvido na defesa da ação direta e da recusa da participação de (partidos) políticos na esfera sindical, se traduzia numa noção de auto-organização que seria a única alavanca capaz de transformar a realidade das classes trabalhadoras. Resta analisar, agora, como a concepção libertária da auto-organização funcionou na prática e quais os dilemas que os próprios anarquistas encontraram na aplicação da estratégia sindicalista.

³⁷⁰ Para dar apenas um exemplo, veja-se a seguinte passagem escrita por Rozendo dos Santos: “A interferência de políticos nessas mesmas agremiações só servirá de obstáculo às nossas justas aspirações, pois estes, com o interesse no voto que os há de eleger representantes do povo, trarão sempre o operário iludido, com promessas de tratar no parlamento das questões que agitam as classes trabalhadoras, apresentando projetos que venham melhorar a situação. Mas o que o operário precisa não são de paliativos na sua vida de escravo; o que o operário quer é uma solução definitiva, que salvasse a sua individualidade: trabalhar, ser livre e gozar as riquezas da natureza como produtor que é.” A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 19, 30/10/1909, p. 1.

7 A RECUSA DA “POLÍTICA” E OS DILEMAS DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

Visando um panorama mais geral das agitações trabalhistas do período estudado, podemos recorrer aos levantamentos realizados por pesquisas anteriores. As dificuldades para chegar a um número mais preciso da quantidade de greves realizadas no período são diversas. Mais recentemente, a pesquisa de Marcela Goldmacher (2009) encontrou, para o período compreendido entre 1890 e 1920 um total de 316 greves realizadas no Rio de Janeiro (capital), das quais 42 teriam sido greves conjuntas de mais de uma categoria e/ou fábrica/empresa³⁷¹. Tal discrepância provavelmente está relacionada ao fato de que, na ausência de legislação trabalhista e da justiça do trabalho, a precariedade constitutiva do assalariamento se agrava enormemente, e era muito frequente a paralização de empregados de uma firma, oficina, empresa para receberem ordenados atrasados, por exemplo.

Para recuperarmos as reflexões dos anarquistas sobre os principais problemas encontrados na sua prática política, elegemos algumas situações emblemáticas pelos dilemas que elas colocaram e pelas avaliações que suscitaram. Em primeiro lugar distinguimos três tipos de mobilizações nas quais os libertários estiveram diretamente envolvidos. São elas: 1) as greves parciais (restritas a uma empresa ou fábrica/oficina) que eclodem a partir de conflitos enraizados no cotidiano operário na cidade; 2) a campanha contra a carestia de 1913, que não consistia em uma luta de categoria específica e cujo potencial de mobilização extrapolava o setor “organizado” da classe trabalhadora; 3) as seguidas tentativas de construir uma greve geral, a partir da articulação de diversas agitações trabalhistas que ocorriam pelo Brasil, entre 1917 e 1919.

Cada uma dessas situações permitirá discutir diferentes aspectos da prática dos anarquistas e dos dilemas que eles encontraram na aplicação das suas estratégias. No caso das greves dos têxteis e dos gasistas estará em jogo a relação entre *ação* e *organização*, tal como ela se colocou para as lutas que emergiam diretamente da esfera da produção. Já no caso da luta contra a carestia, que envolvia as condições de reprodução da força de trabalho na principal cidade do país, trataremos da relação entre *propaganda* e *organização*, discutida a luz da “recusa da política”, tal como a entenderam os libertários. A partir da breve reconstituição desses eventos de mobilização e das avaliações suscitadas por eles,

³⁷¹ De acordo com a explicação da autora, o levantamento foi realizado no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, tomando as principais folhas diárias em circulação no Rio de Janeiro ao longo do período. Seu trabalho fez parte de um esforço de pesquisa mais amplo coordenado pelo prof. Marcelo Badaró Mattos, cujos resultados foram publicados em MATTOS, 2004.

discutiremos o texto “O anarquismo perante a organização sindical”, assinado por três dos mais ativos militantes da época, em que podemos reconhecer algumas elaborações dos dilemas acima referidos. Por último, discutiremos as condições favoráveis ao ciclo grevista de 1917-1919, retomando tanto a questão da repressão (discutida no caso das greves parciais) como da atuação dos anarquistas no sentido de “generalizar” as lutas reivindicativas.

7.1 Greves parciais

O período entre 1903 e 1919 foi marcado pela eclosão do movimento operário como ator político na vida social brasileira. No Rio de Janeiro, ocorrem dezenas de greves, em geral centradas em uma empresa/fábrica ou restritas a um ramo de atividade econômica. Os movimentos paredistas muitas vezes ganham as manchetes dos grandes jornais, porta-vozes não só das preocupações com a ordem pública, mas muitas vezes também transmissores e interlocutores valiosos para o próprio movimento. Já a vida cotidiana das associações de classe, bem mais comezinha, costumava frequentar as estreitas “colunas operárias”, mantidas como espécie de espaço de apresentação e debate político do movimento operário na grande imprensa.

As notícias do cotidiano operário que chegam às páginas da imprensa operária e anarquista, e mesmo aos grandes jornais, revelam uma “imagem do país” que, como demonstramos no capítulo anterior, expunha não só as péssimas condições de trabalho, mas também o tanto de arbítrio, crueldade e exploração dos patrões. É desse cotidiano operário que emergem, como uma faísca em um botijão de gás, as revoltas e agitações que vão provocar alguns dos principais movimentos paredistas da época. Passemos a acompanhar alguns deles, visando discutir como os anarquistas se colocaram nos conflitos, e as avaliações que sobre eles produziram (tanto no momento imediato quanto posteriormente).

Selecionamos mobilizações de duas categorias diferentes, realizadas entre 1908 e 1909, como casos significativos para nossa pesquisa. Em um primeiro momento, focamos em greves dos operários e operárias têxteis – setor industrial dos mais relevantes, como já indicamos. Em seguida, tratamos do movimento dos operários do gás (gasistas), empregados da Light, responsáveis tanto pela produção do gás que servia de iluminação, quanto pelo serviço de acender as lamparinas que iluminavam a capital – uma categoria que também estava no setor de serviços e cuja paralisação tinha um impacto na vida da cidade como um todo.

Além da greve de agosto de 1903, apresentada no segundo capítulo desta tese, podemos destacar mais duas greves importantes para os têxteis da capital federal. Diferentemente daquela mobilização que marcou a emergência do movimento operário na cidade, em que a agitação se espalhou para outras categorias profissionais e setores, as greves de 1908 e 1909, eclodindo a partir de conflitos no próprio local de trabalho, permaneceram como greves parciais e foram rapidamente sufocadas pela repressão e pela demissão dos paredistas. Mas despertaram avaliações semelhantes por parte dos próprios libertários, como veremos mais a frente.

Começamos pela greve de novembro de 1908 na fábrica de tecidos Cruzeiro, no Andaraí, da Companhia América Fabril, que contava com aproximadamente 1200 empregados, entre homens, mulheres e crianças. O conflito eclode no dia 17 de novembro, mas o gatilho para a revolta dos operários se deu no dia anterior, quando dois operários reclamaram aos superiores de que não haviam recebido em seus salários a quantia a que tinham direito, conforme suas contas. Essa era uma situação frequente já que, segundo *A Voz do Trabalhador*, “não havendo tabela fixa que marcasse a metragem do pano e o preço, os operários não sabiam o que ganhavam ao certo, estando a mercê das patifarias do gerente”³⁷².

A partir desse ponto os relatos divergem um pouco. O jornal da COB é menos minucioso em reconstituir a sequência dos fatos, afirmando apenas que os operários não foram atendidos na sua reclamação, receberam do gerente (o “famigerado Max Soutton”) a ordem de demissão caso não se conformassem, ordem repetida quando uma comissão de operários tenta reforçar a reivindicação junto a gerência. Já de acordo com *O País*, o gerente da fábrica teria aceitado pagar a diferença mas avisa que ambos seriam demitidos, para manter a disciplina. Os operários, então, teriam saído da fábrica e iniciado uma confabulação com seus companheiros. Driblando o controle da gerência, conseguem circular pela fábrica na tarde do dia 16 e na manhã do dia 17, quando então um grupo de trabalhadores abandona seus postos e vai até a gerência cobrar a readmissão dos companheiros demitidos. O gerente mantém a sua posição e a comissão retorna aos postos bradando contra a injustiça e clamando pela revolta³⁷³. Versão praticamente idêntica é apresentada pelo *Correio da Manhã*, que adiciona ainda que o gerente teria ameaçado os demais avisando que ainda naquela semana faria uma “limpeza no pessoal da fábrica”³⁷⁴. Já a *Gazeta de Notícias* apresenta uma versão mais explosiva, como se tudo tivesse se passado apenas no próprio dia 17, e inclui no relato

³⁷² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 5, 22/11/1908, p. 1.

³⁷³ O PAIZ, Rio de Janeiro, 18/11/1908, p. 4.

³⁷⁴ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 18/11/1908, p. 3.

uma alteração verbal entre os dois operários e o próprio gerente, seguida de um ataque da comissão ao escritório com tiros de revólver, dos quais o gerente escapou em fuga pela porta dos fundos³⁷⁵.

De todo jeito, a partir da recusa da gerência em voltar atrás na decisão de demitir os dois trabalhadores, se inicia um conflito em que os operários, de setor em setor da fábrica, abandonam seus postos de trabalho, atacam e danificam os materiais e os teares em que trabalhavam, e se envolvem em conflitos violentos com os contramestres e demais supervisores. Nesse conflito, um contramestre é ferido com maior gravidade e levado ao hospital, e pelo menos outros dois operários também são atendidos pelo serviço médico. De acordo com as informações passadas pela gerência da fábrica aos jornais, os prejuízos envolveram mais de duzentos rolos de fio cortados e danificados, oito teares quebrados, nove frisos danificados, dentre outros itens, somando cerca de 33 contos de réis de acordo com o inquérito policial.

A imprensa noticia o caso como um “levante”, “uma explosão de revolta”, uma “revanche” violenta que em tudo se distanciava das greves “maduramente discutidas e friamente resolvidas”. O *Correio da Manhã* apresenta uma narrativa mais compreensiva, expondo os motivos subjacentes ao conflito que, “se não vale[m] como justificativa completa dos atos atribuídos aos operários, serve[m] – a nosso ver – para atenuar, em grande parte, a violência dos seus primeiros atos, manifestamente impensados e impulsivos”³⁷⁶. Além da condenação das violências cometidas, também são apresentadas as queixas dos trabalhadores e denuncia-se os “abusos, explorações, aproveitamentos mesquinhos das necessidades alheias”, em que sobressaem, além da inexistência da tabela de preços e dos problemas com o pagamento, a condução autoritária da fábrica pelo gerente, a extensão da jornada até a noite sem a remuneração devida, os péssimos salários pagos às mulheres e crianças, dentre outros.

Já o jornal da COB louva a “explosão” que não podia mais tardar dadas as condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores e desloca a atenção para a atuação das forças policiais no caso. De acordo com os editores, a polícia chegou após o estrago já ter sido feito e os operários se dispersado, prendendo nos arredores da fábrica de forma aleatória e violenta o operário Federico Juste, acusado de ser o autor dos ferimentos no contramestre Elias Lavoura. A *Voz do Trabalhador* critica o fato dos grandes jornais terem reproduzido a versão da polícia para o caso, e afirmam não haver quaisquer provas contra o acusado. Publicam, então, uma nota da comissão do Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos em que se

³⁷⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 18/11/1908, p. 1.

³⁷⁶ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 18/11/1908, p. 3.

afirma que Juste, ao contrário do que dizem os jornais, não tinha rixas anteriores com o ferido e que trabalhava há apenas dois meses na fábrica, “sendo um dos operários que menos se tem feito notar”³⁷⁷. Enquanto os jornais descrevem detalhadamente a cena da agressão de Juste ao contramestre, e afirmam que o acusado teria confessado, na delegacia, ser o autor dos ferimentos, o jornal da COB manterá a versão de que ele não é o autor e que teria negado firmemente a autoria, protestando contra a sua manutenção no cárcere.

A fábrica passa os dias seguintes fechada e os seus arredores são ocupados pelas forças policiais. Como a substituição dos maquinários danificados leva tempo, a diretoria da Fábrica faz publicar nos jornais nota em que condena os “atos de verdadeira selvageria” cometidos na sala dos teares e avisa que manterá a planta fechada enquanto lhe for conveniente³⁷⁸. Além disso, recusa-se a atender ou abrir negociação sobre as reivindicações dos trabalhadores, apresentadas em nota após quatro reuniões articuladas pelo sindicato dos têxteis na sua sede, o Centro dos Sindicatos Operários (também sede da FORJ) da Rua do Hospício, e na sucursal do sindicato em Vila Isabel.

O jornal da COB destaca que, na primeira reunião realizada no próprio dia 17 de novembro, teria sido discutido se haveria necessidade de um advogado para atuar como intermediário, sendo resolvido que “as questões entre patrões e operários devem ser tratadas diretamente, servindo-se de advogados apenas para as questões judiciárias”³⁷⁹. As duas reuniões realizados no Centro dos Sindicatos no dia 18, uma pela manhã e outra pela noite, ampliam e sistematizam as reivindicações dos grevistas. Além da readmissão dos operários demitidos, demandam o estabelecimento de uma tabela fixa de preços para que cada operário possa calcular quanto deve receber, a instituição de pausa de meia hora para o café (como era feito em outras fábricas) e o pagamento adicional para o serão noturno – reivindicações veiculadas pelos jornais no dia seguinte. Na manhã do dia 19, se realiza assembleia apenas dos trabalhadores da fábrica Cruzeiro na sucursal de Vila Isabel do Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos, na qual é deliberado que a volta ao trabalho se daria a partir da satisfação de três reivindicações: a readmissão dos colegas, o melhoramento do fio e o estabelecimento da tabela de preços em cada seção.

É através do papel assumido naquele processo pela FORJ e o Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecido que podemos estimar o peso da atuação dos militantes libertários. A decisão de não contar com um advogado como intermediário expressava a posição tantas

³⁷⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 5, 22/11/1908, p. 2.

³⁷⁸ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 20/11/1908, p. 3.

³⁷⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 5, 22/11/1908, p. 2.

vezes reafirmada pelos anarquistas quanto aos males causados por esse tipo de atuação. Os proprietários da Companhia América Fabril fazem chegar aos jornais a sua visão sobre os antecedentes da revolta. O *Jornal do Brasil*, em sua cobertura do caso, destaca logo no início da reportagem a prevenção de que já estaria tomada a direção da fábrica em relação a possíveis “distúrbios” provocados pela atuação do sindicato na região. Alegam, portanto, que o levante não causou surpresa, posto que

Os diretores dessa Fábrica esperavam que, mais dia menos dia, se desse qualquer anormalidade entre os operários, visto que esses se achavam sob a influência de companheiros exaltados e mesmo de elementos estranhos a classe, reunidos, na sua maioria, em um sindicato de reação, sindicato esse que procurava obter a adesão de todos os trabalhadores da Fábrica inclusive das operárias. Para isso realizavam frequentes sessões na sede do sindicato, à rua Visconde de Abaeté, distribuindo também muitos panfletos aos tecelões e outros operários da Fábrica.³⁸⁰

A alegação recorrente de que a revolta tinha sido produzida por elementos “estranhos” e externos a classe, típica da “concepção policial da história”, é repudiada com mais força pelo jornal da COB, que nomeia o *Jornal do Brasil* como o veículo cuja cobertura do caso teria sido mais absurda e mentirosa. De fato, os militantes envolvidos na reorganização do sindicato dos têxteis tinham conseguido abrir uma sucursal em Vila Isabel em julho daquele ano, buscando manter maior proximidade com as fábricas do Andaraí, Tijuca e do próprio bairro³⁸¹. Isso não quer dizer, obviamente, que a greve tivesse sido “preparada” pelos anarquistas. No máximo podemos encontrar indícios de que alguns operários já possuíam certa experiência ou previdência sobre aquele tipo de situação, já que, conforme foi relatado pelos grandes jornais, logo no início do motim os operários cortaram os fios de telefone, impedindo a comunicação imediata com as forças policiais, o que retardou sua chegada a fábrica. É na sequência imediata da explosão da revolta na fábrica que podemos localizar com mais certeza a atuação da militância libertária através da FORJ.

Quando olhamos, porém, a pauta de reivindicações articulada nas reuniões no sindicato, ela parece se restringir às demandas concretas vindo do interior da fábrica, sem chegar a incorporar a reivindicação da jornada de 8 horas de trabalho, tão importante naquele período, haja visto as greves em São Paulo no ano anterior, e defendida por socialistas e libertários. Nas palavras do jornal da COB, mesmo sendo “pacíficas e até humildes” as

³⁸⁰ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 18/11/1908, p. 5.

³⁸¹ A proximidade espacial entre as duas fábricas também explica que, imediatamente após os conflitos de 17 de novembro na Cruzeiro, os operários foram até a fábrica Confiança, no bairro vizinho, para chamar a solidariedade dos companheiros, tendo conseguido apenas um apoio moral. A movimentação dos trabalhadores pela cidade foi seguida pela polícia, que enviou seis praças para a outra fábrica a fim de evitar quaisquer contatos e articulações grevistas. A repulsa que tal atuação das forças policiais teria gerado nos trabalhadores é destacada pela *Voz do Trabalhador*, segundo a qual os operários da Confiança se reuniram após a pausa pro café, às 13h, e deliberaram coletivamente que só voltariam ao trabalho se os policiais fossem retirados – o que teria sido aceito pela gerência. A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 5, 22/11/1908, p. 2.

reivindicações não foram atendidas pela direção da fábrica, que reforçava assim sua “profissão de escravocratas”. De acordo com o noticiado pelos grandes jornais, o cotidiano de trabalho aos poucos é retomado nos dias seguintes, mantendo-se apenas um pequeno grupo em greve. Segundo *A Voz* a volta do trabalho teria se dado apenas em 1º de dezembro, sem que nenhuma alteração tenha se mostrado na posição da direção da fábrica. Até onde conseguimos apurar, o inquérito policial aberto para a investigação dos danos patrimoniais é concluído sem que fosse possível apontar nominalmente os seus atores.

O que ganha maior destaque nas avaliações dos anarquistas que são feitas imediatamente após a greve é o expediente utilizado pelos trabalhadores no momento do levante. A novidade representada pela sabotagem é o que faria daquela aparente derrota uma preparação para a vitória. Nas suas palavras, a greve não foi um “desastre”, em primeiro lugar, porque se o “pedacinho de pão” não foi conquistado de imediato, ele seria concedido na “primeira oportunidade em que os patrões possam dar-se ao luxo de outorgá-lo sem pressão aparente, *por iniciativa própria*”³⁸². Ademais, destacam a diferença da greve com sabotagem empreendida pelos operários da Cruzeiro em relação às simples paralizações, especialmente em contextos de abundância de força de trabalho disponível.

Até agora os capitalistas tinham se habituado as greves, não as temiam enquanto elas fossem o simples abandono do trabalho. Os capitalistas em geral podem resistir mais do que os trabalhadores. Ultimamente a solução era mais fácil: a grande abundância de braços permitia substituir imediatamente os grevistas.

Mas quando os operários, em vez de cruzarem-se de braços assumiram outra atitude, quando pensaram que antes de abandonar o trabalho deviam destruir os maquinismos e todos os instrumentos de trabalho, quando pensaram em inutilizar o que representa o capital burguês, as coisas mudaram de aspecto. Os operários adquirem-se com a maior facilidade e por qualquer preço, mas as máquinas não se podem adquirir da mesma maneira. Custam grandes quantias, das quais não se pode dispor em todos os momentos...

Eis porque dissemos que a greve da fábrica Cruzeiro não foi uma derrota mas uma vitória, porque nela se praticou um método de luta ao qual está reservado um importante papel nas nossas contendas contra o capital.³⁸³

Apesar do discurso otimista, o principal efeito imediato da greve foi reforçar a vigilância policial sobre as atividades dos têxteis. O próprio jornal da COB denuncia que mesmo após a retomada do trabalho a força policial se manteve no interior da fábrica, dando cobertura às “tirantias” do gerente Soutton, e que os operários são chamados para interrogatórios no escritório da empresa, onde são tratados como criminosos pelos policiais e, caso declarem pertencer ao sindicato, seriam demitidos³⁸⁴.

³⁸² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 8, 13/01/1909, p. 1, grifos no original.

³⁸³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 8, 13/01/1909, p. 1.

³⁸⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 8, 13/01/1909, p. 1.

Esse agravamento da vigilância e repressão policial seria visto com toda força quatro meses depois, quando estoura a greve na fábrica Confiança, no bairro vizinho de Vila Isabel. Na realidade, enquanto os jornais de grande circulação classificam o caso como “greve”, o jornal da COB trata como um “*lock-out*”. No dia 16 de março de 1909 uma comissão de trabalhadores da fábrica visita as redações de diversos jornais diários da capital para apresentar suas reclamações contra o mestre da seção de teares, chamado Filipe de Moraes, de cujos maus tratos e perseguições os trabalhadores estavam fartos, pedindo a demissão do mesmo e dispostos a entrar em greve para alcançar tal reivindicação. Segundo *A Voz do Trabalhador*, a diretoria da fábrica recebe a comissão e fica de dar a resposta no dia seguinte, pois estaria “temendo alguma represália por parte dos trabalhadores que estavam ao lado dos seus teares à espera da decisão”. No dia 17, portanto, a diretoria anuncia, com a fábrica “cheia de polícias e diante das autoridades”, que não cederia às exigências dos operários. A noite do mesmo dia os operários da fábrica teriam se reunido na sucursal do sindicato dos têxteis em Vila Isabel e resolvido “não voltar ao trabalho caso a força se conservasse na fábrica”³⁸⁵.

Entre os principais diários da capital, o *Correio da Manhã* é que o mantém a cobertura mais próxima, detalhada e simpática aos trabalhadores – chegando a ser acusada de insuflar a paralisação e tomar partido pelos grevistas. De acordo com o jornal, na manhã do dia 18 de março, os trabalhadores atenderam ao apito da fábrica, mas, ao chegarem na entrada, não teriam assumido seus postos por ver que nenhum dos seus pedidos havia sido atendidos. Assim, a diretoria manda fechar a fábrica e pendura um aviso repudiando a ação dos “perturbadores” da comissão que estariam “impondo” a demissão do contramestre. Além disso, anuncia a demissão de 32 operários, entre eles todos os membros da comissão. A fábrica permanece fechada entre 18 e 22 de março e a atenção se volta para o que ocorre nos seus arredores, a partir do confronto entre as forças policiais e os grevistas.

Resumidamente, tanto o *Correio da Manhã* quanto *A Voz do Trabalhador* noticiam uma série de arbitrariedades e violências cometidas pelas forças policiais contra os trabalhadores da fábrica, dispersando quaisquer aglomerações ou grupos de conversa, assaltando casas de operários e, especialmente, proibindo, dispersando e prendendo os operários presentes nas reuniões realizadas na sucursal do sindicato. Quando a fábrica reabre, os operários que ousaram ficar ao portão convencendo os companheiros a não voltarem ao trabalho são imediatamente presos e encarcerados. Nesse caso a FORJ aceita os serviços do advogado Caio Monteiro de Barros, que os teria prestado “desinteressadamente”. As situações

³⁸⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 9, 17/04/1909, p. 2.

repetem-se e se agravam dos dias seguintes, tendo sido inclusive preso um repórter do *Correio da Manhã* enquanto entrava, com mais dois operários, no prédio da sucursal do sindicato.

Comissões de operários grevistas voltam às redações dos principais jornais diários da cidade denunciando as violências policiais sofridas. Começam, então, a aparecer notas críticas a atuação do delegado do 16º distrito, o sr. Eulálio Monteiro, que não só comandava as arbitrariedades policiais, como ainda desobedecia as decisões judiciais favoráveis ao *habeas-corpus* dos operários presos – pedidos impetrados pelo advogado a serviço da FORJ. Em contraste com a cobertura da greve na fábrica Cruzeiro, no caso da Confiança os jornais ressaltam a atitude ordeira e pacífica dos operários, desde o primeiro momento, o que agravaria ainda mais a repressão sofrida. O *Correio da Manhã* critica explicitamente o fechamento da sucursal do sindicato, alegando que a liberdade de organização sindical está prevista nas leis do país³⁸⁶. Os jornais também relatam que a comissão de grevistas foi até o ministro do Interior do governo Afonso Pena, o Dr. Tavares Lyra, para se queixar dos abusos policiais, tendo recebido como resposta que eles fossem até o chefe de polícia para resolver tais assuntos – o que obviamente não resultou em grandes alterações do comportamento policial.

Curiosamente, não encontramos nos jornais de grande circulação uma informação que ganha destaque no primeiro número de *A Voz do Trabalhador* publicado após os acontecimentos³⁸⁷. Segundo o jornal da COB, as perseguições policiais se agravam depois que um guarda civil “muito valente” destacado para conter os insubmissos, chegando a esbofetear os grevistas que se punham na frente da fábrica, foi assassinado a tiros de revólver enquanto contava as suas “façanhas” para seus colegas em um restaurante da região. O grupo que teria entrado armado e disparado consegue escapar enquanto o pânico teria tomado conta dos colegas do guarda-civil, conhecido como Juvenal. É na sequência desse fato que teriam se agravado as invasões policiais aos domicílios dos operários.

Amor com amor se paga. Tal devia ser a lógica. Mas assim não entendeu a polícia. Muitas casas foram invadidas e muitos operários presos. Soltos hoje, presos de novo amanhã. E assim continua a polícia perseguindo todo operário que mora em Vila Isabel e que cheira a grevista. No seu afã de perseguir, chega a polícia até a inventar

³⁸⁶ “Além de que, os operários reuniram-se a sombra de um direito constitucional, pacificamente, para tratarem de assuntos de sua classe, e a polícia impedindo essa reunião, violou, mais uma vez, a Constituição da República, atentou contra os direitos sacratíssimos do povo, continuou sua missão de serventúria infeliz dos poderosos contra os humildes, dos fortes e opulentos contra os fracos e pobres!”. CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 25/03/1909, p. 2.

³⁸⁷ Nesse período a publicação sofreu com grande intermitência, saindo sem a regularidade desejada pelos seus editores, que reclamam veementemente da falta de apoio das associações de classe do país para com o jornal.

cartas assinadas – Sindicato, - onde se ameaça de morte os outros colegas do Juvenal. Até quando?³⁸⁸

O jornal da COB só traz tais fatos a público em meados de abril, quando a greve já tinha terminado há semanas, e não havia risco de prejudicar a reputação dos grevistas. Ela evidencia que, pelo menos no discurso dos militantes libertários, esse tipo de autodefesa armada, como veremos mais ainda a frente, era defendido como um recurso indispensável para o sucesso das lutas operárias. Até porque as perseguições e o achaque dos policiais aos operários do bairro teria se mantido pelos meses posteriores, como denuncia uma nota da edição de maio do mesmo periódico.

Nesse sentido, vale notar que *A Voz do Trabalhador*, tanto no caso da fábrica Cruzeiro quanto da Confiança, destaca como fator prejudicial à combatividade dos grevistas a grande presença de mulheres e crianças entre os funcionários das fábricas de tecido. Esse posicionamento é consonante à tendência predominante no movimento operário da época, em tomar a força de trabalho feminina e infantil nas fábricas como um elemento que rebaixava o valor da remuneração e abria uma concorrência “desleal” com os operários do sexo masculino (RAGO, 1985). *A Voz do Trabalhador* indica, por exemplo, que a maior presença das mulheres e crianças seria explicativa da liberdade que os mestres e contramestres gozavam para cometer seus abusos sem maiores consequências. Sobre os conflitos despertados pela greve, o jornal diferencia assim as atitudes de homens e mulheres perante a perseguição policial: “as perseguições da polícia tinham afugentado muitos companheiros, na sua maioria mulheres, que, pela primeira vez viam-se em luta aberta contra os esbirros policiais. Muitas porém, voltavam com lágrimas nos olhos. Outros não se submeteram e preferiram ficar sem trabalho”³⁸⁹. A associação entre as mulheres e maior emotividade (“lágrimas nos olhos”) e fragilidade são típicas das visões de gênero predominantes a época, e ajudam a entender, no contraste que apresentam com a atitude masculina de enfrentar de armas na mão o algoz, a pertinência da noção de “sindicalismo viril” trabalhada por Shor (1999).

De todo jeito, no dia 25 de março a maior parte dos cerca de 1500 funcionários já estavam de volta ao serviço, sem que nenhuma reivindicação houvesse sido atendida pela empresa. O *Correio da Manhã* anuncia a “vitória da fome” que obrigou os trabalhadores e trabalhadoras a voltarem ao serviço mesmo sem terem alcançado seus propósitos. Além da derrota das reivindicações, os textos de avaliação ressaltam sobretudo o impacto do fechamento da sucursal do sindicato na localidade. Ainda que tenha havido uma campanha,

³⁸⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 9, 17/04/1909, p. 2.

³⁸⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 9, 17/04/1909, p. 2.

coordenada pela FORJ, de apoio moral e material aos grevistas, o movimento não se alastrou no formato de greves de solidariedade e nem se chegou a constituir uma pauta de reivindicações mais ambiciosa.

O dano causado pelas forças policiais parecia, portanto, superar os avanços esperados da mobilização grevista dos operários têxteis da cidade. Os recursos acionados pelos grevistas ao longo do processo – denunciar e contatar os jornais e autoridades governamentais – não trouxeram mudanças no parâmetro da atuação policial. A avaliação dos anarquistas, porém, lembrando que os trabalhadores não podem contar com nada além da sua própria organização e que os atos de repressão são esperados e condizentes com a organização social atual, reflete mais sobre os dilemas que se mostravam na sua própria prática. Destaca-se especialmente a relação entre ação e organização sindical, cujas temporalidades distintas se mostravam como problemáticas.

Um texto extremamente valioso, no caso das greves dos têxteis, é o relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos enviado ao 2º Congresso Operário de 1913. Em primeiro lugar, porque revela que a decisão dos operários da fábrica Confiança de levar suas reclamações contra o mestre Filipe de Moraes aos jornais e a direção da empresa teria sido motivada pelo fato dele ter demitido um operário que estaria fazendo a “cobrança do Sindicato” nas dependências da fábrica³⁹⁰. Reforçando assim que, sobretudo no caso da Confiança, tratou-se de um conflito onde estava em jogo desde o princípio a possibilidade de manutenção da organização sindical dos têxteis.

Mas o texto do relatório é mais amplo e, fazendo um histórico das associações de resistência da categoria, apresenta uma avaliação comum para as três greves principais protagonizadas pelos têxteis do Rio de Janeiro na década anterior. Essa avaliação comum é tão mais significativa porque, ainda que os resultados das greves tenham sido desfavoráveis no plano das reivindicações, a greve de 1903 se alastrou num movimento de greve de massas, enquanto as outras duas foram agitações circunscritas à uma fábrica apenas. Comentando sobre greve de 1903, o texto do relatório argumenta que o seu

[...] fracasso foi atribuído a causas diversas, sendo a nosso ver a principal a precipitação dos operários em declarar a greve, pois tendo a Federação poucos meses de existência, os seus associados não podiam estar devidamente orientados para uma ação tão repentina. Mas os camaradas que se achavam a frente da associação julgavam que, só pelo fato de serem associados, estavam os operários já senhores do necessário espírito de solidariedade e de ação. Isto, aliás, se explica pela pouca experiência desses mesmos camaradas, coisa que também se compreende visto não ter havido nenhum movimento sério anterior que os traqueasse; mas o que

³⁹⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 60, 05/08/1914, p. 3.

não se compreende é que, depois daquela lição, os operários continuem a cair nas mesmas faltas, como demonstraremos mais adiante³⁹¹.

Ou seja, ainda que o relatório – provavelmente elaborado por Pedro Vila e Albino Moreira, delegados do Sindicato no 2º Congresso – também inclua, em outro momento, a atuação de “políticos” estranhos a categoria entre os fatores que levaram ao fracasso da greve, ele dá destaque à “precipitação” na deflagração do movimento paredista. Além disso, o argumento da inexperiência também era frequente nos textos sobre as greves de 1908 e 1909. Sobre elas, como anunciado, recai basicamente a mesma avaliação. Segundo os autores do relatório, a greve na fábrica Cruzeiro (Andaraí), tinha sofrido do mesmo erro já que

[...] sem estarem ainda solidamente organizados os operários das outras fábricas, foi precipitadamente declarada greve no dia 18 de novembro de 1908 na fábrica de Andaraí (Cruzeiro), na qual se pôs em prática a sabotagem, destruindo-se grande parte de máquinas, sendo os prejuízos, segundo os jornais da época, avaliados em 30 contos.³⁹²

A avaliação projeta, assim, que a organização sindical e sua consolidação entre os trabalhadores deveria ser feita antes da eclosão das lutas travadas na ação direta, já que somente com esse trabalho prévio as explosões de revolta poderiam dar resultados positivos. Os autores do relatório se antecipam às objeções imaginárias daqueles que apontariam aí uma contradição com o trabalho de agitação e propaganda tão central na prática dos libertários:

O que é necessário é construir uma organização sólida. Depois de bem orientados, veremos como devemos agir. Os companheiros dirão, naturalmente, que não podem esperar por muito tempo. Mas quem esperou desde que nasceu até agora, pode bem esperar mais um ou dois anos. Vale mais esperar este tempo, para vencer, do que não esperar e ser derrotado ao primeiro encontro.³⁹³

É claro que há ironia na resposta à objeção antecipada, ironia carregada de um sentido depreciativo tão frequente no discurso militante, mas ela deve servir para evidenciar a tensão entre a apologia da ação direta, da iniciativa de luta, da insubmissão que não deve pedir autorização para ninguém, e o reconhecimento da necessidade um trabalho de longo prazo, de auto-organização que deveria (idealmente) preceder tal iniciativa de combate. Assim, podemos problematizar a ideia, apresentada no trabalho de Jacy Alves, de que uma característica central da militância anarquista orientada pela estratégia do sindicalismo revolucionário teria sido o “primado da ação sobre a organização” (1992, p. 176). Entendendo por “organização” sobretudo a organização político-partidária, a autora chama atenção para a diferença que, nesse contexto, marcou a proposta do sindicalismo revolucionário: constituir um campo político no qual a participação dos trabalhadores deve ser exercida de modo

³⁹¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 59, 20/07/1914, p. 3.

³⁹² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 59, 20/07/1914, p. 3.

³⁹³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 60, 05/08/1914, p. 3.

radicalmente independente para que possa se encorpar pouco a pouco. Porém, se tomarmos a ideia de “auto-organização” como válida para o trabalho sindical realizada pelos militantes libertários, o que o relatório nos aponta é que seria difícil afirmar o “primado da ação”, mas sim uma oscilação entre os dois pólos (ação e organização) constituindo o próprio núcleo da proposta anarquista. Ou seja, a tensão entre ação e auto-organização se mantém. E isso fica ainda mais evidente quando os libertários afirmavam que a ação “espontânea”, como poderíamos chamar o caso das duas greves “precipitadas” pela revolta ligada ao cotidiano operário nas fábricas, só teria real valor se sustentada em uma consciência política mais forte, construída no lento trabalho de auto-organização. Assim é que, juntando os pontos, podemos interpretar a seguinte passagem daquele relatório, comentando sobre a frustração das greves parciais de 1908 e 1909.

Se, entretanto, os companheiros do Sindicato fossem um pouco mais sindicalistas, quer dizer, se os camaradas tivessem um pouco mais de consciência dos seus direitos, ganhariam infalivelmente, porque as máquinas sem o braço do operário nada produzem e os patrões não as têm para ficarem inativas. Mas os camaradas julgam que o dar mil réis mensais para o Sindicato basta para vencer greves. É exatamente por isso que se perdem todas elas. É que, para que elas sejam vitoriosas, é preciso que cada operário por si mesmo seja soldado e general ao mesmo tempo; é preciso que, quando se declarem em greve, saibam todos como se hão de conduzir, dispensando os comandantes; é preciso que, quando forem presos os companheiros mais influentes, eles continuem a lutar com a mesma coragem até vencer. Enquanto assim não for, será tempo perdido. É fazer agora para desmanchar logo depois, com prejuízo para nós todos e para a propaganda dos nossos ideais. É de esperar, portanto, que desta vez os companheiros das fábricas não queiram mais fazer experiências, pois que de experiências estamos fartos.³⁹⁴

Um dos aspectos que ressalta dessa avaliação era a dureza com que a militância anarquista precisava tratar as “fraquezas” do próprio movimento, já que a repressão não era nem um pouco surpreendente e, mais do que isso, de nada adiantaria bradar aos seus carrascos que atuassem com maior parcimônia. O “respeito” (ou seja, a atenuação do arbítrio e da violência contra os trabalhadores revoltados) só poderia ser conquistado pela atuação ainda mais firme e consciente dos operários unidos enquanto coletividade, irreduzíveis nas suas reivindicações mesmo quando as lideranças – que nesse aspecto se configuravam como um problema – fossem presas e apartadas do grupo. Vemos aqui, no que diz respeito ao problema da repressão policial, o significado da ideia de que apenas a auto-organização proletária poderia transformar sua própria realidade. Além disso, evidencia-se um ideal de que as fronteiras da militância (ou seja, dos “conscientes”) se sobreponham aos da classe como um todo, já que uma relação apenas formal com o sindicato (o mero cumprimento das obrigações

³⁹⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 60, 05/08/1914, p. 3.

estatutárias pelos sindicalizados, como a contribuição mensal) não seria suficiente para sustentar o conflito e alcançar a vitória.

Esse ponto, por sua vez, permite relativizar a noção, defendida por Pinheiro e Hall (1979, p. 72), de que a “teoria sindicalista revolucionária” encarava como um “fato positivo” a existência de um sindicalismo das minorias militantes. De fato, o texto comentado pelos autores, publicado no periódico paulista *A Luta Proletária* em 1908, criticava a ideia de que a força de um sindicato seria sempre reflexo da quantidade de sindicalizados, posto que de nada adianta um sindicato que seja “um amálgama de indivíduos sem consciência”. Porém, não chega exatamente a positivar a situação de esvaziamento em que se encontravam muitos sindicatos, apostando apenas que não seria necessário *esperar* a seu fortalecimento quantitativo para que eles pudessem dar frutos positivos, na medida em que mesmo minoritário ele seria um “centro de ação capaz de iniciar sérios movimentos de rebeldia, aos quais a grande massa dos indiferentes não deixará de dar o seu apoio valioso porque incitada pelo entusiasmo ou por ser convencida dos benefícios que estes movimentos lhe poderão trazer” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 73).

Tendo em vista o papel central da repressão policial no curso das mobilizações grevistas dos têxteis no Rio de Janeiro, e levando em consideração a avaliação feita pelos delegados do sindicato para o 2º Congresso Operário de 1913, compreende-se o aspecto negativo, os limites desse sindicalismo de “minorias militantes”, destacado na análise que o jornal da COB faz dos eventos de março de 1909 no seu número de maio, portanto dois meses após a greve. Amargando os efeitos contrários produzidos pela mobilização grevista, justamente por conta da inexistência de um grupo “consciente” mais amplo, o jornal anuncia que

Cumpriram-se em parte os desejos da diretoria da fábrica Confiança. Ela queria aumentar as horas de trabalho, fazendo serão e obrigando a comparecer ao serviço nos domingos. Mas isso não podia consegui-lo enquanto na fábrica permanecesse um grupo de operários conscientes e dignos, que animavam os fracos e as mulheres a não consentir que se estabelecesse o trabalho noturno e aos domingos. Mas veio a greve, provocada pela diretoria de acordo com a polícia, e devido à pouca firmeza e energia da maioria dos operários a diretoria eliminou o elemento que ela julgava pernicioso, ficando-lhe assim o campo livre para exercer a seu gosto a mais iníqua das explorações.³⁹⁵

Ou seja, a ação dos trabalhadores foi incapaz de reverter a tendência ao aumento da jornada de trabalho. O peso decisivo da repressão policial sobre o trabalho de organização sindical se evidencia, no texto do relatório, quando os autores comentam que, com o fechamento da sucursal de Vila Isabel em 1909 e da sucursal de Sapopemba (atual Deodoro),

³⁹⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 11, 17/05/1909, p. 3.

o sindicato dos têxteis praticamente desaparece até 1913, quando é reorganizado com vistas a realização do 2º Congresso. Aliás, segundo o relatório o caso de Sapopemba repete de forma quase idêntica o procedimento da Confiança: após uma comissão pedir a demissão de um contramestre, a fábrica promete dar a resposta no dia seguinte, mas, com auxílio das forças policiais, invade as casas dos operários de madrugada, “prendendo grande número deles e obrigando-os logo depois a retirar-se da localidade”³⁹⁶.

Como mostram os trabalhos reunidos por Marcelo Badaró Mattos (2004), a violenta repressão estatal ao movimento operário constitui um padrão que pode facilmente ser encontrado em outras mobilizações grevistas do período, como a dos operários gasistas da Light em 1909. Buscaremos reconstituir mais resumidamente os fatos ocorridos nesse setor para mostrar que, mesmo no caso de uma categoria do setor de serviços, cuja paralização afetava a cidade como um todo, podemos encontrar na avaliação da greve feita pelos anarquistas aquela tensão entre o primado da ação e da organização que encontramos na avaliação do movimento dos têxteis.

Os operários gasistas realizam duas greves entre 1908 e 1909. A primeira, em abril de 1908, dá ensejo a organização da União dos Operários do Gás, que começa a funcionar em junho/julho. Como o jornal da COB só começaria a ser publicado em julho, reconstituímos os fatos a partir da cobertura feita pelo *Correio da Manhã*³⁹⁷. A greve foi motivada pela decisão da Light de aumentar a carga de trabalho na usina do gasômetro, onde os operários trabalhavam a jornal, ou seja, por tarefa, devendo cumprir a meta diária. A empresa aumentaria a carga de carvão que cada operário deveria dar conta em uma hora de trabalho de 90 kg, pela tabela vigente, para 145 kg, aumentando em troca em apenas um nono a remuneração diária. Os operários se recusam a tal intensificação do processo de trabalho, argumentando a impossibilidade física de dar conta de tal carga, e percorrem as redações dos jornais, gabinetes do chefe de polícia e de outras autoridades para denunciar o que vinha ocorrendo. No dia 10 de abril a noite, não tendo a recusa dos operários nenhum efeito sobre a decisão da empresa, os operários do gasômetro paralisam as suas atividades, não sem antes entupir as retortas com terra e pixe, dificultando a retomada do abastecimento de gás durante o período da greve.

O movimento paredista dura até o dia 14 de abril, com os operários voltando ao trabalho no dia 15. Durante cinco noites a capital federal só não fica completamente às escuras porque a empresa recebe foguistas da Marinha e praças do Corpo de Bombeiros, além

³⁹⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 60, 05/08/1914, p. 3.

³⁹⁷ As informações que seguem foram retiradas das edições entre 25/03/1908 à 17/04/1908 do referido jornal.

de recrutar operários as pressas para substituir os grevistas. Medida, aliás, criticada tanto pelo *Correio da Manhã* quanto pela FORJ, já que a Light era uma companhia privada que deveria obedecer às regras da concessão pública. De todo jeito, sobretudo fora do centro e nos bairros mais afastados, a cidade fica as escuras. Como era de se esperar, a greve dos gasistas gera grande impacto e motiva intensa articulação entre ministros e inspetores do governo, as autoridades policiais e os representantes da empresa. Os trabalhadores são representados pelo advogado Oscar Rocha Cardoso, que fica responsável por toda a negociação com os representantes da empresa e as autoridades. Depois de alguns dias de negociações frustradas, o advogado Evaristo de Moraes também chega a atuar brevemente na mediação do conflito.

Em reuniões na sede da FORJ e da Sociedade Luz do Povo, os grevistas apresentam uma pauta de reivindicações que inclui a redução da carga a 90kg, aumento da remuneração diária e extensão do tempo de almoço (de 30 min para 1 hora). Após quatro dias de greve, aceitam retomar os trabalhos tendo alcançado parcialmente suas reivindicações, excluindo o aumento na remuneração que ficou de ser “estudado” pela empresa. Inclusive conseguem promessa de pagamento dos dias parados, em uma negociação que envolveu diretamente o chefe de polícia Alfredo Pinto.

O *Correio da Manhã* assume posição favorável aos grevistas, argumentando que a paralização não foi devida a nenhuma exigência dos operários, mas a simples impossibilidade de dar conta do aumento de carga desejado pela empresa. A Light, como prestadora de diversos serviços essenciais para o cotidiano da cidade, vinha sendo alvo de críticas do jornal há bastante tempo. Mas o apoio declarado do jornal é condicionado à manutenção da atitude pacífica e ordeira dos grevistas. Ao final de quatro dias de paralização, registraram-se apenas alguns confrontos físicos entre grevistas e fura-greves nos arredores do gasômetro, que levaram a prisão de alguns trabalhadores – cuja soltura estava entre as reivindicações para a retomada imediata do trabalho.

A greve termina com saldo positivo e dá ânimo à fundação da União dos Operários do Gás, após algumas reuniões de propaganda. Segundo o jornal da COB, no início de julho de 1908 os estatutos do sindicato já haviam sido aprovados em assembleia. Vale dizer que se tratava de um sindicato de empresa e não um sindicato de ofício, já que existiam sindicatos de foguistas e de trabalhadores de carvão e mineral, aparentemente distantes da mobilização na Light. Ao longo dos meses seguintes, a organização sindical dos gasistas repercute na vida política da cidade, volta e meia circulando boatos de que uma nova greve estaria em preparação. Utilizando essa capacidade de pressão, conseguem assinar dois acordos com a empresa, em 1º de junho e 13 de novembro, referentes às cargas e jornadas de trabalho.

Assim, protela-se a eclosão de um novo movimento paredista, que só voltaria a se efetivar em junho de 1909.

A greve de junho de 1909 foi motivada, em primeiro lugar, pela perseguição da empresa aos operários sindicalizados mais ativos³⁹⁸. A União dos Operários do Gás recebe carta de um sócio denunciando as péssimas condições de higiene, saúde e trabalho dos empregados nas instalações da Light em Ribeirão das Lajes (região de Piraí, estado do Rio de Janeiro). Uma comissão do sindicato se forma e percorre a longa distância de trem e a pé, mas é impedida de entrar nas dependências da empresa. O sócio que escrevera a primeira carta de denúncia, acometido pela febre, é demitido junto com mais dois operários da localidade. A partir daí a União inicia a movimentação para a deflagração da greve, o que ocorre em 23 de junho. Novamente os operários entopem as retortas para inviabilizar a produção antes de abandonarem seus postos. A greve dura uma semana, até 30 de junho, mas a cidade fica totalmente as escuras apenas nos primeiros dias, conseguindo a Light retomar parcialmente o fornecimento de gás através da contratação em massa de operários para substituir os grevistas.

Desde o início da greve, a União comunica aos jornais que, além da readmissão dos três companheiros de Ribeirão das Lajes, o que motiva o movimento é a atuação da empresa no sentido de inviabilizar a organização sindical dos seus empregados³⁹⁹. Ao longo da semana, os grevistas também formulam a reivindicação de redução da jornada de trabalho de 12 para 8 horas, o que já teria sido prometido no acordo assinado no ano anterior entre o sindicato e a companhia. A Light responde negando qualquer perseguição aos associados do sindicato, e afirma que não tolera apenas a ação de “perturbadores”. A empresa chega a ceder quanto a readmissão dos demitidos, mas ainda assim não chega a um acordo com os trabalhadores quanto aos termos da readmissão. Com o passar dos dias, sem avanço nas negociações, os grevistas vão ficando isolados e a empresa anuncia que os mesmos não seriam mais readmitidos.

A grande visibilidade da greve na Light, dados os impactos que produz no cotidiano da cidade, se por um lado aumenta o poder de barganha dos operários, por outro corre o risco

³⁹⁸ As informações abaixo foram retiradas das edições do Correio da Manhã entre 23/06/1909 e 03/07/1909, bem como do jornal Gazeta de Notícias entre 17/06/1909 a 02/07/1909.

³⁹⁹ Em ofício à Light enviado aos jornais, os grevistas afirmam: “sendo notório que nas diversas usinas existem determinações severas a respeito de impedir que qualquer empregado se associe à União dos Operários do Gás, sendo ameaçados de expulsão os que a ela pertencem, e sendo o nosso desejo chegar a uma conciliação amigável e evitar qualquer desinteligência entre os patrões, acederíamos às propostas que ora nos foram feitas pelo sr. Huntress, superintendente, tão somente pedindo que legalmente seja endereçada aos chefes dos departamentos de energia uma declaração vossa em que seja imposto a esses chefes não coagir qualquer empregado das suas seções de associar-se à União dos Operários do Gás e não ameaçar ou perseguir como o tem feito aos que a ela pertencem.” CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 23/06/1909, p. 2.

de ver mobilizada contra si uma gama ainda maior de poderes. Foi o que ocorreu na greve de 1909, com a imprensa condenando unanimemente o movimento como de uma “intransigência”, “teimosia”, “capricho” absurdos, indiferentes aos prejuízos que causavam a população. O *Correio da Manhã*, que logo no início da greve lembra seu histórico de apoio aos operários para legitimar seu juízo negativo sobre o movimento de então, chega mesmo a dizer que a atuação da força policial foi por demais benevolente com as violências cometidas pelos grevistas contra os fura-greves. Pelas páginas dos jornais, os advogados Evaristo de Moraes e Oscar Cardoso (que até o ano anterior prestara seus serviços aos gasistas) também fazem chegar a público seu repúdio ao movimento, tomando-o por inoportuno e abusivo.

Ao longo da greve, a União dos Operários do Gás mantém relações tanto com a FORJ – que lança boletim convocando o apoio moral e material de outras categorias – quanto com os amarelos. Com a FORJ convoca para meeting no Largo de São Francisco em 28 de junho, não realizado por proibição policial. Já com o sindicalismo amarelo, representado pelas associações mais próximas ao Partido Operário Socialista, mantém contatos visando mediar as relações com os patrões. Enquanto a FORJ tenta angariar mais apoio e sustenta que os trabalhadores não devem voltar ao trabalho, as associações ligadas aos socialistas buscam acordos que permitam o fim da greve. A mediação dos moderados, porém, não dá resultados, e o sindicato dos gasistas dá repetidas declarações de que os grevistas estariam dispostos a ficar dois meses paralisados, utilizando a verba do fundo de resistência para se manterem.

Ao fim de uma semana, a situação se revela insustentável, com parcelas crescentes dos operários se apresentando de volta ao trabalho. Segundo as estimativas do *Correio da Manhã*, setecentos operários não teriam sido readmitidos. Dentre eles, obviamente, estavam os cinco “cabeças” do movimento na visão da imprensa. O principal deles é Antonio Cerdeira, escolhido presidente da União dos Operários do Gás no ano anterior, que acaba preso no dia 29 de junho. Desde o início da greve ele é apontado pelos jornais como o “mentor” do movimento, sendo descrito pelo *Correio da Manhã* como “um estrangeiro, que, sem amor por esta terra e pelos trabalhadores que nela vivem, entendeu de empreender uma obra de ódio e de perturbação”⁴⁰⁰, para quem seria merecida a deportação do país.

Nos textos publicados no número de julho de 1909 de *A Voz do Trabalhador*, Cerdeira não é exatamente nomeado como um dos companheiros da FORJ, mas elogiado como um dos gasistas “melhor orientado”. Provavelmente, ele não fazia parte do núcleo de militância sindical dos libertários articulados na Federação, mas a avaliação que o jornal faz da greve

⁴⁰⁰ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 24/06/1909, p. 1.

permite captar não só o apoio à estratégia de luta dos grevistas, mas também a explicação sobre as razões do seu fracasso. É justamente aí que podemos perceber a semelhança com as avaliações dos movimentos dos têxteis.

O principal texto de avaliação do movimento dos gasistas é assinado por Manuel Moscoso, um dos mais antigos e ativos militantes anarquistas no movimento operário da cidade. Sua avaliação está dividida em dois níveis. No que diz respeito ao aspecto mais contingente da definição dos rumos do movimento, o autor coloca a culpa da derrota nos

manejos do advogado Oscar da Rocha Cardoso, que se vendeu à Light, subornando quatro grevistas que, por sua vez, arrastaram número suficiente entre os seus companheiros para que a traição, planejada logo depois do segundo dia de greve, desse o resultado que a Light esperava: a submissão dos grevistas, causada pela cisão introduzida entre eles pelos seus agentes. Não se desse esse fato e a vitória teria sido dos grevistas, porque a Light não tinha elementos para resistir por mais tempo.⁴⁰¹

Tal explicação era recorrente, nas páginas da imprensa libertária, para explicar o fracasso de movimentos comandados por direções “amarelas” e “socialistas”. Porém, como vimos, os esforços de negociação do ex-advogado do sindicato foram frustrados, se mantendo os grevistas irredutíveis nas suas reivindicações. Talvez por isso, na maior parte do texto Moscoso desenvolve um outro raciocínio para explicar o fracasso do movimento, onde entra em jogo justamente aquela diferença de temporalidades envolvidas na ação direta e no trabalho de auto-organização dos trabalhadores. Argumentando que encarava a questão do “ponto de vista duma doutrina já formada, produto de estudos de gerações inteiras, baseados e experimentados nas lições dos fatos”, o autor dá o seu juízo implacável sobre os erros do movimento – que segundo o próprio já vinham sendo apontados antes e durante o processo.

Começaremos por constatar o fato de que os operários do gás não estavam preparados para a greve. Faltava-lhes a instrução e a consciência necessárias para formar-se um critério próprio sobre os acontecimentos e tomar firmes resoluções, filhas do raciocínio individual e consciente e não das últimas impressões recebidas do exterior. Eles estavam associados, exceção feita duma pequena minoria, não com o fim de seguir uma doutrina e de lutar pela transformação da sociedade, mas porque julgavam que com a associação lucrariam. E não podia ser de outra maneira. A União dos Operários do Gás era forte, não pela consciência dos seus associados, mas pelo prestígio das greves anteriores ganhas. Assim como a greve do ano passado deu prestígio e força à associação, a greve perdida deste ano a desmoralizou.⁴⁰²

Encontramos novamente a ideia de que a greve deveria ser precedida por um longo trabalho de consolidação de uma “consciência” político-doutrinária que fizesse dos operários revolucionários convictos. Essa diferença de temporalidade é explicitada mais a frente, quando o autor diz que “não era possível que em dois nem em três anos adquirissem aqueles

⁴⁰¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1909, p. 1.

⁴⁰² A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1909, p. 1.

operários, nas condições que vivem, os conhecimentos precisos para encarar a questão sob o seu verdadeiro ponto de vista”. Portanto, trabalho prévio que é aqui apresentado não apenas como a consolidação do sindicato na base da categoria, mas como um ganho cognitivo, o desenvolvimento de um juízo racional e autônomo, que não cedesse aos “impulsos recebidos do exterior”⁴⁰³. Esse um dos sentidos em que a prática da auto-organização assumia um sentido pedagógico, de transformação das “mentalidades”, como já indicamos.

Mas a passagem acima também carrega a contradição de apontar que os sócios do sindicato estariam associados apenas pelo benefício que esperavam receber – argumento normalmente utilizado para as associações mutualistas e beneficentes – ao mesmo tempo que reconheciam que a força do sindicato foi devida a greve – portanto, a resistência – bem sucedida do ano anterior. Levado às últimas consequências, tal raciocínio dá a entender que as vitórias alcançadas na luta sindical poderiam ser prejudiciais às próprias associações, mesmo que quando elas saíssem fortalecidas. E, de fato, logo à frente o autor afirma que “se os operários do gás, nas condições em que estavam, tivessem vencido esta greve, a sua derrota não estava longe por isso. Os intermediários teriam adquirido mais prestígio e influência no elemento ignorante, a maioria, e se agora não tivessem sido comprados pela Light o teriam sido mais tarde”⁴⁰⁴.

Mas, tendo uma visão tão negativa sobre o movimento dos gasistas, o autor busca esclarecer que isso não quer dizer que não tenha apoiado o movimento, que a seu ver teria eclodido de forma inexorável.

Quase sempre temos apenas um caminho a seguir, uma vez declarada uma greve. É aconselhar a resistência a todo transe, ir avante, embora tenhamos a certeza de ser arrastados na queda. Porque os fatos nos provam diariamente que nesta luta, verdadeira luta de classes os patrões não entram em acordo propriamente dito. Cedem à força, ou impõem condições. *Nos momentos de luta* só podemos cogitar de planos de resistência e de ataque. Retroceder ou aconselhar semelhante coisa, nunca. Se não estivermos dispostos a entrar em combate, faremos boa obra ficando calados. É *nos períodos de calma* que temos que realizar o trabalho de maior cuidado e que requer mais constância: preparar elementos que saibam onde vão, que tenham capacidade para evitar ou realizar os movimentos em ocasiões oportunas, que encaram a questão com um critério que provenha do raciocínio próprio, e sob o verdadeiro ponto de vista.⁴⁰⁵

Não importa aqui saber se a orientação de manter a greve a “todo transe” e não retroceder jamais veio diretamente dos próprios militantes anarquistas ou não. A passagem

⁴⁰³ É difícil não perceber aqui a familiaridade com as formulações da “psicologia das massas” então em voga através de autores como Le Bon e Gabriel Tarde. Infelizmente não teremos espaço para aprofundar essa relação, para a qual chamou atenção o trabalho de PEREIRA, 1999, que a meu ver tratou de forma unilateral tais relações.

⁴⁰⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1909, p. 1.

⁴⁰⁵ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 14, 08/07/1909, p. 1, grifos nossos.

acima condensa a tensão entre duas temporalidades distintas e conflitantes que se projetam na avaliação que os libertários fizeram de sua própria prática junto ao movimento operário. Se a resolução de não retroceder os arrasta conscientemente para a derrota, resta apenas a esperança (ou a certeza) de que somente através dela o movimento aprenderá as suas “lições”.

Tomando maior distância do texto, podemos concluir nossa análise do modo como as greves parciais do período foram pensadas pelos militantes anarquistas. Tendo em vista o peso da repressão policial e da perseguição dos patrões aos operários mais ativos (minoria), podemos apontar um dilema que pode ser vislumbrado no seguinte impasse. Apenas o trabalho de auto-organização anterior a deflagração das lutas pode torná-las vitoriosas, mas justamente esse trabalho é impedido pela perseguição aos operários mais ativos no interior da usina/fábrica, de modo que o movimento muitas vezes eclode contra as arbitrariedades e abusos cometidos nessa perseguição.

Nesse sentido, ação e auto-organização nem sempre se retroalimentavam positivamente. Se é verdade que muitas vezes os sindicatos de resistência foram criados, articulados ou rearticulados a partir de mobilizações e lutas “espontâneas”, por outro lado a ação também podia levar à dissolução das organizações, especialmente no contexto altamente repressivo, e tendo em vista as fragilidades das recentes associações. Esse segundo aspecto acredito que tem sido menos observado pela bibliografia dedicada ao tema, mas, como vimos no caso dos têxteis e dos gasistas, era um elemento profundamente revelador dos impasses e dilemas encontrados na prática dos libertários junto ao movimento operário. Como a repressão estatal não diminuiria nos anos seguintes, muito pelo contrário, esse impasse ganharia ainda mais relevância, como veremos mais à frente.

7.2 A campanha contra a carestia e as vilas operárias

O movimento contra a carestia da vida, lançado no início de 1913, foi uma campanha que reuniu diferentes correntes políticas atuantes no movimento operário do Rio de Janeiro, realizando uma série de manifestações, comícios e protestos no primeiro semestre daquele ano. Trata-se, portanto, de uma situação ímpar para analisarmos a articulação entre os libertários e outros grupos políticos, bem como as diferenças na condução do movimento que cada um deles buscou imprimir.

Desde o início do ano, a retomada da publicação de *A Voz do Trabalhador*, após três anos de inatividade, já trazia pequenos comentários sobre a urgência da questão da carestia da

vida, que é indicado como um dos temas de que deveria tratar o 2º Congresso Operário (que viria a ser realizado em setembro). Com o retorno do seu jornal, a COB voltava a ter uma existência mais efetiva, basicamente sustentada pelos militantes que já haviam reorganizado, em maio de 1912, a FORJ. A convocação e organização do 2º Congresso e as manifestações contra a carestia da vida ganham centralidade nas páginas da publicação ao longo do primeiro semestre. Já no número publicado em 1º de fevereiro, Rozendo dos Santos – então secretário geral da COB – denunciava “o crescente aumento no preço dos gêneros de maior consumo em todos os recantos do Brasil”, clamando pela formação de um “comitê de agitação” que possa alterar a revoltante situação⁴⁰⁶. No mesmo número a FORJ publica nota sobre o tema, em que promete lançar uma “série de comício públicos na cidade e nos arredores”, esperando apenas o término das festividades carnavalescas.

O problema do abastecimento de alimentos foi um dos fatores recorrentes da agitação política na capital durante toda a primeira metade do século XX. A cidade do Rio de Janeiro teria a sua situação agravada pela precariedade da produção hortifrutigranjeira no entorno da cidade, associada à inexistência de vias públicas ligando o Centro aos campos ainda existentes na zona suburbana. Com a maior parte da lavoura do estado do Rio de Janeiro voltada para o café e para a cana de açúcar, os pequenos produtores precisavam do serviço de “atravessadores” que exploravam o comércio alimentício. A maior parte dos alimentos vinha de estados vizinhos, como Minas Gerais, e eram transportadas de trem por firmas de fazendeiros-comerciantes que vão assumindo posição de destaque no comércio da capital. São essas empresas que serão atacadas veementemente na campanha contra a carestia, na medida em os *trusts* e monopólios que obtinham na distribuição dos gêneros de primeira necessidade permitia a especulação e a retenção dos estoques nos armazéns para forçar o processo inflacionário⁴⁰⁷.

A primeira reunião de articulação da campanha se efetivou no dia 20 de fevereiro de 1913, na sede do Centro Cosmopolita, associação na qual atuava o militante anarquista João da Costa Pimenta. Dela participaram 11 associações de classe e mais o jornal da COB. A principal liderança associada ao sindicalismo amarelo foi o advogado Caio Monteiro de Barros, responsável por presidir a mesa. Desde esse primeiro momento, o movimento já aparecia cindido em dois: de um lado, a liderança de Caio de Barros será consolidada no

⁴⁰⁶ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 24, 01/02/1913, p. 3.

⁴⁰⁷ Ver LINHARES, 1978; CRUZ, 1981; CARVALHO, 1992.

Comitê de Agitação contra a Carestia da Vida, do qual é escolhido presidente; de outro a FORJ e a COB, que manterão deliberações autônomas quanto a condução do movimento⁴⁰⁸.

O entendimento sobre as causas da carestia vivenciada pela população era, em grande parte, comum a ambas as correntes. O monopólio (ou açambarcamento) da venda de produtos básicos por *trusts* econômicos seria o principal responsável pelo aumento dos preços e a deterioração das condições de vida do povo. A política protecionista, criticada também por órgãos da grande imprensa, estaria favorecendo indevidamente os fornecedores e intermediadores responsáveis pela chegada dos alimentos até os mercados da cidade. No manifesto da COB que convocava para o “comício monstro” de 16 de março, as principais causas apontadas são, além dos baixos salários e da ganância de locatários e comerciantes, os

trusts e monopólios que batem o *record* do movimento industrial e comercial, cavando a ruína das classes populares, coagidas por todas as privações, porque a ganância voraz dos açambarcadores detem os gêneros de primordial necessidade trancados nas alfândegas, trapiches e armazéns, impondo aos consumidores pobres um custo exorbitante!!⁴⁰⁹

As reivindicações construídas a partir desse entendimento comum, entretanto, teriam diferenças importantes. O grupo liderado por Caio de Barros investe na proposta de aplicação do artigo 55 n^o VIII da Lei da Receita Federal (lei 2719 de 31 de dezembro de 1912 que orça a receita geral da República para o ano de 1913), que permitia a isenção de impostos de importação para produtos que estivessem monopolizados pelos *trusts*⁴¹⁰. Já a FORJ articula reivindicações de medidas econômicas que pudessem aliviar a situação da carestia com reivindicações de redução da jornada de trabalho e aumentos salariais: pedem a redução de 40% nas tarifas que pesam sobre os gêneros de primeira necessidade e o abatimento de 30% no valor dos aluguéis cobrados pelos proprietários de imóveis⁴¹¹. Além disso, sugerem a jornada de 8 horas para todas as categorias de trabalhadores, a organização de uma tabela mínima de salários, e a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças⁴¹². Mais tarde, a COB lançaria circular em que encaparia também a reivindicação da “abolição das tarifas alfandegárias, dos impostos internacionais”⁴¹³.

⁴⁰⁸ “Desde então [20 de fevereiro] ficaram perfeitamente definidas a atitude da Federação Operária, continuando por sua própria conta a agitação contra a carestia da vida”. A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 27, 15/03/1913, p. 1.

⁴⁰⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 27, 15/03/1913, p. 2.

⁴¹⁰ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 21/02/1913, p. 3. De acordo com Cruz (1981), os impostos sobre importações correspondiam a cerca de 70% da Receita Federal no período.

⁴¹¹ A reivindicação de abatimento de 30% no valor dos aluguéis já aparece reportada no periódico anarquista *A Terra Livre*, em 1907, no caso da greve de inquilinos em Buenos Aires, que deveria servir de inspiração aos brasileiros. Ver HIPÓLIDE, 2012, p. 265.

⁴¹² A pauta foi enviada por carta e publicada no jornal *A Época*, Rio de Janeiro, 02/03/1913, p. 5 e 6.

⁴¹³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 28, 01/04/1913, p. 3.

Essa configuração das reivindicações, envolvendo a legislação social e a legislação alfandegária, foi analisada por Angela de Castro Gomes. Como mostra a autora, o debate sobre a questão social na Primeira República envolveu tanto as demandas de direitos trabalhistas quanto a crítica aos efeitos da política econômica governamental no processo inflacionário. Em resumo,

De uma forma mais ampla, podemos caracterizar o contexto político-ideológico dos debates em torno da questão social como um contexto em que os ataques à burguesia urbana – às suas fontes de riqueza e a seu papel social – eram uma constante, sendo que a legislação trabalhista chegava a ser cobrada como uma forma de “punição” aos responsáveis pelos graves problemas que atingiam a população das cidades. A pressão em prol de normas de proteção ao trabalho ganha vulto no bojo de uma temática antiindustrialista que tem como ponto central a denúncia e a condenação da legislação de proteção ao capital, isto é, das tarifas alfandegárias. Neste tipo de discurso, as tarifas passam a ser as principais responsáveis pelo encarecimento da vida e por um enriquecimento ilícito da burguesia, que auferia lucros extraordinários da exploração do operariado e das camadas urbanas em geral (GOMES, 1979, p. 60-61).

O apoio das camadas médias a pauta contra a carestia da vida pode explicar o posicionamento muitas vezes favorável dos grandes jornais da capital em relação ao movimento. O ataque a política protecionista que favorecia a especulação e os lucros dos açambarcadores estaria presente na imprensa até o final da década, inclusive durante a crise de abastecimento agravada durante a Primeira Guerra Mundial.

As estratégias levadas a cabo por cada uma das forças envolvidas na campanha contra a carestia também foram bem distintas. O Comitê de Agitação, liderado por Caio de Barros, privilegia a interlocução e negociação com as principais autoridades governamentais. No dia 2 de março, uma comissão é recebida no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, pelo presidente Hermes da Fonseca, que teria prometido resolver a crise da carestia. Já a FORJ e a COB apostam na intensificação dos meetings para agitar a população em torno da causa, cuja frequência foi especialmente alta entre a última semana de fevereiro e o fim de março.

O levantamento realizado pela pesquisa de Kaio Alves encontrou, no primeiro semestre de 1913, a realização de 29 comícios contra a carestia, dos quais 26 foram realizados em logradouros públicos e 3 na sede de associações de classe. Os comícios começam logo após a reunião em que é criado o Comitê de Agitação, e mantém uma média de cinco por semana até o fim de março. Muitas vezes dois ou três comícios ocorriam no mesmo dia, espalhados por diferentes bairros da cidade.

Segundo o jornal da COB, desde o primeiro comício organizado pela FORJ em Vila Isabel, região de relevante contingente de operários têxteis, já se apresentara a proposta de criação de comitês de agitação por bairro, tendo em vista que “desta forma, com mais

facilidade seria possível estender a campanha por toda a cidade”⁴¹⁴. A propaganda, portanto, deveria ser feita de modo descentralizado, visando alcançar ao máximo as classes trabalhadoras da cidade.

O trabalho de Kaio Alves (2014) faz também um levantamento dos oradores que discursaram em cada um dos comícios da campanha. Segundo o autor em 11 dos 29 comícios realizados participaram tanto oradores ligados a posição expressa por Caio de Barros quanto ao núcleo sindicalista da FORJ/COB – o que indica que não havia separação total entre as duas forças envolvidas na campanha. Ainda assim, declarações de ambos os lados mostram que a disputa pela condução do movimento já estava colocada desde o primeiro momento. O *Correio da Manhã* publica ainda em fevereiro discurso de Caio de Barros em que o advogado busca afastar do movimento quaisquer conotações “políticas”, afirmando que “não se trata de civilismo ou de hermismo, de republicanismo ou de monarquismo, de socialismo ou de libertarismo, de clericalismo ou de anti-clericalismo” e que qualquer obra de doutrinação política ou filosófica seria prejudicial, que desviaria o povo para outro terreno e trairia seus interesses e sua causa⁴¹⁵. Discretamente se opunha, portanto, a propaganda pela organização sindical e pela emancipação social feita pelos libertários nos comícios.

Podemos observar aqui como a “recusa da política” era, pelo menos no plano discursivo, algo comum a diferentes atores. Como bem observa Kaio Alves, a caracterização do movimento como “algo destituído de ‘cor política’ implicava em distanciá-lo, *a priori*, de interesses pelo poder, materializados na intenção de ocupação de cargos públicos através de eleições, ou no interesse de mudança de regime, através de um golpe de Estado” (2014, p. 50). Esse era um recurso de legitimação acionado por diversos grupos, tanto frente ao seu público, desconfiado das “cavações” políticas tão denunciadas nas imprensas burguesa e libertária, quanto frente ao poder de Estado, interessado em transformar quaisquer agitações e revoltas em complôs contra o governante do momento – e assim justificar sua brutal repressão.

Para os anarquistas, entretanto, a “recusa da política” significava justamente dispensar o tipo de mediação exercida por Caio de Barros (como “porta-voz” do movimento) e suas negociações com o poder executivo federal. Ao longo do processo os libertários repetiram insistentemente que o povo não deveria confiar nas promessas de político algum, sempre interessados em enrolar a população. Além disso, ampliavam o espectro das reivindicações aproximando-as das demandas tipicamente formuladas pelos sindicatos de resistência. Assim,

⁴¹⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 26, 01/03/1913, p. 1.

⁴¹⁵ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 25/02/1913, p. 3.

retiravam o foco do problema imediato do abastecimento, e incentivavam a organização dos trabalhadores em associações de classe.

A importância da propaganda pela organização sindical pode ser vista, além dos discursos transcritos ou reportados nos jornais, nos percursos das passeatas realizadas ao fim das falas nos *meetings*. Muitas vezes a passeata, percorrendo as ruas do Centro, terminava a frente da sede de alguma associação, onde eram feitos os últimos discursos. Foi o caso, por exemplo, no comício da Praça Mauá, em 8 de março, que terminou com discursos na sede da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, na zona portuária da cidade. Desse modo, a campanha contra a carestia, tal como conduzida pela FORJ, buscava literalmente *levar* os trabalhadores dos comícios aos sindicatos.

A atuação das forças policiais ao longo dos protestos, foi criticada sobretudo pelas violências cometidas ao final, para dispersar a multidão, ou no início, para impedir a sua realização. No primeiro caso temos, por exemplo, as denúncias de uso abusivo da força contra manifestantes pacíficos no comício realizado no Largo de São Francisco em 5 de março. Convocado pelo Comitê de Agitação, discursaram no meeting Caio Monteiro de Barros, Hermes de Olinda e Vicente Nunes Ferreira, nomes associados as correntes reformistas e socialistas. Ao final, a polícia teria perseguido, prendido e espancado manifestantes – conforme noticiado pelo Correio da Manhã, em cuja redação alguns se protegeram e cuidaram dos ferimentos. Nesse comício, realizado três dias após a comissão ter sido recebida pelo presidente em Petrópolis, Caio de Barros teria dito em seu discurso, segundo o mesmo jornal, que

[...] Se o presidente faltar à sua promessa, coloca-se fora da lei. E é fora da lei que então deve ser tratado. [...] Se o governo não seguir o caminho da honra e do brio, não prezar a sua palavra, há então, só um meio de salvação: é o povo enxotar os traidores a sua causa, e reivindicar por si mesmo o direito à vida.⁴¹⁶

Na perspectiva dos editores de *A Voz do Trabalhador*, no entanto, essa radicalização ficaria apenas nas palavras. Em comentário sarcástico a um conhecido agitador republicano, que havia discursado no comício de 1º de março, Astrojildo Pereira (sob o pseudônimo Tristão) afirma:

As suas frases rápidas e metálicas causaram-me cócegas. Quem seria?... Estiquei o pescoço o mais que pude. E vi o homem. Era o sr. Deocleciano Martyr. Ele mesmo, o mosqueteiro capenga... A cabeleira revolta jogada para trás... o gesto brusco e cortante... o olhar incendiado... tudo nele denotava o tipo romântico do meetingueiro embriagado pelos aplausos da multidão... Falou pouco. Menos que os outros. Eu decorei esta frase, jorrada num rompante decisivo: “Ou o governo cede, ou a revolução!”⁴¹⁷

⁴¹⁶ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 06/03/1913, p. 3.

⁴¹⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 27, 15/03/1913, p. 1.

Os vínculos com o radicalismo republicano “jacobino” mostrar-se-iam, no grupo mais próximo de Caio de Barros, em diversas circunstâncias. O próprio advogado, naquele mesmo comício em que discursara o condenado por arquitetar o atentado contra Prudente de Moraes, lembrou em sua fala a atuação firme, a “energia salvadora” do Marechal Floriano Peixoto para conter a crise da carestia durante seu governo, sendo o mesmo saudado pela multidão ao som de “ardorosos vivas ‘ao marechal de ferro’, ‘à memória de Floriano Peixoto’”⁴¹⁸, de acordo com o *Correio da Manhã*.

De todo modo, o acirramento dos confrontos com as forças policiais se agrava com o assassinato de Isolino José dos Santos pelo soldado Julio de Barros na dispersão do comício realizado na Praça XV de Novembro no dia 6 de março. Depois desse fato, as entidades reforçam suas críticas à atuação policial e ao desrespeito das liberdades individuais previstas nas leis da República.

A FORJ e a COB concentram forças, então, na realização do “comício monstro” no domingo, 16 de março, no Largo de São Francisco de Paula. Foi o maior ato da campanha, reunindo mais de cinco mil pessoas, na versão do jornal *A Época*, ou dez mil, na estimativa dos membros da COB. No dia seguinte *A Época* trazia na primeira página a manchete em destaque “A Revolução pela Fome”, assim como uma sequência de fotografias do “comício monstro”. Falaram no comício Cecílio Vilar (codinome de Henrique Martins, tipógrafo anarquista), Rozendo dos Santos (tipógrafo anarquista, secretário da COB e editor de *A Voz do Trabalhador*), Ulisses Martins (que então fazia parte da CBT “amarela”, como trataremos mais a frente), Candido Costa (ligado ao sindicato dos Alfaiates) e Eustáquio Silva. Ao final do meeting, a passeata percorreu a Rua do Ouvidor e a Avenida Central, terminando na frente da sede da COB. Como já vimos, a passeata foi registrada pelos repórteres fotográficos das revistas ilustradas semanais, que deram destaque ao acontecimento.

No registro que fazem do “comício monstro”, os editores do jornal da COB notam com satisfação a sua “imponência extraordinária”, sendo descrito como “uma das maiores vitórias da Confederação Operária Brasileira e, portanto, de todo proletariado”. Mais do que isso, a situação é narrada como uma inversão temporária das relações de poder vigentes. Enquanto o povo ia enchendo a praça pública com júbilo, o governo teria mantido suas forças nos quartéis e enviado apenas o delegado do distrito que, diante da multidão, declara que o governo “não tinha a intenção de impedir aquela reunião, que estava bem intencionada, que

⁴¹⁸ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 02/03/1913, p. 3.

para o provar não mandara força para o local e que confiava a manutenção da ordem ao próprio povo”⁴¹⁹.

Mesmo com a pressão crescente da agitação popular na cidade, a campanha não teve atendida nenhuma de suas reivindicações, não tendo o governo federal adotado medida alguma⁴²⁰. Após manter a frequência de comícios por todo o mês de março, em abril só foram realizados dois protestos. A COB lança circular em *A Voz do Trabalhador* convocando os sindicatos e associações de classe a realizarem conjuntamente, por todo país, atos no dia 20 de abril. De acordo com os telegramas recebidos pela Confederação, foram realizados atos em Santos (SP), Pelotas (RS), Juiz de Fora (MG), Machado (MG) e Maceió (AL), além da capital. Em São Paulo, a polícia proibiu o comício que se realizaria no Largo da Sé.

O esforço de articulação nacional, porém, foi o último momento daquela campanha. Com o passar do tempo, as declarações dos militantes anarquistas se concentravam cada vez mais na propaganda da organização sindical, vista como única forma de garantir a pressão pelas melhorias desejadas. De acordo com a circular da COB, era necessário aproveitar a

questão que ora se debate para ir além, demonstrando que não só a carestia da vida como todo os flagelos sob os quais se vive o operariado poderão ser debelados uma vez que ele se organize em sociedades de resistência, disposto a lutar com suas próprias forças e jamais confiando em promessas, verdadeiros sonhos utópicos com que nos têm afastado do terreno das nossas reivindicações os interessados em que não despertemos.⁴²¹

Nas avaliações que seriam publicadas meses depois dos acontecimentos, por ocasião do 2º Congresso Operário em setembro, os relatórios da FORJ e da COB destacariam os efeitos da propaganda pela organização sindical realizada na campanha da carestia. Na narrativa construída por José Elias da Silva, então secretário da FORJ, lemos que

Em princípios do ano corrente iniciou-se a campanha contra a carestia de vida. Verdadeiramente o início externo foi dado por um outro grupo, pois que internamente já a Federação havia cogitado do assunto, esperando somente uma oportunidade para estender o movimento até a praça pública. Esse grupo deu começo a seus trabalhos numa grande reunião havida na sede do Centro Cosmopolita, mas logo aí observamos que a ele presidia o interesse político e portanto *em nada nos comprometemos com esse comitê* e resolvemos levar a público a propaganda, que começou por um grande comício no largo de São Francisco. Publicamos muitos manifestos, convocamos inúmeros comícios para diversos pontos da cidade e dos subúrbios, chegando até a realizarem-se no mesmo dia dois ou três comícios. Ao nosso lado estiveram bons e leais companheiros, prontos sempre a demonstrar ao povo a sua real situação em face da crescente carestia de vida. *Demonstramos às classes trabalhadoras a necessidade de se agremiarem*, e se bem que a vida material não melhorasse, conseguimos prestigiar esta Federação e a nossa propaganda, pois vimos que os nossos escritos e as nossas reuniões públicas

⁴¹⁹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 28, 01/04/1913, p. 3.

⁴²⁰ Apenas no segundo semestre do ano a Prefeitura do Distrito Federal iria criar um pequeno mercado livre no Largo do Capim, destinado ao comércio de alimentos a preços mais acessíveis, dado a venda a retalho e sem intermediários.

⁴²¹ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 28, 01/04/1913, p. 3.

eram recebidos e assistidos com especial interesse e muita atenção da parte do público, que *reconhecia não nos moverem intuítos políticos, de que o povo felizmente tanto se divorcia* (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 171, grifos nossos).

Podemos perceber, portanto, na avaliação que os libertários fizeram do movimento contra a carestia de 1913, a centralidade que a auto-organização no local de trabalho mantinha na sua prática. Mesmo quando um movimento extrapolava o âmbito das reivindicações ligadas a esfera da produção, a propaganda da organização sindical era a única forma de se diferenciar daqueles que se colocavam como mediadores entre o povo e o poder público. A linha de massas assumia, portanto, uma certa restrição na medida em que não prescindia de uma forma – a dos sindicatos de resistência – cuja dificuldade de estabelecimento entre nós era por eles mesmos verificada. Mesmo a vida dos comitês de bairro, ao que parece, estava estreitamente vinculada às organizações sindicais locais.

Já Rozendo dos Santos, no relatório da COB que envia ao mesmo Congresso, afirma que “apesar, porém, do aplauso do povo a essa elevada campanha da Federação Operária, a compreensão do proletariado não correspondia aos fins da Confederação, para que ela assumisse uma ação diversa à que fora obrigada pelas circunstâncias do momento”. O autor não deixa claro qual seria essa “ação diversa”. Se levarmos em conta a continuação do texto, aparentemente a crítica do autor seria às reivindicações “econômicas” dirigidas ao governo, já que esclarece:

Entretanto, a Confederação bem sabia que os poderes públicos não tomariam em conta os reclamos do operariado, dada a desorganização em que infelizmente ainda se encontram as classes produtoras. Empenhada como estava na propaganda associativa, a sua atenção não deveria desviar-se para outro terreno, salvo a excepcional circunstância aludida. Contudo, embora nada houvesse conseguido de prático para atenuar a nossa situação econômica, intensa foi a propaganda operada, cujos efeitos estão se refletindo com a organização de várias classes (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 216).

Nota-se nessa passagem como qualquer reivindicação dirigida aos poderes públicos poderia ser interpretada, nas fileiras militantes anarquistas, como fomento ideológico à “crença” nas promessas governamentais e na sua capacidade de resolver a questão social. Aqui o outro lado da “recusa da política”. Até que ponto poderiam dispensar o Estado como instância de endereçamento de demandas? Se nas lutas sindicais a defesa do entendimento direto entre patrões e empregados constituía, como vimos, um tópico recorrente do discurso anarquista – mesmo que os grevistas acionassem mediações do chefe de polícia e dos jornais – como a luta por melhores condições de reprodução da força de trabalho (como é o caso das lutas contra a carestia) poderia ser encaminhada sem o recurso a demandas do que entendemos hoje “políticas públicas”? Esse problema fica um pouco mais claro quando

analisamos a forma como os libertários criticaram a construção de vilas operárias pelo governo naquele mesmo ano de 1913.

A questão da construção de casas populares e/ou vilas operárias esteve mais presente na agenda de correntes políticas socialistas e reformistas associadas ao sindicalismo amarelo. Ainda que apareçam na imprensa libertária críticas às condições de moradias das camadas populares, elas estão longe de ganhar o primeiro plano e não dão ensejo a iniciativas específicas de combate aos preços dos aluguéis como a Liga dos Inquilinos.

Segundo Batalha, o socialista Mariano Garcia vinha denunciado a situação de carestia nas páginas de sua coluna no jornal *A Época* desde 1912, propondo como solução o boicote a certos produtos e a organização dos locatários visando a deflagração de uma “greve geral dos inquilinos” (1986, p. 254). Entretanto, Garcia, que a época compunha a CBT liderada por Pinto Machado, esteve praticamente de fora dos *meetings* da campanha contra a carestia. De acordo com o levantamento de Alves (2014), eles só estiveram presentes no comício realizado pela CBT em 23 de março no subúrbio de Inhaúma, quando ambos discursaram. De acordo com Batalha (1986), a CBT manteve-se afastada das agitações da campanha, preferindo enviar telegramas e publicar declarações reivindicando a suspensão dos impostos que pesavam sobre os alimentos básicos. Esperavam um posicionamento do governo federal e cobravam-no por suas promessas eleitorais. O comício de Inhaúma só teria sido convocado após a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciar a criação dos mercados livres para a comercialização dos produtos diretamente pelos produtores – ideia que é abraçada e propagandeada pela CBT nos subúrbios da capital.

Tal posicionamento expressava o enorme esforço realizado pelo grupo de Pinto Machado para fortalecer suas relações com o setor militar do governo do Marechal Hermes da Fonseca – especialmente com o tenente Palmiro Serra Pulcherio, de passado “jacobino” e encarregado do governo na construção da Vila Proletária Marechal Hermes. A defesa da moderação e da conciliação chegava a tal ponto que conflitos com Mariano Garcia e Donato Donati se tornaram explícitos – por exemplo, na posição quanto à lei de expulsão de estrangeiros. A relação com o governo degradingo ao fim do ano, quando os nomes indicados pela CBT para concorrer a uma vaga no Conselho Municipal nas eleições de outubro não são aceitos pelo Partido Republicano Conservador (partido do governo e reduto de Pinheiro Machado). A CBT resolve então lançar lista própria na qual Mariano Garcia foi candidato, tendo sido apontado pelos jornais como eleito em 8º lugar para o 2º distrito, mas não tendo

sua eleição confirmada quando saem os resultados oficiais: apenas candidatos do Partido Republicano Conservador são eleitos, reforçando as suspeitas de fraude⁴²².

No mesmo mês de outubro eclode uma greve dos operários de construção que trabalhavam nas obras da futura Vila Operária Marechal Hermes. Os grevistas reclamavam do atraso no pagamento dos salários. Nas palavras de *A Voz do Trabalhador*, estavam cansados de serem enrolados com o argumento de que o governo era “amigo dos operários”. A greve na Vila Marechal Hermes é especialmente significativa, pois constituía um dos raríssimos gestos, por parte do governo, de atendimento a demandas operárias. Tanto é que a CBT marca as comemorações de 1º de maio de 1913, logo em seguida às manifestações contra a carestia, na inauguração da estação de trem que serviria aos trabalhadores da Vila. Na inauguração estiveram, além de Pulcherio e Pinto Machado (encarregado do discurso em nome da CBT), o próprio presidente da República. Esse 1º de março marca o auge da visibilidade da CBT – que então contava com a adesão da União dos Operários Estivadores – e foi veemente atacado na comemoração feita pela FORJ no centro da cidade, que repudiou o caráter “político” da celebração e publicou nota sobre o assunto, provocando a réplica de Mariano Garcia e Pinto Machado pelas páginas de *A Época*. O mesmo tipo de condenação se repetiria quando a CBT participa das comemorações oficiais pelo aniversário da República na inauguração da Vila Proletária Orsina da Fonseca, na Gávea – a única a ser entregue pelo governo federal naquele mandato⁴²³.

Para o jornal da COB, o movimento de outubro nas obras da Vila Marechal Hermes vinha mostrar que “apesar de todos os empenhos e conselhos em contrário dos pulquerios, pintos e garcias, apesar de muito legalitários e parlamentaristas que o fossem, [os operários] desprezaram todas as lições até então recebidas pelos cebentos e apelaram para a greve”⁴²⁴. De acordo com Batalha, o próprio tenente Pulcherio e a CBT teriam apoiado a reivindicação dos grevistas precipitando o rompimento definitivo dos militares jacobinos com o governo: em novembro o ministro da Agricultura é substituído e o Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativas (onde atuava Sarandy Raposo) dissolvido; em dezembro o novo ministro das Finanças anuncia o fim das verbas para a construção das vilas operárias. Em fevereiro de 1914 o próprio tenente Pulcherio pede demissão do cargo e as obras da Vila Marechal Hermes nunca seriam finalizadas.

⁴²² Todas informações retiradas de Batalha (1986, p. 260-265).

⁴²³ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 44, 01/12/1913, p. 1.

⁴²⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 42, 01/11/1913, p. 3.

Tendo em vista tal fragilidade na consecução de políticas governamentais a partir de demandas operárias, podemos voltar ao posicionamento dos anarquistas quanto ao problema da moradia. Como chama atenção Eduardo Hipólido (2012), desde a criação da Liga dos Inquilinos na capital em setembro de 1907, os anarquistas se posicionaram, através do periódico *Terra Livre* (então editado no Rio de Janeiro), pela ação direta dos locatários, desprezando as promessas de alguma ação governamental na questão habitacional. De acordo com as bases da Liga publicadas pela *Gazeta de Notícias*, os meios de ação privilegiados teriam sido a propaganda nos bairros com panfletos e conferências, e a elaboração de uma tabela de preços a ser imposta aos proprietários através da solidariedade dos inquilinos⁴²⁵. Mesmo que os anarquistas tenham mostrado desânimo com os rumos da Liga ainda ao fim daquele ano, Hipólido (2012) chama atenção para o fato da peça teatral de Neno Vasco intitulada justamente “Greve de Inquilinos” ter estreado em março de 1908, no Centro Galego, pelo Grupo Dramático Teatro Social. Avaliar o quanto a propaganda pela greve de inquilinos se disseminou na capital naquele período escapa as nossas possibilidades. Vale mencionar apenas que a Liga ficou mais associada ao nome de Mariano Garcia e, quando o periódico *A Guerra Social* volta ao tema anos depois, comenta apenas que “outrora existiu ou existe ainda nesta capital, uma Liga dos Inquilinos. Não sabemos, entretanto qual foi a sua ação. O que é fato é que, existindo ela, nunca nos foi dado pagar menos que o que temos pago e pagaremos pelas casas em que moramos”⁴²⁶.

As críticas encontradas na imprensa anarquista sobre as iniciativas governamentais de construção de habitações populares podem ser resumidas em três pontos: 1) elas não passariam de promessas e enganações que visavam “desviar” o proletariado do caminho da ação direta combativa; 2) elas nunca poderiam dar conta do problema pela desproporção entre a generalidade do déficit habitacional e as tímidas iniciativas governamentais e 3) mesmo se construídas, as casas seriam arrendadas a terceiros que lucrariam com a cobrança de aluguéis inviáveis para os operários e/ou seriam distribuídas a funcionários públicos e outros grupos que mantivessem relações privilegiadas com os governantes, deixando de fora os mais necessitados⁴²⁷.

Somente tendo em vista os resultados ínfimos da promessa governamental de construção de casas para operários, é que podemos compreender o sentido que tomava naquele contexto a recusa da ação governamental. Mesmo quando saiam do papel, como foi o

⁴²⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 05/10/1907, p. 1.

⁴²⁶ A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, n. 14, 28/02/1912, p. 2.

⁴²⁷ Ver “As tais casas para operários”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 6, 29/11/1908, p. 2; “As vilas proletárias”, A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 46, 01/01/1914, p. 1.

caso da Vila Proletária inaugurada na Gávea em novembro de 1913, as casas construídas pelo governo abarcariam tão poucos trabalhadores que fomentariam uma relação de *favor* com os governantes, pelo caráter excepcional da dádiva recebida. É assim que, em artigo publicado no início de 1914 na *Voz do Trabalhador*, afirma-se:

Vejamos agora o que é que lucraram os operários com as tais vilas proletárias. Simplesmente isto: habitação boa e barata para uma centena de apadrinhados, e uma lambidela de vinte mil e tanto contos para o *desinteressado* tenente Pulquerio, enquanto milhares de operários continuam hoje, como ontem, a habitar os mesmos casebres minúsculos e anti-higiênicos.⁴²⁸

Ou seja, fosse pelo aspecto ideológico, fomentando a crença nas promessas governamentais, fosse pela reprodução de relações paternalistas, o direcionamento da demanda por melhores condições de moradia não deveria ser feito ao Estado. Encontramos, mais uma vez aqui, associado ao sentido de “autonomia” que deveria orientar as lutas operárias, a ideia de que os problemas sociais só poderiam ser resolvidos pela auto-organização dos trabalhadores e pelo conflito direto que manteriam com os patrões ou proprietários.

7.3 Sob o signo da frustração

Antes de discutirmos sucintamente a atuação dos anarquistas na agitada conjuntura de 1917-1919, período sobre o qual se debruçam a maior parte dos trabalhos historiográficos sobre o tema, é importante analisarmos um documento publicado em setembro de 1916 por alguns dos militantes mais destacados do movimento anarquista no Rio de Janeiro. Alguns dos principais trabalhos sobre os anarquistas na Primeira República (GOMES, 2005, FAUSTO, 1976) já chamaram atenção para a pequena brochura intitulada *O Anarquismo perante a organização sindical*, assinado por José Elias da Silva, Manoel Campos e Antonio Moutinho. Trata-se do único texto mais longo, publicado fora dos periódicos, em que os anarquistas realizam um balanço sobre a estratégia sindicalista adotada e expõem as principais tensões envolvidas na proposta do sindicalismo revolucionário, já indicadas no capítulo anterior.

Como já dissemos, José Elias da Silva tinha sido secretário da FORJ e delegado no 2º Congresso Operário de 1913, ano em que também esteve presente nas manifestações contra a

⁴²⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 46, 01/01/1914, p. 1.

carestia. Sapateiro natural de Pernambuco, Elias era um militante experimentado e respeitado nos meios anarquistas – e que continuaria tendo um papel destacado nas greves de 1917-1919, bem como nas organizações comunistas que começam a surgir em 1919. Já Manuel Campos era um militante anarquista muito ativo em São Paulo e seu nome ganhou maior destaque quando foi preso em Santos em agosto de 1914 e mantido em cárcere por meses, sob ameaça de deportação. A COB articulou, então, uma campanha nacional pela sua libertação, tentando aproveitar o fim do estado de sítio no final de outubro⁴²⁹, mas em 11 de novembro de 1914 Campos foi embarcado num navio rumo a Espanha. Segundo *A Voz do Trabalhador*, o companheiro manteria a propaganda contra a imigração para o Brasil nas suas andanças europeias⁴³⁰. De todo jeito, registros das atividades do Centro de Estudos Sociais publicados no periódico *Na Barricada* indicam que no ano de 1915 Campos já estaria de volta ao Brasil.

Portanto, a avaliação crítica feita pelos militantes na brochura de 22 páginas se reveste do maior interesse para a nossa pesquisa. O texto anuncia com palavras fortes o rompimento do grupo signatário com o sindicalismo. Logo na primeira página apresenta a publicação como fruto da existência de “uma pronunciada corrente de opinião descrente da eficácia do sindicalismo como capaz de levar o proletariado à transformação social, compreendida e desejada pelos libertários”, chegando mesmo a duvidar da “utilidade transitória dos sindicatos como meio de proporcionar elementos próprios para o fermento e desenvolvimento das ideias libertárias de completa emancipação econômica-social do proletariado” (SILVA; CAMPOS; MOUTINHO, 1916, p. 3).

Diversos aspectos discutidos por nós acerca dos dilemas da auto-organização, tal como preconizada pelos libertários, são discutidos e problematizados no texto. Sobre a relação entre ação e organização, após dizer que a maior parte dos sindicatos surgiu em momentos de agitação, o texto afirma que

Os melhores movimentos operários sempre foram feitos antes da existência de associações; porque estas, o mais das vezes, nasciam desses movimentos, ou então, eram organizadas no estado embrionário, nas efervescências das agitações reais que deram causa a esses movimentos, sendo, portanto, efeitos e não causas dos referidos movimentos.

Muitas vezes as associações – pelo contrário – serviam de meio dissolvente, esterilizador, desanimador, porque enfraqueciam a solidariedade dos próprios trabalhadores, fosse qual a classe em luta, pois que é fato constatado que não se pode moldar a uma mesma concepção de tática e defesa mais diferentes possível; e,

⁴²⁹ O governo de Marechal Hermes prorrogou a declaração de estado de sítio de março até outubro de 1914, sob o pretexto de combater os golpistas e desordeiros que teriam agido para desestabilizar o governo. A crise estourara com a rebelião de Juazeiro no início daquele ano, fruto da política de “salvações” (intervenções nos estados) mantida pelo governo federal. O comício público que a COB tenta realizar em 8 de novembro para protestar contra a prisão de Manuel Campos é proibido pela polícia, sendo realizada apenas reunião na sede da Confederação.

⁴³⁰ A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, n. 65, 01/12/1914, p. 1.

ainda mais, num meio social onde reina a indiferença, já verificada e pronunciada várias vezes por quaisquer forma a espécie de organização, quer literária ou artística quer política ou econômica, constatando-se quase sempre o abandono da marcha social pelos próprios associados, permitindo que assim as associações se transformem em *feudo* dos seus dirigentes, os quais sendo bons ou maus serão, ou usurpadores e exploradores no primeiro caso, e no segundo vítimas tidos como culpados da falta de progresso social. (SILVA; CAMPOS; MOUTINHO, 1916, p. 8-9).

A passagem acima inverte a lógica que observamos recorrentemente na propaganda libertária da necessidade de organização sindical dos trabalhadores. Primeiro, constata que a organização não pode ser tomada como agente causador das mobilizações operárias, visto que normalmente surgiam a partir da agitação das categorias. As duas coisas (ação e organização) não necessariamente andam juntas, e a relação de causa e efeito teria sentido contrário ao imaginado pelo esforço militante de construir organizações. A característica destacada do nosso “meio social” passa a ser menos a apatia (ou seja, a falta de ação/iniciativa) e mais indiferença em relação a organização de qualquer tipo – generalização que amplia o diagnóstico para além das associações operárias, dissolvendo qualquer especificidade. Indiferença que, no entanto, não impede a emergência de agitações e revoltas, como o texto lembrará em seguida, ressaltando a importância das greves dos canteiros, das poderosas associações das “classes marítimas” e, especialmente, da atuação da Federação Operária de Santos⁴³¹.

Em seguida, aponta que, ao invés de constituírem a consolidação de uma posição revolucionária entre os trabalhadores, as organizações acabavam consumindo as energias militantes num esforço estéril e prejudicial, já que acarretavam no distanciamento dos trabalhadores (a imagem dos “feudos” dos dirigentes). O texto fala dos “inúmeros fracassos” que afastavam muitos dos sindicatos e do número pequeno de associados, constituindo uma “minoría muito limitada que, em curto espaço de tempo, os abandona” (Ibidem, p. 8). Além disso, a propaganda sindicalista realizada pelos libertários tinha efeito contrário ao pretendido, já que os trabalhadores entendiam o sindicalismo como algo apartado deles mesmos. A partir desse diagnóstico é que apresentam a proposta de abandono da estratégia sindicalista tal como vinha sendo empreendida.

O que nos podem proporcionar hoje os sindicatos em prol da propaganda das nossas ideias – as anarquistas – e da prática das mesmas?

Muito pouco ou nada. E, para nos expressarmos melhor: muito mais poderíamos fazer em prol do nosso ideal saindo do meio sindical e não predicando; mantendo-nos em completa abstenção na propaganda das organizações operárias, seja qual for

⁴³¹ O fato de Manuel Campos ter sido militante destacado naquela Federação deve ser levado em contato para entendermos o destaque positivo que ela ganha no texto, sendo descrita como “verdadeira organização sindicalista”. Diferentemente das associações dos trabalhadores do porto do Rio, cujo viés corporativista é destacado, em Santos a Federação teria conseguido imprimir um “caráter revolucionário” a sua atuação.

o seu caráter. Isto nos livraria de, individualmente, sermos considerados pastores, responsáveis ante os olhos de todos os associados perante os fracassos das organizações e não estaríamos na contingência de sermos solidários com atitudes – o mais das vezes – contrárias às nossas ideias, resultantes da própria organização. Porque, sendo esta obra nossa, para sermos coerentes tínhamos que mantê-la e não combater-la. (SILVA; CAMPOS; MOUTINHO, 1916, p. 10-11)

O ponto principal que gostaríamos de destacar aqui é a crítica e relativização da centralidade que a “organização” assumia no pensamento e na atuação dos libertários. Tal relativização passava, então, por compreender os resultados efetivos do seu esforço organizatório junto as classes trabalhadoras, e é aí que vemos em ato o seu “diagnóstico” da relação entre os sindicatos e os trabalhadores.

Tendo em vista a centralidade da crítica dos anarquistas à manutenção de uma compreensão paternalista das relações entre patrões e empregados, ou entre políticos e as associações de classe (especialmente as de caráter beneficente ou mutualista), a análise apresentada no texto sobre os equívocos da organização sindical no país ganha força. Segundo os autores, os sindicatos não conseguiam transformar tal mentalidade paternalista, mesmo atuando dentro dos marcos do sindicalismo revolucionário. Ao invés de torná-los sujeitos de sua própria emancipação através da auto-organização coletiva, onde o aprendizado da autonomia e do juízo próprio seriam fortalecidos pela horizontalidade, o sindicalismo acabaria reproduzindo as relações de “tutela” que buscava combater. Assim,

A confiança irrefletida ou melhor a esperança na tutela, no patrocínio e no poder da sua associação, que, segundo o seu modo de ver, seria a mãe cuidadosa, sem portanto o associado precisar pensar e compreender que *dele* e dos seus consócios é que poderia vir a força, - o poder de fazer qualquer coisa.

Com esta estreiteza egoísta de esperar que alguém se sacrifique por amor dos outros; que vele e trabalhe pelo seu bem estar, sem nada exigir; com esta possibilidade de fugir à luta e ter ‘alguém’ em quem confiar, sofreremos uma decepção amarga; isto é, reconhecemos que a associação sem o esforço dos próprios associados nada pode fazer. Deixa de ter existência real, para ser uma fantasmagoria rotulada, incapaz de dar sinais de vida. Infelizmente não foi nem é ainda compreendida (SILVA; CAMPOS; MOUTINHO, 1916, p. 9, grifos no original).

Ou seja, o problema não deveria ser entendido apenas como a necessidade de um longo trabalho de organização anterior à eclosão dos conflitos abertos, dado que, vistas como “mãe cuidadosa”, elas não conseguiriam transformar a relação que mantinham com os próprios trabalhadores. Não pretendemos aqui avaliar o quanto essa é uma boa ou má explicação sociológica para os limites do movimento operário na Primeira República. Nosso interesse está em recuperar as visões sobre o país envolvidas nas suas próprias reflexões sobre os dilemas da auto-organização. Esse dilema, no texto em questão, se apresenta como um imenso mal-entendido entre os militantes e as categorias, posto que o aspecto emancipatório do sindicalismo era distorcido e eliminado pela mentalidade paternalista. Não à toa o subtítulo

da brochura é “para desfazer mal-entendidos”. O texto termina expondo justamente a discrepância entre as intenções dos sindicalistas e o resultado de suas ações no meio operário.

Nos estatutos, nas solenes exposições oratórias, nas declarações coletivas in nomine, *confunde-se* a mentalidade operária. FÁ-la esperar em *promessas* que nós não fizemos, porque não as podíamos fazer; mas que os trabalhadores procuraram compreender em nossas palavras e nos programas sindicalistas. E, ainda mais, obrigados pela solidariedade sindical, em nosso nome e em nome dos nossos princípios anarquistas, muitos sindicatos falam e procedem de maneira contrária ao nosso ideal. Apesar mesmo da sua boa vontade, não podendo nós muitas vezes evitar tais *mistificações* do ideal anarquista, e depois com os *inevitáveis fracassos* dos sindicatos pelos motivos já apresentados, ficam os nossos ideais desacreditados, taxam-nos de inúteis e até de nocivos (Ibidem, p. 18-19, grifos nossos).

Com diagnóstico tão pessimista sobre os resultados da estratégia sindicalista, o documento propõe que os anarquistas abandonem a centralidade do trabalho de organização sindical e que sigam “cada qual a prática e a propaganda que melhor lhe pareça”, entendendo que “as sociedades operárias, devem surgir da necessidade que os operários sintam em organizá-las, adotando a orientação que de fato corresponda a sua mentalidade e aos seus sentimentos” (Ibidem, p. 21). Esclarecem, ainda, que não condenam e nem combatem as associações operárias, podendo inclusive participar delas, mas que deixavam de assumir a função de organizadores que antes os consumia.

É importante deixar claro que, nesses questionamentos, não encontramos nada de anômalo ou aberrante. O desencontro entre o funcionamento *efetivo* que toma a auto-organização em um determinado contexto e a função que ela *deveria* tomar de acordo com as intenções dos militantes constitui um dos problemas inerentes a quaisquer práticas políticas. Eles são tão mais significativos apenas pela *força* com que se colocam em uma situação/conjuntura ou em outra. Como podemos perceber pelas passagens citadas, o tom carregado de amarga frustração dos militantes indica que talvez esse seja o documento que reflete de forma mais aguda os limites da atuação anarquista no movimento operário, vistos pelos próprios militantes. Mas de forma alguma pode ser lido como uma palavra definitiva sobre o tema. Tanto é que nos anos imediatamente posteriores o movimento operário viveria sua fase de maior entusiasmo, com o ciclo de greves de 1917-1919 tomando proporções até então inéditas no país, de modo que é possível esboçar uma leitura menos pessimista.

Para a nossa interpretação, parece que o que está em jogo neste texto é uma certa abertura para as flutuações da conjuntura como forma de se livrar do impasse a que se via presa a prática do movimento, impasse esse que buscamos indicar através das temporalidades conflitantes que ele engendra: por um lado a explosão da revolta na fábrica e/ou as campanhas efêmeras (como a da carestia); por outro lado o tempo lento e trabalhoso da preparação, da organização, da conscientização, que deveria alterar os desfechos dos processos de

mobilização, marcados pela enorme dificuldade de vencer a repressão e a competição entre os trabalhadores. Em algumas passagens do texto transparece a ideia de que “os movimentos populares são mais oportunistas do que atos previstos em estatutos” (Ibidem, p. 14). Tal hipótese de leitura nos parece interessante justamente porque 1916 sinaliza uma virada na conjuntura, de modo que a avaliação dos limites da prática sindicalista dos anarquistas até ali indica um certo balanço histórico e acerto de prumo. Não que possamos indicar alguma correlação direta entre a avaliação feita pelos militantes e os rumos do movimento operário na conturbada conjuntura de 1917-1919. Na realidade, os meses seguintes não demonstram nenhuma inflexão significativa na prática dos libertários na capital. Mas, sem dúvida a ideia chave de que é necessário de algum modo aceitar as flutuações conjunturais da mobilização/organização operária para poder extrair dela os seus melhores efeitos ressoa nos acontecimentos dos anos imediatamente posteriores.

7.4 A construção da greve geral

A bibliografia que trata do movimento operário na Primeira República é unânime em reconhecer nos anos de 1917 a 1919 o auge do protagonismo do sindicalismo de ação direta, marcando definitivamente a sua presença na cena pública e reforçando as pressões para o trabalho de legislação social, que até então não produzia praticamente nenhum resultado. Não poderemos aqui fornecer uma reconstituição detalhada dos eventos que ocorrem na capital nesse período. Buscamos apenas indicar como o quadro apresentado nos casos acima tratados se altera com o desenrolar do processo de mobilização e dos conflitos que marcaram aquela conjuntura.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em julho de 1914, impactos imediatos são sentidos no sistema capitalista mundial, alterando o padrão de trocas comerciais e modificando a circulação do capital financeiro. A atividade econômica sofre um baque imediato, afetando especialmente a balança comercial. As exportações brasileiras, cujo valor total cai mais de 30% entre 1912 e 1914, conseguem a partir de 1915 retomar o patamar anterior, mas a pauta de produtos exportados se altera bastante, com a saída de gêneros alimentícios que antes eram consumidos internamente⁴³². Já a queda das importações afeta o

⁴³² Utilizando dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Maria Cecilia Velasco e Cruz (1981, p. 70) aponta que alguns dos principais itens cujas exportações cresceram durante a guerra foram: arroz, feijão,

incipiente setor industrial e a arrecadação federal, cuja receita dependia muito dos impostos sobre importações.

Para as classes trabalhadoras, os efeitos são devastadores. A crise de 1914 leva muitos ao desemprego, como é particularmente o caso dos operários da construção civil, prejudicados pela interrupção das obras urbanas financiadas pelo Estado, cuja importância no mercado de trabalho da capital era desproporcional quando comparada aos outros centros urbanos do país. Nos setores que conseguem manter ou expandir suas atividades ao longo da guerra, a intensificação do processo de exploração do trabalho multiplica as insatisfações. Como mostra Cruz (1981), associações operárias das mais diversas categorias enviam cartas e relatórios aos jornais de grande circulação da capital denunciando a redução nominal dos salários em relação ao praticado antes da guerra. Para piorar a situação, o problema da carestia da vida se agrava enormemente, já que o aumento da exportação de alimentos aumenta o seu preço no mercado interno, no mesmo momento em que a importação de trigo, bacalhau, e outros gêneros sofre forte queda dada pelo esforço de guerra nos países beligerantes.

Tendo em vista os recorrentes problemas de abastecimento que acometiam a capital da República, não surpreende que os membros da FORJ iniciem o ano de 1917 com a preparação de uma série de comícios contra a carestia, em moldes parecidos com os de 1913, que dessa vez começam a ser realizados antes mesmo do carnaval⁴³³. De acordo com o levantamento feito por Maria Cecilia Velasco e Cruz (1981), entre janeiro e abril foram realizados 44 comícios contra a carestia da vida. Já no levantamento feito por Kaio Alves (2014) teriam sido 33. De todo jeito, trata-se de uma campanha tão ou mais intensa, em termos de frequência dos comícios, do que a de 1913.

Dessa vez a FORJ não dividirá o comando da campanha com outros agrupamentos políticos da capital. Pelo contrário, iniciadas as conferências e meetings, a Frente Marítima Brasileira (FMB) faz questão de se desvencilhar das agitações. No entanto, a FORJ estava praticamente desestruturada no início do ano, contando apenas com os sindicatos dos sapateiros, dos operários em pedreiras, dos marmoristas e dos empregados em padarias. Sendo que a situação dos marmoristas – profundamente afetados pela queda da importação e o aumento do preço dos mármore – e dos padeiros era especialmente difícil. Quando

milho, açúcar, carnes e farinha de mandioca.

⁴³³ De acordo com o Correio da Manhã, em comício realizado no domingo 11 de fevereiro em Bangu, o militante anarquista Pedro Matera teria proposto, em sua fala, que os operários descessem ao centro da cidade nos dias de carnaval “afim de inutilizar os préstitos carnavalescos, para os quais o governo concorreu com dinheiro tirado do povo, que sente fome”. CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 12/02/1917, p. 3.

observamos a lista de oradores dos comícios, podemos observar mudanças nos militantes a frente do Comitê e da FORJ, dentre os quais se destacam agora Paschoal Gravina, José Romero, Pedro Matera, José Caiazzo, Joaquim Campos, dentre outros. De acordo com Alves, “de uma maneira distinta do movimento contra a carestia de 1913, os princípios libertários eram defendidos publicamente desde os primeiros comícios” (2014, p. 107). E isso ainda que a FORJ contasse então com uma composição que expressava mais a diversidade de posições políticas aderentes a estratégia do sindicalismo revolucionário. Além dos anarquistas, ocupam posições de coordenação também socialistas como português Maximiano Macedo e o italiano Paschoal Gravina.

Já na reunião realizada em 14 de janeiro na sede da FORJ, situada então na Praça Tiradentes nº 71, é criado o Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o Aumento dos Impostos, bem como é incentivada a organização de subcomitês de bairros. A estratégia descentralizada é perseguida com ainda maior afinco que em 1913, mas só em parte corresponde aos intentos dos próprios organizadores. É que desde o início do ano os comerciantes dos arredores do Largo de São Francisco reclamam ao chefe de polícia os danos que a realização dos meetings na praça gerava aos seus negócios. A polícia atende ao pedido e, ao longo dos meses de agitação, nenhum comício é realizado nos locais mais centrais, preferidos do movimento operário. A Praça Onze, na Cidade Nova, é o mais perto que o movimento chega da Avenida Central. O Comitê decide, então, realizar comícios aos domingos de forma a atingir maior número de trabalhadores. Já no dia 28 de janeiro são realizados simultaneamente quatro meetings nos subúrbios: em Madureira, Engenho de Dentro, Vila Isabel e Gávea.

Os protestos dos trabalhadores não são os únicos a serem noticiados nas páginas dos jornais. Associações de comerciantes e industriais também se articulam e protestam contra o que consideram o aumento abusivo dos impostos – o que prejudicaria tanto os negócios quanto a situação de carestia da vida que afetava a população. De acordo com Samis, “para enfrentar a política do governo forma-se a ‘Liga do Comércio’ que envida esforço em reunir os atacadistas e varejistas em uma mesma frente para fazer o governo recuar de suas medidas. A Liga chega a pregar a ‘greve geral’ e o fechamento do comércio” (2017, p. 219). Os jornais da capital publicam seguidos editoriais exigindo que o governo tome medidas para minorar os graves problemas de abastecimento que afetavam a capital. No início de agosto daquele ano, a Comissão de Intendentes Municipais do Distrito Federal nomeada pelo prefeito para estudar as causas da alta dos preços dos alimentos apresenta seu relatório atacando a “gananciosa

exploração” dos *trusts* açambarcadores que mantêm os estoques dos armazéns cheios para forçar a alta do preço dos alimentos dispostos a venda na capital⁴³⁴.

A comissão confirmava, assim, a interpretação corrente tanto na imprensa anarquista quanto nos jornais de grande circulação. O manifesto⁴³⁵ divulgado pela FORJ após diversas reuniões na sede e nos subcomitês de bairro também continha um programa onde, além da reivindicação de abatimento de 30% no valor dos aluguéis e redução dos preços de alimentos básicos, são inseridos as principais pautas do movimento operário: jornada de 8 horas, fixação de salário mínimo, proteção para acidentes de trabalho, equiparação dos salários de homens e mulheres, abolição do trabalho infantil nas fábricas, melhores condições de higiene, etc. Além das reivindicações trabalhistas, o programa continha a demanda pela criação de “escolas racionalistas” e o “combate ao álcool”⁴³⁶.

Tanto na pauta de reivindicações quanto no resultado efetivo das mobilizações, o quadro é muito parecido com o de 1913. O governo não atende nenhuma das reivindicações presentes no manifesto da campanha contra a carestia. Ao longo do processo, assim como nas avaliações posteriores do movimento, a ênfase dos libertários recai no impulso que a campanha deveria dar para a reorganização do movimento operário, especialmente pela rearticulação de sindicatos que estavam desorganizados. De modo geral, os militantes anarquistas reunidos no Sindicato de Ofícios Vários, que constituía basicamente um núcleo de articulação de militantes sem delimitação profissional⁴³⁷, se dedicaram diretamente à recriação dos sindicatos de suas categorias respectivas.

Tabela 6 – Ação organizatória da Federação Operária, 1917 (Continua)

Categoria	Mobilização inicial	Aclamação de comissão de organização ou executiva provisória	Fundação ou reorganização do sindicato
Têxteis	11 de março	8 de abril	7 de junho
Construção Civil	14 de março	28 de março	11 de abril

⁴³⁴ O DEBATE, Rio de Janeiro, n. 7, 23/08/1917, p. 12.

⁴³⁵ Além dos sindicatos federados, também assinam o manifesto o Centro Cosmopolita, o sindicato dos pedreiros, o Centro dos Carregadores do D. Federal, a União dos Oficiais do Barreiro, o Grupo Jovens Libertários e a Associação dos empregados das Capatazias da Alfândega.

⁴³⁶ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 26/03/1917, p.3.

⁴³⁷ De acordo com LAMOUNIER, 2011, o professor José Oiticica, já então catedrático do Colégio Pedro II, era filiado ao Sindicato de Ofícios Vários em 1917.

Metalúrgicos	4 de abril	4 de abril	15 de abril
Alfaiates	23 de abril	23 de abril	7 de maio
Estalhadores	27 de abril	27 de abril	7 de maio
Vassoueiros	10 de junho	17 de junho	24 de junho
Marcineiros	7 de junho	12 de junho	26 de junho

Fonte: CRUZ, 1981, p.103.

Como mostra Cruz (1981), em todos os casos acima os militantes da FORJ tiveram participação direta nas reuniões de reorganização dos sindicatos, por vezes assumindo funções também nas comissões responsáveis pela propaganda do sindicato junto a categoria. Os sindicatos dos têxteis, metalúrgicos e construção civil seriam protagonistas decisivos dos acontecimentos dos meses seguintes. Até aqui não há muitas diferenças com o processo de mobilização ocorrido em 1913.

O ano de 1917 não seria, entretanto, como aquele que passou. Em abril, o Brasil rompe relações com a Alemanha após o torpedeamento de navios nacionais e, em outubro, declara guerra ao Tríplice Aliança. A Revolução Russa será sem dúvida, ao longo do ano, o maior, mas não o único, acontecimento diretamente relacionado aos esforços do movimento revolucionário a tomar espaço nos jornais e a ativar a energia de rebelião das classes trabalhadoras pelo mundo. Nesse sentido, trata-se de um momento ímpar de relativa sincronização do tempo do mundo, quando todos parecem tomar parte de uma mesma cena (a Guerra) e ouvem o sinal da Revolução que já vislumbra no horizonte. Afinal, como tantos trabalhos já mostraram, o recrutamento de massas para o serviço militar e o combate nas trincheiras por anos, alterando radicalmente o cotidiano da vida social nos países beligerantes, cria a expectativa de que nada voltará a ser como antes – o que significa, na visão dos socialistas libertários, que a resolução do conflito em que as potências europeias enfiaram o resto do mundo passa necessariamente pela resolução da “questão social”.

Associado a tal cenário internacional e ao clima ideológico por ele legado, encadeiam-se na cidade do Rio de Janeiro uma sequência de eventos que, mais ou menos contingentes, farão do nível de mobilização das classes trabalhadoras e dos resultados por ela obtidos algo inédito. Em primeiro lugar, a campanha contra a carestia culmina e termina com a celebração do 1º de maio em comício de protesto convocado pela FORJ para o chamado “Largo do Senado”. Na realidade, tratava-se do espaço aberto com o arrasamento do Morro do Senado,

vizinho ao prédio da Polícia Central. Os oradores discursaram de cima de um monte de pedras deixadas pela implosão do morro, numa situação bastante atípica. O *Correio da Manhã* relata toda a negociação que tinha havido entre a FORJ e o chefe de polícia para possibilitar a realização do comício em um ponto mais próximo do Centro. O mesmo jornal louva a atitude pacífica e ordeira dos milhares de operários reunidos, que após as falas saíram em préstito guardados por guardas civis e policiais, percorrendo as vias do Centro e terminando na sede da Praça Tiradentes.

As relações mais respeitadas entre as forças policiais e o movimento operário logo seriam quebradas. Uma semana depois, eclode um movimento grevista na fábrica de tecidos Corcovado, na Gávea, em 07 de maio. A greve põe em evidência a recém fundada União Geral dos Operários em Fábricas de Tecidos da Gávea⁴³⁸, uma das associações dos têxteis recriada então. Motivada pelas reclamações contra os abusos e desrespeitos ao regulamento por parte de contra-mestres da fábrica, a greve apresenta como principal reivindicação a readmissão de cinco trabalhadores demitidos após se envolverem em violenta altercação com o mestre geral James Smith, além do afastamento deste de suas funções. Como a direção da fábrica se nega a atender as reivindicações, o movimento se prolonga por mais de uma semana, e uma série de comícios de rua é realizada na Gávea e no Jardim Botânico, buscando agregar a participação dos têxteis das fábricas Carioca e São Félix, localizadas nas proximidades⁴³⁹.

O enfrentamento entre as forças policiais e os grevistas ocorre no dia 11 de maio, quando os operários realizam comício na Ponta das Taboas. Do confronto saem feridos sete policiais e dezenas de operários. Onze grevistas das fábricas de tecido da região são presos na própria manifestação. A polícia emite circular proibindo a realização de novos comícios e prende alguns dos principais membros da FORJ: Joaquim Campos, Pedro Matera, José Caiazzo, Paschoal Gravina, dentre outros. Seriam presos e processados também, de acordo com a circular, quem quer que buscasse “perturbar” o trabalho nas fábricas ou praticasse “depredações”. Além disso, dispõe as forças policiais nos arredores das principais fábricas têxteis da cidade para evitar novas paralizações e nos pontos de encontro anunciados pela FORJ para os comícios de 13 de maio – nos quais protestariam contra as ações da polícia contra os grevistas e os militantes anarquistas, bem como contra a Guerra e o impulso

⁴³⁸ As dificuldades de locomoção e o relativo isolamento das fábricas da região devem ter contado para a criação do sindicato por localidade – o que já era uma prática nos anos anteriores no bairro.

⁴³⁹ Todas informações retiradas de CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 12/05/1917, p. 3.

militarista e beligerante que tomava também o Brasil⁴⁴⁰. A greve não resiste e os jornais anunciam que no dia 14 de maio os operários se apresentaram regularmente ao serviço na Gávea⁴⁴¹.

No fim do mês de maio é realizada a Conferência judiciária-policia na capital, organizada pelo Dr. Aureliano Leal, onde foi debatido em sessão a vigilância sobre as sociedades operárias e as greves. De acordo com Cruz (1981, p.111), “a repressão sufoca a greve têxtil e desmantela a campanha de agitação popular, mas não consegue quebrar a espinha dorsal do movimento de reação ofensiva que vinha se estruturando nas reuniões de organização sindical”. O prédio da FORJ continuava sendo ponto de encontro e referência para as associações de classe da cidade, reunindo militantes e trabalhadores em suas reuniões e conferências.

Pois foi do outro lado da Praça Tiradentes, na esquina da Rua da Carioca com a Rua Silva Jardim, que desabou na manhã de 7 de junho o prédio do Hotel New York, em construção. Ao menos 40 operários são vitimados fatalmente e 25 ficaram feridos, gerando uma comoção sem precedentes na cidade. O próprio presidente da República Wenceslau Brás visita os feridos sobreviventes. Ao longo do dia, a sede da Federação é vigiada pelas forças policiais, um comício de protesto é interrompido na praça e alguns trabalhadores presos nos arredores da sede da FORJ. A noite se realiza ali assembleia da União Geral da Construção Civil, sindicato fundado em 11 de abril anterior, onde se protesta contra o descaso, a repressão e organiza-se a homenagem às vítimas do desabamento no enterro previsto para o dia seguinte.

Na tarde do dia 8 de junho, uma multidão se aglomera nas imediações do necrotério, se espalhando pelas ruas da Relação, Inválidos e Av. Gomes Freire. As sociedades operárias são representadas com seus estandartes em destaque no préstito que levou os caixões das vítimas a pé até o cemitério do Caju, cruzando a Cidade Nova e o Campo de São Cristóvão. Segundo o *Correio da Manhã*, a multidão que ouviu os discursos revoltados durante o enterro dos companheiros poderia ser calculada “sem exageros, em 8.000 pessoas”⁴⁴². A apuração das causas e dos responsáveis pelo acidente tomariam as páginas dos jornais ao longo dos meses

⁴⁴⁰ Desde abril a FORJ intensifica a sua campanha contra a Guerra, publicando um manifesto sobre o tema e encaminhando-o aos jornais e ao presidente da República. CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 15/04/1917, p. 2.

⁴⁴¹ A ÉPOCA, Rio de Janeiro, 15/05/1917, p. 3.

⁴⁴² CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 09/05/1917, p. 1. Ainda sobre os discursos proferidos no enterro, a mesma edição afirmava que “uns faziam profissão de fé anarquista em linguagem violenta, outros falavam como anticlericalistas, chegando um a declarar que chegava a duvidar da existência de Deus”.

seguintes. Diversas associações, dos mais variados perfis, se envolveriam em algum tipo de solidariedade às famílias dos operários vitimados.

O clima de agitação não arrefeceria nas semanas seguintes. Como sabemos, desde o junho as operárias das fábricas têxteis de São Paulo iniciam uma série de greves separadas que vão tomando vulto até alcançar a greve geral nas primeiras semanas de julho. O ápice da mobilização acontece entre 9 e 15 de julho, após o assassinato do jovem sapateiro José Martinez, cujo enterro foi precedido de uma manifestação sem precedentes da classe operária paulista em préstito que atravessou os principais bairros da cidade. A partir desse momento, com a criação do Comitê de Defesa Proletária, a greve se alastra e unifica, constituindo uma pauta de reivindicações comum. Existe uma enorme bibliografia sobre a greve geral de 1917 em São Paulo, cujas convergências e divergências não poderemos resumir aqui⁴⁴³. Destacando apenas alguns dados mais importantes, estima-se que em seu auge a greve envolveu cerca de 45 mil trabalhadores, transformando a cidade em verdadeiro campo de batalha e deixando um “saldo provável de pelo menos duzentos mortos pela ação da força pública” (BIONDI; TOLEDO, 2018, p. 58). A maior parte do empresariado cede a algumas das principais reivindicações do movimento⁴⁴⁴ e assina acordos prometendo elevar os salários em 20%, readmissão de todos grevistas, reconhecimento do direito de reunião dos trabalhadores, regularização do pagamento dos salários na primeira quinzena do mês e acompanhamento das iniciativas voltadas a melhorias das condições de trabalho e higiene nas fábricas e bairros (Ibidem, p. 58-59). A partir do dia 16 de julho os trabalhadores começam a retornar ao serviço, mas o movimento ainda se mantém em diversas cidades do interior paulista.

Desde a segunda semana de julho, quando o movimento em São Paulo ganha as manchetes dos jornais da capital, a pergunta sempre reiterada é: os operários do Rio de Janeiro seguirão o mesmo caminho? O aspecto mais destacado pela imprensa burguesa é a violência dos confrontos entre os trabalhadores e as forças policiais. O temor do “contágio” não era totalmente infundado: na segunda metade de julho movimentos grevistas de grandes proporções ocorreram em Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Pelotas (BIONDI;

⁴⁴³ Ver (FAUSTO, 1976; CAMPOS, 1988; LOPREATO, 2000; GODOY; MARCHEZIN; SILVA, 2017; BIONDI; TOLEDO, 2018). A mais conhecida é a polêmica quanto à caracterização da greve geral como “greve anarquista”, proposta por LOPREATO, 2000.

⁴⁴⁴ Além das que obtiveram maior sucesso, a pauta elaborada pelo Comitê de Defesa Proletária também continha comuns com a pauta do Comitê de Agitação contra a carestia da vida, elaborado no Rio em março, como a jornada de oito horas, abolição do trabalho de menores de 14 anos, diminuição dos preços de gêneros de primeira necessidade, redução em 30% dos aluguéis das casas, e medidas para melhorar o abastecimento e evitar a especulação dos *trusts*.

TOLEDO, 2018). O país viveria até o fim do ano uma série quase ininterrupta de agitações trabalhistas, que mudaram a forma como a “questão social” era encarada nacionalmente.

No Rio de Janeiro, a FORJ lança campanha de solidariedade com os paulistas e fomenta uma intensa agenda de assembleias dos sindicatos e associações federadas. A partir do dia 18 de julho, algumas categorias começam a se declarar em greve: primeiro os marceneiros, depois os sapateiros, os empregados em padarias e algumas fábricas têxteis. Nos dias seguintes se juntariam os operários da Construção Civil, os alfaiates, os empregados de bares e restaurantes (organizados no Centro Cosmopolita, muito afinado com a FORJ durante o período), os empregados do Lloyd Brasileiro e os metalúrgicos (SAMIS, 2017). A FORJ busca unificar as pautas em torno da reivindicação da jornada de 8 horas, aumento dos salários e barateamento dos gêneros de primeira necessidade.

No domingo 22 de julho, são realizados comícios e passeata no Centro da cidade, em que discursou José Elias da Silva, então ligado ao Grupo Anarquista Renovação. Segundo o jornal *A Razão*, ao início da semana eram cerca de 40 mil os trabalhadores paralisados. O mesmo jornal louva a atitude pacífica dos trabalhadores, mas os choques violentos com as forças policiais não demorariam. Na tarde de 24 de julho, terça-feira, os confrontos nas imediações do Largo de São Francisco dão o tom da radicalização do movimento ao longo daquela semana. Os funcionários de empresas de diversos ramos paralisam os trabalhos, assim como os gráficos e os empregados da Light. No dia seguinte o Correio da Manhã já estima em 70 mil o número de grevistas.

Diferentemente do caso de São Paulo, não chega a se efetivar um comitê central para unificar o movimento, sobretudo após o fechamento do Centro Cosmopolita e da FORJ no dia 26. Entre categorias profissionais e empresas isoladas, Maria Cecília Velasco e Cruz (1981) contabiliza 28 greves em julho no Rio de Janeiro. O sindicalismo amarelo é praticamente unânime em repelir a greve e manter-se contrário às agitações – o movimento é dirigido pelas associações ligadas ao sindicalismo de ação direta. No entanto, mais importante do que o aspecto quantitativo seria o fato de serem classificadas por Cruz como “greves ofensivas”, diferente do padrão onde prevaleciam as greves defensivas – que continuariam ocorrendo no resto do ano. A partir da primeira semana de agosto a greve refluí na maior parte das categorias, mantendo-se apenas os têxteis e os alfaiates, quer voltariam ao trabalho após acordos com o patronato.

Os resultados das greves foram diversos e muito desiguais para cada grupo, mas indicam o fortalecimento indiscutível da capacidade de pressão dos sindicatos. Enquanto 70% das greves defensivas realizadas até julho tiveram resultados negativos para os grevistas, após

julho o padrão se inverte e alcançam vitórias das reivindicações em cerca de 80% dos casos (CRUZ, 1981, p. 123). Entre os resultados da greve de julho no Rio, Dulles (1977) destaca o saldo positivo para os sapateiros, que alcançam melhorias salariais, e para os têxteis, que conseguem aumento de 10% e semana de trabalho de 56 horas. O reconhecimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) seria alcançada em novembro após novas greves dos têxteis visando garantir o cumprimento das conquistas de julho (FAUSTO, 1976). De todo modo, o desrespeito e questionamento no judiciário dos acordos foi prática corrente entre os patrões dos mais variados ramos econômicos, algo que continuaria ocorrendo mesmo após a decretação da legislação e justiça trabalhista no período Vargas (CARDOSO, 2010; GARCIA, 2016).

Sobre o caso dos têxteis, Cruz destaca a virada que a conjuntura permite na relação entre ação e organização: agora torna-se possível sustentar movimentos grevistas mais longos sem que o sindicato seja pulverizado ao final do processo.

Com isso se opera uma transformação da água para o vinho no movimento operário têxtil. Tendo perdido todas as greves realizadas no início do ano, os têxteis começam agora a somar vitórias, e como no final do ano já haviam conseguido criar delegações em todas as seções de todos os estabelecimentos fabris de alguma importância no ramo, tornam-se capazes de sustentar greves em fábricas isoladas, através da solidariedade e contribuições dos que se mantêm trabalhando, e da distribuição de alimentos aos grevistas por um, dois, três meses, até dobrar industriais antes invencíveis, e obter acordos até então impossíveis (CRUZ, 1981, p. 126).

A manutenção e o fortalecimento dos sindicatos construídos no fogo dos conflitos de 1917 estariam em pauta nos meses posteriores. Em São Paulo, onde a repressão foi mais brutal, o movimento operário sofre com perseguições, deportações e empastelamento de jornais, se reerguendo novamente apenas em 1919. No Rio, mesmo com o fechamento da FORJ durante os dias de conflitos mais intensos da greve, o movimento associativo não foi desmanchado, e até o ano seguinte os sindicatos que tomaram parte na greve continuavam ativos e reunindo número crescente de associados⁴⁴⁵.

A repressão ao movimento operário ainda foi fortalecida com a entrada do Brasil na Primeira Guerra, em outubro de 1917, já que o projeto de lei complementar ao estado de guerra permitia a declaração de sítio em todo o país. Aprovada em 16 de novembro, o sítio foi declarado no dia seguinte e prorrogado sucessivas vezes até 31 de dezembro de 1918 (já no mandato assumido por Delfim Moreira) no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como mostra Gasparetto Júnior

⁴⁴⁵ Fausto (1976) indica que a UOFT, por exemplo, declarava em novembro de 1918 possuir 30.000 sócios, e a comemoração do seu primeiro aniversário teria reunido 4000 pessoas em agosto.

(2018), a entrada na guerra serviu apenas de pretexto para a repressão ao movimento operário e outras oposições internas, já que nos estados do Sul, de maior imigração alemã, não foram registrados conflitos ou movimentos sediciosos associados ao Império Alemão.

A declaração de guerra insuflou o patriotismo e acelerou o fechamento de associações e jornais, frustrando a greve dos têxteis então em curso. Na capital, uma das vítimas foi o periódico semanal *O Debate* que havia sido lançado em julho, no despontar do movimento grevista, dirigido por Astrojildo Pereira e Adolpho Porto. Publicado em formato de revista, o periódico agregou de forma bastante aberta e fraternal alguns dos principais intelectuais e políticos ligados ao movimento operário, de diferentes posições políticas, mas todos entusiasmados com o processo revolucionário que corria na Rússia. Não poderia ser classificado, portanto, como um periódico anarquista estritamente.

Nas páginas de *O Debate* podemos encontrar algumas indicações de como o “exemplo russo” repercutiu no Rio de Janeiro, tendo impacto nos acontecimentos que ocorreriam no ano seguinte. Tendo em vista a importância dos episódios de conflito violento entre forças policiais e do exército e os grevistas no desfecho do movimento na cidade de São Paulo, surge a perspectiva de uma aliança entre operários e soldados, seguindo o luminoso exemplo dos soviets. Ainda durante o mês de julho, *O Debate* lançava a pergunta: “teremos também um comitê de soldados e operários?”⁴⁴⁶. Além de reproduzir o manifesto das trabalhadoras grevistas em apelo aos soldados, o texto traz notícias de deserções nas fileiras do exército durante os confrontos em São Paulo, inclusive com soldados se juntando aos grevistas. Nas semanas seguintes, são publicadas transcrições de diálogos onde se via um apoio sussurrado dos soldados e marinheiros à luta dos trabalhadores. Manifestos apócrifos eram lançados clamando pela aliança entre operários e soldados, alguns carregados de críticas ao militarismo e outros nem tanto. Além disso, *O Debate* reproduz trecho do jornal *A Semana Social*, editado em Alagoas por Octavio Brandão, em que se afirmava que “é preciso criar uma espécie de Comitê de Operários e Soldados que exerça revolucionariamente uma ação inovadora, até todo o povo adquirir uma certa independência de ação que lhe permita dirigir-se por si mesmo”⁴⁴⁷.

Ao longo do ano seguinte, as duas concepções da revolução social – a novíssima experiência russa dos soviets (e depois da tomada do poder pelos bolcheviques) e a estratégia da greve geral tal como concebida pelo sindicalismo revolucionário – conviveriam e se misturariam, dando ensejo a chamada “insurreição anarquista” de novembro de 1918. Vale

⁴⁴⁶ O DEBATE, Rio de Janeiro, n. 3, 26/07/1917, p. 11.

⁴⁴⁷ O DEBATE, Rio de Janeiro, n. 6, 11/08/1917, p. 11.

lembrar que, até então, o anarquismo no Rio de Janeiro tinha muito pouco de insurrecional, a despeito das acusações de Mota Assunção⁴⁴⁸. Portanto, justamente quando o movimento operário atingia o maior nível de organização e de agitação grevista até então, uma outra concepção de estratégia revolucionária se alastrava pelo mundo no rastro da Revolução Russa, alterando em boa medida o tipo de atuação que os libertários vinham mantendo até ali.

Logo no início de 1918 forma-se a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, anunciada não como uma “agrupação no sentido estrito e comum das agrupações libertárias”, mas um “órgão de união, de entendimento, de aliança entre todos os anarquistas do Rio de Janeiro, formados em grupo ou não”⁴⁴⁹. Aparentemente, os acontecimentos do ano anterior teriam permitido a reconciliação dos militantes anarquistas residentes na cidade, de modo a por fim nas “discussões estéreis” sobre o problema do “anarquismo e do sindicalismo”. José Elias da Silva e Manuel Campos, signatários do texto de 1916, atuam na Aliança Anarquista junto com Carlos Dias, José Oiticica, Astrojildo Pereira, dentre outros. O Boletim publicado por três meses pela Aliança anuncia uma série de conferências de propaganda nos sindicatos com os principais militantes e intelectuais libertários da cidade, destacando que o melhor é que seriam “as próprias organizações que as promovem e convidam nossos conferencistas [...] ótimo sintoma da atividade renascente”⁴⁵⁰.

Em março de 1918 é fundada a União Geral dos Trabalhadores (UGT) como substituta da FORJ, ocupando o mesmo prédio da Praça Tiradentes. Participam da fundação e elege delegados para a UGT as seguintes entidades: Sindicato dos Operários em Pedreiras, União Geral dos Metalúrgicos, União dos Alfaiates, Sindicato Federal dos Manipuladores de Tabacos, Sindicato dos Entalhadores, Sindicato dos Marceneiros e Artes Correlativas, Centro Internacional de Vendedores de Pão, União Geral dos Trabalhadores em Calçados, Sindicato dos Operários Vassoureiros e Artes Correlativas, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Operários em Fábricas de Tecidos, União dos Chapeleiros e União dos Oficiais Barbeiros. Dessas 13 entidades, 5 constituíam o núcleo mais antigo de influência do sindicalismo revolucionário na capital desde o início da FORJ. Metalúrgicos, têxteis e operários da

⁴⁴⁸ Em 1911, Mota Assunção e Ulisses Martins se afastam do anarquismo e tentam fundar o Partido Socialista Radical, junto com outros nomes do socialismo amarelo. Em texto de “acerto de contas” com seu passado militante, Mota Assunção atribui ao anarquismo insurrecional dos “chefes do sindicalismo carioca” a culpa pelo fracasso do movimento operário até então. Ver “Palavras do coração”, A VANGUARDA, Rio de Janeiro, n. 7, 17/06/1911, p. 1.

⁴⁴⁹ BOLETIM DA ALIANÇA ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, n. 1, fev-1918, p. 1.

⁴⁵⁰ BOLETIM DA ALIANÇA ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, n. 2, março-1918, p. 2.

construção civil, contando com as maiores bases, estendem sua atuação abrindo sucursais nos subúrbios e em Niterói, assim como também o fazia a própria UGT⁴⁵¹.

De acordo com Addor (2002), no primeiro semestre do ano ocorrem movimentos grevistas entre os sapateiros (em abril) e os marceneiros (em junho) reivindicando a jornada de oito horas. No início de julho é decretada greve na fábrica de tecidos Confiança Industrial, movimento que se alastra na segunda semana do mês para os operários marmoristas, carvoeiros, estivadores e chapeleiros. A greve dos têxteis tem fim com o acordo entre a UOFT e os industriais, suspendendo os serões e readmitindo os demitidos. Em agosto, uma nova onda de paralisações seria deflagrada em algumas fábricas/oficinas metalúrgicas, de marcenaria e marmoraria, e entre os trabalhadores em trapiches e café. No mês seguinte seria a vez dos sapateiros iniciarem um movimento grevista que duraria dois meses e ao final do qual se constituía a Aliança dos Operários em Calçado. Nas muitas greves que eclodem no período podemos reconhecer a batalha pelo reconhecimento dos sindicatos pelas entidades patronais e pelo cumprimento de acordos conquistados nas greves anteriores.

Tal ascenso organizativo animava os planos dos militantes inspirados na Revolução de Outubro, mas também expõe algumas contradições dentro do movimento operário do Rio. Nas impressões deixadas por Astrojildo Pereira no periódico *Crônica Subversiva*, publicado em entre junho e outubro de 1918, podemos vislumbrar a tensão característica da relação entre os anarquistas e o sindicalismo. Por um lado, elogiando as recentes greves dos têxteis em protesto contra a demissão de alguns companheiros, afirma que “os industriais não contavam com o espírito de solidariedade que hoje liga tão fortemente os trabalhadores, e supunham poder vencê-los ao primeiro apito de suas máquinas. Apitam em vão as máquinas: nenhum operário baixou a cerviz para atravessar os portões da ignomínia e da traição”⁴⁵². Por outro lado, o autor desfere críticas agudas a mensagem enviada pela UGT ao Congresso Nacional na qual retomava os termos da declaração da FORJ no ano anterior. O texto apresentava uma espécie de programa onde se propunha a independência do Brasil frente a Guerra e a adesão a uma plataforma de “organização geral do trabalho”, com uma política econômica em defesa dos interesses nacionais. Quando a UGT envia, em julho de 1918, nova representação ao Congresso, reafirma a impossibilidade do país “progredir” com os “ridículos salários dos lavradores de terras brasileiras, com as péssimas condições higiênicas do solo brasileiro, e das fábricas nacionais, com a ausência de uma legislação que imponha deveres

⁴⁵¹ Até agosto de 1918, a UOFT já tinha inaugurado sucursais nos bairros do Andaraí, Bangu, Laranjeiras, Gávea, Deodoro (Sapopemba), e nas cidades de Niterói, Petrópolis e Santo Aleixo (ADDOR, 2002, p. 113).

⁴⁵² CRÔNICA SUBVERSIVA, Rio de Janeiro, n. 7, 13/07/1918, p. 2.

nos patrões”⁴⁵³. Admite, entretanto, que o governo não está a altura de tal obra, e por isso apresenta uma pauta de “indispensáveis paliativos imediatos” para a situação do proletariado, no qual constam a jornada de oito horas, a regulamentação do trabalho de menores, a fixação de um salário mínimo em cada ramo, equiparação dos salários de homens e mulheres e “garantias eficazes do governo para o cumprimento dessas medidas”.

É visível a distância, portanto, que a UGT e a FORJ tomavam, no auge daquela conjuntura, em relação a posição defendida pelos anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário de “recusa da política”. A manutenção de uma grande agitação trabalhista por todo o período tende a esconder essas divergências então crescentes. Astrojildo Pereira critica em seu texto a “panaceia” lançada pela UGT, reafirmando a ideia de que a pior derrota para os trabalhadores seria a aceitação de tais reivindicações pelo governo, o que produziria o amortecimento das “energias combativas do operariado em organização”, reforçando o “prestígio do Estado burguês”⁴⁵⁴.

Não chega a ser surpreendente que, com o crescimento e fortalecimento das associações, posições divergentes se explicitassem. Ecoa aqui, também, aquele diagnóstico presente no texto *O Anarquismo perante a organização sindical*, de que os sindicatos deveriam tomar orientação que correspondesse a “mentalidade” e aos “sentimentos” dos operários, abandonando a “ficção” de torná-los totalmente adequados a doutrina libertária. De todo jeito, uma das consequências do fortalecimento do movimento operário no período seria justamente a sua imposição nas relações de trabalho e o aumento da pressão para que as propostas de legislação social fossem encaminhadas no Congresso.

A visão de que a “hora final” da revolução estava chegando ganha reforço dentre os anarquistas com a sequência de acontecimentos que ocorrem no segundo semestre: os violentos conflitos ocorridos em agosto durante a greve da Cantareira em agosto, a epidemia de gripe espanhola que assola a capital federal em outubro, e o fim da guerra no início de novembro. A greve da Cantareira paralisou os serviços da barca entre Rio e Niterói, além de contar com a solidariedade de outros setores de transporte que também pararam. Nos dias 6 e 7 de agosto violentos conflitos foram registrados em Niterói, sendo que soldados do exército teriam tomado o lado dos grevistas e respondido aos ataques da força policial. Como resultado, dois mortos e uma onda de prisões que levou por algumas semanas ao cárcere militantes como o próprio Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, José Caiazzo e dezenas de operários. Já a epidemia da gripe espanhola, atingindo seu ápice no fim de outubro, levou

⁴⁵³ JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 13/07/1918, p. 6.

⁴⁵⁴ CRÔNICA SUBVERSIVA, Rio de Janeiro, n. 8, 20/07/1918, p. 1.

ao fechamento de muitas fábricas e oficinas, agravando a situação de fome que assolava boa parte das classes trabalhadoras. As associações de classe se envolvem na constituição de efêmeros Comitês de combate à epidemia e à fome, mantendo intensa atividade de protesto. O mês de novembro trouxe, logo na semana anterior à deflagração da insurreição, dois eventos importantes: no dia 11 chegava ao fim a Primeira Guerra e no dia 15 tomou posse interinamente na presidência da República Delfim Moreira, dado que Rodrigues Alves estava acamado pela gripe que o vitimaria fatalmente em janeiro do ano seguinte.

Foi nesse contexto que se configurou o plano da insurreição anarquista. Como todo plano insurrecional articulado clandestinamente, é difícil ter certeza de como as coisas se passaram. A reconstituição disponível nos principais estudos sobre o tema tem por base, em larga medida, as informações do inquérito policial, divulgadas pelos grandes jornais, as quais se somam, no caso da pesquisa de Dulles (1977), entrevistas e depoimentos dos envolvidos. De acordo com a narrativa mais estabelecida (ADDOR, 2002), ainda com o estado de sítio vigente na capital, um grupo de militantes e intelectuais passa a se reunir da casa de José Oiticica para planejar ações conjuntas visando a derrubada do governo e o estabelecimento de uma junta de operários e soldados. Teriam participado do plano, além do anfitrião, o jornalista Agripino Nazaré, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, Álvaro Palmeira, Carlos Dias, José Elias da Silva, João Costa Pimenta, José Romero e os líderes da UOFT Manuel Castro e Joaquim Moraes.

Decisivo, porém, seria a presença nas reuniões do tenente do exército Jorge Elias Ajus, levado por Ricardo Correia Perpétuo que, segundo Dulles, fazia parte do comitê responsável pela distribuição de boletins sediciosos entre os aquartelados da Vila Militar. Segundo consta no inquérito, o tenente Ajus serviu de informante para as forças policiais, denunciando o plano do levante de novembro a tempo para sua desarticulação. A presença do tenente nas reuniões aparentemente só pode ser explicada pela crença na aliança entre operários e soldados, crença essa que, naquele contexto, era muito mais uma aposta extremamente arriscada do que uma construção já avançada.

O plano envolvia a deflagração da greve geral a partir das categorias mais ativas no sindicalismo de ação direta e se desdobraria num levante articulado com a tomada de pontos estratégicos do arsenal das forças armadas. Na descrição de Dulles, a ideia era que

Os operários que partissem de Botafogo deveriam invadir o palácio presidencial, onde hasteariam uma bandeira vermelha; os operários reunidos em São Cristóvão se apossariam dos depósitos de armas e munições da Intendência da Guerra; os tecelões de Bangu tomariam posse da fábrica de cartuchos de Realengo; o pessoal da Saúde, fiel a Manuel Campos, ajudaria no ataque ao quartel de polícia ali existente (DULLES, 1977, p. 67).

As principais categorias envolvidas na greve insurrecional foram os têxteis, os metalúrgicos e os operários da construção civil. Na segunda-feira, dia 18 de novembro de 1918, às quatro da tarde, os operários prosseguiram com a deflagração da greve conforme combinado, mas os “cabeças” do movimento – Oiticica, Astrojildo, Campos, Palmeira, Carlos Dias, José Elias, João Pimenta e Agripino Nazaré – já haviam sido presos horas antes no escritório da Rua da Alfândega onde o catedrático do Pedro II dava aulas particulares. Os grevistas se encaminham para o Campo de São Cristóvão, onde se desenrola o confronto com as forças policiais que deixa alguns oficiais feridos. Contudo, a insurreição não vai longe. Nenhum arsenal do exército é tomado e, após intenso tiroteio na delegacia do 10º distrito policial, os revoltosos fogem para evitar a prisão em massa. Ainda assim, entre os dias 18 e 21 teriam sido presos, de acordo com o *Correio da Manhã*, ao menos 78 pessoas classificadas como “anarquistas”. Na contagem de Addor (2002) ao longo das semanas seguintes cerca de duzentas pessoas seriam detidas.

Ainda que a insurreição tenha sido derrotada logo no seu primeiro momento, as categorias que haviam aderido ao plano mantêm as suas greves. Como resposta a polícia fecha as sedes da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, da União Geral dos Metalúrgicos e da União Geral da Construção Civil. No dia 22, é dissolvida por decreto assinado por Aurelino Leal a União Geral dos Trabalhadores. Os têxteis ainda mantêm a greve mesmo após o ultimato publicado no dia 24 pelo patronato, exigindo a retomada imediata do serviço. Na semana seguinte, voltariam ao trabalho completamente derrotados, sem conquistar nenhuma das reivindicações (onde constava a jornada de oito horas e a semana de seis dias de trabalho) e nem mesmo a readmissão dos grevistas. O saldo imediato é inequivocamente negativo ainda que, mesmo com a deportação de 180 presos em dezembro, o movimento operário tenha conseguido se reerguer no ano seguinte.

A manutenção das greves com as reivindicações “de sempre” mesmo após o desbaratamento da insurreição sugere que, até certo ponto, foram duas mobilizações que correram em paralelo, a despeito dos planos para o dia 18. Tendo em vista toda a discussão que fizemos sobre os dilemas da atuação sindical dos anarquistas, a chamada “insurreição anarquista” não representa a culminância da estratégia sindicalista seguida ao longo dos 15 anos anteriores, mas antes de tudo um desvio, ou a adoção de uma nova estratégia, que passava a dar centralidade a possível articulação entre operários e os praças das forças armadas – algo que destoava completamente da atuação dos libertários até ali, marcada pelo antimilitarismo e antipatriotismo radical. Sem dúvida a experiência russa servia de inspiração imediata para tal aposta, mas ela também responde aos dilemas enfrentados pelo crescimento

do movimento operário e pelos violentos choques com a repressão estatal. Até onde ia a sua capacidade de arrastar o apoio de outros setores para além da classe trabalhadora urbana organizada? Essa questão ecoará ao longo da década seguinte, mudando a conformação do conflito político e da atuação do movimento operário.

Em maio de 1919, José Oiticica já estaria de volta na capital após o desterro em Alagoas, mesmo tendo sido apontado como o “mentor” da insurreição fracassada. A partir de agosto ele é um dos principais editores do periódico *Spártacus*. Curiosamente, não encontramos nos 24 números do jornal qualquer referência explícita ou avaliação do movimento do ano anterior. O processo que acusava 14 indivíduos pelo crime de atentado a ordem pública ainda estava em curso e talvez conviesse mais não tocar no assunto⁴⁵⁵. O que toma quase todo espaço nas páginas de *Spártacus* é a crítica e a denúncia da repressão estatal contra o movimento operário e os anarquistas.

Mesmo com a criação do Partido Comunista e com a articulação da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro ainda no primeiro semestre de 1919, os militantes libertários não voltariam a tentar uma insurreição nos moldes bolcheviques, tendo se voltado novamente à construção de greves gerais no modelo mais próximo das concepções do sindicalismo revolucionário. Mesmo com a intensa repressão, o movimento operário mantém intensa agitação nos anos seguintes, mantendo-se um ritmo de greves intenso até 1920. Segundo Bóris Fausto (1976), entre 1917 e 1920 teriam ocorrido – excetuando a greve generalizada de julho de 1917 – 80 greves no Rio de Janeiro, das quais 53 em empresas isoladas e 27 em todo um ramo profissional (1976, p. 185). Pelo levantamento realizado por Marcela Goldmacher (2009), só entre 1919 e 1920 teriam sido 50 greves na capital, das quais 9 seriam conjuntas de mais de uma categoria ou de mais de uma fábrica da mesma categoria. De todo jeito, diferentemente da conjuntura de 1917-1918, agora a derrota seria o destino mais comum das mobilizações (GOMES, 2005), tornando esse período particularmente duro para o movimento operário. A tentativa de manter os sindicatos abertos, torná-los reconhecidos oficialmente pelo patronato, e fazer cumprir os parcos acordos conquistados ao longo das greves anteriores foram as tarefas que consumiram quase toda a energia da agitação trabalhista no período.

Vale lembrar também que a conjuntura de 1917-1919 marca definitivamente o avanço do debate sobre a “questão social” no Congresso, tanto como resposta às agitações grevistas quanto ao cenário internacional, especialmente com a realização da Conferência de

⁴⁵⁵ Em junho de 1919, Agripino Nazareth, então na Bahia e já processado, publica artigo dizendo que em novembro houve apenas um movimento grevista e que o comício dos operários no Campo de São Cristóvão foi arbitrariamente atacado pelas forças policiais sob comando de Aurelino Leal. Ver CASTELLUCCI, 2012.

Washington e com a assinatura dos tratados do pós-guerra (GOMES, 1979). Os projetos de lei apresentados pelo deputado Maurício de Lacerda em meados de 1917, que incluíam a jornada de oito horas e a regulamentação do trabalho de mulheres e menores, são parcialmente incorporados na proposta de um Código do Trabalho, elaborada em outubro de 1917 mas que tramitava lentamente. Somente no segundo semestre de 1918 o projeto começou a ser debatido na Câmara, mas acabou desmembrado e apenas a Lei de Acidentes de Trabalho foi aprovada em dezembro daquele ano, logo após os episódios da insurreição anarquista e ainda com a lembrança do desabamento do Hotel New York no ano anterior. A lei, sancionada em janeiro de 1919, constitui a primeira legislação social brasileira, mas o debate sobre o intervencionismo estatal no mercado de trabalho continuaria dividindo os parlamentares e só seria superado pela Emenda Constitucional de 1926 que modificava o entendimento anterior (primado do direito civil) e reconhecia que era dever do poder legislativo criar leis de proteção social.

Podemos concluir, portanto, que o fortalecimento inédito do movimento operário na conjuntura de 1917-1919 produziu efeitos contraditórios para os militantes anarquistas. A intensa agitação trabalhista do período foi respondida com crescente repressão estatal, definitivamente voltada para extirpar a influência “perturbadora” do sindicalismo de ação direta atizado pelos “estrangeiros”. A violência envolvida no fechamento de sindicatos e jornais, na deportação de centenas de trabalhadores e militantes, associada à lentidão do andamento das (tímidas) medidas de proteção social no Congresso, reforçava o discurso libertário de recusa da política institucional – ainda que fosse colocada à prova sua capacidade de resistir a repressão que sofriam continuamente. O número crescente de greves que terminavam com acordos assinados entre patrões e o sindicato, pressionava no sentido da criação de mecanismos que garantissem o seu cumprimento. Mesmo que os libertários afirmassem que apenas a mobilização dos trabalhadores poderia obrigar os patrões a cumprirem os acordos, a multiplicação de greves isoladas em fábricas e empresas alimentaria a especialização da repressão estatal e traria novos desafios para construção da greve geral revolucionária. Os experimentos do fim da década de 1910 ficariam marcados pela força com que emergia a disposição para a ação direta e pela vinculação com o imaginário anarquista da autonomia, mesmo que, olhando de perto, tenhamos visto que os seus militantes debateram vivamente os seus dilemas.

CONCLUSÃO

Nesta conclusão faremos breve recapitulação dos principais pontos de cada capítulo da tese, tentando percorrer o arco de nosso argumento de forma mais sintética e adicionando algumas sugestões e hipóteses que requerem o desdobramento de novas pesquisas. A intenção mais geral da pesquisa foi conectar os significados que os libertários conferiam à sua atuação e os dilemas que eles encontram na sua prática às visões sobre o Brasil que podemos reconstituir a partir da sua imprensa. Assim, buscamos trabalhar com duas frentes: a do pensamento social produzido por eles, situando-os dentro daquele contexto intelectual, e a do movimento operário, onde a sua proposta disputou com outras correntes a orientação dos sindicatos de resistência. Perscrutamos os diferentes significados imantados na sua visão da emancipação dos trabalhadores, onde confluem aspectos políticos (sobretudo a noção de “autonomia”) e morais associados à sua obra de “regeneração”.

No primeiro capítulo destacamos a composição social dos círculos anarquistas a partir dos colaboradores dos periódicos pesquisados. A circulação dos intelectuais engajados entre os cafés literários e as associações de classe revela a articulação que esteve envolvida no anarquismo desde o princípio e foi fundamental para a construção da sua imprensa. A composição heterogênea desse conjunto de colaboradores, expressando o princípio democratizante de participação na palavra escrita, nos permite ganhar uma perspectiva mais nuançada da vida intelectual do Rio de Janeiro naquele período. Constitui também o lastro sociológico mais básico da discussão que será feita nos capítulos seguintes, a respeito dos significados ambivalentes e contraditórios dos processos de circulação de ideias. Além disso, tal articulação revela também o esforço para a criação de espaços, como os Centros Culturais, onde as hierarquias sociais fossem relativamente desfeitas, em prol da solidariedade e do projeto de transformação social. Além disso, a reconstituição dessas relações a partir da sua inscrição no tecido urbano nos ajuda a visualizar o papel dos mediadores (intelectuais e militantes) que se deslocaram permanentemente entre os cafés, as fábricas e as associações de classe.

No segundo capítulo, buscamos inserir o anarquismo na sequencia história dos radicalismos políticos no país. Essa inscrição, que ficou apenas sugerida a partir das trajetórias de alguns poucos militantes sobre os quais temos maior conhecimento, serviu em primeiro lugar para traçar semelhanças e diferenças entre os libertários e os grupos jacobinos e socialistas – cujas fronteiras não eram bem definidas – com quem disputaram o tal instinto

de revolta da população da capital, sobretudo dentro do movimento operário nascente. A concepção nacionalista e militarizada do radicalismo político jacobino, marcado pela experiência histórica da Revolta da Armada e do florianismo, não poderia discrepar mais do internacionalismo e antimilitarismo dos anarquistas. Mas, além dessas diferenças, também procurei apontar que republicanos radicais e libertários compartilharam dos efeitos da descontinuidade entre o movimento abolicionista e a campanha republicana após o 13 de maio. O afastamento das camadas populares em relação à propaganda republicana radical, que fazia apelo a participação política da população urbana, foi um dos traumas de nascença dos movimentos sociais da era republicana, que ajuda a entender o esvaziamento das pressões populares por transformações mais substantivas nas formas de organização e distribuição do poder político e da riqueza. Não é a toa que os movimentos “messiânicos” do campo traziam um monarquismo místico popular, contra o qual os republicanos radicais tomaram armas a mando do Estado oligárquico.

Além disso, jacobinos, socialistas e anarquistas também foram informados pela voga positivista na sua coloração mais radical e intransigente. No terceiro capítulo procurei mostrar como as doutrinas anarquistas circularam no contexto intelectual da época junto com as teorias científicas evolucionistas, com as quais compartilharam do cientificismo como valor fundamental. No que tange a centralidade da educação nos projetos de transformação social, procurei mostrar como os libertários compartilharam da crença na “instrução redentora” que estava disseminada entre os grupos mais progressistas. É claro que o projeto educacional dos anarquistas ganharia maior densidade e contornos próprios com o passar do tempo, especialmente a partir da experiência das escolas racionalistas, mas a fragilidade de iniciativas como a UPEL se apresentaria em maior ou menor grau de forma mais generalizada. O olhar dos anarquistas, para quem a instrução era ferramenta para a saída do estado de “apatia” e “servilismo” dos trabalhadores, esteve marcado pela necessidade de “elevação moral” e, nesse sentido, a educação era parte de um projeto mais amplo de “regeneração” das classes trabalhadoras.

Na segunda parte nos dedicamos à recuperar as visões do Brasil no pós-abolição. Investigando os usos da categoria “escravidão”, mostramos como havia um movimento duplo de generalização (o uso metafórico e hiperbólico para caracterizar as relações de dominação vigentes) e particularização (quando se referem às heranças da ordem escravocrata propriamente dita). Recuperar as visões dos libertários sobre as heranças retrógradas da escravidão, notando que o passado aparece apenas como conjunto de brutalidades, servilismos e obscurantismos que custavam a desaparecer, ajuda a entender aquele caráter estrangeiro a

que o trecho utilizado na abertura desta tese faz referência. Lembremos: o anarquismo como “tudo que possuímos em matéria de civilização” é estrangeiro. Essa visão de terra arrasada sobre o passado, que aparecia naquele momento quase como o mundo da escravidão, ajuda a entender porque, na leitura deles, não havia aqui formas de auto-organização populares autóctones. A escravidão teria justamente eliminado qualquer autonomia dos subalternos, enredando-os em redes de proteção paternalista e em uma mentalidade religiosa arcaica – ou pelo menos era assim que o racionalismo científico das correntes socialistas modernas as entendia. O processo de formação da classe trabalhadora urbana e de suas organizações de luta parece ter cortado, pelo menos do nível mais visível dos discursos políticos, qualquer ligação com as formas de resistência à escravidão. Talvez esse tenha sido um dos trabalhos perversos do processo de desagregação lenta do regime escravocrata. Entrevemos aí também o quão funda foi a contradição entre rural e urbano no pós-abolição, já que não encontramos quase nenhuma discussão, nos periódicos anarquistas do Rio de Janeiro, dos problemas do homem do campo – isso em um contexto em que a população urbana não representava nem 30% da população brasileira⁴⁵⁶. Tal visão sobre o passado também ajuda a entender porque os anarquistas, projetando sua voz como a crítica das mistificações burguesas do discurso oficial e a revelação da realidade sombria do mundo do trabalho, manteve uma relação ambígua com a noção de progresso. Além disso, na sua recusa da mobilização de identidades racializadas na luta antirracista, reconhecemos como os anarquistas reproduziram as visões mais disseminadas à época, não colocando a crítica aberta e o combate à discriminação racial como um dos seus objetivos políticos.

Como procuramos mostrar, os anarquistas entendiam a sua própria prática de organização sindical e educacional como uma forma de regenerar, sanear, corrigir os efeitos da desorganização social no mundo do trabalho. Tal diagnóstico era compartilhado também estava presente nos reformistas e socialistas, indicando o quão disseminada foi a percepção de que os efeitos da ordem liberal da Primeira República, com sua grande estima pela “liberdade de trabalho” e nenhuma pelo estabelecimento de um patamar mínimo de dignidade para a sobrevivência dos trabalhadores, eram absolutamente devastadores para quaisquer perspectivas emancipatórias. A centralidade do tema da “desorganização social”, tão presente na imprensa anarquista, reaparece por exemplo em Florestan Fernandes, na sua análise da passagem da ordem estamental-escravista para a ordem competitiva em *A Integração do*

⁴⁵⁶ Mesmo no caso de São Paulo, onde havia maior comunicação e articulação mais intensa entre os núcleos de trabalhadores imigrantes na cidade e nas fazendas, o trabalho de propaganda parece ter se focado na campanha contra a vinda de novos imigrantes e por melhores condições de trabalho para os colonos.

Negro na Sociedade de Classes. Afinal, Fernandes se ocupa longamente nos capítulos centrais do primeiro volume à análise dos efeitos “sociopáticos” desse processo de desorganização social vivido pela população negra no pós-abolição. De fato, é impressionante como movimentos tão diferentes como os anarquistas e o movimento negro (que surgiu a partir da imprensa negra da década de 1910-20) colocavam a sua ênfase da necessidade de “elevação moral” dos trabalhadores, para a qual assumiam o seu puritanismo intransigente em relação aos modos “desregrados” apresentados pela massa dos trabalhadores, pelo menos no discurso desses movimentos.

Como indicamos, esse diagnóstico do estado de “degeneração” das classes trabalhadoras foi disseminado no período. Os setores progressistas entendiam-no como fruto da desorganização social, e não de qualquer atavismo racial. Até porque, a desorganização social não é apenas pelo fato de uma enorme parte das classes populares não serem absorvidas no “setor moderno” da economia, não é apenas um problema de industrialização/modernização incompleta. Ela mantém os operários têxteis, por exemplo, em condições de vida não muito melhores que a miséria. Porém, enquanto os reformistas buscavam conquistar leis, direitos, melhores condições que pudessem organizar esse mundo do trabalho e tirar os trabalhadores dessa condição (ou seja, ter ganhos institucionais), os anarquistas entendiam essa crença nas promessas dos políticos como pura *utopia*. O padrão de repressão ao movimento operário e a impermeabilidade do Estado às suas demandas, pelo menos até o final da década de 1910, indicariam que insistir nesse caminho era simplesmente “enrolar” os trabalhadores. A única coisa que poderia tirá-los dessa condição seria sua própria auto-organização, a construção de organizações sindicais orientadas pela ação direta que visa, em última instância, não a organização deste mundo do trabalho, mas sua completa transformação. Digamos que a auto-organização não poderia se apoiar em nada a não ser o próprio esforço militante para a construção de sindicatos, escolas modernas, etc. Nesse sentido, a ela é entendida como construção da autonomia das classes trabalhadoras. Portanto, o esforço era para construir essa auto-organização *ex-nihilo*. Daí os sentidos que assume a propaganda e o puritanismo na prática dos libertários.

Não espanta que, à luz da defesa intransigente do que entendiam por autonomia, a sociedade brasileira apareça tão marcada não apenas pelas desigualdades e pela exploração econômica, mas pelas relações paternalistas. Do alto de sua doutrina, o anarquismo iluminou e combateu a manutenção das relações pessoais de dependência e favor que, como indica Cardoso (2010) constituíam liames de sustentação da ordem desigual, mesmo com a industrialização e urbanização crescentes. Afinal, justamente esse tipo de relação que os

anarquistas viam se reproduzir dentro das próprias associações de classe mantidas pelos grupos rivais, pelos amarelos. A defesa de organizações horizontais, sem chefes e sem hierarquias, que servissem inclusive para modificar a mentalidade dos trabalhadores, foi reconstituída ao longo do capítulo seis, em que exploramos esse tema.

Porém, como vimos no último capítulo da tese, as dificuldades enfrentadas pelos anarquistas no movimento operário não estiveram ligados apenas a apatia das classes trabalhadoras. Quando forçados pela conjuntura a avaliar os resultados da sua própria prática, se debateram com os dilemas da própria proposta de organização que defendia. Acompanhando algumas lutas históricas dos trabalhadores da cidade, podemos identificar no processo concreto as antinomias dos debates doutrinários clássicos. As vicissitudes da luta de classes demonstrariam que o processo histórico não é o mero desenrolar linear do progressivo fortalecimento das organizações de classe, sendo muito mais ziguezagueante, incerto e mesmo trágico. A relação entre *ação* e *organização* nem sempre se retroalimentava positivamente: se era necessário um trabalho de organização anterior à deflagração das greves, esse trabalho era impedido pela repressão permanente, sendo as próprias organizações muito mais um fruto das lutas do que suas causadoras. Tal dilema acaba se desdobrando no problema da relação entre *propaganda* e *organização*: mesmo quando um movimento extrapolava o âmbito da produção/relações de trabalho, a propaganda anarquista mantinha sua ênfase na necessidade de criação e fortalecimento dos sindicatos de resistência – cujas dificuldades eram bem conhecidas. A recusa da “política”, nesse sentido, acabava fixando a estratégia sindicalista como única forma de ação, comprometendo a construção de uma linha de massas que pudesse envolver o conjunto dos trabalhadores da cidade, muitos deles de ocupação incerta e ocasional, sem nenhuma familiaridade com as associações de classe.

Tendo em vista esses dilemas podemos compreender melhor a avaliação feita no texto “O anarquismo perante a organização sindical”, quando um grupo de militantes libertários rompe com a estratégia sindicalista, criticando a centralidade que ela tinha tomado na prática dos anarquistas e chamando atenção para a discrepância entre as suas intenções e os resultados que apresentava. Em nossa leitura, o documento pode ser lido como uma abertura à conjuntura, uma crítica ao excesso de rigidez em qualquer estratégia. O ciclo de mobilizações de 1917-1919, longe de resolver, coloca todos esses dilemas e avaliações em movimento, pois é nesse período que o trabalho de reerguer as associações de classe a partir de greves de categorias se conecta positivamente com uma agitação trabalhista mais ampla, que ganha as ruas da cidade de forma generalizada. De certo modo, a conjuntura (local e internacional) muito especial daqueles anos testa até que ponto a conexão positiva entre ação e organização

conseguiria superar a intensa repressão estatal, colocando em xeque as visões mais puristas sobre a recusa da política – até porque é durante esse ciclo de greves e protestos que a pauta trabalhista entrará definitivamente na agenda legislativa brasileira. Ao invés de enxergar a insurreição anarquista de 1918 como uma culminância da estratégia sindicalista perseguida nos anos anteriores, propus interpretá-la como um desvio, uma experimentação totalmente influenciada pela experiência dos soviets na Revolução Russa, abrindo uma linha de articulação entre militares e trabalhadores que estava totalmente vetada na concepção do sindicalismo revolucionário.

Por fim, ainda que não tenhamos nos voltado para a análise dos meios materiais que envolveram a circulação de ideias – como a tradução e publicação de livros e artigos, a articulação com movimentos de outros países, e principalmente o constante fluxo de militantes deportados pela perseguição política que sofriam – acredito que nosso trabalho de pesquisa ajuda a pensar que a constatação do caráter transnacional do movimento anarquista pelo mundo não deve desconsiderar as especificidades de cada contexto local. É certo que o transnacionalismo dos libertários favoreceu e fortaleceu aquilo que chamei de “impulso desprovincianizador” que é o ponto forte de sua produção intelectual. Não me parece descabido pensar que a forte negação do nacionalismo que o movimento anarquista trazia – algo que na história das esquerdas brasileiras do século XX parece uma ilha, ou um breve relâmpago – foi também um ponto de atração para muitos dos inconformistas, e não apenas de repulsa. Assim como a sua recusa da “política” de alguma forma também se apoiava na repulsa aos políticos do sentimento popular, em um tempo em que não havia “crise de representação” simplesmente porque a maioria absoluta da população nem poderia votar.

Por outro lado, a abordagem transnacional, atenta aos fluxos de circulação de militantes e ideias, não pode ignorar a forma como o anarquismo se “entronca”, por assim dizer, na sequência histórica de cada experiência histórica. É necessário articular sua defesa doutrinária de uma concepção universalista da emancipação social com a configuração dos conflitos sociais locais. Aqui acredito que apenas a perspectiva comparada poderá responder como se comportaram as ideias anarquistas na sua circulação mundial. Mas, pensando a partir do nosso caso de pesquisa, parece exagerado, ou mesmo “*wishful thinking*” defender que o anarquismo tenha se diferenciado de outras correntes revolucionárias pela “flexibilidade de sua doutrina” (SHAFFER; LAFORCADE, 2015). Como deve ter ficado demonstrado nesse trabalho, o problema dos anarquistas não foi a inconsistência da sua compreensão doutrinária, como acusavam os comunistas, mas talvez a sua fixação excessiva a fórmulas produzidas em outros contextos.

REFERÊNCIAS

A ÉPOCA, Rio de Janeiro, 1912-1919. Diário.

A GREVE, Rio de Janeiro, 1903. Quinzenal.

A GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro, 1911-1912. Periodicidade irregular.

A VIDA, Rio de Janeiro, 1914-1915. Mensal.

A VOZ DO TRABALHADOR: jornal da Confederação Operária Brasileiro, Rio de Janeiro, 1908-1915. Periodicidade irregular.

ADAMS, Matthew; KINNA, Ruth (ed.) *Anarchism, 1914-1918: Internationalism, anti-militarism and war*. Manchester: Manchester University Press, 2017.

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

ALONSO, Angela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. In: BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica. Rio de Janeiro, n.42, pp. 109-134, 1996.

_____. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. Arrivistas e decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos*. Vol. 85, p. 131-148, 2009.

_____. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2014.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

_____. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anti-colonial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

AQUINO, Gustavo. *Anarquismos, cristianismo e literatura social no Brasil (1890 – 1938)*. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARANTES, P. E. *O fio da meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ARANTES, Paulo. O positivismo no Brasil – breve apresentação do problema para um leitor europeu. *Novos Estudos CEBRAP*, n.21, p. 185-194, 1988.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Quem precisa de São Nabuco?. *Estud. afro-asiát.* Vol.23, n.1, pp.85-97, 2001.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BADIOU, Alain. *O Século*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

BALIBAR, Étienne. Sur le concept marxiste de la "division du travail manuel et du travail intellectuel" et la lutte des classes. In : BELKHIR, J. (coll.). *L'intellectuel : l'intelligentsia et les manuels*. Paris: Anthropos, 1983.

_____. *La Crainte des Masses: politique et philosophie avant et après Marx*. Paris, PUF, 1997.

_____. De la lutte de classes à la lutte sans classes? In: BALIBAR, E. ; WALLERSTEIN, I. *Race, Nation, Classe: les identités ambiguës*. Paris, La Découverte, 2007.

BARBOSA, Rui. Discursos parlamentares. In: _____. *Obras completas*, v.41, t.3, 1914. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1974.

BARRETO, Lima. *Correspondência*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do estado de São Paulo. In: _____. *Estudos Afro-brasileiros*. Perspectiva: São Paulo, 1983.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados*. vol.53, n.4, pp.889-919, 2010.

BATALHA, Claudio H. de Moraes. Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906 – 1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Paris I Sorbonne, Paris, 1986.

_____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?. *Rev. Bras. De Hist.* São Paulo, vol. 12, n. 23/24, p.111-124, 1992.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cad. AEL*, Campinas, vol. 6, n.10/11, p.42-68, 1999.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BATALHA, Claudio H. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, C & alli. (org.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

_____. A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço público no Rio de Janeiro da Primeira República. In: Elciene Azevedo... [et al.] *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009a.

_____. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009b.

_____. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920). *International Review of Social History*, n.62, p.75-103, 2017.

BEIGUELMAN, Paula. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

BHAMBRA, Gurinder. *Connected Sociologies*. Londres: Bloomsbury Academic, 2014.

BILHÃO, Isabel. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). *Educação Unisinos*. Vol. 20, n. 2, p. 176-184, 2016.

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Battaglia” e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. *Cad. AEL*, n. 8/9, p. 117-179, 1998.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2018.

BOOKCHIN, Murray. *Social anarchism or lifestyle anarchism: the unbridgeable chasm*. São Francisco: AK Press, 1995.

BOTELHO, A. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, vol.50, n.1, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

BRASIL. Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907. Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. *Diário oficial da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 jan. 1907, p. 251.

BRASIL JR., Antonio. *Uma sociologia brasileira da ação coletiva*: Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL JR., Antonio. *Passagens para a teoria sociológica*: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.

BURAWOY, Michael. Challenges for a Global Sociology. *Contexts*, fall 2009.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário*: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CANDIDO, Antonio. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Radicalismos. *Estud. av.*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 4-18, 1990.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *O discurso e a cidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. *A educação pela noite*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARETA, Rio de Janeiro, 1919-1964. Semanal.

CARVALHO, Fabio Garcez de. *Hierarquização e oligopólios: o caso do comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892/1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1994.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Rev Bras Hist.* São Paulo, v. 32, n. 64, p. 77-99, 2012.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: post-colonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

CHALOUB, S.; SILVA, F. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*. Vol. 14, n. 26, 2009.

CORREA, Felipe. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional de Trabalhadores à emergência na América Latina. In: SANTOS, K. W.; SILVA, R. V. (Org.). *História do Anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. 1ª ed. Curitiba: Prismas, 2018.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 1901-1974. Diário.

COSTA, Carla. *A Exposição Nacional de 1908 na Coleção Família Passos*. Blog Brasileira Fotográfica. 5/04/2018. Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=11621>

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CRÔNICA SUBVERSIVA, Rio de Janeiro, jun-1918/out-1918. Semanal.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Amarelo e negro. *Matizes do comportamento operário*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*. São Paulo, n. 68, p. 188-209, dez/fev 2005-2006.

_____. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, vol. 11, n. 20, p. 114-135, jan-jun 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 56-79, 2009.

_____. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República. *Afro-Ásia*, Salvador, n.41, p.167-209, 2010.

DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DELGADO, Leandro. *Anarquismo en el novecientos rioplatense: cultura, literatura y escritura*. Montevideo: Estuário, 2017.

DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) *História do Anarquismo no Brasil*. Vol I. Niterói: EdUFF, 2006.

DOMINGUES, José Maurício. *Modernidade global e civilização contemporânea: para a renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, vol.12, n.23, pp.100-122, 2007.

_____. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Rev Bras Hist.* São Paulo. Vol. 34, n. 67, p. 251-281, 2014.

DUARTE, Regina Horta. A Imagem Rebelde – a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

DUDA, John. Cybernetics, anarchism and self-organization. *Anarchist Studies*. Vol. 21, p. 52-72, 2013.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil 1900-1935*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.

DURIGUETTO, Maria Lucia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

DURKHEIM, Émile. *O socialismo*. São Paulo: EDIPRO, 2016.

EWBANK, Alice. *No fio da comparação: estudo do movimento crítico de Antonio Candido*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890 – 1920)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Rev. Soc. Pol.*, Curitiba, n. 27, p. 181-195, 2006.

FERRARO, Alceu; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação & Realidade*. Vol. 29, n. 2, p. 179-200, 2004.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. *A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo Social*, vol. 18, n. 1, p. 197-215, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FREIRE, Américo. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. *Tempo*. vol.13, n.26, pp.118-132, 2009.

GALEANO, Diego; OLIVEIRA, Marília R. de. “Apresentação” e “Uma história da História natural dos malfeitores”. In: CARVALHO, Elysio de. *Escritos Policiais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2017.

GARCIA, Tomás Coelho. *Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Recursos extremos da Administração Estatal: as declarações de estado de sítio na Primeira República Brasileira*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1875-1956. Diário.

GIRON, Alvaro. Evolucionismo y ética: Pedro Kropotkin. In: _____. *Evolucionismo y cultura: darwinismo en Europa e Iberoamérica*. Universidad Nacional Autónoma de México: Ediciones Doce Calles, pp.231-248, 2002.

_____. Kropotkin between Lamarck and Darwin: the impossible synthesis. *Asclepio*, vol. LV-1, p.189-213, 2003.

_____. Tomando a Piotr Kropotkin em serio: darwinismo, anarquismo y ciência. *Mètode: Revista de difusió de la Investigació*, n. 65, p. 10-17, 2010.

_____. Eugenesia y anarquismo en el primer neomalthusianismo libertario barcelonés, 1896-1915. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol.25, suppl.1, pp.87-103, 2018.

GITAHY, Maria Lucia. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*. São Paulo: UNESP, 1992.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A formação da classe trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1911*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GOLDMACHER, Marcela. *A “Greve Geral” de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GOMES, Amanda Muzzi. *Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil 1893-1897*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GOMIDE, Bruno. *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887 – 1936)*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GONÇALVES, R.; BRITO, L. “Nacionalização” do marxismo: os casos do Seminário d’O Capital e do grupo Comuna. *Outubro*, n. 28, p. 53-79, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: 34, 1999.

HAHNER, June E. Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus portuguese Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 18, No. 2, pp.125-154, maio 1976.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

_____. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. *O teatro anarquista como prática social do movimento libertário (São Paulo e Rio de Janeiro – de 1901 a 1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HIRSCH, Steven J. Anarchist Visions of Race and Space in Northern Perú, 1898-1922. In: LAFORCADE, G.; SHAFFER, K. (ed.) *In defiance of boundaries: anarchism in Latin American history*. Florida: University Press of Florida, 2015.

JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos negros: Toussaint L’Overture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

JOÃO, do RIO. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1994.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSCHER, Bernardo; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; MARTINS, Ismênia de Lima. *Guia dos jornais operários do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1988.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 141-175, abril 2019.

KULTUR: revista internacional de filosofia, sociologia, literatura, etc., Rio de Janeiro, 1904. Mensal.

LACERDA, Elvira Boni. Elvira Boni Lacerda (depoimento, 1983). 158 p., dat., Rio de Janeiro, CPDOC, 2014.

LAMELA, Eduardo Carracelas. *Da instrução dos trabalhadores à revolução social: a formação da Universidade Popular de Ensino Livre no Rio de Janeiro em 1904*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LAMOUNIER, Aden Assunção. *José Oiticica: itinerários de um militante anarquista (1912-1919)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *Anarquismo em prosa e verso: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. *Pensiero e dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LENIN, V. I. *Que fazer?*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1976.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias sociais e científicas no Brasil, no final do século XIX. *Hist. Cien. Saud. – Mang.* Rio de Janeiro, vol. 12, n. 3, p. 921-946, jul./set., 2007.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LINDEN, Marcel van der. Second thoughts on revolutionary syndicalism. *Labour History Review*, n. 63, p. 182-197, 1998.

_____. Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares. *Trajetos*, UFC, v.1, n.2, 2002.

_____. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Unicamp, 2013.

LOPES, José Sergio Leite. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.

LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O caminho para Washington passa por Buenos Aires: a recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.27, n.78, pp.149-169, 2012.

_____. “A multidão é louca, a multidão é mulher”: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1491-1514, out.-dez. 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.

MAGNANI, Silvia Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAIA, João Marcelo Ehlert. “História dos intelectuais no Terceiro Mundo: reflexões a partir do caso de Guerreiro Ramos”. In: *Cadernos EBAPE.BR*, FGV, 2015.

MALTA, Augusto. *Fotografias da Exposição Nacional. 1908*. Acervo do Museu da República.

MARAM, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Rev. Mundos do Trabalho*. Campinas. Vol.1, n.1, p. 51-64, jan./jun. 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil – Séculos XVI-XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MEADE, Teresa A. *Civilizing Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. The Pennsylvania State University Press, 1997.

MENDES, Samanta Colhado. Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil (1900-1930). In: SANTOS, K. W.; SILVA, R. V. (Org.). *História do Anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prisma, 2018.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo brasileiro*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

MORATELLI, Thiago. *Operários de empreitada – os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905 – 1914)*. Campinas: Unicamp, 2013.

MORETTI, Franco. *Distant Reading*. New York: Verso Books, 2013.

NA BARRICADA: jornal de combate e de crítica social, Rio de Janeiro, 1915-1916. Periodicidade irregular.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estud.hist.* Rio de Janeiro, vol.29, n.59, pp.607-626, 2016.

O DEBATE, Rio de Janeiro, 1917. Semanal.

O LIBERTÁRIO, Rio de Janeiro, 1904. Mensal.

O PAÍS, Rio de Janeiro, 1884-1934. Diário.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PANSARDI, Marcos Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. *Sociologias* [online], vol.20, n.47, pp.16-47, 2018.

PEREIRA, Margareth da Silva. *A exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro*. *ARQTEXTO*, vol. 16, p. 6-27, 2010.

PEREIRA, Andréa R. Sampaio. O movimento operário brasileiro e as massas populares: massas obreiras/revolucionárias ou massas ignorantes/inertes? *Rev. Sociol. Polít*, Curitiba, n. 13, p. 125-140, 1999.

PERROT, Michelle. Note sur le positivisme ouvrier. *Romantisme*, n. 21-22, p. 201-204, 1978.

PINHEIRO, Paulo Sérgio ; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. Vol. I – O movimento operário. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX. Texto apresentado no 8º Encontro *Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre (UFRGS), 2017.

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

PRADO, Antonio Arnoni. *Trincheira, Palco e Letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. 1ª ed. São Paulo: 34, 2010.

PRADO, A.A.; HARDMAN, F.F. (org.) *Contos Anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Suely Robles. *Os radicais da república: jacobinismo, ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *Staging the people*. New York: Verso Books, 2011.

_____. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona, 2012a.

_____. *The intellectual and his people: staging de people volume 2*. Londres: Verso, 2012b.

_____. *Políticas da escrita*. São Paulo: 34, 2017.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinada: Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBAS, Ana Claudia. *As sexualidades d'A Plebe: sexualidade, amor e moral nos discursos anarquistas do jornal A Plebe (1917-1951)*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP, Fapesp, Ed. 34, 2000.

RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo na escola, no teatro e na poesia*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1992.

_____. *Os companheiros*. Vol. 2. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1995.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. *Pelas páginas dos periódicos: comparando práticas discursivas anarquistas no Rio de Janeiro entre 1898 e o início da década de 1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

_____. *Da biblioteca popular à escola moderna: breve história da ciência e educação libertária na América do Sul*. *Educação Libertária*, São Paulo, 2006.

ROMANI, Carlo. La emigración europea y las escuelas libertarias en Argentina y Brasil en los albores del siglo XX. *Navegar*. Vol. 3, n. 4, p. 55-71, 2017.

ROMERO, Silvio. Estado social do povo brasileiro. *Rev. C. Pol.* Rio de Janeiro, vol. 30, n. 2, p.102-117, 1987.

ROMERO, Silvio. A Escola de Le Play no Brasil. In: *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia : anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

_____. A greve de 1917 no Rio de Janeiro. In: GODOY, C.; MARCHEZIN, L.; SILVA, R. R. da (org.). *A Greve Geral de 1917: perspectivas anarquistas*. São Paulo: Terra Livre, 2017.

_____. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Intermezzo, 2018.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Origens do pensamento radical na América Latina: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón. *Rev. Bras. Hist.* Vol.35, n.70, pp.237-256, 2015.

SCHMIDT, Benito B. Os partidos socialistas na nascente república. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (eds). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições (1889–1945)*. pp. 131–183. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. *Rev Bras Hist.*, São Paulo, vol. 21, n. 41, p. 113-126, 2001.

SCHUELER, A. ; MAGALDI, A. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, vol.13, n.26, pp.32-55, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Duas Meninas*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

_____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil In: SCHWARZ, R. et al. *Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Mémoire et oubli – anarchisme et syndicalisme révolutionnaire au Brésil*. Paris: Ed. de la Maison des sciences de L’Homme, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. O fardo do homem culto : literatura e analfabetismo no prelúdio republicano. *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, nov, 1980.

_____. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SHAFFER, Kirwin R. *Anarchism and countercultural politics in early twentieth-century Cuba*. Florida: University Press of Florida, 2005.

SHOR, Francis. ‘Virile Syndicalism’ in comparative perspective: a gender analysis of the IWW in the United States and Australia. *International Labor and Working-Class History*, Cambridge University Press, 1999.

SILVA, José Elias; CAMPOS, Manoel; MOUTINHO, Antonio. *O anarquismo perante a organização sindical*. Rio de Janeiro: s/ed, 1916.

SILVA, Pedro Henrique Prado. *A Escola Operária 1º de Maio e Pedro Matera: a educação popular como instrumento revolucionário no Brasil (1903-1934)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. Os sindicatos na Idade da Pedra. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, p. 95-114, jan-jun 2002.

_____. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul, 1854-1940)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Oligarquias em sociedades de socorros mútuos (1854-1940). *Rev Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, p. 78-108, agosto-dezembro de 2010.

SPÁRTACUS, Rio de Janeiro, 1919-1920. Semanal.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STEPHAN, Nancy. “A hora da eugenia”: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SUTER, Mischa. A torn in the side of Social History: Jacques Rancière and Les Revoltes Logiques. *International Review of Social History*, n.57, p.61-85, 2012.

SZWAKO, José. Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do cenedic. *Lua Nova*. n.78, pp.251-303, 2009.

TERRA LIVRE, Rio de Janeiro e São Paulo, 1905-1908, 1910. Periodicidade irregular.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TOLEDO, Edilene; BIONDI, Luigi. Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: the transnational making of the syndicalist movement in São Paulo, Brazil, 1895-1935. In: HIRSCH and VAN DER WALT (orgs.) *Anarchism and syndicalism in the colonial and post-colonial world, 1870-1940: the praxis of national liberation, internacionalism, and social revolution*. Leidein/Boston: Brill, 2010.

TOSCANO, Alberto. Anti-sociology and its limits. In: BOWMAN, P.; STAMP, R. (org.) *Reading Rancière*. New York: Continuum International, 2011.

VENTURA, Teresa. *Nem barbárie, nem civilização!*. São Paulo: Annablume, 2006.

VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, J. (org.) *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: UnB, 1999.

VISCARDI, C. M. R.; JESUS, R. P. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Col. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, C. M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 291-315, 2009.

VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. São Paulo: Edusc, 2000.

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação: Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 79-107, jan-abr 2017.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *Hist. Cie. S. Mang.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, jan-mar 2013.

WILLIAMS, Raymond. A fração Bloomsbury. *Revista Plural*, nº 6, 1999.